ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 168

Brasília - DF, quarta-feira, 29 de agosto de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 13
Ministério da Cultura 13
Ministério da Defesa 15
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 19
Ministério da Integração Nacional 31
Ministério da Justiça 31
Ministério da Pesca e Aquicultura 42
Ministério da Previdência Social 44
Ministério da Saúde 44
Ministério das Cidades 50
Ministério das Comunicações 50
Ministério de Minas e Energia 55
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 62
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 63
Ministério do Esporte 86
Ministério do Meio Ambiente 86
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 87
Ministério do Trabalho e Emprego 90
Ministério dos Transportes 91
Conselho Nacional do Ministério Público 91
Ministério Público da União 93
Tribunal de Contas da União 105
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 121

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 377, de 27 de agosto de 2012. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4828.

Nº 378, de 27 de agosto de 2012. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4830.

Nº 379, de 28 de agosto de 2012. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo", no âmbito do PROCIDADES.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Nº 380, de 28 de agosto de 2012. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município do Recife, Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município do Recife" (Recife Education and Public Management Project), de abordagem setorial ampla (SWAp).

Nº 381, de 28 de agosto de 2012. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro".

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Resolução CAMEX nº 60, de 20 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2012, Seção 1, páginas 11 a 29,

Onde se lê:

8424.89.90	Ex 145 - Equipamentos misturadores de fibras de madeira com resina e outros aditivos que formam a cola para a produção de chapas de fibra de média densidade (MDF) com pressão máxima da bomba de cola 16bar, pressão máxima da bomba de catalisador de 16bar, pressão máxima da bomba d'água de 16bar, com vazão máxima de 6.000kg/h, para atomização da cola por meio de 19 bicos aspersores tipo "Schlick" para a cola e 1 bico aspersor para o catalisador, por meio de vapor e pressão mínima de 12bar e máxima de 16bar, manifold de vapor com 1 entrada, 20 saídas e 1 dreno para condensado, 20 medidores de fluxo mássico, tubo "blowline" de 4.000mm, diâmetro de 150mm e PN 40, que interliga o desfibrador ao secador de fibras, utilizando para limpeza água de processo, com pressão de 12 a 16bar e consumo máximo de 100L/min por até 1min por ciclo de limpeza e ar comprimido com pressão de rede de 6 a 12bar

Leia-se:

8424.89.90	Ex 145 - **Equipamento aplicador de resina e outros aditivos que formam a cola sobre a fibra de madeira**, para produção de chapas de fibra de media densidade (MDF), com pressão máxima da bomba de cola de 16 bar, pressão máxima da bomba de catalisador de 16 bar, pressão máxima da bomba d'água de 16 bar, com vazão máxima de 6.000 kg/h, para atomização da cola através de 19 bicos aspersores tipo "Schlick" e 01 bico aspersor para o catalisador, por meio de vapor com pressão mínima de 12 bar e máxima de 16 bar, dotado de "Manifold" de vapor com 01 entrada, 20 saídas e 01 dreno para condensado, 20 medidores de fluxo mássico, tubo "blowline" de 4.000 mm, com diâmetro de 150 mm e PN 40, com interligação para o desfibrador ao secador de fibras, sistema de limpeza a água, com pressão de 12 bar a 16 bar com consumo máximo de 100 litros/min e ar comprimido com pressão de rede de 6 bar a 12 bar

Onde se lê:

8429.40.00	Ex 005 - Rolos compactadores de asfalto, autopropulsados, combinados com cilindro vibratório dianteiro e pneus de borracha traseiros, com peso operacional máximo superior a 3.700kg

Leia-se:

8429.40.00	Ex 005 - Rolo compactador de asfalto, autopropulsado, combinado com cilindro vibratório dianteiro e **quatro pneus lisos** de borracha traseiros, com peso operacional **compreendido entre 3.700kg e 4.700kg**

Onde se lê:

8454.30.90	Ex 043 - Combinações de máquinas para solidificação de aço líquido e redução da espessura das placas produzidas em máquinas de lingotamento contínuo de 2 veios, compostas de: moldes retos para lingotamento contínuo de placas com largura menor ou igual a 220 x 900mm de comprimento e espessura de 220mm, com rolos de pé com tampas de cobertura do molde; dispositivo de encurvamento com roletes **de 220mm e bicos spray para resfriamento**, calços para regulagem da espessura, cabeças e elos de transição da barra-falsa, plataforma de estocagem da barra-falsa, com dispositivo verificador da abertura dos rolos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:

8454.30.90	Ex 043 - Combinações de máquinas para solidificação de aço líquido e redução da espessura das placas produzidas em máquinas de lingotamento contínuo de 2 veios, compostas de: moldes para lingotamento contínuo de placas com largura menor ou igual a **2.000mm x 6.000mm a 12.000mm** de comprimento e espessura de 220mm, com rolos de pé com tampas de cobertura do molde; dispositivo de encurvamento com roletes, calços para regulagem da espessura, cabeças e elos de transição da barra-falsa, plataformas de estocagem da barra-falsa, com dispositivos verificadores da abertura dos rolos.

Onde se lê:

8474.20.10	Ex 003 - Combinações de máquinas para moagem de minério artificial tipo clínquer e aditivos com produção nominal de 90t/h compostas de moinho de bolas com dimensões 4.20m diâmetro x 13.00m comprimento, com carga de bolas para 220 toneladas, mancais de sapata deslizante, sala elétrica dedicada, sistema de supervisão (automação) para moagem de cimento com engrenagem principal tipo JST 140 tendo potência de transmissão 3.550kW, rotação saída em 15,60rpm, rotação de entrada em 895rpm, peso em 81.00kg, com parafusos e calços para fundação, sensores e periféricos tendo o motor principal com potência de transmissão 3.550kW, tensão de trabalho 6.600V, com acoplamento tipo diafragma, acionamento de baixa velocidade e equipamentos periféricos, com 2 estações de óleo e periféricos de fluxo nominal 500l/min e bombas óleo com potência motor em 15kW e aquecedores de calor

Leia-se:

8474.20.10	Ex 003 - Combinações de máquinas para moagem de minério artificial tipo clínquer e aditivos com produção nominal de 90t/h compostas de moinho de bolas com dimensões 4.20m diâmetro x 13.00m comprimento, com carga de bolas para 220 toneladas, mancais de sapata deslizante, sala elétrica dedicada, sistema de supervisão (automação) para moagem de cimento com engrenagem principal tipo JST 140 tendo potência de transmissão 3.550kW, rotação saída em 15,60rpm, rotação de entrada em 895rpm, peso em **81.000kg**, com parafusos e calços para fundação, sensores e periféricos tendo o motor principal com potência de transmissão 3.550kW, tensão de trabalho 6.600V, com acoplamento tipo diafragma, acionamento de baixa velocidade e equipamentos periféricos, com 2 estações de óleo e periféricos de fluxo nominal 500l/min e bombas óleo com potência motor em 15kW e aquecedores de calor

Onde se lê:

8479.82.10	Ex 066 - Equipamentos misturadores de fibras de madeira com resina e outros aditivos que formam a cola, para a produção de chapas de fibra de média densidade (MDF) com pressão máxima da bomba de cola 16bar, pressão máxima da bomba do catalisador 16bar, pressão máxima da bomba d'água 16bar, com vazão de 3.000kg/h para atomização da cola através de 9 bicos aspersores tipo "Schlick" para a cola e 1 bico aspersor para o catalisador por meio de vapor e pressão mínima de 12bar e máxima de 16bar, manifold de vapor com 1 entrada, 10 saídas e 1 dreno para condensado, 10 medidores de fluxo mássico, tubo "blowline" de 2.000mm, diâmetro de 125mm e PN 40 que interliga o desfibrador ao secador de fibras, utilizando para limpeza água de processo, com pressão de 12 a 16bar e consumo máximo de 20l/min por até 1 minuto por ciclo de limpeza e ar comprimido com pressão de rede de 6bar

Leia-se:

8479.82.10	Ex 066 - **Equipamento aplicador de resina e outros aditivos que formam a cola sobre a fibra de madeira,** para produção de chapas de fibra de media densidade (MDF), com pressão máxima da bomba de cola de 16 bar, pressão máxima da bomba de catalisador de 16 bar, pressão máxima da bomba d'água de 16 bar, com vazão máxima de 3.000 kg/h, para atomização da cola através de 9 bicos aspersores tipo "Schlick" e 01 bico aspersor para o catalisador, por meio de vapor com pressão mínima de 12 bar e máxima de 16 bar, dotado de "Manifold" de vapor com 01 entrada, 10 saídas e 01 dreno para condensado, 10 medidores de fluxo mássico, tubo "blowline" de 2.000 mm, com diâmetro de 125 mm e PN 40, sistema de limpeza a água, com pressão de 12 bar a 16 bar com consumo máximo de 20 litros/min e ar comprimido com pressão de rede de 6 bar.

Onde se lê:

8479.89.99	Ex 009 - Extratores de revestimentos e parafusos de revestimentos de moinhos de bolas baseados em martelo de impacto pneumático semi-automático composto por conjunto do cilindro e 1 botoeira, que, acionado, dispara energia de impacto entre 61 a 4.300J, operado pneumaticamente, consumindo 2.290 lpm com pressões entre 340 a 1.030kPa

Leia-se:

8479.89.99	Ex 009 - Extratores de revestimentos e parafusos de revestimentos de moinhos de bolas baseados em martelo de impacto pneumático semi-automático composto por conjunto do cilindro e 1 botoeira, que, acionado, dispara energia de impacto entre 61 a **4.340J**, operado pneumaticamente, consumindo 2.290 lpm com pressões entre 340 a 1.030kPa

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07

BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/07/2012

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**530.353**	***Circulante***	**246.422**
Caixa e Bancos	7.349	Salários, Provisão e Encargos Sociais	36.862
Aplicações Financeiras	261.664	Fornecedores e Prestadores de Serviços	10.310
Siafi-c/c vinculada - Inv. Infraestrutura	227.924	Questões Trabalhistas a Pagar	491
Contas a Receber, líquidas	26.636	Impostos e Contribuições a Recolher	11.685
Estoques	619	Programa de Recuperação Fiscal	917
Créditos Tributários	3.379	Empréstimos e Financiamentos	2.702
Despesas Antecipadas	1.958	Plano de Pensão	116.785
Outros Créditos	824	Adicional de Tarifa Portuária – ATP	59.568
		Outras Obrigações	7.102
Não Circulante	**1.643.025**	***Não Circulante***	**758.826**
Realizável a Longo Prazo	**656.837**	***Exigível a Longo Prazo***	**758.826**
Contas a Receber, líquidas	572.977	Empréstimos e Financiamentos	8.976
Valores a Receber da União	24.620	Plano de Pensão	47.836
Bens Destinados a Alienação	4.159	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	214.837
Depósitos Judiciais – Recursos	55.081	Receita Diferida	473.171
		Outras Obrigações	14.006
Investimentos	5	***Patrimônio Líquido***	**1.168.130**
Imobilizado	983.666	Capital Social	783.995
Intangível	2.517	Reserva de Lucros	90.076
		Reserva para Aumento de Capital	227.153
		Resultado do Exercício	66.906
TOTAL DO ATIVO	**2.173.378**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**	**2.173.378**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2012 A 31-07-2012

	R$ MIL
RECEITA LÍQUIDA	364.584
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(162.013)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(77.327)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(36.560)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	8.440
RESULTADO OPERACIONAL	97.124
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(30.218)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	66.906

RENATO FERREIRA BARCO
Diretor de Planej. Estratégico e Controle e Diretor-Presidente, em exercício

ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Adm. e Finanças

MARIO SÉRGIO R. ALONSO
Contador CRC/1SP135973/O-6

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÕES DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 28 de agosto de 2012, decide:

Nº 92 - Autorizar, até 1º de julho de 2014, a sociedade empresária PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A., CNPJ nº 02.225.625/0001-87, com sede social em Porto Alegre (RS), a explorar, cumulativamente com as atividades que já exerce, serviço aéreo público especializado nas atividades aeropublicidade, aeroreportagem, aeroinspeção, aerofotografia e aerocinematografia;

Nº 93 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária SANTO ÂNGELO AEROAGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 14.347.321/0001-71, com sede social em Pirajuba (MG), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola;

Nº 94 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária FS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 05.072.151/0001-79, com sede social em Santo Antônio da Patrulha (RS), ficando revogada a Decisão nº 240, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2007, Seção 1, página 10; e

Nº 95 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária SANA AGRO AÉREA LTDA., CNPJ nº 48.635.379/0001-32, com sede social em Leme (SP), ficando revogada a Decisão nº 226, de 5 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2007, Seção 1, página 21;

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.719, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Credenciamento de clínica, com base no parágrafo 67.39 do RBAC 67 para realizar exames de saúde periciais para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª e 4ª classes.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL, DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso X do art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 180, de 21 de setembro de 2009, com base no parágrafo 67.39 do RBAC 67, que autorizam a ANAC a credenciar clínicas para realizarem exames de saúde periciais e emitirem CMA de aeronavegantes, em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Credenciar a clínica Maia, CNPJ 97157093/0001-02, localizada à rua Ipiranga, nº 95/604 em Canoas - RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, para a realização de Exames de Saúde Periciais de 1ª, 2ª e 4ª classes para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Único - O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 164/SSO, de 24 de Janeiro de 2012, publicada no DOU de 25/01/2012, Seção 1, página 2, **onde se lê:** "Art.1º - Credenciar a Clínica La Vue - Oftamologia Ltda, CNPJ Nº 85.462.158/0001-36...", **leia-se:** "Art.1º - Credenciar a Clínica La Vue - Oftamologia Ltda, CNPJ Nº 02.040.503/0001-16...".

Na Portaria nº 1.339/SSO, de 4 de Julho de 2012, publicada no DOU de 05/07/2012, Seção 1, página 9, **onde se lê:** "...PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 60800.216638/2012-38...", **leia-se:** "...PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 60800.216638/2011-38...".

Na Portaria nº 1.702/SSO, de 23 de Agosto de 2012, publicada no DOU de 24/08/2012, Seção 1, página 5, **onde se lê:** "RATIFICAR A REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DO CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO DE Nº 2009-05-2CLZ-01-01...", **leia-se:** "...RATIFICAR A REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DO CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO DE Nº 2009-05-2CLP-01-01".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.715, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.008695/2010-64, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária GLOBO AVIAÇÃO - TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ 01.098.474/0001-80, com sede social em Goiânia (GO), como empresa exploradora do serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

PORTARIA Nº 1.716, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo e de serviço aéreo especializado.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.004025/2010-79, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária HELIC AIR Táxi Aéreo e Serviços Aéreos Especializados Ltda., CNPJ: 12.412.275/0001-11, com sede social em Belo Horizonte (MG), como empresa exploradora de serviço de transporte aéreo publico não-regular na modalidade táxi aéreo e de serviço aéreo público especializado nas atividades aerocinematografia, aerofotografia, aeroinspeção, aeropublicidade, aeroreportagem e combate a incêndios, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

PORTARIA Nº 1.717, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 00058.052419/2012-23, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária SENSORMAP- SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA-EPP, nova denominação social de SENSORMAP- SOLUÇÕES EM GEOINFORMAÇÃO LTDA-EPP, CNPJ 12.832.165/0001-09, com sede social em Presidente Prudente (SP), como empresa exploradora do serviço aéreo público especializado nas atividades aerolevantamento e aerofotografia, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

PORTARIA Nº 1.718, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, designada pela Portaria nº 1.819, de 20 de setembro de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 00058.038894/2012-97, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária HIGINO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA-ME, CNPJ 14.787.987/0001-40, com sede social em Abadia dos Dourados (MG), como empresa exploradora do serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 57, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao § 5° do art. 18 da Lei n.° 9.456/97, torna público aos interessados que tramitaram neste Serviço, os pedidos de proteção das cultivares de soja (Glycine max (L.) Merr.) relacionadas.

CULTIVAR	Nº DO PEDIDO
INT 6201	21806.0000054/2012
INT 6100	21806.0000055/2012
INT 6502	21806.0000056/2012
INT 6603	21806.0000057/2012

Os pedidos de proteção foram indeferidos, por não atender o § 5º, do artigo 18, da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997.

FABRICIO SANTANA SANTOS
Coordenador

DECISÃO Nº 58, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456/97 e pelo Decreto n° 2.366/97, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas.

ESPÉCIE	CULTIVAR	Nº DO PEDIDO
Chrysanthemum L.	Dekcadena Purple	21806.000285/2011
Chrysanthemum L.	Dekcatalina	21806.000267/2011
Chrysanthemum L.	Dekcedis	21806.000287/2011
Chrysanthemum L.	Dekprius	21806.000268/2011
Chrysanthemum L.	Deksavanna	21806.000292/2011
Chrysanthemum L.	Dekstarga	21806.000293/2011
Hydrangea L.	Hortmahar	21806.000304/2011
Sorghum Moench	BRS 508	21806.000316/2011
Sorghum Moench	BRS 509	21806.000315/2011
Sorghum Moench	BRS 511	21806.000314/2011

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

FABRICIO SANTANA SANTOS
Coordenador

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 177, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011 e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de melancia no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2012/2013, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A melancia (Citrullus lanatus), originária do continente africano, é uma planta anual de crescimento rasteiro, pertencente à família das cucurbitáceas.

No Brasil, segundo dados do IBGE 2009, os principais Estados produtores são Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás, com produtividades médias, respectivamente, de 18,40, 19,55 e 34,65 toneladas/há.

A produtividade da cultura vem apresentando, nos últimos anos, grande incremento devido, principalmente, aos cultivos conduzidos com irrigação.

Os elementos climáticos de maior relevância para o cultivo da melancia em regime de sequeiro são temperatura, umidade relativa do ar, pluviosidade e fotoperíodo.

Clima ameno a quente, dias longos e baixa umidade relativa do ar favorecem o desenvolvimento da cultura e a qualidade dos frutos.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio, com menor risco climático, para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos decendiais com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluviométrica: utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros nas 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) temperatura do ar: utilizados os valores médios de temperatura nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado.

c) ciclo e fases fenológicas: para efeito de simulação foram consideradas cultivares com ciclo médio de 80 dias e as seguintes fases fonológicas: germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de frutos e maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura: utilizados dados obtidos experimentalmente e constantes da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo: estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40, 50 e 60 mm, respectivamente.

f) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, florescimento/enchimento do fruto e maturação fisiológica/colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos: Grupo I (n < 70 dias); Grupo II (70 dias < n < 80 dias); e Grupo III (n > 80 dias).

Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), foram calculados por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de frutos, como a mais crítica em relação ao déficit hídrico.

Foram utilizados os seguintes critérios para o cultivo da melancia em regime de sequeiro, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,45;

- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura média anual maior ou igual a 18ºC e

- probabilidade superior a 0,8 de ocorrência de temperatura mínima média mensal maior ou igual a 12ºC

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram, em, no mínimo 20% de seu território, condições de temperatura dentro dos critérios estabelecidos e ISNA maior ou igual a 0,45, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de melancia no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 29	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, para a cultura de melancia no Estado, as cultivares de melancia registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota:

Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

MUNICÍPIOS	GRUPO I		
	PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agudo	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Ajuricaba	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Alecrim	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Alegrete	22 a 28 + 01 a 03	22 a 29 + 01 a 03	22 a 30 + 01 a 03
Alegria	22 a 28 + 31a 03	22 a 03	22 a 03
Almirante Tamandaré do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alpestre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Alegre	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alvorada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Amaral Ferrador	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Ametista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arambaré	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Araricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Meio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Padre	22 a 30 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Sal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Tigre	22 a 28 + 31 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Arroio dos Ratos	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Augusto Pestana	22 a 28 + 31 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Balneário Pinhal	22 a 29 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão do Triunfo	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Guarita	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Quaraí	22 a 28 + 01 a 03	22 a 28 + 01 a 03	22 a 28 + 01 a 03
Barra do Ribeiro	22 a 32 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Barra do Rio Azul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra Funda	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Benjamin Constant do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Buricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Cadeado	22 a 28 + 31 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Incra	22 a 28 + 31 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Boa Vista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Princípio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Retiro do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boqueirão do Leão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bossoroca	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 03
Bozano	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Braga	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Brochier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Butiá	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Cacequi	22 a 29 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Cachoeira do Sul	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Cachoeirinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Caibaté	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Caiçara	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Camaquã	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Campina das Missões	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Bom	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campos Borges	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Candelária	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Cândido Godói	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Canoas	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Canudos do Vale	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão da Canoa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão do Cipó	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 03
Capela de Santana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capivari do Sul	22 a 29 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Caraá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carazinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carlos Barbosa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Catuípe	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Branco	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande do Sul	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Largo	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Chapada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Charqueadas	22 a 32 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Chiapetta	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Chuvisca	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Cidreira	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Colinas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Colorado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Condor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Constantina	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coqueiro Baixo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Barros	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Bicaco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Pilar	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Crissiumal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruz Alta	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruzeiro do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Derrubadas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dezesseis de Novembro	22 a 28 + 36 a 03	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03
Dilermando de Aguiar	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Dois Irmãos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dois Irmãos das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Feliciano	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Pedrito	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Dom Pedro de Alcântara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dona Francisca	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Doutor Maurício Cardoso	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Doutor Ricardo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Eldorado do Sul	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Encantado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Encruzilhada do Sul	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Engenho Velho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre Rios do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre-Ijuís	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Seco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esperança do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Espumoso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estância Velha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esteio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela Velha	22 a 28 + 31 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Eugênio de Castro	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Farroupilha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Faxinal do Soturno	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Faxinalzinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fazenda Vilanova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Formigueiro	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Forquetinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fortaleza dos Valos	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Frederico Westphalen	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Garibaldi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Garruchos	22 a 28 + 36 a 03	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03
General Câmara	22 a 31 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Giruá	22 a 28 + 31a 03	22 a 03	22 a 03
Glorinha	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado dos Loureiros	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado Xavier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gravataí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Guaíba	22 a 32 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Guarani das Missões	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Harmonia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Herveiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Horizontina	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Humaitá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ibarama	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Ibirubá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Igrejinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ijuí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imbé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imigrante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Independência	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Inhacorá	22 a 28 + 31 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Iraí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itaara	22 a 28 + 36 a 03	22 a 31+ 34 a 03	22 a 03
Itacurubi	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03
Itaqui	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03
Itati	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itatiba do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ivorá	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Ivoti	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaboticaba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jacuizinho	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaguari	22 a 28 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Jari	22 a 31 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 32 + 35 a 03
Jóia	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Júlio de Castilhos	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa Bonita do Sul	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa dos Três Cantos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado do Bugre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Liberato Salzano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lindolfo Collor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Linha Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maçambara	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03
Mampituba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Manoel Viana	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Maquiné	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maratá	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Mariana Pimentel	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Marques de Souza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mata	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Mato Leitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mato Queimado	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Minas do Leão	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Miraguaí	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Montenegro	22 a 33 + 01 a 03	22 a 03	22 a 03
Morrinhos do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Morro Reuter	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mostardas	22 a 28 + 36 a 02	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03
Muçum	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Não-Me-Toque	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nonoai	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Boa Vista	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Bréscia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Candelária	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Esperança do Sul	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Nova Hartz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Palma	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Nova Petrópolis	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Ramada	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Santa Rita	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Barreiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Cabrais	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Hamburgo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Machado	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Tiradentes	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Xingu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Osório	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmares do Sul	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Palmeira das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmitinho	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Panambi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pantano Grande	22 a 30 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Paraíso do Sul	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Pareci Novo	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Parobé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Passa Sete	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Passo do Sobrado	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Paverama	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pejuçara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pelotas	22 a 30 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Picada Café	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal Grande	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Pinheirinho do Vale	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Pirapó	22 a 28 + 36 a 03	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03
Planalto	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Poço das Antas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Portão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Alegre	22 a 32 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Porto Lucena	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Mauá	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Vera Cruz	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Xavier	22 a 28 + 36 a 03	22 a 32 + 36 a 03	22 a 03
Pouso Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Presidente Lucena	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Quaraí	22 a 28 + 01 a 03	22 a 29 + 01 a 03	22 a 30 + 01 a 03
Quevedos	22 a 31 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 32 + 35 a 03
Quinze de Novembro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Redentora	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Relvado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Restinga Seca	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Rio dos Índios	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rio Pardo	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Riozinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roca Sales	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rodeio Bonito	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rolador	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Rolante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rondinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roque Gonzales	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Rosário do Sul	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Sagrada Família	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Saldanha Marinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Salto do Jacuí	22 a 28 + 31 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Salvador das Missões	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Salvador do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Bárbara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Clara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Cruz do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Maria	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Santa Rosa	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Tereza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santana do Livramento	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Santiago	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Santo Ângelo	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio da Patrulha	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio das Missões	22 a 29 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 32 + 36 a 03
Santo Augusto	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Cristo	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
São Borja	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03
São Francisco de Assis	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 35 a 03
São Gabriel	22 a 28 + 01 a 02	22 a 03	22 a 03
São Jerônimo	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São João do Polêsine	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
São José das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Hortêncio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Inhacorá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Norte	22 a 28 + 01 a 02	22 a 29 + 01 a 03	22 a 30 + 01 a 03
São José do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Leopoldo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Lourenço do Sul	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Luiz Gonzaga	22 a 28 + 36 a 03	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03
São Martinho	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
São Martinho da Serra	22 a 28 + 36 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
São Miguel das Missões	22 a 31 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
São Nicolau	22 a 28 + 36 a 03	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03
São Paulo das Missões	22 a 28 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro da Serra	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro do Butiá	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro do Sul	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03
São Sebastião do Caí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Sepé	22 a 28 + 36 a 02	22 a 31+ 34 a 03	22 a 03
São Valério do Sul	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vendelino	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vicente do Sul	22 a 29 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Sapiranga	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sapucaia do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sarandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Seberi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sede Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Segredo	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Selbach	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Senador Salgado Filho	22 a 28 + 31 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Sentinela do Sul	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Sério	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sertão Santana	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Sete de Setembro	22 a 28 + 31 a 32 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Silveira Martins	22 a 28 + 34 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Sinimbu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sobradinho	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Tabaí	22 a 31 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapera	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapes	22 a 32 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Taquara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquari	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquaruçu do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Tavares	22 a 28 + 01 a 02	22 a 29 + 01 a 03	22 a 30 + 01 a 03
Tenente Portela	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Terra de Areia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Teutônia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tiradentes do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Toropi	22 a 29 + 36 a 03	22 a 31 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Torres	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tramandaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Travesseiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Cachoeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Coroas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três de Maio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Forquilhas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Palmeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Passos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Trindade do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Triunfo	22 a 31 + 01 a 03	22 a 03	22 a 03
Tucunduva	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tunas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tupanciretã	22 a 28 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03
Tupandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tuparendi	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Turuçu	22 a 30 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Ubiretama	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Unistalda	22 a 28 + 36 a 03	22 a 29 + 36 a 03	22 a 30 + 36 a 03
Uruguaiana	22 a 28 + 01 a 03	22 a 29 + 01 a 03	22 a 29 + 01 a 03
Vale do Sol	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Real	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Verde	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Venâncio Aires	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vera Cruz	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Vespasiano Correa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Viamão	22 a 29 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Vicente Dutra	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Alegre	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Gaúcha	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Vitória das Missões	22 a 33 + 36 a 03	22 a 03	22 a 03
Westfalia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Xangri-lá	22 a 03	22 a 03	22 a 03

MUNICÍPIOS	GRUPO II		
	PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agudo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ajuricaba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alecrim	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Alegrete	22 a 28 + 35 a 02	22 a 29 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Alegria	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Almirante Tamandaré do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alpestre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Alegre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alvorada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Amaral Ferrador	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ametista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arambaré	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Araricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Meio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Padre	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Sal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Tigre	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio dos Ratos	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Augusto Pestana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Balneário Pinhal	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão do Triunfo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Guarita	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Quaraí	22 a 27 + 01 a 03	22 a 27 + 01 a 03	22 a 27 + 36 a 03
Barra do Ribeiro	22 a 31 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Barra do Rio Azul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra Funda	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Benjamin Constant do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Buricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Cadeado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Incra	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Princípio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Retiro do Sul	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Boqueirão do Leão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bossoroca	22 a 28 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Bozano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Braga	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Brochier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Butiá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cacequi	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Cachoeira do Sul	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Cachoeirinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Caibaté	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Caiçara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Camaquã	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Campina das Missões	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Bom	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campos Borges	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Candelária	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cândido Godói	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Canoas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Canudos do Vale	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão da Canoa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão do Cipó	22 a 29 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Capela de Santana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capivari do Sul	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Caraá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carazinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carlos Barbosa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Catuípe	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Branco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Largo	22 a 27 + 33 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Chapada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Charqueadas	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Chiapetta	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Chuvisca	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Cidreira	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Colinas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Colorado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Condor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Constantina	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coqueiro Baixo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Barros	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Bicaco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Pilar	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Crissiumal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruz Alta	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruzeiro do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Derrubadas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dezesseis de Novembro	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Dilermando de Aguiar	22 a 27 + 33 a 03	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03
Dois Irmãos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dois Irmãos das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Feliciano	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Pedrito	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Dom Pedro de Alcântara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dona Francisca	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Doutor Maurício Cardoso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Doutor Ricardo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Eldorado do Sul	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Encantado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Encruzilhada do Sul	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Engenho Velho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre Rios do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre-Ijuís	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Seco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esperança do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Espumoso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estância Velha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esteio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela Velha	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Eugênio de Castro	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Farroupilha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Faxinal do Soturno	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Faxinalzinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fazenda Vilanova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Formigueiro	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Forquetinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fortaleza dos Valos	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Frederico Westphalen	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Garibaldi	22 a 03	22 a 03	22 a 03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Garruchos	22 a 28 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
General Câmara	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Giruá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Glorinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado dos Loureiros	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado Xavier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gravataí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Guaíba	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Guarani das Missões	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
Harmonia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Herveiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Horizontina	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Humaitá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ibarama	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Ibirubá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Igrejinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ijuí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imbé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imigrante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Independência	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Inhacorá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Iraí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itaara	22 a 27 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Itacurubi	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Itaqui	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Itati	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itatiba do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ivorá	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Ivoti	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaboticaba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jacuizinho	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaguari	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 30 + 33 a 03
Jari	22 a 29 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Jóia	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Júlio de Castilhos	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa Bonita do Sul	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa dos Três Cantos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado do Bugre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Liberato Salzano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lindolfo Collor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Linha Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maçambara	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Mampituba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Manoel Viana	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Maquiné	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maratá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mariana Pimentel	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Marques de Souza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mata	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Mato Leitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mato Queimado	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 30 a 33 + 35 a 03	22 a 03
Minas do Leão	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Miraguaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Montenegro	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Morrinhos do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Morro Reuter	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mostardas	22 a 28 + 35 a 02	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Muçum	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Não-Me-Toque	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nonoai	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Boa Vista	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Bréscia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Candelária	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Esperança do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 33 a 03
Nova Hartz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Palma	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Petrópolis	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Ramada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Santa Rita	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Barreiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Cabrais	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Hamburgo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Machado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Tiradentes	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Xingu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Osório	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmares do Sul	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Palmeira das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmitinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Panambi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pantano Grande	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Paraíso do Sul	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Pareci Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Parobé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Passa Sete	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Passo do Sobrado	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Paverama	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pejuçara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pelotas	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Picada Café	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal Grande	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinheirinho do Vale	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pirapó	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Planalto	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Poço das Antas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Portão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Alegre	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Lucena	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Mauá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Vera Cruz	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Xavier	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Pouso Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Presidente Lucena	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Quaraí	22 a 28 + 36 a 02	22 a 29 + 36 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Quevedos	22 a 29 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Quinze de Novembro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Redentora	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Relvado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Restinga Seca	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Rio dos Índios	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rio Pardo	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Riozinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roca Sales	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rodeio Bonito	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rolador	22 a 28 + 33 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Rolante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rondinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roque Gonzales	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Rosário do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Sagrada Família	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Saldanha Marinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Salto do Jacuí	22 a 27 + 33 a 03	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03
Salvador das Missões	22 a 27 + 33 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
Salvador do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Bárbara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Clara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Cruz do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Maria	22 a 27+ 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Rosa	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Tereza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santana do Livramento	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Santiago	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Santo Ângelo	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio da Patrulha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio das Missões	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 03
Santo Augusto	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Cristo	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
São Borja	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
São Francisco de Assis	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03
São Gabriel	22 a 27 + 33 a 01	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03
São Jerônimo	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
São João do Polêsine	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
São José das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Hortêncio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Inhacorá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Norte	22 a 27 + 36 a 03	22 a 31 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03
São José do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Leopoldo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Lourenço do Sul	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Luiz Gonzaga	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Martinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Martinho da Serra	22 a 30 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Miguel das Missões	22 a 29 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Nicolau	22 a 28 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
São Paulo das Missões	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro da Serra	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro do Butiá	22 a 27 + 33 a 03	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03
São Pedro do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03
São Sebastião do Caí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Sepé	22 a 27 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Valério do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vendelino	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vicente do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Sapiranga	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sapucaia do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sarandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Seberi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sede Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Segredo	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Selbach	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Senador Salgado Filho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sentinela do Sul	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Sério	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sertão Santana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sete de Setembro	22 a 28 + 30 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Silveira Martins	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Sinimbu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sobradinho	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Tabaí	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapera	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapes	22 a 31 + 35 a 03	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03
Taquara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquari	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquaruçu do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tavares	22 a 27 + 36 a 02	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03
Tenente Portela	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Terra de Areia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Teutônia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tiradentes do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Toropi	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Torres	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tramandaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Travesseiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Cachoeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Coroas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três de Maio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Forquilhas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Palmeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Passos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Trindade do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Triunfo	22 a 31 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Tucunduva	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tunas	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Tupanciretã	22 a 29 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Tupandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tuparendi	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Turuçu	22 a 31 + 35 a 03	22 a 32 + 34 a 03	22 a 03
Ubiretama	22 a 28 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Unistalda	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Uruguaiana	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03
Vale do Sol	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Real	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Verde	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Venâncio Aires	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vera Cruz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vespasiano Correa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Viamão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vicente Dutra	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Alegre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Gaúcha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vitória das Missões	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Westfalia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Xangri-lá	22 a 03	22 a 03	22 a 03

MUNICÍPIOS	GRUPO III		
	PERÍODOS DE PLANTIO		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Agudo	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Ajuricaba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alecrim	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alegrete	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03
Alegria	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Almirante Tamandaré do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alpestre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Alegre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alto Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Alvorada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Amaral Ferrador	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ametista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arambaré	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Araricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Meio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Padre	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Sal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio do Tigre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Arroio dos Ratos	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Augusto Pestana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Balneário Pinhal	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barão do Triunfo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Guarita	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra do Quaraí	22 a 26 + 36 a 03	22 a 26 + 36 a 03	22 a 28 + 36 a 03
Barra do Ribeiro	22 a 31 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Barra do Rio Azul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Barra Funda	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Benjamin Constant do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Buricá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Cadeado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Incra	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Boa Vista do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Princípio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bom Retiro do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Boqueirão do Leão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Bossoroca	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Bozano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Braga	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Brochier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Butiá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cacequi	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Cachoeira do Sul	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Cachoeirinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Caibaté	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Caiçara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Camaquã	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Campina das Missões	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Bom	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campo Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Campos Borges	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Candelária	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cândido Godói	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Canoas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Canudos do Vale	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão da Canoa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capão do Cipó	22 a 29 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Capela de Santana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Capivari do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Caraá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carazinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Carlos Barbosa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Catuípe	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Branco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Grande do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cerro Largo	22 a 27 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Chapada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Charqueadas	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Chiapetta	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Chuvisca	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Cidreira	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Colinas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Colorado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Condor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Constantina	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coqueiro Baixo	22 a 03	22 a 03	22 a 03

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coronel Barros	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Bicaco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Coronel Pilar	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Crissiumal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Cristal do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruz Alta	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Cruzeiro do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Derrubadas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dezesseis de Novembro	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Dilermando de Aguiar	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Dois Irmãos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dois Irmãos das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Feliciano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dom Pedrito	22 a 27 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 29 + 33 a 03
Dom Pedro de Alcântara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Dona Francisca	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Doutor Maurício Cardoso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Doutor Ricardo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Eldorado do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Encantado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Encruzilhada do Sul	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Engenho Velho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre Rios do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Entre-Ijuís	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Erval Seco	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esperança do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Espumoso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estância Velha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Esteio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Estrela Velha	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Eugênio de Castro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Farroupilha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Faxinal do Soturno	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Faxinalzinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fazenda Vilanova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Feliz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Formigueiro	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Forquetinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Fortaleza dos Valos	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Frederico Westphalen	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Garibaldi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Garruchos	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
General Câmara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Giruá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Glorinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado dos Loureiros	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gramado Xavier	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Gravataí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Guaíba	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Guarani das Missões	22 a 27 + 30 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Harmonia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Herveiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Horizontina	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Humaitá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ibarama	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Ibirubá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Igrejinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ijuí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imbé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Imigrante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Independência	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Inhacorá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Iraí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itaara	22 a 27 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Itacurubi	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03
Itaqui	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03
Itati	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Itatiba do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Ivorá	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Ivoti	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaboticaba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jacuizinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Jaguari	22 a 28 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 03
Jari	22 a 30 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Jóia	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Júlio de Castilhos	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa Bonita do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoa dos Três Cantos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lagoão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lajeado do Bugre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Liberato Salzano	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Lindolfo Collor	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Linha Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maçambara	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03
Mampituba	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Manoel Viana	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03
Maquiné	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Maratá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mariana Pimentel	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Marques de Souza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mata	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Mato Leitão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mato Queimado	22 a 27 + 30 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Minas do Leão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Miraguaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Montenegro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Morrinhos do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Morro Reuter	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Mostardas	22 a 27 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Muçum	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Não-Me-Toque	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nonoai	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Boa Vista	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Bréscia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Candelária	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Esperança do Sul	22 a 28 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 03
Nova Hartz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Palma	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Petrópolis	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Ramada	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Nova Santa Rita	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Barreiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Cabrais	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Hamburgo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Machado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Tiradentes	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Novo Xingu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Osório	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmares do Sul	22 a 29 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Palmeira das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Palmitinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Panambi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pantano Grande	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Paraíso do Sul	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Pareci Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Parobé	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Passa Sete	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Passo do Sobrado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Paverama	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pejuçara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pelotas	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Picada Café	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinhal Grande	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Pinheirinho do Vale	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Pirapó	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Planalto	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Poço das Antas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Portão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Alegre	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Lucena	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Mauá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Vera Cruz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Porto Xavier	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Pouso Novo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Presidente Lucena	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Progresso	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Quaraí	22 a 27 + 35 a 03	22 a 27 + 35 a 03	22 a 29 + 35 a 03
Quevedos	22 a 30 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Quinze de Novembro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Redentora	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Relvado	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Restinga Seca	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Rio dos Índios	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rio Pardo	22 a 30 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Riozinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roca Sales	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rodeio Bonito	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rolador	22 a 28 + 33 a 03	22 a 03	22 a 03
Rolante	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Rondinha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Roque Gonzales	22 a 28 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Rosário do Sul	22 a 27 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03
Sagrada Família	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Saldanha Marinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Salto do Jacuí	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Salvador das Missões	22 a 27 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
Salvador do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Bárbara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Clara do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Cruz do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Maria	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Rosa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santa Tereza	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santana do Livramento	22 a 27 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 29 + 33 a 03
Santiago	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 03
Santo Ângelo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio da Patrulha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Antônio das Missões	22 a 28 + 35 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Santo Augusto	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Santo Cristo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Borja	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03
São Francisco de Assis	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 29 + 34 a 03
São Gabriel	22 a 27 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
São Jerônimo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São João do Polêsine	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
São José das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Hortêncio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Inhacorá	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São José do Norte	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
São José do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Leopoldo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Lourenço do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
São Luiz Gonzaga	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Martinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Martinho da Serra	22 a 30 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
São Miguel das Missões	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Nicolau	22 a 28 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
São Paulo das Missões	22 a 28 + 31 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro da Serra	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro das Missões	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro do Butiá	22 a 27 + 32 a 03	22 a 03	22 a 03
São Pedro do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
São Sebastião do Caí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Sepé	22 a 27+ 34 a 03	22 a 03	22 a 03
São Valério do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vendelino	22 a 03	22 a 03	22 a 03
São Vicente do Sul	22 a 28 + 35 a 03	22 a 29 + 34 a 03	22 a 30 + 34 a 03
Sapiranga	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sapucaia do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sarandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Seberi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sede Nova	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Segredo	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Selbach	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Senador Salgado Filho	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Sentinela do Sul	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Sério	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sertão Santana	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sete de Setembro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Silveira Martins	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Sinimbu	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Sobradinho	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tabaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapera	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tapes	22 a 31 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03
Taquara	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquari	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Taquaruçu do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tavares	22 a 27 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03	22 a 31 + 35 a 03
Tenente Portela	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Terra de Areia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Teutônia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tiradentes do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Toropi	22 a 29 + 35 a 03	22 a 30 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Torres	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tramandaí	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Travesseiro	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Cachoeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Coroas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três de Maio	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Forquilhas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Palmeiras	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Três Passos	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Trindade do Sul	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Triunfo	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Tucunduva	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tunas	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tupanciretã	22 a 29 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Tupandi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Tuparendi	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Turuçu	22 a 31 + 34 a 03	22 a 03	22 a 03
Ubiretama	22 a 27 + 30 a 03	22 a 03	22 a 03
Unistalda	22 a 28 + 35 a 03	22 a 28 + 34 a 03	22 a 31 + 34 a 03
Uruguaiana	22 a 27 + 35 a 03	22 a 27 + 35 a 03	22 a 28 + 35 a 03
Vale do Sol	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Real	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vale Verde	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Venâncio Aires	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vera Cruz	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vespasiano Correa	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Viamão	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vicente Dutra	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Alegre	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vista Gaúcha	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Vitória das Missões	22 a 32 + 35 a 03	22 a 03	22 a 03
Westfalia	22 a 03	22 a 03	22 a 03
Xangri-lá	22 a 03	22 a 03	22 a 03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 178, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011 e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, e nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milheto no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2012/2013, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O milheto (Pennisetum glaucum (L.) R. Br.) é uma gramínea anual de clima tropical, de hábito ereto e de porte alto, com desenvolvimento uniforme e bom perfilhamento. É uma planta rústica, com grande resistência à seca. Apresenta excelente valor nutritivo, boa palatabilidade e digestibilidade quando em pastejo, sendo atóxica aos animais em qualquer estádio vegetativo.

O milheto tem sido utilizado no Brasil como planta forrageira, especialmente na região Sul, onde foi introduzido como produção de semente para fabricação de ração e como planta de cobertura do solo no sistema de plantio direto.

O milheto também pode ser utilizado na recuperação de pastagens, na integração agricultura x pecuária e na produção de silagem em regiões com déficit hídrico.

Os fatores climáticos que influenciam o desenvolvimento, a produção e a produtividade da cultura são: a temperatura, o fotoperíodo e a precipitação pluviométrica.

O milheto adapta-se bem a vários tipos de solos, apresentando ótimas produtividades em solos de média a boa fertilidade, não tolerando solos excessivamente úmidos.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo do milheto no Estado.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. Na análise hídrica foi utilizado um modelo de balanço hídrico da cultura para períodos de dez dias, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 250 estações pluviométricas disponíveis no Estado e entorno;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais pelo método de Pennam-Monteith nas 36 estações climatológicas disponíveis no Estado e entorno;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 100 dias); Grupo II (100 dias ≤ n ≤ 120 dias); e Grupo III (n >120 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 30, 50 e 70 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo do milheto em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,50 com frequência de 80% nos anos avaliados;

- risco inferior a 20% de ocorrência de geadas no inicio do ciclo;

- risco inferior a 20% de ocorrência de temperatura abaixo de 18ºC no 1º decêndio do estabelecimento da cultura;

- risco inferior a 20% de ocorrência de temperatura abaixo de 16ºC no 2º ao 4º decêndio do estabelecimento da cultura;

- fotoperíodo superior a 12 horas no segundo 2º ao 5º decêndio do estabelecimento da cultura.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram, em pelo menos 20% de sua área, condições climáticas dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milheto no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 29	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado, as cultivares de milheto registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá			25 a 26
Água Santa	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Agudo	36 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Ajuricaba	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Alecrim		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Alegrete	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Alegria	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Almirante Tamandaré do Sul	35 a 1	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Alpestre	25 a 27 + 34 a 2	25 a 3	25 a 3
Alto Alegre	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Alto Feliz	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Alvorada		25 a 26 + 36 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Amaral Ferrador		34 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Ametista do Sul	25 a 27 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
André da Rocha	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Anta Gorda	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Antônio Prado	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Arambaré		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Araricá	34 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Aratiba	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Arroio do Meio	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Padre		25 a 26 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Arroio do Sal	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Tigre	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Arroio dos Ratos		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Arroio Grande		35 a 2	25 a 27 + 35 a 3
Arvorezinha	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Augusto Pestana	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Áurea	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Bagé			25 a 27 + 2 a 3
Balneário Pinhal		25 a 27 + 36 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Barão	25 a 28 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Barão de Cotegipe	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Barão do Triunfo	36 a 1	25 a 28 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Barra do Guarita	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Barra do Quaraí		36 a 1	25 a 26 + 36 a 3
Barra do Ribeiro		36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Barra do Rio Azul	25 a 26	25 a 3	25 a 3
Barra Funda	25 a 33	25 a 3	25 a 3
Barracão	25 a 2	25 a 3	25 a 3
Barros Cassal	34 a 3	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Benjamin Constant do Sul	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Bento Gonçalves	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista das Missões	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Buricá	25 a 26 + 36 a 1	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Boa Vista do Cadeado	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Incra	25 a 26 + 33 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Boa Vista do Sul	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Princípio	25 a 29 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Progresso	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Bom Retiro do Sul	2 a 3	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3
Boqueirão do Leão	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Bossoroca	35 a 36	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Bozano	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Braga	25 a 26 + 36 a 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Brochier		25 a 29 + 35 a 3	25 a 3
Butiá	35 a 36	25 a 27 + 35 a 3	25 a 31 + 35 a 3
Caçapava do Sul		35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Cacequi		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Cachoeira do Sul		35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Cachoeirinha		25 a 27 + 36 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Cacique Doble	25 a 29 + 34 a 2	25 a 3	25 a 3
Caibaté		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Caiçara	25 a 27 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Camaquã	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Camargo	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Campestre da Serra	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Campina das Missões		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Campinas do Sul	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Campo Bom	1 a 3	25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Campo Novo	25 a 26 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Campos Borges	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Candelária	35 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Cândido Godói		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Candiota			25 a 26
Canela	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Canguçu		25 a 28 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Canoas		25 a 27 + 36 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Canudos do Vale	26 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão Bonito do Sul	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Capão da Canoa	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão do Cipó	35 a 2	25 a 27 + 34 a 3	25 a 29 + 34 a 3
Capão do Leão		36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Capela de Santana		25 a 27 + 36 a 3	25 a 30 + 35 a 3
Capitão	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Capivari do Sul		25 a 27 + 1 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Caraá	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Carazinho	36 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Carlos Barbosa	25 a 28 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Carlos Gomes	25 a 30 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Casca	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Caseiros	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Catuípe	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Caxias do Sul	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Centenário	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Cerrito	35 a 36	25 a 28 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Cerro Branco	35 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Cerro Grande	25 a 26 + 35 a 1	25 a 2	25 a 3
Cerro Grande do Sul	36 a 1	25 a 27 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Cerro Largo		25 a 26 + 33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Chapada	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Charqueadas			25 a 27 + 36 a 3
Charrua	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Chiapeta	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Chuí		36 a 2	35 a 3
Chuvisca		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Cidreira	1 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 29 + 33 a 3
Ciríaco	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Colinas	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Colorado	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Condor	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Constantina	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Coqueiro Baixo	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Coqueiros do Sul	35 a 1	25 a 27 + 31 a 3	25 a 3
Coronel Barros	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Bicaco	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Pilar	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Cotiporã	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Coxilha		25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Crissiumal	25 a 26	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Cristal	35 a 2	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Cristal do Sul	25 a 27 + 35 a 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Cruz Alta	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Cruzaltense	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Cruzeiro do Sul	1 a 3	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
David Canabarro	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Derrubadas	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Dezesseis de Novembro		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Dilermando de Aguiar		36 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Dois Irmãos	35 a 3	25 a 3	25 a 3
Dois Irmãos das Missões	25 a 26 + 36 a 1	25 a 3	25 a 3
Dois Lajeados	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Dom Feliciano		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Dom Pedrito			25 a 27 + 35 a 3
Dom Pedro de Alcântara	35 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Dona Francisca	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Doutor Maurício Cardoso		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Doutor Ricardo	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Eldorado do Sul			25 a 28 + 36 a 3
Encantado	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Encruzilhada do Sul		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Engenho Velho	25 a 27 + 36 a 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Entre Rios do Sul	25 a 26 + 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Entre-Ijuís	25 a 27 + 36 a 3	25 a 30 + 35 a 3	25 a 32 + 35 a 3
Erebango	35 a 2	25 a 3	25 a 3
Erechim	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Ernestina		25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Erval Grande	25 a 26	25 a 3	25 a 3
Erval Seco	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Esperança do Sul	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Espumoso	35 a 3	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Estação	35 a 2	25 a 3	25 a 3
Estância Velha		25 a 27 + 35 a 3	25 a 32 + 35 a 3
Esteio		25 a 27 + 35 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Estrela	36 a 3	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Estrela Velha	33 a 1	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Eugênio de Castro	25 a 26 + 35 a 3	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3
Fagundes Varela	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Farroupilha	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Faxinal do Soturno		25 a 26 + 35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Faxinalzinho	25 a 26	25 a 3	25 a 3
Fazenda Vilanova	1 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Feliz	25 a 29 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Flores da Cunha	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Floriano Peixoto	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Fontoura Xavier	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Formigueiro		35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Forquetinha	26 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Fortaleza dos Valos	25 a 26 + 33 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Frederico Westphalen	25 a 27 + 34 a 35	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Garibaldi	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Garruchos	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Gaurama	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
General Câmara		1 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Gentil	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Getúlio Vargas	35 a 2	25 a 3	25 a 3
Giruá	25 a 26 + 36 a 3	25 a 31 + 34 a 3	25 a 3
Glorinha		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Gramado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Gramado dos Loureiros	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Gramado Xavier	33 a 3	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Gravataí		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Guabiju	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Guaíba			25 a 28 + 36 a 3
Guaporé	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Guarani das Missões		25 a 27 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Harmonia	35 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Herval		36 a 2	25 a 27 + 35 a 3
Herveiras	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Horizontina		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Hulha Negra			25 a 26
Humaitá	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Ibarama	36 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Ibiaçá	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibiraiaras	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibirapuitã		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Ibirubá	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Igrejinha	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Ijuí	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Ilópolis	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Imbé	33 a 1	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Imigrante	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Independência	25 a 27 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Inhacorá	25 a 27 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipê	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipiranga do Sul	36 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Iraí	25 a 27 + 34 a 1	25 a 3	25 a 3
Itaara		25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Itacurubi	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Itapuca	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Itaqui	36 a 1	35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Itati	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Itatiba do Sul	25 a 26	25 a 3	25 a 3
Ivorá	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Ivoti	25 a 26 + 36 a 3	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3
Jaboticaba	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Jacuizinho	33 a 1	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3
Jacutinga	1 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Jaguarão		36 a 2	25 a 27 + 35 a 3
Jaguari	35 a 3	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Jari	35 a 1	25 a 27 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Jóia	25 a 26 + 35 a 3	25 a 29 + 34 a 3	25 a 3
Júlio de Castilhos	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Lagoa Bonita do Sul	35 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Lagoa dos Três Cantos	36 a 1	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Lagoa Vermelha	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Lagoão	35 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Lajeado	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Lajeado do Bugre	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Lavras do Sul			25 a 26 + 36 a 3
Liberato Salzano	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Lindolfo Collor	36 a 3	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3
Linha Nova	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Maçambara	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Machadinho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mampituba	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Manoel Viana	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Maquiné	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Maratá		25 a 29 + 35 a 3	25 a 32 + 35 a 3
Marau		25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Marcelino Ramos	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mariana Pimentel		25 a 27 + 36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Mariano Moro	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Marques de Souza	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Mata	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Mato Castelhano		25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Mato Leitão	36 a 3	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Mato Queimado		25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Maximiliano de Almeida	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Minas do Leão		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Miraguaí	25 a 26	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3
Montauri	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Monte Belo do Sul	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Montenegro		25 a 27	25 a 29 + 36 a 3
Mormaço	36 a 1	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Morrinhos do Sul	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Morro Redondo		25 a 26 + 35 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Morro Reuter	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Mostardas			25 a 26
Muçum	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Muitos Capões	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Muliterno	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Não-Me-Toque	35 a 2	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Nicolau Vergueiro		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Nonoai	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Alvorada	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Araçá	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Bassano	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Boa Vista	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Nova Bréscia	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Candelária	36 a 1	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Nova Esperança do Sul	35 a 3	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Nova Hartz	34 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Pádua	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Palma	36 a 3	25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Nova Petrópolis	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Prata	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Ramada	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Roma do Sul	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Santa Rita		25 a 27 + 36 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Novo Barreiro	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Novo Cabrais	35 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Novo Hamburgo		25 a 27 + 35 a 3	25 a 3
Novo Machado		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Novo Tiradentes	25 a 26 + 35 a 1	25 a 2	25 a 3
Novo Xingu	35 a 36	25 a 27 + 30 a 2	25 a 3
Osório	25 a 26 + 33 a 3	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Paim Filho	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Palmares do Sul			25 a 28 + 2 a 3
Palmeira das Missões	25 a 26 + 34 a 1	25 a 3	25 a 3
Palmitinho	25 a 26 + 35 a 36	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Panambi	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Pantano Grande		35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Paraí	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Paraíso do Sul	36 a 1	34 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Pareci Novo		25 a 30 + 35 a 3	25 a 3
Parobé	35 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Passa Sete	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Passo do Sobrado		35 a 3	25 a 29 + 33 a 3
Passo Fundo		25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Paulo Bento	36 a 2	25 a 3	25 a 3
Paverama		25 a 27 + 35 a 3	25 a 3
Pedras Altas			25 a 26 + 35 a 1
Pedro Osório		36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Pejuçara	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Pelotas		36 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Picada Café	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Pinhal	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Pinhal da Serra	32 a 36	29 a 2	29 a 2
Pinhal Grande	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Pinheirinho do Vale	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Pinheiro Machado		35 a 36	25 a 27 + 35 a 3
Pirapó		25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Piratini		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Planalto	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Poço das Antas	25 a 26 + 36 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Pontão	34 a 36	25 a 27 + 31 a 3	25 a 3
Ponte Preta	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Portão		25 a 27 + 35 a 3	25 a 31 + 35 a 3
Porto Alegre		25 a 26 + 36 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Porto Lucena		25 a 27 + 36 a 2	25 a 3
Porto Mauá		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Porto Vera Cruz		25 a 27 + 35 a 2	25 a 3
Porto Xavier		25 a 27 + 35 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Pouso Novo	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Presidente Lucena	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Progresso	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Protásio Alves	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Putinga	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Quaraí		36 a 2	25 a 27 + 35 a 3
Quatro Irmãos	36 a 3	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3
Quevedos	35 a 1	25 a 29 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Quinze de Novembro	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Redentora	25 a 26 + 36 a 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Relvado	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Restinga Seca		34 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Rio dos Índios	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Rio Grande		25 a 26 + 36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
Rio Pardo		35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Riozinho	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Roca Sales	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Rodeio Bonito	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Rolador		25 a 27 + 35 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Rolante	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Ronda Alta	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Rondinha	25 a 26 + 35 a 36	25 a 3	25 a 3
Roque Gonzales		25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Rosário do Sul		35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Sagrada Família	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Saldanha Marinho	25 a 26 + 33 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Salto do Jacuí	33 a 1	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3
Salvador das Missões		25 a 26 + 33 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Salvador do Sul	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Sananduva	25 a 29 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Santa Bárbara do Sul	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cecília do Sul	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Clara do Sul	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cruz do Sul	36 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Santa Margarida do Sul			25 a 26
Santa Maria		36 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Santa Maria do Herval	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Rosa		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Santa Tereza	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Vitória do Palmar		36 a 2	35 a 3
Santana da Boa Vista		25 a 26 + 36 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Santana do Livramento		35 a 2	25 a 27 + 35 a 3
Santiago	35 a 3	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Santo Ângelo	25 a 26 + 36 a 3	25 a 30 + 35 a 3	25 a 3
Santo Antônio da Patrulha		25 a 27 + 33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Santo Antônio das Missões		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Santo Antônio do Palma	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Antônio do Planalto	36 a 1	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Santo Augusto	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Cristo		25 a 26 + 33 a 2	25 a 3
Santo Expedito do Sul	25 a 29 + 34 a 2	25 a 3	25 a 3
São Borja		25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
São Domingos do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Francisco de Assis	35 a 2	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
São Gabriel			25 a 26 + 35 a 3
São Jerônimo		25 a 27 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
São João da Urtiga	25 a 29 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
São João do Polêsine		35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
São Jorge	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São José das Missões	35 a 36	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
São José do Herval	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Hortêncio	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Inhacorá	25 a 26 + 36 a 1	25 a 3	25 a 3
São José do Norte		36 a 2	25 a 28 + 35 a 3
São José do Ouro	25 a 30 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
São José do Sul		25 a 30 + 35 a 3	25 a 3
São Leopoldo		25 a 27 + 35 a 3	25 a 31 + 35 a 3
São Lourenço do Sul	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
São Luiz Gonzaga		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
São Marcos	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Martinho	25 a 26 + 36 a 2	25 a 3	25 a 3
São Martinho da Serra	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
São Miguel das Missões	35 a 36	25 a 27 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
São Nicolau	35 a 36	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
São Paulo das Missões		25 a 27 + 35 a 3	25 a 28 + 33 a 3
São Pedro da Serra	25 a 27 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
São Pedro das Missões	25 a 26	25 a 3	25 a 3
São Pedro do Butiá		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
São Pedro do Sul		25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
São Sebastião do Caí	36 a 3	25 a 30 + 34 a 3	25 a 3
São Sepé		35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
São Valentim	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
São Valentim do Sul	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
São Valério do Sul	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vendelino	25 a 29 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vicente do Sul	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 26 + 35 a 3
Sapiranga	34 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Sapucaia do Sul		25 a 27 + 35 a 1	25 a 28 + 35 a 3
Sarandi	25 a 33	25 a 3	25 a 3
Seberi	25 a 27 + 35 a 36	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Sede Nova	25 a 26 + 36 a 1	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Segredo	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Selbach	25 a 26 + 36 a 2	25 a 3	25 a 3
Senador Salgado Filho		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Sentinela do Sul	36 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Serafina Corrêa	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Sério	26 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Sertão	36 a 2	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Sertão Santana	36 a 1	25 a 27 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Sete de Setembro		25 a 27 + 35 a 3	25 a 3
Severiano de Almeida	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Silveira Martins		35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Sinimbu	34 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Sobradinho	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Soledade	33 a 3	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3
Tabaí		25 a 27 + 36 a 3	25 a 30 + 35 a 3
Tapejara	25 a 26 + 35 a 36	25 a 3	25 a 3
Tapera	36 a 1	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Tapes	36 a 2	25 a 27 + 36 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Taquara	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Taquari		25 a 26 + 36 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Taquaruçu do Sul	25 a 27 + 34 a 35	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Tavares			1 a 3
Tenente Portela	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Terra de Areia	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Teutônia	25 a 26 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Tio Hugo		25 a 26 + 35 a 3	25 a 3
Tiradentes do Sul	25 a 26 + 1	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Toropi	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Torres	25 a 28 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Tramandaí	36 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Travesseiro	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Arroios	25 a 26 + 34 a 2	25 a 3	25 a 3
Três Cachoeiras	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Coroas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três de Maio		25 a 3	25 a 3
Três Forquilhas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Palmeiras	25 a 27 + 1 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Três Passos	25 a 26 + 33 a 35	25 a 3	25 a 3
Trindade do Sul	25 a 26 + 36 a 1	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Triunfo		25 a 26	25 a 28 + 36 a 3
Tucunduva		25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Tunas	35 a 3	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3
Tupanci do Sul	25 a 31 + 34 a 2	25 a 3	25 a 3
Tupanciretã	25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 34 a 3	25 a 3
Tupandi	25 a 27 + 36 a 3	25 a 3	25 a 3
Tuparendi	36 a 1	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Turuçu		25 a 26 + 35 a 3	25 a 29 + 35 a 3
Ubiretama		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
União da Serra	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Unistalda	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Uruguaiana		36 a 1	25 a 26 + 36 a 3
Vale do Sol	35 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Vale Real	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Vale Verde		36 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Vanini	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Venâncio Aires	33 a 3	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Vera Cruz	36 a 3	25 a 26 + 33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Veranópolis	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vespasiano Correa	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Viadutos	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Viamão		25 a 26 + 36 a 3	25 a 28 + 35 a 3
Vicente Dutra	25 a 27 + 34 a 1	25 a 3	25 a 3
Victor Graeff	36 a 1	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Vila Flores	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Lângaro	25 a 26 + 35 a 1	25 a 3	25 a 3
Vila Maria	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Nova do Sul		35 a 36	25 a 26 + 35 a 3
Vista Alegre	25 a 27 + 34 a 35	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Vista Alegre do Prata	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Vista Gaúcha	25 a 26	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Vitória das Missões	25 a 26	25 a 30 + 35 a 3	25 a 31 + 35 a 3
Westfália	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Xangri-lá	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá			25 a 26 + 36 a 3
Água Santa	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Agudo	35 a 1	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Ajuricaba	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Alecrim	35 a 36	25 a 26 + 32 a 2	25 a 3
Alegrete	35 a 3	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Alegria	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Almirante Tamandaré do Sul	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Alpestre	25 a 26 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Alto Alegre	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Alto Feliz	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Alvorada		34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Amaral Ferrador		33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Ametista do Sul	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
André da Rocha	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Anta Gorda	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Antônio Prado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Arambaré	35 a 2	34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Araricá	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Aratiba	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Arroio do Meio	29 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Padre		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Arroio do Sal	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Tigre	33 a 3	28 a 3	25 a 3
Arroio dos Ratos		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Arroio Grande		34 a 1	25 a 27 + 34 a 3
Arvorezinha	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Augusto Pestana	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Áurea	25 a 29 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Bagé			25 a 26 + 36 a 3
Balneário Pinhal	1 a 2	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Barão	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Barão de Cotegipe	25 a 26 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Barão do Triunfo	35 a 1	25 a 27 + 34 a 3	25 a 29 + 33 a 3
Barra do Guarita	25 a 26 + 34 a 36	25 a 3	25 a 3
Barra do Quaraí		35 a 3	35 a 3
Barra do Ribeiro		35 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Barra do Rio Azul	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Barra Funda	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Barracão	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Barros Cassal	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Benjamin Constant do Sul	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Bento Gonçalves	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista das Missões	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Buricá	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Cadeado	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Incra	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Sul	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Princípio	25 a 27 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Progresso	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Bom Retiro do Sul	36 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Boqueirão do Leão	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Bossoroca	34 a 36	34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Bozano	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Braga	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Brochier	36 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Butiá	34 a 35	25 a 26 + 33 a 3	25 a 30 + 33 a 3
Caçapava do Sul		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
Cacequi	35 a 36	33 a 3	32 a 3
Cachoeira do Sul		33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Cachoeirinha		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Cacique Doble	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Caibaté		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Caiçara	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Camaquã	35 a 3	33 a 3	25 a 29 + 33 a 3
Camargo	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Campestre da Serra	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Campina das Missões		32 a 3	25 a 3
Campinas do Sul	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Campo Bom	36 a 3	25 a 3	25 a 3
Campo Novo	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Campos Borges	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Candelária	34 a 2	32 a 3	25 a 3
Cândido Godói		32 a 3	25 a 3
Candiota			25 a 26 + 36 a 3
Canela	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Canguçu		25 a 27 + 33 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Canoas		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Canudos do Vale	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão Bonito do Sul	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão da Canoa	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão do Cipó	34 a 1	25 a 27 + 33 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Capão do Leão		34 a 2	25 a 27 + 34 a 3
Capela de Santana		25 a 26 + 34 a 3	25 a 30 + 33 a 3
Capitão	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Capivari do Sul		25 a 26 + 36 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Caraá	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Carazinho	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Carlos Barbosa	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Carlos Gomes	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Casca	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Caseiros	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Catuípe	34 a 3	25 a 3	25 a 3
Caxias do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Centenário	25 a 29 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Cerrito		25 a 26 + 33 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Cerro Branco	34 a 2	33 a 3	25 a 3
Cerro Grande	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Cerro Grande do Sul	35 a 36	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Cerro Largo		32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Chapada	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Charqueadas		2 a 3	25 a 27 + 35 a 3
Charrua	34 a 2	25 a 3	25 a 3
Chiapeta	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Chuí		35 a 1	34 a 3
Chuvisca	35 a 2	33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Cidreira	36 a 3	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Ciríaco	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Colinas	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Colorado	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Condor	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Constantina	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Coqueiro Baixo	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Coqueiros do Sul	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Coronel Barros	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Bicaco	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Pilar	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Cotiporã	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Coxilha	36 a 1	25 a 3	25 a 3
Crissiumal	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Cristal	34 a 2	25 a 26 + 33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Cristal do Sul	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Cruz Alta	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Cruzaltense	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Cruzeiro do Sul	36 a 3	25 a 27 + 31 a 3	25 a 3
David Canabarro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Derrubadas	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Dezesseis de Novembro		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Dilermando de Aguiar		34 a 1	34 a 3
Dois Irmãos	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Dois Irmãos das Missões	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Dois Lajeados	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Dom Feliciano		33 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Dom Pedrito		35 a 36	25 a 26 + 34 a 3
Dom Pedro de Alcântara	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Dona Francisca	35 a 1	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Doutor Maurício Cardoso	35 a 36	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Doutor Ricardo	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Eldorado do Sul		36 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Encantado	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Encruzilhada do Sul		34 a 1	25 a 27 + 33 a 3
Engenho Velho	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Entre Rios do Sul	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Entre-Ijuís	25 a 26 + 35 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Erebango	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Erechim	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Ernestina		25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Erval Grande	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Erval Seco	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Esperança do Sul	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Espumoso	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Estação	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Estância Velha	36 a 3	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Esteio		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Estrela	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Estrela Velha	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Eugênio de Castro	25 a 26 + 34 a 3	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3
Fagundes Varela	31 a 2	25 a 3	25 a 3
Farroupilha	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Faxinal do Soturno	35 a 1	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Faxinalzinho	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Fazenda Vilanova	36 a 3	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Feliz	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Flores da Cunha	26 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Floriano Peixoto	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Fontoura Xavier	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Formigueiro		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
Forquetinha	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Fortaleza dos Valos	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Frederico Westphalen	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Garibaldi	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Garruchos	35 a 36	34 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Gaurama	25 a 29 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
General Câmara		36 a 3	34 a 3
Gentil	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Getúlio Vargas	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Giruá	35 a 3	25 a 3	25 a 3
Glorinha	1 a 2	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Gramado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Gramado dos Loureiros	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Gramado Xavier	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Gravataí		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Guabiju	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Guaíba		36 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Guaporé	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Guarani das Missões		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Harmonia	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Herval		34 a 36	25 a 26 + 34 a 3
Herveiras	33 a 3	31 a 3	25 a 3
Horizontina		25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Hulha Negra			25 a 26 + 1 a 3
Humaitá	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Ibarama	35 a 3	32 a 3	25 a 3
Ibiaçá	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibiraiaras	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibirapuitã	36 a 1	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3
Ibirubá	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3	25 a 3
Igrejinha	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ijuí	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Ilópolis	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Imbé	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Imigrante	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Independência	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Inhacorá	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipê	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipiranga do Sul	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Iraí	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Itaara		34 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Itacurubi	34 a 36	34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Itapuca	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Itaqui	35 a 3	33 a 3	33 a 3
Itati	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Itatiba do Sul	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Ivorá	35 a 3	33 a 3	25 a 3
Ivoti	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Jaboticaba	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Jacuizinho	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Jacutinga	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Jaguarão		35 a 1	25 a 26 + 34 a 3
Jaguari	33 a 3	32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Jari	34 a 36	25 a 27 + 33 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Jóia	33 a 3	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Júlio de Castilhos	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Lagoa Bonita do Sul	34 a 2	32 a 3	25 a 3
Lagoa dos Três Cantos	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Lagoa Vermelha	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Lagoão	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Lajeado	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Lajeado do Bugre	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Lavras do Sul			25 a 26 + 35 a 3
Liberato Salzano	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Lindolfo Collor	36 a 3	25 a 3	25 a 3
Linha Nova	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Maçambara	34 a 2	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Machadinho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mampituba	29 a 3	25 a 3	25 a 3
Manoel Viana	34 a 1	32 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Maquiné	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Maratá	36 a 3	25 a 28 + 33 a 3	25 a 3
Marau	36 a 1	25 a 3	25 a 3
Marcelino Ramos	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mariana Pimentel		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Mariano Moro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Marques de Souza	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Mata	34 a 36	33 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Mato Castelhano	36 a 1	25 a 3	25 a 3
Mato Leitão	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Mato Queimado		25 a 26 + 33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Maximiliano de Almeida	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Minas do Leão		34 a 1	25 a 28 + 33 a 3
Miraguaí	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Montauri	27 a 3	25 a 3	25 a 3
Monte Belo do Sul	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Montenegro		25 a 27 + 36 a 3	25 a 30 + 35 a 3
Mormaço	35 a 2	25 a 3	25 a 3
Morrinhos do Sul	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Morro Redondo		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Morro Reuter	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Mostardas			1 a 3
Muçum	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Muitos Capões	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Muliterno	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Não-Me-Toque	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Nicolau Vergueiro	36 a 1	25 a 3	25 a 3
Nonoai	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Nova Alvorada	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Araçá	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Bassano	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Boa Vista	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Nova Bréscia	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Candelária	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Nova Esperança do Sul	33 a 3	32 a 3	31 a 3
Nova Hartz	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Pádua	26 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Palma	35 a 3	32 a 3	25 a 3
Nova Petrópolis	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Prata	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Ramada	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Roma do Sul	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Santa Rita		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Novo Barreiro	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Novo Cabrais	34 a 2	33 a 3	25 a 3
Novo Hamburgo	36 a 3	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
Novo Machado	35 a 36	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3
Novo Tiradentes	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Novo Xingu	33 a 36	25 a 2	25 a 3
Osório	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Paim Filho	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Palmares do Sul		1 a 3	25 a 27 + 36 a 3
Palmeira das Missões	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Palmitinho	25 a 26 + 34 a 36	25 a 3	25 a 3
Panambi	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Pantano Grande		34 a 1	25 a 27 + 33 a 3
Paraí	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Paraíso do Sul	35 a 1	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Pareci Novo	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Parobé	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Passa Sete	33 a 3	31 a 3	25 a 3
Passo do Sobrado	2 a 3	32 a 3	25 a 3
Passo Fundo	36 a 1	25 a 3	25 a 3
Paulo Bento	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Paverama	36 a 3	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Pedras Altas		34 a 35	34 a 3
Pedro Osório		34 a 1	25 a 27 + 34 a 3
Pejuçara	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Pelotas		25 a 27 + 34 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Picada Café	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Pinhal	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Pinhal da Serra	29 a 2	29 a 2	29 a 2
Pinhal Grande	33 a 3	28 a 3	25 a 3
Pinheirinho do Vale	25 a 26 + 34 a 36	25 a 3	25 a 3
Pinheiro Machado		34 a 1	25 a 26 + 34 a 3
Pirapó	35 a 36	34 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Piratini		25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Planalto	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Poço das Antas	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Pontão	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Ponte Preta	36 a 2	25 a 3	25 a 3
Portão	36 a 3	25 a 27 + 34 a 3	25 a 3
Porto Alegre		36 a 3	25 a 27 + 34 a 3
Porto Lucena		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Porto Mauá	35 a 36	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Porto Vera Cruz		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Porto Xavier		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Pouso Novo	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Presidente Lucena	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Progresso	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Protásio Alves	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Putinga	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Quaraí		35 a 3	25 a 26 + 34 a 3
Quatro Irmãos	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Quevedos	34 a 1	25 a 28 + 33 a 3	25 a 28 + 32 a 3
Quinze de Novembro	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Redentora	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Relvado	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Restinga Seca		33 a 3	30 a 3
Rio dos Índios	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Rio Grande		34 a 2	25 a 27 + 34 a 3
Rio Pardo		34 a 1	25 a 27 + 32 a 3
Riozinho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Roca Sales	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Rodeio Bonito	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Rolador		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Rolante	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ronda Alta	25 a 26 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Rondinha	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Roque Gonzales		33 a 3	25 a 3
Rosário do Sul		33 a 3	32 a 3
Sagrada Família	33 a 36	25 a 3	25 a 3
Saldanha Marinho	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Salto do Jacuí	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Salvador das Missões		32 a 3	25 a 3
Salvador do Sul	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Sananduva	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Bárbara do Sul	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cecília do Sul	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Clara do Sul	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cruz do Sul	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Margarida do Sul			36 a 3
Santa Maria		34 a 1	32 a 3
Santa Maria do Herval	25 a 3	25 a 3	25 a 3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Santa Rosa	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Santa Tereza	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Vitória do Palmar		35 a 2	34 a 3
Santana da Boa Vista		34 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Santana do Livramento		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
Santiago	34 a 1	33 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Santo Ângelo	25 a 26 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Antônio da Patrulha	36 a 3	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Santo Antônio das Missões	35 a 36	34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Santo Antônio do Palma	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Antônio do Planalto	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Santo Augusto	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Cristo		32 a 3	25 a 3
Santo Expedito do Sul	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Borja	35 a 36	34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
São Domingos do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Francisco de Assis	34 a 1	33 a 3	32 a 3
São Gabriel		35 a 3	33 a 3
São Jerônimo	35 a 36	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
São João da Urtiga	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São João do Polêsine	35 a 1	33 a 3	30 a 3
São Jorge	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José das Missões	33 a 36	25 a 3	25 a 3
São José do Herval	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Hortêncio	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Inhacorá	35 a 1	25 a 3	25 a 3
São José do Norte		35 a 2	25 a 27 + 34 a 3
São José do Ouro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Sul	36 a 3	25 a 3	25 a 3
São Leopoldo	1 a 2	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
São Lourenço do Sul	34 a 2	25 a 26 + 34 a 3	25 a 29 + 33 a 3
São Luiz Gonzaga	35 a 36	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
São Marcos	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Martinho	33 a 3	25 a 3	25 a 3
São Martinho da Serra	34 a 1	33 a 3	25 a 28 + 32 a 3
São Miguel das Missões	34 a 2	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3
São Nicolau	35 a 36	34 a 3	25 a 28 + 31 a 3
São Paulo das Missões		25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
São Pedro da Serra	25 a 27 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
São Pedro das Missões	33 a 36	25 a 3	25 a 3
São Pedro do Butiá		32 a 3	25 a 3
São Pedro do Sul		34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
São Sebastião do Caí	34 a 1	25 a 3	25 a 3
São Sepé		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
São Valentim	36 a 2	25 a 3	25 a 3
São Valentim do Sul	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Valério do Sul	32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vendelino	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vicente do Sul	34 a 1	33 a 3	32 a 3
Sapiranga	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Sapucaia do Sul		25 a 26 + 34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Sarandi	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Seberi	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Sede Nova	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Segredo	33 a 3	30 a 3	25 a 3
Selbach	28 a 2	25 a 3	25 a 3
Senador Salgado Filho		25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Sentinela do Sul	35 a 1	25 a 26 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Serafina Corrêa	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Sério	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Sertão	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Sertão Santana	35 a 36	25 a 27 + 34 a 3	25 a 28 + 33 a 3
Sete de Setembro	35 a 36	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Severiano de Almeida	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Silveira Martins		33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Sinimbu	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Sobradinho	34 a 1	32 a 3	25 a 3
Soledade	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tabaí		25 a 26 + 34 a 3	25 a 3
Tapejara	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tapera	33 a 2	25 a 3	25 a 3
Tapes	35 a 1	25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Taquara	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Taquari		35 a 3	25 a 3
Taquaruçu do Sul	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Tavares			1 a 3
Tenente Portela		25 a 3	25 a 3
Terra de Areia	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Teutônia	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Tio Hugo	35 a 1	25 a 3	25 a 3
Tiradentes do Sul	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Toropi	34 a 36	33 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Torres	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tramandaí	33 a 3	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3
Travesseiro	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Arroios	25 a 26 + 33 a 2	25 a 3	25 a 3
Três Cachoeiras	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Coroas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três de Maio	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Três Forquilhas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Palmeiras	25 a 26 + 35 a 2	25 a 3	25 a 3
Três Passos	36 a 2	25 a 3	25 a 3
Trindade do Sul	25 a 26 + 33 a 1	25 a 3	25 a 3
Triunfo		36 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Tucunduva	35 a 36	25 a 29 + 33 a 3	25 a 3
Tunas	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tupanci do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Tupanciretã	33 a 3	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Tupandi	25 a 26 + 34 a 3	25 a 3	25 a 3
Tuparendi	35 a 36	25 a 2	25 a 3
Turuçu		25 a 26 + 34 a 3	25 a 29 + 34 a 3
Ubiretama		32 a 3	25 a 3
União da Serra	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Unistalda	34 a 1	33 a 3	32 a 3
Uruguaiana		35 a 3	35 a 3
Vale do Sol	34 a 1	32 a 3	25 a 3
Vale Real	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vale Verde		35 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Vanini	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Venâncio Aires	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vera Cruz	35 a 3	32 a 3	25 a 3
Veranópolis	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vespasiano Correa	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Viadutos	25 a 30 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Viamão		34 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Vicente Dutra	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Victor Graeff	35 a 2	25 a 3	25 a 3
Vila Flores	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Lângaro	35 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Maria	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Nova do Sul		34 a 1	34 a 3
Vista Alegre	25 a 26 + 33 a 36	25 a 3	25 a 3
Vista Alegre do Prata	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Vista Gaúcha	25 a 26 + 35 a 36	25 a 3	25 a 3
Vitória das Missões	25 a 26 + 36 a 3	25 a 29 + 34 a 3	25 a 3
Westfália	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Xangri-lá	31 a 3	25 a 3	25 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Aceguá			35 a 3
Água Santa	31 a 2	25 a 3	25 a 3
Agudo	33 a 2	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Ajuricaba	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Alecrim		31 a 3	25 a 3
Alegrete	34 a 2	32 a 3	31 a 3
Alegria	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Almirante Tamandaré do Sul	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Alpestre	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Alto Alegre	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Alto Feliz	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Alvorada		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Amaral Ferrador		31 a 3	29 a 3
Ametista do Sul	33 a 35	25 a 3	25 a 3
André da Rocha	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Anta Gorda	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Antônio Prado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Arambaré	34 a 1	33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Araricá	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Aratiba	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Arroio do Meio	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Padre		33 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Arroio do Sal	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Arroio do Tigre	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Arroio dos Ratos		33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Arroio Grande		33 a 36	33 a 3
Arvorezinha	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Augusto Pestana	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Áurea	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Bagé		2 a 3	35 a 3
Balneário Pinhal	36 a 3	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Barão	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Barão de Cotegipe	32 a 1	25 a 3	25 a 3
Barão do Triunfo	34 a 36	25 a 26 + 33 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Barra do Guarita	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Barra do Quaraí		34 a 1	34 a 1
Barra do Ribeiro		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
Barra do Rio Azul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Barra Funda	31 a 36	25 a 3	25 a 3
Barracão	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Barros Cassal	31 a 3	26 a 3	25 a 3
Benjamin Constant do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Bento Gonçalves	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista das Missões	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Buricá	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Cadeado	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Incra	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Boa Vista do Sul	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Princípio	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Bom Progresso	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Bom Retiro do Sul	35 a 2	31 a 3	25 a 3
Boqueirão do Leão	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Bossoroca	33 a 3	32 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Bozano	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Braga	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Brochier	35 a 2	25 a 27 + 31 a 3	25 a 3
Butiá		32 a 3	25 a 3
Caçapava do Sul		33 a 3	32 a 3
Cacequi	34 a 3	32 a 3	31 a 3
Cachoeira do Sul		32 a 3	31 a 3
Cachoeirinha		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Cacique Doble	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Caibaté	2 a 3	32 a 3	25 a 3
Caiçara	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Camaquã	34 a 1	32 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Camargo	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Campestre da Serra	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Campina das Missões		31 a 3	25 a 3
Campinas do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Campo Bom	35 a 3	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Campo Novo	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Campos Borges	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Candelária	32 a 36	31 a 3	25 a 3
Cândido Godói		31 a 3	25 a 3
Candiota			36 a 3
Canela	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Canguçu		32 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Canoas		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Canudos do Vale	29 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão Bonito do Sul	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão da Canoa	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Capão do Cipó	33 a 3	32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Capão do Leão		34 a 36	32 a 3
Capela de Santana		25 a 26 + 34 a 3	25 a 29 + 32 a 3
Capitão	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Capivari do Sul		35 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Caraá	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Carazinho	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Carlos Barbosa	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Carlos Gomes	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Casca	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Caseiros	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Catuípe	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Caxias do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Centenário	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Cerrito		32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Cerro Branco	32 a 36	31 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Cerro Grande	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Cerro Grande do Sul	34 a 35	33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Cerro Largo		31 a 3	28 a 3
Chapada	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Charqueadas		1 a 3	25 a 26 + 34 a 3
Charrua	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Chiapeta	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Chuí			33 a 3
Chuvisca	34 a 1	32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Cidreira	35 a 3	31 a 3	25 a 3
Ciriaco	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Colinas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Colorado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Condor	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Constantina	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Coqueiro Baixo	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Coqueiros do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Coronel Barros	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Bicaco	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Coronel Pilar	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Cotiporã	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Coxilha	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Crissiumal	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Cristal	33 a 3	32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Cristal do Sul	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Cruz Alta	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Cruzaltense	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Cruzeiro do Sul	34 a 2	30 a 3	25 a 3
David Canabarro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Derrubadas	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Dezesseis de Novembro		33 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Dilermando de Aguiar		34 a 1	32 a 3
Dois Irmãos	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Dois Irmãos das Missões	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Dois Lajeados	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Dom Feliciano		32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Dom Pedrito		34 a 2	32 a 3
Dom Pedro de Alcântara	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Dona Francisca	34 a 36	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Doutor Maurício Cardoso	34 a 35	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Doutor Ricardo	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Eldorado do Sul		35 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Encantado	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Encruzilhada do Sul		32 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Engenho Velho	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Entre Rios do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Entre-Ijuís	34 a 3	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Erebango	31 a 36	25 a 3	25 a 3
Erechim	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Ernestina	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Erval Grande	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Erval Seco	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Esperança do Sul	32 a 35	25 a 3	25 a 3
Espumoso	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Estação	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Estância Velha	35 a 2	33 a 3	25 a 3
Esteio		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Estrela	32 a 2	25 a 3	25 a 3
Estrela Velha	31 a 3	27 a 3	25 a 3
Eugênio de Castro	33 a 3	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Fagundes Varela	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Farroupilha	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Faxinal do Soturno	34 a 36	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Faxinalzinho	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Fazenda Vilanova	34 a 2	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3
Feliz	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Flores da Cunha	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Floriano Peixoto	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Fontoura Xavier	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Formigueiro		33 a 3	31 a 3
Forquetinha	29 a 3	25 a 3	25 a 3
Fortaleza dos Valos	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Frederico Westphalen	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Garibaldi	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Garruchos	33 a 35	33 a 3	25 a 26 + 30 a 3
Gaurama	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
General Câmara		35 a 3	33 a 3
Gentil	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Getúlio Vargas	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Giruá	33 a 1	25 a 3	25 a 3
Glorinha	36 a 3	32 a 3	25 a 3
Gramado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Gramado dos Loureiros	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Gramado Xavier	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Gravataí	36 a 3	32 a 3	25 a 3
Guabiju	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Guaíba		35 a 3	25 a 26 + 33 a 3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Guaporé	25 a 27 + 30 a 3	25 a 3	25 a 3
Guarani das Missões	2 a 3	32 a 3	25 a 3
Harmonia	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Herval		33 a 34	33 a 3
Herveiras	32 a 3	29 a 3	25 a 3
Horizontina	34 a 35	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Hulha Negra		3	36 a 3
Humaitá	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Ibarama	33 a 3	31 a 3	25 a 3
Ibiaçá	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibiraiaras	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Ibirapuitã	35 a 3	26 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Ibirubá	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Igrejinha	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Ijuí	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Ilópolis	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Imbé	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Imigrante	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Independência	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3	25 a 3
Inhacorá	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipê	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ipiranga do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Iraí	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Itaara		32 a 3	25 a 26 + 30 a 3
Itacurubi	33 a 3	32 a 3	32 a 3
Itapuca	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Itaqui	34 a 1	32 a 3	31 a 3
Itati	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Itatiba do Sul	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Ivorá	34 a 2	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Ivoti	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Jaboticaba	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Jacuizinho	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Jacutinga	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Jaguarão		33 a 34	33 a 3
Jaguari	32 a 3	31 a 3	30 a 3
Jari	33 a 3	32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Jóia	32 a 3	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Júlio de Castilhos	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Lagoa Bonita do Sul	33 a 1	31 a 3	25 a 3
Lagoa dos Três Cantos	31 a 36	25 a 3	25 a 3
Lagoa Vermelha	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Lagoão	31 a 3	27 a 3	25 a 3
Lajeado	31 a 2	25 a 3	25 a 3
Lajeado do Bugre	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Lavras do Sul		36 a 3	33 a 3
Liberato Salzano	32 a 2	25 a 3	25 a 3
Lindolfo Collor	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Linha Nova	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Maçambara	33 a 3	32 a 3	31 a 3
Machadinho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mampituba	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Manoel Viana	33 a 3	31 a 3	30 a 3
Maquiné	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Maratá	35 a 2	25 a 27 + 32 a 3	25 a 3
Marau	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Marcelino Ramos	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mariana Pimentel		33 a 3	25 a 27 + 33 a 3
Mariano Moro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Marques de Souza	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Mata	33 a 3	32 a 3	31 a 3
Mato Castelhano	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Mato Leitão	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Mato Queimado	2 a 3	32 a 3	31 a 3
Maximiliano de Almeida	25 a 29 + 32 a 2	25 a 3	25 a 3
Minas do Leão		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Miraguaí		25 a 3	25 a 3
Montauri	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Monte Belo do Sul	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Montenegro		25 a 26 + 35 a 3	25 a 28 + 34 a 3
Mormaço	32 a 36	27 a 3	25 a 3
Morrinhos do Sul	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Morro Redondo		33 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Morro Reuter	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Mostardas			36 a 3
Muçum	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Muitos Capões	26 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Muliterno	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Não-Me-Toque	31 a 36	25 a 3	25 a 3
Nicolau Vergueiro	35 a 36	25 a 29 + 32 a 3	25 a 3
Nonoai	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Nova Alvorada	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Araçá	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Bassano	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Boa Vista	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Nova Bréscia	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Candelária	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Nova Esperança do Sul	32 a 3	31 a 3	30 a 3
Nova Hartz	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Pádua	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Palma	33 a 3	31 a 3	25 a 3
Nova Petrópolis	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Prata	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Ramada	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Roma do Sul	26 a 3	25 a 3	25 a 3
Nova Santa Rita		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
Novo Barreiro	32 a 35	25 a 3	25 a 3
Novo Cabrais	32 a 36	31 a 3	25 a 26 + 30 a 3
Novo Hamburgo	35 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Novo Machado	34 a 35	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Novo Tiradentes	32 a 2	25 a 3	25 a 3
Novo Xingu	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Osório	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Paim Filho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Palmares do Sul		36 a 3	35 a 3
Palmeira das Missões	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Palmitinho	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Panambi	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Pantano Grande		33 a 3	32 a 3
Paraí	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Paraíso do Sul	34 a 36	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Pareci Novo	34 a 2	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Parobé	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Passa Sete	32 a 3	30 a 3	25 a 3
Passo do Sobrado	36 a 2	32 a 3	25 a 3
Passo Fundo	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Paulo Bento	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Paverama	35 a 2	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3
Pedras Altas			33 a 3
Pedro Osório		33 a 35	33 a 3
Pejuçara	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Pelotas		33 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Picada Café	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Pinhal	32 a 35	25 a 3	25 a 3
Pinhal da Serra	29 a 2	29 a 2	29 a 2
Pinhal Grande	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Pinheirinho do Vale	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Pinheiro Machado		33 a 3	33 a 3
Pirapó		33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Piratini		32 a 3	25 a 26 + 31 a 3
Planalto	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Poço das Antas	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Pontão	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Ponte Preta	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Portão	35 a 2	25 a 26 + 33 a 3	25 a 3
Porto Alegre		33 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Porto Lucena		33 a 3	25 a 3
Porto Mauá		25 a 27 + 31 a 3	25 a 3
Porto Vera Cruz		32 a 2	25 a 3
Porto Xavier		33 a 3	25 a 27 + 30 a 3
Pouso Novo	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Presidente Lucena	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Progresso	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Protásio Alves	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Putinga	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Quaraí		33 a 3	33 a 3
Quatro Irmãos	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Quevedos	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 27 + 31 a 3
Quinze de Novembro	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Redentora	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Relvado	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Restinga Seca		32 a 3	29 a 3
Rio dos Índios	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Rio Grande		34 a 36	33 a 3
Rio Pardo		33 a 3	31 a 3
Riozinho	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Roca Sales	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Rodeio Bonito	32 a 35	25 a 3	25 a 3
Rolador		32 a 3	25 a 3
Rolante	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Ronda Alta	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Rondinha	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Roque Gonzales		32 a 3	25 a 3
Rosário do Sul	2 a 3	32 a 3	31 a 3
Sagrada Família	33 a 35	25 a 3	25 a 3
Saldanha Marinho	28 a 3	25 a 3	25 a 3
Salto do Jacuí	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Salvador das Missões		31 a 3	28 a 3
Salvador do Sul	33 a 3	25 a 3	25 a 3
Sananduva	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Bárbara do Sul	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cecília do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Clara do Sul	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Cruz do Sul	32 a 3	25 a 26 + 29 a 3	25 a 3
Santa Margarida do Sul			35 a 3
Santa Maria		33 a 3	31 a 3
Santa Maria do Herval	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Rosa	34 a 35	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
Santa Tereza	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Santa Vitória do Palmar			33 a 3
Santana da Boa Vista		33 a 3	25 a 28 + 31 a 3
Santana do Livramento		33 a 3	32 a 3
Santiago	33 a 3	31 a 3	30 a 3
Santo Ângelo	34 a 1	25 a 3	25 a 3
Santo Antônio da Patrulha	36 a 3	31 a 3	25 a 3
Santo Antônio das Missões	33 a 34	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Santo Antônio do Palma	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Antônio do Planalto	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Santo Augusto	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Santo Cristo		30 a 36	25 a 3
Santo Expedito do Sul	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
São Borja	34 a 2	33 a 3	32 a 3
São Domingos do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Francisco de Assis	33 a 3	32 a 3	31 a 3
São Gabriel		34 a 2	32 a 3
São Jerônimo		32 a 3	25 a 27 + 32 a 3
São João da Urtiga	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
São João do Polêsine	34 a 35	32 a 3	29 a 3
São Jorge	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José das Missões	33 a 35	25 a 3	25 a 3
São José do Herval	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Hortêncio	34 a 1	25 a 3	25 a 3
São José do Inhacorá	34 a 36	25 a 3	25 a 3
São José do Norte		34 a 1	25 a 26 + 33 a 3
São José do Ouro	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São José do Sul	34 a 2	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3
São Leopoldo	36 a 1	33 a 3	25 a 3
São Lourenço do Sul	33 a 36	32 a 3	25 a 28 + 31 a 3
São Luiz Gonzaga	2 a 3	33 a 3	25 a 27 + 31 a 3
São Marcos	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Martinho	32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Martinho da Serra	33 a 3	32 a 3	25 a 27 + 30 a 3
São Miguel das Missões	33 a 3	25 a 26 + 32 a 3	25 a 28 + 31 a 3
São Nicolau	33 a 35	33 a 3	25 a 26 + 30 a 3
São Paulo das Missões		32 a 3	25 a 3
São Pedro da Serra	32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Pedro das Missões	33 a 35	25 a 3	25 a 3
São Pedro do Butiá		31 a 3	25 a 3
São Pedro do Sul	34 a 3	32 a 3	25 a 26 + 32 a 3
São Sebastião do Caí	32 a 3	25 a 3	25 a 3
São Sepé		33 a 3	32 a 3
São Valentim	34 a 1	25 a 3	25 a 3
São Valentim do Sul	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
São Valério do Sul	31 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vendelino	25 a 3	25 a 3	25 a 3
São Vicente do Sul	33 a 3	32 a 3	31 a 3
Sapiranga	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Sapucaia do Sul		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Sarandi	31 a 36	25 a 3	25 a 3
Seberi	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Sede Nova	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Segredo	32 a 3	28 a 3	25 a 3
Selbach	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Senador Salgado Filho	34 a 35	31 a 3	25 a 3
Sentinela do Sul	34 a 36	33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Serafina Corrêa	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Sério	29 a 3	25 a 3	25 a 3
Sertão	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Sertão Santana	34 a 36	33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Sete de Setembro	34 a 35	25 a 26 + 32 a 3	25 a 3
Severiano de Almeida	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Silveira Martins		32 a 3	25 a 26 + 29 a 3
Sinimbu	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Sobradinho	32 a 3	30 a 3	25 a 3
Soledade	32 a 2	27 a 3	25 a 3
Tabaí		34 a 3	25 a 3
Tapejara	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tapera	32 a 36	25 a 3	25 a 3
Tapes	34 a 36	33 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Taquara	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Taquari		34 a 1	25 a 3
Taquaruçu do Sul	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Tavares			36 a 3
Tenente Portela		25 a 3	25 a 3
Terra de Areia	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Teutônia	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tio Hugo	35 a 36	25 a 3	25 a 3
Tiradentes do Sul	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Toropi	33 a 3	32 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Torres	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tramandaí	32 a 3	25 a 26 + 30 a 3	25 a 3
Travesseiro	30 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Arroios	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Cachoeiras	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Coroas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três de Maio	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Três Forquilhas	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Três Palmeiras	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Três Passos	30 a 32 + 35 a 3	25 a 3	25 a 3
Trindade do Sul	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Triunfo		1 a 3	25 a 26 + 33 a 3
Tucunduva	34 a 35	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Tunas	31 a 3	27 a 3	25 a 3
Tupanci do Sul	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Tupanciretã	32 a 3	25 a 26 + 31 a 3	25 a 3
Tupandi	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Tuparendi	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Turuçu		33 a 3	25 a 27 + 32 a 3
Ubiretama		31 a 3	25 a 3
União da Serra	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Unistalda	33 a 36	32 a 3	31 a 3
Uruguaiana		34 a 1	34 a 1
Vale do Sol	32 a 2	30 a 3	25 a 3
Vale Real	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Vale Verde		34 a 1	25 a 26 + 31 a 3
Vanini	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Venâncio Aires	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Vera Cruz	34 a 2	31 a 3	25 a 3
Veranópolis	25 a 28 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Vespasiano Correa	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Viadutos	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3	25 a 3
Viamão		33 a 3	25 a 26 + 32 a 3
Vicente Dutra	32 a 2	25 a 3	25 a 3
Victor Graeff	34 a 36	25 a 3	25 a 3
Vila Flores	25 a 27 + 31 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Lângaro	34 a 2	25 a 3	25 a 3
Vila Maria	31 a 3	25 a 3	25 a 3
Vila Nova do Sul		33 a 3	33 a 3
Vista Alegre	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Vista Alegre do Prata	25 a 3	25 a 3	25 a 3
Vista Gaúcha	34 a 35	25 a 3	25 a 3
Vitória das Missões	34 a 1	25 a 28 + 32 a 3	25 a 3
Westfália	32 a 3	25 a 3	25 a 3
Xangri-lá	31 a 3	25 a 3	25 a 3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 606, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica o representante da contraparte brasileira, Dr. TÉO VEIGA DE OLIVEIRA, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, autorizado a realizar coleta no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado "Ecologia das Iraras (Eira barbara) em uma paisagem modificada pelo homem da Mata Atlântica da Bahia, Brasil", Processo CNPq nº 001308/2012-2, em cooperação com a Dra. ANDREA CAROLINA DECHNER SIERRA, contraparte estrangeira, natural da Colômbia, representante da Universidade Estadual de Michigan, pelo prazo de um ano, contado a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 607, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica a representante da contraparte brasileira, Dra. LUCIA VIEIRA HOFFMANN, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Arroz e Feijão, autorizada a realizar coleta e acesso no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado "Africa-Brazil Marketplace: Manejo de doenças e pragas e variedades de algodão na Tanzania", Processo CNPq nº 001372/2012-2, em cooperação com a Dra. FLORA ISMAIL, contraparte estrangeira, natural da Tanzânia, representante da Universidade de Dar es Salaam, pelo prazo de um ano, contado a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

§ 1º. A autorização prevista neste artigo compreende a participação do pesquisador estrangeiro abaixo relacionado nos trabalhos de campo.

Pesquisador	Nacionalidade	Instituição
Faustine Kainunula Christopher	Tanzaniana	University of Dar es Salaam

§ 2º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 608, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica o representante da contraparte brasileira, Dr. ALVARO LUIZ GAYOSO DE AZEREDO COUTINHO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, autorizado a supervisionar o plano de atividades de pós-doutorado intitulado "Estimativa de Erros para Quantificação de Incertezas em Análises Multiescala", Processo CNPq nº 002016/2012-5, a ser executado pelo Dr. RÉGIS COTTEREAU, natural da França, vinculado à École Centrale Paris, pelo prazo de um ano, contado a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 609, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.000157/2012-93, de 20 de janeiro de 2012, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa WEG Drives & Controls - Automação Ltda. CNPJ: 14.309.992/0001-48, incorporadora da empresa Weg Equipamentos Elétricos S/A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.175.725/0010-50, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Aparelho para proteção e acionamento de motores elétricos, baseado em técnica digital.

Modelo: Relé Inteligente SRW 01.

Produto 2: Controlador lógico programável.

Modelos: Controlador Programável PLC300 - versão sem HMI; Controlador Programável PLC300 - versão com HMI.

Produto 3: Conversor eletrônico de freqüência, para variação de velocidade de motores elétricos.

Modelos: CONVERSOR DE FREQüêNCIA CFW 500; INVERSOR DE FREQUêNCIA CFW 701 HVAC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

DECISÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, e considerando que:

I - As falhas apontadas pela Divisão de Convênios, no relatório de Análise da Execução Financeira das fls. 525 a 528, foram todas devidamente justificadas ou sanadas pela Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX (entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP);

II - A Divisão de Convênios emitiu relatório complementar, Informação Financeira 289/2012 da folha 931, concluindo que a execução financeira do Termo de Parceria nº 13.0017.00/2008 firmado com a SOFTEX vem sendo realizada com regularidade, não apresentando, até o momento, indícios de malversação de recursos públicos;

III - A Comissão de Acompanhamento e Avaliação emitiu relatório referente ao período de execução de março de 2011 a março de 2012 das fls 872 a 877, também concluindo no sentido de que a execução técnica do projeto estava adequada e satisfatória;

V - A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (órgão da Advocacia-Geral da União) exarou parecer jurídico atestando que a execução do Termo de Parceria em comento foi considerada regular pelos setores técnico e financeiro da Pasta, estando apta, portanto, para ser retomada; e

VI - Ainda existem recursos empenhados pendentes de transferência à SOFTEX para que conclua o objeto ajustado no Termo de Parceria celebrado com a União, por intermédio deste Ministério.

DECIDE

Autorizar, com esteio no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, a retomada da execução e da transferência de recursos necessários para conclusão do Termo de Parceria nº 13.0017.00/2008, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX, cabendo aos setores responsáveis pela fiscalização da avença envidar todos os esforços no sentido de acompanhar a boa e regular execução do objeto da parceria.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.365/2012

Processo nº: 01200.003098/2011-24
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º andar, São Paulo-SP CEP: 04578-000
Assunto: Liberação comercial de OGM
Extrato Prévio: nº 2901/2011, publicado em 08/09/2011
Reunião: 154ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16/08/2012
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de do algodão geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante ao glifosato MON 15985 x MON 88913, bem como todas as progênies dele provenientes, com vistas ao livre uso no meio ambiente, registro, consumo humano ou animal, comércio ou uso industrial e qualquer outro uso ou atividade relacionada ao evento ou seus subprodutos, respeitadas as demais legislações e exigências aplicáveis, concluiu pelo DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. O algodão combinado MON 15985 x MON 88913 é resultante do cruzamento, através do melhoramento genético clássico, dos parentais de algodão geneticamente modificados MON 15985 e MON 88913. No que se refere ao algodão MON 15985, os genes cry1Ac e cry2Ab2 introduzidos em seu genoma e também presentes no genoma do algodão MON 15985 x MON 88913, são provenientes de Bacillus thuringiensis subsp. kurstaki e codificam, respectivamente, as proteínas Cry1Ac e Cry2Ab2. As proteínas Cry2Ab2 e Cry1Ac são de ação bastante específica, demonstrando efeito tóxico apenas por ingestão e atuam em receptores específicos localizados no intestino médio de algumas espécies de insetos da Ordem Lepidoptera. Essas proteínas têm efeito tóxico sobre insetos da ordem Lepidoptera que atacam a cultura do algodão no Brasil como a lagarta-do-cartucho, Spodoptera frugiperda e outras espécies do gênero Spodoptera, além de: curuquerê-do-algodoeiro, Alabama argillacea; lagartas-das-maçãs, Heliothis virescens e Helicoverpa zea; e lagarta rosada, Pectinophora gossypiella. No que se refere ao algodão MON 88913, o gene cp4 epsps introduzido em seu genoma e também presente no genoma do algodão MON 15985 x MON 88913, é proveniente da Agrobacterium cepa CP4 e codifica a proteína CP4 EPSPS (5-enolpiruvilchiquimato-3-fosfato sintase), responsável por conferir a tolerância ao herbicida glifosato. A proteína CP4 EPSPS presente no algodão MON 88913 é funcionalmente idêntica às proteínas EPSPS endógenas de plantas (inclusive de algodão), exceto pelo fato de que a CP4 EPSPS apresenta uma afinidade naturalmente reduzida para o glifosato. A CTNBio analisou os relatórios apresentados pela requerente bem como literatura científica independente. As analises dos resultados de todos os testes indicaram que o algodão MON 15985 x MON 88913 é considerado substancialmente equivalente a outras variedades de algodão. As zonas de restrição ao plantio de algodão geneticamente modificado estabelecidas no Anexo da Portaria MAPA nº 21/2005, devem ser rigorosamente observadas.

No âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que o pedido atende às normas e legislação vigente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal, e concluiu que o algodão MON 15985 x MON 88913 é substancialmente equivalente ao algodão convencional, sendo seu consumo seguro para a saúde humana e animal. No tocante ao meio ambiente, concluiu a CTNBio que o cultivo do algodão MON 15985 x MON 88913 não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, guardando com a biota relação idêntica ao algodão convencional.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.728, de 09/06/2003, em atendimento ao acordado no Termo de Cooperação nº 064/2011 firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e o CNPq, e considerando o disposto no item 8.1 da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País, resolve:

Estabelecer e regulamentar instrumentos de fomento adequados à implementação e ao aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações de desenvolvimento científico e de formação de recursos nas áreas de atuação da FIOCRUZ, objeto do Termo de Cooperação técnico-científica nº 064/2011, firmado em 03/07/2012, entre a FIOCRUZ e o CNPq.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/478155

GLAUCIUS OLIVA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNTE DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 159, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0319 - Belezas Seculares
Processo: 01580.023623/2012-81
Proponente: Cristiano Sensi Figueiredo - Me
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.284.229/0001-84
Valor total aprovado: R$ 298.093,45
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 283.288,78
Banco: 001- agência: 2445-7 conta corrente: 16.414-3
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 64, DE 24 DE AGOSTO 2012

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº. 7.748, de 6 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 08 de junho de 2012, decide:

Art.1°. Estabelecer as regras para inscrições de projetos no âmbito do Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil, em conformidade com a Portaria 29, de 21 de maio de 2009, do Ministério da Cultura, que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública.

Art.2°. Aprovar o Edital, publicado na Seção 3 do DOU, nesta data, que define valores, prazos e condições para a concessão de bolsas a tradutores estrangeiros com a finalidade de apoiar o custeio de períodos de residência no Brasil.

Art.3°. Esta Decisão Executiva entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.

GALENO AMORIM

DECISÃO EXECUTIVA Nº 65, DE 24 DE AGOSTO 2012

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº. 7.748, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 08 de junho de 2012, decide:

Art.1°. Estabelecer as regras para inscrições de projetos no âmbito do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior, em conformidade com a Portaria 29, de 21 de maio de 2009, do Ministério da Cultura, que dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública.

Art.2°. Aprovar o Edital, publicado na Seção 3 do DOU, nesta data, que define valores, prazos e condições para a concessão de apoio financeiro a editoras estrangeiras com o objetivo de promover a participação de autores brasileiros em eventos literários no exterior.

Art.3°. Esta Decisão Executiva entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União - D.O.U.

GALENO AMORIM

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 491, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 913, de 20 de agosto de 2012 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

12 5089 - Espetáculo Multidisciplinar Valores de Minas 2012 - Oitava Edição
Agentz Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.173.270/0001-92
Processo: 01400.014898/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 540.600,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto propõe a pesquisa, a criação e realização do espetáculo da oitava edição do Programa Valores de Minas, que reúne várias disciplinas das artes, como Teatro, Dança, Circo, Música e Artes Visuais. Por meio do estudo e da pesquisa destas linguagens e do diálogo entre as mesmas, 570 jovens alunos, juntamente com a equipe de criação do programa, elaboram um espetáculo multidisciplinar que cumprirá uma temporada de, no mínimo, 11 apresentações na capital mineira.

12 4924 - Revista de Dança on-line - Ano II
FM editora e Propaganda Ltda.
CNPJ/CPF: 14.133.313/0001-22
Processo: 01400.012770/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 948.333,64
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto de reformulação, de ampliação e de continuidade de publicação da revista cultural on line para a área da Dança chamada Revista de Dança, sob domínio www.revistadedanca.com.br. Em seu segundo ano, a revista continuará a ser atualizada diariamente (dias úteis) com produção de conteúdo do Brasil inteiro e exterior, amplificando seu alcance, com versões em inglês e espanhol em atualizações quinzenais e também com espaço para matérias e gravações em vídeos.

12 4542 - Ary Barroso Veloso Buarque de Holanda Caymmi
Jobim
Catsapá Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 31.397.870/0001-70
Processo: 01400.012264/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 612.258,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização do espetáculo "Ary Barroso Veloso Buarque de Holanda Caymmi Jobim" pelas mãos de uma das maiores bailarinas e coreógradas de Modern Jazz, Marly Tavares, em teatro particular com temporada mínima de 2 meses (36 apresentações), na cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se atingir 10.000 espectadores.

12 4454 - O Palácio dos Urubus
Faz e Conta
CNPJ/CPF: 86.919.941/0001-49
Processo: 01400.012148/20-12
RJ - Macaé
Valor do Apoio R$: 461.980,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Palácio dos Urubus é uma peça de teatro que se passa em "Babaneiralle", país fictício, lá sobrevive um confuso regime monárquico. Através de um rei tirano e devasso que governa o país como um suposto "déspota" esclarecido, cercado de generais, ministros, príncipes, magos, todos prontos para vendê-lo, traí ou matá-lo. A anarquia reina soberana em Babaneiralle. A pobreza, a miséria, a fome, a exploração, o engodo são os problemas reais dessa ficção. Serão dez apresentações.

12 5008 - Ballet Stagium - VINTE E DOIS - Uma Homenagem à Semana da Arte Moderna
Ballet Stagium - Marika Gidali
CNPJ/CPF: 04.392.021/0001-50
Processo: 01400.012911/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 719.500,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Dança & Ação Social: Ballet Stagium tem como objetivo apresentações do Espetáculo da Companhia: "VINTE E DOIS" uma Homenagem à Semana da Arte Moderna. Tendo como previsão de estreia.no THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, onde abrigou os eventos modernistas, e/ou no TEATRO SÃO PEDRO de São Paulo um dos teatros mais importantes da cidade de São Paulo e também apresentações por quatro capitais brasileiras: Curitiba, Recife, Brasília e Manaus uma média estimada de 70 espetáculos. .

12 4942 - Futebol - Um Musical
Tantã Produções
CNPJ/CPF: 04.603.988/0001-34
Processo: 01400.012809/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 528.600,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produção e realização de 20 apresentações do espetáculo "Futebol - um Musical" a fim de celebrar a participação de Curitiba/PR durante a Copa de 2014.Os espetáculos serão apresentados de quarta-feira a domingo a preços populares.

12 4901 - A Estrada da Vida
Tantã Produções
CNPJ/CPF: 04.603.988/0001-34
Processo: 01400.012731/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 432.080,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de 30 espetáculos teatrais em postos de gasolina da região sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Serão apresentadas 10 espetáculos em cada estado.

12 2818 - DESARTICULAÇÕES...
Agora Produções Teatrais e Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 44.769.131/0001-03
Processo: 01400.009672/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 387.600,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Desarticulações é um projeto de montagem e temporada do espetáculo teatral homônimo, com texto adaptado a partir do original da escritora argentina Sylvia Molloy. A montagem tem direção de José Possi Neto e conta com a interpretação da atriz Regina Braga. O projeto prevê temporada com 24 apresentações do espetáculo em teatro na cidade de São Paulo.

12 4643 - Fred e Tal - Os ratinhos cantores
Track & Marketing - Comunicação e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 07.304.605/0001-15
Processo: 01400.012463/20-12
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 117.300,00
Prazo de Captação: 28/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Remontagem e circulação da esquete teatral "Fred e Tal os ratinhos cantores" com 50 apresentações de aproximadamente 20 a 25 minutos de duração com elenco de dois atores, com direção artística de Daniel Dalberto, para creches e escolas da rede pública de ensino ou em espaços públicos culturais. Produção também de 3.000 cartilhas com a mesma história e atividades.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

12 5018 - Oficinas - Meninas Cantoras do Vale Real - 1 edição
Steffen Organização de Eventos e Projetos Especiais LTDA
CNPJ/CPF: 12.670.979/0001-94
Processo: 01400.012932/20-12
RS - Nova Petrópolis
Valor do Apoio R$: 99.180,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto "Meninas Cantoras de Vale Real" é uma ação cultural, visando criar um grupo de canto coral formado por meninas entre 10 e 18 anos. O projeto prevê também a capacitação técnica por meio de oficinas e quatro apresentações, garantindo a democratização do acesso a prática musical coralista erudita, a música instrumental, revertendo em benefícios sócio culturais a seus praticantes.

12 5101 - CIRCUITO DE MÚSICA INSTRUMENTAL PORTO ALEGRE
Lisboa & Rocha Consultoria Ltda.
CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Processo: 01400.014917/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 444.755,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar circuito de música instrumental na cidade de Porto Alegre , apresentando grupos musicais e músicos de expressão nacional, homenageando grandes ícones da música brasileira e famosas casas da noite portoalegrense, que ilustraram a história cultural gaúcha.

12 5740 - Oficinas Instrumentos Musicais em Curitibanos - Ano 2
Associacao Cultural Esportiva Ogue Carvalho - ACEOC
CNPJ/CPF: 02.445.166/0001-47
Processo: 01400.016137/20-12
SC - Curitibanos
Valor do Apoio R$: 295.000,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promover Oficinas musica instrumental de Violão, Aordeon, Bateria, Guitarra e Contrabaixo, para crianças e Adolescentes, durante um ano. Promover Workschop com músicos e alunos, visando a transmissão de conhecimentos aos mesmos. Promover apresentações utilizando oficineiros, músicos regionais e os próprios alunos, propiciando a formação de platéia

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

12 4156 - Exposição - O Mundo de Jorge
Tudo Eventos e Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 07.366.835/0001-09
Processo: 01400.011213/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 967.164,15
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Em comemoração ao centenário de Jorge Amado, o projeto "O Mundo de Jorge" irá revelar ao Brasil um novo olhar sobre o escritor e a riqueza de sua obra. Artistas reinterpretarão vida e obra de Jorge Amado sob um prisma contemporâneo e inovador. Além disso, o projeto fará parte da agenda oficial de comemorações do centenário possuindo assim o selo "100 anos de Jorge Amado".

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

12 5484 - GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - VOL.II
Instituto Mara Gabrilli
CNPJ/CPF: 04.423.800/0001-76
Processo: 01400.015769/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 198.462,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
De 2010 à 2011 foi produzido o Guia de Acessibilidade da Cidade de São Paulo - VOL I, através da lei Rouanet. No volume II novos equipamentos culturais serão avaliados e os que já constam no Vol. I serão atualizados além da complementação do guia on-line (criado para o Vol. I). O Guia traz informações sobre a acessibilidade dos equipamentos culturais da cidade de São Paulo, para pessoas com deficiência e se destina a todas as faixas etárias.

12 3907 - Novelo de Letras
MRS PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 06.231.454/0001-50
Processo: 01400.010901/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 535.307,30
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo incentivar o hábito da leitura através da distribuição gratuita de 12 mil exemplares de quatro livros de literatura infantil para crianças de escolas públicas, bibliotecas, ONGs e outras instituições de interesse público. Pretende-se atingir 3 mil crianças de regiões desprovidas de bibliotecas e equipamentos culturais do Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 1673 - Shows Nacionais em Não-Me-Toque Edição III
Júlio Cesar Glenzel-ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
Processo: 01400.007856/20-12
RS - Pelotas
Valor do Apoio R$: 397.750,00
Prazo de Captação: 29/08/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Serão no total duas apresentações musicais, dois shows de abrangência nacional: Um com o Grupo Terceira Dimensão e outro com Amado Batista. O projeto trará estes shows para a comunidade de Não-Me-Toque e região, de forma totalmente ampla, gratuita, direta e de fácil acesso, determinando proporcionar à população o contato com a qualidade musical das referidas atrações, motivando as sociedades, desenvolvendo inclusão social e democrática, bem como valorizando profundamente a cultura brasileira.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.270, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o disposto nos incisos II, III, V e IX do art. 1º do Anexo do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º Revogar as seguintes Portarias abaixo relacionadas:

I - Portaria nº 3.295 SC-1, de 21 de setembro de 1978, que aprovou a Publicação "Manual de Planejamento" - FA-M-01/78;

II - Portaria nº 61/FA-21, de 7 de abril de 1995, que aprovou a Publicação "Normas para a Avaliação Estratégica Militar da Conjuntura (AEMC)" - FA-N-008/95; e

III - Portaria nº 3.450/SC-1/FA-11, de 3 de setembro de 1997, que aprovou a Publicação "Catálogo das Publicações do Estado-Maior das Forças Armadas" - FA-C-01/97.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 543/GC1, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Delegação de Competência

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o disposto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do art. 3º da Portaria nº 358, de 16 de agosto de 2012, do MPOG, resolve:

Art. 1º. Delegar competência ao Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial para, observada a legislação em vigor, adotar as providências que se fizerem necessárias para a realização do concurso público destinado ao provimento dos cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior, autorizado pela Portaria nº 358, de 15 de agosto de 2012, do MPOG, publicado no Diário Oficial da União nº 159, de 16 de agosto de 2012, Seção1.

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 545/GC1, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Delegação de Competência

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o disposto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do art. 2º da Portaria nº 359, de 15 de agosto de 2012, do MPOG, resolve:

Art. 1º. Delegar competência ao Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial para, observada a legislação em vigor, adotar as providências que se fizerem necessárias para a realização do concurso público destinado ao provimento dos cargos das Carreiras de Pesquisa, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, autorizado pela Portaria nº 359, de 15 de agosto de 2012, do MPOG, publicado no Diário Oficial da União nº 159, de 16 de agosto de 2012, Seção1.

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 49/DADM, DE 25 DE JULHO 2012

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 16 e no anexo XIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Determinar a adoção das providências para a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Grupo de Recebimento do Navio Patrulha Oceânico "Apa", Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, Tipo de Unidade 01 Sede, sediado à Rua Primeiro de Março, Nº 118 - Edifício Barão de Ladário, 10º, 11º e 12º Andares - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20010-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C Alte (IM) AGOSTINHO SANTOS DO COUTO

TRIBUNAL MARÍTIMO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 27 de agosto de 2012

(Processo nº 25.342/2012)

1.Admito, nos termos do art. 22, letra "f", c/c o art. 105, letra "c", da Lei nº 2.180/54 e com o art. 143 do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo, o Recurso de Embargos de Declaração interposto em 15AGO2012 por SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMO S.A, Adv. Dr. Luiz Regulo Ramalho - OAB/RJ 26.889 e Dr. Iwam Jaeger Jr. - OAB/RJ 44.606(protocolo Nº 4543/2012).

2.Ao Exmº Sr. Juiz-Relator.

Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA

SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.742ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2012

(Quinta-Feira)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS. Ausente o Exmº Sr. Juiz e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 26.731/2012 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "SNPH-I" com a balsa "SNPH-IV", ocorrido no rio Aripuanã, município do Apuí, Amazonas, em 26 de abril de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Carlos Alves da Silva (Comandante não habilitado) e Lourivaldo Martins Pereira (Armador).

Nº 26.466/2011 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "FAST TITAN", de bandeira norte-americana, e o BP "EVILÁZIO", ocorrido em águas costeiras do estado do Rio de Janeiro, em 06 de março de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Roberto Ferreira Gonçalves (Comandante) e Edmar Bianchi Figueiredo (Mestre).

Nº 26.496/2011 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "COMANDANTE LUIZ FONSECA" com as balsas "ATLANTIS VI" e "TUPÉ 85", ocorrido nas proximidades da ilha da Arraia, rio Solimões, Manacapuru, Amazonas, em 02 de outubro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: João Eudes Santos da Silva (Responsável).

JULGAMENTO

RECURSO DE AGRAVO

Agravo Nº 91/2012 (Processo Nº 25.109/2010) - Fato da navegação envolvendo o NM "PORTOROZ", de bandeira maltesa, e seis clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Harcourt, Nigéria, para Porto Trombetas, Brasil, em 19 de dezembro de 2009.

Agravo interposto em 09 de maio de 2012. Agravante: Niksa Janjic (Comandante), Advª Drª Patrícia Soares H. Py (DPU/RJ). Agravada: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão Agravada: Despacho de 23/03/2012 do Juiz- Relator do Processo nº 25.109/2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Decisão unânime: não conhecer do agravo, pois intempestivo.

EMBARGOS INFRINGENTES

Nº 23.047/2007 - Fato da navegação envolvendo o NM "GRANDE BUENOS AIRES", de bandeira italiana, e dois estivadores, ocorrido no Terminal Santos Brasil, Santos, São Paulo, em 07 de novembro de 2006.

Embargos Infringentes interposto em 20DEZ2011. Embargante: Katia Rovanni de Melo Matheus, Adv. Dr. Maximino Pedro (OAB/SP 149.155). Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autor da Representação de Parte: Angelo Bellabuono (Comandante), Adv. Dr. Nilo Dias de Carvalho Filho (OAB/SP 69.555). Autora da Representação de Parte: Kátia Rovanni de Melo Matheus, Adv. Dr. Maximino Pedro (OAB/SP 149.155). Decisão unânime: vista por uma Sessão à Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha. Em pauta no dia 28 agosto de 2012.

Às 14h55min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 24.680/2010 - Acidente da navegação envolvendo o jet boat "ALASKA" e a moto aquática "BALINHA", ocorrido no rio Araguaia, entre os municípios de Aragarças, Goiás, e Barra do Garças, Mato Grosso, em 01 de agosto de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Zaqueu Monteiro dos Santos (Condutor/Proprietário), Adv. Dr. Leonardo André da Mata (OAB/MT 9.126), Marcelo da Silva Carvalho (Proprietário), Adv. Dr. Welinton Marcos Rodrigues de Oliveira (OAB/MT 14.005) e Josieldo Machado Coutinho, Adv. Dr. Alexandro Takishita Martins da Fonseca (OAB/MT 12.203-A). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia de ZAQUEU MONTEIRO DOS SANTOS, 1º representado, condenando-o à pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e por negligência MARCELO DA SILVA CARVALHO, 2º representado, condenando-o à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) nos termos do art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54 e JOSIELDO MACHADO COUTINHO, 3º representado, também por negligência, aplicando-lhe os benefícios do art. 143 da Lei nº 2.180/54. Custas proporcionais aos 1º e 2º representados.

Nº 24.959/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo as motos aquáticas "SHARK" e "SUINO BOATS", ocorridos na represa de Nazaré Paulista, São Paulo, em 06 de julho de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Tiago Gomes da Silva (Condutor inabilitado) - Revel e Roni Sergio de Araújo (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação previstos no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", da Lei n°2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de TIAGO GOMES DA SILVA e de RONI SÉRGIO DE ARAÚJO, condenando o primeiro à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) e o segundo à pena de multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o art. 121 inciso VII § 5°, combinado com os artigos 124 e 127, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais proporcionais. Oficiar à Capitania dos Portos de São Paulo, agente da Autoridade Marítima, a infração à Lei n° 8.374 91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelo proprietário da moto-aquática "SUÍNO BOATS", Roni Sérgio de Araújo.

Nº 25.017/2010 - Acidente da navegação envolvendo os BM "SÃO FRANCISCO DE PAULA" e "VIAGEIRO I", ocorrido no porto do Grego, Santana, Amapá, em 17 de julho de 2008.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Dagnaldo Pinto Rego (Comandante), Advª Drª Maria de Nazaré Souza Fonseca Piccoli (OAB/SC 11.992) e José Valdenor Pereira Holanda (Comandante), Adv. Dr. Weber Mendes Fernandes (OAB/AP 1.175). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência de DAGNALDO PINTO REGO e JOSÉ VALDENOR PEREIRA HOLANDA, condenando cada um à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais igualmente divididas.

Nº 25.721/2011 - Fato da navegação envolvendo o BP "MANUELLE" e um mergulhador, ocorrido nas proximidades da praia de Ponta Negra, Rio Grande do Norte, em 06 de agosto de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Ubirajara Camarão da Silva (Proprietário/Mestre), João Maria Rodrigues Morais (Mergulhador inabilitado) e Eriberto Jorge do Nascimento (Mergulhador inabilitado), Adv. Dr. Vladimir Augusto de Oliveira Formiga (OAB/RN 5.132). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alíneas "a" e "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência de UBIRAJARA CAMARÃO DA SILVA, JOÃO MARIA RODRIGUES MORAIS e ERIBERTO JORGE DO NASCIMENTO, condenando o primeiro à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e o segundo e terceiro à pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) cada um, de acordo com o art. 121, inciso VII § 5°, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94. Custas proporcionais. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente da Autoridade Marítima, a infração à Lei n° 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometida pelo proprietário do B/P "MANUELLE", Ubirajara Camarão da Silva.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO:

Nº 26.406/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "HONG PENG", de bandeira de St Vicent, com o berço 201 do porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina, em 18 de dezembro de 2010.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como de origem indeterminada, determinando-se o arquivamento dos presentes autos, conforme requerido pela PEM, em sua promoção de fls. 107/108.

Nº 26.545/2011 - Acidente da navegação envolvendo uma canoa sem nome, não inscrita, e seus dois ocupantes, ocorrido no rio Mossoró, próximo à Barragem de Baixo, Mossoró, Rio Grande do Norte, em 19 de julho de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: determinamos o arquivamento dos autos, considerando o fato da navegação previsto no art. 14, letra "a" da Lei nº 2.180/54 e suas consequências equiparados àqueles decorrentes de infortúnio das próprias vítimas, conforme requerido pela PEM em sua promoção de fls. 181 a 184.

Nº 26.661/2012 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "TRANSANDRESSA X", integrante do comboio Rb "ASTRO PAMPO II" e balsa "ANGELA", com pedras, ocorrido no rio Paraná, município de Guaíra, Paraná, em 24 de março de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequência, como de origem fortuita, tudo conforme requerido pela PEM em sua promoção de fls. 83/84.

Nº 26.674/2012 - Acidente da navegação envolvendo a LM "XTREME I", ocorrido nas proximidades da praia do Gonzaga, município de Santos, São Paulo, em 10 de agosto de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: arquivar os autos, considerando o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequência, como de origem indeterminada, tudo conforme requerido pela PEM em sua promoção de fl. 61.

Nº 26.430/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "OYATWO" com um pescador, ocorrido nas proximidades da ilha das Palmas, arquipélago das Cagarras, Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 26.454/2011 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o BP "OCEANO I", ocorrido em águas costeiras do estado do Maranhão, em 05 de abril de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, conforme promoção da PEM, por não ter sido constatado acidente ou fato da navegação, pois o fato da navegação, apontado inicialmente, restou descaracterizado, pois se averiguou que a embarcação estava em conformidade com as normas vigentes e que as redes utilizadas por ela estavam de acordo com o padrão estabelecido. Oficiar à Capitania dos Portos do Maranhão comunicando a infração aos seguintes dispositivos da RLESTA: art. 12, inciso II (tripulação sem documentos de habilitação); art. 14, inciso I (ausência de rol de equipagem); art. 15, inciso II (dotação incompleta do material de salvatagem); e art. 19, inciso II (documentação com validade vencida).

Nº 26.744/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BM "COMTE VITOR", ocorrido no rio Amazonas, Parintins, Amazonas, em 26 de junho de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 25.889/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e seus três ocupantes, ocorrido no rio Jacaré-Guaçú, afluente do rio Tietê, município de Ibitinga, São Paulo, em 22 de outubro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação, tipificados no art. 14, letra "a" (colisão seguida de naufrágio) e do art. 15, letra "e" (todos os fatos), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de infortúnio da própria vítima fatal, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 25.914/2011 - Acidente da navegação envolvendo os BM "J. CUNHA" e "COMANDANTE GENESIS", ocorrido no porto da praça Princesa Isabel, orla fluvial de Belém, Pará, em 01 de maio de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, alínea "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada com a devida precisão, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da PEM.

Nº 26.322/2011 - Acidente da navegação envolvendo o BM "OLIVEIRA LOPES", ocorrido nas proximidades do Sítio Bom, Mangaratiba, Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, alínea "a" (água aberta, seguidade naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada acima de qualqeur dúvida, acolhendo-se a promoção por arquivamento da PEM. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Itacuruçá, representante local da Autoridade Marítima, para aplicação das sanções cabíveis, a infração ao RLESTA, art. 11 (comandante não habilitado para a função), da responsabilidade da proprietária da traineira "OLIVEIRA LOPES", Elisa Porto Lopes.

Nº 26.370/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "FÉ EM DEUS", não inscrito, e uma passageira, ocorrido no rio Jacaré Grande, Breves, Pará, em 04 de novembro de 2001.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os presentes autos, tendo em vista a prescrição do fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, conforme promoção da PEM.

Nº 26.578/2011 - Acidente da navegação envolvendo as motos aquáticas "AMGC" e "BEE DOO II", ocorrido na praia da Enseada, município de Guarujá, São Paulo, em 26 de dezembro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, alínea "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de falha mecânica na moto aquática "BEE DOO II", não devidamente apurada, mandando arquivar os presentes autos conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 16h13min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 23 de agosto de 2012.
Vice-Almirante (RM1)LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA Nº 2.292/MD, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 1º da Portaria no 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no Art. 4o do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o Art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição no Ministério da Defesa (MD) à empresa KAIROS GEOINFORMAÇÃO, CONSULTORIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA., com sede social na Av. Severino Ballesteros Rodrigues, nº 3095, Sala 05, Bairro Arpoador, CEP 32110-005 Contagem, MG, inscrita no CNPJ sob o n° 14.281.538/0001-26, como Organização Especializada Privada, categoria "c".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 20 de agosto de 2017.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RICARDO MACHADO VIEIRA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ E PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião do dia 24.08.2012 e, considerando o artigo 2º, da Resolução Nº 013/12-CONSUN, de 02.05.2012 e o Processo Nº. 23111.014743/12-31, resolve:

Suspender os efeitos das Resoluções Nº 026 e 027/12, do Conselho Universitário, desta Universidade, datadas de 03 de agosto de 2012, que, respectivamente, fixa a data e aprova o Cronograma de Atividades da Consulta à Comunidade Universitária para a escolha de Reitor e de Vice-Reitor, desta IFES.

LUIZ DE SOUSA SANTOS JÚNIOR

RESOLUÇAÕ Nº 30, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ E PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião do dia 24.08.2012 e, considerando o artigo 2º, da Resolução Nº 013/12-CONSUN, de 02.05.2012, o artigo 9º do Decreto Nº 1916/96, de 23/05/1996 e o Processo Nº. 23111.014743/12-31, resolve:

Fixar para o dia 26 (vinte e seis) de setembro de 2012, a nova data da Consulta à Comunidade Universitária para a Escolha de Reitor e Vice-Reitor, da Universidade Federal do Piauí -UFPI, para o Quadriênio 2012/2016.

LUIZ DE SOUSA SANTOS JÚNIOR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.140, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.005382/12-30/Núcleo de Fonoaudiologia/ Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Fonoaudiologia do Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 019/2012, publicado no D.O.U. de 15/05/2012, conforme informações que seguem:

Matéria de Ensino	Fonoaudiologia
Cargo/Nível	Professor Assistente - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	1º lugar: Roxane de Alencar Irineu - 70,40 2º lugar: Rodrigo Dornelas do Carmo - 62,62

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre os aditamentos simplificados e não simplificados do 2º semestre de 2010, dos 1º e 2º semestres de 2011 e dos 1º e 2º semestres de 2012, relativos à renovação semestral dos contratos de financiamento celebrados a partir da publicação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 15 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 6 de março de 2012, e considerando o disposto no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e no art. 47 da Portaria Normativa MEC nº 15, de 8 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 31 de dezembro de 2012 o prazo estabelecido na Resolução nº 3, de 28 de junho de 2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral do financiamento, simplificados e não simplificados, do 2º semestre de 2010, dos 1º e 2º semestres de 2011 e dos 1º e 2º semestres de 2012, relativos aos contratos de financiamento do FIES celebrados a partir da publicação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

Art. 2º Os aditamentos de que tratam o art. 1º desta Resolução deverão ser realizados por meio do Sistema Informatizado do FIES (SisFIES), disponível nas páginas eletrônicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos endereços www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal - artigos 205, 206, 208, 211 e 213.
Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001.
Lei n.º 9.394 - LDB, de 20 de dezembro de 1996.
Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
Decreto n.º 7.084, de 27 de janeiro de 2010.
Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008.
Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto n.º 7.691, de 2 de março de 2012,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b"; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012, e

CONSIDERANDO ser a educação um direito de todos e um dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal;

CONSIDERANDO as diversidades sociais e culturais que caracterizam a população e a sociedade brasileira, demandando a garantia de oportunidades e a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola;

CONSIDERANDO o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação quanto à universalização do acesso e à melhoria da qualidade da educação básica, bem como a previsão constitucional sobre o fornecimento de material didático e

CONSIDERANDO a importância da participação dos docentes no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade dos seus alunos e das suas escolas,

RESOLVE "AD REFERENDUM":

Art. 1º Prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

§ 1º As escolas do ensino fundamental serão beneficiadas com:

I - livros didáticos, seriados e consumíveis, para 1º ao 3º ano, abrangendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática;

II - acervos de obras literárias para alfabetização na idade certa em salas de aula de 1º ao 3º ano;

III - acervos de obras complementares para uso corrente em salas de aula de 1º ao 3º ano, abrangendo as áreas do conhecimento de Linguagem e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática;

IV - livros didáticos, seriados e reutilizáveis, para 2º ao 9º ano, abrangendo os componentes curriculares de Ciências, História e Geografia, podendo haver um volume de âmbito regional do 4º ou 5º ano para cada uma das duas últimas disciplinas;

V - livros didáticos, seriados e reutilizáveis, para 4º ao 9º ano, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática;

VI - livros didáticos, seriados e consumíveis, para 6º ao 9º ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol) e

VII - acervos de dicionários, para uso em salas de aula de 1º ao 9º ano, com tipologia adequada para cada faixa etária.

§ 2º As escolas do ensino médio serão beneficiadas com:

I - livros didáticos, seriados e reutilizáveis, para 1º ao 3º ano, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Química e Física;

II - livros didáticos, seriados e consumíveis, para 1º ao 3º ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol);

III - livros didáticos, em volumes únicos e consumíveis, abrangendo os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia e

IV - acervos de dicionários, para uso em salas de aula de 1º ao 3º ano, com tipologia adequada para esta etapa.

§ 3º Os livros didáticos são destinados ao uso individual de alunos e professores, e os acervos são designados como material permanente das escolas beneficiárias.

§ 4º As obras poderão consistir de livros impressos, incluindo conteúdos multimídia, a partir de objetos educacionais digitais complementares, e também de livros digitais, em meio físico ou ambiente virtual, para acesso de professores e alunos das escolas federais e redes de ensino beneficiárias.

§ 5º Para o atendimento de objetivos, segmentos, modalidades ou públicos específicos, poderão ser constituídos programas derivados do PNLD, por meio de Resoluções próprias, com normas e condições adequadas a tais situações.

Art. 2º Para participar do PNLD, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal devem firmar um termo de adesão específico, disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

§ 1º O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez, ficando a partir de então os beneficiários que não desejarem mais participar do PNLD obrigados a solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do Programa, mediante ofício ao FNDE.

§ 2º Os termos devem ser assinados pelo titular da escola federal, secretaria estadual ou distrital de educação ou pelo prefeito municipal, acompanhados da cópia de documento de identificação do signatário com assinatura semelhante, permanecendo sob a guarda do FNDE.

§ 3º As adesões, suspensões e exclusões que forem protocoladas após o término do mês de maio de cada ano ficam sujeitas a não serem consideradas para fins de atendimento no próximo período letivo, conforme as condições operacionais vigentes, podendo ter efeito somente a partir do período letivo posterior.

Art. 3º Serão consideradas como beneficiárias do PNLD as escolas participantes registradas no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

§ 1º As aquisições de material serão realizadas visando a cada período de atendimento, conforme os seguintes critérios:

I - o quantitativo básico de exemplares dos livros didáticos para alunos e professores e dos acervos para salas de aula será definido a partir das projeções de matrículas das escolas participantes;

II - o FNDE poderá encaminhar um quantitativo extra dos livros didáticos mais escolhidos e dos acervos às secretarias de educação dos municípios, excetuadas as capitais, para melhor adequar a oferta do material distribuído às reais necessidades das redes de ensino;

III - os livros didáticos e acervos da reserva técnica serão enviados às secretarias de educação das capitais, do Distrito Federal e dos estados, inclusive às unidades regionais destas últimas, mediante termo de compromisso com responsabilidades específicas, para atendimento dos novos beneficiários não computados no censo escolar e para ajustamento da oferta à demanda;

IV - as secretarias de educação receberão um exemplar de cada obra integrante dos acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários distribuídos a sua respectiva rede de ensino, para conhecimento dos conteúdos e aproveitamento na orientação e formação de docentes e dirigentes.

§ 2º Após o início do ano letivo, e mediante solicitação formal das escolas federais e redes de ensino participantes, registrada até 31 de março do mesmo exercício, o FNDE poderá adquirir e distribuir lotes adicionais de livros didáticos para complementação da reserva técnica, com os mesmos títulos que a compõem, ou ainda para situações excepcionais não atendidas pelos remanejamentos de reservas ou excedentes, adotando os títulos mais escolhidos da respectiva localidade, por componente e volume.

§ 3º As solicitações referidas no parágrafo anterior deverão ser assinadas pelos dirigentes das escolas federais ou redes de ensino e estar devidamente justificadas, fundamentando a necessidade do material, junto com os respectivos formulários de solicitação de livros das escolas a serem atendidas.

Art. 4º O processo de avaliação, escolha e aquisição de livros didáticos ocorrerá de forma periódica, de modo a garantir ciclos regulares trienais alternados, intercalando o atendimento aos distintos segmentos, conforme calendário definido no Anexo desta Resolução.

§ 1º Os livros didáticos reutilizáveis adquiridos para utilização no primeiro ano do triênio deverão ser conservados por três anos, e aqueles enviados a título de reposição ou complementação no segundo e terceiro anos deverão ser conservados, respectivamente, por dois e um ano.

§ 2º Os livros didáticos consumíveis serão entregues para utilização dos alunos e professores beneficiários, que passam a ter sua guarda definitiva, sem necessidade de devolução ao final de cada período letivo.

Art. 5º O atendimento com livros didáticos para as escolas de ensino fundamental e médio ocorrerá da seguinte forma:

I - escolha e distribuição trienal, de forma integral, dos livros didáticos consumíveis e reutilizáveis;

II - reposição anual, de forma integral, dos livros didáticos consumíveis;

III - reposição anual, de forma parcial, dos livros didáticos reutilizáveis, para substituir aqueles porventura danificados ou não devolvidos;

IV - complementação anual, de forma parcial, dos livros didáticos reutilizáveis, para cobrir eventuais acréscimos de matrícula.

Art. 6º O FNDE e a Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação publicarão instrumento legal específico contendo as características das obras a serem adquiridas e os procedimentos para execução de cada edição do Programa, observando as seguintes etapas e procedimentos:

I - inscrição, composta de cadastro dos editores, pré-inscrição das obras e entrega dos exemplares;

II - triagem, pré-análise e avaliação pedagógica;

III - escolha ou seleção, conforme o caso;

IV - habilitação, negociação e contratação;

V - produção, distribuição e controle de qualidade.

§ 1º Os títulos aprovados na avaliação serão incluídos no guia de livros didáticos, a ser disponibilizado às escolas beneficiárias, contendo a relação de obras e suas resenhas, para auxiliar os professores no processo de escolha dos materiais.

§ 2º As escolas participantes devem receber os livros didáticos que selecionarem, em primeira ou segunda opção, para cada componente curricular, mediante registro no sistema de escolha disponibilizado pelo FNDE.

§ 3º As escolas participantes que não acessarem ou não gravarem alguma escolha no sistema devem receber os livros didáticos mais escolhidos no respectivo município, ou ainda na correspondente unidade da federação, quando nenhuma escola no município tiver efetuado escolha ou quando se tratar do Distrito Federal.

§ 4º Serão remetidas cartas com os dados de usuário e senha de acesso para todas as escolas beneficiárias cuja adesão tenha sido protocolada no FNDE até 45 dias antes da abertura do sistema de escolha, ficando as demais escolas participantes sujeitas ao critério previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Os acervos para salas de aula serão formados pelos títulos selecionados pela SEB, conforme regras estipuladas no correspondente edital, sem previsão de escolha pelas escolas beneficiárias.

§ 6º O processo de negociação tem como objetivo a pactuação do preço para aquisição dos livros didáticos escolhidos em primeira opção pelas escolas e das obras selecionadas para composição dos acervos.

§ 7º Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá, em atenção ao princípio da economicidade, deixar de contratar a aquisição das obras previstas no parágrafo anterior, bem como redefinir os acervos ou contratar a aquisição da segunda opção, ou ainda, na eventualidade de novo impasse, fazer a opção pelo livro didático mais escolhido.

Art. 7º A reserva técnica dos livros didáticos e acervos será destinada ao atendimento das escolas participantes, independentemente da sua rede de ensino ou localidade, e será dimensionada para atender até 3%, das matrículas previstas.

§ 1º Para se habilitarem ao recebimento da reserva técnica a partir do ano letivo seguinte, as secretarias de educação das capitais, do Distrito Federal e dos estados deverão enviar termo de compromisso assinado pelos respectivos titulares, junto com cópia de documento de identificação do signatário, uma única vez, até o dia 31 de maio de cada ano.

§ 2º As secretarias de educação deverão informar ou atualizar, em sistema específico disponibilizado pelo FNDE, as opções para recebimento, as vinculações de municípios à respectiva regionalização, se for o caso, e os endereços dos depósitos para remessa, anualmente até 31 de maio, valendo em caso contrário as informações prévias.

§ 3º Será considerada como informação prévia original para recebimento da reserva técnica, caso não ocorra registro no sistema, o endereço da respectiva secretaria de educação, para remessa de todo o material correspondente

§ 4º Os termos de compromisso e as informações, opções ou atualizações recebidos após o dia 31 de maio de cada ano ficarão sujeitos a não serem considerados para fins de atendimento a partir do próximo período letivo, conforme as condições operacionais vigentes, podendo ser contemplados somente a partir do período letivo seguinte.

§ 5º A reserva técnica dos livros didáticos será adquirida e distribuída anualmente, para atendimento do ano letivo seguinte, e a dos acervos será entregue uma única vez, para atendimento dos três anos seguintes.

§ 6º As escolas federais, municipais e estaduais ou do Distrito Federal participantes serão atendidas com a reserva técnica pelas secretarias de educação do seu estado ou do Distrito Federal, ou pelas unidades regionais correspondentes, se for o caso, excetuadas as escolas municipais das capitais, cujo atendimento será de responsabilidade da respectiva secretaria municipal.

§ 7º As secretarias estaduais poderão optar por uma das seguintes opções de recebimento da reserva técnica:

I - Centralizada, para um ou mais depósitos vinculados à própria secretaria estadual, abrangendo todas as escolas da sua rede de ensino e as escolas federais e municipais do interior; ou

II - Regionalizada, para um ou mais depósitos na capital, abrangendo as escolas estaduais e federais situadas na capital, e para um único depósito em cada unidade regional do interior, abrangendo as escolas estaduais, federais e municipais correspondentes à respectiva regionalização, conforme as vinculações a serem especificadas pelas próprias secretarias estaduais.

§ 8º Quando optar por mais de um depósito, a secretaria municipal, estadual ou do Distrito Federal deverá indicar as capacidades de armazenamento correspondentes.

§ 9º Os livros didáticos que deverão compor uma reserva técnica serão os dois títulos mais escolhidos da respectiva localidade, assim definida como a rede municipal da capital, as demais escolas da capital, a unidade regional ou a unidade da federação, por componente e volume, considerando a situação existente no ano de escolha para todo o triênio de atendimento.

§ 10º A reserva técnica de livros didáticos destinados às novas unidades regionais, criadas após a aquisição inicial, será formada pelos dois títulos mais escolhidos, por componente e volume, na unidade regional da qual foi desmembrada ou na respectiva unidade da federação, quando não for possível estabelecer tal correspondência.

§ 11º A prioridade de atendimento às escolas participantes com livros didáticos e acervos da reserva técnica será para as escolas novas, as turmas novas e os alunos novos que não tenham sido previamente computados nas projeções, independentemente da rede de ensino ou localidade.

§ 12º Para a distribuição de materiais da reserva técnica, assim como dos quantitativos extras ou dos lotes adicionais, as escolas deverão preencher o formulário de solicitação de livros - conforme modelo constante no portal do FNDE, em http://www.fnde.gov.br - e encaminhar os pedidos devidamente justificados por ofício para as secretarias de educação, que por sua vez deverão verificar se as escolas solicitantes efetivamente não podem ser atendidas com remanejamentos de material excedente e se adotam corretamente procedimentos para controle de entrega e devolução de livros reutilizáveis, considerando a eficiência na gestão e a disponibilidade de oferta.

Art. 8º A execução do Programa ficará a cargo do FNDE e contará com a participação da SEB, das secretarias de educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, das escolas participantes e dos professores, por meio de procedimentos específicos e em regime de mútua cooperação, de acordo com as competências seguintes:

I - ao FNDE compete:

a) elaborar, em conjunto com a SEB, os editais de convocação para avaliação e seleção de obras para o Programa;

b) promover o cadastro dos editores e a pré-inscrição das obras, por meio de sistema informatizado na internet;

c) viabilizar a entrega dos exemplares e a triagem dos livros didáticos e demais materiais, diretamente ou com auxílio de instituição especializada;

d) disponibilizar o guia de livros didáticos às escolas participantes;

e) viabilizar a escolha dos livros didáticos pelas escolas participantes por meio de sistema informatizado na internet;

f) processar os dados de escolha e remessa dos livros didáticos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

g) habilitar os editores quanto aos aspectos jurídicos, econômicos e financeiros, e as obras a serem adquiridas, nos termos da legislação correspondente;

h) negociar e contratar o material junto aos editores;

i) realizar a mixagem dos acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, diretamente ou mediante contratação de empresa especializada;

j) providenciar a distribuição aos beneficiários, mediante contratação de empresa especializada;

k) monitorar, in loco e por amostragem, a produção e expedição das obras, de acordo com as especificações contratadas;

l) realizar o controle de qualidade das obras adquiridas, diretamente ou com auxílio de instituição especializada;

m) verificar, in loco e por amostragem, a disponibilização e a utilização dos materiais junto às escolas federais e redes de ensino beneficiárias e

n) propor, implantar e implementar ações que possam contribuir para a melhoria da execução do Programa;

II - à SEB compete:

a) elaborar, em conjunto com o FNDE, os editais de convocação para avaliação e seleção de obras para o Programa;

b) promover a pré-análise e a avaliação pedagógica dos livros didáticos e demais materiais inscritos para o Programa;

c) analisar e aprovar o projeto apresentado pelas instituições para realizar a avaliação pedagógica das obras inscritas no Programa, bem como atestar a execução do respectivo objeto;

d) informar o resultado da avaliação pedagógica, listando os títulos aprovados para composição dos acervos ou para inclusão no guia de livros didáticos;

e) elaborar o guia de livros didáticos para a escolha das obras aprovadas na avaliação pedagógica;

f) acompanhar o processo de escolha dos livros didáticos do Programa;

g) planejar e desenvolver ações objetivando a participação dos professores e a melhoria do processo de escolha dos livros didáticos pelas escolas beneficiárias;

h) avaliar a eficiência do Programa quanto os aspectos pedagógicos e

i) propor, implantar e implementar ações que possam contribuir para a melhoria da execução do Programa;

III - às secretarias de educação compete:

a) dispor de infraestrutura e equipes técnicas e pedagógicas adequadas para executar o Programa na respectiva área de abrangência;

b) orientar e monitorar o processo de escolha pelas escolas, garantindo a participação dos professores, no prazo e na forma definidos pelo Ministério da Educação, bem como acompanhar a divulgação do guia de livros didáticos;

c) apoiar e monitorar a distribuição das obras até sua chegada efetiva na escola, garantindo acesso de alunos e professores aos materiais;

d) realizar o remanejamento de livros didáticos nas escolas de sua rede e também junto a outras redes ou localidades;

e) orientar as escolas e zelar para que não ocorra retenção de obras excedentes não utilizadas;

f) receber e entregar as correspondências e os materiais destinados às escolas onde não seja possível efetuar as remessas diretamente pelo correio;

g) orientar as escolas para que registrem, em sistema próprio, os dados referentes ao número de alunos matriculados no ano em curso e à quantidade de livros devolvidos no ano anterior e os remanejamentos realizados;

h) monitorar, no sistema específico, as informações sobre remanejamento, bem como registrar, quando for o caso, os dados relativos à distribuição da reserva técnica;

i) solicitar, se for o caso, nos termos e prazos vigentes, lotes adicionais de livros didáticos para complementação da reserva técnica ou situações excepcionais, devidamente justificadas;

j) garantir o transporte dos livros a serem remanejados entre as escolas da respectiva localidade ou rede de ensino ou ainda oriundos de outras redes de ensino;

k) apurar as denúncias de eventuais irregularidades relativas aos materiais distribuídos no âmbito da respectiva rede ou localidade, bem como reportar as autoridades policiais, judiciárias e de controle, conforme o caso;

l) definir e acompanhar, no âmbito de sua esfera administrativa, procedimentos eficazes a serem observados por escolas e alunos para promover a conservação e devolução dos livros didáticos reutilizáveis para aproveitamento no ano letivo seguinte;

m) acompanhar, junto às escolas, o cumprimento dos procedimentos definidos para garantir a devolução dos livros reutilizáveis;

n) orientar e acompanhar o adequado descarte de livros após decorrido o prazo trienal de utilização, inclusive por meio de normas próprias, e

o) propor, implantar e implementar ações que possam contribuir para a melhoria da execução do Programa;

IV - às escolas participantes compete:

a) informar corretamente os dados relativos ao alunado no censo escolar, com vistas à estimação do fornecimento de material didático;

b) viabilizar a escolha dos livros didáticos com a efetiva participação de seu corpo docente e dirigente, registrando os títulos escolhidos (em primeira e segunda opção, de editoras diferentes) e as demais informações requeridas no sistema disponibilizado pelo FNDE na internet, conforme as orientações especificadas;

c) zelar pelo uso, guarda e sigilo da senha de escolha e do código de segurança da escola para acesso ao sistema de escolha, designando um responsável para desempenhar tais atribuições;

d) documentar as reuniões relativas ao processo de escolha e divulgar as informações correspondentes no âmbito da escola, juntamente com o comprovante de registro impresso pelo sistema;

e) atuar para que os livros escolhidos estejam de acordo com a proposta pedagógica da escola e sejam aproveitados por professores e alunos durante todo o triênio de atendimento, a despeito de eventuais mudanças no corpo docente ou dirigente;

f) zelar pelo controle e recebimento das remessas de correspondências e materiais expedidos pelo FNDE para a escola;

g) promover ações eficazes para garantir a conservação e a devolução dos livros didáticos reutilizáveis pelos alunos, inclusive mediante campanhas de conscientização da comunidade escolar;

h) realizar o controle contínuo da entrega e devolução dos livros reutilizáveis, bem como apurar o percentual de livros devolvidos ao final de cada ano, até o término do correspondente ciclo trienal de atendimento;

i) registrar, em sistema específico, os dados referentes ao número de alunos matriculados no ano em curso, bem como as quantidades de livros devolvidos no ano anterior e os remanejamentos realizados;

j) informar a secretaria de educação sobre necessidades adicionais de obras, registrando os dados em sistema específico e preenchendo o formulário de solicitação de livros, com a devida justificativa, para atendimento junto a outras unidades ou redes ou pela reserva técnica;

k) comunicar a secretaria de educação sobre obras excedentes e auxiliar no processo de remanejamento para outras unidades ou para a reserva técnica, registrando os dados correspondentes em sistema específico, e

l) solicitar, se for o caso, nos termos e prazos vigentes, lotes adicionais de livros didáticos para atendimento de situações excepcionais, devidamente justificadas, no caso das escolas federais;

V - aos professores compete:

a) participar do processo de escolha dos títulos para a respectiva escola, dentre aqueles relacionados no guia de livros didáticos disponibilizado pelo FNDE;

b) observar, no que se refere ao processo de escolha, a proposta pedagógica e a realidade específica da sua escola e

c) zelar junto aos alunos pela correta utilização e conservação dos materiais e pela devolução dos livros reutilizáveis ao final de cada ano letivo.

Art. 9º A entrega das obras do Programa às secretarias de educação e às escolas participantes será processada na forma de doação, cuja eficácia estará subordinada ao cumprimento de encargo, nos termos dos artigos 121 a 125, 135, 136 e 538 a 564 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), e do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

§ 1º O encargo referido no caput corresponde à obrigatoriedade da donatária de manter e conservar em bom estado de uso o material sob sua guarda, até o término do respectivo ciclo trienal de atendimento.

§ 2º Durante o prazo referido no parágrafo anterior, os livros didáticos serão repassados para alunos e professores para uso no decorrer do período letivo, a título de cessão definitiva, no caso do material consumível, ou cessão temporária, no caso do material reutilizável, sendo obrigatória sua conservação e devolução à escola ao final de cada ano.

§ 3º As secretarias de educação e as escolas participantes deverão instruir os alunos, pais ou responsáveis, e os professores sobre a responsabilidade destes pela correta utilização das obras, bem como pela conservação e devolução do material reutilizável ao final do período letivo, inclusive por meio de regulamentos específicos e campanhas promocionais.

§ 4º Decorrido o prazo trienal de atendimento, o bem doado remanescente passará a integrar, definitivamente, o patrimônio da entidade donatária, ficando inclusive facultado o seu descarte, observada a legislação vigente.

§ 5º Os acervos para salas de aula podem ser aproveitados depois de três anos, dependendo de seu estado físico de conservação, dado o caráter mais permanente de seus conteúdos, ou podem ser descartados nos termos do parágrafo anterior, a critério dos gestores escolares e das redes de ensino.

§ 6º Fica a cargo das escolas atribuir ao responsável pelo aluno a obrigação de cumprir as normas de utilização, conservação e devolução dos livros didáticos, mediante firma de instrumento próprio, cujo modelo, a título de sugestão, está disponível no portal www.fnde.gov.br.

Art. 10 O atendimento aos beneficiários com deficiência será determinado conforme as normas de acessibilidade, a partir das diretrizes e dos critérios definidos pelo Ministério da Educação, de acordo com a viabilidade técnica e a disponibilidade material em cada edição do Programa.

Art. 11 O Programa será financiado com recursos provenientes de dotações consignadas no orçamento do Ministério da Educação.

Art. 12 Revogam-se a Resolução nº 30, de 18 de junho de 2004, a Resolução nº 60, de 20 de novembro de 2009, e a Resolução nº 10, de 10 de março de 2011.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO

CALENDÁRIO DE ATENDIMENTO

Ano de Atendimento	Distribuição Integral dos Livros Didáticos	Reposição Integral de Livros Consumíveis	Reposição e Complementação Parcial de Livros Reutilizáveis	Distribuição dos Acervos
2012	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Alfabetização Linguística e Língua Estrangueira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2013	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares
2014	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	2º ao 5º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Literárias para Alfabetização na Idade Certa
2015	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização e Língua Estrangeira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2016	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares
E assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes				

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 685, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pelo Decreto Presidencial de 15/12/2011, publicado no DOU de 16/12/2011, Seção 2, Página 2, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Alterar no Quadro de Funções das Portarias IFTM - Reitoria nº 72 de 30/03/2009, DOU de 28/04/2009; nº 251 de 15/10/2009, DOU de 16/10/2009 e nº 285 de 12/04/2012, DOU de 16/04/2012, respectivamente, as funções abaixo:

SITUAÇÃO ATÉ 22/08/2012		SITUAÇÃO A PARTIR DE 22/08/2012	
DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Coordenação de Protocolo - Campus Uberaba	FG-05	Função Gratificada	FG-05
Coordenação de Integração Escola-Sociedade - Campus Uberaba	FG-01	Função Gratificada	FG-01
Coordenação de Laboratório - Campus Uberaba	FG-06	Função Gratificada	FG-06

II - Incluir no Quadro de Funções, as funções abaixo decorrentes da sua substituição e/ou redistribuição:

SITUAÇÃO ATÉ 22/08/2012		SITUAÇÃO A PARTIR DE 22/08/2012	
DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Função Gratificada	FG-01	Coordenação de Estágio - Campus Uberaba	FG-01
Função Gratificada	FG-05	Coordenação de Laboratório - Campus Uberaba	FG-05

III - Esta portaria entra em vigor nesta data.

ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PORTARIA Nº 223, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto

A Diretora-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.436, de 21/12/2010, publicada no Diário Oficial de 22/12/2010, torna pública a homologação do resultado Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação, por tempo determinado, de Professor Substituto, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com as Leis nº 8.112/90, nº 8.745/93, alterada pela Lei nº 9.849, de 26/10/99, pela Lei nº 12.425, de 17/6/2011, pela Portaria Ministerial nº 253, de 26/7/2011, publicada no Diário Oficial da União de 27/7/2011, e de acordo com o estabelecido no processo nº 23121.000655/2012-59, do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, na área que se segue:

Disciplina Nível de Ensino	Regime de Trabalho	Nome do Candidato
Inglês	40 horas	1º Mônica Cardoso de Carvalho Barbosa - Classificada 2º Fabiane Bravo de Martins Bastos - Aprovada

SOLANGE MARIA DA ROCHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 106, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor;

1)Considerando o que consta no processo nº. 23075.025815/2012-75, que aponta irregularidades na execução do contrato nº 016/2012, decorrente do processo acima citado, bem como o disposto no Artigo 86 a 88 da Lei 8.666/93.

2)Considerando que a contratada concluiu os serviços fora do prazo estabelecido, além de ser notificada para correções por serviços inadequados, resolve,

Aplicar à empresa INCORPORADORA GRAN PARÁ LTDA, CNPJ Nº 13.419.654/0001-04, com sede a Rua Manoel Padilha de Lima, 87 - Bairro Ahú, Curitiba/PR, CEP 82.200-410, com fulcro no artigo 87 e seu inciso II da Lei 8666/93, e cláusula nona parágrafo 2ª "c" do contrato, o que segue:

a) Multa no valor de R$ 2.212,28 (Dois mil, duzentos e doze reais e vinte e oito centavos), correspondente a 0,5% (meio por cento), do valor empenhado, correspondente a 14 (quatorze) dias de atraso na entrega da obra, cujo valor será deduzido da fatura referente a última etapa.

PAULO ROBERTO ROCHA KRÜGER

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n. 608 de 23 de agosto de 2012, publicada no DOU n. 167 do dia 28/08/2012, seção 1, página 15, onde se lê: com respaldo na Lei 8.666/93, art. 87, inciso I, leia-se: com respaldo na Lei 8.666/93, art. 87, incisos I e II.

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 299, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, de acordo com o § 3º do art. 1º da Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, com a redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009, e o Decreto nº 7.731, de 25 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a subscrição de cotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN, mediante a transferência de ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, referentes a participações excedentes à manutenção do controle da União, no valor de até R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 1º O número de ações a serem transferidas ao FGCN será calculado a partir do montante máximo autorizado dividido pela última cotação diária de fechamento das ações ordinárias do Banco do Brasil S.A., disponível no dia anterior ao da efetiva transferência, referente às negociações realizadas na BM&FBOVESPA, desprezando-se eventuais resíduos fracionários.

§ 2º O valor exato da subscrição será determinado pela multiplicação do número de ações, calculado conforme metodologia descrita no parágrafo anterior, pela última cotação diária de fechamento das ações ordinárias do Banco do Brasil S.A., disponível no dia anterior ao da efetiva transferência, referente às negociações realizadas na BM&FBOVESPA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 27 de agosto de 2012

Processo nº: 17944.000989/2011-65
Interessado: Município de Novo Hamburgo
Assunto: Concessão de excepcionalidade ao Município de Novo Hamburgo, RS, quanto à sua capacidade de pagamento em referência à operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 23.910.000,00 (vinte e três milhões, novecentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo", no âmbito do PROCIDADES.

Considerando o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional e com fundamento no § 1º do art. 7º da Portaria MF nº 89, de 25 de abril de 1997, com redação dada pela Portaria MF nº 276, de 23 de outubro de 1997, considero elegível, em caráter excepcional, a operação de crédito em análise relativamente à análise da capacidade de pagamento do Município para a finalidade de prosseguimento do processo com vistas à concessão de garantia da União.

Processo nº: 17944.000517/2012-93
Interessado: Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Concessão de excepcionalidade ao Estado do Rio de Janeiro quanto à sua capacidade de pagamento em referência à operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor de US$ 394.500.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento parcial do "Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro".

Considerando o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional e com fundamento no § 1º do art. 7º da Portaria MF nº 89, de 25 de abril de 1997, com redação dada pela Portaria MF nº 276, de 23 de outubro de 1997, considero elegível, em caráter excepcional, a operação de crédito em análise, relativamente à capacidade de pagamento do Estado para a finalidade de prosseguimento do processo com vistas à concessão de garantia da União.

GUIDO MANTEGA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 590, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2012, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7o, inciso II, da Lei no 8.036, de 11.05.90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto no 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto no 1.522, de 13.06.95, em cumprimento às disposições estabelecidas na Resolução No 693, de 24 de julho de 2012, do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas do Ministério das Cidades Nº. 46, Nº. 47 e Nº. 48, todas de 22 de dezembro de 2011, Nº. 18, de 19 de julho de 2012, e Nº. 20, de 20 de agosto de 2012, e

Considerando a suplementação de R$ 12.700.000.000,00 (doze bilhões e setecentos milhões de reais) a favor da área de Habitação Popular, para aplicação no exercício de 2010; e

Considerando os remanejamentos de recursos entre Programas e Unidades da Federação, no âmbito das Áreas de Habitação Popular e Saneamento Básico, resolve:

1Divulgar nova distribuição dos recursos do Orçamento Operacional do FGTS para 2012, por Programa e Unidade da Federação, com vistas ao cumprimento das determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor das Aplicações, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2012.

2Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas das áreas de Habitação Popular, e em número de habitantes beneficiados nos programas das áreas de Saneamento Básico e Infra-estrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular.

2.1A distribuição dos recursos, segregados por Área de Aplicação, Programa e Unidade da Federação, no montante de R$ 46.700.000.000,00 (quarenta e seis bilhões e setecentos milhões de reais), constitui os Anexos II e III desta Circular.

2.2A alocação dos recursos aos Agentes Financeiros dar-se-á mediante comprovação de que seus respectivos planos de contratações estejam em consonância com o comprimento das metas físicas, para o período 2011/2014, do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, de que tratam o art. 6º da Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009, com a redação dada pela Lei nº. 12.424, de 16 de junho de 2011, o art. 7º do Decreto nº. 7.499, de 16 de junho de 2011, a Portaria nº. 363, de 11 de agosto de 2011, do Ministério das Cidades, e a Portaria Interministerial nº. 409, de 31 de agosto de 2011, dos Ministérios das Cidades, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão, objetivando atendimento às seguintes faixas de renda:

a) 600.000 (seiscentas mil) unidades habitacionais, para famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 3.100,00 (três mil e cem reais); e

b) 200.000 (duzentas mil) unidades habitacionais, para famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2.2.1Serão considerados, para efeito de cumprimento das metas físicas estipuladas no subitem anterior, os financiamentos contratados a partir de 26 de março de 2009, e que se enquadrem nas definições legais estabelecidas para as operações do PNHU/PMCMV, conjugadas com recursos do FGTS.

2.2.2Na alocação de recursos aos agentes financeiros, para aplicação nos programas da área de Habitação Popular, para fins de produção de unidades habitacionais, que venham a beneficiar famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), o Agente Operador observará a existência prévia de orçamento de descontos, considerando a estimativa de comercialização de unidades, por meio de financiamentos concedidos com recursos do FGTS, e os valores médios de descontos praticados.

3A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará a distribuição por Unidade da Federação fixada no Anexo IV desta Circular e ainda os dispositivos a seguir relacionados:

a) serão destinados R$ 5.345.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e quarenta e cinco milhões de reais) para produção ou aquisição de imóveis novos, passíveis de enquadramento nas definições legais estabelecidas para as operações do PNHU/PMCMV, conjugadas com recursos do FGTS, e ainda os seguintes dispositivos:

a.1) no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos recursos serão destinados a municípios integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento, municípios-sede de capitais estaduais, e municípios com população igual ou superior a cem mil habitantes, observado o último Censo Demográfico ou, se mais recente, a última estimativa populacional, ambos divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

a.2) é vedada a aplicação em financiamentos contratados no âmbito do Programa Carta de Crédito Individual, enquadrados em qualquer modalidade operacional, executados sob a forma coletiva ou por intermédio de parcerias.

b) serão destinados R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para aplicação em financiamentos em áreas rurais, observadas as diretrizes do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, definidas pela Portaria Interministerial nº. 395, de 26 de agosto de 2011, dos Ministérios das Cidades, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pela Portaria nº. 406, de 2 de setembro de 2011, do Ministério das Cidades, vedado o atendimento a agricultores ou trabalhadores rurais que:

b.1) tenham recebido, a qualquer época, subvenções ou subsídios de finalidade habitacional, bem como tenham figurado como beneficiários de programas habitacionais lastreados nos recursos orçamentários da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

b.2) sejam detentores de financiamento imobiliário ativo, no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, em qualquer localidade do território nacional;

b.3) sejam proprietários, cessionários ou promitentes compradores de imóvel residencial urbano ou rural, situado no atual local de domicílio ou onde pretenda fixá-lo, ressalvados os casos de reforma de moradia;

b.4) sejam detentores de área superior a quatro módulos fiscais, na forma definida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, gerido pelo MDA;

b.5) sejam assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

b.6) constem do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, de que trata a Lei nº. 10.522, de 19 de julho de 2002;

b.7) possuam débitos não regularizados junto à Receita Federal; ou

b.8) apresentem renda familiar bruta anual igual ou inferior a R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

c) serão destinados R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) para aplicação em financiamentos em áreas urbanas, não enquadráveis no PNHU/PMCMV, incluídos os financiamentos contratados no âmbito do Programa Carta de Crédito Individual, enquadrados em qualquer modalidade operacional, executados sob a forma coletiva ou por intermédio de parcerias.

4Para fins de acompanhamento das contratações efetuadas no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA, os Agentes Financeiros devem providenciar o preenchimento de quadro demonstrativo, segundo modelo definido no Anexo V desta Circular, encaminhando-o ao Agente Operador, até o final do mês subseqüente ao de referência, via meio eletrônico para o endereço geavo@caixa.gov.br;

5Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico, serão observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) destinar até R$ 2.693.022.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e três milhões e vinte e dois mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor público;

b) destinar até R$ 2.306.978.000,00 (dois bilhões, trezentos e seis milhões e novecentos e setenta e oito mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor privado.

6As operações de crédito vinculadas aos recursos da área orçamentária de Infraestrutura Urbana ficam distribuídos na forma a seguir especificada:

a) até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), alocados em nível nacional;

b) até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), para propostas de operação de crédito referentes aos empreendimentos de mobilidade urbana, diretamente associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, definidos na Matriz de Responsabilidades e suas alterações, e/ou à execução de ações vinculadas à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, eixos Mobilidade Grandes Cidades e Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

7No exercício de 2012 as aplicações realizadas à conta das disponibilidades financeiras do FGTS, sem prejuízo dos valores alocados às áreas de Habitação Popular, Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, obedecerão aos seguintes limites:

a) contratação, até o limite de R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), no âmbito do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do FGTS - PRÓ-COTISTA, na forma e condições definidas pela Resolução Nº. 542, de 30 de outubro de 2007, do Conselho Curador do FGTS, e regulamentação do Gestor da Aplicação e do Agente Operador, obedecida a distribuição apresentada no Anexo VI;

b) aquisição, até o limite de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, e regulamentação do Agente Operador;

c) R$ 6.374.062.723,38 (seis bilhões, trezentos e setenta e quatro milhões, sessenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei no 11.491, de 20 de junho de 2007, e pela Resolução Nº 586, de 19 de dezembro de 2008, do Conselho Curador do FGTS;

c.1) esse valor adicionado ao montante aplicado em 2008, 2009, 2010 e 2011 -

R$ 17.875.937.267,62, totaliza R$ 24.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS;

d) R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico - SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 524, de 12 de agosto de 2010;

e) R$ 1.437.164.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FICD, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico - SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 498, de 27 de novembro de 2009; e

f) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FICD, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de transporte para renovação de frota de veículos do sistema de transporte coletivo de passageiros urbano e de característica urbana sobre pneus e para investimentos em infraestrutura de transporte coletivo urbano e de característica urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA nº. 499, de 27 de novembro de 2009.

8O volume total de recursos para aplicação pelo FGTS em 2012 está demonstrado no Anexo VII.

9Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado, por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

10Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

11Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Circular CAIXA Nº. 567, de 26 de dezembro de 2011.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 303, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
01 - Processo: 12897.000757/2009-81 - Ex Offício e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e YOLANDA PARTICIPAÇÕES S/A. - Matéria: IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior.
02 - Processo: 16327.720442/2011-94 - Recorrente: BANCO DAYCOVAL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Despesas Indedutíveis.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
03 - Processo: 19515.001879/2008-09 - Recorrente: QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
04 - Processo: 10120.000801/2003-13 - Recorrente: J. CÂMARA & IRMÃOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.
05 - Processo: 10120.004311/2008-09 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS ITATICO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
06 - Processo: 16327.001218/2009-85 - Recorrente: ITAÚ UNIBANCO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.
Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA
07 - Processo: 10540.000878/2010-71 - Recorrente: SOBESA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS SANTANENSE LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
08 - Processo: 10384.003537/2002-98 - Recorrente: COMPANHIA EDITORA DO PIAUÍ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
09 - Processo: 10410.004498/2006-13 - Recorrente: COMPANHIA ALAGOAS INDUSTRIAL - CINAL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação - CSLL.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
10 - Processo: 16327.001397/2009-51 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SANTANDER (BRASIL) LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de Despesas e Outros.
11 - Processo: 16327.720407/2010-94 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) LTDA. Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Despesas Indedutíveis.
12 - Processo: 16682.720061/2011-66 - Recorrente: BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Despesas Indedutíveis.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
13 - Processo: 10980.005467/2004-45 - Recorrente: LABRA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
14 - Processo: 15563.000394/2008-63 - Recorrente: RHENEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE MOLAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
15 - Processo: 19515.005924/2009-77 - Recorrente: PUBLICAR DO BRASIL LISTAS TELEFÔNICAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
16 - Processo: 16643.000013/2009-08 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessada: PRIMO SCHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A. - Matéria: IRPJ e CSLL.
17 - Processo: 10166.011080/2005-11 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DOS HOSPITAIS PRIVADOS DO DISTRITO FEDERAL - AMHDF - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP.
Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA
18 - Processo: 11052.000418/2010-16 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS - Matéria: IRPJ.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
19 - Processo: 10680.004654/2007-39 - Recorrente: EDILSON FERREIRA DE SOUZA - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
20 - Processo: 16643.000276/2010-42 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA. - GRUPO GERDAU - Matéria: IRPJ e CSLL.
21 - Processo: 16682.720233/2010-11 - Recorrente: TERMOPERNAMBUCO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Amortização de Ágio.
22 - Processo: 11618.004537/2002-87 - Recorrente: IPE INSTITUTO PARAIBANO DE EDUCAÇÃO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros - Suspensão de Imunidade.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
23 - Processo: 19515.002078/2006-91 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
24 - Processo: 16327.001306/2010-11 - Recorrente: BANCO ALVORADA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
25 - Processo: 10940.900292/2006-10 - Recorrente: R.A. CASTRO GREIDANUS SERVIÇOS AGRÍCOLAS - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
26 - Processo: 19515.004299/2009-46 - Recorrente: MANHÃES MOREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
27 - Processo: 19647.021631/2008-51 - Recorrente: LOMEL COMÉRCIO E SERVIÇOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA
28 - Processo: 19515.005936/2009-00 - Recorrente: MUNDIAL S/A - PRODUTOS DE CONSUMO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
29 - Processo: 10680.721008/2011-16 - Recorrente: SAT - CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
30 - Processo: 10384.002536/98-42 - Recorrente: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DO PIAUÍ S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
31 - Processo: 16643.000308/2010-18 - Ex Officio e Voluntário - Recorrente: ELI LILLY DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
32 - Processo: 10469.721945/2010-03 - Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Amortização de Ágio.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
33 - Processo: 19515.002348/2006-63 - Recorrente: CIMEMPRIMO DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
34 - Processo: 10930.005851/2003-52 - Recorrente: ALGITUR TURISMO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRRF.
35 - Processo: 10930.900933/2006-55 - Recorrente: UROCLÍNICA S/S LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
36 - Processo: 16152.000065/2009-06 - Recorrente: HÉRCULES S/A. FÁBRICA DE TALHERES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA
37 - Processo: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
38 - Processo: 10855.001008/2004-28 - Recorrente: CSM CARTÕES DE SEGURANÇAS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição.

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
39 - Processo: 13931.001190/2008-89 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CONSTRUTORA VALOR LTDA - Matéria: IRPJ e Reflexos - Omissão de Receitas e Outros.
Relator(a): BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR
40 - Processo: 10980.003919/2004-54 - Recorrente: NOVAS IDÉIAS LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES
41 - Processo: 17883.000380/2008-52 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessada: TPAR TERMINAL PORTUÁRIO DE ANGRA DOS REIS S/A. - Matéria: IRPJ.
42 - Processo: 13807.005098/99-99 - Recorrente: INDUTIL INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Restituição.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
43 - Processo: 10283.721100/2009-44 - Ex Offício - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessada: ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A. - Matéria: IRPJ.
Relator(a): NARA CRISTINA TAKEDA TAGA
44 - Processo: 10670.720059/2005-00 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDO NORTE DE MINAS - COTEMINAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP.

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Presidente da Turma

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 504, BRASÍLIA-DF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
1 - Processo nº: 13502.000571/2006-39 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-08-17 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
Relator: SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETTO
2 - Processo nº: 18471.000917/2002-01 - Recorrentes: EDITORA DE PUBLICACOES CIENTIFICAS LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2002-05-03 00:00:00
Relator: JOSE SERGIO GOMES
3 - Processo nº: 13603.002461/2002-40 - Recorrente: BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-11-29 00:00:00
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
4 - Processo nº: 13708.000030/93-09 - Recorrente: PLUS VITA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 1993-01-12 00:00:00
5 - Processo nº: 10380.014870/2002-62 - Recorrente: ACCCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-11-14 00:00:00
6 - Processo nº: 19515.003226/2005-11 - Recorrente: RIPASA S A CELULOSE E PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2005-11-23 00:00:00

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
7 - Processo nº: 13603.720198/2008-60 - Recorrente: MINAS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-22 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
8 - Processo nº: 13603.720199/2008-12 - Recorrente: MINAS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-22 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
Relator: SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETTO
9 - Processo nº: 13831.001801/2008-17 - Recorrente: ERMINIO PAULIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-15 00:00:00 - 5.70.414.2255 - PENDÊNCIA DA EMPRESA - DEMAIS ÓRGÃOS
10 - Processo nº: 16561.000080/2007-62 - Nome do Contribuinte: CARITAL BRASIL LTDA, Recorrente: Parmalat Brasil S/A. Indústria de Alimentos (coobrigada) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-01 00:00:00 - 1.20.304.1817 - PASSIVO FICTÍCIO
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
11 - Processo nº: 19515.002439/2009-41 - Recorrente: INTERNET GROUP DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-06-29 00:00:00 - 1.20.920.1444 - FALTA/INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO OU DECLARAÇÃO
12 - Processo nº: 19515.004396/2007-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOIFRAN ALIMENTOS LTDA - 2007-12-24 00:00:00 - 1.20.153.1490 - GLOSA DE CUSTOS

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
13 - Processo nº: 13807.007491/2002-56 - Recorrente: METRO TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-06-27 00:00:00 - 5.20.411.2246 - PERC - PEDIDO DE REVISÃO DE INCENTIVO FISCAL
14 - Processo nº: 13502.900011/2009-29 - Recorrente: MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-16 00:00:00 - 3.20.281 - SALDOS NEGATIVOS
Relator: SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETTO
15 - Processo nº: 15892.000128/2008-17 - Recorrente: OZIRES CASCINI DESCASCAMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-16 00:00:00 - 5.70.414.2251 - ATIVIDADE ECONÔMICA VEDADA OU ASSEMELHADA
16 - Processo nº: 11065.001483/2002-00 - Recorrente: ARTECOLA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2002-04-12 00:00:00 - 2.20.239.1424 - FALTA/ATRASO NA ENTREGA DA DIRPJ
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
17 - Processo nº: 19515.002789/2006-65 - Recorrente: FITNESS DO BRASIL COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-12-07 00:00:00 - 1.20.304.1223 - DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS
18 - Processo nº: 19515.004257/2007-43 - Recorrente: FITNESS DO BRASIL COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-17 00:00:00 - 1.20.304.1223 - DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
19 - Processo nº: 13603.907235/2009-23 - Recorrente: CNH LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-30 00:00:00 - 3.20.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR
20 - Processo nº: 13603.907237/2009-12 - Recorrente: CNH LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-30 00:00:00 - 3.20.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR
21 - Processo nº: 13603.907238/2009-67 - Recorrente: CNH LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-30 00:00:00 - 3.20.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR
22 - Processo nº: 13603.907239/2009-10 - Recorrente: CNH LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-30 00:00:00 - 3.20.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR
Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
23 - Processo nº: 10925.000236/2002-48 - Embargante: INCOPLASTIC IND E COM DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2002-02-28 00:00:00

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOAO OTAVIO OPPERMANN THOME
24 - Processo nº: 10384.002583/2008-65 - Embargante: S P SOARES e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2008-04-16 00:00:00 - 5.70.415.2257 - AUSÊNCIA DAS FORMALIDADES EXIGIDAS
Relator: JOSE SERGIO GOMES
25 - Processo nº: 18050.003489/2009-98 - Recorrente: F I CARVALHO ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-13 00:00:00 - 5.70.415.2255 - PENDÊNCIA DA EMPRESA - DEMAIS ÓRGÃOS

ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
Presidente da Turma

JOSE ANTONIO DA SILVA
Secretário

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR SALA 301, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. Pauta republicada em virtude de alteração nos dias e horários das sessões de julgamento.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
01 - Processo: 13609.900404/2009-44 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.
02 - Processo: 13609.901403/2009-17 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido
03 - Processo: 13609.900403/2009-08 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido
04 - Processo: 13609.900875/2010-96 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido
05 - Processo: 13609.907473/2009-89 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido
06 - Processo: 13609.907474/2009-23 - Recorrente: DIAMED LATINO AMERICANA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido
Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES
07 - Processo: 10830.010220/2010-11 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
08 - Processo: 14098.000076/2010-98 - Recorrente: LINEAR PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO
09 - Processo: 10283.721311/2008-04 - Recorrente: SONY PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL. - Preço de Transferência.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
10 - Processo: 19740.000433/2006-23 - Recorrente: MEGAZEN FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
11 - Processo: 19647.000301/2005-89 - Recorrente: PAULISTA PRAIA HOTEL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição.
Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO
12 - Processo: 11516.003426/2006-25 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo do IRPJ.
13 - Processo: 11080.905703/2008-65 - Recorrente: CELULAR CRT SOCIEDADE ANÔNIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo do IRPJ.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
14 - Processo: 10880.910398/2006-83 - Recorrente: MUNIR ABBUD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.
15 - Processo: 10880.910399/2006-28 - Recorrente: MUNIR ABBUD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.
16 - Processo: 10880.910405/2006-47 - Recorrente: MUNIR ABBUD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.
17 - Processo: 10880.910406/2006-91 - Recorrente: MUNIR ABBUD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Pagamento a Maior ou Indevido.
Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
18 - Processo: 10768.004160/2003-61 - Embargos de Declaração - Embargante: CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
19 - Processo: 19515.000479/2006-14 - Recorrente: GEA ENGENHARIA DE PROCESSOS E SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
20 - Processo: 10909.003278/2008-24 - Recorrente: SUL BUSSINESS FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
21 - Processo: 19515.002209/2003-97 - Recorrente: BANCO ALVORADA S/A. (Sucessora de Finasa Administração e Planejamento S/A.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de Despesas.
Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO
22 - Processo: 14033.000329/2008-63 - Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo do IRPJ.
23 - Processo: 16327.002591/2001-04 - Recorrente: SPP NEMO S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXPORTADORA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Lucros Auferidos no Exterior.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
24 - Processo: 19740.000372/2003-51 - Recorrente: BANCO BANERJ S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF
Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
25 - Processo: 10680.006137/2005-32 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Ato Declaratório.
26 - Processo: 10680.002805/2007-14 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MINAS GERAIS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
27 - Processo: 13971.720006/2006-65 - Recorrente: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO
28 - Processo: 11543.001655/2003-35 - Recorrente: COTIA TRADING S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo do IRPJ e CSLL.
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
29 - Processo: 11543.004092/2001-75 - Embargos de Declaração - Embargante: ESPÍRITO SANTO CENTAIS ELÉTRICAS S/A. - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: COFINS - Compensação.
Relator(a): HUGO CORREIA SOTERO
30 - Processo: 19647.000947/2005-66 - Recorrente: CARLOS ALBUQUERQUE REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL e ILL.

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA
31 - Processo: 19647.001961/2005-87 - Recorrente: INSTITUTO PROFISSIONAL MARIA AUXILIADORA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição.
Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO
32 - Processo: 13896.903192/2010-01 - Recorrente: SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DOCMP - Saldo Negativo do IRPJ.

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
Presidente da Turma

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 504, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
1 - Processo nº: 10467.720360/2011-69 - Recorrente: CIPAM - COMPANHIA PARAIBANA DE MATERIAS PRIMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15540.720116/2011-90 - Recorrente: VIDRACARIA MARLUMAR III LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 15586.000105/2011-63 - Recorrente: CLAC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10215.720039/2008-41 - Recorrente: VARGAS & VARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
5 - Processo nº: 10640.001919/2002-17 - Recorrente: LATICINIOS MB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 15504.011964/2010-60 - Recorrente: JOSE EUSTAQUIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA
7 - Processo nº: 15504.015168/2010-04 - Recorrente: MODA ITALO-BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10680.011391/2007-14 - Recorrente: RIO VERDE MINERACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCIEL EDER COSTA
9 - Processo nº: 10768.023288/99-86 - Recorrente: WHITE MARTINS ADM INV FOMENTO COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10880.017942/00-41 - Recorrente: CIMENTO MAUA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10880.074998/92-75 - Nome do Contribuinte: DOUGLAS BARBOSA
12 - Processo nº: 11831.000445/00-15 - Recorrente: ALFA PARTICIPACOES INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
13 - Processo nº: 13766.000336/2003-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J N RAINHA ME -
14 - Processo nº: 10825.003122/2005-21 - Nome do Contribuinte: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
15 - Processo nº: 15504.004818/2009-44 - Nome do Contribuinte: LWM AUTO ATACADO
Relator: GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEAO
16 - Processo nº: 10218.720247/2011-15 - Recorrente: DISTRIBUIDORA SANTA MATILDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10972.000114/2009-62 - Recorrente: CIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11060.000116/2010-31 - Recorrente: CMC MATERIAIS CIRURGICOS HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
19 - Processo nº: 13982.001508/2009-15 - Embargante: AUDI TRANSPORTES E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16095.720188/2011-03 - Recorrente: GLOBO BORRACHAS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10380.011638/2006-04 - Recorrente: BRASIL - USA VACATIONS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10380.016561/2008-12 - Embargante: FREITAS EMPREENDIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10932.000043/2008-93 - Recorrente: HN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13984.002253/2008-07 - Recorrente: DYNAMICA SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
25 - Processo nº: 10865.004268/2008-60 - Recorrente: UNIPACI UNIDADE REG DE PATOLOGIA E CITOLOGIA S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11444.000123/2007-22 - Recorrente: TUCUNDUVA & CARVALHO MOTTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
27 - Processo nº: 10830.005610/2008-46 - Recorrente: IOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13433.001230/2007-22 - Recorrente: MOSSORO ODONTOLOGICA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCIEL EDER COSTA
29 - Processo nº: 11831.001883/99-12 - Recorrente: SERVI CONTINENTAL 2001 LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13804.001237/00-22 - Recorrente: SETEC TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
31 - Processo nº: 15889.000137/2008-59 - Nome do Contribuinte: LABORATORIO BAURU DE PATOLOGIA CLINICA - POLICLINICA EM SERVICOS AUXILIARES AO DIAGNOSTICO E TERAPIA LTDA
32 - Processo nº: 16327.001971/2006-28 - Embargante: J.P. MORGAN S.A. - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEAO
33 - Processo nº: 13982.000600/2001-01 - Recorrente: BONASSI & IRMAOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10140.000213/2006-94 - Recorrente: TMJB LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
35 - Processo nº: 15563.000615/2009-84 - Recorrente: FERREIRA INTERNATIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15586.001238/2010-76 - Recorrente: F. GRAN GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15889.000677/2007-51 - Recorrente: HEMOVIDA - HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE BAURU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 16095.000266/2007-65 - Recorrente: ELMACTRON ELETRICA E ELETRONICA INDUSTRIA E COMERCIO LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
39 - Processo nº: 15758.000260/2008-65 - Recorrente: CAPUAVA ENERGY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11065.003133/2005-12 - Recorrente: CALCADOS BIBI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.007360/2005-25 - Recorrente: BOMIX INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA
42 - Processo nº: 14751.000321/2010-14 - Recorrente: NORFIL S/A INDUSTRIA TEXTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 15563.000772/2009-90 - Recorrente: IRMAOS CUPELLO JORNAIS E REVISTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 16707.000700/2007-61 - Recorrente: P& A EMPREENDIMENTO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 19647.004542/2006-88 - Recorrente: MR FRIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCIEL EDER COSTA
46 - Processo nº: 16327.000736/2003-96 - Recorrente: BANCO BMC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10675.005138/2004-58 - Recorrente: BRITAGEM SAO LUCAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10865.720147/2008-69 - Recorrente: TRW COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: NELSO KICHEL
49 - Processo nº: 16403.000014/2007-13 - Nome do Contribuinte: METALGRAFICA IGUACU S A
50 - Processo nº: 16707.001610/2009-50 - Nome do Contribuinte: LEITE XODO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Relator: GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEAO
51 - Processo nº: 10768.008175/2008-11 - Recorrente: CONTRASTE EDITORA E PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10830.008676/2008-98 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10280.005357/2006-32 - Recorrente: CCCS CADASTRO CREDITO COBR. E SERV. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCO ANTONIO NUNES CASTILHO
54 - Processo nº: 16306.000288/2008-83 - Recorrente: F L SMIDTH LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 16327.000539/2010-04 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11065.003456/2006-97 - Recorrente: CALCADOS TELES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13974.000074/2008-46 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13062.000031/2006-81 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 14041.000211/2006-74 - Recorrente: EMP. TEC E INF. DA PREV. SOC. - DATAPREV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 302, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO
1 - Processo nº: 10950.005241/2010-40 - Recorrente: A.I.J. COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10952.000394/2010-81 - Recorrentes: COMERCIAL M DISTRIBUIDORA LTDA e FAZENDA NACIONAL - Responsáveis solidários: Bárbara Coutinho Ramos, CPF n° 010.028.715-81 (fls. 54/56); Indira Coutinho Ramos, CPF n° 029.308.585-12 (fls. 57/59); José Roberto Dias Machado, CPF n° 032.771.585-51 (fls. 60/62); Onesina Martins da Silva Ramos Machado, CPF n° 163.391.425-91 (fls. 50/52); e CM Distribuidora de Bebidas Ltda., CNPJ n° 08.681.197/0001-83 (fls. 63/65)
3 - Processo nº: 13855.003292/2007-16 - Recorrente: STUDIO 05 TELECOM - SERV TELECOM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: REGIS MAGALHAES SOARES DE QUEIROZ
4 - Processo nº: 10768.005656/2004-32 - Recorrente: KLACON ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRE ALMEIDA BLANCO
5 - Processo nº: 11543.000338/00-51 - Recorrente: IBRAME INDUSTRIA BRASILEIRA DE METAIS S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR
6 - Processo nº: 11543.004309/2001-47 - Recorrente: PRAIA GRANDE HOTEIS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO CUBA NETTO
7 - Processo nº: 10680.001913/2007-70 - Recorrente: MINISTERIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10680.013659/2006-71 - Recorrente: MINISTERIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 19740.000070/2009-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO CLASSICO SA
Relator: ANDRE ALMEIDA BLANCO
10 - Processo nº: 16561.000196/2007-00 - Recorrente: PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR
11 - Processo nº: 13702.000430/2001-55 - Recorrente: LATASA NORDESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO
12 - Processo nº: 10820.000215/2005-43 - Recorrente: CONSTRU ANDRA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 19515.002765/2008-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: K.T.R. COMERCIAL E IMPORTADORA
14 - Processo nº: 19740.000346/2008-38 - Recorrente: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRE ALMEIDA BLANCO
15 - Processo nº: 15983.001084/2010-30 - Recorrente: TECNOZEM ARMAZENS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR
16 - Processo nº: 14041.000915/2008-17 - Recorrente: APROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO
17 - Processo nº: 19515.006049/2008-60 - Recorrente: FASTER SISTEMA DE TRANSPORTES URGENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRE ALMEIDA BLANCO
18 - Processo nº: 16641.000100/2008-96 - Recorrente: DJS PETER E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 304, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-compa-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

recimento do Conselheiro Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
1 - PROCESSO Nº: 10830.016265/2010-91 - RECORRENTE: SOTREQ S/A E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
2 - PROCESSO Nº: 13678.000079/2003-17 - RECORRENTE: MINERACAO SERRA DA FORTALEZA LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
3 - PROCESSO Nº: 10865.003705/2009-17 - RECORRENTE: FORUSI METAIS SANITARIOS LTDA EPP E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
4 - PROCESSO Nº: 11030.001324/2007-17 - RECORRENTES: INTECNIAL SA E FAZENDA NACIONAL
RELATOR: VIVIANE VIDAL WAGNER
5 - PROCESSO Nº: 15521.000156/2009-25 - RECORRENTE: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
6 - PROCESSO Nº: 10410.002306/2009-79 - RECORRENTE: COMERCIO DE ALIMENTOS PAULISTA LTDA -ME E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
7 - PROCESSO Nº: 10410.002307/2009-13 - RECORRENTE: COMERCIO DE ALIMENTOS PAULISTA LTDA -ME E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: NELSON LOSSO FILHO
8 - PROCESSO Nº: 13807.002800/2003-82 - RECORRENTE: FERTILIZANTES SERRANA S/A E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
9 - PROCESSO Nº: 13227.720615/2011-12 - NOME DO CONTRIBUINTE: A. TOMASI & CIA. LTDA -
10 - PROCESSO Nº: 10907.001644/2010-45 - NOME DO CONTRIBUINTE: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A
RELATOR: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
11 - PROCESSO Nº: 10830.900582/2006-19 - NOME DO CONTRIBUINTE: DRAFT I PARTICIPACOES S.A
12 - PROCESSO Nº: 10925.002415/2001-39 - RECORRENTE: FISCHER FRAIBURGO AGRICOLA LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: VIVIANE VIDAL WAGNER
13 - PROCESSO Nº: 16643.000016/2009-33 - RECORRENTE: FAZENDA NACIONAL E RECORRIDA: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL
RELATOR: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
14 - PROCESSO Nº: 10803.000018/2009-66 - RECORRENTE: ARMAZEM PAULISTA BAR E COMERCIO LTDA EPP E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
15 - PROCESSO Nº: 16561.000128/2007-32 - RECORRENTE: EMPRESA BRAS IND COM E SERV LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
16 - PROCESSO Nº: 10865.001649/2006-25 - NOME DO CONTRIBUINTE: MASTRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -
17 - PROCESSO Nº: 13804.003481/2001-91 - RECORRENTE: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 19515.006201/2008-12 - Recorrente: COOP DE PROFESSORES E AUX DE ADMIN ESCOLAR COOPESCOLA. - Responsáveis Solidários: Gennari & Peartree Comunicação, Comércio e Serviço Ltda - 03.385.628/0001-40.- EST Empreendimentos e Suportes Tecnológicos e Educacionais Ltda - 59.486.795/0001-32 - STE - Empreendimentos e Suportes Tecnológicos e Educacionais Ltda - 53.129.888/0001-23.- INPST - Instituto Nacional. de Promoção Social e Tecnologia - 67.980.094/0001-83 EPEC - Entidade Paulista de Educação. e Cultura - 00.079.002/0001-18 - Raul Ar - Raul Armando Gennari Filho CPF 332.718.528 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
19 - PROCESSO Nº: 10166.720092/2009-55 - RECORRENTE: FAZENDA NACIONAL E RECORRIDA: CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB
20 - PROCESSO Nº: 10120.006852/2009-44 - RECORRENTE: SR DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO
21 - PROCESSO Nº: 10980.000436/2007-41 - RECORRENTE: HELCHIEN REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
22 - PROCESSO Nº: 10950.001013/2005-33 - RECORRENTE: IRMAOS MIZOTA LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR: CARLOS ALBERTO DONASSOLO
23 - PROCESSO Nº: 16327.002187/2007-18 - RECORRENTE: LINK CORRETORA DE MERCADORIA LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
24 - PROCESSO Nº: 16327.002188/2007-62 - RECORRENTE: LINK CORRETORA DE MERC.LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA
25 - PROCESSO Nº: 10380.001148/2007-72 - RECORRENTE: PR ASSESSORIA TRANSPORTE SERV LTDA ME E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
RELATOR: VIVIANE VIDAL WAGNER
26 - PROCESSO Nº: 10820.002296/2005-16 - RECORRENTE: FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
27 - PROCESSO Nº: 10820.002512/2004-42 - RECORRENTE: FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL
28 - PROCESSO Nº: 10820.002515/2004-86 - RECORRENTE: FRIGORIFICO BABY BEEF LTDA E RECORRIDA: FAZENDA NACIONAL

NELSON LOSSO FILHO
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

4ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no setor comercial sul, quadra 01,edifício alvorada, 3º andar, sala 306, em BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
1 - Processo nº: 16004.001684/2008-22 - Recorrente: COMERCIAL CARNES DERIV. VALENTIM GENTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 19515.002859/2007-66 - Recorrente: RAQUEL R F AUTER MOVEIS EPP
3 - Processo nº: 19515.003008/2003-15 - Recorrente: IONQUIMICA IND E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN
4 - Processo nº: 19515.002219/2003-22 - Recorrente: ITAUSA EMPREENDIMENTOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL -
5 - Processo nº: 10480.723126/2011-15 - Recorrente: DIESELNORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10882.003622/2003-16 - Recorrente: ITAMBE PLAN E ADM IMOB SC LTDA e Recorrida: FAZENDA
Relator: VIVIANI APARECIDA BACCHMI
7 - Processo nº: 10783.903998/2008-55 - Recorrente: TEAM SOFTWARE LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10830.006294/2008-20 - Recorrente: WESTFALIA SEPARATOR DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10840.002424/2007-55 - Recorrente: ALPHAGEN REPRODUCOES ANIMAL S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
10 - Processo nº: 10855.003018/2008-21 - Recorrente: MARGARETE & C. A. ELIAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10980.003339/2008-91 - Recorrente: SIA ABRASIVOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 14041.000188/2006-18 - Recorrente: SMP&B SAO PAULO COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
13 - Processo nº: 13706.002852/00-55 - Recorrente: NIBAL PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 18471.000236/2007-40 - Recorrente: SPARTACUS VIGILANGIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 18471.000524/2007-02 - Recorrente: J C A S VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
16 - Processo nº: 16327.000211/2006-01 - Recorrente: C E C M DOS SERV. MUN. DE S. PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16327.000359/2006-38 - Recorrente: CECRESP - CENTRAL DAS COOP. DE C.E.SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 19515.002822/2006-57 - Recorrrente: ACTIVE INTERNATIONAL DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN
19 - Processo nº: 10980.007525/2003-94 - IRMAOS THA SA CONST E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15956.000025/2010-71 - Recorrente: J L CITRUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19515.001839/2006-97 - Recorrente: SAMM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VIVIANI APARECIDA BACCHMI
22 - Processo nº: 10768.011587/2002-34 - Recorrente: GM2 ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13921.000445/2008-13 - Recorrente: TRANSAR TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES
24 - Processo nº: 10680.012860/2008-01 - Recorrente: CASA & TINTA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MEIGAN SACK RODRIGUES
25 - Processo nº: 16327.000575/2007-64 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 19740.000041/2003-11 - Recorrente: LETRA S/A CREDITO IMOBILIARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
27 - Processo nº: 18471.001994/2003-51 - Recorrente: MEGADATA COMPUTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL -
28 - Processo nº: 10283.720296/2007-98 - Recorrente: COUTO SERVICOS DE TRANSPORTE E LOCACAO DE VEICULOS LTDA-EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10920.000142/2006-42 - Recorrente: INSTITUTO DE ANALISES CLINICAS BIOVIDA L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
30 - Processo nº: 10930.001470/2005-66 - TECMEDICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10935.002810/2006-15 - TELECOMUNICACOES CAMPOS DOURADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19515.002894/2006-02 - Recorrente: SWITZERLAND TURISMO E CAMBIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN
33 - Processo nº: 10855.003174/2003-88 - Recorrente: METSO MINERALS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
34 - Processo nº: 18471.000126/2004-35 - Recorrente: POSTO LOBO JUNIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 18471.000261/2006-42 - Recorrente: PATUA BOUTIQUE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 18471.000277/2006-55 - Recorrente: JARAMA EQUIP DE HOTELARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 18471.000483/2006-65 - Recorrente: SC SANTA CECILIA EMPREEND E ADMIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 18471.000802/2007-13 - Recorrente: CORIB IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALTER ADOLFO MARESCH
39 - Processo nº: 19515.002961/2005-08 - Recorrente: KLAR IND E COM DE ELETRO ELETRONIC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 19515.003301/2004-55 - Recorrente: PADROEIRA COM DE PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
41 - Processo nº: 18471.000984/2008-11 - Recorrente: ORLA-RIO ASSOCIADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 18471.001298/2004-26 - Recorrente: HARSCO DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS SIDERURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
43 - Processo nº: 10950.001957/2006-91 - Recorrente: LUIZ C PADANOSCHE - ALGODOEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13808.006267/2001-56 - Recorrente: AMWAY DO BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16327.002092/2001-17 - Recorrente: MASSA FALIDA DO BANCO PONTUAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 16327.002955/2002-29 - Recorrente: AKZO NOBEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES
47 - Processo nº: 18471.001552/2005-77 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE COMESTIVEIS DISCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL -
48 - Processo nº: 18471.001736/2008-80 - Recorrente: BRASVIT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA
49 - Processo nº: 10425.000792/2007-60 - Recorrente: JOSE ORIOR DA COSTA LIMA OURIQUES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16542.000009/2004-65 - Recorrente: INTELBRAS SA IND. DE TELEC. ELETR BRASI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16542.000011/2004-34 - Recorrente: INTELBRAS SA IND DE TELEC ELETR.BRASILIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 16366.001191/2008-83 - Recorrente: FUGANTI CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13062.000030/2006-37 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10140.000216/2005-47 - Recorrente: ANEES SALIM SAAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10768.005208/2007-81 - Recorrente: SCHLUMBERGER SERV DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

56 - Processo nº: 10920.000382/2007-28 - Recorrente: TAF INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10976.000300/2010-03 - Recorrente: MICRO BAG EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

SELENE FERREIRA DE MORAES
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01,EDIFÍCIO ALVORADA, 2º ANDAR, SALA 202, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
1 - Processo: 19515.006276/2008-95 - Recorrentes: ROHM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 11831.002406/2001-50 - Recorrente: AVENTIS PHARMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 11610.006913/2003-29 - Recorrente: SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA
4 - Processo: 19515.003053/2009-57 - Recorrentes: SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A. e FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 11065.001876/2007-10 - Recorrente: PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
6 - Processo: 19515.001382/2007-00 - Recorrente: GWI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10380.726309/2010-30 - Recorrente: INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ SA
8 - Processo: 16327.001733/2010-07 - Recorrente: TALARICO CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS MOBILIÁRIOS LTDA
Relator: MAURICIO PEREIRA FARO
9 - Processo: 15521.000337/2008-71 - Recorrente: IND BEB JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO
10 - Processo: 15521.000338/2008-15 - Recorrente: IND BEB JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
11 - Processo: 10660.001792/2009-66 - Recorrente: EXPRINSUL COMÉRCIO EXTERIOR
12 - Processo: 10665.720901/2011-12 - Recorrente: FERDIL PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA
13 - Processo: 16327.001366/2010-33 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOB SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 16327.001409/2010-81 - Recorrente: CITIBANK LEASING S A ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 16327.001631/2010-83 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 16327.001339/2009-27 - Recorrente: J.P. MORGAN CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
17 - Processo: 10980.722816/2011-16 - Recorrente: IMCOPA INVESTIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 13864.000288/2006-06 - Recorrente: TI BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
19 - Processo: 12963.000346/2008-74 - Recorrente: ALCOA ALUMÍNIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
20 - Processo: 10768.017151/2002-59 - Recorrente: UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10768.003358/2003-27 - Recorrente: UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10768.003361/2003-41 - Recorrente: UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 15374.002919/2009-11 - Recorrente: UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
24 - Processo: 10855.003314/2006-61 - Recorrente: HIDROENGE POÇOS ARTESIANOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 16327.001069/2009-54 - Recorrente: SANTANDER BRASIL S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26- Processo: 10580.728962/2009-43 - Recorrente: ARTIS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 10680.933176/2009-38 - Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
28 - Processo: 10680.935077/2009-91 - Recorrente: CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A
29 - Processo: 10680.907401/2008-08 - Recorrente: BANCO RURAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA
30 - Processo: 15504.002550/2011-21 - Recorrentes: ALAFER LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 16327.001712/2010-83 - Recorrente: BANCO IBI S.A. - BANCO MÚLTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 16561.000200/2007-21 - Recorrente: CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
33 - Processo: 10980.016427/2008-52 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 10980.004877/2009-83 - Recorrente: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 19515.001969/2010-14 - Recorrente: GBL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 19515.002409/2010-79 - Recorrente: TECELAGEM JAVAES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MAURICIO PEREIRA FARO
37 - Processo: 19515.005109/2009-16 - Recorrente: UNIMETRO EMPREENDIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo: 15578.000083/2008-35 - Recorrente: CUSTODIO FORZZA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
39 - Processo: 19515.000750/2007-94 - Recorrente: VIAÇÃO CACHOEIRA LTDA (Responsáveis Tributários: HENRIQUE CONSTANTINO, RICARDO CONSTANTINO, JOAQUIM CONSTANTINO NETO E CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo: 10120.006854/2007-71 - Recorrente: W. C. ALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 10640.721001/2011-71 - Recorrente: DIOGACIEL TELEMED COM EQUIP, INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - EPP
42 - Processo: 10640.722658/2011-55 - Recorrente: SBA PEÇAS ACABADAS DE ALUMÍNIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA
43 - Processo: 16327.000208/2009-22 - Recorrente: BV FINANCEIRA S/A CRED FINANC E INVEST. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 13315.000360/2008-75 - Recorrente: ANTONIO DE PÁDUA ALBUQUERQUE FEITOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 19515.000550/2011-18 - Recorrente: CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
46 - Processo: 19515.002574/2010-21 - Recorrente: MARISETE ESMERIA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 13005.001356/2010-42 - Recorrente: CVI REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 10980.724003/2011-61 - Recorrentes: ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator: MAURICIO PEREIRA FARO
49 - Processo: 19740.000328/2007-75 - Recorrente: UNIÃO PREVIDENCIÁRIA COMETA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 19740.000262/2008-02 - Recorrente: UNIÃO PREVIDENCIÁRIA COMETA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO BEZERRA NETO
51 - Processo: 11020.001382/2010-57 - Recorrente: NOVAPELLI INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 15586.000288/2007-31 - Recorrente: PROTECTION SISTEMAS DE VIGILÂNCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 15563.000568/2007-15 - Recorrente: NOVA IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 11444.000422/2008-48 - Recorrente: VIEIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA
55 - Processo: 19515.001114/2007-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MICRO SWITCH ELETRO ELETRONICA LTDA.
56 - Processo: 19515.000465/2011-50 - Recorrente: SANTA MARINA ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS
57 - Processo: 11634.720594/2011-08 - Recorrente: TRANSPORTADORA REAL 2000 LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 11080.729596/2011-68 - Recorrente: SUPERMERCADO GUANABARA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JORGE CELSO FREIRE DA SILVA
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, EDIFÍCIO ALVORADA, 2º ANDAR, SALA 204, EM BRASÍLIA- DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
1 - Processo nº: 16643.000300/2010-43 - Recorrente: SIEMENS ELETROELETRÔNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15983.000212/2006-41 - Recorrentes: IMPORTA ASSESSORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA e FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16327.000585/2010-03 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO HOLDINGS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16327.001201/2009-28 - Recorrente: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16327.001330/2010-50 - Recorrente: SOLIDEZ CORRETORA DE CAMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 16327.001344/2010-73 - Recorrente: BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 15940.000109/2008-60 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS PELÁ
8 - Processo nº: 10675.720676/2011-03 - Recorrente: TOP INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10680.723509/2010-56 - Recorrente: SIDERÚRGICA VALINHO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10680.723627/2011-45 - Recorrente: BANCO POTENCIAL S/A, coobrigados ARGEU DE LIMA GEÓ, CARLOS GEÓ QUICK E JOÃO DE LIMA GEÓ FILHO; e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
11 - Processo nº: 14751.002618/2009-72 - Recorrente: ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10510.001892/2010-40 - Recorrentes: ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16327.001243/2009-69 - Recorrente: BANCO J. P. MORGAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
14 - Processo nº: 19515.001386/2007-80 - Recorrente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10120.007045/2010-82 - Recorrente: MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10980.721917/2010-99 - Recorrente: SIMONE REGINA ANTUNES, coobrigados HUGO WESTHHALEN DE BARROS, FÁBIO RICARDO ANTUNES e OLIVEIROS DOMINGOS MARQUES NETO; e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 19515.000583/2010-87 - Recorrente: ABRIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA
18 - Processo nº: 11516.004270/2010-86 - Recorrentes: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A e FAZENDA NACIONAL.
19 - Processo nº: 15586.720056/2011-89 - Recorrente: VIAÇÃO JOANA D"ARC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 19515.004334/2010-61 - Recorrente: COGEB SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19515.003630/2010-44 - Recorrente: SOUZA LIMA SERVIÇOS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
22 - Processo nº: 11080.726294/2010-57 - Recorrente: TRANSPORTES JC LOPES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23 - Processo nº: 11444.001524/2010-03 - Recorrente: PROESTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16095.000322/2010-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
25 - Processo nº: 16327.001152/2010-67 - Nome do Contribuinte: SCHAHIN CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
Relator: CARLOS PELÁ
26 - Processo nº: 10972.000186/2008-29 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE MET E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
27 - Processo nº: 19515.003986/2007-82 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11020.722512/2011-70 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
29 - Processo nº: 10860.900323/2006-22 - Recorrente: RADIOLOGIA MÉDIO VALE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA
30 - Processo nº: 13116.722101/2011-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S.A
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
31 - Processo nº: 16004.001643/2008-36 - Recorrente: DE SOUZA & LIMA LTDA, coobrigados JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, DORVALINO FRANCISCO D SOUZA e EDSON GARCIA DE LIMA; e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA
32 - Processo nº: 10882.721046/2011-01 - Recorrente: CECIL S/A - LAMINAÇÃO DE METAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 19515.003947/2007-85 - Nome do Contribuinte: STTUTGART QUÍMICA LTDA , coobrigados GUSTAVO CARVALHO VALVERDE, VERA LÚCIA FERNANDES e JAILSON FERREIRA SANTOS; e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 19515.006076/2009-13 - Recorrentes: NET SÃO PAULO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS PELÁ
35 - Processo nº: 10940.001703/2010-79 - Recorrente: VIAÇÃO CAMPOS GERAIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10680.725211/2010-81 -Recorrente AVG SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR
37 - Processo nº: 11020.723604/2011-77 - Recorrente: BORRACHAS VIPAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11052.000883/2010-49 - Recorrente: MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11020.720724/2011-12 - Recorrente: SULCROMO REVESTIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA
40 - Processo nº: 10510.722643/2011-72 - Recorrentes: ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A e FAZENDA NACIONAL; coobrigados FERNANDO JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, FRANCISCO DE JESUS PENHA, SEBASTIÃO LIRA DE MORAES e SÉRGIO MAÇÃES.
41 - Processo nº: 10580.728305/2011-11 - Recorrente: TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 16327.000013/2006-30 - Recorrente: MCOM WIRELESS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16561.000025/2006-91 - Recorrentes: MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S A e FAZENDA NACIONAL.
44 - Processo nº: 10530.004720/2008-75 - Recorrente: MINERAÇÃO CARAÍBA S/A
Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA
45 - Processo nº: 10855.900045/2008-44 - Recorrente: JEMMA ENTERPRISE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10855.900026/2008-18 - Recorrente: JEMMA ENTERPRISE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10855.900004/2008-58 - Recorrente: JEMMA ENTERPRISE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO DE ANDRADE COUTO
48 - Processo nº: 16561.000193/2008-49 - Recorrentes: PPL PARTICIPAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 16561.000209/2008-13 - Recorrentes: CAZBEN PARTICIPAÇÕES DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16643.000386/2010-12 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da Turma

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretário

2ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Quinto andar do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Sala 502, Setor Comercial Sul, na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER REINALDO FALCÃO LIMA
1 - Processo: 10280.004350/2007-84 - Recorrente: MIGUEL SARATY DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
2 - Processo: 13618.000346/2008-67 - Recorrente: ABIAM JOSE AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
3 - Processo: 10410.006339/2007-26 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA CAVALCANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
4 - Processo: 10410.006798/2009-71 - Recorrente: CARLOS EDUARDO LEONARDO DE SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
5 - Processo: 10830.720375/2007-55 - Recorrente: CARLOS VIACAVA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
6 - Processo: 10830.720381/2007-11 - Recorrente: CARLOS VIACAVA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
7 - Processo: 10830.720387/2007-80 - Recorrente: CARLOS VIACAVA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
8 - Processo: 10215.720173/2008-41 - Recorrente: ANA MARIA CASTRO DE ARAUJO LUCENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
9 - Processo: 10242.000142/00-70 - Recorrente: SIMONETTO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
10 - Processo: 10280.002553/2003-11 - Recorrente: ROBERTO LUCAS NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
11 - Processo: 10510.002980/2005-00 - Recorrente: GILBERTO LINHARES TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
12 - Processo: 10730.010913/2008-17 - Recorrente: DENILDO BEZERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
13 - Processo: 18471.002800/2002-54 - Recorrente: PLACON PLANEJ. E CONSULTORIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
14 - Processo: 10120.000110/2009-13 - Recorrente: OSVALDO BATISTA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
15 - Processo: 10120.001364/2008-60 - Recorrente: IVONE AUGUSTINHA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: WALTER REINALDO FALCÃO LIMA
16 - Processo: 18471.001550/2006-69 - Recorrente: ANTONIO GONCALVES CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
17 - Processo: 10183.000017/2010-08 - Recorrente: JOAO BATISTA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
18 - Processo: 10183.005852/2007-21 - Recorrente: MARIO BRUNING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
19 - Processo: 10183.004469/2006-74 - Recorrente: JOSE HENRIQUE NEVES MORALES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
20 - Processo: 10148.001075/2009-33 - Recorrente: ANTONIO FERNANDO HUEB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
21 - Processo: 10148.001138/2009-51 - Recorrente: ANTONIO FERNANDO HUEB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
22 - Processo: 10120.721481/2009-24 - Recorrente: CLENON DE BARROS LOYOLA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
23 - Processo: 10120.003405/2008-52 - Recorrente: AMANDA EVELYN CRUVINEL GOULART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
24 - Processo: 10530.001525/2008-93 - Recorrente: WALDIR TELES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
25 - Processo: 10540.000816/2008-45 - Recorrente: WALMICK CORREIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
26 - Processo: 10580.722010/2008-35 - Recorrente: VILOBALDO BASTOS DE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
27 - Processo: 10283.720939/2009-65 - Recorrente: ADALBERTO FERNANDES DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
28 - Processo: 10840.720390/2008-65 - Recorrente: DELSA DEISE MACCHETTI KANAAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
29 - Processo: 10840.720459/2008-51 - Recorrente: DELSA DEISE MACCHETTI KANAAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
30 - Processo: 10840.720460/2008-85 - Recorrente: DELSA DEISE MACCHETTI KANAAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
31 - Processo: 13116.001492/2007-80 - Recorrente: PLINIO DO LAGO CAVALCANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
32 - Processo: 10120.001598/2010-21 - Recorrente: MARIA APARECIDA ELVIRA NAVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
33 - Processo: 19679.018861/2003-51 - Recorrente: ADHEMAR RUDGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
34 - Processo: 13854.000626/2007-00 - Recorrente: DEVAIR RIBEIRO MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
35 - Processo: 14041.000193/2008-92 - Recorrente: ANTONIO VENANCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
36 - Processo: 10980.005985/2008-92 - Recorrente: DIONISIO ABRAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
37 - Processo: 10940.002185/2008-96 - Recorrente: ADEMAR FRANCISCO CARLOT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
38 - Processo: 13748.002120/2008-15 - Recorrente: ANTONIO GERALDO GOMES BASILIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
39 - Processo: 10410.720891/2009-92 - Recorrente: ANTONIO HOLANDA COSTA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
40 - Processo: 10680.009003/2008-16 - Recorrente: ANTONIO JOAO MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
41 - Processo: 10640.720127/2008-22 - Recorrente: ALEBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
42 - Processo: 10640.720128/2008-77 - Recorrente: ALEBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
43 - Processo: 10580.725086/2009-01 - Recorrente: VILMA CECILIA BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
44 - Processo: 10730.002951/2005-45 - Recorrente: WALTER MAGIOLI DE MELLO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
45 - Processo: 10805.001795/2006-65 - Recorrente: WALLY TAVARES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
46 - Processo: 10820.001756/2006-70 - Recorrente: SILVIO TURI DEL NERY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
47 - Processo: 13506.000902/2008-62 - Recorrente: ADAUTO SOARES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
48 - Processo: 10120.001682/2009-10 - Recorrente: MARIA BELIZARIA DOS SANTOS BORGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
49 - Processo: 10980.011229/2008-01 - Recorrente: ZM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
50 - Processo: 10120.003005/2008-47 - Recorrente: PATRICIA HELEN RANULFO DE MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
51 - Processo: 10183.001562/2010-11 - Recorrente: ANTONIO LOPES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
52 - Processo: 18471.001084/2006-11 - Recorrente: ANTONIO LOPES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
53 - Processo: 10835.001263/2006-71 - Recorrente: WALDIR JOSE BERTACO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
54 - Processo: 10920.002295/2008-96 - Recorrente: WAGNER GALUPPO TRUFELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
55 - Processo: 11020.720014/2008-97 - Recorrente: WALTHER BROMBERG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
56 - Processo: 11610.008422/2003-12 - Recorrente: VINICIO ORLANDO TOMEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
57 - Processo: 13150.000954/2008-14 - Recorrente: ADEMAR ROCHA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
58 - Processo: 10120.005592/2009-90 - Recorrente: JOSE CARLOS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
59 - Processo: 11080.011014/2008-98 - Recorrente: VERA LUCIA MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
60 - Processo: 13005.720173/2011-19 - Recorrente: RAUL ANTONIO TORMEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
61 - Processo: 16707.000250/2009-79 - Recorrente: RAIMUNDO RODRIGUES DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
62 - Processo: 10980.720449/2008-11 - Recorrente: ADILSON ALANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
63 - Processo: 10120.002860/2009-11 - Recorrente: GLAUCIA MARIA TEODORO REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
64 - Processo: 13161.720149/2008-73 - Recorrente: ANTONIO BARBOSA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
65 - Processo: 13161.720152/2008-97 - Recorrente: ANTONIO BARBOSA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
66 - Processo: 13161.720155/2008-21 - Recorrente: ANTONIO BARBOSA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
67 - Processo: 10425.001963/2009-30 - Recorrente: ANTONIO LOUREIRO GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
68 - Processo: 10930.001317/2009-62 - Recorrente: ANTONIO FERNANDES MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
69 - Processo: 10530.724326/2009-38 - Recorrente: ANTONIO FAUSTINO DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
70 - Processo: 10945.720111/2009-76 - Recorrente: ANTONINHO TRENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
71 - Processo: 13000.000183/2007-90 - Recorrente: WALTER NONATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
72 - Processo: 13411.000161/2007-98 - Recorrente: VIVIANE DUQUE PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
73 - Processo: 13525.000409/2008-14 - Recorrente: VINICIUS LIMA MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
74 - Processo: 13736.001110/2008-00 - Recorrente: VITOR PAZ LEAO MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
75 - Processo: 10148.000992/2009-09 - Recorrente: ODO ADAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
76 - Processo: 10148.000993/2009-45 - Recorrente: ODO ADAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
77 - Processo: 10073.720356/2008-29 - Recorrente: SONIA ALVES DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
78 - Processo: 10073.720376/2008-08 - Recorrente: SONIA ALVES DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
79 - Processo: 10073.002926/2008-03 - Recorrente: MAURO CESAR MELO BAPTISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
80 - Processo: 10140.720467/2009-75 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BICCA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
81 - Processo: 10140.720471/2009-33 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BICCA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
82 - Processo: 19647.012163/2007-42 - Recorrente: ALEXANDRE MARKAN VASCONCELOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: TÂNIA MARA PASCHOALIN
83 - Processo: 10140.720147/2010-59 - Recorrente: ANTONIO RODRIGUES DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: SANDRO MACHADO DOS REIS
84 - Processo: 10280.722050/2009-42 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
85 - Processo: 10280.722051/2009-97 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
86 - Processo: 10280.722055/2009-75 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
87 - Processo: 10280.722048/2009-73 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
88 - Processo: 10280.722047/2009-29 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
89 - Processo: 10280.722049/2009-18 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
90 - Processo: 10280.722059/2009-53 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
91 - Processo: 10280.722058/2009-17 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
92 - Processo: 10280.722056/2009-10 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
93 - Processo: 10280.722057/2009-64 - Recorrente: ADAUTO KIYOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária

ANTONIO DE PADUA ATHAYDE MAGALHAES
Presidente da Turma

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Terceiro andar do Edifício Alvorada, Quadra 01, Bloco J, Sala 301, Setor Comercial Sul, nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
1 - Processo: 10675.001267/2005-58 - Recorrente: ALFREDO FERREIRA NEVES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
2 - Processo: 10821.000386/2004-81 - Recorrente: JOSÉPH ALBERT VAN SEBROECK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
3 - Processo: 10930.001298/2008-93 - Recorrente: ROSELY CHICO PIAI CHIARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
4 - Processo: 10183.005846/2007-73 - Recorrente: ALESSANDRA LOPES RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
5 - Processo: 10183.003660/2006-07 - Recorrente: ALEXANDRE ELIAS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
6 - Processo: 16542.000585/2009-17 - Recorrente: LIODOVICO ANTONIO FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
7 - Processo: 10980.015244/2007-39 - Recorrente: RENATO BARROZO ARRUDA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
8 - Processo: 10735.002977/2005-43 - Recorrente: NILSON GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
9 - Processo: 15374.002335/00-92 - Recorrentes: ZALFA NASSAR e FAZENDA NACIONAL - Recursos: VOLUNTÁRIO e DE OFÍCIO.
10 - Processo: 11060.003728/2010-85 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FABIO PINTO HERTER - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
11 - Processo: 10980.014104/2005-81 - Recorrente: ERLEI VOLPI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
12 - Processo: 10980.014472/2005-20 - Recorrente: ERLEI VOLPI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
13 - Processo: 13802.000345/97-76 - Recorrente: CIA BIG BIN REPRESENTACOES E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
14 - Processo: 10845.003785/2003-45 - Embargante: DONATO LOVECCHIO FILHO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
15 - Processo: 10980.013357/2006-19 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ARNALDO RZEPA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
16 - Processo: 10825.003092/2005-52 - Recorrente: ADAIR DUTRA BUGINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
17 - Processo: 10183.006080/2007-44 - Recorrente: MARCIA APARECIDA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
18 - Processo: 10840.720219/2009-37 - Recorrente: ANTONIO LUIZ FRANCA DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
19 - Processo: 10980.005951/2009-89 - Recorrente: GIORDANO GRASSI PERLY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
20 - Processo: 10280.002606/2003-95 - Recorrente: SB COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
21 - Processo: 10845.004835/2002-21 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
22 - Processo: 13634.000478/2006-29 - Recorrente: GILSON ALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
23 - Processo: 10830.017663/2009-91 - Recorrente: LUIZ FELIPPE RODRIGUES SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
24 - Processo: 13706.004862/2007-91 - Recorrente: ALMA FLORA BARBARAN LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
25 - Processo: 13709.001162/2004-71 - Recorrente: CARLOS ALBERTO PETINARI DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
26 - Processo: 10580.008456/2006-91 - Recorrente: MARIO CELSO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
27 - Processo: 19515.001751/2005-94 - Recorrente: ROSANGELA BELBUCHE FITARONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
28 - Processo: 13052.000238/2007-56 - Recorrente: RUBEN JOAO TENN PASS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
29 - Processo: 11080.008354/2008-31 - Recorrente: MARNE OLIVEIRA PARAGUASSU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
30 - Processo: 11080.000664/2009-99 - Recorrente: MARNE OLIVEIRA PARAGUASSU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
31 - Processo: 10980.001614/2008-31 - Recorrente: RONALD THADEU RAVEDUTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
32 - Processo: 13706.002537/2003-60 - Recorrente: MARLENE SILVA ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
33 - Processo: 10730.010906/2007-26 - Recorrente: LILIAM FONTES VALENTIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
34 - Processo: 10735.001189/2007-00 - Recorrente: RUY DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
35 - Processo: 13657.000277/2006-63 - Recorrente: JOSÉ ANTONIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
36 - Processo: 13678.000140/2005-80 - Recorrente: RENATO APARECIDO CARIELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
37 - Processo: 13629.001209/2005-78 - Recorrente: JOSÉ MATIAS DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
38 - Processo: 13629.001818/2009-51 - Recorrente: MARCELO DE ANDRADE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
39 - Processo: 13629.002111/2007-08 - Recorrente: OSMAR CARDOSO GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
40 - Processo: 16004.001090/2010-36 - Recorrente: RUBENS NAHUM GASQUE SCHUMAHER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
41 - Processo: 10410.004564/2006-47 - Recorrente: ROSA MARIA CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
42 - Processo: 19647.012525/2005-33 - Recorrente: JOSÉ JURANDYR DE AZEVEDO GAYOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
43 - Processo: 10640.001666/2005-16 - Recorrente: AVELINO GONCALVES KOCH TORRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
44 - Processo: 10930.720022/2006-46 - Recorrente: MILTON DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
45 - Processo: 10840.000942/2004-91 - Recorrente: NEWTON JOSÉ COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
46 - Processo: 19515.000680/2009-36 - Recorrente: ROCKWELL AUTOMATION DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
47 - Processo: 13706.000415/2007-62 - Recorrente: MARLY THEREZINHA DE ANDRADE MARQUES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
48 - Processo: 13706.001435/2009-12 - Recorrente: MAURICIO JOEL FEINSTEIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
49 - Processo: 13706.001571/2007-41 - Recorrente: RUDERICO FERRAZ PIMENTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
50 - Processo: 13631.000703/2007-38 - Recorrente: GEDIVAL BREDER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
51 - Processo: 13637.000126/2006-43 - Recorrente: ELISABETH CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
52 - Processo: 13643.000114/2010-16 - Recorrente: GILBERTO SOARES DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
53 - Processo: 13643.000115/2010-61 - Recorrente: GILBERTO SOARES DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
54 - Processo: 10825.000531/2006-56 - Recorrente: JURANDIR PIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
55 - Processo: 10665.000164/2006-71 - Recorrente: JOSÉ EUSTAQUIO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
56 - Processo: 10950.001005/2007-59 - Recorrente: MARIA DA GLORIA PARISOTTO MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
57 - Processo: 13009.000642/2005-93 - Recorrente: ROMERO DE CARVALHO ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
58 - Processo: 10805.000906/2007-05 - Recorrente: ROMILDO ROCHA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: GILVANCI ANTONIO DE OLIVEIRA SOUSA
59 - Processo: 13706.002086/2005-22 - Recorrente: YARA XIMENES BROTHERHOOD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
60 - Processo: 13706.002201/2007-21 - Recorrente: INALDO VALDEMIRO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
61 - Processo: 13653.000134/2005-19 - Recorrente: MARIA TEREZINHA CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
62 - Processo: 13654.000014/2007-65 - Recorrente: EDUARDO REZENDE CAPPELLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
63 - Processo: 10920.000020/2005-75 - Recorrente: MARIO CELSO PAIXAO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS
64 - Processo: 10940.001687/2007-19 - Recorrente: JOANA ROOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
65 - Processo: 10540.001742/2009-45 - Recorrente: ROSINEIDE ALMEIDA DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
66 - Processo: 15471.002031/2007-19 - Recorrente: RUI FROTA GOMEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
67 - Processo: 10675.002185/2006-10 - Recorrente: EDNICIA COSTA DE OLIVEIRA E SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relatora: CÉLIA MARIA DE SOUZA MURPHY
68 - Processo: 10980.001602/2007-26 - Recorrente: RONALD PFAFF TRENTINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
69 - Processo: 10410.002685/2009-05 - Recorrente: RONALDO BRAGA TRAJANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
Relator: ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA
70 - Processo: 10930.003089/2005-31 - Recorrente: MARIA INEZ DOS REIS CASTELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.
71 - Processo: 10920.003299/2003-87 - Recorrente: WALDIR ROSENSTOCK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Recurso: VOLUNTÁRIO.

MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária da Câmara

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Turma

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Cancela multa por atraso na entrega da Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais (Derc) aplicada ao Fundo Nacional Penitenciário (Funpen).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.114, de 28 de dezembro de 2010, e considerando entendimento consignado no Parecer PGFN/CAT nº 1.612, de 29 de julho de 2009, declara:

Art. 1º Fica cancelada a multa por atraso de entrega da Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais (Derc) aplicada ao Fundo Nacional Penitenciário (Funpen), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.394.494/0008-02.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: COMPROVAÇÃO DE RECEITA. NOTAS FISCAIS.

O auferimento de receitas pelas pessoas jurídicas, quando desobrigadas ou impossibilitadas de emissão de nota fiscal ou documento equivalente, em razão da não-autorização de impressão pelo órgão competente, deve ser comprovado com documentos de indiscutível idoneidade e conteúdo esclarecedor das operações a que se refiram, tais como livros de registros, recibos, contratos etc, desde que a lei não imponha forma especial.

DISPOSITIVOS LEGAIS Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, art. 1º; Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, arts. 61 a 63.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 9, DE 16 DE JULHO DE 2012

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: CONCURSOS ARTÍSTICOS, DESPORTIVOS, CIENTÍFICOS, LITERÁRIOS OU A OUTROS TÍTULOS ASSEMELHADOS. PRÊMIOS DISTRIBUÍDOS EM DINHEIRO OU SOB A FORMA DE BENS E SERVIÇOS. BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA.

I - Beneficiário Pessoa Física

Na hipótese da ocorrência de concursos artísticos, desportivos, científicos, literários ou a outros títulos assemelhados, com distribuição de prêmios efetuada por pessoa jurídica a pessoa física, deve ser adotado o seguinte:

a) quando houver vinculação quanto à avaliação do desempenho dos participantes, hipótese na qual os prêmios assumem o aspecto de remuneração do trabalho, independentemente se distribuídos em dinheiro ou sob a forma de bens e serviços, o imposto sobre a renda incide na fonte, calculado de acordo com a tabela progressiva mensal, a título de antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA), ou, se o beneficiário for residente no exterior, incide exclusivamente na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento);

b) quando não houver vinculação quanto à avaliação do desempenho dos participantes e:

b.1) distribuídos sob a forma de bens e serviços, no caso de concursos em geral, o imposto sobre a renda incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 20% (vinte por cento) ou, se o beneficiário for residente no exterior, à alíquota de 15% (quinze por cento). Na hipótese de o beneficiário ser residente em país com tributação favorecida, assim considerado pela legislação do imposto, este incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento);

b.2) distribuídos em dinheiro e:

b.2.1) tratando-se de concursos de prognósticos desportivos e concursos desportivos em geral, compreendidos os de turfe, o imposto sobre a renda incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 30% (trinta por cento) ou, se o beneficiário for residente no exterior, à alíquota de 15% (quinze por cento). Na hipótese de o beneficiário ser residente em país com tributação favorecida, assim considerado pela legislação do imposto, este incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento);

b.2.2) não se tratando de concursos de prognósticos desportivos e concursos desportivos em geral, o imposto sobre a renda incide na fonte, calculado de acordo com a tabela progressiva mensal, a título de antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual (DAA), ou, se o beneficiário for residente no exterior, incide exclusivamente na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento). Na hipótese de o beneficiário ser residente em país com tributação favorecida, assim considerado pela legislação do imposto, este incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento);

II - Beneficiário Pessoa Jurídica

Quanto aos prêmios distribuídos a beneficiário pessoa jurídica sob a forma de bens e serviços, através de concursos e sorteios de qualquer espécie, estes prêmios tributam-se exclusivamente na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento).

Quanto aos prêmios em dinheiro distribuídos a beneficiário pessoa jurídica, obtidos em loterias, inclusive as instantâneas, mesmo as de finalidade assistencial, inclusive as exploradas diretamente pelo Estado, concursos desportivos em geral, compreendidos os de turfe e sorteios de qualquer espécie, e também os obtidos em concursos de prognósticos desportivos, todos estes tipos de prêmios tributam-se exclusivamente na fonte à alíquota de 30% (trinta por cento).

Quanto aos prêmios em dinheiro recebidos em concursos que não sejam aqueles previstos no art. 14 da Lei nº 4.506, de 1964, e nem os previstos no art. 10 do Decreto-Lei 1.493, de 1976, neste caso o prêmio será contabilizado na escrituração da pessoa jurídica recebedora, de forma a compor a receita por ela auferida.

No caso de o beneficiário ser pessoa jurídica domiciliada no exterior, o imposto sobre a renda incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento).

No caso de beneficiário domiciliado em país com tributação favorecida, assim considerado pela legislação do imposto, este incide exclusivamente na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 4.506, 30 de novembro de 1964, art. 14; Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, art. 10; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 63; Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, art. 1º; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 28; Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 7º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), arts. 245, 676, 677; 679 e 685 e Parecer Normativo CST nº 173, de 26 de setembro de 1974.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das suas atribuições, definidas no Art. 238 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, e fundamentado no art. 33, inciso I, § 1º da IN RFB nº 1.183/11, DECLARA anulada, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de n.º 06.350.132/0001-20, em nome de ESCOLA CANTINHO MAGICO LTDA por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, conforme consta no processo nº 10166.721983/2011-43.

JOEL MIYAZAKI

PERÍODO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Declara a inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 37, inciso II e art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, decide:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa FORNAZIERE CONSTRUÇÕES REFORMAS E PAISAGISMO LTDA, CNPJ 04.915.076/0001-06, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, conforme processo administrativo nº 10166.724731/2012-57.

JOEL MIYAZAKI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Inscrição no registro de Despachante Aduaneiro de que trata a IN RFB nº 1.209, de 08 de novembro de 2011.

O INSPETOR CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1º Incluída no Registro de Despachante Aduaneiro a Sra. MARLUCE GIORDANO NAVARRO, CPF nº 379.033.221-68, processo administrativo nº 10108.721801/2012-18.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO FUJITA

5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

No uso da competência de que trata o art. 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/5/12), a mim delegada pelo art. 13, III, da Portaria DRF/CCI nº 80, de 11 de novembro de 2011 (DOU de 16/11/11), e com fundamento nos arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 7º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 758, de 25 de julho de 2007, e ainda tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13502.720698/2012-16, declaro:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica UTE MC2 ICONHA S.A., CNPJ nº 10.531.316/0001-63, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que tratam os arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o Decreto 6.144, de 3 de julho de 2007 e a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - O reconhecimento do REIDI à empresa acima mencionada aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente, nos termos do §1º do art. 11 da IN RFB nº 758/07.

Art. 3º - Vincular o presente ADE ao projeto constante no Anexo I da Portaria nº 99, de 17 de março de 2010, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU nº 53, de 19 de março de 2010, conforme abaixo:

PJ TITULAR	UTE MC2 ICONHA S.A.
CNPJ	10.531.316/0001-63
Nome	UTE ICONHA
Matrícula CEI	51.215.86117/70
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 484, de 21/12/09
Setor da infraestrutura favorecido	Energia
Tipo	Central Geradora Termelétrica
Prazo estimado para execução	31/3/13
Enquadramento	Art. 3º, II, da Portaria MME nº 319, de 26/9/08

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BARTOLOMEU PIMENTEL DA SILVA JUNIOR
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

No uso da competência de que trata o art. 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/5/12), a mim delegada pelo art. 13, III, da Portaria DRF/CCI nº 80, de 11 de novembro de 2011 (DOU de 16/11/11), e com fundamento nos arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 7º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 758, de 25 de julho de 2007, e ainda tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13502.720694/2012-38, declaro:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica UTE MC2 RIO LARGO S.A., CNPJ nº 10.536.682/0001-05, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que tratam os arts. 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o Decreto 6.144, de 3 de julho de 2007 e a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - O reconhecimento do REIDI à empresa acima mencionada aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente, nos termos do §1º do art. 11 da IN RFB nº 758/07.

Art. 3º - Vincular o presente ADE ao projeto constante no Anexo I da Portaria nº 491, de 27 de abril de 2010, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU nº 79, de 28 de abril de 2010, conforme abaixo:

PJ TITULAR	UTE MC2 RIO LARGO S.A.
CNPJ	10.536.682/0001-05
Nome	UTE MC2 RIO LARGO
Matrícula CEI	51.215.86244/77
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 482, de 21/12/09
Setor da infraestrutura favorecido	Energia
Tipo	Central Geradora Termelétrica
Prazo estimado para execução	31/7/13
Enquadramento	Art. 3º, II, da Portaria MME nº 319, de 26/9/08

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BARTOLOMEU PIMENTEL DA SILVA JUNIOR
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Declara a baixa de ofício do CNPJ 14.634.323/0001-41, pois o mesmo está baixado no respectivo órgão de registro, conforme estabelecido no inciso IV, do art.27, da Instrução Normativa RFB nº 1.181, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso IV e art. 31, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.181, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011), declara:

Art. 1º Fica declarada a baixa de ofício do CNPJ 14.634.323/0001-41 no cadastro da Receita Federal do Brasil, em virtude do mesmo estar com registro cancelado no respectivo órgão de registro:

Nome Empresarial: ESTEVES E SILVA LTDA ME.

CNPJ: 14.634.323/0001-41.

Processo Administrativo nº 13551.000181/2011-41.

Art. 2º Os efeitos da nulidade dar-se-ão a partir da data do ato de baixa no órgão de registro da empresa, ou seja, a partir de 02/10/2000.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Declara a baixa de ofício do CNPJ 16.272.452/0001-62, pois o mesmo está baixado no respectivo órgão de registro, conforme estabelecido no inciso IV, do art.27, da Instrução Normativa RFB nº 1.181, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso IV e art. 31, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.181, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011), declara:

Art. 1º Fica declarada a baixa de ofício do CNPJ 16.272.452/0001-62 no cadastro da Receita Federal do Brasil, em virtude do mesmo estar com registro cancelado no respectivo órgão de registro:

Nome Empresarial: ANTÔNIO CARLOS ESTEVES ME.

CNPJ: 16.272.452/0001-62.

Processo Administrativo nº 13551.000180/2011-04.

Art. 2º Os efeitos da nulidade dar-se-ão a partir da data do ato de baixa no órgão de registro da empresa, ou seja, a partir de 02/10/2000.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 e 296 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 2010, com base no artigo n° 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

- Nulidade do cadastro abaixo, em razão de multiplicidade de inscrição:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
05.720.815/0001-69	BOURGER SOEHN A. G. BURGER	10580.729558/2012-92

CRISTIANO RIBEIRO SAMPAIO

6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre prorrogação dos prazos processuais constantes do art. 5º do Decreto nº 70.235, de 06/03/1972, relativos aos contribuintes jurisdicionados à ARF/Passos/MG.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e considerando que por motivo de fechamento da Agência da Receita Federal do Brasil em Passos/MG, por dois dias para reparos e adaptações na rede elétrica na Unidade e que em decorrência a citada Agência não funcionará durante os dias 31/08/2012 e 03/09/2012, voltando as suas atividades normais no dia 04/09/2012, resolve:

Artigo 1º. Prorrogar para 04/09/2012 os prazos processuais constantes do art. 5º do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, que findarem em 31/08/2012 e 03/09/2012.

Artigo 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PAULO PEREIRA MILAGRES

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Declara nula inscrição no CNPJ por duplicidade.

O CHEFE DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS/MG, no uso da atribuição conferida pelo art. 1o, inciso II, da Portaria DRF/DIV/MG 37, de 29 de junho de 2011, tendo em vista o disposto no art. 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 10665.722034/2012-31, resolve:

Declarar nula a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ - nº. 15.865.427/0001-20, concedida em duplicidade por esta Delegacia da Receita Federal do Brasil para a Comissão Provisória do Partido Trabalhista Brasileiro de Camacho/MG sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com utilização do CNPJ ora anulado.

LENÍLSON LEMOS DA SILVEIRA SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 609, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 300 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Convalidar os atos eventualmente praticados no período de 27 de agosto de 2012 até a data da publicação desta Portaria pelos servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I (DRF/RJO I), relativamente aos contribuintes com domicílio fiscal nos bairros de Cordovil, Engenho Novo, Higienópolis, Jardim América, Parada de Lucas e Vigário Geral, todos localizados no município do Rio de Janeiro-RJ.

Art. 2º Alterar o art. 3º da Portaria SRRF07 Nº 234, de 2 de abril de 2012, publicada no DOU de 3 de abril de 2012, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 31 de outubro de 2012".

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA POLO PEREIRA

PORTARIA Nº 610, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 300 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Os procedimentos simplificados de embarque e despacho aduaneiro de exportação de derivados de petróleo e de petróleo bruto produzidos em unidade de produção ou estocagem de petróleo, no mar, e a habilitação das empresas operadoras, serão realizados pela:

I - Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Vitória quando a unidade de produção ou estocagem de petróleo estiver mais próxima do Estado do Espírito Santo; ou

II - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói quando a unidade de produção ou estocagem de petróleo estiver mais próxima do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Fica revogado o art. 2º da Portaria SRRF07 nº 163, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º As habilitações concedidas pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé - DRF/MCE às operadoras, para utilização dos procedimentos simplificados de embarque e despacho aduaneiro de exportação de derivados de petróleo e de petróleo bruto produzidos em unidade de produção ou estocagem de petróleo, no mar, permanecerão válidas até o termo final estabelecido no Ato Declaratório Executivo de habilitação.

Art. 4º Os procedimentos aduaneiros protocolizados na DRF/MCE até 31 de outubro de 2012 deverão ser concluídos pela referida delegacia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2012.

ELIANA POLO PEREIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Credenciamento sub judice de Perito Autônomo.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 307, incisos II e VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, considerando o processo de recrutamento e seleção de peritos cursado com base no Edital de Seleção ALF/VIT 53/2012 e, ainda, considerando a antecipação de tutela proferida nos autos do processo judicial nº : 0006982-50.2012.4.02.5001 (2012.50.01.006982-1) da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º. Outorgar, sub judice, o credenciamento, como perito autônomo, sem vínculo empregatício, do candidato Rogério de Almeida Tristão, para prestação de serviços de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar à Alfandega da RFB no Porto de Vitória/ES, que em razão da antecipação da tutela nos auto informados em epígrafe obteve a 12ª classificação no processo seletivo.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 189, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 (publicada no D.O.U. de 22/08/2011).

A Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e considerando o estabelecido nos Arts. 10, 37, inciso II, 39, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 12448.727309/2012-12, resolve:

Art.1º - Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária BUILDING PLACE SOCIEDADE MERCANTIL IMOBILIÁRIA LTDA., CNPJ nº 10.241.143/0001-49, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ e por não terem seus representantes legais atendido as intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em legislação vigente.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 42 e 43, da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 190, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 (publicada no D.O.U. de 22/08/2011).

A Delegada da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e considerando o estabelecido nos Arts. 10, 37, inciso II, 39, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 12448.728728/2012-71, resolve:

Art.1º - Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a sociedade empresária JB 2006 SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., CNPJ nº 07.930.901/0001-21, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ e por não terem seus representantes legais atendido as intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em legislação vigente.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 42 e 43, da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza a Base Aérea de São Paulo, em caráter excepcional, a praticar os atos que especifica no dia 28/08/2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada no bairro de Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, no dia 28 de agosto de 2012, a operação de embarque prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave com destino aos Estados Unidos da América, levando a bordo o Sr. William J. Clinton, Ex-Presidente desse país, e comitiva.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais, incluído o embarque dos viajantes, serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 28 de agosto de 2012.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza a Base Aérea de São Paulo, em caráter excepcional, a praticar os atos que especifica nos dias 29 e 30/08/2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada no bairro de Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, nos dias 29 e 30 de agosto de 2012, as operações de desembarque e embarque, no retorno, previstas no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave proveniente dos Estados Unidos da América, trazendo a bordo o Sr. George W. Bush, Ex-Presidente desse país, e comitiva.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais, incluídos o desembarque e embarque dos viajantes, serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos nos dias 29 e 30 de agosto de 2012.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 90, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Transfere competências entre Unidades da 8ª Região Fiscal

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 301 e o parágrafo 1º do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto n.º 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto n.º 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art.1º Transferir, pelo prazo de 6 (seis) meses, a competência para realizar, em consonância com a legislação pertinente, as atividades relativas à análise de direito creditório e decisão sobre pedidos de ressarcimento e declarações de compensação envolvendo créditos de PIS/PASEP e COFINS apurados no ano-calendário 2009 relativos ao contribuinte HYPERMARCAS S/A, CNPJ 02.932.074/0001-91, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - DERAT/SPO - para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - DRF/SJR.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados a partir de 18 de julho de 2012 que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição, e cuja competência esteja, por meio deste ato, sendo delegada à referida autoridade.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Declara inapta a inscrição de contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87, de 16 de julho de 2012, considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e artigos 37, inciso II, e 39, inciso II, da IN RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU de 22 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita:

Empresa: 3D PROJETOS LTDA. - EPP
CNPJ: 02.932.995/0001-54
Processo: 13896.721.646/2012-81
Efeitos da inaptidão a partir de: 26/06/2012

GUILHERME BASTOS GOLDSTEIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

PORTARIA Nº 93, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimentos após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica WASELÉTRICA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 01.264.861/0001-40, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2012, conforme proposta no processo administrativo n° 16091.000080/2011-22.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ANTONIO ESPÍNDOLA GONZALEZ

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 189, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00572, o estabelecimento da empresa VOX DEI COMÉRCIO DE LIVROS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o número 09.621.712/0001-00, localizado na Praça Comendador Alberto de Sousa, 6 - CEP 02274-120 - Jaçanã - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13807.722645/2012-13.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 212, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de DISTRIBUIDOR DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número DP-08190/00161, o estabelecimento da empresa ALVES COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - ME , inscrita no CNPJ sob o número 05.276.130/0001-75, localizado na Rua João Antônio de Oliveira, 467 - Alto da Moóca - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13807.724427/2012-13.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 213, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01561, o estabelecimento da empresa EDITORA EDGE SÃO PAULO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 10.337.937/0001-00, localizado na Alameda Jaú, 1.177- 10ª andar-Jardim Paulista - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13807.721640/2011-84.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 214, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO nº 171, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00573, o estabelecimento da empresa LOTUS GRÁFICA EDITORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 11.410.532/0001-13, localizado na Rua Tocandira, 136 - sala 04 - Vila Regente Feijó - CEP 03345-050 - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 11610.724292/2012-50.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF	Processo nº
9A.08.728	ADAILTON LUIS DE FREITAS	914.661.219-04	10909.721029/2011-10
9A.08.729	ALEXSANDRO GONCALVES CANTO	074.274.219-90	10909.721175/2012-26
9A.08.730	ALINE MANDELLI MANSO	416.235.798-64	10909.720982/2012-21
9A.08.731	ALFREDO CHIAMOLERA	078.089.159-71	10909.721224/2012-21
9A.08.732	CLARISSE THAIS GAZANIGA	050.928.949-54	10909.720977/2012-19
9A.08.733	DENYS HENRI SACAVEM	063.133.089-56	10909.720995/2012-09
9A.08.734	FLORENCIO ALVES DE CARVALHO	695.055.359-53	10909.721221/2012-97
9A.08.735	GEOVANA KIEKOV	084.103.629-29	10909.720950/2012-26
9A.08.736	GISELE CARDOSO RAMOS	539.507.470-87	10909.721531/2012-10
9A.08.737	GUILHERME CARLO DE SOUZA	064.780.029-26	10909.720988/2012-07
9A.08.738	GUSTAVO REIBNITZ	040.641.499-80	10909.721267/2012-14
9A.08.739	JEFERSON MAURICIO LINHARES	083.372.489-47	10909.721229/2012-53
9A.08.740	JEFFERSON DIRCEU DA COSTA ANACLETO	062.882.619-20	10909.721006/2012-96
9A.08.741	JULIENDRIO MEIRINHO BACCA	080.965.679-50	10909.720989/2012-43
9A.08.742	LEONARDO VINICIUS PENAFORT	060.431.229-60	10909.720504/2012-11
9A.08.743	MATHEUS THALLES NERLING	075.638.859-78	10909.721225/2012-75
9A.08.744	MICHEL CARDOSO	067.269.429-82	10909.720964/2012-40
9A.08.745	ODAIR JOSE CUSTODIO JUNIOR	010.530.989-36	10909.721226/2012-10
9A.08.746	RODRIGO MOISES CORDEIRO	056.045.689-10	10909.720949/2012-00
9A.08.747	SERGIO LUIZ CHIESA	518.443.899-87	10909.720722/2011-75

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS GUSTAVO ROBETTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF	PROCESSO
9A.06.183	ADEMIR SCHLOSSER JUNIOR	041.275.469-05	12719.000755/2007-81
10A.03.502	DANIEL BARROS MUNHOZ	005.905.180-97	11075.002304/2007-39
9A.04.472	DIMITRI RITA MATTOS	028.263.399-58	10909.002351/2004-17
9A.05.717	LARISSA MENCACCI	058.500.059-00	10909.002831/2006-40
9A.06.727	ROBSON MARTINS	047.322.919-61	10909.003082/2008-30

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF	PROCESSO
9D.03.714	ADEMIR SCHLOSSER JUNIOR	041.275.469-05	12719.000755/2007-81
9D.03.715	DANIEL BARROS MUNHOZ	005.905.180-97	11075.002304/2007-39
9D.03.716	DIMITRI RITA MATTOS	028.263.399-58	10909.002351/2004-17
9D.03.717	LARISSA MENCACCI	058.500.059-00	10909.002831/2006-40
9D.03.718	ROBSON MARTINS	047.322.919-61	10909.003082/2008-30

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS GUSTAVO ROBETTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 105, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Declara cancelados de ofício os atos de concessão de inscrição no CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 31 da IN RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010,

DECLARA cancelados, de ofício, os atos de concessão de inscrição no CPF, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física, de acordo com o disposto no inciso I do art. 30 da IN RFB nº 1.042/2010, de:

LUIZ ROSA - CPF 922.379.830-20

A anulação a que se refere este Ato Declaratório implicará a anulação da inscrição no CPF, e será considerada como data da mesma a data em que a inscrição se tornou indevida.

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (Seção I) de 17 de maio de 2012, e tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; no Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007; na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria nº 63, de 1º de agosto de 2012, do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. nº 149, seção I, pág.35, de 02 de agosto de 2012, e, considerando o que consta no processo administrativo nº 11070.721621/2012-65, DECLARA:

Art. 1º. Habilitada a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), a:

EMPRESA: COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA.

ENDEREÇO: Av. Brasil, 2.530 -Bairro Hermani - Ibirubá (RS).

CNPJ nº 90.660.754/0001-60.

CEI nº 51.216.48608/74.

NOME DO PROJETO: SE IBI2.

ATO AUTORIZATIVO: Contrato de Permissão nº 031/2010-ANEEL, de 28 de fevereiro de 2010.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Distribuição de Energia Elétrica.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: dezembro/2012.

Art.2º A referida habilitação é específica para o projeto (tipo): Reforços, Melhorias e Expansão de Instalações de Distribuição de Energia Elétrica, de sua titularidade.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DARVIN FERNANDO THOMAS FILHO

PORTARIA Nº 62, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a pessoa jurídica CLUBE 28 DE MAIO, CNPJ nº 96.217.211/0001-50, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2012, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 11070.721.683/2012-77, por estarem configuradas as seguintes hipóteses de exclusão previstas na Lei nº 9.964/2000:

a) art. 5º, inciso I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do caput do art. 3º, combinado com art. 3º, inciso III - acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas;

b) art. 5º, inciso II - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DARVIN FERNANDO THOMAS FILHO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 511, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 6.602.177 (seis milhões, seiscentos e dois mil, cento e setenta e sete) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R$ 17.782.019,63 (dezessete milhões, setecentos e oitenta e dois mil, dezenove reais e sessenta e três centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/8/2012	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2009	1º/1/2039	2,693357	817.291	2.201.256,43
1º/1/2010	1º/1/2040	2,693357	5.784.886	15.580.763,20
TOTAL			6.602.177	17.782.019,63

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 504, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Patrocínio de Muriaé / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Patrocínio de Muriaé / MG, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a execução de obras de reconstrução e recuperação de danos causados por enchentes ou inundações graduais, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000308/2012-54.

Art. 2º Os recursos financeiros foram empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 505, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Silves - AM.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de Silves - AM, no valor de R$ 347.840,00 (trezentos e quarenta e sete mil e oitocentos e quarenta reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais conforme processo nº 59050.001284/2012-51.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 506, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de São Gotardo / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Município de São Gotardo / MG, no valor de R$ 826.650,00 (oitocentos e vinte e seis mil e seiscentos e cinquenta reais), para a execução de obras de reconstrução e recuperação de danos causados por enxurradas e inundações bruscas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000581/2012-89.

Art. 2º Os recursos financeiros foram empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.871, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013343/2006-40, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, SAUL EZEQUIEL CONTRERAS VALENCIA, de nacionalidade chilena, filho de Manoel Jesus Contreras Zapara e de Rachel Ruth Valencia Ogaz, nascido no Chile, em 27 de dezembro de 1948, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.872, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011168/2008-18, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, LORENZO TOMICHA PITIGA, de nacionalidade boliviana, filho de Manoel Tomicha e de Felicia Pitiga, nascido na Bolívia, em 8 de agosto de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.873, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006021/2004-82, do Ministério da Justiça, resolve

SUSPENDER

os efeitos da Portaria nº 2.913, de 31 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 2 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de AKACHUKWU AKUBILO, de nacionalidade nigeriana, filho de Michael Akubilo e de Felicia Akubilo, nascido em Lagos, Nigéria, em 5 de setembro de 1975, enquanto perdurarem as condições de inexpulsabidade.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.874 , DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.008606/2009-52 do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, VIGMAR ARANCIBIA MEGIAS, de nacionalidade boliviana, filho de Faustino Arancibia e de Justina Megias, nascido em Chuquisaca, Bolívia, em 20 de maio de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.875, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024182/2009-73, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, STEVE NGENDAKUMANA, de nacionalidade burundiense, filho de Simon Ngendakumana e de Capitoline Munyana, nascido em Bujumbura, Burundi, em 28 de dezembro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.876 , DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022789/2009-19, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, RONISE HELENA ALVES SEMEDO, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de José Semedo e de Dulce Alves, nascida na Ilha de Santiago, Cabo Verde, em 4 de julho de 1987.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.877, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011956/2009-04, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, VIDAL ROIG GONZALEZ COLMAN, de nacionalidade paraguaia, filho de Eleodoro Gonzalez Domingues e de Antonia Colman Aguillera, nascido em Pedro Juan Caballero, Paraguai, em 26 de novembro de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.878, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.014608/2010-14, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JESUS ALBERTO GASPAROLI BLANCO, de nacionalidade argentina, filho de Alberto Gasparoli e de Consuelo Blanco, nascido em Mar Del Plata, Argentina, em 19 de julho de 1962, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.879, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003990/2011-19, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JUAN CORDON FABITA, de nacionalidade espanhola, filho de Juan Domingo Cordon Rey e de Regina Fabita Jorge, nascido em Badajoz, Espanha, em 9 de maio de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.880, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017574/2009-86 do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, DAVID GOMEZ SAINZ, de nacionalidade espanhola, filho de Celedonio Gomez Delgado e de Francisca Sainz Ortega, nascido na Espanha, em 12 de maio de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.881, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o Despacho da Vice-Presidente da Comissão de Anistia, datado de 21 de maio de 2012, no Requerimento de Anistia n.º 2007.01.59483, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Ministerial de n.º 289 de 07 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 08 de fevereiro de 2012.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 24 de agosto de 2012

Nº 111 - Processo Administrativo nº 08012.007356/2010-27. Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Representados: Precision Instrumentação e Comércio Ltda., Metrologia 9000 Ltda; Iso-Metro Comercial Ltda., Metrolab Calibrações Ltda., Almir Fernandes, Luciano de Aquino, Nelson Siqueira Salgado Filho, André Luis Melo Neves e Mário Maurício de Paula. Advogados: Maurício Melo Neves, Raquel Lima Bastos, Sidney Simão, Leivair Zamperline e Eduardo Weiss Martins Lima. Acolho a Nota Técnica nº , de fls. , aprovada pela Coordenadora-Geral de Análise Antitruste, Dra. Fernanda Garcia Machado, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (i) pela exclusão dos Srs. André Luis Melo Neves e Mário Maurício de Paula do polo passivo do presente feito, nos termos da Nota Técnica, opinando-se pelo arquivamento de Processo Administrativo em face de tais pessoas físicas, com a consequente extração de cópia integral dos autos, com vistas a que tal cópia seja remetida ao Tribunal Administrativo do Cade, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011; (ii) pela inclusão do Sr. Antônio Carlos da Costa Neves no polo passivo do presente feito, diante da existência de robustos indícios de sua participação nas supostas condutas anticompetitivas investigadas nos autos; (iii) seja indeferida a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Sr. Nelson Siqueira Salgado Filho, por falta de amparo legal; e (iv) pela reinstauração do Processo Administrativo, nos termos da Nota Técnica, para fins de retificar seu polo passivo, bem como determinadas informações referentes aos fatos e ao enquadramento legal das supostas condutas anticompetitivas. Portanto, em virtude da existência de indícios robustos de infração à ordem econômica, determino a instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face de Iso-Metro Comercial Ltda., Metrolab Calibrações Ltda., Metrologia 9000 Ltda., Precision Instrumentação e Comércio Ltda., Almir Fernandes, Antônio Carlos da Costa Neves, Luciano de Aquino, Nelson Siqueira Salgado Filho, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no art. 20, inciso I, c/c art. 21, incisos I, II, III e VIII, da Lei nº 8.884/94. Determino, por fim, a notificação dos Representados, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, devolvendo-se tal prazo de defesa inclusive para os Representados anteriormente constantes do processo, nos termos do art. 147, §2º, do Regimento Interno do Cade. Neste mesmo prazo, os Representados, deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

Em 28 de agosto de 2012

Nº 112 - Ato de Concentração nº 08700.006088/2012-30. Requerentes: Banco BTG Pactual S.A. e Sete Brasil Participações S.A. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Fabíola C. L. Cammarota de Abreu e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 113 - Ato de Concentração nº 08700.006255/2012-42. Requerentes: EQT VI Limited e UC4 Holding GmbH. Advogados: André Marques Gilberto, Paulo Leonardo Casagrande e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 114 - Ato de Concentração nº 08700.005941/2012-04. Requerentes: CarbCo., Ltd., WEM US Co., Walbro Holding US Corp. e Walbro International Holding B.V. Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Joana Temudo Cianfarani e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 115 - Ato de Concentração nº 08700.006123/2012-11. Requerentes: Petra Energia S.A. e FTS International Netherlands B.V. Advogados: Ewald Veiga, Paola Petrozziello Pugliese e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 141ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União publicada em 17 de agosto de 2012, Seção 1, pág. 43, Processo nº 08038.017162/2011-22, onde se lê: "homologar o terceiro relatório apresentado pela Defensora e ainda recomendar a prorrogação do afastamento, conforme requerido, devendo os autos ser encaminhados ao DPGF", leia-se: "homologar o terceiro relatório apresentado pelo Defensor."

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.508, DE 6 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3196 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa MUNDISEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.314.198/0001-03, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente LYNX VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.035.992/0001-18:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

90 (noventa) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 2.628, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2408 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa GENERALL IN PROTECTION VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 66.869.397/0001-60, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
612 (seiscentas e doze) Munições calibre 38
24 (vinte e quatro) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.637, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3087 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa GARDINER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.231.029/0001-72, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.643, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2424 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 04.546.809/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 3765/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.645, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3047 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa UNIFORT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.989.765/0001-45, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
8 (oito) Revólveres calibre 38
204 (duzentas e quatro) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.661, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2714 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa MG-SEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.687.052/0001-90, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
606 (seiscentas e seis) Munições calibre 38

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.663, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3053 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.865.761/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 3854/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.670, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3027 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DA BAHIA LTDA, CNPJ nº 04.419.921/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 3880/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.674, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2354 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ Nº 04.008.185/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 3667/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.676, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2708 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY TRAINING CENTER - CENTRO DE TRIENAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.781.749/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 3870/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.681, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2739 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa Cactus - Centro de Instrução e Formação de Vigilantes Ltda., CNPJ nº 16.151.730/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 3878/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.684, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3403 - DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIRTUS CURSO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 11.487.275/0001-18, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
13200 (treze mil e duzentas) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Gramas de pólvora calibre 38
13200 (treze mil e duzentos) Projéteis calibre 38
1458 (uma mil e quatrocentas e cinquenta e oito) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Gramas de pólvora calibre .380
1458 (um mil e quatrocentos e cinquenta e oito) Projéteis calibre .380
720 (setecentas e vinte) Munições calibre 12

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 549 - A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo FUNAI/BSB nº 28879.002615/1982-16 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria do antropólogo Jaime Garcia Siqueira Junior, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena KANELA MEMORTUMRÉ de ocupação do grupo indigena Canela-Ramkokamekra, localizada nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, Estado do Maranhão.

MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA KANELA/MEMORTUMRÉ

Referência: Processo FUNAI/BSB/2615/82. Terra Indígena: Kanela/Memortumré. Localização: Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, Estado do Maranhão. Superfície aproximada: 100.221 ha. Sociedade Indígena: Canela-Ramkokamekra. Família linguística: Jê. População: 1.961 pessoas (2004). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído por meio da Portaria nº. 1122/PRES de 30 de outubro de 2000 e complementado por meio da Portaria nº. 1359, de 1° novembro de 2004, coordenado pelo antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr.

I - DADOS GERAIS

Os Canela-Ramkokamekra estão localizados no centro do estado do Maranhão, na parte meridional dos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão. Falam um dialeto pertencente à família linguística Jê e são considerados um dos grupos dos chamados Timbira Orientais; os outros são os Krahô, Gavião-Pykobjê e Krikati. É consenso histórico que os Timbira Orientais habitaram ao norte e a leste do rio Tocantins, espalhando-se por toda a bacia do Gurupi, do baixo e médio Pindaré, do baixo Grajaú e do baixo Mearim. Habitante tradicional de uma região de cerrado entre o sul do estado do Maranhão e o norte do estado do Tocantins, a nação Timbira soma uma população total de aproximadamente 10.000 índios, distribuída em mais de 60 aldeias. Seus territórios são descontínuos, formam "ilhas" de 50 a 150 mil hectares cercadas por fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta. A colonização da região de cerrados que constitui o território tradicional dos grupos Timbira no Maranhão resultou da ação de diferentes frentes expansionistas que se desenvolveram, respectivamente, a partir de meados do século XVII e entre a segunda metade do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX. De um lado, uma frente agrícola, partindo do litoral do Maranhão e tendo São Luís como centro irradiador, ocupou os vales dos rios centrais desta Capitania, especialmente o Rio Itapecuru, e teve como limite as terras situadas entre a então vila de Caxias e o distrito de Pastos Bons. De outro lado, mais ao sul, uma vasta região de campos e cerrados foi ocupada por agentes da frente pastoril tradicional nordestina, especialmente pela sua vertente baiana, a qual expandia-se lentamente, desde o século anterior, do vale do Rio São Francisco em direção à açucareira nordestina de caráter exportador, tendo Pernambuco e Bahia como seus centros de irradiação e mercados exclusivos. A ação dessas "bandeiras", bem como das expedições "oficiais" organizadas pela administração colonial teriam desencadeado o processo de conquista territorial e de dominação dos grupos Timbira. Todas estas expedições foram feitas contra os Ramkokamekra, Xacamekra e Pykopjê, grupos que dominavam os sertões a noroeste do rio Alpercatas e que vinham impedindo o avanço da frente pastoril em direção ao Tocantins. Nas primeiras décadas do século XIX, os indígenas formavam várias aldeias que se estendiam por esse território, o qual em suas porções sul e sudeste, se avizinhava com fazendas de criação e povoados já estabelecidos pela frente pastoril, desde Pastos Bons. De outro lado, em sua porção nordeste, recebiam os impactos das bandeiras de colonos que procuravam estabelecer fazendas agrícolas e de criação, ao longo do alto Itapecuru, e do Alpercatas. Desse modo, o território dos Canela-Ramkokamekrá situava-se em área de confluência entre a frente agrícola que se expandia pelo vale do Itapecuru, e depois também pelo Mearim e Grajaú, e a frente pastoril, que a partir de Pastos Bons, avançava em várias direções rumo ao Tocantins. Portanto, a dominação colonial dos Timbira foi resultante do processo de ocupação dos territórios habitados por esses e outros grupos indígenas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pelos agentes coloniais no Maranhão, vinculados a essas duas grandes frentes de expansão. A pressão sobre os Timbira, especialmente sobre os territórios controlados pelos grupos mais orientais, como os Sakamekran e Capiekran no alto Itapecuru, foi realizada, num momento inicial, pelos agentes da frente agrícola que, partindo do litoral, ocupou gradativamente os vales dos rios centrais do Maranhão, especialmente o vale do Itapecuru, onde, a partir de meados do século XVIII, se desenvolveu a economia agro-exportadora fundada na grande propriedade algodoeira de produção extensiva, e baseada na força de trabalho escrava africana. De outro lado, o território Timbira, situado nas chapadas e no cerrado ao sul do Maranhão, foi devassado pelos agentes da frente de expansão pastoril que, a partir dos sertões do rio São Francisco, após um movimento secular, atingiu, nesse mesmo período, as terras banhadas pelo rio Parnaíba e, a partir de Pastos Bons, organizou "bandeiras" e tropas oficiais para a conquista e o avanço da ocupação até o rio Tocantins. Esse empreendimento contou com a decisiva participação do Estado, por meio da administração colonial portuguesa no Maranhão. Autorizando os fazendeiros a fazer guerra contra os Timbira e outros grupos, enviando tropas e recursos materiais, distribuindo direito de ocupação sobre os territórios conquistados e promulgando instrumentos legais que favorecessem essa ocupação e a "redução" dos grupos "pacificados", o Estado teve participação direta na conquista dos territórios e da sociedade Timbira, o que determinou o estabelecimento da dominação colonial sobre esse grupo, fato que fragilizou a organização sociopolítica Timbira. Buscando adequar os limites da TI Kanela às exigências da legislação vigente, tendo em vista que a primeira demarcação, anterior a 1988, não se baseou em estudos técnicos especializados de natureza multidisciplinar, a FUNAI publicou, em 30 de outubro de 2000, a Portaria nº 1122, por meio da qual foi constituído Grupo Técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Kanela - Buriti Velho e Porquinhos - Aldeia Chinela, ambos coordenados pelo antropólogo Jaime Garcia Siqueira Jr. Todavia, a memória vívida do massacre ocorrido em 1963 e dos recentes conflitos com não-índios gerou um clima de insegurança junto aos Canela da aldeia Escalvado, o que levou à priorização do processo de identificação e delimitação da TI Porquinhos. Em 2004, em uma atmosfera de maior segurança, os Canela Ramkokamekra voltaram a pleitear a demarcação de sua terra, manifestando-se pela continuidade dos estudos de identificação já iniciados, os quais foram retomados com a publicação da Portaria nº 1359, em 1º de novembro de 2004. Com a retomada dos estudos, os Ramkokamekra solicitaram o acréscimo do termo Memortumré ao nome da terra indígena Kanela. O termo, que significa "raiz", é uma forma de marcar a relação com os antepassados e a terra que tradicionalmente ocupam.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

Segundo o antropólogo Crocker, os Canela-Ramkokamekra estabeleceram moradia pelo menos em seis locais diferentes entre 1880 e 1914, sendo que ele mesmo afirma ter visitado, nos anos 1950, locais onde teriam existido dois aldeamentos entre os anos de 1880 e 1890. De acordo com levantamentos realizados em 1936 pelo etnólogo Curt Nimuendajú e outros agentes, tentou-se realizar uma demarcação judicial das "Terras dos índios Canela". Da perspectiva dos indígenas, a demarcação de suas terras, ainda que residuais, seria uma forma de frear com as invasões cada vez mais intensas e permanentes do gado dos criadores e das roças e povoações estabelecidas por lavradores nessa região. Esse levantamento fundiário de Nimuendaju junto aos Canela-Ramkokamekra, resultaria numa tentativa de demarcação daquilo que, mais tarde, no final dos anos 1970, seria a "Terra Indígena Kanela". No entanto, a área proposta por Nimuendajú chegava a 330.000 hectares, dos quais, segundo ele, somente uma décima parte se prestava à lavoura.

A despeito da presença de agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região, os massacres contra os índios prosseguiram nos sertões maranhense e goiano ao longo da primeira metade do século XX. Em 1963, os indígenas foram objeto de uma tentativa de massacre organizada por criadores do sertão cordino, localizados nos povoados limítrofes à área indígena. Como consequência desse ataque, os Canela-Ramkokamekra permaneceram até 1968 habitando em uma aldeia dos Guajajara, na região florestal de Barra do Corda, quando retornaram gradativamente ao seu antigo território; sob a tutela de agentes da Fundação Nacional do Índio teve início o processo de demarcação da Terra Indígena Kanela. A história de contato dos Canela-Ramkokamekra foi marcada pelo esbulho de seu território, que inviabilizou temporariamente o exercício da posse plena indígena sobre a totalidade das áreas ocupadas tradicionalmente. A demarcação da Terra Indígena Kanela ocorreu entre os anos de 1977 e 1978, sendo homologada pelo Decreto n. 87.960, de 21/12/1982 do então presidente da República, João Batista Figueiredo, registrada no CRI e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 1983 (FUNAI, 1982), com 125.212 ha e um perímetro de 148,879 km. Atualmente, uma população de quase 2.000 índios está concentrada na aldeia Escalvado, implantada em 1966. O acesso à aldeia dá-se por estradas carroçáveis, a partir dos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda. O limite sul da Terra Indígena fica em grande parte delimitado pela serra das Alpercatas. A denominação Kanela-Buriti Velho refere-se a uma pequena faixa de terras a leste da TI, que ficou de fora dos atuais limites, em função de acordos realizados na época da demarcação (a partir de 1971) pelo então cacique Pedro Gregório Ketxy Canela com famílias de moradores que ocupavam aquele local. O referido local, denominado na verdade como Bacuri dos Resplandes (ou dos Trajino), continua ocupado por famílias de moradores não-índios. Apesar de estarem estabelecidos em uma única aldeia, os Canela-Ramkokamekra nunca deixaram de percorrer e utilizar as terras, seja mais ao norte, próximo aos vizinhos Guajajara, com quem mantêm constantes relações de troca e onde realizam incursões para coleta, caça e pesca; seja ao sul, na região do Alpercatas; seja a oeste, na região do Por Enquanto e Bacabal do Maciel, próximo aos vizinhos Canela-Apãnjekra, com quem mantêm intensas relações rituais e de troca. Uma das bases a partir das quais os Canela-Ramkokamekra realizam o manejo de seu território são os acampamentos de roça. Esses acampamentos são geralmente ocupados por famílias extensas. Grande parte do território é habitado e gerido a partir destes aldeamentos que são estrategicamente posicionados em função da disponibilidade de recursos naturais: áreas de caça e pesca, pontos para instalação de roças; áreas de coleta de espécies de usos culturais, medicinais ou de extrativismo comercial. Cada aldeamento tem seus limites definidos a partir de regras mais ou menos flexíveis e combinação entre as famílias. Durante praticamente metade do ano, todas as famílias Canela-Ramkokamekra passam mais tempo nos acampamentos de roças do que propriamente na aldeia. Trata-se claramente de uma estratégia singular de ocupação do território, especialmente das faixas de terras mais produtivas, cada vez mais escassas. Essa escassez de recursos disponíveis tem dificultado as técnicas adequadas de pousio e diminuído a quantidade e qualidade alimentos produzidos, prejudicando diretamente a segurança alimentar do grupo. Essa situação foi destacada inclusive por Nimuendaju já em 1936, perdurando e agravando-se até os dias atuais. Portanto, é importante observar que a habitação permanente não se restringe às áreas onde os Ramkokamekra constroem suas casas, mas se refere a toda a área por eles habitada, utilizada para seu sustento e necessária à preservação de sua identidade cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Ressalte-se que, no passado, não houve estudos técnicos de caráter multidisciplinar para subsidiar a definição de limites da Terra Indígena de acordo com a legislação vigente. Além disso, a primeira demarcação foi marcada por conflitos locais.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Canela-Ramkokamekra combinam as atividades agrícolas à prática extrativista, realizada especialmente pelas mulheres. Entre os produtos advindos do extrativismo estão: o buriti, a buritirana, a bacaba, o babaçu, o pequi, a fava d´anta, mel. Tais recursos são importantes, uma vez que permitem preservar sua cultura, mediante práticas sociais, econômicas e de cura. Tais recursos também são fonte de alimento, servem para construção das moradias e confecção de utensílios domésticos, além de gerar renda, com a venda de subprodutos, como óleo de babaçu, mel e artesanato. As plantas medicinais possuem um lugar de destaque na sociedade Canela-Ramkokamekra, com as quais os pajés praticam rituais de cura. Apesar da dominância crescente da agricultura, a caça tem mantido sua importância, seja como fonte principal de proteínas - muito mais valorizada culturalmente pelos Timbira como um todo do que a pesca - ou sobretudo como a atividade masculina por excelência. A escassez crescente de animais de caça não impede que esta atividade seja ainda o assunto preferencial das conversas dos homens. Queixadas, emas, caititus, veados e antas - antes abundantes - são hoje raros. Esta atividade é realizada individualmente por rastejamento (na estação das chuvas) ou na "espera" (no "verão" ou estação seca). Por ocasião dos grandes rituais, são realizados caçadas coletivas. A principal fonte de proteína para os índios Canela-Ramkokamekrá é a carne de caça e, em menor escala, a carne de peixe. A quantidade de animais é limitada pelo pequeno suporte dos ecossistemas de cerrado. Ao mesmo tempo, a pressão de caça nos arredores da aldeia e dos acampamentos de roça, espalhados por toda a área, é muito alta, levando a diminuição ou mesmo desaparecimento de algumas espécies. Esta atual situação de escassez só poderá ser revertida com o aumento da área para que o manejo dos Ramkokamekra possa ser implementado, baseado no distanciamento entre as unidades de uso que são os acampamentos de roça. Os pontos de caça pertencentes ao território Kanela, e necessários para a manutenção das atividades de subsistência do grupo, estão assim distribuídos: Kaikaikô (Veneza); a mata do rio Alpercatas, único local onde ainda é possível encontrar anta e o macaco guariba; Ribeirão Papagaio; encontro do rio Ourives com o Riacho Santo Estevão; Kenakrin (Vão da aldeia), local de antigo aldeamento; Pódi Txuáputi (Ribeirão), testemunho de grandes caçadas. Além disso, o manejo dos peixes efetuado pelos índios conflita com os interesses dos não-índios, que constroem grandes "paris" que impedem a subida dos peixes, o que compromete a pesca pelos Canela-Ramkokamekra, bem como propicia uma diminuição nos estoques pesqueiros, impedindo a subida dos peixes para a desova. Em todos os rios citados a seguir, ainda encontram-se quantidades razoáveis de peixes, cuja diversidade de espécies vem diminuindo drasticamente em função da pesca predatória de invasores não-índios: rio Alpercatas, em toda a sua extensão; rio Ourives; Riacho Pau Grosso e Baixão do Por Enquanto; Riacho Santo Estevão; Barreira dos Lobos; Kaikaikô (Veneza); Acritkô (Brejo do Cajueiro). A delimitação da Terra Indígena Kanela Memortumré, permitirá disponibilizar novos ambientes para a manutenção das práticas de agricultura, caça e pesca, bem como a reprodução física e social do grupo em futuro próximo. As áreas de roça estão bastante adensadas nos riachos distribuídos por todas as porções da Terra Indígena com esta aptidão. A partir do levantamento realizado pode-se supor não haver na Terra Indígena qualquer área com aptidão para a agricultura que não esteja alterada por esta atividade, seja ela atual ou passada. A agricultura migratória praticada pelos índios tem impacto relativamente pequeno, em função do tamanho médio das roças e da recuperação que se segue. Mas, dado o padrão de crescimento populacional das últimas décadas e a proliferação de capoeiras, que têm sido aproveitadas cada vez com um ciclo menor de pousio (crescimento), e considerando a baixa fertilidade dos solos, a fragilidade climática e a fragilidade dos ecossistemas de mata de galeria fica evidente que, ao se manter a atual área reduzida, não haverá perspectiva de sustentabilidade para a agricultura, e que certamente as futuras gerações estarão submetidas a condições de penúria. As áreas necessárias para o desenvolvimento da agricultura entre os Canela-Ramkokamekrá acompanham os principais rios do território, próximos às suas matas de galeria, que são: Ourives, Por Enquanto, Alpercatas, Santo Estevão e Pau Grosso.

IV - MEIO AMBIENTE

O manejo de áreas de cerrado, do ponto de vista animal e vegetal, estará sempre vinculado a áreas de grande extensão, em função da baixa capacidade de suporte dos ecossistemas assentados sobre solos muito pobres. Grandes extensões da Terra Indígena Kanela são dominadas por solos de areia quartzosa. O fato de estes solos possuírem uma fragilidade estrutural e terem pequena disponibilidade de nutrientes, leva a que os ecossistemas a eles associados sejam de altíssima fragilidade e de imensa dificuldade de recuperação quando alterados. Baseado no aproveitamento dos recursos pela população atual, considera-se o território insuficiente para a aplicação de um plano sustentável de gestão dos recursos naturais, ou seja, não há perspectivas de segurança alimentar para as próximas gerações dentro dos atuais limites territoriais. A Terra Indígena Kanela/Memortumré está localizada entre as bacias hidrográficas do rio Mearim e Itapecuru. Os principais cursos d´água dentro dos limites atualmente demarcados da Terra Indígena Kanela são os brejos da Curicaca e dos Bois, os riachos Santo Estevão, Estaleiro, Curralinho e Sussuarana, que desembocam no rio Ourives, que por sua vez deságua no rio Corda. O riacho do Pau Grosso desemboca diretamente no rio Corda. A maioria destes cursos d'água apresenta fundo de areia e águas claras, com baixo teor de matéria orgânica e argila em suspensão. As áreas banhadas pelos brejos e riachos são zonas de perambulação do grupo em atividades de caça, pesca, coleta e fixação de setores de roça. A região às margens do rio Ourives também sofre muita pressão de caçadores e pescadores, que invariavelmente também invadem a TI Kanela no limite norte. Toda essa área oferece recursos naturais importantes para a sobrevivência do grupo indígena. O trecho próximo aos córregos Sussuarana, Curralinho e Estaleiro, afluentes do Ourives, é rico em babaçu, constituindo-se na maior incidência dessa espécie em toda a TI. Seguindo o curso do Ourives, existem terras favoráveis à agricultura e boa oferta de peixes, sendo que no extremo norte da área proposta, próxima do Santo Estevão, também é um dos poucos locais onde é possível encontrar madeiras de lei. A TI Kanela atualmente demarcada é constituída em sua maioria de chapadas e possui pouquíssimas áreas de mata, sendo que os índios são obrigados a se utilizar intensivamente das matas de galeria dos córregos que cortam a área. Essa pressão está aumentando em função também do crescimento populacional do grupo, diminuindo-se o tempo de pousio da maioria das capoeiras e fazendo com que a produtividade agrícola venha diminuindo. Isso coloca riscos não apenas em relação à segurança alimentar dos Canela-Ramkokamekra, mas também em relação à sustentabilidade de suas atividades rituais e cerimoniais. Boa parte dessa produção agrícola, principalmente arroz e mandioca, é destinada à alimentação durante os amikin (festas), cujo sucesso depende em grande medida da quantidade de alimento disponível para o krin (aldeia). Isso inclui evidentemente a carne, que provem tradicionalmente da caça, mas tem sido progressivamente substituída pela carne de gado. A escassez de áreas de mata dificulta não apenas a viabilidade da agricultura de subsistência do grupo, mas especialmente as condições de reprodução de espécies animais importantes para a dieta alimentar e atividades rituais dos indígenas. Espécies como a anta e a ema por exemplo, já são difíceis de serem encontradas na área. A Terra Indígena Kanela é ainda banhada por uma série de córregos e riachos, cujos cursos seguem o sentido sudoeste - nordeste e cujas cabeceiras não se encontram protegidas dentro da Terra Indígena, à exceção dos pequenos córregos. Cortam a TI ora identificada os seguintes córregos, riachos e rios: Rio Alpercatas - ao sul, limitando com o Parque Estadual do Mirador; Riachos Pau Grosso e Por Enquanto - a oeste e noroeste, limitando com a TI Porquinhos; Ourives, a norte da TI; Curralinho, a nordeste da TI, afluente do Ourives. O atual modelo de desenvolvimento da região é baseado no agrobusiness da soja, de grandes impactos sociais e ambientais. Esse sistema agrícola tem ocupado vastas áreas na região de abrangência da Terra Indígena, muitas vezes ligadas a ações de grileiros com interesse em ocupar as serras das Alpercatas, o que implicaria em expor as cabeceiras dos rios da região a impactos gravíssimos. O divisor de águas é formado pela serra das Alpercatas, que tem direção oeste-leste, e forma o limite sul do sistema. Considerando que a água é elemento fundamental para garantia da sobrevivência do grupo, as cabeceiras dos principais riachos que cortam a área, atualmente necessitam estar protegidas. Além disso, os Canela-Ramkokamekrá afirmam que somente nessa região podem ainda ser encontrados animais de grande porte, como a anta. É importante destacar que o riacho do Ribeirão e os brejos do Bacuri da Rita e Cajueiro, desembocam no rio Alpercatas, principal afluente do Itapecuru, em seu alto curso. Os tabuleiros individuais que compõem o complexo das Serras das Alpercatas devem ser protegidos, por meio de sua exclusão em planos regionais de ocupação para a agricultura, caso contrário estarão expostos ao risco de contaminação das águas da bacia, erosão e aterramento de lagos e cursos d'água.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

As aldeias dos Canela-Ramkokamekra, como a dos Timbira em geral, são circulares. O círculo está formado pelas casas, que constituem o espaço doméstico e feminino. No centro da aldeia está o pátio, lugar masculino, onde se realizam os rituais e onde os homens se reúnem ao amanhecer e ao pôr do sol. As casas são habitadas por várias famílias extensas relacionadas entre si pela linha feminina (avó/mãe/filha). Assim, uma mulher nasce, cresce, procria, vive e morre na mesma casa. Os homens, quando se casam, vão residir na casa da esposa, mas sempre mantêm um forte laço com sua casa de origem, onde residem sua mãe e irmãs, pois será onde transmitirão seus nomes. Cada uma das casas que compõem a periferia abriga as unidades domésticas mais bem definidas da vida cotidiana Timbira, a família elementar e o grupo doméstico (a casa propriamente dita). No plano político, todos os grupos Timbira estão organizados em aldeias autônomas e independentes umas em relação às outras; a aldeia é a unidade política mais inclusiva. Entre os Timbira é a atividade ritual que determina o ritmo e o tempo das atividades de subsistência. Nestas aldeias, o tempo de dispersão das famílias ele-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mentares para as lides de roça é em grande parte (e em termos comparativos) comparável ao tempo em que, outrora, os grupos familiares gastavam quando dispersavam-se pelos cerrados, caçando e coletando, no período da alta estação seca (maio/agosto até setembro). Para os Timbira, estas atividades - restritas à família elementar ou ao grupo doméstico - são determinadas em última instância pela atividade ritual: sempre um grupo doméstico estará "produzindo" algum rito ligando ao ciclo de vida (nascimento do primeiro filho; fim de um resguardo ou de um luto etc.) - quando não estiver engajado na animação de um cerimonial maior. Praticamente toda atividade ritual desse grupo exige o consumo coletivo de carne de caça, por meio dos "paparutos". Com a pressão dos moradores não-índios sobre a área, a escassez de caça tem aumentado e consequentemente tem prejudicado a realização de muitos rituais, seja em termos do cumprimento de todas as prerrogativas rituais envolvidas, seja na quantidade de participantes convidados de outras aldeias para esses eventos. Uma maior disponibilidade de terras para a renovação de áreas para a agricultura e para a reprodução da caça e pesca é importante para que existam condições objetivas para a realização dos chamados resguardos, que determinam inúmeras e rigorosas prescrições alimentares, culturalmente definidas, respondendo pela formação pessoa Canela-Ramkokamekrá, crucial para a reprodução física e cultural do grupo. A taxa de natalidade dos indígenas tem aumentado consideravelmente, sendo que nos últimos 30 anos sua população praticamente quadruplicou. As projeções de crescimento da população Canela-Ramkokamekra são ascendentes e o estado de higidez do grupo é também razoavelmente estável o que nos faz prever uma grande recuperação populacional nos próximos anos. Essa demanda populacional necessariamente vai gerar também maiores demandas por áreas de produção para garantia da segurança alimentar das famílias indígenas.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Assim como ocorreu em relação à grande propriedade açucareira no Nordeste, a pecuária, atividade dominante nos sertões do Maranhão desde o início do século XIX, acabou por determinar não somente sua organização produtiva, mas também a forma de ocupação do território. Esta foi a principal unidade de povoamento da região, absorvendo quase toda a população existente. As fazendas de criação formaram, ainda, as unidades econômicas e sociais básicas, em torno das quais gravitaram os núcleos populacionais no sertão pastoril. Isso explica a pouca expressividade populacional desses núcleos, tanto em relação ao seu número, quanto a seus índices demográficos. Assim, em 1820, em todo o território de Pastos Bons havia apenas a vila principal e algumas poucas povoações: São Félix das Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara. Entre o final do século XVIII e início do XIX, foram distribuídos muitos títulos de terra em sesmaria no distrito de Pastos Bons e nos territórios confluentes, dentre os quais quarenta e cinco datas apenas no rio Grajaú; vinte e cinco na ribeira do Itapecuru; doze na do Alto Mearim, além de outros não especificados. Em sua maior parte essas datas mediam três léguas de comprimento por uma de largura, estendidas ao longo das "ribeiras", o que demonstra o interesse da administração colonial portuguesa em regulamentar essa ocupação, ainda que em grandes extensões de terra. A distribuição de datas de terras na ribeira do Alto Itapecuru no início do século XIX teria sido tão abusiva e indiscriminada que vários títulos de uma mesma área foram concedidos a diferentes sesmeiros, causando dissenções entre estes e a administração colonial. A despreocupação existente em relação ao tamanho das terras, abundantes e de fácil obtenção, decorria da própria estrutura agrária dominante. De valor irrisório, uma grande fazenda poderia ter um preço atribuído em menos da metade do valor de um escravo. Por outro lado, o baixo nível técnico da exploração e a extensão das pastagens impôs, provavelmente, essa tendência latifundiarista das fazendas pastoris. A continuidade dessa ocupação das matas do alto Mearim por contingentes agrícolas decorrentes de sucessivas ondas migratórias nordestinas, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, as quais avançavam sobre os territórios indígenas, estabelecendo "centros" agrícolas nas matas que constituíram uma série de povoados, daria origem a um campo intersocietário específico e conflituoso nas terras situadas ao norte da vila de Barra do Corda. As contradições e tensões inerentes a esse campo se expressariam numa série de conflitos ainda no século XIX, no plano das colônias indígenas e diretorias parciais, e de maneira mais contundente na virada do século XX, em conflito de maior proporção, como a "hecatombe" ou o "massacre do Alto Alegre". Como se pode observar, o processo de formação e desenvolvimento das relações intersocietárias no Centroeste Maranhense, entre os Canela-Ramkokamekrá e a sociedade brasileira regional, se deu a partir das frentes de expansão coloniais e pós-coloniais. Esse processo se explica em termos do estabelecimento de uma situação histórica, com a qual se implantou a dominação colonial sobre os Timbira em geral, e especificamente sobre os Canela-Ramkokamekrá, comprovando, desta forma, o esbulho renitente praticado contra os indígenas em seu território de ocupação tradicional. O município de Barra da Corda foi fundado em 1835, por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, na confluência do rio Corda e Mearim. Está localizado no centro geográfico do Estado (5°30'latitude Sul e 45°longitude Oeste), às margens da BR 226, a 425 km da capital São Luiz e a 350 km de Teresina. Possui área territorial de 7.962,43 km2 e está situado a 83 m acima do nível do mar. Limita-se ao sul com Fernando Falcão, ao norte com Itaipava do Grajaú, a leste com Tuntum e a oeste com Grajaú. Em todo o município são 153 povoados, os maiores com mais de 3 mil habitantes e os menores com pouco mais de 30 pessoas. Atualmente o município conta com uma população de 78.147 habitantes dos quais 56% encontram-se na área urbana e 44% na área rural (IBGE, 2000). A economia barra-cordense está centrada no setor de serviços (66,8%) e na agropecuária (30,9%). O arroz é o cereal mais cultivado, representando 60% da área útil para plantio. Segundo dados do IBGE (1996), o município é o terceiro produtor do Maranhão. O milho e a mandioca (macaxeira) vêm em seguida, consumidos no mercado interno. Frutas como acerola, abacaxi, banana e melancia vêm crescendo a área de cultivo ano a ano. A soja está em expansão, uma tendência de todo sul-maranhense. O rebanho de gado é considerável e mantém o consumo da população local. Criação de suínos e caprinos vem em seguida. No município há também criação de frangos, totalmente consumidos no mercado interno. O município de Fernando Falcão se emancipou de Barra do Corda, por plebiscito, em 1996, estabelecendo sua sede no povoado do Jenipapo dos Resplandes. Localiza-se ao sul de Barra do Corda e ao norte do Parque Estadual do Mirador. A superfície territorial do município é de 3.506,45 km2 e a densidade demográfica, de 1,22 hab/km2. A população é de 4.823 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 85% encontram-se na área rural e os restantes 15%, na área urbana. A população indígena (índios Canela-Ramkokamekrá e Apanjekrá) representa 35,8% da população total do município, que habitam as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. A maioria dos estabelecimentos é de pequenos produtores que têm na mão de obra familiar seu maior recurso. A economia, em geral, é de subsistência e os principais produtos são o arroz e a mandioca, cultivados em sistemas de corte, queima e pousio de baixa tecnologia. Estes pequenos produtores ocupam, na paisagem, as porções mais baixas, próximos da água e das matas de galeria, onde estabelecem suas roças, em áreas geralmente dominadas por solos arenosos e de baixa fertilidade, zonas de depósito de areia e sedimentos decompostos e assoreados das áreas mais altas. Também é comum a presença de animais de grande e pequeno porte, como reserva de valor. A situação fundiária das regiões de Barra do Corda e Fernando Falcão é tensa, sendo comum ainda hoje a grilagem de terras. Com a grande expansão da fronteira agrícola e crescente demanda de carvão vegetal, áreas significativas de vegetação do cerrado têm sido desmatadas, reduzindo drasticamente o número de espécies não apenas florísticas, mas também faunísticas. No que diz respeito ao trabalho de campo para levantamento fundiário da ocupação não indígena, a orientação adotada foi de não efetivar o levantamento de benfeitorias a todo custo devido ao clima de tensão latente, e por isso foram solicitadas ao Incra informações sobre os Projetos de Assentamentos eventualmente atingidos. Após verificada a questão dos assentamentos, situados fora dos limites ora identificados, foram constatadas ainda as seguintes situações: 25 ocupantes permitiram o levantamento de suas benfeitorias, sendo preenchidos Laudos de Vistoria e tiradas fotografias das benfeitorias; 10 ocupantes não se encontravam no local ou não autorizaram o levantamento das benfeitorias, sendo identificados por meio de coordenadas geográficas no local. As localidades que não foram vistoriadas, mas que também foram identificadas por coordenadas geográficas, juntamente com os nomes e apelidos de seus ocupantes, foram: Bacabal do Maciel, Brejo de Cima, Brejinho e Jussara. O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA solicitou manifestação da Funai no âmbito do processo de arrecadação sumária dos imóveis Brejo de Cima e Bacuri da Rita, ambos localizados no município de Fernando Falcão. Ressalte-se que estas terras foram consideradas devolutas pelo estado do Maranhão. A Funai manifestou objeção à continuidade do referido processo e as informações fornecidas pelo Instituto foram incorporadas neste levantamento fundiário. Os estudos de natureza fundiária estão inseridos no Processo FUNAI/BSB/0544/2010 - Levantamento Fundiário da Terra indígena Kanela/Buriti Velho. Ao todo, são 164 ocupantes não-indígenas na terra indígena ora delimitada. A Funai dirigiu-se ao Cartório de Barra do Corda por meio de ofício, solicitando o registro dos imóveis incidentes nos limites em estudo, mas não houve resposta. Registre-se que a avaliação detalhada das ocupações e benfeitorias será realizada após a expedição da portaria declaratória da Terra Indígena Kanela/Memortumré.

Nº .	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	LOCALIDADE (DATUM WSG-84)
1	Pedro Rodrigues da Silva	Pau Grosso	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50.2" W 045°15'14.7"
2	Clovis Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'50.4" W 045°15'13.1"
3	Oziel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.8" W 045°15'14.6"
4	Gerson Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.9" W 045°15'15.1"
5	Oriel Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.8" W 045°15'14.3"
6	Pedro Horácio Filho	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'51.2" W 045°15'16.6"
7	Luzia Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'49.8" W 045°15'20.6"
8	Jacinto Soares da Silva	S/ denominação	Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'46.6" W 045°15'20.6"
9	Riba		Fernando Falcão	Pau Grosso/ S 06°08'56.4" W 045°15'57.3"
10	Joacir Gomes Jorge	Curumin	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'37.8" W 044°57'39.9"
11	Waldemar Martins Jorge	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°55'30.8" W 044°57'43.6"
12	Adilon Bertoldo Câmara	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/S 05°55'03.3" W 044°58'17.1"
13	Eliezio Ferreira da Silva	S/ denominação	Barra do Corda	Brejo Seco/ S 05°54'54.5" W 044°58'24.3"
14	Raimundo Martins Jorge	Faz. Água Fria	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'05.0" W 044°59'15.0"
15	Osvaldo Dias Martins	S/ denominação	Fernando Falcão	Água Fria/ S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
16	Antonio Pereira dos Santos		Fernando Falcão	Água Fria/S 05°54'24.9" W 044°58'52.3"
17	Sebastião Ferreira	Faz. Papa Mel	Fernando Falcão	Papa Mel/ S 06°06'28.1" W 044°57'54.0"
18	Ocione Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'25.9" W 044°57'57.9"
19	Jessui Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'20.7" W 044°57'41.4"
20	Ozeas Pereira Santiago	Bacuri dos Trajinos	Fernando Falcão	Bacuri dos Trajinos/ S 06°06'15.3" W 044°57'08.7"
21	Reinaldo Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'28.8" W 045°16'42.9"
22	Maria Lobo dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.6" W 045°16'43.4"
23	Alcione dos Santos Duarte	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.9" W 045°16'42.6"
24	Antonio José Maciel dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'30.0" W 045°16'40.1"
25	Renato Romão da Conceição	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.3" W 045°16'39.9"
26	José Edivan Medeiro dos Santos	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima/ S 06°20'29.4" W 045°16'47.3"
27	José Medeiros	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
28	Natal (irmão finado Jerônimo)	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
29	Dirceu		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel / S 06°09'34.1" W 045°17'04.5"
30	Arthur		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
31	Edgar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
32	Deinha		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33	Alberto		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
34	Roseni		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
35	Toinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
36	Martinho "Vermelho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
37	Domingos		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
38	"Domeio"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
39	Luis		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
40	Raimundinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
41	Tatá		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
42	Arthurzinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
43	Ribamar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
44	"Neguinho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
45	Pedro Horácio		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
46	Oziel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
47	Oriel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
48	"Maninho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
49	"Capíro"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
50	Euclides		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
51	"Golô"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
52	Luzia "do Dirceu"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
53	"Nenem" (neto Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
54	Júlia (mãe Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
55	Teresa (filha Júlia)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
56	Cícero		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
57	Otávio		Barra do Corda	Brejinho / S 06°18'03.1" W 045°10'01.2"
58	Irmão do finado Abílio		Barra do Corda	Brejinho
59	"Nêgo"		Barra do Corda	Brejinho
60	"Ouro"		Barra do Corda	Brejinho
61	"Galego"		Barra do Corda	Brejinho
62	Passos		Barra do Corda	Brejinho
63	"Curió"		Barra do Corda	Brejinho
64	Agrícola Camburiu	Faz. Vale do Rio Ourives	Barra do Corda	S 06°08'55.8" W 045°15'58.0"
65	Adécio Cotó		Barra do Corda	Curralinho/ S 05°56'52.8" W 044°57'02.5"
66	José Paulo		Barra do Corda	Fortuna/ S 05°56'26.8" W 044°57'12.7"
67	Edmilson		Barra do Corda	Vamos Ver/ S 05°56'09.5" W 044°57'20.4"
68	José de Rita		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
69	Cardoso (ex-prefeito de São Raimundo das Mangabeiras)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/S 06°15'31.6" W 045°01'55.5"
70	Eli Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°17'18.6" W 045°20'50.0"
71	Herdeiros de José Melquiades Filho (conhecido como Caicó)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
72	Toinho de Souza Filho	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
73	Roberto Carlos da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
74	Matilde Pereira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
75	Antonio Soares de Souza.	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
76	Eliene Alves de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
77	Jesus Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
78	Deuzinho Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Barra do Corda	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
79	Otavio Augusto Martins Melo		Fernando Falcão	Brejo de Cima
80	Paulo Roberto Clemente da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
81	Paulo Rogério Araújo dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
82	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
83	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
84	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
85	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
86	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
87	Pedro Pereira de Sousa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
88	Pedro Ribeiro Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
89	Pedro Rodrigues Neto		Fernando Falcão	Brejo de Cima
90	Quintino Gomes da Silva		Fernando Falcão	Brejo de Cima
91	Raimundo Francisco Rodrigues Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
92	Raimundo Nonato dos Santos		Fernando Falcão	Brejo de Cima
93	Roseli		Fernando Falcão	Brejo de Cima
94	Thadeu Silva Pessoa		Fernando Falcão	Brejo de Cima
95	Tiago José Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
96	Valdeci Alves Viana		Fernando Falcão	Brejo de Cima
97	Vilceu Roberto Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
98	Zenóbio Pivetta		Fernando Falcão	Brejo de Cima
99	Adão de Oliveira Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
100	Antônio Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
101	Antonio Ildefran Batista de Santana		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
102	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Serra da Piaçaba		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
103	Carlos Maciel Santana Almeida		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
104	David Costa e Silva		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
105	Felix Pereira Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
106	Francisco das Chagas Carvalho Abreu		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
107	João Nunes da Costa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
108	Jose Orlando Noleto de Sousa		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
109	Jose Pinheiro Sandes		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
110	Maria José de Sousa Lima		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
111	Miguel Santos Gonçalves		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
112	Milton César da Silva Neto		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
113	Nilton Belo Gomes de Oliveira		Fernando Falcão	Bacuri da Rita
114	Natal (irmão finado Jerônimo)	S/ denominação	Fernando Falcão	Brejo de Cima
115	Dirceu		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel / S 06°09'34.1" W 045°17'04.5"
116	Arthur		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
117	Edgar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
118	Deinha		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

119	Alberto		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
120	Roseni		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
121	Toinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
122	Martinho "Vermelho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
123	Domingos		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
124	"Domeio"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
125	Luis		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
126	Raimundinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
127	Tatá		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
128	Arthurzinho		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
129	Ribamar		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
130	"Neguinho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
131	Pedro Horácio		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
132	Oziel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
133	Oriel		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
134	"Maninho"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
135	"Capíro"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
136	Euclides		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
137	"Golô"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
138	Luzia "do Dirceu"		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
139	"Nenem" (neto Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
140	Júlia (mãe Ribamar)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
141	Teresa (filha Júlia)		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
142	Cícero		Fernando Falcão	Bacabal do Maciel
143	Otávio		Barra do Corda	Brejinho /S 06°18'03.1" W 045°10'01.2"
144	Irmão do finado Abílio		Barra do Corda	Brejinho
145	"Nêgo"		Barra do Corda	Brejinho
146	"Ouro"		Barra do Corda	Brejinho
147	"Galego"		Barra do Corda	Brejinho
148	Passos		Barra do Corda	Brejinho
149	"Curió"		Barra do Corda	Brejinho
150	Agrícola Camburiu	Faz. Vale do Rio Ourives	Barra do Corda	S 06°08'55.8" W 045°15'58.0"
151	Adécio Cotó		Barra do Corda	Curralinho/ S 05°56'52.8" W 044°57'02.5"
152	José Paulo		Barra do Corda	Fortuna/ S 05°56'26.8" W 044°57'12.7"
153	Edmilson		Barra do Corda	Vamos Ver/ S 05°56'09.5" W 044°57'20.4"
154	José de Rita		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
155	Cardoso (ex-prefeito de São Raimundo das Mangabeiras)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/S 06°15'31.6" W 045°01'55.5"
156	Eli Alves Cavalcante		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha/ S 06°17'18.6" W 045°20'50.0"
157	Herdeiros de José Melquiades Filho (conhecido como Caicó)		Fernando Falcão	Proximidades da Aldeia Velha
158	Toinho de Souza Filho	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
159	Roberto Carlos da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
160	Matilde Pereira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
161	Antonio Soares de Souza.	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
162	Eliene Alves de Souza	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
163	Jesus Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Fernando Falcão	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"
164	Deuzinho Vieira da Silva	Faz. de José Melquiades Filho	Barra do Corda	Jussara/ S 05°50'20.0" W 045°07'33.3"

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

LIMITE NORDESTE: Através do córrego Curralinho, afluente do Ourives, na região conhecida por Estaleiro e Vamos Ver.Trata-se de uma região excelente para roça e provavelmente um dos únicos trechos da TI com boa oferta de babaçu, cujo coco e palhas são muito aproveitados pelos índios, principalmente no Vamos Ver e Estaleiro. LIMITE NORTE/NOROESTE: Seguindo o limite natural do curso do rio Ourives a partir da foz do Curralinho até a localidade também denominada Ourives, a partir de onde segue a estrada que dá acesso às localidades Ponte Nova e Veneza, a sudoeste, até confrontar com o limite nordeste da TI Porquinhos, no córrego Pau Grosso. LIMITE OESTE/SUDOESTE: Linha seca juntando com a TI Porquinhos, a partir da cabeceira do Por Enquanto até o rio Alpercatas. LIMITE SUL: Confrontando com o Parque Estadual do Mirador, acompanhando o rio Alpercatas. LIMITE LESTE: Linha seca englobando o chamado Buriti Velho (Kuntxêco) ou Bacuri dos Trajino. Diante do exposto, verifica-se que a área delimitada, ocupada em caráter permanente pelo povo Canela-Ramkokamekra, reúne as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, a seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, configurando-se, portanto, uma terra tradicionalmente ocupada, nos termos do art. 231 da Constituição Federal.

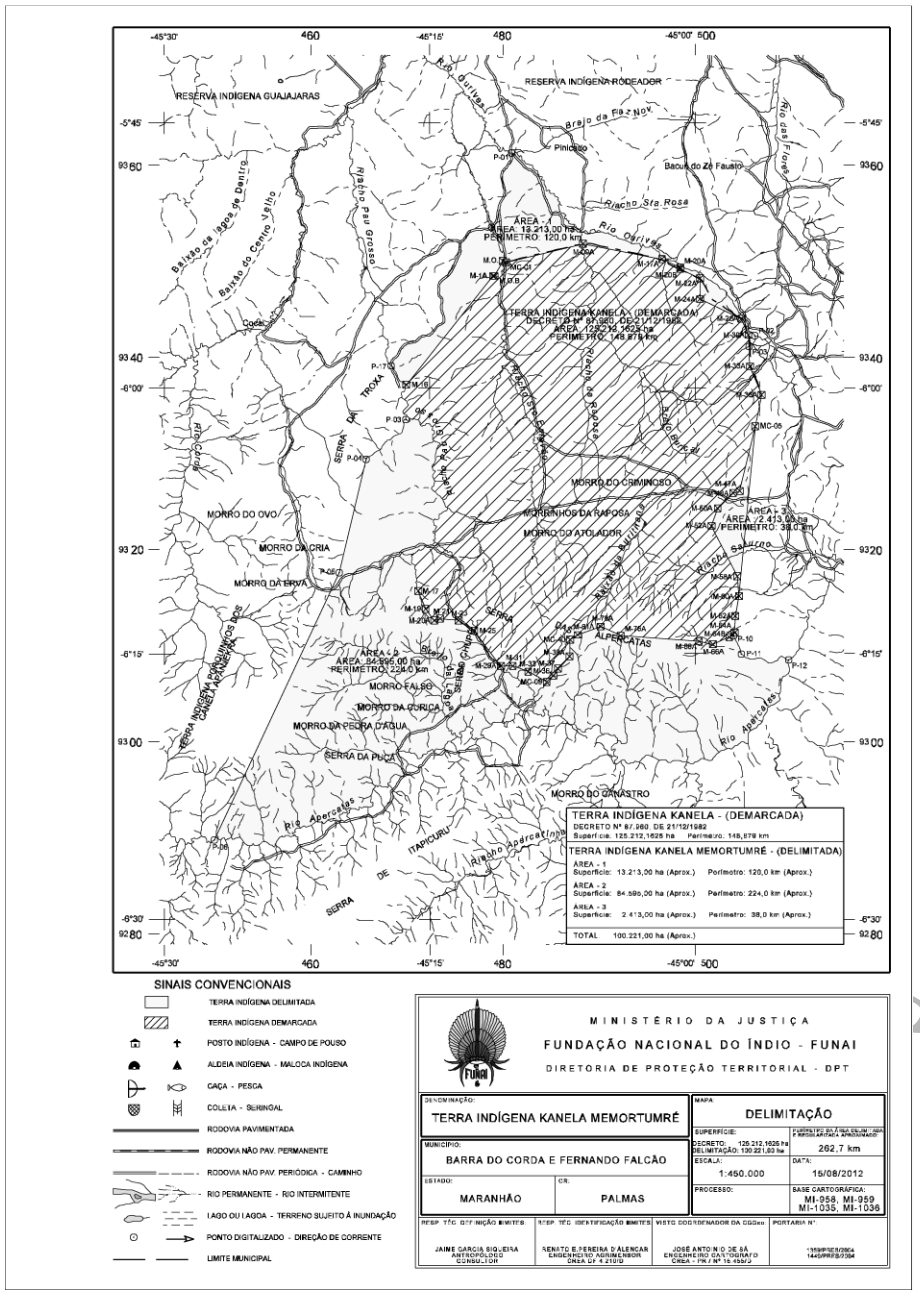
Jaime Garcia Siqueira Jr.

Antropólogo - coordenador do GT

MEMORIAL DESCRITIVO

Área - 1 - Superfície: 13.213,00 ha (treze mil, duzentos e treze hectares), aproximadamente. Perímetro: 120,0 km (cento e vinte quilômetros), aproximadamente. Partindo do ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 05°46'43" S e 45°10'22" WGr., situado na margem esquerda do Rio Ourives; daí segue pela referida margem, a montante, até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'02" S e 44°56'36" WGr., localizado na confluência com o Riacho do Curralinho; daí segue pela margem esquerda do referido riacho, a montante, até o ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'39" S e 44°56'57" WGr., situado na margem esquerda do Riacho Curralinho e divisa com a Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82); daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: M-30A, 05°57'00" S e 44°56'59" WGr.; M-28A, 05°56'05" S e 44°57'22" WGr.; M-24A, 05°54'58" S e 44°59'43" WGr.; M-22A, 05°53'48" S e 44°59'43" WGr.; M-20B, 05°53'16" S e 45°00'51" WGr.; M-20A, 05°53'11" S e 45°00'50" WGr.; M-17A, 05°52'43" S e 45°01'52" WGr.; M-09A, 05°51'51" S e 45°06'20" WGr.; MC-01, 05°52'54" S e 45°10'41" WGr.; M.O., 05°52'49" S e 45°10'51" WGr.; M.O.B., 05°53'40" S e 45°11'20" WGr.; M-1A, 05°53'40" S e 45°11'25" WGr.; M-16, 05°59'48" S e 45°16'19" WGr.; situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso; daí segue pela margem do referido ribeirão, sentido jusante, até o ponto P-17, de coordenadas geográficas aproximadas 05º58'43" S e 45º17'11" WGr., situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso com a faixa de domínio de uma estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 05º50'54" S e 45º11'29" WGr., situado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido geral norte, até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro. Área - 2 - Superfície: 84.595,00 ha (oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco hectares), aproximadamente. Perímetro: 224,0 km (duzentos e vinte e quatro quilômetros), aproximadamente. Partindo do ponto P-16 = P-03, da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (Portaria nº 1.122, de 30/10/00) de coordenadas geográficas aproximadas 06º01'46" S e 45º16'22" WGr., situado na confluência do Baixão Por Enquanto com Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso; daí segue pela margem direita do referido ribeirão, a montante, até o marco M-17, da Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82) de coordenadas geográficas 06º11'28" S e 45º15'39" WGr., situado na margem direita do Ribeirão Cabeceira do Meio ou Pau Grosso e divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: M-19, 06º12'28" S e 45º15'14" WGr.; M-20A, 06º12'28" S e 45º15'14" WGr.; M-21, 06º13'01" S e 45º14'25" WGr.; M-23, 06º13'07" S e 45º13'22" WGr.; M-25, 06º13'42" S e 45º12'29" WGr.; M-29A, 06º15'42" S e 45º10'59" WGr.; M-31, 06º15'41" S e 45º10'18" WGr.; M-33, 06º16'01" S e 45º09'26" WGr.; MC-09, 06º16'35" S e 45º08'23" WGr.; M-36, 06º16'14" S e 45º08'00" WGr.; M-37, 06º15'51" S e 45º07'45" WGr.; M-38A, 06º15'09" S e 45º07'06" WGr.; M-40, 06º14'13" S e 45º07'04" WGr.; M-81A, 06º13'56" S e 45º06'38" WGr.; M-78A, 06º13'28" S e 45º05'19" WGr.; M-76A, 06º13'59" S e 45º04'12" WGr.; M-68A, 06º14'18" S e 44º59'46" WGr.; M-66A, 06º14'28" S e 44º59'00" WGr.; M-64B, 06º14'03" S e 44º58'04" WGr.; M-64A, 06º13'48" S e 44º57'46" WGr.; daí segue por uma linha seca até o ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 06º13'59" S e 44º57'50" WGr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 06º15'00" S e 44º57'22" WGr., situado na confluência com um riacho sem denominação; daí segue pela margem direita do referido riacho, a jusante, até o ponto P-12, de coordenadas geográficas aproximadas 06º15'21" S e 44º54'41" WGr., situado na confluência com o Rio Alpercatas; daí segue pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o ponto P-13 = P-06 da Terra Indígena Porquinhos dos Canela-Apãnjekra, de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'30" S e 45º27'12" WGr., situado no lugar denominado Beira do Rio ou Fazenda do Benedito; daí segue confrontando com a referida terra indígena passando pelos seguintes pontos com suas respectivas coordenadas geográficas aproximadas: P-14 = P-05, 06º10'25" S e 45º20'06" WGr., P-15 = P-04 06º04'00" S e 45º18'35" WGr., situado nas cabeceiras do Baixão do Enquanto; daí segue pela margem direita do referido baixão, a jusante, até o P-16 = P-03, início da descrição deste perímetro. Área - 3 - Superfície: 2.413,00 ha (dois mil, quatrocentos e treze hectares), aproximadamente. Perímetro: 38,0 km (trinta e oito quilômetros) aproximadamente. Partindo do marco MC-05, da Terra Indígena Kanela (Decreto 87.960 de 21/12/82); de coordenadas geográficas 06º02'09" S e 44º56'36" WGr., situado na divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue por uma linha seca até o marco M-60A, de coordenadas geográficas 06°11'45" S e 44°57'31" WGr.; situado na divisa com a Terra Indígena Kanela; daí segue confrontando coma a referida terra indígena passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: M-58A, 06°10'38" S e 44°57'37" WGr.; M-52A, 06°07'47" S e 44°59'04" WGr.; M-50A, 06°06'48" S e 44°58'43" WGr.; M-48A, 06°05'56" S e 44°57'51" WGr.; M-47A, 06°05'49" S e 44°57'29" WGr.; MC-05, início da descrição deste perímetro. OBS: 1 - Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SB.23-V-D-VI, SB.23-X-C-IV, SB.23-Y-B-III e SB.23-Z-A-I - Escala 1:100.000 - DSG - 1979/1982. 2 - As coordenadas geográficas citadas neste memorial são referenciadas ao Datum Horizontal SAD 69. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Renato Eduardo Pereira D'Alencar, Eng. Agrimensor, CREA DF 4.210/D, Consultor FUNAI/UNESCO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional boliviano GUILLERMO NESTOR ALVAREZ CUTILI, tendo em vista que o Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "a", da lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/06/2010, Seção 1, pág. 68.

Processo Nº 08220.011088/2008-78 - GUILLERMO NESTOR ALVAREZ CUTILI

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional colombiano RAFAEL EMILIO PENA PAEZ, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 27/03/2012, Seção 1, pág. 86.

Processo Nº 08102.007991/2010-03 - RAFAEL EMILIO PENA PAEZ.

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional chinês YUANFENG YAN, tendo em vista que Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 27/10/2011, Seção 1, pág. 119.

Processo Nº 08505.017093/2011-01 - YUANFENG YAN e DUANDUAN WENG.

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional peruano LUIS ARTURO RODRIGUEZ GONZALEZ, tendo em vista que não foi possível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 11/03/10, Seção 1, pág. 46.

Processo Nº 08400.046041/2005-64 - LUIS ARTURO RODRIGUEZ GONZALEZ.

INDEFIRO o presente recurso apresentando formulado pelo nacional boliviano GONZALO LUCIANO PATTY HUANCA, tendo em vista que Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 08/04/11, Seção 1, pág. 46.

Processo Nº 08505.037549/2010-61 - GONZALO LUCIANO PATTY HUANCA.

INDEFIRO o presente recurso apresentando pelo nacional italiano MASSIMO VAGNARELLI, tendo em vista que Requerente encontrava-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 17/02/2010, Seção 1, pág. 43.

Processo Nº 08460.007627/2006-80 - MASSIMO VAGNARELLI.

IZAURA MARIA SOARES

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.002016/2012-19 - PAWEL JAN GLAB, até 09/07/2014
Processo Nº 08000.002018/2012-08 - IAKOVOS ZAMPELIS, até 12/04/2014
Processo Nº 08000.002489/2012-16 - ROBERT LAURENTIU SALCIANU, até 04/07/2014
Processo Nº 08000.002601/2012-19 - GREGORY ANDREW GRZYMALA, até 29/05/2014
Processo Nº 08000.002611/2012-46 - EDWARD CHARLES DILLON JR, até 24/05/2014
Processo Nº 08000.002774/2012-29 - ANDREW MUIR, até 06/06/2014
Processo Nº 08000.003690/2012-11 - CHARLES MAXIE HEBERT, até 16/05/2014
Processo Nº 08000.003694/2012-91 - RICHARD STEVEN COLLENBURG JR, até 09/05/2014
Processo Nº 08000.003908/2012-29 - TROY LANE MILLER, até 24/05/2014
Processo Nº 08000.003909/2012-73 - JOSHUA ALAN COLWELL, até 28/05/2014
Processo Nº 08000.003949/2012-15 - ARNOUT VAN MAANEN, até 02/08/2014
Processo Nº 08000.004880/2012-47 - IVO LJUBAN, até 12/04/2014
Processo Nº 08000.004896/2012-50 - DIRK MAURICE ANTOINETTE VAN EETVELDE, até 12/04/2014
Processo Nº 08000.005513/2012-61 - MICHAEL ANDREW CLINGAN, até 02/07/2014
Processo Nº 08000.005527/2012-84 - RANDALL ALLEN WATSON, até 02/07/2014
Processo Nº 08000.005690/2012-47 - MICAGE EUGENE EDWARDS, até 23/02/2014
Processo Nº 08000.005709/2012-55 - SEAN ALEXANDER LOBO, até 16/07/2014
Processo Nº 08000.005711/2012-24 - ALAINA MARIE WAGEMANN, até 24/05/2014
Processo Nº 08000.005785/2012-61 - WILLIAM DANE GRANT, até 04/08/2014
Processo Nº 08000.005788/2012-02 - EFREN PALAPAS FAUNILLAN, até 16/07/2013
Processo Nº 08000.005861/2012-38 - OLE FJESETH, até 18/08/2013
Processo Nº 08000.005864/2012-71 - JEREMY DALE WARRINGTON, até 23/02/2014
Processo Nº 08000.005925/2012-09 - JEFFERY GLENN ST CLAIR, até 06/07/2014
Processo Nº 08000.005938/2012-70 - JEFF EDWARD TAYLOR, até 11/08/2014
Processo Nº 08000.016083/2011-21 - DAVID DAYLE DEUTSCH, até 29/06/2013
Processo Nº 08000.019702/2011-30 - CRISTOBAL CARINGAL FALAMIG, até 06/01/2014
Processo Nº 08000.020356/2011-32 - MATEO III GARCIA GUTIERREZ, até 10/03/2014.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.018506/2011-48 - PRADEEP CHANDRA IDUPULAPATI, até 28/10/2013
Processo Nº 08000.004762/2012-39 - ROBERT DEXTER CURTIS, até 27/03/2014.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/02/2012, Seção 1, pág. 52, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009, ressaltando que o registro ficará condicionado à comprovação de que o estrangeiro permanece vinculado à empresa chamante.

Processo Nº 08709.003953/2011-25 - TOBIAS NONNENMACHER.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.002179/2012-93 - SCOTT ANDREW SEMPLE.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente.

Processo Nº 08505.009917/2012-42 - ANTONIO ALEXANDER RODRIGUEZ FERNANDEZ, LUCIA DE FREITAS FERNANDES, NICOLE ALEXANDRA RODRIGUEZ DE FREITAS e SANTIAGO MANUEL RODRIGUEZ DE FREITAS.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto Temporário item V em Permanente, com base em cargo diretivo.

Processo Nº 08505.074450/2011-21 - MUNEHIDE SATO, MARI SATO e HIROYA SATO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08460.028311/2011-99 - JUAN CARLOS LEON RENDON
Processo Nº 08460.029967/2011-29 - PIERFAUSTA PORTELLA
Processo Nº 08460.030035/2011-29 - CARMINE IANNONE
Processo Nº 08460.053617/2010-01 - JOSE MANUEL DUARTE CAVADAS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.007873/2012-05 - MARCELA FABIANA MARTIN
Processo Nº 08000.007874/2012-41 - GUADALUPE RIVERA MARTIN
Processo Nº 08434.001807/2012-13 - CARLOS ANDRES YBARRA
Processo Nº 08460.007186/2012-64 - JOSE ARIEL SUBIRA
Processo Nº 08460.007187/2012-17 - SILVIA NOEMI RODRIGUEZ
Processo Nº 08460.007200/2012-20 - ANDRES PINA
Processo Nº 08460.007233/2012-70 - MAXIMO RICARDO MATEOS, JUAN MANUEL MATEOS, MARIA MICAELA MATEOS e MARIA VICTORIA MATEOS
Processo Nº 08460.010110/2012-16 - DANIELA GILDA STORERO
Processo Nº 08495.002039/2012-09 - VALERIA FERREYRA, ALEJANDRO GALVIS, NICOLAS GALVIS, SERGIO ANDRES GALVIS OLAYA e SOFIA GALVIS
Processo Nº 08495.002132/2012-13 - ALBERTO FRANCISCO BUSCEMA
Processo Nº 08495.002135/2012-49 - CLAUDIA ALEJANDRA VAZQUEZ.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.007041/2012-81 - CARLOS ALBERTO RODRIGUEZ
Processo Nº 08070.002635/2012-71 - DAVID CARLOS AVENDANO
Processo Nº 08260.003376/2012-69 - DANIEL HORACIO GARGIULO
Processo Nº 08260.004703/2012-08 - PAOLA LILIANA ODON
Processo Nº 08310.006591/2012-89 - ALEJANDRO JOSE DEL CORRO
Processo Nº 08460.000333/2012-75 - EDUARDO JAVIER GARCIA
Processo Nº 08492.006013/2012-51 - GUILLERMO LUIS ARMANI
Processo Nº 08495.001998/2012-07 - PATRICIO NICOLAS BUONO
Processo Nº 08495.002024/2012-32 - LUCIANA ANALIA AGOGLIA
Processo Nº 08495.002041/2012-70 - MANUELA MALTER TERRADA
Processo Nº 08495.002055/2012-93 - JUAN JOSE FURLOTTI PEREYRA
Processo Nº 08495.002098/2012-79 - ANDREA ELISA LUKAS
Processo Nº 08495.002099/2012-13 - FERNANDO LUCAS FADER
Processo Nº 08495.002149/2012-62 - NAIIKA MATEU

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08711.001271/2012-10 - DEBORA IAROSCHERSKY
Processo Nº 08711.001277/2012-97 - FERNANDO GABRIEL PIGNATARO
Processo Nº 08711.001278/2012-31 - BEATRIZ FELISA CONTINI
Processo Nº 08792.001204/2012-42 - ANA CONWAY DE LANUS e MARCELO ROQUE LANUS.
INDEFIRO o pedido de mudança de empregador tendo em vista o cancelamento da autorização de trabalho inicial pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
Processo Nº 08000.018784/2011-03 - LAURENT ETIENNE THOMAS VALANTIN

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08260.004705/2011-16 - GIANFRANCO CUNDARI
Processo Nº 08338.001995/2011-97 - FIDELINA RUIZ
Processo Nº 08340.000624/2012-20 - FERNANDO MANUEL RIBEIRO GONCALVES
Processo Nº 08340.001015/2012-98 - MARIA FRANCISCA COLMAN ACUNA
Processo Nº 08458.001442/2010-97 - JULIO CESAR PASTEN PEREGRINA
Processo Nº 08460.030205/2011-75 - LUCILA DURAN
Processo Nº 08460.035655/2011-54 - TANG CAIYUN e WANG YINHU
Processo Nº 08460.055802/2010-21 - LEONHARD NICOLAUS ITEM
Processo Nº 08461.003523/2012-34 - PEDRO ERVIN CASTILLO GARCIA
Processo Nº 08485.000059/2012-56 - LAURA LEONOR RODRIGUEZ LEAL
Processo Nº 08485.015333/2010-20 - BRYAN WESLEY HENDRICKS
Processo Nº 08503.000237/2012-83 - DELMER SAULO ROMAN OCARIZ
Processo Nº 08503.001407/2012-47 - MARIA CRISTINA BENITEZ BLANCO
Processo Nº 08505.017195/2012-08 - CORINA ITURRIAGA GARCIA
Processo Nº 08505.017277/2012-44 - SAHAR ABDUL BAKI
Processo Nº 08505.017286/2012-35 - WEI ZHAO e YANGFEN ZHANG
Processo Nº 08505.019147/2012-46 - IFEANYI FRANCIS OKONKWO
Processo Nº 08505.026609/2012-81 - GUY ANDRE JOSEPH BOUREL
Processo Nº 08505.026641/2012-67 - SANTIAGO CESAR LEDEZMA ROTELA e LIZ PAOLA SAMUDIO FERNANDEZ
Processo Nº 08505.026692/2012-99 - LIYU CAI
Processo Nº 08505.026696/2012-77 - JEFFERY MANUEL PROANO
Processo Nº 08505.032590/2012-11 - NIVALDO JOSÉ DA SILVA
Processo Nº 08505.032641/2012-04 - FATIMA JOAO FRANCISCA
Processo Nº 08505.032666/2012-08 - VEYMAR SILES RAMOS e NATIVIDAD BARRIENTOS YUCRA
Processo Nº 08505.039101/2012-43 - ZHILONG LIU e SHAN HE
Processo Nº 08505.065073/2011-39 - JUAN CONDORI LAIME e JIMENA RUTH TUCO CONDORI
Processo Nº 08505.097904/2011-31 - KOLAWOLE SAHEED ALAGBA
Processo Nº 08505.109352/2011-11 - RAUL AGUILERA
Processo Nº 08514.000195/2012-51 - MATTHEW LEE RYAN
Processo Nº 08514.002645/2012-41 - ALFREDO NARCISO CHAVEZ GARCIA e LIZ AZUCENA SALDIVAR CABRERA
Processo Nº 08532.000038/2012-28 - PABLO ALBERTO DONA
Processo Nº 08707.004542/2011-77 - HONDINA CABRAL FORTES
DEFIRO o pedido de permanência aos nacionais chineses: CHEN JIAN(08310.000713/2012-23) e LI NUAN(08310.000712/2012-89), Com base no art. 75, II, "b", da Lei nº 6.815/80.
Processo Nº 08310.000713/2012-23 - CHEN JIAN
Processo Nº 08310.000712/2012-89 - LI NUAN.
DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais bolivianos EDISON PATRICIO BUSTILLOS PESANTES e NACY EDITH ROMERO RAMIREZ, com base no art. 75, II,"b", da Lei 6.815/80, bem assim para seu filho menor NICOLAS MISAEL BUSTILOS ROMERO, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08461.006777/2011-23 - EDISON PATRICIO BUSTILLOS PESANTES, NANCY EDITH ROMERO RAMIREZ e NICOLAS MISAEL BUSTILLOS ROMERO.
DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais colombianos OMAR RICARDO MENDEZ ZUNIGA e YENNY GENID PALÁCIOS BEJARANO, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor LUCIANA SOFIA MENDEZ PALÁCIOS, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08461.008254/2011-11 - OMAR RICARDO MENDEZ ZUNIGA, YENNY GENID PALACIOS BEJARANO e LUCIANA SOFIA MENDEZ PALACIOS.
DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais angolana CONCEIÇAO DA COSTA FERNANDO WALTER, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seu filho menor CARLOS WALTER FERREIRA, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08505.012873/2012-38 - CONCEICAO DA COSTA FERNANDO WALTER e CARLOS WALTER FERREIRA.
DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais nigerianos JOHN NNAEMEKA AKWUH e DELIA MERCES EZETA LLONTOP, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor MIA NKEMJIKA AKWUH EZETA, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99.
Processo Nº 08505.021901/2012-16 - JOHN NNAEMEKA AKWUH, DELIA MERCES EZETA LLONTOP e MIA NKEMIKI AKWUH EZETA.
DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais francês PHILIPPE FERNAND JOSEPH DE OLIVEIRA e MARIANA DEL CARMEN KURI NUÑEZ, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seu filho menor MATHEO PHILIPPE DE OLIVEIRA, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº. 36/99.
Processo Nº 08460.044620/2010-25 - PHILIPPE FERNAND JOSEPH DE OLIVEIRA, MARIANA DEL CARMEN KURI NUNEZ e MATHEO PHILIPPE DE OLIVEIRA.
Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:
Processo Nº 08280.026689/2011-76 - ALBA MARTHA VALDES GAMBINO
Processo Nº 08460.010364/2011-53 - QIU YUEMEI
Processo Nº 08125.002728/2011-32 - DAVID CECILIO MORINIGO RODRIGUEZ
Processo Nº 08505.061809/2011-08 - LAWRENCE ONYEMAECHI ANI
Processo Nº 08460.019725/2011-27 - BO WON CHOI
Processo Nº 08460.014969/2011-13 - CLAUDIA LORENA VILLEGAS POLO
Processo Nº 08386.015152/2011-01 - BAIMBA CONTEH
Processo Nº 08390.003994/2011-42 - CRISTIAN ALEXANDER VELEZ BENITO
Processo Nº 08390.004316/2011-05 - RICHARD ALAN BENCH
Processo Nº 08354.006058/2011-20 - DAVID ISRAEL OCHOA TAPARA
Processo Nº 08505.052109/2011-14 - PRIMO ORTUSTE MANCILLA
Processo Nº 08505.028745/2011-25 - ELIO HUANCA
Processo Nº 08508.007788/2011-47 - ENRIQUE FERNANDO RUIZ SALAZAR
Processo Nº 08507.001717/2011-41 - JULIO CESAR RAMOS LLANO
Processo Nº 08505.028531/2011-59 - AYELEN XIOMARA CAMAN BARDALES
Processo Nº 08362.002646/2011-95 - JORGE OJEDA CHUNE
Processo Nº 08362.002643/2011-51 - NELSON ANTONIO PEREZ GUARUMO
Processo Nº 08389.024169/2011-11 - WASSIM EL SAFADI
Processo Nº 08505.028820/2011-58 - LIDA RAQUEL BOGADO TECHEIRA
Processo Nº 08362.002644/2011-04 - FREDY HEBER ESPINOZA PALACIOS
Processo Nº 08505.028518/2011-08 - SILVIA BARDALES INGA
Processo Nº 08505.028590/2011-27 - BASIL EKENE NWAFOR
Processo Nº 08505.051602/2011-17 - PAOLA ANAHI SOLIZ VARGAS
Processo Nº 08362.002641/2011-62 - LUIS ESPINOZA PALACIOS
Processo Nº 08505.051538/2011-74 - JOSE LUIS MAMANI QUISPE
Processo Nº 08505.029107/2011-21 - MIGUEL ANGEL GUZMAN
Processo Nº 08390.004251/2011-90 - MARCO ANTONIO HONISMAN HUAMAN
Processo Nº 08505.051725/2011-58 - PAUL ESTEBAN PEREZ DOMINGUEZ
Processo Nº 08702.003659/2011-83 - ISMAEL FRANCISCO CASSUA BALTAZAR
Processo Nº 08320.013841/2011-37 - BASILIA RIVERA CONDORI
Processo Nº 08311.001921/2011-59 - OSCAR WILLIAN MOROCHO ABAD
Processo Nº 08335.013571/2011-03 - JEANINE ANNA CHRISTA TJON POEN GIE DA SILVA
Processo Nº 08389.014701/2011-91 - ALI YOUSSEF
Processo Nº 08389.014702/2011-36 - ABBAS ABED ALI
Processo Nº 08505.051459/2011-63 - MIGUEL CHUCAMANI HERMOSILLAS
Processo Nº 08433.001471/2011-18 - SANAA A I SHTAYA
Processo Nº 08420.009653/2011-86 - HANNA DANKERS
Processo Nº 08505.050222/2011-65 - PAULA CRISTINA FERREIRA DE BARROS ANDRADE
Processo Nº 08485.005709/2011-79 - MOTIELALL RAMKISSOON
Processo Nº 08505.051208/2011-89 - CATERIN ANALIA HUANCA FLORES.
Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:
Processo Nº 08260.005362/2009-84 - MAURIZIO MINELLI
Processo Nº 08385.036778/2009-38 - GUILLERMO SALINAS DOMINGUEZ
Processo Nº 08433.012963/2009-14 - CHEIKH CISS
Processo Nº 08433.013311/2009-05 - MOUSSA SAMB.
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 23/07/12, Seção 1, pág 22, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.
Processo Nº 08390.005433/2011-88 - HERVE MATTHIEU MARIE RICOUR, AXELLE MARIE ALEXANDRA SOPHIE MESLAY RICOUR, JEANNE MARIE GABRIELLE CLARA RICOUR e ELISE CAMILLE HELENE MARIE RICOUR.
DEFIRO o pedido de permanência para MIRALDINA CATIANA BERNARDO SALDANHA com base no art. 75, II,b, da Lei 6.815/80, bem assim INDEFIRO para FUNDA MUTIPIA VERÔNIMO SANTA ROSA, na forma do art. 16, da Lei 6.815/80, tendo em vista que o Requerente não reside no País.
Processo Nº 08460.028318/2011-19 - MIRALDINA CATIANA BERNARDO SALDANHA e FUNDA MUTIPIA JERONIMO SANTA ROSA.
INDEFIRO o pedido de permanência tendo em vista que o(a) Requerente não preenche os requisitos exigidos pelo art. 75,II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08485.004113/2011-51 - RAUL CERNA CORAZON.
INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o(a) Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75,II,"b", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08260.006857/2011-45 - FRANCESCO AGRESTI.
INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) não foi (foram) localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80:
Processo Nº 08212.004223/2011-23 - JUAN PABLO ACARAPI QUISPE e BERTHA RAMOS ROQUE.
Processo Nº 08505.000653/2012-61 - RAMIRO PALMA CONDORI e SILVIA CONDORI GUAYGUA
Processo Nº 08505.023457/2011-84 - RUBEN VARGAS LAURA e MICAELA CLAROS
Processo Nº 08460.007774/2010-36 - MIKKO MATIAS VIITANEN e SARI SUSANNA VIITANEN
Processo Nº 08460.001457/2010-14 - CANEJA JULIA ISABEL XAVIER
Processo Nº 08505.032695/2012-61 - HONGZHI LAI e HUICHAI LIN
Processo Nº 08505.026772/2012-44 - XIAOLAI ZHOU e GUIMEI ZHAO
Processo Nº 08505.113700/2011-55 - YECHIEL MEIR GODES, RACHEL BITJAH COHEN GODES, CHANA SHIRA GODES, MOSHE HAI NETANEL GODES e SHLOMO ZALMAN ITIEL GODES
Processo Nº 08505.076105/2011-21 - ADELA CALLE MARCA
Processo Nº 08707.004141/2011-17 - ORTEGA SAMORI BULCAIR BOUDAHIR ALATRACHE LOPES.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:
Processo Nº 08241.000080/2011-33 - MARY LUZ GARCIA SIAS
Processo Nº 08339.003502/2011-43 - BENITA MEZA ROJAS
Processo Nº 08375.002167/2011-20 - MORENA GUADALUPE CORDOVA DE BONILLA
Processo Nº 08444.006810/2011-23 - CLAUDIA DEL PILAR ECHEVERRY ZAMBRANO
Processo Nº 08458.010047/2008-81 - TEODORO GARCIA CARMONA
Processo Nº 08458.010262/2011-87 - ANTONIO DE SOUSA FERNANDES e MARCIA MARIA CORREIA DE SOUSA FERNANDES
Processo Nº 08461.008867/2011-59 - RICARTE JR NATALIA PETATE
Processo Nº 08504.008170/2011-34 - MARLENI BEATRIZ CUADROS PRAELI
Processo Nº 08504.010450/2012-93 - FERNANDO TORRES SEOANE
Processo Nº 08505.108662/2011-19 - CARLOS ENRIQUE ALEGRIA SOPA
Processo Nº 08506.017803/2011-85 - JUAN SEBASTIAN ALMADA BRITEZ
Processo Nº 08506.019764/2011-51 - RUBEN FREDERICK FERRER
Processo Nº 08514.001249/2012-04 - VICENTE MANUEL TORRES VESES
Processo Nº 08514.002662/2012-88 - ANTONIO RULLO
Processo Nº 08514.003840/2012-98 - SARAH PORTENSEIGNE FELICIANO
Processo Nº 08701.000022/2011-45 - ALONSO BENEDICTO GENIS PEREZ.

CASIMIRO PEDRO DA SILVA JR.
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 13/04/2012, Seção I, Pág. 32, onde se lê: Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional libanês, FOUAD KAMAL MERHI, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.
Processo Nº 08389.018778/2011-31 - FOUAD KAMAL MERHI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LEIA-SE: Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional libanês, FOUAD MERHI, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08389.018778/2011-31 - FOUAD MERHI.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 170, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: DRÁCULA (Brasil - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: EDUARDO JOSÉ COELHOSO
Distribuidor(es): MICROSOFT DO BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: WINDOWS PHONE
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004591/2012-69
Requerente: EDUARDO JOSÉ COELHOSO

Título: PUZZLE TOUCH (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GREENFIELD TECHNOLOGIES, LLC
Distribuidor(es): MICROSOFT WINDOWS 8 APP STORE
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004621/2012-37
Requerente: GREENFIELD TECHNOLOGIES, LLC

Título: POKÉMON BLACK AND WHITE 2 (Japão - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO OF AMERICA, INC. / GAME FREAK INC. / THE POKEMON COMPANY INTERNATIONAL / CREATURES INC.
Distribuidor(es): Gaming do Brasil Com. de Jogos Eletronicos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle/RPG
Plataforma: Nintendo DSi
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004625/2012-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: CROSSWORDS PLUS (Japão - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): Gaming do Brasil Com. de Jogos Eletronicos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004626/2012-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: ART ACADEMY - LESSONS FOR EVERYONE (Japão - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): Gaming do Brasil Com. de Jogos Eletronicos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004627/2012-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: ANGRY BIRDS TRILOGY (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004628/2012-59
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: ANGRY BIRDS TRILOGY (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004629/2012-01
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: ANGRY BIRDS TRILOGY (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004630/2012-28
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: HOMERUN BATTLE (Coréia - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: COM2US CORPORATION
Distribuidor(es): COM2US CORPORATION
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004633/2012-61
Requerente: COM2US CORPORATION

Título: DISNEY EPIC MICKEY 2: THE POWER OF TWO (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Ação/Plataforma
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004634/2012-14
Requerente: Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.

Título: ADVENTURE TIME: HEY ICE KING! WHY`D YOU STEAL OUR GARBAGE? (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Nintendo DS/Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004637/2012-40
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FIFA MANAGER 13 (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004639/2012-39
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: TOP HAND RODEO TOUR (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação/Esportes
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004647/2012-85
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MIDNIGHT POOL 3 (França - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004651/2012-43
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: MIDNIGHT BOWLING 2 (França - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004652/2012-98
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: TEXAS HOLD`EM POKER 2 (França - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cassino ou Cartas
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004653/2012-32
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: MONSTER LIFE (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004655/2012-21
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: FASHION ICON (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004665/2012-67
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: FERRARI GT3: CIRCUITO MUNDIAL (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004668/2012-09
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: DESAFIO CEREBRAL 4 (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004670/2012-70
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 171, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: PANDOODLE (Brasil - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: BALD BEAN GAMES
Distribuidor(es): BALD BEAN GAMES
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004623/2012-26
Requerente: Vinícius Canaã Medeiros Ruela

Título: PROFESSOR LAYTON AND THE MIRACLE MASK (Japão - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: LEVEL-5 INC.
Distribuidor(es): Gaming do Brasil Com. de Jogos Eletronicos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Nintendo 3DS
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004624/2012-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: TINY FARM (Coréia - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: COM2US CORPORATION
Distribuidor(es): COM2US CORPORATION
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004632/2012-17
Requerente: COM2US CORPORATION

Título: SPORTS CONNECTION (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii U
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004646/2012-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WONDER ZOO (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Outros
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004654/2012-87
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Título: PLATINUM SOLITAIRE 3 (França - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cassino ou Cartas
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004657/2012-11
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: ASPHALT 7 (França)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004661/2012-89
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

Título: ICE AGE 4 (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMELOFT S.A.
Distribuidor(es): GAMELOFT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Telefone Celular/iPod / iPhone
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004666/2012-10
Requerente: GAMELOFT DO BRASIL LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 173, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: FRONTEIRA PROIBIDA (BEYOND THE BORDER, Suécia - 2011)
Produtor(es): Johnny Steen/André Sjöberg
Diretor(es): Richard Holm
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Guerra
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Guerra
Processo: 08017.002525/2012-54
Requerente: Playarte Pictures

Filme: TUDO O QUE DESEJAMOS (TOUTES NOS ENVIES, França - 2011)
Produtor(es): Emmanuel Jacquelin
Diretor(es): Philippe Liorret
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural Distribuidora de Filmes Ltda)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Tema: Justiça
Processo: 08017.002842/2012-71
Requerente: IMOVISION (TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA)

Filme: CURITIBA ZERO GRAU (Brasil - 2010)
Produtor(es): Talício Sirino/Salete Machado
Diretor(es): Eloi Pires Ferreira
Distribuidor(es): CAMARADA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Tema: Drama Social
Processo: 08017.002845/2012-12
Requerente: SIRINO E SILVESTRE LTDA.

Trailer: ATIVIDADE PARANORMAL 4 (PARANORMAL ACTIVITY 4, Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Jason Blum/Oren Peli
Diretor(es): Oliver Stone
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Medo
Processo: 08017.003046/2012-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 172, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: SALGADO FILHO - O HERÓI ESQUECIDO (Brasil - 2011)

Produtor(es): Parangolé Produções Ltda - ME
Diretor(es): Ricky Ferreira
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Documentário
Processo: 08017.002844/2012-60
Requerente: PARANGOLÉ PRODUÇÕES LTDA. - ME

Episódio: NAVIO SERPENTE (SERPENT PIRATE SHIP, Estados Unidos da América - 2010)
Título da Série: IMAGINEXT
Produtor(es):
Diretor(es): Rodrigo Gómez-Carlos
Distribuidor(es): MATTEL DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Desenho Infantil
Processo: 08017.002848/2012-48
Requerente: AUGUSTO CESAR FORTUNA

Musical: INCUBUS HQ LIVE (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Marc Scarpa
Diretor(es): Marc Scarpa
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Show
Processo: 08017.003006/2012-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: COCORICÓ - COLEÇÃO MINHAS QUERIDAS LILICA, LOLA E ZAZÁ (Brasil - 2004/2011)
Produtor(es): Fernando Gomes
Diretor(es): Fernando Gomes
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.003048/2012-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: COCORICÓ - CANTE E DANCE NA CIDADE (Brasil - 2004/2011)
Produtor(es): Fernando Gomes
Diretor(es): Fernando Gomes
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventura
Processo: 08017.003049/2012-99
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A CAMINHO DAS ÍNDIAS (Brasil - 1982)
Produtor(es): Albatroz Cinematográfica Ltda.
Diretor(es): Augusto Sevá/Isa Castro
Distribuidor(es): ALBATROZ CINEMATOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Nudez e Conteúdo Sexual
Tema: Cultura Regional da Bahia
Processo: 08017.002833/2012-80
Requerente: ALBATROZ CINEMATOGRÁFICA LTDA.

Filme: CARA OU COROA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Malu Oliveira
Diretor(es): Ugo Giorgetti
Distribuidor(es): ESPAÇO FILMES / VINNY FILMES
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Tema: Resistência à Ditadura
Processo: 08017.002945/2012-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 174, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Processo nº: 08017.007039/2012-22
RPG: "DUST DEVILS: HISTÓRIAS NO VELHO OESTE"
Requerente: REDBOX EDITORA: ANTONIO CARLOS SÁ RÊGO NETO EL
Classificação Pretendida: NÃO RECOMENDADA PARA MENORES DE 10 (DEZ) ANOS
Contém: Violência

Classificar o jogo de RPG, "DUST DEVILS: HISTÓRIAS NO VELHO OESTE", pelo livro enviado, como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

Esta classificação se refere apenas ao texto do livro.

As conseqüências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 28 de agosto de 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve;

Processo MJ nº 08017.002960/2012-89
Filme: "PROCURA-SE UM AMIGO PARA O FIM DO MUNDO"
Requerente: SM Distribuidora de Filmes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência, Drogas Ilícitas e Conteúdo Sexual
Tema: Superação

Deferir o pedido de reconsideração de classificação do filme, para "Não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 48, 27 DE AGOSTO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições, que lhe confere o inciso X do art. 12 do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 2007 e o art. 40 da Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006;

considerando que os municípios integram o Sistema Único de Segurança Pública, sendo-lhes garantido o direito à implantação de Guardas Municipais, nos termos do art. 144, § 8º, da Constituição Federal;

considerando que compete à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / MJ, estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e criminalidade;

considerando que o acesso a dados e informações de segurança pública são indispensáveis à formulação desses planos e programas, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a adesão de municípios à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - INFOSEG, será disponibilizada anualmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, no período de 1º a 30 de setembro, e será regulada por esta Portaria.

§1º A parceria se dará por meio de Convênio, nos termos do art. 2º do Decreto 6.138 de 28 de junho de 2007, e permitirá o acesso pelos guardas municipais a dados de indivíduos, Carteira Nacional de Habilitação e veículos.

§2º Apenas poderão firmar o convênio previsto no §1º deste artigo, os municípios cuja Guarda Municipal tenha na sua estrutura organizacional, uma corregedoria, vinculada a uma ouvidoria externa, ou órgãos equiparados de fiscalização e de controle.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§3º Os municípios que componham consórcios intermunicipais deverão solicitar o cadastramento de suas guardas isoladamente.

§4º O convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º O convênio previsto no art. 1º autoriza o cadastramento exclusivamente de guardas municipais, em pleno exercício de suas funções e em suas respectivas instituições.

Parágrafo único. Os municípios poderão cadastrar no Portal INFOSEG, até 6% (seis por cento) do efetivo total da sua Guarda Municipal.

Art. 3º O município deverá indicar um Guarda Municipal para exercer as funções de Coordenador Operacional para o sistema, o qual será responsável pela inclusão ou exclusão dos usuários.

Art. 4º O servidor cadastrado na rede poderá ter, a qualquer tempo, por razão de segurança do sistema, seu acesso à Rede INFOSEG negado, suspenso, restringido ou bloqueado pela CGAI/ SENASP/ MJ.

Parágrafo único. Compete à CGAI/ SENASP/ MJ, privativamente, manter os registros de acessos e atividades de todos os usuários junto à Rede INFOSEG, promovendo as auditorias necessárias no referido Sistema.

Art. 5º A celebração de convênio entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e município, nos termos desta portaria, estará sujeita à aquiescência do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública - CONSEMS, que se pronunciará por meio de parecer técnico.

Art. 6º Para firmar o convênio o município deverá, dentro do prazo de até 06 (seis) meses, prorrogáveis por no máximo 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do respectivo convênio, disponibilizar o acesso pela Rede INFOSEG ao banco de dados do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano cobrado pelo município, o qual deverá conter as seguintes informações atualizadas:

I - Endereço do imóvel;

II - Proprietário Atual;

III - Proprietário Anterior;

IV - Valor Venal do imóvel;

V - Área Construída.

Parágrafo único.. Apenas terão acesso a esses dados os profissionais lotados nas Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 298, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Estabelece procedimentos para a concessão de audiências a particulares e reuniões por agentes públicos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, o Decreto de 1º de março de 2012, e o disposto no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Resolução nº 7, de 14 de fevereiro de 2002 da Comissão de Ética Pública, resolve:

Art. 1º As audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício no Ministério da Pesca e Aquicultura, a disponibilização de agenda de autoridades e as reuniões com pessoas físicas e jurídicas, com as quais a autoridade se relacione funcionalmente, são estabelecidas nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - agente público todo aquele que, por força de lei, contrato ou ato jurídico, detenha atribuição de se manifestar ou decidir sobre ato ou fato sujeito a sua área de atuação; e

II - particular todo aquele que, mesmo ocupante de cargo ou função pública, solicita audiência para tratar de interesse privado ou de terceiros.

Art. 2º O pedido de audiência, nos termos do Anexo I desta Portaria, será dirigido ao agente público competente, por telefone, por escrito, por meio do serviço de protocolo, de fac-símile, ou de e-mail, indicando:

I - a qualificação do requerente;

II - o endereço, o e-mail, o número de telefone e/ou número do fac-símile do requerente;

III - data e hora em que pretende ser ouvido e, quando for o caso, as razões da urgência;

IV - o assunto a ser abordado;

V - o interesse do requerente em relação ao assunto a ser abordado;

VI - o número dos autos do processo administrativo relacionado ao assunto a ser abordado, se for o caso; e

VII - a qualificação de acompanhantes e o interesse destes no assunto.

§ 1º O representante de terceiro deve instruir a solicitação e comparecer à audiência com a respectiva procuração.

§ 2º A audiência deve tratar de assunto relacionado à competência ou à atribuição institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura.

§ 3º O pedido de audiência, para fins de imprensa, deve ser dirigido à Assessoria de Comunicação Social - Ascom.

Art. 3º A audiência, sempre com caráter oficial, deve atender aos seguintes requisitos:

I - realizar-se, preferencialmente, na sede ou unidade descentralizada do Ministério da Pesca e Aquicultura;

II - realizar-se, preferencialmente, em dia útil, no horário normal de funcionamento do Ministério da Pesca e Aquicultura, podendo ser concluída após esse horário se, a critério do agente público, o adiamento for prejudicial ao seu curso regular ou causar dano ao interessado ou à Administração Pública;

III - ser objeto de registro específico de cada audiência para eventual consulta, com cópia da solicitação, relação das pessoas presentes, relatório dos assuntos tratados, encaminhamentos/providências e conclusão/resultado, nos termos do Anexo II desta Portaria;

IV - estar o agente público acompanhado de, no mínimo, outro agente público.

Art. 4º A reunião de Autoridade com pessoas físicas e jurídicas, com as quais se relacione funcionalmente, deve ser objeto de registro específico nos termos do Anexo III.

Art. 5º As reuniões da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP e audiências do sistema de gestão compartilhada devem ser objeto de registro específico, conforme definido no Regimento Interno da CTPG, e as Atas, disponibilizadas no sítio institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura, de acordo com o disposto no Acórdão 1404/2012-TCU-Plenário.

Art. 6º As audiências do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - Conape e dos Comitês e Grupos Temáticos devem ser objeto de registro específico, conforme definido no Regimento Interno do Conape, e as Atas, disponibilizadas no sítio institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 7º A participação de Autoridade em eventos de natureza político-eleitoral, como convenções e reuniões de partidos políticos, comícios e manifestações públicas autorizadas em lei, na condição de cidadão-eleitor, deve ser consignada em agenda de trabalho, de acesso público, informando as condições de logística e financeira da sua participação.

Art. 8º A Assessoria de Comunicação Social - Ascom deve disponibilizar no sítio institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura, nos termos do Anexo IV desta Portaria, diariamente:

I - audiências concedidas por Autoridades, com informações sobre os assuntos tratados e participantes;

II - a agenda de reuniões de Autoridades com pessoas físicas e jurídicas com as quais se relacione funcionalmente, com registro sumário das matérias tratadas; e

III - eventos político-eleitorais de que as Autoridades participem, informando as condições logística e financeira da sua participação.

Art. 9º As Autoridades abaixo relacionadas deverão disponibilizar as agendas de que trata o art. 8º desta Portaria:

I - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura;

II - Secretário-Executivo;

III - Secretário de Infraestrutura e Fomento da Pesca e Aquicultura;

IV - Secretário de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura;

V - Secretário de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura; e

VI - Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca.

Art. 10 A observância pelo particular do estabelecido nesta Portaria não gera direito a audiência.

Art. 11 Esta Portaria não se aplica às hipóteses de atendimento direto ao público.

Art. 12 Ficam aprovados os anexos a esta Portaria, contendo o formulário que servirá como referência no preenchimento das informações necessárias às audiências e reuniões e os formulários contendo as informações necessárias à publicidade das agendas de autoridades no sítio institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Parágrafo Único. O registro das audiências e reuniões, a critério da Autoridade da unidade, poderá ser realizado por meio de sistema específico.

Art. 13 Cada autoridade descrita no art. 9º é responsável pelo envio diário das informações de que trata esta Portaria, para a Assessoria de Comunicação Social - Ascom do Ministério da Pesca e Aquicultura, e arquivamento/armazenamento dos registros para eventuais consultas.

Parágrafo Único. O envio para a Assessoria de Comunicação Social - Ascom do Ministério da Pesca e Aquicultura e arquivamento/armazenamento das Atas e registros específicos de que tratam os Arts. 5º e 6º é de responsabilidade do Coordenador da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP e do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - Conape, respectivamente.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA SOLICITAR AUDIÊNCIA

1. QUALIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO (com quem será a audiência)	
1.1 Nome:	
1.2 Unidade:	1.3 Cargo:
1.4 Telefone do trabalho:	
1.5 E-mail:	
2. QUALIFICAÇÃO DO PARTICULAR (requerente ou convidado da audiência)	
2.1 Nome:	
2.2 Instituição:	
2.3 Cargo:	
2.4 Telefone (celular):	2.5 Telefone (do trabalho):
2.6 E-mail:	
3. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTADO (caso a solicitação diga respeito a interesse de terceiro)	
3.1 Nome:	
3.2 Instituição:	
3.3 Cargo:	
3.4 Telefone (celular):	3.5 Telefone (do trabalho):
3.6 E-mail:	
4.1 QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE	
4.1.1 Nome:	
4.1.2 Instituição:	
4.1.3 Cargo:	
4.1.4 Telefone (celular):	4.1.5 Telefone (do trabalho):
4.1.6 E-mail:	
4.2 QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE	
4.2.1 Nome:	
4.2.2 Instituição:	
4.2.3 Cargo:	
4.2.4 Telefone (celular):	4.2.5 Telefone (do trabalho):
4.2.6 E-mail:	
4.3 QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE	
4.3.1 Nome:	
4.3.2 Instituição:	
4.3.3 Cargo:	
4.3.4 Telefone (celular):	4.3.5 Telefone (do trabalho):
4.3.6 E-mail:	
4.4 QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE	
4.4.1 Nome:	
4.4.2 Instituição:	
4.4.3 Cargo:	
4.4.4 Telefone (celular):	4.4.5 Telefone (do trabalho):
4.4.6 E-mail:	
5. AUDIÊNCIA	
5.1 Assunto - Pauta:	
5.2 Interesse do particular ou do representado em relação ao assunto:	
5.3 Número (s) do (s) processo (s) relacionado (s) ao assunto, se existente (s):	
5.4 Data e horário em que pretende ser recebido em audiência:	
__/__/____ às ____h____	
5.5 Razões do pedido de urgência da audiência (se for o caso):	
_____, _____ _____	
(Local) (data) (Assinatura do particular)	

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA REGISTRO DA AUDIÊNCIA

1. INFORMAÇÕES DA AUDIÊNCIA	
1.1 Data: __/__/____	1.2 Horário: ____h____
1.3 Local:	
2. QUALIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.1 Nome:
2.2 Unidade: 2.3 Cargo:
2.4 Telefone (do trabalho):
2.5 E-mail:
3. ASSUNTOS - PAUTA
4.1 PARTICIPANTE PARTICULAR
4.1.1 Nome:
4.1.2 Documento de Identificação:
4.1.3 Instituição:
4.1.4 Cargo:
4.1.5 Endereço: UF: Município:
4.1.6 Telefone (celular): 4.1.7 Telefone (do trabalho):
4.1.8 E-mail:
4.2 PARTICIPANTE PARTICULAR
4.2.1 Nome:
4.2.2 Documento de Identificação:
4.2.3 Instituição:
4.2.4 Cargo:
4.2.5 Endereço: UF: Município:
4.2.6 Telefone (celular): 4.2.7 Telefone (do trabalho):
4.2.8 E-mail:
4.3 PARTICIPANTE PARTICULAR
4.3.1 Nome:
4.3.2 Documento de Identificação:
4.3.3 Instituição:
4.3.4 Cargo:
4.3.5 Endereço: UF: Município:
4.3.6 Telefone (celular): 4.3.7 Telefone (do trabalho):
4.3.8 E-mail:
4.4 PARTICIPANTE DO MPA
4.4.1 Nome:
4.4.2 Unidade: 4.4.3 Cargo:
4.4.4 Telefone (do trabalho):
4.4.5 E-mail:
4.5 PARTICIPANTE DO MPA
4.5.1 Nome:
4.5.2 Unidade: 4.5.3 Cargo:
4.5.4 Telefone (do trabalho):
4.5.5 E-mail:
4.6 PARTICIPANTE DO MPA
4.6.1 Nome:
4.6.2 Unidade: 4.6.3 Cargo:
4.6.4 Telefone (do trabalho):
4.6.5 E-mail:
5. ENCAMINHAMENTOS - PROVIDÊNCIAS
6. CONCLUSÃO - RESULTADO
_____, ____ _____ _____
(Local) (data) (Assinatura do Agente Público)

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA REGISTRO DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO
1.1 Data: 1.2 Horário:
1.3 Local:
2. QUALIFICAÇÃO DA AUTORIDADE
2.1 Nome:
2.2 Unidade: 2.3 Cargo:
2.4 Telefone (do trabalho):
2.5 E-mail:
3. ASSUNTOS - PAUTA
4.1 PARTICIPANTE DO MPA
4.1.1 Nome:
4.1.2 Unidade: 4.1.3 Cargo:
4.1.4 Telefone (do trabalho):
4.1.5 E-mail:
4.2 PARTICIPANTE DO MPA
4.2.1 Nome:
4.2.2 Unidade: 4.2.3 Cargo:
4.2.4 Telefone (do trabalho):
4.2.5 E-mail:
4.3 PARTICIPANTE DE OUTRO ÓRGÃO
4.3.1 Nome:
4.3.2 Unidade: 4.3.3 Cargo:
4.3.4 Telefone (do trabalho):
4.3.5 E-mail:
4.4 PARTICIPANTE DE OUTRO ÓRGÃO
4.4.1 Nome:
4.4.2 Órgão: 4.4.3 Cargo:
4.4.4 Telefone (do trabalho):
4.4.5 E-mail:
5. ENCAMINHAMENTOS - PROVIDÊNCIAS
6. CONCLUSÃO - RESULTADO
_____, ____ _____ _____
(Local) (data) (Assinatura da Autoridade)

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA DIVULGAÇÃO DE AGENDA DE AUTORIDADE

1. INFORMAÇÕES DA AGENDA
1.1 Data: __/__/____
1.2 Autoridade:
2.1 AGENDA
2.1.1 Horário: ____h____ 2.1.2 Tipo de agenda: Audiência
2.1.3 Local:
2.1.4 Assunto:
2.1.5 Participante (s) do MPA:
Nome: Unidade:
Nome: Unidade:
Nome: Unidade:
Nome: Unidade:
2.1.6 Participante (s) de outro Órgão:
Nome:
Instituição:
Nome:
Instituição:
2.1.7 Participante (s) Particular (es):
Nome:
Instituição:
Nome:
Instituição:
2.2 AGENDA
2.1.1 Horário: ____h____ 2.1.2 Tipo de agenda: Reunião
2.1.3 Local:
2.1.4 Assunto:
2.1.5 Participante (s) do MPA:
Nome: Unidade:
Nome: Unidade:
2.1.6 Participante (s) de outro Órgão:
Nome: Unidade:
Nome: Unidade:
2.3 AGENDA
2.3.1 Horário: ____h____ 2.3.2 Tipo de agenda: Evento Político-Partidário
2.3.3 Local:
2.3.4 Assunto:
2.3.5 Partido (s) Político (s):
2.3.6. CONDIÇÃO LOGÍSTICA DA PARTICIPAÇÃO DA AUTORIDADE (Informações a respeito de fornecimento de passagens para o deslocamento, estada e demais aspectos acessórios vinculados à realização da atividade)
2.3.7. CONDIÇÃO FINANCEIRA DA PARTICIPAÇÃO DA AUTORIDADE (Informações referentes à eventual retribuição financeira ou apoio financeiro e demais aspectos acessórios vinculados à realização da atividade)
2.4 AGENDA
2.4.1 Horário: ____h____ 2.4.2 Tipo de agenda: Assinatura Ato
2.4.3 Local:
2.4.4 Assunto:
2.5 AGENDA
2.5.1 Horário: ____h____ 2.5.2 Tipo de agenda: Evento de Governo
2.5.3 Local:
2.5.4 Assunto:
2.6 VIAGEM A SERVIÇO
2.6.1 Data Partida: 2.6.2 Data Retorno:
2.6.3 Partida: UF: Município:
2.6.4 Destino: UF: Município:
2.6.5 Motivo da viagem:
2.7 CONFERÊNCIA/CONGRESSO/PALESTRA
2.7.1 Horário: ____h____
2.7.2 Local:
2.7.3 Assunto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Previdência Social

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DECISÕES DE 22 DE AGOSTO DE 2012

Com base no disposto do art. 19, do Decreto nº. 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento dos processos ocorrido na 28ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2012.

1) Processo nº 44000.001731/2009-94
Auto de Infração nº 07/09-98
Decisão nº 09/2011/Dicol/Previc
Recorrente: Helio de Almeida Machado
Entidade: Fapa - Fundação Assistencial e Previdenciária da Emater - Paraná
Relator: Thiago Barros de Siqueira
Ementa: "Recurso Voluntário. Operações com derivativos (contratos futuros de IBOVESPA). A atuação da EFPC com aplicações em derivativos exige a prévia existência de procedimentos de controle e de avaliação do risco de mercado e dos demais riscos inerentes às essas operações (inciso IV do art. 24, da Res. CMN 3.121 de 2003), cuja inexistência afronta os requisitos de segurança e rentabilidade dos investimentos, caracterizando infração à legislação vigente, passível de responsabilização administrativa. Recurso voluntário não provido"
Decisão: Por maioria de votos, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC acolheu a preliminar de tempestividade, vencido o voto do membro Adriano Cardoso Henrique que considerou o recurso intempestivo. No mérito, por unanimidade, a CRPC negou provimento ao recurso, vencidos parcialmente os votos dos membros Itamar Prestes Russo e Luís Ricardo Marcondes Martins que votaram no sentido negar provimento ao recurso aplicando a atenuante de 20% (vinte por cento) sobre a pena de multa pecuniária.

2) Processo nº 44170.000002/2010-01
Auto de Infração nº 0006/10-69
Decisão nº 06/2012/Dicol/Previc
Recorrente: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc
Recorrido: João Batista Teixeira Petito
Interessado/CPF: Jorge Luis Batista de Oliveira 159.455.375-00
Entidade: Serpros Fundo Multipatrocinado
Procurador: Cesar Boechat OAB/RJ 71.225
Relator: Itamar Prestes Russo
Ementa: "Ausência de seleção para contratação de corretores. Não atendimento às diretrizes do CMN. Falta de comprovação que o recorrido tivesse atuado de forma irregular. Não caracterização da infração e do descumprimento das diretrizes do CMN pelo recorrido. Recurso de Oficio improvido."
Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar conheceu do recurso de ofício para, no mérito, negar provimento.

3) Processo nº 44170.000006/2010-81
Auto de Infração nº 0005/10-04
Decisão nº 27/2011/Dicol/Previc
Recorrente: João Batista Teixeira Petito
Entidade: Serpros Fundo Multipatrocinado
Procurador: Cesar Boechat -OAB/RJ 71.225
Relator: Adriano Cardoso Henrique
Decisão: Sobrestado o julgamento do recurso, em virtude de pedido de vista do membro Luís Ricardo Marcondes Martins.

4) Processo nº 44190.000004/2009-10
Auto de Infração nº 0019/09-77
Decisão nº 32/2011/Dicol/Previc
Recorrentes: Nelson Antonio Vieira de Andrade, Claudius Charles Girard, Jorge Felipe Carminati Grein, Vitor Ugo Formiga de Assis, Sadi Pinto Silveira, Tomé Amaury Gregório e Rogério Canali
Entidade: Elos - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Procurador: Alexandre Brandão Henriques Maimoni - OAB/DF nº 16.022
Relator: Allan Luiz Oliveira Barros
Decisão: Sobrestado o julgamento do recurso, em virtude de pedido de vista do membro Luís Ricardo Marcondes Martins.

5) Processo nº 44210.000001/2012-04
Auto de Infração nº 16/2011
Decisão nº 20/2012/Dicol/Previc
Recorrente: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc
Recorridos: Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba e Jaime Monsalvarga
Entidade: Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba
Relatora: Rosimery Brandão Barbosa
Decisão: Sobrestado o julgamento do recurso, em virtude de pedido de vista do membro Alex Lemos Kravchychyn.

6) Processo nº 44000.001730/2009-40
Auto de Infração nº 08/09/51
Decisão nº 10/2011/Dicol/Previc
Recorrentes: Helio de Almeida Machado, Leibnaitz Agibert, Luiz Amado Araújo Fernandes, Ivan Decker Raupp, Silvio Tedéo, Hélcio Luiz Ferro, Lauro Morales Crepaldi e João Carlos Zandona
Entidade: Fapa - Fundação Assistencial e Previdenciária da Emater - Paraná
Procurador/CPF: Helio de Almeida Machado 147 432 219 00
Relatora: Rosimery Brandão Barbosa
Decisão: Sobrestado o julgamento do recurso, tendo em vista o pedido formulado pela relatora.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 469, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.003615/85, sob o comando nº 354568697 e juntada nº 355568494, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Cargill Comercializadora de Energia Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria da CargillPrev - CNPB nº 1988.0008-74, e a CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.520, DE 12 DE JULHO DE 2012(*)

Altera o tipo de repasse, de municipal para estadual, dos recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológica (CEO) do Município de São Gonçalo do Amarante (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e suas formas de financiamento; e

Considerando a Resolução da CIB/CE nº 65/2012, que aprovam a estadualização do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de São Gonçalo do Amarante (CE), resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de repasse, de Municipal para Estadual, do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a seguir:

UF	Cód. M.	Município	Código no CNES	Nome Fantasia	Classificação CEO Tipo	Incentivos (R$) Custeio Mensal
CE	2312403	São Gonçalo do Amarante	3747964	Centro Especializado em Odontologia Dr Raimundo Fialho Assis	III	19.250,00

Art. 2º Fica estabelecido que o Fundo Nacional de Saúde mantenha a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 135, de 13-7-2012, seção 1, página 100, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 1.838, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família no Município de Mulungu (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira julho de 2012, a transferência do Incentivo Financeiro referente às Equipes de Saúde da Família do Município de Mulungu (CE).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas por meio do Processo nº 006.654/2011-8, referente ao Acórdão nº 855 de 2012 da 1ª Câmara, oriundo do Tribunal de Contas da União (TCU), especialmente no que tange à Equipe de Saúde da Família incompleta e ao descumprimento da carga horária, por parte de profissionais médicos vinculados às Equipes de Saúde da Família, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) Equipes de Saúde da Família, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.839, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Estabelece recurso anual, a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), do Grupo Terapia Renal Substitutiva (TRS), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC);

Considerando a Portaria nº 387/GM/MS, de 7 de março de 2012, que estabelece recurso, a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a análise dos gastos com a Nefrologia, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nos valores apurados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), no período de julho a dezembro de 2011; e

Considerando a necessidade de corrigir as defasagens existentes nos Estados e Municípios, visando à redistribuição e alocação de recursos, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual, no montante de R$ 25.649.329,56 (vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta nove mil e trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), a ser adicionado ao limite financeiro dos Estados e dos Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	Estado/Município	Valor Anual
AC	120000	ACRE	512.843,28
		TOTAL AC	512.843,28
AL	270030	ARAPIRACA	54.904,68
AL	270430	MACEIO	1.315.406,04
AL	270630	PALMEIRA DOS INDIOS	230.176,56
		TOTAL AL	1.600.487,28
AP	160000	AMAPA	125.754,60
		TOTAL AP	125.754,60
BA	290070	ALAGOINHAS	30.706,44
BA	290570	CAMACARI	1.543,08
BA	291800	JEQUIE	180.240,72
BA	292740	SALVADOR	257.200,44
		TOTAL BA	469.690,68
CE	230280	CANINDE	456.256,80
CE	230370	CAUCAIA	65.048,52
CE	230428	EUSEBIO	300.668,76
CE	230440	FORTALEZA	540.108,60
CE	230550	IGUATU	237.433,44
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	64.384,68
CE	230765	MARACANAU	41.917,56
CE	231130	QUIXADA	233.326,44
		TOTAL CE	1.939.144,80
ES	320000	ESPIRITO SANTO	1.650.697,20
		TOTAL ES	1.650.697,20
GO	520110	ANAPOLIS	8.950,80
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	265.640,52
GO	520540	CERES	456,36
GO	520800	FORMOSA	223.361,04
GO	520870	GOIANIA	324.258,36
GO	521800	PORANGATU	336.547,32
GO	521880	RIO VERDE	278.454,36
		TOTAL GO	1.437.668,76
MA	210300	CAXIAS	331.748,64
MA	210530	IMPERATRIZ	154.617,36
MA	211130	SAO LUIS	771.023,04
		TOTAL MA	1.257.389,04
MG	310160	ALFENAS	110.722,80
MG	310350	ARAGUARI	152.292,12
MG	310560	BARBACENA	45.276,84
MG	310670	BETIM	377.581,32
MG	311120	CAMPO BELO	314.628,72
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	218.402,52
MG	311860	CONTAGEM	701.158,56
MG	313130	IPATINGA	204.706,08
MG	313670	JUIZ DE FORA	103.009,68
MG	314800	PATOS DE MINAS	190.656,72
MG	315210	PONTE NOVA	90.722,40
MG	316720	SETE LAGOAS	70.909,32
MG	316860	TEOFILO OTONI	511.977,24
MG	317010	UBERABA	183.595,80
		Total Gestão Municipal	3.275.640,12
MG	310000	MINAS GERAIS	672.986,52
		TOTAL MG	3.948.626,64
MS	500270	CAMPO GRANDE	517.109,28
		Total Gestão Municipal	517.109,28
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	295.745,64
		TOTAL MS	812.854,92
MT	510340	CUIABA	311.984,76
MT	510760	RONDONOPOLIS	378.369,84
		Total Gestão Municipal	690.354,60
MT	510000	MATO GROSSO	77.077,56
		TOTAL MT	767.432,16
PA	150240	CASTANHAL	200.245,68
PA	150420	MARABA	12.406,68
		Total Gestão Municipal	212.652,36
PA	150000	PARA	1.335.308,88
		TOTAL PA	1.547.961,24
PB	250400	CAMPINA GRANDE	763.133,28
		Total Gestão Municipal	763.133,28
PB	250000	PARAIBA	81.373,80
		TOTAL PB	844.507,08
PI	220390	FLORIANO	273.170,16
PI	220800	PICOS	260.976,72
PI	221100	TERESINA	320.562,60
		TOTAL PI	854.709,48
PR	410140	APUCARANA	76.664,52
PR	410550	CIANORTE	45.510,36
PR	410830	FOZ DO IGUACU	170.023,44
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	155.780,04
PR	411370	LONDRINA	437.553,96
PR	411520	MARINGA	12.831,00
PR	412810	UMUARAMA	86.838,12
		TOTAL PR	985.201,44
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	36.516,60
RJ	330610	VALENCA	50.001,72
		TOTAL RJ	86.518,32
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	571.461,24
		TOTAL RN	571.461,24
RO	110012	JI-PARANA	18.794,64
RO	110030	VILHENA	164.697,60
		TOTAL RO	183.492,24
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	29.423,52
RS	430510	CAXIAS DO SUL	159.443,28
RS	430920	GRAVATAI	299.704,92
RS	431440	PELOTAS	4.237,80
		TOTAL RS	492.809,52
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	23.305,08
SC	420240	BLUMENAU	22.959,72
SC	420420	CHAPECO	53.073,84
SC	420460	CRICIUMA	79.415,88
SC	420890	JARAGUA DO SUL	14.162,40
SC	420910	JOINVILLE	161.451,12
SC	421480	RIO DO SUL	102.071,88
		Total Gestão Municipal	456.439,92
SC	420000	SANTA CATARINA	391.349,88
		TOTAL SC	847.789,80
SE	280030	ARACAJU	334.575,48
		TOTAL SE	334.575,48
SP	350550	BARRETOS	108.261,96
SP	351440	DRACENA	46.564,32
SP	351620	FRANCA	33.745,32
SP	351870	GUARUJA	98.652,36
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	15.228,84
SP	352670	LEME	109.075,68
SP	352900	MARILIA	217.584,60
SP	353800	PINDAMONHANGABA	246.461,76
SP	353870	PIRACICABA	196.911,36
SP	354730	SANTANA DE PARNAIBA	363.174,12
SP	354890	SAO CARLOS	16.352,52
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARD	153.568,92
SP	355030	SAO PAULO	797.666,16
SP	355170	SERTAOZINHO	302.868,36
		Total Gestão Municipal	2.706.116,28
SP	350000	SAO PAULO	1.495.571,76
		TOTAL SP	4.201.688,04
TO	170000	TOCANTINS	176.026,32
		TOTAL TO	176.026,32
		TOTAL GERAL	25.649.329,56

PORTARIA Nº 1.840, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade nos Estados do Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - (REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-RAPS, relativos ao PI RSM - REDE DE SAÚDE MENTAL); e

Considerando a Portaria nº 798/SAS/MS, de 13 de agosto de 2012, que habilita Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual, no montante de R$ 1.423.405,56 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil e quatrocentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual da Média e Alta Complexidade nos Estados do Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da competência julho de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADLHA

ANEXO

UF	IBGE	Município	Gestão	TIPO	Valor anual
PI	220770	Parnaíba	Municipal	CAPSad III	468.240,00
PR	410690	Curitiba	Estadual	CAPSi	-
RN	240830	Nova Cruz	Municipal	CAPSad III	468.240,00
RJ	330120	Carmo	Municipal	CAPS II	57.375,00
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	Estadual	CAPS II	57.375,00
SP	355030	São Paulo	Municipal	CAPS III Santana	372.172,56
					1.423.402,56

PORTARIA Nº 1.843, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica; e

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo II a esta Portaria, dos Estados relacionados no Anexo I, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, para implantação de novas equipes e contratações de Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
AC	1	81	7
CE	5	307	45
GO	2	169	24
MS	1	88	8
PB	3	140	22
PE	4	340	47
PR	1	82	13
RS	4	166	22
SC	1	24	4
Total Geral:	22	1.397	192

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	CÓD. MUN	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
AC	1200302	FEIJO	81	7
Total da UF:		1	81	7
CE	2302305	BELA CRUZ	76	9
CE	2305308	IBIAPINA	54	10
CE	2305357	ICAPUI	46	7
CE	2307403	JUCAS	60	8
CE	2309409	NOVO ORIENTE	71	11
Total da UF:		5	307	45
GO	5208004	FORMOSA	150	21
GO	5219001	SANCLERLANDIA	19	3
Total da UF:		2	169	24
MS	5000609	AMAMBAI	88	8
Total da UF:		1	88	8
PB	2500908	ARARA	32	4
PB	2508307	LAGOA SECA	65	11
PB	2512002	POCINHOS	43	7
Total da UF:		3	140	22
PE	2610202	PANELAS	52	8
PE	2610608	PAUDALHO	116	18
PE	2610905	PESQUEIRA	113	12
PE	2611507	QUIPAPA	59	9
Total da UF:		4	340	47
PR	4122404	ROLANDIA	82	13
Total da UF:		1	82	13
RS	4308904	GETULIO VARGAS	28	4
RS	4309555	HARMONIA	9	1
RS	4310207	IJUI	118	15
RS	4320305	SELBACH	11	2
Total da UF:		4	166	22
SC	4216107	SAO DOMINGOS	24	4
Total da UF:		1	24	4
Total Geral:		22	1397	192

DESPACHO DO MINISTRO
Em 28 de agosto de 2012

Nº 26 - Processo nº 25000.190707/2011-91. Interessado: INFAN INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ nº 08.939.548/0001-03. Decisão: À vista do que consta dos autos e pelas razões de fato e fundamentos de direito apresentados pela Consultoria Jurídica, na conformidade do PARECER Nº 1010/2012/KVB/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, do DESPACHO Nº 7449/2012/VAR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, do DESPACHO Nº 7450/2012/FB/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO Nº 7468/2012/JKU/CONJUR-MS/CGU/AGU, que adoto como razões de decidir, não conheço do recurso.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

CONSULTA PÚBLICA Nº 49, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10º da Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, adotou, por ocasião da 346ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2012, a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º - Fica aberto, a contar de 7 (sete) dias da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas a esta proposta:

I - Resolução Normativa que dispõe sobre os princípios para a oferta de medicação de uso domiciliar pelas operadoras de planos de assistência a saúde.

Art. 2º - A proposta de Resolução Normativa e a correspondente exposição de motivos estarão disponíveis na íntegra, durante o período de consulta, no endereço eletrônico www.ans.gov.br.

Art. 3º - As sugestões e comentários poderão ser encaminhados por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, para preenchimento de formulário disponível na página da ANS, em "Participação da Sociedade", no item "Consultas Públicas".

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.030014/2010-49	COOPUS - COOP. DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS	384356.	96.350.194/0001-24	Exigir cumprimento de prazos de carência e imputou CPT, à ben. P.M., vinculada a contrato coletivo empresarial com mais de 50 (cinqüenta) participantes, firmado pelo S. dos E. no C. de Poços de Caldas. (Art.12 e Art.16 da Lei 9.656 c/c Art.5º, II da CONSU 14)	12.612,00 (DOZE MIL, SEISCENTOS E DOZE REAIS)
25789.066499/2011-90	UNIMED DE PIRACICABA SOCIEDADE COOP. DE SERVIÇOS MÉDICOS	315729.	44.803.922/0001-02	Encaminhar à ANS, informações e estatísticas periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, contendo incorreções ou omissões excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares e dependentes, previst (Art.20, caput da Lei 9.656)	Improc. Anul. do auto nº 46493 e Arquiv. do proc. Sanc. após public. em D.O.U.
25789.043641/2010-40	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em desrespeito ao disposto nos incisos II e III do § único do art. 13 da Lei 9656, de 1998 (Art.13, parágrafo único, II da Lei nº 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.030999/2010-11	BENEPLAN PLANO DE SAÚDE LTDA.	370363.	02.719.125/0001-00	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.067463/2008-11	UNIMED SAO JOSÉ DO RIO PRETO - COOP. DE TRABALHO MÉDICO	335100.	45.100.138/0001-09	Deixar de cumprir as normas regul. da ANS que autorizam a alegação de DLP do consumidor, ao exigir até 08/05/08 o preenchimento de declarações de saúde que não fazem ref. exclusivamente a doenças/lesões de que saiba ser portador ou sofredor no momento da contratação. (Art. 1º, § 1ºe art. 11, caput, da Lei nº 9.656/98, c/c art. 10, § único, da RN nº 162/07)	Advertência

LUIZ PAULO FAGGIONI

DECISÕES DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.023861/2010-57	SÃO FRANCISCO SIST. DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA	302091.	01.613.433/0001-85	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária, em 04/2010, na contraprestação pecuniária do ben. A.M., contrato individual, firmado em 08/1996, sem previsão contratual do percentual aplicável. (Art.25 da Lei 9.656)	Advertência
25789.030017/2010-82	UNIMED DO ESTADO DE SP - FED. ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.075069/2010-88	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art.17, §4º da Lei 9.656)	Improc. Anul. do auto nº 49560 e Arquiv. do proc. Sanc. após public. em D.O.U.
25789.077349/2010-21	SÃO FRANCISCO SIST. DE SAUDE SOC. EMPRESÁRIA LTDA	302091.	01.613.433/0001-85	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária, em 01/2011, na contraprestação pecuniária do ben. M.F.S., contrato individual, firmado em 06/1998, sem previsão contratual do percentual aplicável. (Art.25 da Lei 9.656)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.077337/2010-04	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQ. EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15, parágrafo único da Lei 9.656)	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25789.041000/2011-31	UNIMED GURUPI COOP. DE TRABALHO MÉDICO	301124.	01.476.619/0001-30	Deixar de garantir as cob. obrigatórias prev. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulament. p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incisos III e VII e outra (Art.12, II da Lei 9.656 e outro)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS) e Advertência
25789.043617/2010-19	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Aplic. percentuais de reajustes diferenciados entre ben. vinc. ao "GÊMINI 4040", no contrato firmado pela empresa E. A. de R. H. Ltda ME, em 02/10, em desacordo com a legisl. Espec. em vigor.(Art. 4º, inc. II, XIII e XVII da Lei n.º 9.961/00, c/c art. 25 da Lei nº 9.656/98, c/c art. 20 da RN 195/09)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

LUIZ PAULO FAGGIONI

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 17 DE AGOSTO DE 2012

O(A) A CHEFE DO NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.802019/2011-40	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Rescindir unilateralmente o contrato da benef. e encaminhar inf. referente ao SIB.(Art.13, parágrafo único, II da Lei nº 9.656 e Art. 20 caput da Lei 9656/98)	ADVERTÊNCIA
33902.031206/2010-57	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Não disponibilizar rede cred. para realização de atend. de urg./emerg.(Art.25 da Lei 9.656)	Anulação do AI 39.849 - Arquivamento
33902.040355/2012-79	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Nãoconceder ao benef. o direito de permanecer, na condição de aposentado. (Art.31, da Lei 9.656)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.202155/2010-54	PLANO DE SAUDE ASES LTDA.	411582.	03.638.220/0001-33	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, I da Lei 9.656)	163.745,68 (CENTO E SESSENTA E TRES MIL, SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)
33902.565615/2011-33	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Aplicar reajuste sem previsão contratual ou no ato administrativo exarado pela SUSEP. (Art.25 da Lei 9.656)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.089335/2010-34	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.802044/2011-23	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Impor mecanismo de regulação irregular. (Art. 1º § 1º "d" da Lei 9656/98 e Súmula 7 da DICOL)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.099694/2012-61	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de assegurar ao cosumidor aposent. manut. nas condições de benef. (Art.31, caput da Lei 9.656)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.639384/2011-10	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Não acatar a solicitação de inclusão do filho recém-nascido do benef. (Art.25 da Lei 9.656)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.690194/2011-88	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir cobertura contratualmente prevista.(Art.25 da Lei 9.656)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.007073/2011-02	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Impedir a part. da benef. B.O.S. em plano de saúde, ao negar a sua reincl. em contr. colet. Art. 14 da Lei 9.656/98.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.047462/2010-81	UNIMED CRUZEIRO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	356107.	45.198.009/0001-97	Deixar de gar., ao benef. aposen. C.R.G., o dir. de perm., por tempo indeter., no plano colet.. Art. 31 da Lei 9.656/98, c/c art. 2°, §7° da CONSU 21/99.	12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
25789.060383/2010-66	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de proceder à adapt. à Lei 9.656/98 do contr. de plano de saúde do benef. AJDO.. Art. 35 da Lei 9.656/98.	Advertência
25789.074565/2010-14	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Deixar de gar., à benef. A.K.R.I., cob. p/ inter. no Hos. Albert Sabin, em caráter de emerg.. Art. 35-C, inc. I da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.065832/2010-62	UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	333051.	74.466.137/0001-72	Suspender unilat. o contr. indiv./fam. do benef. M.B.A., sem prévia notif.. Art. 13, inc. II, da Lei 9656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÕES DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012 c/c Portaria da ANS nº 5.058 de 25 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.091349/2008-01	COOP DE PROFI DA ÁREA DE ODONT DO ESTADO DO RS LTDA	409901.	03.453.692/0001-11	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3º, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.102831/2008-76	COOP DE PROFI DA ÁREA DE ODONT DO ESTADO DO RS LTDA	409901.	03.453.692/0001-11	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3º, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

PATRÍCIA SOARES DE MORAES
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.568, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012.

considerando o art. 7º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando ainda, o comunicado de recolhimento voluntário do lote 431622 do medicamento Ciclosporina, apresentação 25 MG CAP GEL MOLE C/ MCEMU CT BL AL/AL X 50, número de registro 1.0583.0234.001-4, protocolado pela empresa Germed Farmacêutica Ltda, em razão da comprovação da existência de algumas embalagens secundárias indicando concentração divergente da registrada na referida apresentação, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC nº 55/2005, do medicamento CICLOSPORINA apresentação 25 MG CAP GEL MOLE C/ MCEMU CT BL AL/AL X 50, lote 431622, fabricação 02/2012, validade 02/2014, fabricado pela empresa GERMED FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ 45.992.062/0001-65, estabelecida na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 8, Chácara Assay - Hortolândia - SP, em decorrência do desvio de qualidade detectado.

Art. 2º Ficam suspensas a distribuição, comércio e uso das unidades do medicamento citado no art. 1º, eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 28 de agosto de 2012

Nº 74 A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 15, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso VI e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando o disposto no art. 29 de Decreto 3.029, de 16 de abril de 2009, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, em reunião realizada em 21 de agosto de 2012, resolve aprovar proposta de iniciativa e dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória em tramitação no âmbito da Agência, conforme anexo, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Processo n.º: 25351.469621/2012-24
Agenda Regulatória 2012: Não é da agenda regulatória
Assunto: Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que institui o Registro de Produtos em Processo de Desenvolvimento objetos de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo público-público ou público-privado e de transferências de tecnologias de interesse do Sistema Único de Saúde.
Área responsável: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários
Regime de Tramitação: Regime especial (urgência)
Relator: Dirceu Brás Aparecido Barbano

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 457, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Trigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, Resolve :

Aprovar o Regimento Eleitoral para o triênio 2012/2015.

Capítulo I

Dos Objetivos

Art. 1º Este Regimento Eleitoral tem por objetivo regulamentar a eleição das entidades e dos movimentos sociais nacionais de usuários do Sistema Único da Saúde - SUS, das entidades nacionais de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, das entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde e das entidades empresariais nacionais com atividades na área de saúde, de acordo com o estabelecido no Decreto n° 5.839, de 11 de julho de 2006, na Resolução CNS n° 453, de 17 de julho de 2012, e no Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNS nº 407, de 12 de novembro de 2008, artigos 61 a 73, para o mandato 2012/2015.

Parágrafo Único. A eleição realizar-se-á em 27 de novembro de 2012, iniciando-se o processo eleitoral a partir da publicação deste Regimento Eleitoral e do respectivo Edital de sua convocação no Diário Oficial da União.

Capítulo II

Da Comissão Eleitoral

Art. 2° A eleição será coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de 12 (doze) membros indicados pelos respectivos segmentos e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde com a seguinte composição:

I - 6 (seis) representantes do segmento dos usuários;

II - 3 (três) representantes do segmento dos profissionais de saúde; e

III - 3 (três) representantes do segmento do governo/prestadores de serviços de saúde;

§1º As entidades e os movimentos sociais que indicarem pessoas para compor a Comissão Eleitoral serão elegíveis.

§2º Constituída a Comissão Eleitoral, a mesma será divulgada na página eletrônica do Conselho Nacional de Saúde e afixada na Secretaria-Executiva do referido Conselho.

§3º A Comissão Eleitoral terá um presidente, um vice-presidente, um secretário e um secretário adjunto, que serão escolhidos entre os seus membros na primeira reunião após sua constituição.

Art. 3° Compete à Comissão Eleitoral:

I - conduzir sob sua supervisão o processo eleitoral e deliberar sobre tudo que se fizer necessário para o seu andamento;

II - requisitar ao Conselho Nacional de Saúde todos os recursos necessários para a realização do processo eleitoral;

III - instruir, qualificar, apreciar e decidir recursos, decisões do presidente relativas a registro de candidatura e outros assuntos ao pleito eleitoral;

IV - indicar e instalar as Mesas Eleitorais em número suficiente com a função de disciplinar, organizar, receber e apurar votos;

V - proclamar o resultado eleitoral;

VI - apresentar ao Conselho Nacional de Saude relatório do resultado do pleito, bem como observações que possam contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, no prazo de até 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado;

VII - indicar a mesa coordenadora das plenárias dos segmentos composta por 1 (um) coordenador, 1 (um) secretário e 1(um) relator ; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - indicar 1 (um) relator para acompanhar as discussões dos fóruns próprios ou grupos nas plenárias dos segmentos.

Art. 4º - Compete ao presidente da Comissão Eleitoral:

I - conduzir o processo eleitoral desde a sua instalação até a conclusão do pleito que elegerá os representantes das entidades e movimentos sociais para o Conselho Nacional de Saúde;

II - representar a Comissão Eleitoral em atos, eventos e sempre que solicitado pelos segmentos que compõem o Conselho Nacional de Saíúde, bem como pelo próprio Plenário do Conselho;

III - decidir a respeito das inscrição de candidaturas; e

IV - recolher a documentação e o material utilizados na votação e proceder a divulgação dos resultados, imediatamente após a conclusão dos trabalhos das Mesas Apuradoras.

Capítulo III

Das Vagas

Art. 5º As vagas dos representantes de entidades e dos movimentos sociais nacionais de usuários do SUS, das entidades nacionais de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, das entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde e das entidades empresariais nacionais com atividades na área de saúde, a serem eleitos para participarem do Conselho Nacional de Saúde, conforme previsto no art. 4º do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, são as seguintes:

I - 24 (vinte e quatro) vagas para representantes titulares e 48 (quarenta e oito) vagas para representantes primeiro e segundo suplentes para as entidades e os movimentos nacionais de usuários do SUS;

II - 12 (doze) vagas para representantes titulares e 24 (vinte e quatro) vagas para representantes primeiro e segundo suplentes para as entidades nacionais de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde;

III - 2 (duas) vagas para representantes titulares e 4 (quatro) vagas para representantes primeiro e segundo suplentes para as entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde; e

IV - 2 (duas) vagas para representantes titulares e 4 (quatro) vagas para representantes primeiro e segundo suplentes para as entidades empresariais nacionais com atividades na área da saúde.

§ 1º Somente poderão participar do processo eleitoral, como eleitor ou candidato, as entidades e os movimentos sociais nacionais de que tratam os incisos I a IV do art. 5º deste Regimento que tenham, no mínimo, dois anos de comprovada existência, conforme disposto no parágrafo único, do art.4º, do Decreto nº 5.839/2006 e que atendam ao disposto nos incisos I a IV, do parágrafo segundo deste artigo, conforme o caso.

§ 2º Para efeito de aplicação deste Regimento Eleitoral e conforme o disposto no Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, definem-se como:

I - entidades e movimentos sociais nacionais de usuários do SUS - aqueles que tenham atuação e representação em, pelo menos, um terço das unidades da Federação e três Regiões geográficas do País;

Parágrafo único - Devido à forma de organização das entidades indígenas nacionais, a representação indígena poderá contemplar um terço das unidades da federação e duas regiões geográficas do País.

II - entidades nacionais de profissionais de saúde, incluindo a comunidade científica da área de saúde - aquelas que tenham atuação e representação em, pelo menos, um terço das unidades da Federação e três Regiões geográficas do País, vedada a participação de entidades de representantes de especialidades profissionais;

III - entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde - aquelas que congreguem hospitais, estabelecimentos e serviços de saúde privados, com ou sem fins lucrativos, e que tenham atuação e representação em, pelo menos, um terço das Unidades da Federação e três Regiões geográficas do País; e

IV - entidades nacionais empresariais com atividades na área da saúde - as Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio, da Agricultura e do Transporte que tenham atuação e representação em, pelo menos, um terço das unidades da Federação e três Regiões geográficas do País.

Capítulo IV

Das Inscrições

Art. 6º As inscrições das entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS, das entidades de profissionais de saúde e das entidades de prestadores de serviços de saúde, bem como das entidades empresariais com atividade na área de saúde, na condição de eleitor e/ou candidato, para participarem da eleição, serão feitas na Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1º andar, Sala 115B - Brasília - DF, no período de 10 de setembro de 2012 a 10 de novembro de 2012, em dias úteis, no horário das 9 às 18 horas.

§1º Serão também aceitas inscrições via correio mediante Aviso de Recebimento - AR ou Sedex, observada a data prevista no caput deste artigo.

§2º As inscrições deverão ser feitas por meio de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, expressando a vontade de participar da eleição, especificando o segmento a que pertence, a entidade ou movimento e a vaga para a qual está se candidatando.

§3º Somente poderão participar do processo eleitoral, como eleitor ou candidato, as entidades de que tratam os incisos I a III do art. 5º, que tenham, no mínimo, 2 (dois) anos de comprovada existência.

Capítulo V

Da Documentação

Art. 7º As entidades e os movimentos sociais que forem se candidatar como eleitor e/ou candidato a vaga no Conselho Nacional de Saúde terão que observar o disposto no art.4º e 5º do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006 e apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

I - Entidades:

a) cópia da ata de fundação ou de ato legal, registrado em Cartório;

b) cópia do estatuto e/ou regimento;

c) termo de indicação do delegado e respectivo suplente que representarão a entidade, subscrito pelo seu representante legal;

d) comprovante de atuação de, no mínimo, 2 (dois) anos; e

e) cópia da cédula de identidade do delegado e do suplente.

II - Movimentos sociais:

a) ata de fundação registrada em cartório ou comprovante de existência do movimento por meio de um instrumento público de comunicação e informação de circulação nacional de, no mínimo, 2 (dois) anos;

b) relatório de atividades ou relatório de reuniões do movimento;

c) documento de orgãos públicos que atestem a existência do movimento;

d) termo de indicação do delegado e respectivo suplente que representarão o movimento social, subscrito pelo seu representante reconhecido; e

e) cópia da cédula de identidade do delegado e do suplente.

Capítulo VI

Das Homologações das Inscrições

Art. 8º Encerrado o prazo para as inscrições das entidades e dos movimentos sociais, a Comissão Eleitoral divulgará na sede da Secretaria-Executiva e na página eletrônica do Conselho Nacional de Saúde, a relação das entidades e dos movimentos sociais habilitados a concorrerem à eleição, observada a composição dos segmentos.

Parágrafo Único. Os recursos para a Comissão Eleitoral deverão ser interpostos no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da sua divulgação feita na forma do caput deste artigo, devendo ser analisados e julgados em igual período.

Capítulo VII

Da Eleição

Art. 9º A eleição para preenchimento das vagas dos membros titulares no Conselho Nacional de Saúde das entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS, das entidades de profissionais de saúde, das entidades da comunidade científica da área de saúde, das entidades de prestadores de serviços de saúde, das entidades empresariais com atividades na área de saúde, bem como para preenchimento das suplências, dar-se-á por meio de Plenárias dos Segmentos, no dia 27 de novembro de 2012, no horário das 10 horas às 13 horas, em local a ser definido pela Comissão Eleitoral, e, se necessário, em turno único, por meio de voto secreto, na mesma data, das 14 horas às 18 horas.

§1º O credenciamento dos delegados inscritos representantes das entidades e dos movimentos sociais será na mesma data da eleição, das 8h30min às 9h30min, impreterivelmente.

§2º O delegado credenciado receberá um crachá de identificação que lhe dará direito de acesso ao local de votação, não sendo permitida a substituição ou reposição de crachá.

§3º A Comissão Eleitoral fará a primeira chamada para as Plenárias dos Segmentos às 10 horas com quorum de metade mais um dos delegados credenciados e, em segunda chamada, às 10h30min, com qualquer número, iniciando-se as Plenárias neste horário e encerrando-se, no máximo, às 13 horas.

Art. 10 Havendo consenso para escolha dos representantes titulares e suplentes durante as Plenárias dos Segmentos, a Eleição se dará por aclamação, mediante apresentação da Ata da Plenária assinada pelos representantes dos segmentos participantes do processo.

Parágrafo único. A Plenária do Segmento poderá utilizar o resultado do processo de discussão em fóruns próprios ou em grupos, de acordo com suas especificidades, devendo, todavia, os resultados dos fóruns ou grupos serem submetidos à Plenária dos Segmentos.

Art. 11 Não havendo consenso para a escolha das entidades ou dos movimentos sociais na Plenária do Segmento, a eleição se fará por voto secreto, no horário das 14 horas às 18 horas, cabendo à Comissão Eleitoral designar, antecipadamente, Mesas para recepção e apuração dos votos, formadas por 3 (três) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) 1º Secretário e 1 (um) 2º Secretário.

§1º A Plenária do Segmento encaminhará para votação, conforme o caput deste artigo, somente as vagas não preenchidas, total ou parcialmente, no processo de votação por aclamação.

§2º A entidade ou movimento social que obtiver o maior número de votos terá direito a indicar o representante titular, os representantes primeiro-suplentes e segundo-suplentes da sua própria entidade ou dentre as entidades que participaram do processo eleitoral.

§3º A votação dos segmentos poderá ser acompanhada e fiscalizada por fiscais indicados pelas entidades ou movimentos sociais que integrarem os segmentos, desde que os seus nomes sejam encaminhados à Comissão Eleitoral até 2 (dois) dias antes da realização da eleição e desde que não cause tumulto ao pleito.

§4º Os fiscais poderão apresentar recursos em formulário próprio, a serem entregues ao Presidente da Mesa e consignados em Ata.

§5º Após a análise dos recursos, quando houver, será iniciada a apuração dos votos.

§6º Serão eleitas as entidades ou movimentos sociais que obtiverem no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos do segmento no qual estejam concorrendo, respeitando-se o número de vagas de cada entidade ou movimento social no seu respectivo segmento.

§7º No caso de não ser alcançada a porcentagem mínima de 10% (dez por cento) dos votos referida no § 6º, deverá haver uma nova votação imediatamente para preenchimento das vagas restantes.

§8º Em caso de empate deverá haver uma nova votação imediatamente para preenchimento das vagas restantes.

Art. 12 A Cédula de Votação será confeccionada após a Plenária dos Segmentos, devendo ser supervisionada pelos fiscais e conterá o segmento, as vagas e a relação das Entidades e Movimentos que estarão concorrendo.

Parágrafo único. A Cédula de Votação será rubricada por, no mínimo, 2 (dois) dois membros da Mesa.

Art. 13 O delegado credenciado deverá dirigir-se ao local de votação munido de seu crachá e documento original de identidade e, após assinar a listagem de delegados inscritos, receberá a Cédula de Votação.

Art. 14 Antes do início da votação, a urna será conferida, obrigatoriamente, pela Mesa e pelos fiscais.

Art. 15 Após o encerramento da votação, o Presidente da Mesa deverá lavrar a Ata da Eleição que constará as ocorrências do dia, os recursos e os pedidos de impugnação, quando houver.

Parágrafo Único. A Ata da Eleição, uma vez lavrada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.

Capítulo VIII

Da Apuração, dos Recursos e das Impugnações

Art. 16 A apuração dos votos será realizada e acompanhada pelos fiscais após o voto do último delegado credenciado.

§1º Antes da abertura da urna, a Mesa Apuradora se pronunciará sobre os pedidos de impugnação e as ocorrências porventura constantes da Ata de Votação.

§2º Os pedidos de impugnação e de recursos concernentes à votação, que não tenham sido consignados na Ata de Votação, não serão considerados.

§3º Em caso de discordância de pronunciamento da Mesa Apuradora, caberá recurso à Comissão Eleitoral, procedendo-se normalmente à apuração, com o devido registro dos recursos.

Art. 17 Em caso de empate, os critérios para a proclamação da entidade ou movimento social eleitos serão:

a) existência da entidade ou do movimento social em maior número de Regiões Geográficas e/ou Unidades da Federação do País; e

b) maior tempo de existência e funcionamento da entidade ou do movimento social.

Art. 18 As Mesas Apuradoras comunicarão o resultado da eleição à Comissão Eleitoral que proclamará as entidades e os movimentos sociais eleitos.

Art. 19 Após homologado, o resultado final da votação será divulgado na página eletrônica do Conselho Nacional de Saúde, por meio de Edital, bem como publicado no Diário Oficial da União que será afixado na Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, com a indicação das entidades e dos movimentos sociais eleitos para indicarem seus representantes às vagas de membros do Conselho Nacional de Saúde, titulares e suplentes.

Capítulo IX

Das Disposições Gerais

Art. 20 As despesas com transporte e estada dos representantes das entidades e dos movimentos sociais para participarem do processo eleitoral serão de responsabilidade dessas entidades e desses movimentos sociais.

Art. 21 Caberá ao Ministério da Saúde custear as despesas referentes à infraestrutura necessária para a realização do processo eleitoral previsto neste Regimento.

Art. 22 As entidades e os movimentos sociais de usuários do SUS, as entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, as entidades de prestadores de serviços de saúde e as entidades empresariais com atividades na área da saúde eleitas para indicarem os seus representantes para compor o Conselho Nacional de Saúde, nas vagas de titular, primeiro e segundo-suplentes, bem como o Governo Federal, o CONASS e o CONASEMS, encaminharão à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde por meio de ofício até 10 (dez) dias após a divulgação prevista no artigo 19 (dezenove) deste Regimento.

Art. 23 Os representantes indicados pelas entidades e pelos movimentos sociais eleitos, os representantes das instituições do governo federal indicados pelos seus respectivos titulares, os representantes do CONASS e do CONASEMS indicados pelos seus respectivos Presidentes, todos para compor o Conselho Nacional de Saúde, serão nomeados pelo Ministro de Estado da Saúde, em Portaria específica, publicada no Diário Oficial da União.

§1º A posse dos conselheiros do Conselho Nacional de Saúde, titulares e suplentes, dar-se-á em Reunião Extraordinária a ser realizada, em até 15 (quinze) dias, após a publicação da portaria referida no caput deste artigo, cabendo à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde a sua convocação.

§2º A Reunião Extraordinária terá como pauta a posse dos novos conselheiros e a eleição do Presidente e da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 24 Cabe ao Conselho Nacional de Saúde aprovar o calendário eleitoral para cada mandato de seus membros, em até 90 (noventa) dias anteriores ao final do mandato dos atuais conselheiros, conforme artigo 63 de seu regimento interno.

Art. 25 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral ad referendum do Pleno.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

DESPACHO

Homologo a Resolução CNS Nº 457, de 9 de agosto de 2012, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 906, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação José Silveira, com sede em Salvador/BA.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2025/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.053160/2010-62, que aprovou o Parecer Técnico nº 360/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação José Silveira, inscrita no CNPJ nº 15.194.004/0001-25, com sede em Salvador/BA.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 907, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus, com sede em Bom Despacho/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 1929/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.036197/2011-15, que aprovou o Parecer Técnico nº 335/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus, CNES nº 2168707, inscrito no CNPJ nº 16.742.355/0001-96, com sede em Bom Despacho/MG.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 30/04/2011 a 29/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 908, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Estabelece a distribuição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado de Pernambuco referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria 1.340/GM/MS, de 29 de junho de 2012, que define a estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS para exercícios dos anos 2012 e 2013; e

Considerando a Resolução nº 2.038, de 30 de Julho de 2012 da Comissão Intergestores Bipartite - CIB do Estado de Pernambuco, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a distribuição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado de Pernambuco referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, para o exercício de 2012, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros destinados aos Municípios em situação de Extrema Pobreza estão distribuídos no Anexo II desta Portaria, conforme pactuação em CIB/PE.

Parágrafo único. Os recursos financeiros que tratam os anexos I e II serão transferidos ao Fundo Estadual de Saúde do Pernambuco em parcela única, excepcionalmente, na competência Julho/2012.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º A redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarretará impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	COMP. I	COMP. II	COMP. III	TOTAL
260010	Afogados da Ingazeira	143.825,46	34.104,33	405.464,73	583.394,52
260090	Amaraji	0,00	117.432,14	90.752,12	208.184,26
260150	Belém de Maria	0,00	9.623,58	0,00	9.623,58
260170	Belo Jardim	0,00	0,00	129.737,32	129.737,32
260190	Bezerros	208.769,73	0,00	244.225,32	452.995,05
260220	Bom Jardim	0,00	0,00	23.978,70	23.978,70
260260	Brejo da Madre de Deus	0,00	0,00	94.529,19	94.529,19
260300	Cabrobo	0,00	0,00	164.100,48	164.100,48
260400	Carpina	0,00	0,00	150.368,75	150.368,75
260410	Caruaru	1.043.848,61	688.747,50	843.117,08	2.575.713,19
260500	Cupira	0,00	0,00	43.804,94	43.804,94
260510	Custodia	0,00	0,00	115.043,35	115.043,35
260540	Feira Nova	0,00	0,00	21.389,38	21.389,38
260570	Floresta	0,00	0,00	85.544,12	85.544,12
260600	Garanhuns	0,00	3.814,32	437.342,27	441.156,59
260620	Goiana	164.657,79	30.867,48	0,00	195.525,27
260640	Gravata	0,00	0,00	106.217,25	106.217,25
260680	Igarassu	0,00	0,00	206.673,66	206.673,66
260765	Itambé	104.052,06	0,00	0,00	104.052,06
260790	Jaboatão dos Guararapes	1.131.700,00	0,00	0,00	1.131.700,00
260810	João Alfredo	0,00	0,00	26.866,07	26.866,07
260820	Joaquim Nabuco	0,00	16.306,08	0,00	16.306,08
260890	Limoeiro	0,00	0,00	37.671,23	37.671,23
260900	Macaparana	0,00	0,00	79.596,21	79.596,21
260940	Moreno	0,00	89.476,34	81.883,69	171.360,03
260960	Olinda	326.097,17	459.546,68	357.764,71	1.143.408,56
260970	Orobó	0,00	0,00	34.316,64	34.316,64
261000	Palmares	0,00	108.843,00	363.758,37	472.601,37
261020	Panelas	0,00	0,00	57.391,60	57.391,60
261050	Passira	0,00	0,00	48.506,45	48.506,45
261080	Pedra	0,00	0,00	151.947,49	151.947,49
261060	Paudalho	0,00	0,00	82.808,28	82.808,28
261090	Pesqueira	0,00	0,00	450.011,95	450.011,95
261110	Petrolina	282.393,78	471.803,17	1.052.779,35	1.806.976,30
261160	Recife	2.436.435,46	994.825,00	1.078.269,97	4.509.530,43
261170	Riacho das Almas	0,00	0,00	39.802,93	39.802,93
261180	Ribeirao	0,00	80.439,48	261.255,62	341.695,10
261250	Santa Cruz do Capibaribe	132.825,54	0,00	303.240,47	436.066,01
261260	Santa Maria da Boa Vista	0,00	0,00	40.741,59	40.741,59
261330	São Joaquim do Monte	136.227,92	0,00	304.718,39	440.946,31
261370	São Lourenço da Mata	0,00	0,00	271.543,32	271.543,32
261390	Serra Talhada	0,00	562.857,20	272.460,40	835.317,60
261450	Surubim	0,00	27.107,10	151.116,51	178.223,61
261530	Timbauba	0,00	36.972,00	227.061,27	264.033,27
261620	Vertentes	0,00	0,00	132.903,44	132.903,44
261630	Vicência	0,00	0,00	169.329,55	169.329,55
261640	Vitoria de Santo Antão	0,00	567.792,90	1.040.774,17	1.608.567,07
Gestão Municipal		6.110.833,52	4.300.558,30	10.280.808,33	20.692.200,15
Gestão Estadual		2.190.238,14	678.044,83	91.795,01	2.960.077,98
Total Geral		8.301.071,66	4.978.603,13	10.372.603,34	23.652.278,13

ANEXO II

CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO EXECUTOR	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO Origem	Recurso PTGM2318	Total
260010	Afogados da Ingazeira	260010	Afogados da Ingazeira	31.940,85	193.749,61
		260250	Brejinho	9.172,89	
		260390	Carnaíba	28.158,03	
		260690	Iguaraci	11.712,53	
		260710	Ingazeira	5.168,08	
		260770	Itapetim	14.953,68	
		261153	Quixaba	10.371,67	
		261280	Santa Terezinha	14.549,65	
		261360	São José do Egito	28.433,30	
		261440	Solidão	8.311,55	
		261460	Tabira	26.302,14	
		261590	Tuparetama	4.675,24	
260190	Bezerros	260190	Bezerros	48.168,79	57.070,85
		260670	Ibirajuba	8.902,06	
260410	Caruaru	260060	Alagoinha	14.758,32	212.011,04
		260170	Belo Jardim	48.812,58	
		261020	Panelas	39.715,16	
		261120	Poção	19.282,61	
		261170	Riacho das Almas	15.655,19	
		261240	Sanharó	18.345,79	
		261300	São Bento do Una	55.441,39	
260600	Garanhuns	260050	Águas Belas	67.251,60	636.175,17
		260100	Angelim	13.452,98	
		260210	Bom Conselho	59.734,80	
		260240	Brejão	9.878,84	
		260320	Caetés	50.553,03	
		260330	Calçado	20.294,91	
		260370	Canhotinho	31.607,85	
		260380	Capoeiras	25.818,19	
		260420	Correntes	20.325,99	
		260600	Garanhuns	86.973,76	
		260650	Iati	30.684,35	
		260750	Itaíba	45.114,12	
		260825	Jucati	17.741,96	
		260830	Jupi	18.625,50	
		260860	Lagoa do Ouro	16.853,97	
		260880	Lajedo	30.293,63	
		261010	Palmerina	11.059,86	
		261030	Paranatama	19.238,21	
		261230	Saloá	20.556,87	
		261320	São João	30.266,99	
		261510	Terezinha	9.847,76	
260620	Goiana	260360	Camutanga	7.139,41	68.192,87
		260550	Ferreiros	7.849,79	
		260620	Goiana	53.203,67	
260765	Itambé	260070	Aliança	29.916,24	138.032,95
		260460	Condado	24.290,85	
		260765	Itambé	32.189,48	
		260780	Itaquitinga	11.486,10	
		260900	Macaparana	21.822,25	
		261380	São Vicente Ferrer	18.328,03	
260790	Jaboatão dos Guararapes	260940	Moreno	39.182,37	39.182,37
260880	Limoeiro	260220	Bom Jardim	38.303,27	260.801,41
		260415	Casinhas	16.525,41	
		260490	Cumaru	19.007,33	
		260540	Feira Nova	19.153,85	
		260810	João Alfredo	30.515,63	
		260850	Lagoa do Itaenga	17.484,44	
		260880	Limoeiro	30.675,47	
		260910	Machados	14.203,33	
		260970	Orobó	34.489,37	
		261050	Passira	28.903,94	
		261210	Salgadinho	11.539,37	
261000	Palmares	260090	Amaraji	15.965,98	189.167,59
		260150	Belém de Maria	11.002,14	
		260420	Catende	38.352,10	
		260795	Jaqueira	14.212,21	
		260820	Joaquim Nabuco	13.040,07	
		260920	Maraial	15.162,36	
		261000	Palmares	49.678,36	
		261290	São Benedito do Sul	17.653,16	
		261650	Xexeu	14.101,21	
261060	Paudalho	260270	Buenos Aires	10.833,43	131.905,85
		260390	Carpina	43.471,34	
		260845	Lagoa do Carro	12.525,04	
		260950	Nazaré da Mata	18.807,54	
		260160	Paudalho	37.655,04	
		261550	Tracunhaém	8.613,46	
261110	Petrolina	260875	Lagoa Grande	21.578,05	97.518,60
		260980	Orocó	22.075,33	
		261260	Santa Maria da Boa Vista	53.865,22	
261150	Quipapá	261150	Quipapá	26.572,97	26.572,97
261180	Ribeirão	261180	Ribeirão	25.795,99	25.795,99
261250	Santa Cruz do Capibaribe	260260	Brejo da Madre de Deus	43.267,11	85.797,18
		260580	Frei Miguelinho	11.614,85	
		260800	Jataúba	19.322,57	
		261270	Santa Maria do Cambucá	11.592,65	
261330	São Joaquim do Monte	260080	Altinho	24.845,84	103.179,51
		260130	Barra de Guabiraba	12.449,56	
		260350	Camocim de São Félix	15.837,23	
		261200	Sairé	7.752,12	
		261330	São Joaquim do Monte	26.648,45	
		261470	Tacaimbó	15.646,31	
261390	Serra Talhada	260180	Betânia	16.356,70	164.823,49
		260340	Calumbi	6.708,73	
		260392	Carnaubeira da Penha	21.320,54	
		260560	Flores	30.053,88	
		260740	Itacuruba	3.312,19	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		261247	Santa Cruz da Baixa Verde	14.514,13	
		261390	Serra Talhada	59.819,16	
		261570	Triunfo	12.738,16	
261450	Surubim	261450	Surubim	38.072,39	38.072,39
261530	Timbaúba	261530	Timbaúba	38.454,22	38.454,22
261620	Vertentes	261620	Vertentes	11.272,98	11.272,98
	Total Gestão Municipal			2.517.777,04	2.517.777,04

	Gestão Estadual	260030	Agrestina	20.330,43	1.259.072,99
		260110	Araripina	82.396,20	
		260160	Belém de São Francisco	28.175,79	
		260200	Bodocó	49.682,80	
		260230	Bonito	46.182,14	
		260300	Cabrobó	35.976,74	
		260310	Cachoeirinha	17.400,08	
		260430	Cedro	14.465,29	
		260440	Chã de Alegria	12.018,89	
		260450	Chã Grande	15.628,55	
		260500	Cupira	20.583,51	
		260530	Exu	48.892,50	
		260610	Glória do Goitá	26.790,53	
		260630	Granito	9.088,53	
		260640	Gravatá	46.304,02	
		260680	Igarassu	54.025,05	
		260760	Ilha de Itamaracá	16.929,45	
		260720	Ipojuca	47.200,88	
		260730	Ipubi	33.778,98	
		260775	Itapissuma	21.134,06	
		260840	Jurema	23.065,43	
		260870	Lagoa dos Gatos	18.843,06	
		260930	Mirandiba	22.901,15	
		261430	Moreilândia	16.609,77	
		260990	Ouricuri	86.196,78	
		261040	Parnamirim	25.600,63	
		261090	Pesqueira	64.183,61	
		261130	Pombos	17.049,33	
		261220	Salgueiro	43.142,79	
		261245	Santa Cruz	23.531,62	
		261255	Santa Filomena	24.068,85	
		261310	São Caitano	35.892,38	
		261370	São Lourenço da Mata	64.272,41	
		261400	Serrita	24.743,72	
		261520	Terra Nova	12.986,79	
		261560	Trindade	19.269,29	
		261620	Verdejante	10.540,39	
		261640	Vitória de Santo Antão	79.190,57	
	Total Geral				3.776.850,03

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 435, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre os valores máximos de aquisição das unidades habitacionais contratadas com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1o Os valores máximos de aquisição das unidades habitacionais contratadas com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, nas capitais, municípios integrantes das Regiões Metropolitanas especificadas e demais municípios com população igual ou superior a cinquenta mil habitantes, ficam regulamentados conforme segue:

UF	LOCALIDADE	VALOR MÁXIMO DE AQUISIÇÃO DA UNIDADE
Acre	Capital	62.000
	Interior	60.000
Amapá	Capital	62.000
	Interior	60.000
Amazonas	Capital	62.000
	Interior	60.000
Pará	Capital	62.000
	Interior	60.000
Rondônia	Capital	62.000
	Interior	60.000
Roraima	Capital	62.000
	Interior	60.000
Tocantins	Capital	62.000
	Interior	60.000
Alagoas	Capital	61.000
	Interior	57.000
Bahia	Capital	64.000
	RM de Salvador	64.000
	Interior	60.000
Ceará	Capital	63.000
	RM de Fortaleza	63.000
	Interior	59.000
Maranhão	Capital	61.000
	Interior	57.000
Paraíba	Capital	61.000
	Interior	57.000
Pernambuco	Capital	63.000
	RM do Recife	63.000
	Interior	59.000
Piauí	Capital	61.000
	Interior	57.000
Rio Grande do Norte	Capital	61.000
	Interior	57.000
Sergipe	Capital	61.000
	Interior	57.000
Distrito Federal	DF	76.000
Goiás	Capital	60.000
	Interior	57.000
Mato Grosso	Capital	60.000
	Interior	57.000
Mato Grosso do Sul	Capital	60.000
	Interior	57.000
Espírito Santo	Capital	60.000
	Interior	58.000
Minas Gerais	Capital	65.000
	RM de Belo Horizonte	65.000
	Interior	60.000
Rio de Janeiro	Capital	75.000
	RM do Rio de Janeiro	75.000
	Interior	69.000
São Paulo	Capital	76.000
	RM de São Paulo	76.000
	Interior	70.000
Paraná	Capital	64.000
	RM de Curitiba	64.000
	Interior	60.000
Rio Grande do Sul	Capital	64.000
	RM de Porto Alegre	64.000
	Interior	60.000
Santa Catarina	Capital	64.000
	Interior	60.000

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 320, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 96, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.040496/2003, resolve:

Art 1º Autorizar a realização de alteração contratual, resultando em transferência indireta da outorga, para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, conferida à RÁDIO CULTURA DE CAMPO GRANDE LTDA.; Pelo Decreto nº 32.834, de 22 de maio de 1953.

Art 2º Os quadros societário e diretivo da entidade, após a realização da presente operação, ficam assim constituídos:

COTISTAS	COTAS	VALOR(R$)
Luciano Medeiros Barbosa Rodrigues	7.106	7.106,00
Antônio João Hugo Rodrigues	7	7,00
Ester Figueiredo Gameiro	7	7,00
TOTAL	7.120	7.120,00

Administrador: Luciano Medeiros Barbosa Rodrigues

Art. 3º.Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade interessada apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, devidamente registrada na repartição competente, para a aprovação deste Ministério.

Art. 4º Determinar que, após a aprovação dos atos decorrentes da presente autorização por este Ministério, seja procedida a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.735, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

Processo no 53500.015886/2011. Expede Autorização à ITAKE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 01.580.723/0001-70, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 4.760, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

Processo no 53500.028829/2011. Expede Autorização à AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 04.596.419/0001-09, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, na modalidade de serviço Local, nas Áreas de Prestação equivalente às Áreas de Numeração 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidentedo Conselho
Substituto

ATO Nº 4.779, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

Processo nº 53500.006648/2002. Confere direito de exploração parcial no Brasil do satélite estrangeiro AMC-12, ocupando a posição orbital 37,5º W, até 4 de maio de 2019, à SES AMERICON, INC., sociedade constituída segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede e administração nos Estados Unidos da América, cuja representante legal no Brasil será a NEW SKIES SATELLITES LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.045.840/0001-69, e à STAR ONE S.A., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.964.292/0001-70.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 17 de agosto de 2012

Nº 5.398/2012-CD - Processo nº 53557.000807/2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA., CNPJ/MF nº 76.492.701/0001-57, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 3.585/2012-CD, de 8 de maio de 2012, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 662, realizada em 16 de agosto de 2012, não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto, por não observância do pressuposto de admissibilidade relativo à regularidade formal, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 369/2012-GCJV, de 9 de agosto de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 4.848, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, no período de 28/08/2012 a 29/08/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.849, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 28/08/2012 a 29/08/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 4.850, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.851, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.852, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.853, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.854, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.855, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.857, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.858, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.859, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.860, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.861, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.862, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.863, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.864, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.865, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar AMERICEL S.A., CNPJ nº 01.685.903/0001-16 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 31/08/2012 a 13/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.866, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO TIRADENTES LTDA, CNPJ nº 17.244.708/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 28/08/2012 a 29/08/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.867, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.868, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.869, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S/A, CNPJ nº 02.015.014/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.870, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA, CNPJ nº 43.924.497/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.871, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA, CNPJ nº 43.924.497/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.872, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA, CNPJ nº 43.924.497/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.873, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA, CNPJ nº 43.924.497/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 28/08/2012 a 02/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.874, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 31/08/2012 a 15/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.875, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 31/08/2012 a 15/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.876, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 31/08/2012 a 15/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.877, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 31/08/2012 a 15/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.878, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 31/08/2012 a 15/10/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.879, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Porto Alegre/RS, no período de 29/08/2012 a 30/08/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 4.886, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/08/2012 a 05/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 4.887, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autorizar RADIO EXCELSIOR S.A, CNPJ nº 02.015.014/0003-76 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 30/08/2012 a 05/09/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 4.334, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

Processo n.º 53500.000317/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 19/03/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a VICUNHA TEXTIL S/A, CNPJ 07.332.190/0017-50, por meio do Ato n.º 23.759, de 13/03/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/03/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 4.442, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

Processo n.º 53830.002446/1997 - Declara extinta, por cassação, a partir de 11/08/2008, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A - CNPJ 51.422.988/0001-18, por meio do Ato n.º 688, de 04/08/1998, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 10/08/1998, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 4.815, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições, informa a homologação dos seguintes Contratos de Interconexão e Termos Aditivos: (1) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.010991/2012, celebrado entre CLARO x TINERHIR, cf. Ato n.º 4256, de 26/07/2012; (2) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.010990/2012, celebrado entre CLARO x BAYDENET, cf. Ato n.º 4257, de 26/07/2012; (3) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.014543/2012, celebrado entre TIM x LAFAIETE, cf. Ato n.º 4258, de 26/07/2012; (4) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.009560/2012, celebrado entre NEXTEL x TELEFÔNICA, cf. Ato n.º 4261, de 26/07/2012; (5) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.011001/2012, celebrado entre EMBRATEL x BBS OPTIONS, cf. Ato n.º 4262, de 26/07/2012; (6) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.011266/2012, celebrados entre EMBRATEL x BBS OPTIONS, cf. Ato n.º 4265, de 26/07/2012; (7) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.015200/2012, celebrado entre TIM x LIFE, cf. Ato n.º 4267, de 26/07/2012; (8) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.011002/2012, celebrado entre GVT x PORTO VELHO, cf. Ato n.º 4268, de 26/07/2012; (9) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.011304/2012, celebrado entre ENSITE TELECOM x OI, cf. Ato n.º 4269, de 26/07/2012; (10) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.010989/2012, celebrado entre CLARO x IVATI, cf. Ato n.º 4270, de 26/07/2012; (11) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.011306/2012, celebrado entre DIALDATA x BRASIL TELECOM, cf. Ato n.º 4271, de 26/07/2012; (12) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.015198/2012, celebrado entre SMART x TIM, cf. Ato n.º 4370, de 03/08/2012; (13) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.013669/2012, celebrado entre LIFE x OI, cf. Ato n.º 4371, de 03/08/2012; (14) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.015196/2012, celebrado entre SMART x TIM, cf. Ato n.º 4372, de 03/08/2012; (15) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.015197/2012, celebrado entre LIFE x TIM, cf. Ato n.º 4373, de 03/08/2012; (16) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.015201/2012, celebrado entre TIM x SMART, cf. Ato n.º 4374, de 03/08/2012; (17) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.014038/2012, celebrado entre LIFE x OI, cf. Ato n.º 4527, de 14/08/2012; (18) Contrato de Interconexão Classe I n.º 53500.008524/2012, celebrado entre HIT TELECOMUNICAÇÕES x OI, cf. Ato n.º 4528, de 14/08/2012; (19) Contrato de Interconexão Classe II n.º 53500.014173/2012, celebrado entre OI x G1 TELECOMUNICAÇÕES, cf. Ato n.º 4530, de 14/08/2012. Os referidos Atos homologatórios encontram-se disponíveis para consulta pelos interessados no seguinte endereço eletrônico: www.anatel.gov.br.

ROBERTO PINTO MARTINS

ATO Nº 4.890, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Outorgar autorização para uso das radiofrequências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., filial Pernambuco, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.335, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.015869/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PILÃO ARCADO, estado da Bahia, o canal nº 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.336, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.069257/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TERESÓPOLIS, estado do Rio de Janeiro, o canal nº 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.338, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.069247/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PETRÓPOLIS, estado do Rio de Janeiro, o canal nº 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.340, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.017020/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO BAHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RAFAEL JAMBEIRO, estado da Bahia, o canal nº 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.341, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020841/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.343, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.040237/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.381, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.023098/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.396, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.069252/2007, resolve:

Art. 1º Consignar à TV ÔMEGA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de GUARUJÁ, estado de São Paulo, o canal nº 47 (quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.405, DE 25 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004637/2012, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de URUAÇU, estado de Goiás, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.458, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021590/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.464, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021472/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PASSO FUNDO, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.465, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.025959/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO A CRÍTICA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MANACAPURU, estado do Amazonas, o canal nº 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.467, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.064180/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de GUAÍRA, estado do Paraná, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.480, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.042584/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TORRES, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.482, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.053527/2010, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STUDIOS DE RIBEIRÃO PRETO S/C LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de AMPARO, estado de São Paulo, o canal nº 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.483, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004620/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IPORÁ, estado de Goiás, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.484, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004597/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, estado de Goiás, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.488, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004618/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de INHUMAS, estado de Goiás, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.489, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021672/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MIRACEMA DO TOCANTINS, estado do Tocantins, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.492, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021471/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SOLEDADE, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.495, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.034676/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANTO ÂNGELO, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.499, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.031702/2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Consignar à TECCOM TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÕES LTDA - EPP, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARAÇATUBA, estado de São Paulo, o canal nº 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.512, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.003441 /2011, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MINAÇU, estado de Goiás, o canal nº 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.513, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004629/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MONTES CLAROS, estado de Minas Gerais, o canal nº 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.005297/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à AMAZONIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BORBA, estado do Amazonas, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.530, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.012800/2011-09, resolve:

Art. 1º Consignar à TV SERRA AZUL LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, o canal 43 (quarenta e três), correspondente à faixa de frequência de 644 a 650 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.540, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.023679/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STÚDIOS DE JAÚ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PEREIRA BARRETO, estado de São Paulo, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.542, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013967/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STÚDIOS DE JAÚ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BOA ESPERANÇA DO SUL, estado de São Paulo, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.543, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013965/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STÚDIOS DE JAÚ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAFELÂNDIA, estado de São Paulo, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.544, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.022781/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STÚDIOS DE JAÚ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de OSVALDO CRUZ, estado de São Paulo, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.545, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004602/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BASTOS, estado de São Paulo, o canal nº 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.553, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020921/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV UMBÚ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CARAZINHO, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.005299/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à AMAZONIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de COARI, estado do Amazonas, o canal nº 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.564, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021473/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PANAMBI, estado do Rio Grande do Sul, o canal nº 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.574, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020213/2012, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ITAPOAN S/A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BARREIRAS, estado da Bahia, o canal nº 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.678 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.001768/2012-38, decide não conhecer, por intempestivo, do recurso interposto pela Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A., em face do Auto de Infração nº 42/2012, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou a penalidade de multa em decorrência da inadimplência no envio do Balancete Mensal Padronizado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.670 - Processo nº 48500.005067/2010-14. Interessado: Guascor do Brasil Ltda. Decisão: Alterar, de 5.039 kW para 7.700 kW, a capacidade instalada e registrar, nos termos do art. 3º da Resolução 420/2010, a Potência Instalada de 7.700 kW e a Potência Líquida de 7.405 kW da UTE Vista Alegre do Abunã, outorgada por meio da Resolução nº 2.766/2011. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HUMBERTO CUNHA DOS SANTOS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.669 - Processo nº: 48500.004100/2011-42. Interessada: Integração Maranhense Transmissora de Energia Ltda. - IMTE. Decisão: (i) autorizar a Integração Maranhense Transmissora de Energia Ltda. - IMTE a realizar estudos geológicos e topográficos, necessários à elaboração do Projeto Básico da Linha de Transmissão Açailândia - Miranda II, em 500 kV, nos municípios de Alto Alegre do Pingaré, Arari, Açailândia, Bela Vista do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Igarapé do Meio, Miranda do Norte, Santa Inês, Santa Luzia e Vitória do Mearim, no estado do Maranhão; (ii) que a presente autorização confere à Concessionária, com fundamento no art. 1º da Lei nº 6.712, de 5 de novembro de 1979, competência e direito para a realização dos levantamentos de campo junto às propriedades particulares situadas na rota da citada Linha de Transmissão; (iii) que fica a Concessionária obrigada a reparar, imediatamente, os eventuais danos causados às propriedades localizadas na rota da Linha de Transmissão em decorrência dos estudos autorizados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.671 - Processo nº 48500.003216/2011-83. Interessado: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Decisão: Reconsiderar parcialmente a decisão constante no Auto de Infração nº 090/2012-SFE, alterando-a para R$ 127.393,74 (cento e vinte e sete mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e quatro centavos). A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.677 - Processo nº 48500.002384/2012-32. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Decisão: Reconsiderar parcialmente a decisão constante no Auto de Infração nº 108/2012-SFE, alterando-a para R$ 5.646.555,77 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos). A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e está disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.674 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 29 de agosto de 2012 Processo nº 48500.004044/2011-65 Interessado: Gestamp Eolicatec Sobradinho S.A. Usina: EOL Pedra do Reino III Unidades Geradoras: UG1 a UG6, de 3.000 kW cada Localização: Município de Sobradinho, Estado da Bahia. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 2.675 - Processo: 48500.005776/2000-76. Decisão: Estabelecer em 28/2/2013 o prazo a que se refere o Inciso I do Despacho nº 640, de 16 de agosto de 2011, referente à entrega de alteração do Projeto Básico da UHE Murta, localizada na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Murta Energética S.A.

Nº 2.676 - Processo: 48500.004432/2012-27. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Quebra Dentes e seus afluentes, Rio Refugiado e Arroio Esteira, localizados na sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 14/8/2012 pela empresa Topocon Projetos e Construções Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.540.405/0001-48, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 28/8/2014, conforme cronograma apresentado pelo interessado. A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AYMORÉ DE CASTRO ALVIM FILHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho n° 2.661, de 27 de agosto de 2012, publicado no D.O nº 167, de 28/08/2012, seção 1, pág. 38, onde se lê: "processo nº 48500.000270/2010-96", leia-se: "processo nº 48500.005532/2007-11".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I

DESPACHO DO DIRETOR
Em 28 de agosto de 2012

Nº 1.006 - O DIRETOR da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso III, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP n°69, de 6 de abril de 2011, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em abril de 2012 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I), a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 20 de junho de 2012, mês de competência abril de 2012 (ANEXO II).

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO
Diretor I

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo m³	Gás Natural m³
AGULHA	48000.003779/97-66	1.240,55	108.554,14
ALBACORA	48000.003703/97-02	325.445,21	30.216.520,52
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	283.011,72	24.655.141,25
ARABAIANA	48000.003913/97-47	958,39	9.798.113,22
ARATUM	48000.003780/97-45	1.310,49	48.334,50
ARGONAUTA	48000.003552/97-11	30.282,24	744.999,52
ATUM	48000.003775/97-13	0,24	-
BADEJO	48000.003705/97-20	1.823,49	831.704,61
BAGRE	48000.003726/97-08	1.307,81	304.826,45
BALEIA FRANCA	48000.003560/97-49	23.665,87	8.112.578,34
BARRACUDA	48000.003897/97-92	591.334,82	48.046.634,41
BAUNA	48610.009494/2003	80.377,89	3.239.498,13
BICUDO	48000.003717/97-17	16.825,58	1.579.524,83
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	21.466,87	2.120.914,68
BONITO	48000.003718/97-71	13.198,12	6.795.127,59
CACHALOTE	48000.003560/97-49	280.795,55	17.806.250,77
CAIOBA	48000.003836/97-06	321,67	16.216.779,86
CAMARUPIM	48000.003535/97-00	4.870,73	25.970.596,59
CAMARUPIM NORTE	48610.010724/2001	11.095,46	59.160.756,51
CAMORIM	48000.003837/97-61	4.615,79	4.854.613,36
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	795,45	82.024,39
CANGOA	48000.003902/97-21	343,29	7.004.247,41
CARAPEBA	48000.003711/97-22	67.952,45	1.522.880,47
CARATINGA	48000.003898/97-55	218.611,55	20.010.141,25
CHERNE	48000.003727/97-62	73.013,40	3.775.798,77
CIOBA	48000.003906/97-81	2.821,27	26.576,02
CONGRO	48000.003714/97-11	8.792,45	1.230.621,85
CORVINA	48000.003715/97-83	18.489,96	1.197.063,70
CURIMA	48000.003776/97-78	3.614,39	764.875,98
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	691,99	5.535,64
DOURADO	48000.003838/97-23	322,91	32.012,89
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	11.336,51	786.652,48
ESPADA	48000.003777/97-31	8.964,56	787.009,24
ESPADARTE	48000.003899/97-18	120.688,25	5.090.162,26
FRADE	48000.003896/97-20	-	4.091,00
GAROUPA	48000.003721/97-86	16.937,75	1.312.642,61
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	807,68	31.028,50
GOLFINHO	48000.003535/97-00	100.259,79	17.458.077,33
GUARICEMA	48000.003839/97-96	6.975,05	-
JUBARTE	48000.003560/97-49	791.860,07	51.527.499,16
LINGUADO	48000.003706/97-92	6.054,96	-
LULA	48610.003886/2000	357.426,26	84.586.657,05
MALHADO	48000.003716/97-46	21.809,90	1.571.809,10
MANATI	48000.003518/97-82	3.252,66	190.763.854,92
MARIMBA	48000.003732/97-01	101.956,03	19.664.765,69
MARLIM	48000.003723/97-10	878.981,92	78.796.461,07
MARLIM LESTE	48000.003900/97-03	550.204,98	51.851.461,78
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	1.400.972,27	190.016.848,65
MEXILHÃO	48000.003576/97-89	10.358,69	101.583.463,90
NAMORADO	48000.003728/97-25	61.653,28	4.291.148,37
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	564,69	1.237.354,34
OSTRA	48000.003552/97-11	197.769,54	6.578.179,44
PAMPO	48000.003707/97-55	101.795,77	7.324.870,50
PARATI	48000.003731/97-30	1.071,05	143.890,78
PARGO	48000.003712/97-95	19.243,17	717.026,97
PEREGRINO	48610.003887/2000	266.521,77	2.809.450,00
PEROÁ	48000.003903/97-93	4.938,91	71.111.734,56
PESCADA	48000.003912/97-84	1.719,51	5.388.875,88
PIRACABA	48610.009494/2003	41.312,03	1.632.267,61
PIRANEMA	48000.003495/97-89	26.263,26	4.443.717,80
PIRAUNA	48000.003733/97-65	10.526,84	947.994,75
POLVO	48610.003888/2000	57.154,49	838.648,64
RONCADOR	48000.003901/97-68	1.235.324,44	137.800.412,26
SALEMA	48000.003710/97-60	7.433,82	1.304.726,76
SALGO	48000.003841/97-38	934,48	39.010,00
SERRA	48000.003781/97-16	18.066,70	382.901,54
TARTARUGA	48000.003835/97-35	993,58	64.696,99

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TATUI	48000.003834/97-72	281,73	92.265,99
TLD ARUANÃ	48610.009156/2005-17	53.188,82	2.862.631,99
TLD WAIMEA	48610.001369/2008-43	42.123,88	1.397.551,28
TRILHA	48000.003708/97-18	53,51	11.864,77
UBARANA	48000.003782/97-71	9.437,00	6.737.928,83
URUGUÁ	48000.003577/97-41	59.476,82	40.242.117,27
VERMELHO	48000.003713/97-58	42.469,32	1.324.851,33
VIOLA	48000.003734/97-28	8.588,34	281.741,02
VOADOR	48000.003704/97-67	44.346,48	2.951.337,61
XAREU	48000.003778/97-01	7.370,85	369.072,04
ACAUA	48610.003901/2000	36,36	31,73
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	11.949,33	-
AGUILHADA	48000.003842/97-09	1.172,34	16.412,31
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	12.710,37	63.226,20
ANAMBE	48610.003892/2000	4.109,42	1.588.950,78
ANDORINHA	48610.007994/2004	411,38	8.227,60
ANDORINHA SUL	48610.008002/2004	117,64	2.352,80
ANGELIM	48000.003843/97-63	583,14	2.929,09
ANGICO	48000.003484/97-62	15,95	191,96
APRAIUS	48000.003630/97-22	206,65	7.509,44
ARAÇARI	48610.009487/2003	98,70	10.166,40
ARACAS	48000.003631/97-95	20.037,84	1.927.285,82
ARAÇÁS LESTE	48610.009289/2005-93	31,91	319,10
ARACUA	48610.009202/2005-88	407,44	201.726,00
ARATU	48000.003632/97-58	-	523.609,78
ARUARI	48000.003844/97-26	254,27	1.271,19
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	513,05	682.177,49
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	240,52	961,74
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	2.590,26	11.702,33
BAIXA DO JUAZEIRO	48000.003914/97-18	14,91	62,30
BARRINHA	48000.003786/97-21	40,98	536,76
BARRINHA LESTE	48610.003901/2000	7,67	100,39
BENFICA	48610.004003/98	3.690,44	129.771,26
BIRIBA	48000.003672/97-72	27,92	1.588.330,86
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	1.713,58	604.774,21
BOA VISTA	48000.003788/97-57	3.342,75	33.239,55
BOM LUGAR	48610.009285/2005-13	217,26	18.032,58
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	230,36	6.613,19
BREJINHO	48000.003636/97-17	284,06	6.466,53
BREJINHO	48000.003789/97-10	3.735,06	704.438,73
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.064,13	-
BT-POT-8	48610.009225/2002	195,14	417.825,84
BURACICA	48000.003635/97-46	19.913,64	119.125,29
BURIZINHO	48610.009231/2002	34,12	358,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	894,32	445.391,61
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	169,85	9.729,58
CANABRAVA	48000.003637/97-71	184,50	7.256,31
CANARIO	48610.003899/2000	581,01	40.670,58
CANCA	48610.009491/2003	2.662,88	65.736,76
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	3.966,41	336.778,16
CANTA GALO	48000.003639/97-05	37,33	991.868,49
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	94.071,37	1.482.306,07
CARCARÁ	48610.009127/2005-55	29,09	581,82
CARDEAL	48610.008000/2004	1.690,72	574,86
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	102.450,19	5.253.973,19
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	8.010,64	195.293,84
CASTANHAL	48000.003848/97-87	1.373,54	13.733,68
CEXIS	48000.003641/97-49	4.839,27	4.284.966,00
CIDADE DE ARACAJU	48610.009284/2005-61	30,09	150,45
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	483,74	4.220.319,21
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	4.639,12	78.818,28
COLIBRI	48610.009503/2003	117,60	39,98
CONCEICAO	48000.003702/97-31	22,44	1.274.876,10
CONCRIZ	48610.009134/2005-57	11,20	1.061,26
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	33,40	667,91
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	765,81	5.445,70
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	155,84	9.282,25
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	896,16	18.640,32
CUPIUBA	48000.003869/97-57	307,89	1.888.683,00
DOM JOAO	48000.003644/97-37	5.279,73	42.233,06
ESTREITO	48000.003793/97-97	36.559,84	145.998,37
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	27.948,96	636.899,79
FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	48610.004004/98	8,91	92.882,98
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	3.618,80	38.995,77
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	245,52	73.656,30
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	14.660,18	290.205,39
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	3.765,66	146.454,00
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	6.479,43	32.658,31
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	9.239,09	506.870,61
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	257,29	256,59
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	292,74	9.572,53
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	295,82	30.190,74
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	696,24	17.135,91
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	3.183,25	525.028,10
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	3.389,20	1.681,33
FAZENDA MATINHA	48000.003891/97-14	7,06	233.936,69
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	528,83	13.574,08
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	7.210,43	1.043.112,47
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	15.715,17	168.978,28
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	628,77	39.019,47
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	255,40	15.841,14
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	4.276,60	643.785,95
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	24,47	449.662,46
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	648,64	10.378,21
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	2.474,18	54.469,68
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	10.795,54	2.179.888,01
FOZ DO VAZA BARRIS	48610.009278/2005-1	11,55	254,10
FURADO	48000.003854/97-80	4.746,27	5.863.866,91
GALO DE CAMPINA	48610.003884/2000	290,72	95.578,24
GOMO	48000.003656/97-16	178,35	11.573,92
GUAMARE	48000.003800/97-51	2.106,03	-
GUANAMBI	48610.008017/2004	421,18	62.797,19
GURIRI	48000.003751/97-47	100,73	1.712,32
ICAPUI	48000.003801/97-13	40,05	200,17
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	142.965,33
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	430,65	150.910,19
INHAMBU	48610.010735/2001	2.606,50	14.552,78
IRAUNA	48610.008001/2004	117,02	1.768,34
IRERE	48610.003900/2000	53,64	1.287,44
ITAPARICA	48000.003659/97-12	228,20	1.825,14
JACANA	48610.009225/2002	938,17	12.282,31
JACUIPE	48000.003660/97-93	16,63	815.146,08
JACUTINGA	48610.007984/2004	642,83	8.085,00
JANDAIA	48610.009488/2003	6.109,31	559.641,48
JANDUI	48000.003802/97-86	15,20	88.625,43
JAPUACU	48610.003892/2000	15,25	1.451,46
JEQUIA	48000.003856/97-13	70,13	2.454,56
JIRIBATUBA	48610.009282/2005-71	49,83	249,15
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	87,70	15.235,61
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	61,45	4.037,25
JURITI	48610.008012/2004	23,84	1.025,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	405,70	3.182,38
LAGOA BONITA	48000.003748/97-32	107,73	2.693,06
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	447,22	5.302,90
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	328,60	11.668,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	15,98	540,00
LAGOA PACAS	48000.003921/97-75	0,95	160.675,31
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	1.813,59	120.323,85
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	94,08	1.275,07
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	329,58	1.133,81
LAGOA SURUACA	48000.003757/97-23	1.025,82	-
LAMARAO	48000.003664/97-44	55,21	2.020.874,05
LEODORIO	48000.003665/97-15	35,51	2.662,91
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	2.457,69	276.358,86
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	81.371,33	90.452.612,87
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	4.060,83	2.101.951,82
LORENA	48000.003807/97-08	4.524,90	6.797.468,11
MACAU	48000.003808/97-62	143,81	1.407,50
MALOMBE	48000.003666/97-70	3.188,01	40.843,97
MAPELE	48000.003633/97-11	2,10	95.724,60
MARIRICU	48000.003758/97-96	50,35	855,83
MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	37,78	1.359,80
MARIRICU OESTE	48000.003759/97-59	20,05	601,35
MASSAPE	48000.003668/97-03	3.260,00	4.074.081,92
MASSUI	48000.003669/97-68	758,09	179.410,47
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	4.375,27	1.245.611,35
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	2.377,82	348.116,68
MATO GROSSO NOROESTE	48610.009197/2005-11	226,35	27.737,93
MATO GROSSO NORTE	48610.009197/2005-11	397,05	61.615,63
MATO GROSSO SUDOESTE	48610.009197/2005-11	8,47	983,61
MATO GROSSO SUL	48610.009197/2005-11	216,07	32.457,10
MIRANGA	48000.003673/97-35	10.238,71	23.235.760,27
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	3,50	153,00
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.469,31	35.927,56
MORRINHO	48000.003810/97-12	866,77	1.925,83
MORRO DO BARRO	48610.009283/2005-16	-	807.218,00
MOSSORO	48000.003811/97-77	2.795,22	2.793,14
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	171,53	1.720,16
NO DO MORRO ROSADO	48000.003812/97-30	0,10	0,10
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	523,66	1.112.266,54
PA-1ALV2BA-REC-T-155	48610.001427/2008-39	743,92	83.245,10
PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	48610.009146/2005-81	2.451,99	1.421.932,00
PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	48610.009198/2005-58	866,28	40.571,30
PA-1STAR11RN_POT-T-749	48610.009128/2005-16	1.140,32	18.681,70
PA-1STAR9RN_1STAR10RN_INTEGRADO	48610.009128/2005-16	2.270,29	24.892,50
PA-1VITA4ES-ES-T-391	48610.001402/2008-35	22,31	223,10
PAJEU	48000.003813/97-01	2.414,94	13.897,38
PEDRA SENTADA	48610.004001/98	33,17	522,26
PEDRINHAS	48000.003678/97-59	-	3.218,56
PERIQUITO	48610.008005/2004	302,78	81.827,13
PILAR	48000.003859/97-01	11.783,98	25.493.661,02
PINTASSILGO	48610.003901/2000	3.913,59	3.911,31
POCO VERDE	48000.003814/97-65	89,02	88,67
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	230,56	22.832,49
POJUCA	48000.003679/97-11	129,58	10.275,68
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	698,63	576.890,92
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	927,74	7.024,44
QUERERA	48000.003894/97-02	6,07	395.273,97
REDONDA	48000.003818/97-16	1.148,64	1.146,54
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	2.200,82	6.560,64
REMANSO	48000.003671/97-18	3.197,86	845.269,17
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	3.521,17	552.414,43
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	15.247,59	3.639.999,55
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	1.027,15	38.050,14
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	93.120,78
RIACHO VELHO	48610.007480/2006-81	10,29	102,87
RIACHUELO	48000.003860/97-82	14.554,51	25.138,70
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	241,94	1.232,83
RIO DO BU	48000.003686/97-87	10.233,18	92.275,33
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	1.176,92	23.823,66
RIO IPIRANGA	48610.007482/2006-71	122,86	25.064,26
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	1.925,73	17.792,57
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	800,45	24.172,73
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	14.430,80
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	66,63	9.794,19
RIO MARIRICU SUL	48610.009188/2005-12	21,27	212,64
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	125,71	10.056,78
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	9,44	157.284,66
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	3.740,02	143.102,51
RIO PRETO	48000.003769/97-11	224,60	7.260,18
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	1.272,57	18.624,48
RIO PRETO SUDESTE	48610.009188/2005-12	207,25	2.042,04
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.649,51	27.695,96
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	264,43	99.423,90
RIO SAO MATEUS OESTE	48610.007984/2004	54,59	545,86
RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	64,93	5.843,23
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	122,96	1.111,63
RIO URUCU	48000.003628/97-81	65.894,54	56.670.681,72
ROLINHA	48610.009227/2002	10,38	103,79
SABIA	48000.003916/97-35	-	285.533,15
SAIRA	48610.010735/2001	72,19	72,22
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	10.951,38	2.525.690,15
SANTANA	48000.003692/97-80	84,75	6.800,00
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	33,74	269,71
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	1.649,36	104.295,12
SÃO MATEUS LESTE	48610.009188/2005-12	84,85	848,48

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	478,72	3.509.341,49
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	139,37	17.707,67
SERIEMA	48610.007984/2004	443,45	4.434,44
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	33,39	3.352,33
SERRARIA	48000.003830/97-11	1.968,85	9.111,34
SESMARIA	48000.003696/97-31	1.095,34	396.155,31
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	22.401,89	1.122.286,88
SOCORRO	48000.003697/97-01	1.062,70	61.040,66
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	118,01	687.737,14
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	1.337,75	5.095.965,99
SUL DE CORURIPE	48000.003863/97-71	153,04	4.591,13
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	40,57	355.682,66
TABUIAIA	48610.007986/2004	79,08	3.162,68
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.191,90	35.554,24
TANGARA	48610.009488/2003	1.851,86	55.442,60
TAQUIPE	48000.003700/97-14	12.148,61	1.107.869,18
TICO-TICO	48610.008013/2004	10,41	312,36
TIGRE	48610.009279/05-58	170,50	28.390,15
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	729,75	2.917,94
TRINCA FERRO	48610.008001/2004	108,22	23.608,21
UIRAPURU	48610.003899/2000	33,19	19.533,72
UPANEMA	48000.003833/97-18	719,35	11.385,20
VARGINHA	48610.004002/98	236,27	108.874,06
TOTAL		**9.641.935,15**	**1.679.639.075,64**

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (M3)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	33,40	667,91
	CORURIPE-AL	153,04	4.591,13
	JEQUIA DA PRAIA-AL	135,81	221.161,28
	MACEIO-AL	1.191,90	35.554,24
	MARECHAL DEODORO-AL	2.809,45	2.491.516,11
	PILAR-AL	7.909,28	22.267.843,60
	RIO LARGO-AL	210,66	436.915,41
	ROTEIRO-AL	71,08	163.129,87
	SANTA LUZIA DO NORTE-AL	24,35	2.267,38
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	9.697,59	14.962.768,57
	SATUBA-AL	830,23	295.118,52
	TOTAL - AL	**23.066,79**	**40.881.534,02**
AM	COARI-AM	148.911,50	154.107.943,58
	TEFE-AM	2.451,99	1.421.932,00
	TOTAL - AM	**151.363,49**	**155.529.875,58**
BA	ALAGOINHAS-BA	27.097,38	1.518.191,96
	ARACAS-BA	17.851,86	1.324.831,83
	CAMACARI-BA	-	371.328,35
	CANDEIAS-BA	9.181,82	5.726.474,45
	CARDEAL DA SILVA-BA	4.120,39	689.170,45
	CATU-BA	12.245,06	1.195.264,41
	CONDE-BA	376,88	5.542,83
	ENTRE RIOS-BA	21.688,81	1.760.179,74
	ESPLANADA-BA	41.681,66	1.107.576,76
	INHAMBUPE-BA	7,06	233.936,69
	ITANAGRA-BA	1.424,28	386.176,75
	ITAPARICA-BA	228,20	1.825,14
	MATA DE SAO JOAO-BA	9.160,56	3.332.165,30
	POJUCA-BA	26.416,52	25.412.049,81
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	5.635,97	1.005.006,91
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	19.524,94	8.155.951,29
	SATIRO DIAS-BA	30,54	844.936,43
	SIMOES FILHO-BA	2,10	619.334,38
	TEODORO SAMPAIO-BA	184,50	7.256,31
	VERA CRUZ-BA	49,83	807.467,15
	TOTAL - BA	**196.908,35**	**54.504.666,94**
CE	ARACATI-CE	4.802,77	24.186,28
	ICAPUI-CE	1.680,23	8.490,04
	JAGUARUANA-CE	36,48	182,16
	TOTAL - CE	**6.519,48**	**32.858,48**
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	800,45	24.172,73
	JAGUARE-ES	28.118,81	646.629,37
	LINHARES-ES	24.678,10	3.116.173,45
	SAO MATEUS-ES	11.801,72	397.870,54
	TOTAL - ES	**65.399,09**	**4.184.846,09**
RN	ACU-RN	17.670,30	475.997,01
	AFONSO BEZERRA-RN	44,88	179,51
	ALTO DO RODRIGUES-RN	18.202,43	82.363,14
	ANGICOS-RN	267,46	2.888,26
	APODI-RN	16.386,97	4.070.131,98
	AREIA BRANCA-RN	29.219,11	2.148.382,61
	CARAUBAS-RN	4.955,15	2.547.343,43
	CARNAUBAIS-RN	15.082,94	63.565,95
	FELIPE GUERRA-RN	5.151,14	1.695.017,11
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	11.467,40	6.732.169,56
	GUAMARE-RN	485,86	-
	MACAU-RN	20.127,58	2.606.461,32
	MOSSORO-RN	89.391,52	157.659,18
	PENDENCIAS-RN	15.177,07	407.355,01
	PORTO DO MANGUE-RN	0,10	0,10
	SERRA DO MEL-RN	2.629,91	42.566,46
	UPANEMA-RN	4.312,40	719.592,27
	TOTAL - RN	**250.572,21**	**21.751.672,90**
SE	ARACAJU-SE	647,96	202.687,74
	AREIA BRANCA-SE	182,10	348,00
	BREJO GRANDE-SE	1.064,13	-
	CAPELA-SE	843,57	11.687,35
	CARMOPOLIS-SE	43.522,58	2.163.729,95
	DIVINA PASTORA-SE	19.361,05	819.717,45
	GENERAL MAYNARD-SE	189,08	19.540,46
	ITAPORANGA D'AJUDA-SE	11,55	254,10
	JAPARATUBA-SE	50.822,55	2.267.466,78
	MARUIM-SE	1.668,39	198.708,60
	PACATUBA-SE	170,50	28.390,15
	PIRAMBU-SE	1.172,34	16.412,31
	RIACHUELO-SE	4.883,78	9.191,89
	ROSARIO DO CATETE-SE	10.227,26	754.604,47
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	3.435,27	227.342,00
	SAO CRISTOVAO-SE	460,74	151.060,64
	SIRIRI-SE	10.573,92	458.478,03
	TOTAL - SE	**149.236,77**	**7.329.619,92**
TOTAL GERAL		**843.066,18**	**284.215.073,93**

ANEXO II

ROYALTIES

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2012
BRASIL				
ESTADOS	222.490.504,00	161.713.827,24	384.204.331,24	2.300.746.091,40
MUNICIPIOS	258.120.698,62	188.889.445,30	447.010.143,92	2.711.688.338,94
FUNDO ESPECIAL	59.968.336,24	44.348.278,16	104.316.614,40	628.336.629,17
COMANDO DA MARINHA	110.470.794,85	81.784.762,58	192.255.557,43	1.196.192.639,58
MCT	-	149.959.838,99	149.959.838,99	926.953.313,06
FUNDO SOCIAL	9.465.877,65	18.431.449,98	27.897.327,63	102.980.942,95
TOTAL	**660.516.211,36**	**645.127.602,25**	**1.305.643.813,61**	**7.866.897.955,10**

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2012
ESTADOS				
ALAGOAS	1.508.877,85	970.640,52	2.479.518,37	14.323.993,86
AMAZONAS	9.221.085,44	6.839.866,33	16.060.951,77	96.495.356,13
BAHIA	11.229.370,67	6.934.096,02	18.163.466,69	106.685.102,06
CEARA	661.360,52	409.068,53	1.070.429,05	7.712.627,18
ESPIRITO SANTO	33.136.418,03	26.841.683,48	59.978.101,51	346.913.405,58
RIO DE JANEIRO	143.095.585,69	103.447.666,11	246.543.251,80	1.486.098.083,35
RIO GRANDE DO NORTE	12.869.897,51	8.595.376,55	21.465.274,06	120.753.305,42
SAO PAULO	3.253.700,19	2.328.135,69	5.581.835,88	45.140.681,91
SERGIPE	7.514.208,10	5.347.294,01	12.861.502,11	76.623.535,91
TOTAL	**222.490.504,00**	**161.713.827,24**	**384.204.331,24**	**2.300.746.091,40**

* Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total*	Acumulado em 2012
ANADIA-AL	AL	-	-	-	2.846,19
ATALAIA-AL	AL	-	-	-	3.676,34
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	-	-	-	2.727,59
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	-	-	-	2.371,81
BOCA DA MATA-AL	AL	-	-	-	3.201,96
BRANQUINHA-AL	AL	-	-	-	2.490,41
CAJUEIRO-AL	AL	-	-	-	3.083,36
CAMPESTRE-AL	AL	-	-	-	2.371,81
CAMPO ALEGRE-AL	AL	-	-	-	3.794,92
CAPELA-AL	AL	-	-	-	2.846,19
CHA PRETA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	-	-	-	3.083,36
COQUEIRO SECO-AL	AL	85.837,06	349,77	86.186,83	504.667,29
CORURIPE-AL	AL	87.751,88	1.586,98	89.338,86	10.364.861,79
FELIZ DESERTO-AL	AL	-	-	-	205.697,84
FLEXEIRAS-AL	AL	-	-	-	2.609,00
IBATEGUARA-AL	AL	-	-	-	2.727,59
IGREJA NOVA-AL	AL	-	-	-	3.083,36
JACUIPE-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JAPARATINGA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	2.473,18	1.038,73	3.511,91	28.186,65
JOAQUIM GOMES-AL	AL	-	-	-	3.083,36
JUNDIA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
JUNQUEIRO-AL	AL	-	-	-	3.083,36
MACEIO-AL	AL	101.987,27	26.328,58	128.315,85	746.667,60
MARAGOGI-AL	AL	-	-	-	3.320,56
MARECHAL DEODORO-AL	AL	45.907,31	39.942,66	85.849,97	847.850,30
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	-	-	-	3.083,36
MESSIAS-AL	AL	-	-	-	2.727,59
MURICI-AL	AL	-	-	-	3.201,96
NOVO LINO-AL	AL	-	-	-	2.609,00
PARIPUEIRA-AL	AL	-	10.427,69	10.427,69	52.032,63
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	-	-	-	2.727,59
PIACABUCU-AL	AL	-	-	-	2.846,19
PILAR-AL	AL	254.192,06	174.134,34	428.326,40	1.670.522,39
PINDOBA-AL	AL	-	-	-	2.371,81
PORTO CALVO-AL	AL	-	-	-	3.201,96
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	-	-	-	2.371,81
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	-	-	-	2.964,77
RIO LARGO-AL	AL	4.087,08	2.636,17	6.723,25	62.029,98
ROTEIRO-AL	AL	86.719,98	1.160,05	87.880,03	515.319,23
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	85.712,37	259,20	85.971,57	505.078,17
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	-	-	-	2.490,41
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	-	-	-	3.083,36
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	-	-	-	3.439,16
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	262.044,84	158.895,41	420.940,25	2.575.375,32
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	-	-	-	2.371,81
SATUBA-AL	AL	12.365,71	7.975,88	20.341,59	110.489,28
TEOTONIO VILELA-AL	AL	-	-	-	3.676,34
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	-	-	-	3.913,51
VICOSA-AL	AL	-	-	-	3.201,96
ALAGOAS TOTAL		**1.029.078,74**	**424.735,46**	**1.453.814,20**	**18.298.949,47**
ANAMA-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
ANORI-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
AUTAZES-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
BERURI-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
CAREIRO-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
COARI-AM	AM	2.680.249,78	2.637.262,90	5.317.512,68	32.049.303,70
CODAJAS-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
IRANDUBA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
ITACOATIARA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
ITAPIRANGA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
MANACAPURU-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MANAQUIRI-AM	AM	-	3.320,77	3.320,77	19.136,22
MANAUS-AM	AM	2.255.907,28	101.655,93	2.357.563,21	12.723.466,33
PARINTINS-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
SILVES-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
TEFE-AM	AM	125.078,85	34.999,80	160.078,65	251.194,16
URUCARA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
URUCURITUBA-AM	AM	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
AMAZONAS TOTAL		**5.061.235,91**	**2.872.827,56**	**7.934.063,47**	**45.623.082,28**
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
MACAPA-AP	AP	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
MAZAGAO-AP	AP	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
AMAPA TOTAL		-	**25.221,18**	**25.221,18**	**155.054,85**
ACAJUTIBA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
ADUSTINA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
AGUA FRIA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
AIQUARA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ALAGOINHAS-BA	BA	460.768,25	271.945,00	732.713,25	4.499.494,00
ALCOBACA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
ALMADINA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
AMARGOSA-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
ANAGE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
ANGUERA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ANTAS-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
APORA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
APUAREMA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ARACAS-BA	BA	336.376,07	175.428,77	511.804,84	2.802.185,78
ARACI-BA	BA	1.653,49	-	1.653,49	8.627,78
ARAMARI-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ARATACA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ARATUIPE-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
AURELINO LEAL-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
BANZAE-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
BARRA DO ROCHA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
BARRO PRETO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
BARROCAS-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
BELMONTE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
BELO CAMPO-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
BIRITINGA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
BOA NOVA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
BREJOES-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
BUERAREMA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
CAATIBA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
CACHOEIRA-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
CAEM-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
CAETANOS-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
CAIRU-BA	BA	35.700,49	406.106,74	441.807,23	2.294.957,74
CAMACAN-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
CAMACARI-BA	BA	3.064,14	418,85	3.482,99	18.332,64
CAMAMU-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
CANAVIEIRAS-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
CANDEAL-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
CANDEIAS-BA	BA	290.970,76	375.419,03	666.389,79	3.551.189,54
CANDIDO SALES-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
CANSANCAO-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
CANUDOS-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
CARAVELAS-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	145.859,12	38.851,30	184.710,42	1.345.213,45
CASTRO ALVES-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
CATU-BA	BA	258.122,20	120.884,49	379.006,69	2.250.857,28
CICERO DANTAS-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
CIPO-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
COARACI-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
CONDE-BA	BA	6.470,39	3.306,87	9.777,26	52.118,40
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
CORONEL JOAO SA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
CRAVOLANDIA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
CRISOPOLIS-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
DARIO MEIRA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.756,84	-	1.756,84	9.167,00
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ELISIO MEDRADO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
ENTRE RIOS-BA	BA	390.639,91	251.137,09	641.777,00	4.001.255,72
ESPLANADA-BA	BA	657.084,32	440.008,69	1.097.093,01	6.705.667,09
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
EUNAPOLIS-BA	BA	1.911,85	-	1.911,85	9.975,87
FATIMA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
FIRMINO ALVES-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
FLORESTA AZUL-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
GANDU-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
GAVIAO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
GLORIA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
GONGOGI-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
GUARATINGA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
HELIOPOLIS-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
IACU-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
IBICARAI-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
IBICUI-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
IBIQUERA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
IBIRAPITANGA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
IBIRAPUA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
IBIRATAIA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
ICHU-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
IGRAPIUNA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
IGUAI-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
ILHEUS-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
INHAMBUPE-BA	BA	2.575,42	522,89	3.098,31	17.557,37
IPECAETA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
IPIAU-BA	BA	1.601,82	-	1.601,82	8.358,15
IPIRA-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
IRAJUBA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
IRARA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
ITABELA-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
ITABERABA-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
ITABUNA-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
ITACARE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
ITAGI-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
ITAGIBA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
ITAGIMIRIM-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ITAJU DO COLONIA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ITAJUIPE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
ITAMARAJU-BA	BA	1.705,17	-	1.705,17	8.897,40
ITAMARI-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ITAMBE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
ITANAGRA-BA	BA	107.254,06	16.533,39	123.787,45	662.656,56
ITANHEM-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
ITAPARICA-BA	BA	128.832,35	262.853,67	391.686,02	1.995.281,71
ITAPE-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ITAPEBI-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ITAPETINGA-BA	BA	1.756,84	-	1.756,84	9.167,00
ITAPICURU-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
ITAPITANGA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
ITAQUARA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
ITARANTIM-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
ITATIM-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
ITIRUCU-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
ITIUBA-BA	BA	1.550,15	-	1.550,15	8.088,54
ITORORO-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
ITUBERA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
JACOBINA-BA	BA	1.808,51	-	1.808,51	9.436,64
JAGUAQUARA-BA	BA	1.653,49	-	1.653,49	8.627,78
JAGUARIPE-BA	BA	55.685,01	-	55.685,01	275.445,66
JANDAIRA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
JEQUIE-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
JEREMOABO-BA	BA	1.550,15	-	1.550,15	8.088,54
JIQUIRICA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
JITAUNA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
JUCURUCU-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
JUSSARI-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAJE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
LAJEDAO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAJEDINHO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAMARAO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
LAURO DE FREITAS-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
MACAJUBA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
MACARANI-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
MADRE DE DEUS-BA	BA	2.293.159,97	1.213.158,40	3.506.318,37	18.132.654,24
MAIQUINIQUE-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
MAIRI-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
MANOEL VITORINO-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
MARACAS-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
MARAGOGIPE-BA	BA	48.118,06	-	48.118,06	242.123,33
MARAU-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
MASCOTE-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	221.573,44	104.632,05	326.205,49	1.982.541,53
MEDEIROS NETO-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
MILAGRES-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
MIRANTE-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
MONTE SANTO-BA	BA	1.653,49	-	1.653,49	8.627,78
MUCURI-BA	BA	1.550,15	-	1.550,15	8.088,54
MUNDO NOVO-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
MURITIBA-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
MUTUIPE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
NAZARE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
NILO PECANHA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
NORDESTINA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
NOVA CANAA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
NOVA FATIMA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
NOVA IBIA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
NOVA ITARANA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
NOVA SOURE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
NOVA VICOSA-BA	BA	1.550,15	-	1.550,15	8.088,54
NOVO TRIUNFO-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
OLINDINA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
OURICANGAS-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
OUROLANDIA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
PARIPIRANGA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
PAU BRASIL-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
PAULO AFONSO-BA	BA	1.911,85	-	1.911,85	9.975,87
PE DE SERRA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
PEDRAO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
PINTADAS-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
PIRAI DO NORTE-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
PIRITIBA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
PLANALTINO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
PLANALTO-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
POCOES-BA	BA	1.601,82	-	1.601,82	8.358,15
POJUCA-BA	BA	551.017,08	411.714,45	962.731,53	6.023.064,14
PORTO SEGURO-BA	BA	1.963,52	-	1.963,52	10.245,49
POTIRAGUA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
PRADO-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
QUEIMADAS-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
QUIJINGUE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUIXABEIRA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
RETIROLANDIA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.601,82	-	1.601,82	8.358,15
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
RIO REAL-BA	BA	1.550,15	-	1.550,15	8.088,54
RUY BARBOSA-BA	BA	1.446,81	-	1.446,81	7.549,30
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	34.148,30	261.702,19	295.850,49	1.448.222,89
SALVADOR-BA	BA	62.087,82	261.702,19	323.790,01	1.596.763,63
SANTA BARBARA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
SANTA BRIGIDA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
SANTA INES-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
SANTA LUZIA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
SANTA TERESINHA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
SANTALUZ-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
SANTANOPOLIS-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
SANTO AMARO-BA	BA	51.222,45	261.702,19	312.924,64	1.538.997,78
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	1.860,18	-	1.860,18	9.706,25
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.601,82	-	1.601,82	8.358,15
SAO DOMINGOS-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
SAO FELIPE-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
SAO FELIX-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	2.558.568,48	1.188.320,73	3.746.889,21	19.652.856,07
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	1.498,48	-	1.498,48	7.818,93
SAO JOSE DA VITORIA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	1.085,10	-	1.085,10	5.661,97
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	424.003,88	220.601,47	644.605,35	3.744.593,72
SAPEACU-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
SATIRO DIAS-BA	BA	89.089,33	2.403,15	91.492,48	539.310,34
SAUBARA-BA	BA	32.596,10	261.702,19	294.298,29	1.439.970,61
SERRA PRETA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
SERRINHA-BA	BA	1.808,51	-	1.808,51	9.436,64
SERROLANDIA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
SIMOES FILHO-BA	BA	88.709,78	1.534,60	90.244,38	535.895,04
SITIO DO QUINTO-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
TANQUINHO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
TAPEROA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
TAPIRAMUTA-BA	BA	1.240,12	-	1.240,12	6.470,82
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	BA	2.015,20	-	2.015,20	10.515,12
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	88.948,65	1.903,97	90.852,62	531.872,81
TEOFILANDIA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
TEOLANDIA-BA	BA	1.188,45	-	1.188,45	6.201,22
TERRA NOVA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
TUCANO-BA	BA	1.653,49	-	1.653,49	8.627,78
UAUA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
UBAIRA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
UBAITABA-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
UBATA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
UNA-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
URUCUCA-BA	BA	1.291,79	-	1.291,79	6.740,44
VALENCA-BA	BA	55.685,01	-	55.685,01	275.445,66
VALENTE-BA	BA	1.395,13	-	1.395,13	7.279,69
VARZEA DA ROCA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
VARZEA DO POCO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
VARZEA NOVA-BA	BA	1.136,78	-	1.136,78	5.931,59
VARZEDO-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
VERA CRUZ-BA	BA	91.398,18	1.139,70	92.537,88	540.272,77
VEREDA-BA	BA	1.033,43	-	1.033,43	5.392,35
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	2.066,87	-	2.066,87	10.784,73
WENCESLAU GUIMARAES-BA	BA	1.343,46	-	1.343,46	7.010,06
BAHIA TOTAL		**9.880.068,71**	**6.555.634,06**	**16.435.702,77**	**90.316.122,39**
ACARAU-CE	CE	2.201,34	-	2.201,34	17.325,19
ALCANTARAS-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
AMONTADA-CE	CE	45.268,18	83.093,24	128.361,42	810.039,84
APUIARES-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
AQUIRAZ-CE	CE	-	26.504,47	26.504,47	174.726,37
ARACATI-CE	CE	140.934,15	26.013,77	166.947,92	957.000,35
ARARENDA-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
BARROQUINHA-CE	CE	1.534,27	-	1.534,27	12.075,11
BELA CRUZ-CE	CE	1.867,80	-	1.867,80	14.700,14
CAMOCIM-CE	CE	2.201,34	-	2.201,34	17.325,19
CANINDE-CE	CE	2.334,76	-	2.334,76	18.375,20
CARIDADE-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
CARIRE-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
CARNAUBAL-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
CATUNDA-CE	CE	1.334,14	-	1.334,14	10.500,09
CAUCAIA-CE	CE	-	26.504,47	26.504,47	157.498,32
CHAVAL-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
COREAU-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
CRATEUS-CE	CE	2.334,76	-	2.334,76	18.375,20
CROATA-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
CRUZ-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
FORQUILHA-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
FORTALEZA-CE	CE	2.210.276,28	35.339,29	2.245.615,57	12.432.981,90
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.334,14	-	1.334,14	10.500,09
GRACA-CE	CE	1.534,27	-	1.534,27	12.075,11
GRANJA-CE	CE	2.134,63	-	2.134,63	16.800,17
GROAIRAS-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.001,22	-	2.001,22	15.750,16
HIDROLANDIA-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
IBIAPINA-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
ICAPUI-CE	CE	104.807,01	20.084,11	124.891,12	747.974,65
INDEPENDENCIA-CE	CE	1.801,10	-	1.801,10	14.175,14
IPAPORANGA-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
IPU-CE	CE	2.067,93	-	2.067,93	16.275,18
IPUEIRAS-CE	CE	2.001,22	-	2.001,22	15.750,16
IRAUCUBA-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
ITAPAGE-CE	CE	2.134,63	-	2.134,63	16.800,17
ITAPIPOCA-CE	CE	57.339,70	65.912,90	123.252,60	884.948,42
ITAREMA-CE	CE	45.268,18	1,62	45.269,80	641.570,69
JAGUARUANA-CE	CE	85.788,44	217,96	86.006,40	339.663,89
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
MARACANAU-CE	CE	-	-	-	0,36
MARCO-CE	CE	1.801,10	-	1.801,10	14.175,14
MARTINOPOLE-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
MASSAPE-CE	CE	1.934,51	-	1.934,51	15.225,16
MERUOCA-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
MIRAIMA-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
MORAUJO-CE	CE	1.334,14	-	1.334,14	10.500,09
MORRINHOS-CE	CE	1.734,39	-	1.734,39	13.650,13
MUCAMBO-CE	CE	1.534,27	-	1.534,27	12.075,11
NOVA RUSSAS-CE	CE	1.867,80	-	1.867,80	14.700,14
NOVO ORIENTE-CE	CE	1.801,10	-	1.801,10	14.175,14
PACUJA-CE	CE	1.334,14	-	1.334,14	10.500,09
PARACURU-CE	CE	42.250,30	94.930,23	137.180,53	854.778,99
PARAIPABA-CE	CE	1.867,80	11,30	1.879,10	35.889,19
PARAMOTI-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
PENTECOSTE-CE	CE	1.934,51	-	1.934,51	15.225,16
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.400,85	-	1.400,85	11.025,10
PORANGA-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
RERIUTABA-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.067,93	-	2.067,93	16.275,18
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	1.867,80	-	1.867,80	14.700,14
SAO BENEDITO-CE	CE	2.067,93	-	2.067,93	16.275,18
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
SENADOR SA-CE	CE	1.334,14	-	1.334,14	10.500,09
SOBRAL-CE	CE	2.668,29	-	2.668,29	21.000,22
TAMBORIL-CE	CE	1.801,10	-	1.801,10	14.175,14
TEJUCUOCA-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
TIANGUA-CE	CE	2.268,05	-	2.268,05	17.850,19
TRAIRI-CE	CE	48.286,06	54.066,24	102.352,30	1.009.311,45
TURURU-CE	CE	1.534,27	-	1.534,27	12.075,11
UBAJARA-CE	CE	1.867,80	-	1.867,80	14.700,14
UMIRIM-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
URUBURETAMA-CE	CE	1.667,68	-	1.667,68	13.125,12
URUOCA-CE	CE	1.467,56	-	1.467,56	11.550,11
VARJOTA-CE	CE	1.600,97	-	1.600,97	12.600,11
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.134,63	-	2.134,63	16.800,17
CEARA TOTAL		**2.897.356,22**	**432.679,60**	**3.330.035,82**	**19.953.593,18**
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	204.075,57	-	204.075,57	1.190.627,03
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
AGUIA BRANCA-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
ALEGRE-ES	ES	204.075,57	-	204.075,57	1.190.627,03
ALFREDO CHAVES-ES	ES	160.345,08	-	160.345,08	935.492,66
ALTO RIO NOVO-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
ANCHIETA-ES	ES	3.161.075,35	1.780.954,34	4.942.029,69	28.032.574,50
APIACA-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
ARACRUZ-ES	ES	1.371.509,27	1.594.904,42	2.966.413,69	18.021.819,63
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
BAIXO GUANDU-ES	ES	204.075,57	-	204.075,57	1.190.627,03
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	225.940,81	-	225.940,81	1.318.194,23
BOA ESPERANCA-ES	ES	167.633,50	-	167.633,50	978.015,06
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
BREJETUBA-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	291.536,53	-	291.536,53	1.700.895,80
CARIACICA-ES	ES	291.536,53	-	291.536,53	1.700.895,80
CASTELO-ES	ES	211.363,99	-	211.363,99	1.233.149,45
COLATINA-ES	ES	269.671,29	-	269.671,29	1.573.328,61
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	299.836,95	46.113,00	345.949,95	1.940.755,17
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	204.075,57	-	204.075,57	1.190.627,03
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
ECOPORANGA-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
FUNDAO-ES	ES	914.339,51	163.748,50	1.078.088,01	6.362.095,16
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
GUACUI-ES	ES	196.787,15	-	196.787,15	1.148.104,64
GUARAPARI-ES	ES	269.671,29	-	269.671,29	1.573.328,61
IBATIBA-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
IBIRACU-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
IBITIRAMA-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
ICONHA-ES	ES	160.345,08	-	160.345,08	935.492,66
IRUPI-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
ITAGUACU-ES	ES	167.633,50	-	167.633,50	978.015,06
ITAPEMIRIM-ES	ES	1.066.729,43	7.498.653,43	8.565.382,86	49.305.533,73
ITARANA-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
IUNA-ES	ES	196.787,15	-	196.787,15	1.148.104,64
JAGUARE-ES	ES	630.487,25	194.804,54	825.291,79	4.990.341,15
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
JOAO NEIVA-ES	ES	167.633,50	-	167.633,50	978.015,06
LARANJA DA TERRA-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
LINHARES-ES	ES	8.623.084,06	1.290.501,77	9.913.585,83	57.254.996,14
MANTENOPOLIS-ES	ES	160.345,08	-	160.345,08	935.492,66
MARATAIZES-ES	ES	211.363,99	2.522.506,89	2.733.870,88	16.311.363,53
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	167.633,50	-	167.633,50	978.015,06
MARILANDIA-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
MIMOSO DO SUL-ES	ES	196.787,15	-	196.787,15	1.148.104,64
MONTANHA-ES	ES	174.921,92	-	174.921,92	1.020.537,46
MUCURICI-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
MUNIZ FREIRE-ES	ES	182.210,32	-	182.210,32	1.063.059,83
MUQUI-ES	ES	167.633,50	-	167.633,50	978.015,06
NOVA VENECIA-ES	ES	225.940,81	-	225.940,81	1.318.194,23
PANCAS-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
PEDRO CANARIO-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
PINHEIROS-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
PIUMA-ES	ES	952.436,99	355.646,15	1.308.083,14	7.668.510,98
PONTO BELO-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	800.047,07	10.894.602,26	11.694.649,33	65.945.262,57
RIO BANANAL-ES	ES	174.921,92	-	174.921,92	1.020.537,46
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	160.345,08	-	160.345,08	935.492,66
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	211.363,99	-	211.363,99	1.233.149,45
SANTA TERESA-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	204.075,57	-	204.075,57	1.190.627,03
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27
SAO MATEUS-ES	ES	3.819.249,16	183.997,61	4.003.246,77	22.202.400,44
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	153.056,67	-	153.056,67	892.970,27

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SERRA-ES	ES	1.523.899,18	416.810,46	1.940.709,64	11.573.363,79
SOORETAMA-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
VARGEM ALTA-ES	ES	182.210,32	-	182.210,32	1.063.059,83
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	189.498,74	-	189.498,74	1.105.582,25
VIANA-ES	ES	247.806,05	-	247.806,05	1.445.761,44
VILA PAVAO-ES	ES	145.768,26	-	145.768,26	850.447,87
VILA VALERIO-ES	ES	160.345,08	-	160.345,08	935.492,66
VILA VELHA-ES	ES	1.523.899,18	-	1.523.899,18	8.890.802,53
VITORIA-ES	ES	1.523.899,18	36.011,49	1.559.910,67	9.110.531,21
ESPIRITO SANTO TOTAL		**37.886.530,29**	**26.979.254,86**	**64.865.785,15**	**374.498.076,35**
BETIM-MG	MG	66.853,21	-	66.853,21	385.884,93
MINAS GERAIS TOTAL		**66.853,21**	**-**	**66.853,21**	**385.884,93**
AFUA-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
ALENQUER-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
ALMEIRIM-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
ANAJAS-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
BREVES-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
CHAVES-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
CURUA-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
FARO-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
GURUPA-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
JURUTI-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
MELGACO-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
OBIDOS-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
PRAINHA-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
SANTAREM-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
TERRA SANTA-PA	PA	-	8.407,06	8.407,06	51.684,95
PARA TOTAL		**-**	**142.920,02**	**142.920,02**	**878.644,15**
ALHANDRA-PB	PB	1.182.684,96	-	1.182.684,96	12.203.292,64
PARAIBA TOTAL		**1.182.684,96**	**-**	**1.182.684,96**	**12.203.292,64**
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	1.177.377,95	-	1.177.377,95	6.990.030,37
GOIANA-PE	PE	-	-	-	2.231.196,35
ITAQUITINGA-PE	PE	1.177.377,95	-	1.177.377,95	6.990.032,53
PAULISTA-PE	PE	147,66	-	147,66	5.493.768,36
PERNAMBUCO TOTAL		**2.354.903,56**	**-**	**2.354.903,56**	**21.705.027,61**
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	6.394.764,81	2.303.505,94	8.698.270,75	49.953.528,76
APERIBE-RJ	RJ	464.691,84	-	464.691,84	2.780.771,08
ARARUAMA-RJ	RJ	840.870,95	-	840.870,95	5.031.624,68
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	2.851.351,14	2.245.955,21	5.097.306,35	31.160.309,83
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	2.851.351,14	901.382,15	3.752.733,29	21.490.676,08
BARRA DO PIRAI-RJ	RJ	796.614,60	-	796.614,60	4.765.921,82
BARRA MANSA-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.205.640,27
BELFORD ROXO-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.982,21
BOM JARDIM-RJ	RJ	597.460,94	-	597.460,94	3.574.795,83
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	641.717,30	-	641.717,30	3.839.550,29
CABO FRIO-RJ	RJ	4.224.223,93	10.865.708,06	15.089.931,99	91.766.642,07
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	3.346.590,30	-	3.346.590,30	20.143.379,45
CAMBUCI-RJ	RJ	508.948,21	-	508.948,21	3.045.179,40
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	4.224.223,93	49.077.092,79	53.301.316,72	318.661.637,57
CANTAGALO-RJ	RJ	553.204,58	-	553.204,58	3.309.996,58
CARAPEBUS-RJ	RJ	2.323.323,16	714.433,86	3.037.757,02	18.615.825,50
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	486.820,03	-	486.820,03	2.912.795,71
CARMO-RJ	RJ	531.076,40	-	531.076,40	3.177.589,33
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	3.062.562,34	3.291.594,28	6.354.156,62	38.012.985,21
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.832,47
CORDEIRO-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.822,70
DUAS BARRAS-RJ	RJ	464.691,84	-	464.691,84	2.780.388,81
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	4.224.223,93	279.016,74	4.503.240,67	27.610.105,36
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	486.820,03	-	486.820,03	2.912.794,28
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	3.692.789,30	279.016,74	3.971.806,04	23.823.443,45
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.834,16
ITABORAI-RJ	RJ	885.127,32	279.016,74	1.164.144,06	6.889.815,77
ITAGUAI-RJ	RJ	3.907.407,13	1.005,45	3.908.412,58	17.456.815,85
ITALVA-RJ	RJ	508.948,21	-	508.948,21	3.045.147,59
ITAOCARA-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.389,66
ITAPERUNA-RJ	RJ	796.614,60	-	796.614,60	4.766.381,57
ITATIAIA-RJ	RJ	619.589,12	-	619.589,12	3.707.180,19
JAPERI-RJ	RJ	796.614,60	-	796.614,60	4.675.976,75
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.978,86
MACAE-RJ	RJ	30.789.658,00	9.554.171,12	40.343.829,12	242.091.706,49
MACUCO-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.994,64
MAGE-RJ	RJ	4.269.787,63	279.016,74	4.548.804,37	27.296.444,76
MANGARATIBA-RJ	RJ	663.845,49	1.727.629,45	2.391.474,94	13.242.589,40
MARICA-RJ	RJ	4.013.012,73	3.685.961,54	7.698.974,27	43.457.726,65
MENDES-RJ	RJ	531.076,40	-	531.076,40	3.177.528,79
MESQUITA-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.992,23
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	597.460,94	-	597.460,94	3.574.790,07
MIRACEMA-RJ	RJ	597.460,94	-	597.460,94	3.574.789,82
NATIVIDADE-RJ	RJ	508.948,21	-	508.948,21	3.045.192,66
NILOPOLIS-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.950,23
NITEROI-RJ	RJ	4.224.223,93	2.866.261,96	7.090.485,89	40.163.253,13
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.996,90
NOVA IGUACU-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.991,98
PARACAMBI-RJ	RJ	685.973,67	-	685.973,67	4.104.390,74
PARATI-RJ	RJ	3.168.167,93	3.621.949,19	6.790.117,12	40.050.870,55
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	597.460,94	-	597.460,94	3.574.789,82
PETROPOLIS-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.982,21
PINHEIRAL-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.395,67
PIRAI-RJ	RJ	597.460,94	-	597.460,94	3.484.438,11
PORCIUNCULA-RJ	RJ	531.076,40	-	531.076,40	3.177.555,10
PORTO REAL-RJ	RJ	531.076,40	-	531.076,40	3.178.033,10
QUATIS-RJ	RJ	486.820,03	-	486.820,03	2.912.792,11
QUEIMADOS-RJ	RJ	862.999,14	-	862.999,14	5.163.597,85
QUISSAMA-RJ	RJ	2.745.745,54	4.765.869,55	7.511.615,09	45.851.751,49
RESENDE-RJ	RJ	840.870,95	-	840.870,95	5.031.199,09
RIO BONITO-RJ	RJ	708.101,85	-	708.101,85	4.236.735,75
RIO CLARO-RJ	RJ	531.076,40	-	531.076,40	3.177.504,37
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.978,86
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	3.907.407,13	11.696.815,74	15.604.222,87	94.061.478,95
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	6.394.764,81	1.605.525,36	8.000.290,17	46.530.527,99
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	464.691,84	-	464.691,84	2.780.392,30
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	685.973,67	-	685.973,67	4.104.394,34
SAO FIDELIS-RJ	RJ	663.845,49	-	663.845,49	3.971.993,81
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	685.973,67	-	685.973,67	4.104.380,72
SAO GONCALO-RJ	RJ	885.127,32	279.016,74	1.164.144,06	6.889.768,46
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	3.062.562,34	5.489.010,72	8.551.573,06	64.667.286,89
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.992,23
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.996,08
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	575.332,76	-	575.332,76	3.442.837,76
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	796.614,60	-	796.614,60	4.766.835,84
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.996,08
SAQUAREMA-RJ	RJ	774.486,41	-	774.486,41	4.634.878,83
SEROPEDICA-RJ	RJ	774.486,41	-	774.486,41	4.633.993,21
SILVA JARDIM-RJ	RJ	3.000.391,30	-	3.000.391,30	18.059.540,22
SUMIDOURO-RJ	RJ	508.948,21	-	508.948,21	3.045.195,54
TANGUA-RJ	RJ	619.589,12	-	619.589,12	3.707.194,53
TERESOPOLIS-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.295.992,23
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	464.691,84	-	464.691,84	2.780.838,71
VALENCA-RJ	RJ	752.358,23	-	752.358,23	4.501.593,42
VARRE-SAI-RJ	RJ	442.563,65	-	442.563,65	2.647.996,08
VASSOURAS-RJ	RJ	641.717,30	-	641.717,30	3.839.594,36
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	885.127,32	-	885.127,32	5.205.633,80
RIO DE JANEIRO TOTAL		**149.607.207,49**	**115.808.956,07**	**265.416.163,56**	**1.589.882.034,09**
ACARI-RN	RN	4.043,42	-	4.043,42	22.838,46
ACU-RN	RN	331.750,17	133.920,97	465.671,14	2.776.965,62
AFONSO BEZERRA-RN	RN	90.008,04	355,71	90.363,75	362.312,00
AGUA NOVA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
ALEXANDRIA-RN	RN	4.235,97	-	4.235,97	23.926,01
ALMINO AFONSO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	2.502.141,87	138.332,29	2.640.474,16	14.381.702,05
ANGICOS-RN	RN	3.552,15	2.291,14	5.843,29	33.561,52
ANTONIO MARTINS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
APODI-RN	RN	330.355,18	200.216,64	530.571,82	3.033.391,13
AREIA BRANCA-RN	RN	565.970,79	398.419,16	964.389,95	5.046.538,46
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
BARAUNA-RN	RN	5.198,69	-	5.198,69	29.363,76
CAICO-RN	RN	6.353,95	-	6.353,95	35.889,05
CARAUBAS-RN	RN	173.537,56	71.670,70	245.208,26	1.411.654,06
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
CARNAUBAIS-RN	RN	290.313,38	132.647,83	422.961,21	2.390.345,39
CERRO CORA-RN	RN	4.043,42	-	4.043,42	22.838,46
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
CRUZETA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
CURRAIS NOVOS-RN	RN	5.968,86	-	5.968,86	33.713,94
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
ENCANTO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
EQUADOR-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
FELIPE GUERRA-RN	RN	167.213,22	53.790,32	221.003,54	1.228.554,35
FLORANIA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
GALINHOS-RN	RN	3.850,88	73.288,67	77.139,55	350.751,78
GOIANINHA-RN	RN	1.177.377,95	-	1.177.377,95	6.990.031,45
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	270.351,76	160.795,67	431.147,43	2.548.505,27
GROSSOS-RN	RN	57.567,44	49.022,31	106.589,75	610.814,16
GUAMARE-RN	RN	2.325.674,50	717.545,73	3.043.220,23	16.253.633,26
IELMO MARINHO-RN	RN	1.177.377,95	-	1.177.377,95	6.990.029,65
IPANGUACU-RN	RN	4.235,97	-	4.235,97	23.926,01
IPUEIRA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
ITAJA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
ITAU-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
JANDAIRA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
JANDUIS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	4.235,97	-	4.235,97	23.926,01
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	4.235,97	-	4.235,97	23.926,01
JOAO DIAS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
JOSE DA PENHA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
JUCURUTU-RN	RN	4.621,06	-	4.621,06	26.101,12
LAGOA NOVA-RN	RN	4.235,97	-	4.235,97	23.926,01
LUCRECIA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
LUIS GOMES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
MACAIBA-RN	RN	-	-	-	2.603,32
MACAU-RN	RN	2.606.742,89	531.590,90	3.138.333,79	17.166.828,18
MAJOR SALES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
MARTINS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
MESSIAS TARGINO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
MOSSORO-RN	RN	1.388.512,61	1.165.949,51	2.554.462,12	13.913.137,91
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
OURO BRANCO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PARANA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PARAU-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PARELHAS-RN	RN	5.006,14	-	5.006,14	28.276,21
PATU-RN	RN	4.043,42	-	4.043,42	22.838,46
PAU DOS FERROS-RN	RN	5.198,69	-	5.198,69	29.363,76
PEDRO AVELINO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PENDENCIAS-RN	RN	2.462.818,83	135.494,24	2.598.313,07	14.220.040,67
PILOES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PORTALEGRE-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
PORTO DO MANGUE-RN	RN	142.935,20	212.482,53	355.417,73	1.762.975,62
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO FERNANDO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO MIGUEL-RN	RN	5.006,14	-	5.006,14	28.276,21
SAO RAFAEL-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SAO VICENTE-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SERRA DO MEL-RN	RN	125.322,72	30.570,32	155.893,04	941.588,26
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
SEVERIANO MELO-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
TENENTE ANANIAS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
TIBAU-RN	RN	57.567,44	9.807,49	67.374,93	376.934,89
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
UMARIZAL-RN	RN	4.043,42	-	4.043,42	22.838,46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UPANEMA-RN	RN	148.961,12	109.944,20	258.905,32	1.448.584,86
VENHA-VER-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
VICOSA-RN	RN	3.850,88	-	3.850,88	21.750,93
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		**16.686.409,11**	**4.328.136,33**	**21.014.545,44**	**115.859.752,95**
ARAMBARE-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
BARRA DO RIBEIRO-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
CAMAQUA-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
CANOAS-RS	RS	1.110.524,74	-	1.110.524,74	6.604.130,38
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
CIDREIRA-RS	RS	-	622.702,96	622.702,96	3.814.364,10
ELDORADO DO SUL-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
GUAIBA-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
IMBE-RS	RS	-	622.702,96	622.702,96	3.814.364,10
MOSTARDAS-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
OSORIO-RS	RS	1.177.377,95	-	1.177.377,95	7.054.033,18
PALMARES DO SUL-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
PELOTAS-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
PORTO ALEGRE-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
RIO GRANDE-RS	RS	2.170.540,88	139.913,18	2.310.454,06	12.392.728,27
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	RS	-	-	-	0,36
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
TAPES-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
TAVARES-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
TRAMANDAI-RS	RS	2.170.540,88	830.270,60	3.000.811,48	16.663.366,19
TURUCU-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
VIAMAO-RS	RS	-	13.116,86	13.116,86	69.968,98
RIO GRANDE DO SUL TOTAL		**6.628.984,45**	**2.425.459,46**	**9.054.443,91**	**51.462.490,26**
ARAQUARI-SC	SC	-	390.890,02	390.890,02	2.126.908,72
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	390.890,02	390.890,02	2.126.908,72
GARUVA-SC	SC	-	390.890,02	390.890,02	2.126.908,72
ITAPOA-SC	SC	-	390.890,02	390.890,02	2.126.908,72
JOINVILLE-SC	SC	-	390.890,02	390.890,02	2.126.908,72
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	2.170.540,88	1.302.966,77	3.473.507,65	18.691.854,87
SANTA CATARINA TOTAL		**2.170.540,88**	**3.257.416,87**	**5.427.957,75**	**29.326.398,47**
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
AQUIDABA-SE	SE	6.393,55	-	6.393,55	41.328,92
ARACAJU-SE	SE	2.406.420,20	508.129,19	2.914.549,39	17.147.272,04
ARAUA-SE	SE	5.164,02	-	5.164,02	33.381,04
AREIA BRANCA-SE	SE	8.126,89	1.435,23	9.562,12	59.763,30
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	95.049,07	161.015,40	256.064,47	1.702.161,41
BOQUIM-SE	SE	6.639,45	-	6.639,45	42.918,48
BREJO GRANDE-SE	SE	103.273,35	9.821,89	113.095,24	667.593,69
CAMPO DO BRITO-SE	SE	5.901,73	-	5.901,73	38.149,76
CANHOBA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	6.639,45	-	6.639,45	42.918,48
CAPELA-SE	SE	17.239,54	6.678,45	23.917,99	30.303,82
CARIRA-SE	SE	6.393,55	-	6.393,55	41.328,92
CARMOPOLIS-SE	SE	2.802.480,08	658.609,00	3.461.089,08	19.324.205,06
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
CRISTINAPOLIS-SE	SE	5.901,73	-	5.901,73	38.149,76
CUMBE-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
DIVINA PASTORA-SE	SE	331.466,50	204.699,03	536.165,53	3.125.223,61
ESTANCIA-SE	SE	119.691,42	219.462,00	339.153,42	2.233.642,52
FEIRA NOVA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
FREI PAULO-SE	SE	5.409,92	-	5.409,92	34.970,60
GARARU-SE	SE	5.164,02	-	5.164,02	33.381,04
GENERAL MAYNARD-SE	SE	7.315,69	1.798,18	9.113,87	75.476,58
GRACHO CARDOSO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
ILHA DAS FLORES-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
INDIAROBA-SE	SE	4.606,25	-	4.606,25	4.606,25
ITABAIANA-SE	SE	8.852,60	-	8.852,60	57.224,65
ITABAIANINHA-SE	SE	7.377,17	-	7.377,17	47.687,21
ITABI-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	98.569,40	281.268,91	379.838,31	2.465.811,85
JAPARATUBA-SE	SE	722.010,48	523.616,66	1.245.627,14	7.442.727,23
JAPOATA-SE	SE	5.409,92	-	5.409,92	67.255,98
LAGARTO-SE	SE	8.852,60	-	8.852,60	57.224,65
LARANJEIRAS-SE	SE	6.639,45	-	6.639,45	42.918,48
MACAMBIRA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
MALHADOR-SE	SE	5.409,92	-	5.409,92	34.970,60
MARUIM-SE	SE	112.365,15	20.045,31	132.410,46	766.179,46
MOITA BONITA-SE	SE	5.164,02	-	5.164,02	33.381,04
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	5.409,92	-	5.409,92	34.970,60
MURIBECA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
NEOPOLIS-SE	SE	6.147,64	-	6.147,64	39.739,33
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	7.131,26	-	7.131,26	46.097,62
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	6.639,45	-	6.639,45	42.918,48
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	9.836,23	-	9.836,23	27.273,62
PACATUBA-SE	SE	165.379,47	7.016,42	172.395,89	1.052.675,63
PEDRA MOLE-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
PEDRINHAS-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
PINHAO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
PIRAMBU-SE	SE	170.156,02	26.697,87	196.853,89	1.140.210,61
POCO REDONDO-SE	SE	6.885,36	-	6.885,36	44.508,06
POCO VERDE-SE	SE	6.393,55	-	6.393,55	41.328,92
PORTO DA FOLHA-SE	SE	6.639,45	-	6.639,45	42.918,48
PROPRIA-SE	SE	6.885,36	-	6.885,36	44.508,06
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	6.147,64	-	6.147,64	39.739,33
RIACHUELO-SE	SE	149.961,36	38.709,31	188.670,67	1.064.922,96
RIBEIROPOLIS-SE	SE	5.901,73	-	5.901,73	38.149,76
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	218.661,70	114.135,09	332.796,79	3.493.206,88
SALGADO-SE	SE	6.147,64	-	6.147,64	39.739,33
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	1.549,13	-	1.549,13	1.549,13
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	130.479,19	36.216,88	166.696,07	857.295,99
SAO CRISTOVAO-SE	SE	100.857,08	5.016,39	105.873,47	659.867,87
SAO DOMINGOS-SE	SE	5.164,02	-	5.164,02	33.381,04
SAO FRANCISCO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
SIMAO DIAS-SE	SE	7.377,17	-	7.377,17	47.687,21
SIRIRI-SE	SE	221.553,24	89.119,33	310.672,57	1.917.043,89
TELHA-SE	SE	4.918,11	-	4.918,11	31.791,46
TOBIAS BARRETO-SE	SE	7.868,98	-	7.868,98	50.866,35
TOMAR DO GERU-SE	SE	5.409,92	-	5.409,92	34.970,60
UMBAUBA-SE	SE	6.393,55	-	6.393,55	41.328,92
SERGIPE TOTAL		**8.304.183,49**	**2.913.490,54**	**11.217.674,03**	**67.276.675,76**
APARECIDA-SP	SP	9.988,41	-	9.988,41	79.342,48
ARAPEI-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
AREIAS-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
ARUJA-SP	SP	12.054,98	-	12.054,98	95.758,18
BANANAL-SP	SP	7.232,98	-	7.232,98	57.454,88
BARRA DO TURVO-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
BARUERI-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
BERTIOGA-SP	SP	243.047,47	2.771.268,96	3.014.316,43	20.867.008,00
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	9.643,98	-	9.643,98	76.606,53
CACAPAVA-SP	SP	12.399,41	-	12.399,41	98.494,12
CACHOEIRA PAULISTA-SP	SP	9.643,98	-	9.643,98	76.606,53
CAIEIRAS-SP	SP	12.399,41	-	12.399,41	98.494,12
CAJAMAR-SP	SP	11.710,55	-	11.710,55	93.022,23
CAJATI-SP	SP	9.643,98	-	9.643,98	76.606,53
CAMPOS DO JORDAO-SP	SP	10.677,27	-	10.677,27	84.814,39
CANANEIA-SP	SP	172.485,30	-	172.485,30	1.872.206,48
CANAS-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
CARAGUATATUBA-SP	SP	2.460.629,80	3.771.924,25	6.232.554,05	38.185.117,41
CARAPICUIBA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
COTIA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
CRUZEIRO-SP	SP	12.054,98	-	12.054,98	95.758,18
CUBATAO-SP	SP	650.998,43	21,97	651.020,40	15.374.128,45
CUNHA-SP	SP	8.955,13	-	8.955,13	71.134,63
DIADEMA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
ELDORADO-SP	SP	7.921,84	-	7.921,84	62.926,78
EMBU-GUACU-SP	SP	11.366,13	-	11.366,13	90.286,28
EMBU-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
FRANCISCO MORATO-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	13.432,70	-	13.432,70	106.701,97
GUARAREMA-SP	SP	1.186.677,51	5.587.814,83	6.774.492,34	41.455.913,33
GUARATINGUETA-SP	SP	13.088,27	-	13.088,27	103.966,05
GUARUJA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
GUARULHOS-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
IGARATA-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
IGUAPE-SP	SP	219.526,76	190.428,99	409.955,75	3.765.345,49
ILHA COMPRIDA-SP	SP	156.804,82	1.935.751,72	2.092.556,54	33.333.351,86
ILHABELA-SP	SP	219.526,76	2.855.883,07	3.075.409,83	25.664.202,19
ITANHAEM-SP	SP	12.399,41	-	12.399,41	98.494,12
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
ITAPEVI-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
ITARIRI-SP	SP	7.921,84	-	7.921,84	62.926,78
JACAREI-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
JACUPIRANGA-SP	SP	8.266,27	-	8.266,27	65.662,75
JAMBEIRO-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
JANDIRA-SP	SP	12.743,84	-	12.743,84	101.230,07
JUQUIA-SP	SP	8.610,70	-	8.610,70	68.398,69
JUQUITIBA-SP	SP	9.643,98	-	9.643,98	76.606,53
LAGOINHA-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
LAVRINHAS-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
LORENA-SP	SP	12.399,41	-	12.399,41	98.494,12
MAIRIPORA-SP	SP	12.399,41	-	12.399,41	98.494,12
MAUA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
MIRACATU-SP	SP	8.955,13	-	8.955,13	71.134,63
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
MONGAGUA-SP	SP	10.677,27	-	10.677,27	84.814,39
MONTEIRO LOBATO-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
NATIVIDADE DA SERRA-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
OSASCO-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
PARAIBUNA-SP	SP	8.266,27	-	8.266,27	65.662,75
PARIQUERA-ACU-SP	SP	8.610,70	-	8.610,70	68.398,69
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	7.232,98	-	7.232,98	57.454,88
PERUIBE-SP	SP	11.366,13	42.371,85	53.737,98	369.405,99
PINDAMONHANGABA-SP	SP	1.124.301,87	-	1.124.301,87	6.713.584,10
PIQUETE-SP	SP	7.921,84	-	7.921,84	62.926,78
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	7.921,84	-	7.921,84	62.926,78
POA-SP	SP	12.743,84	-	12.743,84	101.230,07
POTIM-SP	SP	8.610,70	-	8.610,70	68.398,69
PRAIA GRANDE-SP	SP	162.685,00	-	162.685,00	1.292.280,08
QUELUZ-SP	SP	7.232,98	-	7.232,98	57.454,88
REDENCAO DA SERRA-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
REGISTRO-SP	SP	11.021,70	-	11.021,70	87.550,34
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	13.088,27	-	13.088,27	103.966,05
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	10.677,27	-	10.677,27	84.814,39
ROSEIRA-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
SALESOPOLIS-SP	SP	7.921,84	-	7.921,84	62.926,78
SANTA BRANCA-SP	SP	7.577,42	-	7.577,42	60.190,85
SANTA ISABEL-SP	SP	11.021,70	-	11.021,70	87.550,34
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	12.743,84	-	12.743,84	101.230,07
SANTO ANDRE-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
SANTOS-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	SP	7.232,98	-	7.232,98	57.454,88
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	7.577,42	-	7.577,42	60.190,85
SAO LUIS DO PARAITINGA-SP	SP	7.232,98	-	7.232,98	57.454,88
SAO PAULO-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
SAO SEBASTIAO-SP	SP	2.267.962,26	5.542.537,94	7.810.500,20	48.957.913,66
SAO VICENTE-SP	SP	162.685,00	-	162.685,00	1.292.280,08
SETE BARRAS-SP	SP	7.577,42	-	7.577,42	60.190,85
SILVEIRAS-SP	SP	6.888,56	-	6.888,56	54.718,95
SUZANO-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
TABOAO DA SERRA-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
TAUBATE-SP	SP	13.777,13	-	13.777,13	109.437,94
TREMEMBE-SP	SP	10.677,27	-	10.677,27	84.814,39
UBATUBA-SP	SP	12.054,98	15.331,46	27.386,44	196.752,41
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	10.677,27	-	10.677,27	84.814,39
SAO PAULO TOTAL		**9.968.308,53**	**22.713.335,04**	**32.681.643,57**	**246.628.054,94**
TOTAL MUNICÍPIOS		**253.724.345,55**	**188.880.067,05**	**442.604.412,60**	**2.684.453.134,32**
PIRAMBU-SE (DEPOSITO JUDICIAL)	SE	2.170.540,88	9.378,25	2.179.919,13	11.617.668,39
ARACATI-CE (DEPOSITO JUDICIAL)	CE	1.110.524,74	-	1.110.524,74	6.604.145,80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MARECHAL DEODORO-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	1.115.287,45	-	1.115.287,45	6.524.568,96
PILAR-AL (DEPÓSITO JUDICIAL)	AL	-	-	-	190.476,22
MACAIBA-RN	RN	-	-	-	2.298.345,25
DEPÓSITO JUDICIAL TOTAL		**4.396.353,07**	**9.378,25**	**4.405.731,32**	**27.235.204,62**
TOTAL GERAL		**258.120.698,62**	**188.889.445,30**	**447.010.143,92**	**2.711.688.338,94**

*Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 391, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 02, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta do Processo n.º 48610.008990/2000-81, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA, CNPJ n.º 02.351.006/0016-15, com autorização para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de asfaltos localizadas na Rua Rio Grande do Norte, s/nº, QD 07, Lote 16, 19 e 20 - Bairro Taquarauto - Município de Palmas - TO.

As referidas instalações compreendem os tanques verticais listados na tabela abaixo, com capacidade total de armazenamento de 366 m3:

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m³)	Produto
01	3,05	9,59	60,00	Emulsão Asfáltica
02	3,15	9,90	66,00	Emulsão Asfáltica
03	3,15	9,90	66,00	Emulsão Asfáltica
04	3,05	9,59	60,00	Emulsão Asfáltica
05	2,95	9,27	58,00	Emulsão Asfáltica
06	2,90	9,13	56,00	Emulsão Asfáltica

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização nº 130, publicada no Diário Oficial da União em 26/06/2007.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 392, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 315, de 27 de Dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.009992/2012-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Fertibom Indústrias Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.191.202/0001-68, situada na Rod. Comendador Pedro Monteleone, 351 - Km 211 + 520 mts, Cep: 15.812-020 - Catanduva - SP, autorizada a exercer a atividade de Exportação de Biodiesel e derivados de petróleo.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Exportação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 393, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.006984/2011-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Braskem S/A., inscrita no CNPJ sob o n.º 42.150.391/0001-70, situada na Rua Eteno, nº 1561, Polo Petroquímico Camaçari - Camaçari/BA - Cep: 42810-000, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado Industrial.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2012

Nº 1.004 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, e, considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17/2009, e o que consta do processo n.º 48610.006972/2011-17, torna público o cancelamento do registro n.º 342 e da autorização para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado outorgados à Alfa Mercantil S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.173.869/0001-40, com fulcro no art. 19, inciso I, alínea a da Resolução ANP nº 17/2009. Fica sem efeitos a Autorização nº 87, publicada no DOU em 16/05/2007.

Em 28 de agosto de 2012

Nº 1.005 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, e o que consta do processo n.º 48610.007017/2011-05, torna público o cancelamento do registro n.º 123 e a revogação do Despacho ANP n.º 560/2001, para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, publicados no D.O.U. em 22/06/2001, da AÇAÍ Participações S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.908.331/0001-12, situada na Rodovia BR 316, s/n, sala B, bairro Altos Levilândia, Ananindeua, CEP: 67.030-000, PA, a pedido da empresa.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 96/2012

Referência: 48400.000.767/2012
Interessado: Barrinhas Comercial e Importação de Bebidas e Cereais Ltda.
Assunto: Importação de Água Mineral.

Acolhendo proposta da Diretoria de Fiscalização - DIFIS, AUTORIZO a importação e a comercialização no Mercado Brasileiro da água mineral em embalagens de 250 ml e 750 ml, da marca ¨Pedras Salgadas¨ procedente de Portugal e solicitada pela empresa BARRINHAS COMERCIAL E IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS E CEREAIS LTDA, CNPJ 36.167.492/0001-51.

Para comercialização no Brasil do lote a ser importado será necessária a coleta de amostras, por técnico do DNPM, para realização prévia de análises microbiológicas da água mineral, das embalagens de 250 ml e 750 ml, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 275/2005 da ANVISA/MS por laboratório oficial.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 179, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Altera a Portaria MDS nº 81, de 15 de maio de 2012.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, o art. 27, II, "i", da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o inciso IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, tendo em vista o disposto na Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, e

CONSIDERANDO a necessidade de concessão de prazo adicional para o preenchimento do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-financeira, referente às prestações de contas do exercício de 2011, por questões de ordem técnica e operacional na área de tecnologia deste Ministério, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 81, de 15 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Excepcionalmente, em relação aos processos de prestação de contas do exercício de 2011, os termos finais de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 6º da Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, serão os dias 31 de agosto de 2012 e 30 de setembro de 2012, respectivamente. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 180, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e na Portaria MP nº 189, de 7 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar os limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fixados na Portaria nº 50, de 2 de abril de 2012, os quais passam a vigorar conforme os Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO I

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012 - Fiscalização e Poder de Polícia	
Unidade	Limite para empenho (até DEZ)
SNAS	4.654.900,00
Total	4.654.900,00

ANEXO II

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012 - Demais despesas.	
Unidade	Limite para empenho (até DEZ)
SENARC	1.190.774,81
SESAN	3.023.002,91
SAGI	296.608,11
GM	727.102,19
SE	1.027.102,19
SESEP	712.185,06
SNAS	4.128.074,73
Total	11.104.850,00

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

Estabelece prazo para a mudança de habilitação no nível de gestão inicial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos municípios que recebam recursos do cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC.

A Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno e na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, disposta na Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS,

Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais de proteção social especial, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade, resolve:

Art. 1º Pactuar o prazo de junho de 2013 para mudança de habilitação no nível de gestão inicial para básica ou plena dos municípios que recebem recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais de proteção social especial por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC.

§1º Os valores de repasse de recursos do cofinanciamento federal do PFMC para oferta dos serviços socioassistenciais especializados ofertados pelo CREAS serão igualmente atualizados na parcela correspondente à competência de junho de 2013.

§ 2º os municípios com histórico de decréscimo no nível de habilitação do SUAS terão até junho de 2013 para adequação da situação, para que não incorram em perda nos valores atualmente repassados.

§3º A partir do prazo estabelecido no caput, o nível de gestão será aferido periodicamente, para efeitos da continuidade de repasse e adequação dos valores dos recursos do cofinanciamento federal por meio PFMC tendo como referência período previamente divulgado pelo MDS.

§4º A adequação de valores de que tratam os §§ 1º e 3º deverá considerar os valores de referência para o repasse mensal do PFMC vigentes e a disponibilidade financeira e orçamentaria.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN
Secretária Nacional de Assistência Social

MARIA APARECIDA RAMOS DE MENEZES
p/Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social

VALDIOSMAR VIEIRA SANTOS
p/Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SNAS/MDS nº 50, de 07/02/2012, publicada no DOU de 10/02/2012, Seção 1, página 71, que indefere a renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Ação Social Arquidiocesana Fraternidade Padre Ibiapina, CNPJ 70.133.939/0001-00, onde se lê: "Ação Social Arquidiocesana Fraternidade Padre Ibiapina", leia-se: "Ação Social Arquidiocesana".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 441, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas, resolve:

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica de Segurança do Brinquedo criada pela Portaria Inmetro n.º 149, de 03 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 2005, seção 01, página 45, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica de Segurança do Brinquedo, conforme abaixo:

I. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;

b) Diretoria da Qualidade - Dqual;

c) Diretoria de Metrologia Científica - Dimci;

d) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ;

II. Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade e Ensaios - Abrace;

III. Associação Brasileira de Brinquedos Educativos - Abrine;

IV. Associação Brasileira de Importadores e Exportadores de Brinquedos - Abrimpex;

V. Associação Brasileira de Importadores, Produtores e Distribuidores de Bens de Consumo - Abcon;

VI. Associação Brasileira de Organismos de Certificação - Abroc;

VII. Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - Abrinq;

VIII Associação Brasileira dos Revendedores de Brinquedos - Abreb;

IX. Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi;

X. Instituto Betontec de Avaliação da Conformidade - IBAC;

XI. LA Falcão Bauer Ltda. - Laboratório de Segurança do Produto;

XII. Laboratório SGS do Brasil Ltda; e

XIII. Manufatura de Brinquedos Estrela S.A. - Laboratório de Segurança do Produto.

Parágrafo Único - Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas ao Programa de Avaliação da Conformidade de Segurança do Brinquedo.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 149/2005.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 442, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea *f* do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Cancelar o Registro dos objetos compulsoriamente avaliados, de número 000087/2011, publicado no Diário Oficial da União em 07 de julho de 2011, seção 1, páginas 61 à 62, 000121/2011, 000124/2011, 000125/2011 e 000335/2011 publicados no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2011, seção 1, página 226; 000420/2011 publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2011, seção 1, páginas 98 à 99; 000574/2011 publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2012, seção 1, páginas 63 à 67; 000003/2011 e 000008/2012 publicados no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2012, seção 1, páginas 62 à 63 uma vez que os mesmos não atenderam às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Alterar escopo dos Registros de números 000255/2012, publicado no Diário Oficial da União em 18 de junho de 2012, seção 01, página 221 à 225.

Art. 3º Conceder Registro, de números 001250/2012 a 001487/2012, aos objetos compulsoriamente avaliados, relacionados no anexo, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

REGISTROS DE OBJETOS

Cancelar
Registro nº 000087/2011 - cancelar
Fornecedor: Waldinei Martins & Cia Ltda
CNPJ: 05.950.448/0001-90
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Familia: 004
Registro nº 000121/2011 - cancelar
Fornecedor: Satori Importação & Exportação Ltda
CNPJ: 04.257.174/0001-95
Fabricante: BMS CELIK HASIR SANAYI TICARET A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA-60 SÉRIE GROSSSA
Marca/Modelo: BMS / CA60 / ST SÉRIE GROSSA (6,4mm, 7,0mm, 8,5mm, 9,5mm e 10mm)
Registro nº 000124/2011 - cancelar
Fornecedor: Satori Importação & Exportação Ltda
CNPJ: 04.257.174/0001-95
Fabricante: BMS CELIK HASIR SANAYI TICARET A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 SÉRIE MÉDIA
Marca/Modelo: BMS / CA60 / ST SÉRIE MÉDIA (4,6mm, 5,0mm, 5,5mm, 6,0mm)
Registro nº 000125/2011 - cancelar
Fornecedor: Satori Importação & Exportação Ltda
CNPJ: 04.257.174/0001-95
Fabricante: BMS CELIK HASIR SANAYI TICARET A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 SÉRIE FINA
Marca/Modelo: BMS / CA60 / ST SÉRIE FINA (2,4mm, 3,4mm, 3,8mm e 4,2mm)
Registro nº 000335/2011 - cancelar
Fornecedor: SUMMIT COM. IMP. E EXP. LTDA
CNPJ: 73.827.982/0001-63
Fabricante: SUMMIT COM. IMP. E EXP. LTDA
Objeto: Artigos escolares
Familia: Borracha
Marca/Modelo: CANETA BORRACHA FADAS 632018 CANETA BORRACHA MARIE 632575
Registro nº 000420/2011 - cancelar
Fornecedor: SUMMIT COM. IMP. E EXP. LTDA
CNPJ: 73.827.982/0001-63
Fabricante: NINGBO MIRAGE COMODITY CO LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: Caneta
Marca/Modelo: Kit caneta esferografica lapiseira e borracha princesas 233268
Registro nº 000574/2011 - cancelar
Fornecedor: SUMMIT COM. IMP. E EXP. LTDA
CNPJ: 73.827.982/0001-63
Fabricante: NINGBO MIRAGE COMPANY CO LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: Caneta
Marca/Modelo: 633268 Kit Caneta Esferográfica Lapiseira e Borracha Princesas
Registro nº 000003/2012 - cancelar
Fornecedor: JOMALTHI IND. E COM. DE LUVAS E ACESS.PARA MOTOS LTDA ME
CNPJ: 04.529.575/0001-57
Fabricante: JOMALTHI IND. E COM. DE LUVAS E ACESS.PARA MOTOS LTDA ME
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca JOMALTHI / Modelo JHONNYX
Registro nº 000008/2012 - cancelar
Fornecedor: JOMALTHI IND. E COM. DE LUVAS E ACESS.PARA MOTOS LTDA ME
CNPJ: 04.529.575/0001-57
Fabricante: JOMALTHI IND. E COM. DE LUVAS E ACESS.PARA MOTOS LTDA ME
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca JOMALTH / Modelo FORMULA INDY

Alteração
Registro nº 000761/2012 - incluir
Fornecedor: RG Pneus LTDA
CNPJ.: 25.567.140/0007-62
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Incluir Familia: "A"

Concessão
Registro nº 001250/2012 - concessão
Validade:03/10/2015
Fornecedor: Bieffe Ind e Com. Imp. Exp. de Capacetes Ltda
CNPJ.: 12.027.079/0001-23
Fabricante: Bieffe Ind e Com. Imp. Exp. de Capacetes Ltda
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca Bieffe / Modelo Nomad
Registro nº 001251/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
CNPJ.: 05.970.275/0001-71
Fabricante: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio)
Marca/Modelo: Marca - PROTEGE / código modelo - E016
Registro nº 001252/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
CNPJ.: 05.970.275/0001-71
Fabricante: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio)
Marca/Modelo: Marca - PROTEGE / código modelo - E017
Registro nº 001253/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
CNPJ.: 05.970.275/0001-71
Fabricante: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio)
Marca/Modelo: Marca - PROTEGE / código modelo - E021
Registro nº 001254/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
CNPJ.: 05.970.275/0001-71
Fabricante: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio)
Marca/Modelo: Marca - PROTEGE / código modelo - E046
Registro nº 001255/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
CNPJ.: 05.970.275/0001-71
Fabricante: MP Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio)
Marca/Modelo: Marca - PROTEGE / código modelo - E048
Registro nº 001256/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Taurus Blindagens Ltda
CNPJ.: 04.290.323/0001-18
Fabricante: Xinyuan Helmet Co Ltd
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca: Xinyuan Modelo: SA-28 Dragon
Registro nº 001257/2012 - concessão
Validade:12/07/2016
Fornecedor: Guma Consultoria S/S
CNPJ.: 12.069.665/0001-30
Fabricante: Superalloy Industrial Co Ltd
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 17X7 - 5X115
Marca/Modelo: GENERAL MOTORS / 17X7 - 5X115
Registro nº 001258/2012 - concessão
Validade:12/07/2016
Fornecedor: Guma Consultoria S/S
CNPJ.: 12.069.665/0001-30
Fabricante: Superalloy Industrial Co Ltd
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 19X9 - 5X112
Marca/Modelo: DAIMLER / AMG / 19X9 - 5X112
Registro nº 001259/2012 - concessão
Validade:12/07/2016
Fornecedor: Guma Consultoria S/S
CNPJ.: 12.069.665/0001-30
Fabricante: Superalloy Industrial Co Ltd

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Objeto: Rodas automotivas
Familia: 19X9.5 (9 1/2JX19) - 5X120
Marca/Modelo: BMW / 19X9.5 (9 1/2JX19) - 5X120
Registro nº 001260/2012 - concessão
Validade:12/07/2016
Fornecedor: Guma Consultoria S/S
CNPJ.: 12.069.665/0001-30
Fabricante: Superalloy Industrial Co Ltd
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 19X10.5 (10 1/2JX19) - 5X120
Marca/Modelo: BMW / 19X10.5 (10 1/2JX19) - 5X120
Registro nº 001261/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Fujitsu General do Brasil Ltda
CNPJ.: 43.244.771/0001-37
Fabricante: Fujitsu
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT CASSETE INVERTER REVERSO
Marca/Modelo: FUJITSU/AUBF18LAL/AOBA18LALL
FUJITSU/AUBA24LBL/AOBA24LALL
FUJITSU/AUBA30LCL/AOBA30LFTL
FUJITSU/AUBA36LCL/AOBA36LFTL
FUJITSU/AUBA45LCL/AOBD45LATV
FUJITSU/AUBA54LCL/AOBD54LATV
Registro nº 001262/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Fujitsu General do Brasil Ltda
CNPJ.: 43.244.771/0001-37
Fabricante: Fujitsu
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT PISO-TETO INVERTER REVERSO
Marca/Modelo: FUJITSU/ABBF18LAT/AOBA18LALL
FUJITSU/ABBF24LAT/AOBA24LALL
FUJITSU/ABBA30LCT/AOBA30LFTL
FUJITSU/ABBA36LCT/AOBA36LFTL
FUJITSU/ABBA45LCT/AOBD45LATV
FUJITSU/ABBA54LCT/AOBD54LATV
Registro nº 001263/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Fujitsu General do Brasil Ltda
CNPJ.: 43.244.771/0001-37
Fabricante: Fujitsu
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT HIGH-WALL INVERTER FRIO
Marca/Modelo: FUJITSU/ASBA09JGC/AOBR09JGC
FUJITSU/ASBA12JGC/AOBR12JGC
FUJITSU/ASBA18JCC/AOBR18JCC
FUJITSU/ASBA24JCC/AOBR24JCC
FUJITSU/ASBA24JFC/AOBR24JFC
FUJITSU/ASBA30JCC/AOBR30JCT
FUJITSU/ASBA30JFC/AOBR30JFT
Registro nº 001264/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Fujitsu General do Brasil Ltda
CNPJ.: 43.244.771/0001-37
Fabricante: Fujitsu
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT HIGH-WALL INVERTER REVERSO
Marca/Modelo: FUJITSU/ASBA09LGC/AOBR09LGC
FUJITSU/ASBA12LGC/AOBR12LGC
FUJITSU/ASBA18LEC/AOBR18LEC
FUJITSU/ASBA24LCC/AOBR24LCC
FUJITSU/ASBA24LCC/AOBR24LCL
FUJITSU/ASBA24LFC/AOBR24LFL
FUJITSU/ASBA30LCC/AOBR30LCT
FUJITSU/ASBA30LFC/AOBR30LFT
FUJITSU/ASBG09LJCA/AOBG09LJC
FUJITSU/ASBG12LJCA/AOBG12LJC
FUJITSU/ASBG15LJCA/AOBG15LJC
Registro nº 001265/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Kyocera Solar do Brasil Ltda
CNPJ.: 00.097.225/0001-08
Objeto: Sistemas e equipamentos para energia fotovoltaica (módulo, controlador de carga, inversor e bateria)
Familia: SILICIO CRISTALINO KS - T
Marca/Modelo: KYOCERA KS5T
KYOCERA KS10T
KYOCERA KS20T
Registro nº 001266/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Grupo Nordeste Refrigeração Ltda
CNPJ.: 08.374.804/0001-62
Fabricante: Grupo Nordeste Refrigeração Ltda
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT HIGH WALL FRIO
Marca/Modelo: ELBRUS/DG09CI/DG09CO
ELBRUS/DG12CI/DG12CO
ELBRUS/DG18CI/DG18CO
ELBRUS/DG24CI/DG24CO
Registro nº 001267/2012 - concessão
Validade: 31/07/2016
Fornecedor: Techs Comercio e Representaçao de Produtos de Informatica Ltda
CNPJ.: 06.045.258/0001-90
Fabricante: Techs Comercio e Representaçao de Produtos de Informatica Ltda
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT HIGH WALL FRIO
Marca/Modelo: TECHFRIO/TECHFRIO-09CI/TECHFRIO-09CO
TECHFRIO/TECHFRIO-12CI/TECHFRIO-12CO
TECHFRIO/TECHFRIO-18CI/TECHFRIO-18CO
TECHFRIO/TECHFRIO-24CI/TECHFRIO-24CO
Registro nº 001268/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: ASTONE / KSR
Registro nº 001269/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: ASTONE / DJ10
Registro nº 001270/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: ASTONE / SPORSTER
Registro nº 001271/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: astone / sun visio 2
Registro nº 001272/2012 - concessão
Modelo de avaliação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: ASTONE / LEAD
Registro nº 001273/2012 - concessão
Validade:31/07/2014
Fornecedor: Baldo Pneus Ltda
CNPJ.: 07.983.462/0001-15
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: A
Registro nº 001274/2012 - concessão
Validade: 31/07/2014
Fornecedor: Canada Transportes e Comercio Ltda
CNPJ.: 83.689.364/0002-39
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: A e B
Registro nº 001275/2012 - concessão
Validade: 08/06/2015
Fornecedor: Abrakidabra Comércio Importação & Exportação LTDA
CNPJ.: 97.533.209/0001-52
Fabricante: Faber Castell
Objeto: Artigos escolares
Familia: Lápis de cor
Marca/Modelo: Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4012
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4024
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4036
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4050
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4112
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-3364
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4108
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-1120
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-3708
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4302
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4304
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4410
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-4412
Crayola - Lápis de Cor - Ref: 68-2424
Registro nº 001276/2012 - concessão
Validade: 01/08/2016
Fornecedor: Extra Informática Ltda
CNPJ.: 03.312.579/0001-16
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: SPLIT HIGH WALL FRIO
Marca/Modelo: VG/ASW-09A2-QRA1-2/AS-09A2-QAR1-2
VG/ASW-12A2-QRA1-2/AS-12A2-QAR1-2
VG/ASW-18A2-QRA1-2/AS-18A2-QAR1-2
VG/ASW-24A2-QRA1-2/AS-24A2-QAR1-2
VG/EXT-09-INT/EXT-09-EXT
VG/EXT-12-INT/EXT-12-EXT
VG/EXT-18-INT/EXT-18-EXT
VG/EXT-24-INT/EXT-24-EXT
Registro nº 001277/2012 - concessão
Validade: 01/08/2014
Fornecedor: Canada Transportes e Comercio Ltda
CNPJ.: 83.689.364/0006-62
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: A e B
Registro nº 001278/2012 - concessão
Validade: 15/07/2016
Fornecedor: Incoseg Industria e Comercio de Equipamentos de Seguranca Ltda
CNPJ.: 06.973.196/0001-87
Fabricante: Incoseg Industria e Comercio de Equipamentos de Seguranca Ltda
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Aeon/Inno
Registro nº 001279/2012 - concessão
Validade: 12/07/2016
Fornecedor: Guma Consultoria S/S
CNPJ.: 12.069.665/0001-30
Fabricante: SUPERALLOY INDUSTRIAL CO LTD
Objeto: Rodas automotivas
Família: 19X9.5 - 5X112
Marca/Modelo: DAIMLER / AMG / 19X9.5 - 5X112
Registro nº 001280/2012 - concessão
Validade: 24/08/2015
Fornecedor: Borlem S.A Empreendimentos Industriais
CNPJ.: 60.943.388/0002-77
Fabricante: Borlem S.A Empreendimentos Industriais
Objeto: Rodas automotivas
Família: 22,5 x 8,25/ 15º
Marca/Modelo: 22,5 x 8,25/ Aro / 15° / Cod Borlem: 2946
22,5 x 8,25/ Aro / 15° / Cod Borlem: 2946 / Cod Randon: 212000018
Registro nº 001281/2012 - concessão
Validade: 12/07/2016
Fornecedor: International Fortune Business Representações e Comércio Internacional Ltda
CNPJ.: 08.068.030/0001-41
Fabricante: Foshan Nanhai Jiujiang Jiadeshi Helmet Co. Ltd
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: NASA/SH-821
Registro nº 001282/2012 - concessão
Validade: 17/07/2016
Fornecedor: Iochpe-Maxion S.A.
CNPJ.: 61.156.113/0007-60
Fabricante: Iochpe Maxion SA Divisão Fumagalli
Objeto: Rodas automotivas
Família: 17,0 X 6,0 - REBAIXO DO ARO
Marca/Modelo: FUMAGALLI - F171538-205 - CHRYSLER LLC
FUMAGALLI - F171538-043 - CHRYSLER LLC
Registro nº 001283/2012 - concessão
Validade: 01/08/2014
Fornecedor: Reformadora de Pneus Osorio Ltda
CNPJ.: 91.893.321/0001-18
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: A e B
Registro nº 001284/2012 - concessão
Validade: 01/08/2014
Fornecedor: Meta Extintores Ltda EPP
CNPJ.: 31.401.128/0001-90
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA; EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO BC; EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO ABC ; EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE DIOXIDO DE CARBONO (CO2); EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE ESPUMA MECÂNICA
Registro nº 001285/2012 - concessão
Validade: 01/08/2014
Fornecedor: Ideal Comercio de Extintores de Incendio Ltda ME
CNPJ.: 04.539.480/0002-03
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: Escopo 1
Registro nº 001286/2012 - concessão
Validade: 01/08/2014
Fornecedor: Recapagem De Pneus Sul Ltda. - Me
CNPJ.: 03.077.805/0001-21
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: 007, 010
Registro nº 001287/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B5C2
Marca/Modelo: 11R22.5 146/144L SUMITOMO ST908 TUBELESS
11R22.5 146/144L SUMITOMO ST908 TUBELESS
Registro nº 001288/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B7C2
Marca/Modelo: 12R22.5 152/148K DUNLOP SP580
12R22.5 152/148L DUNLOP SP350A
12R22.5 152/148L DUNLOP SP431A TUBELESS
295/80R22.5 152/147L SUMITOMO ST908

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

295/80R22.5 152/147M SUMITOMO ST 718 LP
295/80R22.5 152/148K DUNLOP SP581 TUBELESS
295/80R22.5 152/148L DUNLOP SP 650
295/80R22.5 152/148M DUNLOP KW415 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP KW-417 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP 120
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP122 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP350A TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP391 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP431A TUBELESS
295/80R22.5 152/148M DUNLOP SP871 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M FALKEN HI-STEEL BI867 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M FALKEN HI-STEEL RI128 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M OHTSU HI-STEEL BI867 TUBELESS
295/80R22.5 152/148M RK-267 DUNLOP TUBELESS
315/80R22.5 154/150M DUNLOP SP350 TUBELESS
315/80R22.5 154/150M DUNLOP SP391 TUBELESS
Registro nº 001289/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B4C1
Marca/Modelo: 9.00R20 140/137K OHTSU HI-STEEL R1200 TUBE TYPE
9.00R20 140/137K SUMITOMO ST 727
9.00R20 140/137L DUNLOP SP 160 TUBE TYPE
9.00R20 141/138K DUNLOP SP 811 TUBE TYPE
9.00R20 141/139K DUNLOP SP811 TUBE TYPE
9.00R20 141/139K SUMITOMO ST 727 TUBE TYPE
Registro nº 001290/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B6C2
Marca/Modelo: 11R22.5 148/144K SUMITOMO ST518 TUBELESS
11R22.5 148/144L SUMITOMO ST908 TUBELESS
11R22.5 148/144M SUMITOMO ST738 TUBELESS
11R22.5 148/145J DUNLOP SP521 TUBELESS
11R22.5 148/145K DUNLOP SP580
11R22.5 148/145K FALKEN GI388 TUBELESS
11R22.5 148/145L DUNLOP SP122 TUBELESS
11R22.5 148/145L DUNLOP SP350A
11R22.5 148/145L DUNLOP SP391 TUBELESS
11R22.5 148/145L DUNLOP SP871 TUBELESS
11R24.5 149/144L DUNLOP SP 361
11R24.5 149/144L DUNLOP SP 431A
11R24.5 149/144L SUMITOMO ST 738 TUBELESS
11R24.5 149/144L SUMITOMO ST 748A
11R24.5 149/144L SUMITOMO ST908
11R24.5 149/146L DUNLOP SP 431A TUBELESS
11R24.5 149/146L DUNLOP SP361 TUBELESS
11R24.5 149/146L FALKEN Hi-STEEL RI128 TUBELESS
11R24.5 149/146L SUMITOMO ST738 TUBELESS
275/70R22.5 148/145J DUNLOP SP122 TUBELESS
275/70R22.5 148/145J SUMITOMO ST791 TUBELESS
275/70R22.5 148/145M FALKEN HI STEEL RI128 TUBELESS
275/80R22.5 148/145M DUNLOP SP160 TUBELESS
275/80R22.5 148/145M OHTSU HI-STEEL RI117 TUBELESS
275/80R22.5 148/145M SUMITOMO ST718
275/80R22.5 148/145M SUMITOMO ST908
275/80R22.5 149/146L DUNLOP SP122 TUBELESS
275/80R22.5 149/146L DUNLOP SP391 TUBELESS
275/80R22.5 149/146L FALKEN HI-STEEL RI128 TUBELESS
285/75R24.5 147/145M DUNLOP SP 361
285/75R24.5 147/145M DUNLOP SP 431A
285/75R24.5 147/145M SUMITOMO ST 748A
285/75R24.5 147/145M SUMITOMO ST738 TUBELESS
285/75R24.5 147/145M SUMITOMO ST908
Registro nº 001291/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C2D4
Marca/Modelo: 175/80R14 88H DUNLOP SP SPORT 200E
175/80R14 88H DUNLOP SP SPORT 200ULW
195/80R15 96H FALKEN LANDAIR/AT T-110 TUBELESS
195/80R15 96H FALKEN LANDAIR/AT T-110 TUBELESS
Registro nº 001292/2012 - concessão
Validade: 08/05/2016
Fornecedor: Sumitomo Rubber Do Brasil Ltda
CNPJ.: 13.816.470/0001-70
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B6C1
Marca/Modelo: 10.00R20 147/143K FALKEN Hi-STEEL RI128 TUBETYPE
10.00R20 147/143K OHTSU Hi-STEEL RI128 TUBE TYPE
11.00R20 150/146K DUNLOP SP580
11.00R20 150/146L DUNLOP SP350A
11.00R20 150/146L SUMITOMO ST908
11.00R20 150/147K DUNLOP SP580A TUBE TYPE
11.00R20 150/147L DUNLOP SP431A TUBE TYPE
11.00R22 150/146K DUNLOP SP 350A
11.00R22 150/146K DUNLOP SP311
11.00R22 150/146K DUNLOP SP431A TUBE TYPE
11.00R22 150/146K DUNLOP SP777S
11.00R22 150/146K DUNLOP SP831
11.00R22 150/146K SUMITOMO ST508
11.00R22 150/146K SUMITOMO ST738
11.00R22 150/146K SUMITOMO ST908
Registro nº 001293/2012 - concessão
Validade: 11/06/2015
Fornecedor: Acrilex Tintas Especiais S/A
CNPJ.: 60.779.014/0001-87
Objeto: Artigos escolares
Familia: Tesoura
Marca/Modelo: Tesoura Escolar Bicolor - Marca Acrilex
Tesoura Escolar Cabo Transparente - Marca Acrilex
Registro nº 001294/2012 - concessão
Validade: 11/06/2015
Fornecedor: Acrilex Tintas Especiais S/A
CNPJ.: 60.779.014/0001-87
Objeto: Artigos escolares
Familia: Marcador de texto
Marca/Modelo: Marca-Texto Verde - Marca Acrilex
Marca-Texto Amarelo - Marca Acrilex
Marca-Texto Laranja - Marca Acrilex
Marca-Texto com Ponta Dupla - Marca Acrilex
Registro nº 001295/2012 - concessão
Validade: 11/06/2015
Fornecedor: Acrilex Tintas Especiais S/A
CNPJ.: 60.779.014/0001-87
Objeto: Artigos escolares
Familia: Apontador
Marca/Modelo: Apontador Depósito - Marca Acrilex
Apontador Duplo com Depósito - Marca Acrilex
Apontador com Borracha - Marca Acrilex
Registro nº 001296/2012 - concessão
Validade: 11/06/2015
Fornecedor: Acrilex Tintas Especiais S/A
CNPJ.: 60.779.014/0001-87
Objeto: Artigos escolares
Familia: Borracha
Marca/Modelo: Borracha Soft Green - Marca Acrilex
Borracha com Capa Plástica - Marca Acrilex
Borracha Classic 400 - Marca Acrilex
Borracha Classic 200 - Marca Acrilex
Registro nº 001297/2012 - concessão
Validade: 29/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B8C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 315/80R22.5 REGIONAL RHS 157/154L
GOODYEAR 385/65R22.5 158K REGIONAL RHT
GOODYEAR 385/65R22.5 160J REGIONAL RHT
Registro nº 001298/2012 - concessão
Validade: 29/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2BC5D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 175/65R14 82T DIRECTION
GOODYEAR 175/65R14 82T GPS DURAPLUS
GOODYEAR 175/65R14 82T GPS DURAPLUS FUELMAX
GOODYEAR 175/65R14 82T GPS3 SPORT
GOODYEAR 175/65R14 82T KELLY CHARGER
GOODYEAR 175/65R14 82T REGATTA 3
GOODYEAR 175/65R14 GPS2 - 82T
GOODYEAR 175/65R15 84T GPS2
GOODYEAR 175/65R15 84T GPS3 SPORT
GOODYEAR 185/65R14 86T DIRECTION
GOODYEAR 185/65R14 86T GPS DURAPLUS
GOODYEAR 185/65R14 86T GPS DURAPLUS FUELMAX
GOODYEAR 185/65R14 86T GPS3 SPORT
GOODYEAR 185/65R14 86T GPS3 SPORT FOOTBALL EDITION
GOODYEAR 185/65R14 86T GT3
GOODYEAR 185/65R14 86T KELLY CHARGER
GOODYEAR 185/65R14 86T REGATA 3
GOODYEAR 185/65R14 GPS2 - 86T
GOODYEAR 185/65R15 88T GPS DURAPLUS
GOODYEAR 185/65R15 88T GPS DURAPLUS FUELMAX
GOODYEAR 185/65R15 88T GPS3 SPORT
GOODYEAR 185/65R15 GPS2 - 88T
GOODYEAR 205/65R15 94T GPS DURAPLUS FUELMAX
GOODYEAR 205/65R15 94T GPS3 SPORT
GOODYEAR 205/65R15 94T GT3
GOODYEAR 205/65R15 94T WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR 205/65R15 94T WRANGLER RT
GOODYEAR 215/65R16 98T GOODYEAR ASSURANCE
GOODYEAR 215/65R16 98T GOODYEAR ASSURANCE TRIPLE TREAD M+S
GOODYEAR P185/65R14 85S INVICTA GS
GOODYEAR P185/65R14 85T GPS2
GOODYEAR P215/65R15 95S CONQUEST
GOODYEAR P215/65R15 95S EAGLE GA
GOODYEAR P265/65R17 110T GOODYEAR FORTERA M+S
Registro nº 001299/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B1C2D1
Marca/Modelo: GOODYEAR T135/80D16 101M CONVENIENCE SPARE
GOODYEAR T135/80D17 103M CONVENIENCE SPARE
GOODYEAR T145/80D16 105M CONVENIENCE SPARE
Registro nº 001300/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B3C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 7.50-16 CAP.D VELOC L POWER TORQUE TRAIL S/C
Registro nº 001301/2012 - concessão
Validade: 29/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B2C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 185R14C 102/100R G32 CARGO
GOODYEAR 185R14C 102/100S G32
GOODYEAR 185R14C 102/100S G32 PLUS
GOODYEAR 185R14C 102/100S GPS2
GOODYEAR 185R14C 99/97N GPS2
GOODYEAR 195/70R15C 104/102R G32 CARGO
GOODYEAR 30x9.50R15 LT 104Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR L225/70R16 102/99S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT 205/70R14 94/91S KELLY SAFARI
GOODYEAR LT 205/75R15 98/95S WRANGLER RT/S
GOODYEAR LT 215/75R14 98/95Q WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT 215/75R14 98/95Q WRANGLER RT
GOODYEAR LT 215/75R15 100/97Q WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT 235/70R16 104/101S WRANGLER SR-A
GOODYEAR LT 235/75R15 (C) WORKHORSE
GOODYEAR LT 235/75R15 (C) WRANGLER HT
GOODYEAR LT 235/75R15 104/101Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR LT 235/75R15 104/101Q WRANGLER RT
GOODYEAR LT 235/75R15 104/101S AT/S
GOODYEAR LT 235/75R15 104/101S KELLY SAFARI SJR
GOODYEAR LT 235/75R15 104/101S WRANGLER RT/S
GOODYEAR LT 235/75R15 104Q WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT 235/75R15 104Q WRANGLER MT
GOODYEAR LT/235/75R15 104/101 S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT225/70R16 102/99S GOODYEAR FORTERA
GOODYEAR LT225/70R16 102/99S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT225/75R15 102/99S WRANGLER ADVENTURE
Registro nº 001302/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B1CD1
Marca/Modelo: GOODYEAR T125/70D15 95M CONVENIENCE SPARE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GOODYEAR T125/70D16 96M CONVENIENCE SPARE
Registro nº 001303/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C3D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/75R14 92S KELLY METRIC RADIAL II
GOODYEAR P235/75R15 105T GOODYEAR FORTERA M+S
GOODYEAR P245/75R17 110T WRANGLER SILENT ARMOR
GOODYEAR P255/75R17 113T WRANGLER SILENT ARMOR
Registro nº 001304/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2BC6D4
Marca/Modelo: GOODYEAR 185/60R15 88H EAGLE EXCELLENCE REFORCADO
GOODYEAR 235/60R16 104H FORTERA REFORÇADO
Registro nº 001305/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2BB1C2D4
Marca/Modelo: GOODYEAR P265/75R16 114H WRANGLER RT/S
Registro nº 001306/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2CD3
Marca/Modelo: GOODYEAR 215/80R16 107S FORTERA REFORÇADO
GOODYEAR 215/80R16 107S KELLY SAFARI SJR REFORÇADO
GOODYEAR 215/80R16 107S WRANGLER ADVENTURE REFORÇADO
GOODYEAR 235/75R17.5 REGIONAL RHS 132/130L
Registro nº 001307/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D5
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/65R15 91V EAGLE GT
GOODYEAR 195/65R15 91V EAGLE NCT5
GOODYEAR 205/65R15 94V EAGLE GT
Registro nº 001308/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B6C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 12-22.5 16PR H GOODYEAR CHM 189
GOODYEAR 12-22.5 16PR H GOODYEAR CT 150
GOODYEAR 12-22.5 16PR LR H G100 S&G GOODYEAR
Registro nº 001309/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D5
Marca/Modelo: GOODYEAR 205/45R17 88V XL EAGLE GT
GOODYEAR 205/50R17 93V EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR 215/45R17 91V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX REFORÇADO
GOODYEAR 215/45R17 91V EAGLE EXCELLENCE REFORÇADO
GOODYEAR 215/45ZR17 91W EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR 225/35ZR20 90W EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR 225/45ZR17 94W EAGLE GT Reforçado
GOODYEAR 225/45ZR17 94W XL EAGLE F1
GOODYEAR 235/35ZR19 91W EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR 235/40ZR18 95W XL EAGLE GT
GOODYEAR 235/45R17 97V EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR 245/35ZR20 95W EAGLE GT REFORÇADO
GOODYEAR P245/45R18 100V EAGLE LS2 REFORÇADO
Registro nº 001310/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D4
Marca/Modelo: GOODYEAR 185/60R14 82H DIRECTION
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE GT+4
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE NCT2
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE NCT3
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE NCT5
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE NCT60
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE VENTURA
GOODYEAR 185/60R14 82H EAGLE VENTURA II
GOODYEAR 185/60R15 84H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 185/60R15 84H EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 185/60R15 84H EAGLE NCT5
GOODYERA 195/55R15 85H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 195/55R15 85H EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 195/55R15 85H EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/60R13 83H EAGLE VENTURA
GOODYEAR 195/60R14 85H EAGLE GT+4
GOODYEAR 195/60R14 86H AQUATRED
GOODYEAR 195/60R14 86H EAGLE NCT2
GOODYEAR 195/60R14 86H EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/60R14 86H EAGLE NCT60
GOODYEAR 195/60R14 86H EAGLE VENTURA
GOODYEAR 195/60R15 88H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 195/60R15 88H EAGLE NCT3
GOODYEAR 195/60R15 88H EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/60R15 88H GOODYEAR ASSURANCE
GOODYEAR 205/55R16 91H GOODYEAR ASSURANCE
GOODYEAR 205/60R13 86H EAGLE VENTURA
GOODYEAR 205/60R14 88H EAGLE NCT60
GOODYEAR 205/60R15 91H GOODYEAR ASSURANCE
GOODYEAR 205/60R16 92H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 225/60R16 98H GOODYEAR ASSURANCE TRIPLETRED
GOODYEAR 235/60R16 100H WRANGLER HP
GOODYEAR 255/55R18 105H DUNLOP GRANDTREK TOURING A/S
GOODYEAR 255/55R18 105H EAGLE LS2
GOODYEAR 255/60R17 106H FORTERA
GOODYEAR 255/60R17 106H FORTERA TRIPLETREAD
GOODYEAR P195/60R15 87H GOODYEAR ASSURANCE M+S (TRIPLE TREAD)
GOODYEAR P205/55R16 89H GOODYEAR ASSURANCE TRIPLE TREAD M+S
GOODYEAR P205/60R15 90H GOODYEAR ASSURANCE M+S (TRIPLE TREAD)
GOODYEAR P205/60R16 91H EAGLE LS
GOODYEAR P215/60R17 95H EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR P225/55R17 95H ASSURANCE FUELMAX M+S
GOODYEAR P255/55R18 104H EAGLE LS2
GOODYEAR P265/60R18 109H FORTERA
Registro nº 001311/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B3C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 235/75R17.5 REGIONAL RHS 132/130L
Registro nº 001312/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C6D5
Marca/Modelo: GOODYEAR 205/55R16 REINF 94V EAGLE NCT5
GOODYEAR 205/55R16 REINF 94V EAGLE VECTOR (EV-2)
GOODYEAR 205/55R16 REINF 94V EXCELLENCE
GOODYEAR 205/55R17 95V EXCELLENCE REINF
GOODYEAR 205/60R16 96W GOODYEAR EXCELLENCE REINF
GOODYEAR 215/55R16 97W EXCELLENCE REINFORCED
GOODYEAR 215/55R17 Reinf 98V GOODYEAR EXCELLENCE
GOODYEAR 215/60R16 99V EXCELLENCE REINFORCED
GOODYEAR 215/60R16 99W EXCELLENCE REINF
GOODYEAR 225/55R16 99W EXCELLENCE REINFORCED
GOODYEAR 225/55R17 REINF 101V GOODYEAR VECTOR 4SEASONS
GOODYEAR 225/55R17 REINF 101V GOODYEAR VECTOR 4SEASONS AO
GOODYEAR 225/55ZR16 99W EXCELLENCE REINFORCED
GOODYEAR 225/55ZR17 EAGLE F1 (GS-D3) REINFORCED 101W
GOODYEAR 235/55R18 104Y EFFICIENT GRIP AO REINF
GOODYEAR 235/55R18 104Y EFFICIENT GRIP REINF
GOODYEAR 235/55R19 REINF 105V GOODYEAR EFFICIENT GRIP SUV
GOODYEAR 235/60R18 107W EXCELLENCE REINF
GOODYEAR 235/60ZR18 107W EAGLE F1 (GS-D3) REINF
GOODYEAR 255/55R18 109V EAGLE LS2 REINFORCED
GOODYEAR 255/55R18 109V EFFICIENT GRIP SUV REINF.
GOODYEAR 255/55R18 109V WRANGLER F1 (WRL-2) REINF
GOODYEAR 255/55R18 109W EAGLE F1 ASYMMETRIC SUV REINF
GOODYEAR 255/55R18 REINF 109V GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC SUV)
GOODYEAR 255/55R18 REINF 109V GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC SUV) RunOnFlat
GOODYEAR 255/55R18 Reinf 109Y GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC) SUV
GOODYEAR 255/55R18 Reinf 109Y GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC) SUV AO
GOODYEAR 255/55R19 111V WRANGLER F1 EMT REINF
GOODYEAR 255/55R19 111V WRANGLER HP (ALL WEATHER) REINF
GOODYEAR 255/55R19 111V WRANGLER HP ALL WEATHER REINF.
GOODYEAR 255/55R20 REINF 110W GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC SUV)
GOODYEAR 255/55R20 REINF 110W GOODYEAR EAGLE F1 (ASYMMETRIC) SUV AT
GOODYEAR 255/55ZR18 EAGLE F1 (GS-D3) 109Y REINF
GOODYEAR 255/60R18 112V EFFICIENT GRIP SUV REINF.
GOODYEAR 255/60R18 112V WRANGLER HP (ALL WEATHER) REINF
Registro nº 001313/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1CD5
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/55R15 84V NCT2
GOODYEAR 195/55R15 85V EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/55R15 85V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 195/55R15 85V EAGLE GT
GOODYEAR 195/55R15 85V EAGLE VENTURA
GOODYEAR 195/60R15 88V EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/60R15 88V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 195/60R15 88V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 195/60R15 88V EAGLE GT
GOODYEAR 195/60R15 88V EAGLE VENTURA
GOODYEAR 195/60R15 88V NCT3
GOODYEAR 205/55R16 88V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 205/55R15 88V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 205/55R16 91V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 205/55R16 91V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 205/55R16 91V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX AYRTON SENNA
GOODYEAR 205/55R16 91V GOODYEAR EAGLE GT
GOODYEAR 205/55ZR16 91W GOODYEAR EAGLE F1
GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE NCT5
GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE GT
GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE VENTURA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GOODYEAR 205/60R15 91V EAGLE VENTURA II
GOODYEAR 205/60R15 91V NCT3
GOODYEAR 205/60R15 91V NCT5
GOODYEAR 205/60R16 92V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 205/60R16 92V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 205/60R16 92V EAGLE GT
GOODYEAR 215/55R16 93V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 215/55R16 93V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 215/55R16 93V EAGLE GT
GOODYEAR 215/55R17 94V EAGLE GT
GOODYEAR 215/55R18 95V EAGLE GT
GOODYEAR 215/60R16 95V EAGLE GT
GOODYEAR 225/55R16 95V EAGLE GT
GOODYEAR 225/55R17 97V EAGLE GT
GOODYEAR 225/60R16 98V EAGLE GT
GOODYEAR 235/55ZR17 99W EAGLE GT
GOODYEAR P215/55R17 93V EAGLE RS-A
GOODYEAR P235/60R18 102V EAGLE RS-A
Registro nº 001314/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B2C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 7.50-20 14PR G GOODYEAR SUPER ROAD LUG
GOODYEAR 7.50-20 LR G 14PR GOODYEAR HI MILLER G8
Registro nº 001315/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B3C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/50R15 82V EAGLE F1 GSD3
GOODYEAR 195/50R15 82V GOODYEAR EAGLE F1
GOODYEAR 205/50R16 87V EAGLE GT
GOODYEAR 215/50R17 91V EAGLE GT
GOODYEAR 225/45R17 91V EAGLE GT
GOODYEAR 225/45R17 91V GOODYEAR EAGLE GT
GOODYEAR 225/50R16 92V EAGLE GT
GOODYEAR 225/50R17 94V EAGLE EXCELLENCE
GOODYEAR 225/50R17 94V EAGLE EXCELLENCE AQUAMAX
GOODYEAR 225/50R17 94W EAGLE GT
GOODYEAR 225/50ZR17 94W EAGLE GT
GOODYEAR 235/45ZR17 94W EAGLE GT
GOODYEAR 245/40ZR17 91W EAGLE GT
GOODYEAR 245/45ZR17 95W EAGLE GT
GOODYEAR 245/45ZR20 99Y EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR 255/40ZR17 94W GOODYEAR EAGLE GT
GOODYEAR 255/45R20 101W EAGLE RS-A EMT
GOODYEAR 255/45ZR20 101Y EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR 255/50R19 103W GOODYEAR ASYMMETRIC SUV
GOODYEAR 265/45R20 104Y DUNLOP SP SPORT MAXX GT
GOODYEAR 285/40R20 104W EAGLE RS-A EMT
GOODYEAR P225/45R18 91V EAGLE RS-A
GOODYEAR P225/50R17 93V EAGLE RS-A
GOODYEAR P235/45R18 94V EAGLE RS-A
GOODYEAR P245/40ZR18 88Y EAGLE F1 GS-2 EMT
GOODYEAR P245/50R20 102V EAGLE RS-A
GOODYEAR P255/40R17 91Y EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR P255/45R18 99W EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR P265/40ZR17 91Y EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR P275/40ZR18 94Y EAGLE F1 GS EMT
GOODYEAR P285/40ZR18 96W EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR P295/35ZR18 91Y EAGLE F1 SUPERCAR
GOODYEAR P325/30ZR19 94Y EAGLE F1 SUPERCAR EMT
Registro nº 001316/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B3C2
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/75R14C 106/104R G32
GOODYEAR 195/75R14C 106/104R G32 PLUS
GOODYEAR 195/75R16C 107/105Q G32
GOODYEAR 195/75R16C 107/105R G32 CARGO
GOODYEAR 195/80R14C 110/108R G32 CARGO
GOODYEAR 195R14C 106/104P CARGO G28
GOODYEAR 195R14C 106/104Q WRANGLER RT/S
GOODYEAR 205/70R15C 106/104R G32 CARGO
GOODYEAR 205/70R15C 106/104S G32
GOODYEAR 205/70R15C 106/104S G32 PLUS
GOODYEAR 205/75R16C 110/108R G32 CARGO
GOODYEAR 205/75R16C 113/111Q G32
GOODYEAR 205/75R16C 113/111Q GOODYEAR G32 CARGO
GOODYEAR 205R16C 110/108S WRANGLER AT/S M+S
GOODYEAR 205R16C 110/108T ALL WEATHER M+S
GOODYEAR 215/70R14C 106/104Q G32
GOODYEAR 215/70R14C 106/104Q G32 PLUS
GOODYEAR 225/70R15C 112/110P G32
GOODYEAR 225/70R15C 112/110R G32
GOODYEAR 225/70R15C 112/110R G32 CARGO
GOODYEAR 255/70R15C 112/110S WRANGLER HP M+S
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WORKHORSE
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER AQUATRED
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER AT/S
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER GS-A
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER HT
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER MT
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER RT
GOODYEAR 31X10.50R15 (C) LT WRANGLER RT/S
GOODYEAR 31X10.50R15 LT 109Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR 31X10.50R15 LT 109Q WRANGLER RT
GOODYEAR 31X10.50R15 LT 109S KELLY SAFARI SJR
GOODYEAR 31x10.50R15LT 109Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR 31X11.50R15 (C) LT WRANGLER MT
GOODYEAR 32X11.50R15 LT 113Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR 33X12.50R15 LT 108Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR 33X12.50R15LT 108Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR 35X12.50R15 LT 113Q WRANGLER MT/R
GOODYEAR LT 215/75R15 106/103R WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT 215/75R15 106/103S WRANGLER RT/S
GOODYEAR LT 215/75R15 106Q WRANGLER HT
GOODYEAR LT 215/75R15 WRANGLER AT/S 106/103S
GOODYEAR LT 225/75R15 WRANGLER AT/S 108/104S
GOODYEAR LT 225/75R15 WRANGLER RT/S 108/104Q
GOODYEAR LT 225/75R15 WRANGLER RT/S 108/104S
GOODYEAR LT 235/70R16 110/107S WRANGLER SR-A
GOODYEAR LT 235/75R15 110/107S WRANGLER FORTERA
GOODYEAR LT 235/75R15 WRANGLER AT/S 110/107S
GOODYEAR LT 235/75R15 WRANGLER RT/S 110/107S
GOODYEAR LT 245/70R16 106/103S G32
GOODYEAR LT 245/70R16 G32 M+S 106/103S
GOODYEAR LT 255/75R15 109/105S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT 255/75R15 WRANGLER AT/S 109/105R
GOODYEAR LT 255/75R15 WRANGLER RT/S 109/105R
GOODYEAR LT 265/70R16 110/107S FORTERA
GOODYEAR LT 265/70R16 110/107S WRANGLER RT/S M+S
GOODYEAR LT225/75R15 108/104S FORTERA
GOODYEAR LT225/75R16 110/107Q WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT225/75R16 110/107R GOODYEAR WRANGLER AT/S
GOODYEAR LT235/70R16 110/107S FORTERA
GOODYEAR LT235/75R15 110/107S FORTERA
GOODYEAR LT235/75R15 110/107S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT235/75R15 110/107S WRANGLER ADVENTURE
GOODYEAR LT245/65R17 105/102S WRANGLER HP
GOODYAER LT255/75R15 109/105S FORTERA
GOODYEAR LT255/75R15 109/105S KELLY SAFARI SJR
GOODYEAR LT255/75R15 109/105S KELLY SAFARI SJR
GOODYEAR LT255/75R15 110/107S GOODYEAR FORTERA COMFORTRED
Registro nº 001317/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C6D2
Marca/Modelo: GOODYEAR 255/55R19 111Q WRANGLER MT/R REINF
Registro nº 001318/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2CD4
Marca/Modelo: GOODYEAR 235/70R17 111H WRANGLER HP (ALL WEATHER) REINF
GOODYEAR 215/75R16 103H WRANGLER HP (ALL WEATHER
Registro nº 001319/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C4D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/70R15 97S GT2 REINFORCED
Registro nº 001320/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C2D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 155/80R13 79T GT2
GOODYEAR 155/80R13 79T GT2E
GOIODYEAR 175/80R14 88T GT2E
Registro nº 001321/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D2
Marca/Modelo: GOODYEAR 215/65R16 98Q WRANGLER MT/R
Registro nº 001322/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1BC1D1
Marca/Modelo: GOODYEAR T165/90D19 119M CONVENIENCE SPARE
GOODYEAR T175/90D17 109M CONVENIENCE SPARE
Registro nº 001323/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B6C4D4
Marca/Modelo: GOODYEAR 175/50R13 72H FULDA CARAT ASSURO
GOODYEAR 175/50R14 74H EAGLE TOURING (NCT3) 4 RIB-E
GOODYEAR 195/50R15 82H EAGLE NCT5
GOODYEAR 195/50R16 84H EAGLE TOURING (NCT3) 4 RIB-E
GOODYEAR 205/45R16 83H EAGLE NCT5
GOODYEAR 205/50R17 89H EAGLE LS2* Run On Flat
GOODYEAR 215/45R16 86H EXCELLENCE
GOODYEAR 215/45R16 86H GOODYEAR EXCELLENCE
GOODYEAR 225/45R17 91H ULTRA GRIP (GW-3) M+S Run On Flat MOExtended
GOODYEAR 225/50R16 92H EAGLE ULTRA GRIP (GW-3) M+S* RunOnFlat
GOODYEAR 225/50R17 94H EAGLE ULTRA GRIP (GW-3) M+S* RunOnFlat
GOODYEAR 225/50R17 94H GOODYEAR EAGLE LS2 ROF
GOODYEAR 245/40R18 93H EAGLE LS2
GOODYEAR 245/45R17 95H EAGLE LS2 RunOnFlat MOExtended
GOODYEAR 245/50R17 99H EAGLE ULTRA GRIP (GW-D3) M+S* RunOnFlat
GOODYEAR 245/50R17 99H ULTRA GRIP (GW-3) M+S*EMT
GOODYEAR 245/50R18 100H EAGLE LS RunOnFlat
GOODYEAR 245/50R18 100H EAGLE LS* RunOnFlat
GOODYEAR 255/45R18 99H GOODYEAR EAGLE LS2 AO
GOODYEAR 255/45R20 101H GOODYEAR EAGLE LS2
GOODYEAR 275/50R20 109H GOODYEAR EAGLE LS2 RunOnFlat MOExtended
Registro nº 001324/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B6C4
Marca/Modelo: GOODYEAR 10.00R20 147/143K SAVA COMET M2
GOODYEAR 10.00R20 147/143K SAVA ORJAK S M+S
GOODYEAR 11.00R20 150/146K G386 UNISTEEL
Registro nº 001325/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B8C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 12.00R24 158/155F G177
GOODYEAR 12.00R24 158/155J G288 M+S
Registro nº 001326/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C7D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 195/50R15 82T GT2E
Registro nº 001327/2012 - concessão
Validade: 16/08/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C3D3
Marca/Modelo: GOODYEAR 225/75R15 102S WRANGLER AP
GOODYEAR 225/75R16 104T WRANGLER S4
GOODYEAR 235/75R15 105T WRANGLER AT/R
GOODYEAR 255/75R15 110T WRANGLER AT/R
GOODYEAR 265/75R16 116T WRANGLER AT/R
Registro nº 001328/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B7C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 11.00R22 152/148K S0401
GOODYEAR 11.00R22 152/149D G677 OTR
GOODYEAR 11.00R22 152/149J G665
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G167
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G291
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G324
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G357
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G359
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G365
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G377
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G386
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G658
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G667
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G677 MSD
GOODYEAR 11.00R22 152/149K G686 MSS
GOODYEAR 11.00R22 152/149K KELLY ARMORSTEEL KS 481
GOODYEAR 11.00R22 152/149K KELLY ARMORSTEEL KS461
GOODYEAR 11.00R22 152/149K S0203
GOODYEAR 11.00R22 152/149K S0401
GOODYEAR 11.00R22 G358 152/149K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G362 152/149K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G367 152/149K CAP.H
GOODYEAR 12.00R20 154/151K G358
GOODYEAR 12.00R20 154/151K G359
GOODYEAR 12.00R20 154/151K G367
GOODYEAR 12.00R20 154/151K G686 M+S
GOODYEAR 12.00R20 154/151K GOODYEAR G677 UNISTEEL MSD M+S
GOODYEAR 12.00R20 G124 CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G186 CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G291 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G324 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G358 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G359 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G367 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G377 154/149K CAP.J
GOODYEAR 12.00R20 G386 154/149K CAP.J
Registro nº 001329/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B5C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 10.00-20 14PR TT CT150
GOODYEAR 10.00-20 14PR TT TRAILER SPECIAL GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 16PR TT CT150 GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 16PR TT CT217 GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 16PR TT G100 S&G GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 16PR TT LOGGER GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 16PR TT SUPERCORDILLERANA S&G SERVICE GOODYEAR
GOODYEAR 10.00-20 CAP.G CT150
GOODYEAR 10.00-20 CAP.G G100 S
GOODYAR 10.00-20 CAP.G PXN II
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H CONQUISTADOR
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H CONQUISTADOR LR-7
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H CT150
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H G100
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H PAPALEGUAS
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H PAPALEGUAS G8
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H PAPALEGUAS G8 LR-7
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H PAPALEGUAS LR-7
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H SUPER CONQUISTADOR
GOODYEAR 10.00-20 CAP.H SUPER PAPALEGUAS
GOODYEAR 11.00-20 14PR TT CT 150 GOODYEAR
GOODYEAR 11.00-20 CAP.G CT150
GOODYEAR 11.00-20 CAP.G G100
GOODYEAR 11.00-20 CAP.G PAPALEGUAS G8
GOODYEAR 11.00-20 CAP.G PXN
GOODYEAR 11.00-22 CAP.F PAPALEGUAS G8
GOODYEAR 11-22.5 14PR LR G PISO XTRA PLUS GOODYEAR
Registro nº 001330/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B4C2
Marca/Modelo: GOODYEAR - 255/70R22.5 140/137M (140/140L) G114 UNISTEEL
Registro nº 001331/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B4C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 9.00R20 G124 CAP.G
GOODYEAR 9.00R20 G167 CAP.G
GOODYEAR 9.00R20 G186 CAP.G
GOODYEAR 9.00R20 G188A CAP.G
GOODYEAR 9.00R20 G291 CAP.G
Registro nº 001332/2012 - concessão
Validade: 03/08/2014
Fornecedor: CENTRA FOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS C/INCENDIO LTDA
CNPJ.: 11.552.462/0001-38
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXT PO QUIMICO
EXT DIOXIDO DE CARBONO CO2
EXT AGUA PRESSURIZADA
Registro nº 001333/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D1E2F1
Marca/Modelo: Yamashida 110/70-17 60P 6P TL -305
Yamashida 140/70-17 72P 6P TL - 306
Yamashida 150/70-17 75P 6P TL - 306
Registro nº 001334/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E2F1
Marca/Modelo: Yamashida 100/90-18 62P 6PTT - 936
Yamashida 110/90-16 65P 6PTT - 313
Yamashida 130/90-15 72P 6PTT - 313
Yamashida 2.75-17 47P 6PTT - 277
Yamashida 2.75-17 47P 6PTT - 313
Yamashida 2.75-18 48P 6PTT - 313
Yamashida 2.75-18 48P 6PTT - 323
Yamashida 2.75-18 48P 6PTT - 364
Yamashida 3.00-17 50P 6PTT - 313
Yamashida 3.00-18 52P 6PTT - 313
Yamashida 3.00-18 52P 6PTT - 323
Yamashida 3.25-18 59P 6PTT- 922
Yamashida 3.50-16 58P 6PTL - 309
Yamashida 3.50-16 58P 6PTT - 922
Yamashida 3.50-18 62P 6PTT - 936
Yamashida 70/90-16 42P 6PTT - KB900
Yamashida 80/90-16 48P 6PTT - KB900
Yamashida 90/90-18 57P 6PTT - 106
Yamashida 90/90-18 57P 6PTT - 313
Registro nº 001335/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E1F1
Marca/Modelo: Yamashida 110/90-19 68M 6PTT - 313
Yamashida 120/80-19 69M 6PPT - 313
Yamashida 2.50-17 43L 6PTT - 211
Yamashida 2.50-17 43L 6PTT - 277
Yamashida 2.50-17 43L 6PTT - 302M
Yamashida 2.50-17 43L 6PTT -313
Yamashida 2.75-14 41L 6PTT - 323
Yamashida 3.50-10 56J 6PTL - 307
Yamashida 3.50-10 56J 6PTL - 310
Yamashida 4.50-12 77L 6PPT - 324
Yamashida 70/100-14 42L 6PTT - 313
Yamashida 70/100-19 48M 6PTT - 313
Yamashida 70/90-14 40L 6PTT - KB900
Yamashida 80/100-14 48L 6PTT - 888
Yamashida 80/100-21 57M 6PTT - 313BM
Yamashida 80/90-14 46L 6PTT - KB900
Yamashida 90/100-14 55L 6PTT - 313
Yamashida 90/100-16 58M 6PTT - 313
Yamashida 90/100-18 60M 6PTT - 313
Registro nº 001336/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E2F1
Marca/Modelo: Yamashida 130/70-17 62S 6P TL - 931
Registro nº 001337/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E2F1
Marca/Modelo: Yamashida 100/80-17 52S 6PTL - 931
Yamashida 110/90-17 60P 6PTT - 922A
Yamashida 2.75-18 42P 6PTT - 329
Yamashida 90/90-18 51P 6PTT - 916B
Yamashida 90/90-19 52P 6PTT - 922ª
Registro nº 001338/2012 - concessão
Validade: 01/03/2016
Fornecedor: Motospirit Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ.: 10.819.911/0001-07
Fabricante: Chongqing Super Star Rubber Industrial Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E1F1
Marca/Modelo: Yamashida 5.00-12 83J 6PTT - 368
Yamashida 60/100-17 33L 6PTT - 888
Registro nº 001339/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D2E2F2
Marca/Modelo: METZELER 110/80R19 M/C 59R M+S MCE KAROO 2 FRONT
Registro nº 001340/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C2D1E3F1
Marca/Modelo: METZELER 140/70B18 M/C 73H REINF ME 880 MARATHON FRONT
METZELER 140/70B18 M/C 73H REINF NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 150/70B18 M/C 76H REINF ME 880 MARATHON
METZELER 150/70B18 M/C 76H REINF NIGHT DRAGON

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

METZELER 160/70B17 M/C REINF 79V ME880
Registro nº 001341/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D1E3F1
Marca/Modelo: PIRELLI 110/70R17 M/C 54H DIABLO
METZELER 110/70R17 M/C 54H MEZ4 FRONT
PIRELLI 110/70R17 M/C TL 54H DIABLO ROSSO
PIRELLI 110/70R17 M/C TL 54H DIABLO ROSSO II FRONT
PIRELLI 110/70ZR17 54W MTR 21
PIRELLI 110/70ZR17 54W MTR 21
METZELER 110/70ZR17 M/C (54W) SPORTEC M5 INTERACT
PIRELLI 110/70ZR17 M/C 54W DIABLO
PIRELLI 110/70ZR17 M/C 54W DIABLO ROSSO
PIRELLI 110/70ZR17 M/C 54W DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 110/70ZR17 M/C 54W DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 110/70ZR17 M/C 54W RENNSPORT
METZELER 110/70ZR17 M/C 54W ROADTEC Z6 FRONT
METZELER 110/70ZR17 M/C 54W ROADTEC Z8 INTERACT FRONT
METZELER 110/70ZR17 M/C 54W SPORTEC M-1
METZELER 110/70ZR17 M/C 54W SPORTEC M3
PIRELLI 110/70ZR17 M/C TL 54W DIABLO ROSSO II FRONT
PIRELLI 110/70ZR17 M/C TL 54W V2 SC1 DIABLO SUPERCORSA V2 F (E3-75R-0054163 EXT19)
PIRELLI 120/60R17 M/C 55H DIABLO
PIRELLI 120/60R17 M/C 55H DIABLO ROSSO II FRONT
METZELER 120/60R17 M/C 55H ME Z1 FRONT
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) MTR 21
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) MTR 21 CORSA
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) MTR 21 CORSA
METZELER 120/60ZR17 (55W) SPORTEC M-1
METZELER 120/60ZR17 (55W) SPORTEC M-1
METZELER 120/60ZR17 (55W) TL ME Z1 FRONT
METZELER 120/60ZR17 (55W) TL ME Z1 FRONT
METZELER 120/60ZR17 (55W) TL ME Z3 FRONT RACING
METZELER 120/60ZR17 (55W) TL ME Z3 FRONT RACING
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) TL MTR 01
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) TL MTR 01
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) TL MTR 23
PIRELLI 120/60ZR17 (55W) TL MTR 23
PIRELLI 120/60ZR17 M/C (55W) ANGEL ST Fr
PIRELLI 120/60ZR17 M/C (55W) DIABLO
PIRELLI 120/60ZR17 M/C (55W) DIABLO ROSSO
PIRELLI 120/60ZR17 M/C (55W) DIABLO STRADA
PIRELLI 120/60ZR17 M/C (55W) DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) ME Z4 FRONT
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) RENNSPORT
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) ROADTEC Z6 FRONT
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) ROADTEC Z8 INTERACT FRONT
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) SPORTEC M3
METZELER 120/60ZR17 M/C (55W) SPORTEC M5 INTERACT
PIRELLI 120/60ZR17 M/C 55W DIABLO ROSSO CORSA
PIRELLI 120/60ZR17 M/C TL (55W) DIABLO ROSSO II FRONT
PIRELLI 120/65ZR17 (56W) MTR 21 CORSA
PIRELLI 120/65ZR17 (56W) MTR 21 CORSA
METZELER 120/65ZR17 (56W) SPORTEC M-1
METZELER 120/65ZR17 (56W) SPORTEC M-1
PIRELLI 120/65ZR17 M/C (56W) DIABLO CORSA III
METZELER 120/65ZR17 M/C (56W) SPORTEC M3
PIRELLI 120/70R14 M/C 55H DIABLO SCOOTER
METZELER 120/70R14 M/C 55H TL FEELFREE
PIRELLI 120/70R15 M/C 56H DIABLO SCOOTER
METZELER 120/70R15 M/C 56H TL FEELFREE
METZELER 120/70R15 M/C TL 56H FEELGREEN F (E3-75R-003051)
PIRELLI 120/70R16 M/C 57H DIABLO SCOOTER
PIRELLI 120/70R17 58H MTR 01 DRAGON
PIRELLI 120/70R17 58V MT60 RADIAL
PIRELLI 120/70R17 M/C 58H DIABLO
PIRELLI 120/70R17 M/C 58H DIABLO ROSSO II FRONT
PIRELLI 120/70R17 M/C 58H SCORPION SYNC FRONT
PIRELLI 120/70R17 M/C 58V DIABLO SUPERCORSA
METZELER 120/70R17 M/C 58V ME880 MARATHON FRONT
PIRELLI 120/70R17 M/C 58V PHANTOM SPORTSCOMP
METZELER 120/70R17 M/C 58V RACETEC
METZELER 120/70R17 M/C 58V RACETEC INTERACT
METZELER 120/70R17 M/C 58V RACETEC INTERACT K0
PIRELLI 120/70R17 M/C TL 58V SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 120/70R19 M/C TL 60V TOURANCE EXP FRONT
PIRELLI 120/70ZR M/C TL (58W) PIRELLI DIABLO ROSSO II FRONT
PIRELLI 120/70ZR M/C TL 58W SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 120/70ZR17 (58W) MEZ3 FRONT
METZELER 120/70ZR17 (58W) MEZ3 FRONT
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) MTR 21 CORSA
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) MTR 21 CORSA
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) MTR 21 TL
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) MTR 21 TL
METZELER 120/70ZR17 (58W) SPORTEC M-1
METZELER 120/70ZR17 (58W) SPORTEC M-1
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z1 FRONT
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z1 FRONT
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z1 FRONT RACING
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z1 FRONT RACING
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z3 FRONT RACING
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z3 FRONT RACING
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z4 FRONT
METZELER 120/70ZR17 (58W) TL ME Z4 FRONT
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) TL MTR 01
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) TL MTR 01
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) TL MTR 23
PIRELLI 120/70ZR17 (58W) TL MTR 23
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) ANGEL ST
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO CORSA
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO CORSA III
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO CORSA III N
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO P
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO ROSSO CORSA
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO ROSSO FRONT
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO ROSSO K
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO STRADA
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO SUPERCORSA SP
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DIABLO SUPERCORSA FRONT SP V2
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) ME Z2 FRONT
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) RACETEC
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) RACETEC INTERACT
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) RACETEC INTERACT K3
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) RENNSPORT
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) ROADTEC Z6
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) ROADTEC Z6 INTERACT FRONT
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) SPORTEC M3
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) SPORTEC M3C
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) SPORTEC M5 INTERACT
METZELER 120/70ZR17 M/C (58W) SPORTEC M5 INTERACT FRONT E
PIRELLI 120/70ZR17 M/C (58W) TL DRAGON SUPERCORSA PRO
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W DIABLO SUPERCORSA SC1
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W DIABLO SUPERCORSA V2 FRONT SCX V2
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W DRAGON SUPERCORSA PRO
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W DRAGON SUPERCORSA PRO SC1
METZELER 120/70ZR17 M/C 58W RACETEC
METZELER 120/70ZR17 M/C 58W RACETEC INTERACT
METZELER 120/70ZR17 M/C 58W RACETEC INTERACT K1
METZELER 120/70ZR17 M/C 58W RACETEC INTERACT K2
METZELER 120/70ZR17 M/C 58W RENNSPORT RS1
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W SCORPION SYNC FRONT
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W SCORPION TRAIL
PIRELLI 120/70ZR17 M/C 58W SUPERCORSA SC1
PIRELLI 120/70ZR17 M/C TL (58W) DIABLO ROSSO II FRONT
METZELER 120/70ZR17 M/C TL (58W) ROADTEC Z6 FRONT
METZELER 120/70ZR17 M/C TL (58W) ROADTEC Z8 INTERACT FRONT
PIRELLI 120/70ZR17 M/C TL 58W SCORPION TRAIL FRONT
PIRELLI 120/70ZR18 (59W) TL MTR 23
PIRELLI 120/70ZR18 (59W) TL MTR 23
PIRELLI 120/70ZR18 M/C (59W) ANGEL ST
METZELER 120/70ZR18 M/C (59W) MEZ4 FRONT
METZELER 120/70ZR18 M/C (59W) ROADTEC Z6
METZELER 120/70ZR18 M/C (59W) ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 120/70ZR18 M/C (59W) ROADTEC Z8 INTERACT FRONT
PIRELLI 120/70ZR18 M/C (59W) TL DIABLO STRADA
METZELER 120/70ZR18 M/C (59W) TL ME880 FRONT
METZELER 120/70ZR19 M/C (60W) ME880 FRONT
METZELER 120/70ZR19 M/C 60W TL ME 880 MARATHON FRONT
METZELER 130/60VR18 M/C (60V) ME880 FRONT
METZELER 130/70R17 M/C 62V ME880 MARATHON FRONT
METZELER 130/70R18 M/C 63H ME880
METZELER 130/70R18 M/C 63V ME880 MARATHON FRONT
PIRELLI 130/70R18 M/C 63V NIGHT DRAGON FRONT
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) MTR 21
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) MTR 21
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) MTR 21 CORSA
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) MTR 21 CORSA
METZELER 130/70ZR16 (61W) TL ME Z3 FRONT
METZELER 130/70ZR16 (61W) TL ME Z3 FRONT
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) TL MTR 01
PIRELLI 130/70ZR16 (61W) TL MTR 01
PIRELLI 130/70ZR16 M/C (61W) DIABLO
METZELER 130/70ZR16 M/C (61W) SPORTEC M-1
METZELER 130/70ZR16 M/C (61W) SPORTEC M3
PIRELLI 140/70R17 M/C TL 66H DIABLO ROSSO II
PIRELLI 150/60R14 M/C 62H DIABLO SCOOTER
PIRELLI 150/60R17 66H MTR 02 DRAGON
PIRELLI 150/60R17 M/C 66H DIABLO
PIRELLI 150/60R17 M/C 66H DIABLO ROSSO II
PIRELLI 150/60ZR17 (66W) MTR 22
PIRELLI 150/60ZR17 (66W) MTR 22
METZELER 150/60ZR17 M/C (66W) SPORTEC M5 INTERACT
PIRELLI 150/60ZR17 M/C 66W DIABLO
PIRELLI 150/60ZR17 M/C 66W DIABLO ROSSO
PIRELLI 150/60ZR17 M/C 66W DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 150/60ZR17 M/C 66W DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 150/60ZR17 M/C 66W RENNSPORT
METZELER 150/60ZR17 M/C 66W SPORTEC M-1
METZELER 150/60ZR17 M/C 66W SPORTEC M3
PIRELLI 150/60ZR17 M/C TL 66W DIABLO ROSSO II
PIRELLI 150/60ZR17 M/C TL 66W V2 SC2 DIABLO SUPERCORSA V2 (E3-75R-0053852 EXT10)
PIRELLI 150/70R17 69H MT90 S/T
PIRELLI 150/70R17 69H MT90 S/T
METZELER 150/70R17 69H TL ENDURO 4
METZELER 150/70R17 69H TL ENDURO 4
METZELER 150/70R17 69H TOURANCE
METZELER 150/70R17 69H TOURANCE
METZELER 150/70R17 69V TOURANCE
METZELER 150/70R17 69V TOURANCE (E3-75R-003055 EXT01)
METZELER 150/70R17 69V TOURANCE EXP
METZELER 150/70R17 M/C 69V ROADTEC Z6
PIRELLI 150/70R17 M/C 69V SCORPION SYNC
PIRELLI 150/70R17 M/C 69V SCORPION TRAIL
PIRELLI 150/70R17 M/C 69V SCORPION TRAIL (E3-75R-003055)
PIRELLI 150/70R17 M/C 69V SCORPION TRAIL H
METZELER 150/70R17 M/C 69V TL TOURANCE EXP H
METZELER 150/70R17 M/C 69V TOURANCE EXP (M) (E3-75R-003055 EXT02)
METZELER 150/70R17 M/C 69V TOURANCE EXP M
PIRELLI 150/70R17 M/C TL 69V SCORPION TRAIL G
METZELER 150/70R17 M/C TL 69V TOURANCE EXP C
PIRELLI 150/70R18 M/C (70V) SCORPION TRAIL
PIRELLI 150/70VR18 M/C 70V MT90 SCORPION A/T
METZELER 150/70ZR17 (69W) MEZ4
METZELER 150/70ZR17 (69W) MEZ4
PIRELLI 150/70ZR17 (69W) TL MTR 24
PIRELLI 150/70ZR17 (69W) TL MTR 24
PIRELLI 150/70ZR17 M/C (69W) ANGEL ST
PIRELLI 150/70ZR17 M/C (69W) DIABLO STRADA
METZELER 150/70ZR17 M/C (69W) ROADTEC Z6
METZELER 150/70ZR17 M/C (69W) ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 150/70ZR17 M/C (69W) ROADTEC Z8 INTERACT
PIRELLI 150/70ZR18 M/C (70W) DIABLO
PIRELLI 160/60R14 M/C 65H TL DIABLO SCOOTER
METZELER 160/60R14 M/C 65H TL FEELFREE
PIRELLI 160/60R15 M/C 67H DIABLO SCOOTER
METZELER 160/60R15 M/C 67H TL FEELFREE
METZELER 160/60R15 M/C TL 67H FEELGREEN (E3-75R-003050)
METZELER 160/60R17 69H ME Z1
PIRELLI 160/60R17 69V MT60 RADIAL
PIRELLI 160/60R17 M/C 69H DIABLO
PIRELLI 160/60R17 M/C 69H DIABLO ROSSO II

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PIRELLI 160/60R17 M/C 69H MTR 02 DRAGON
PIRELLI 160/60R17 M/C 69H SCORPION SYNC
PIRELLI 160/60R17 M/C 69H SCORPION TRAIL
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) MTR 22
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) MTR 22
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) MTR 22 CORSA
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) MTR 22 CORSA
METZELER 160/60ZR17 (69W) SPORTEC M-1
METZELER 160/60ZR17 (69W) SPORTEC M-1
METZELER 160/60ZR17 (69W) TL ME Z1
METZELER 160/60ZR17 (69W) TL ME Z1
METZELER 160/60ZR17 (69W) TL ME Z3
METZELER 160/60ZR17 (69W) TL ME Z3
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) TL MTR 02
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) TL MTR 02
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) TL MTR 24
PIRELLI 160/60ZR17 (69W) TL MTR 24
METZELER 160/60ZR17 69W RENNSPORT
PIRELLI 160/60ZR17 69W SUPERCORSA
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) ANGEL ST
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) DIABLO
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) DIABLO ROSSO
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) DIABLO ROSSO CORSA
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) DIABLO STRADA
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) ME Z4
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) RENNSPORT
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) ROADTEC Z6
PIRELLI 160/60ZR17 M/C (69W) SCORPION TRAIL
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) SPORTEC M3
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) SPORTEC M5 INTERACT
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) TL ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 160/60ZR17 M/C (69W) TL ROADTEC Z8 INTERACT
PIRELLI 160/60ZR17 M/C 69W DIABLO SUPERCORSA SC1
PIRELLI 160/60ZR17 M/C 69W SCORPION SYNC
PIRELLI 160/60ZR17 M/C TL(69W) DIABLO ROSSO II
METZELER 160/60ZR18 (70W) ME Z2
METZELER 160/60ZR18 (70W) TL ME Z4
METZELER 160/60ZR18 (70W) TL ME Z4
PIRELLI 160/60ZR18 (70W) TL MTR 24
PIRELLI 160/60ZR18 (70W) TL MTR 24
PIRELLI 160/60ZR18 (70W) TL MTR 24
PIRELLI 160/60ZR18 M/C (70W) ANGEL ST
PIRELLI 160/60ZR18 M/C (70W) DIABLO STRADA
METZELER 160/60ZR18 M/C (70W) ROADTEC Z6
METZELER 160/60ZR18 M/C (70W) ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 160/60ZR18 M/C (70W) ROADTEC Z8 INTERACT
PIRELLI 160/70ZR17 (73W) TL MTR 24
PIRELLI 160/70ZR17 (73W) TL MTR 24
METZELER 160/70ZR17 M/C 73W ME Z4
METZELER 160/70ZR17 M/C 73W ROADTEC Z6
METZELER 160/70ZR17 M/C 73W ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 170/60R17 M/C 72V ME880 MARATHON
METZELER 170/60R17 M/C TL 72V TOURANCE EXP
PIRELLI 170/60ZR17 (72W) MTR 22
PIRELLI 170/60ZR17 (72W) MTR 22
METZELER 170/60ZR17 (72W) TL ME Z3
METZELER 170/60ZR17 (72W) TL ME Z3
METZELER 170/60ZR17 (72W) TL ME Z4
METZELER 170/60ZR17 (72W) TL ME Z4
PIRELLI 170/60ZR17 (72W) TL MTR 24
PIRELLI 170/60ZR17 (72W) TL MTR 24
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) ROADTEC Z6 INTERACT
PIRELLI 170/60ZR17 M/C (72W) ANGEL ST
PIRELLI 170/60ZR17 M/C (72W) DIABLO
PIRELLI 170/60ZR17 M/C (72W) DIABLO ROSSO
PIRELLI 170/60ZR17 M/C (72W) DIABLO STRADA
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) ROADTEC Z6
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) ROADTEC Z8 INTERACT
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) SPORTEC M-1
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) SPORTEC M3
METZELER 170/60ZR17 M/C (72W) SPORTEC M5 INTERACT
PIRELLI 170/60ZR17 M/C TL (72W) DIABLO ROSSO II
PIRELLI 180/55R17 M/C 73V DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 180/55R17 M/C 73V PHANTOM SPORTSCOMP
METZELER 180/55R17 M/C 73V RACETEC
METZELER 180/55R17 M/C 73V RACETEC INTERACT
METZELER 180/55R17 M/C 73V RACETEC INTERACT K0
PIRELLI 180/55R17 M/C 73V SCORPION SYNC
PIRELLI 180/55R17 M/C TL 73V SCORPION TRAIL
METZELER 180/55VR18 M/C (74V) ME880
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) MTR 22 CORSA
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) MTR 22 CORSA
METZELER 180/55ZR17 (73W) SPORTEC M-1
METZELER 180/55ZR17 (73W) SPORTEC M-1
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL (S) MTR 24
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL (S) MTR 24
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z1
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z1
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z3
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z3
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z4
METZELER 180/55ZR17 (73W) TL ME Z4
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 02
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 02
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 22
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 22
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 24
PIRELLI 180/55ZR17 (73W) TL MTR 24
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) (E) ANGEL ST
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) ANGEL ST
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO CORSA
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO CORSA III
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO ROSSO
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO ROSSO CORSA
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO STRADA
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO SUPERCORSA
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DIABLO SUPERCORSA V2 SP V2
PIRELLI 180/55ZR17 M/C (73W) DRAGON SUPERCORSA PRO
METZELER 180/55ZR17 M/C (73W) RACETEC
METZELER 180/55ZR17 M/C (73W) RACETEC INTERACT
METZELER 180/55ZR17 M/C (73W) RACETEC INTERACT K3

Registro nº 001342/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D2E3F1
Marca/Modelo: METZELER 110/80R19 59H TOURANCE
METZELER 110/80R19 59H TOURANCE
METZELER 110/80R19 59V TOURANCE EXP FRONT
METZELER 110/80R19 59V TOURANCE FRONT
METZELER 110/80R19 59V TOURANCE FRONT (E3-75R-003054 EXT01)
PIRELLI 110/80R19 M/C 59H MT90 SCORPION S/T
METZELER 110/80R19 M/C 59V ROADTEC Z6 FRONT
PIRELLI 110/80R19 M/C 59V SCORPION SYNC
PIRELLI 110/80R19 M/C 59V SCORPION TRAIL FRONT
PIRELLI 110/80R19 M/C 59V SCORPION TRAIL FRONT (E3-75R-003054)
METZELER 110/80R19 M/C 59V TOURANCE EXP FRONT B
METZELER 110/80R19 M/C 59V TOURANCE EXP H FRONT
METZELER 110/80R19 M/C TL 59V TOURANCE EXP FRONT C
METZELER 110/80ZR17 M/C 57W ME Z4 FRONT
METZELER 110/80ZR18 (58W) MEZ4 FRONT
METZELER 110/80ZR18 (58W) MEZ4 FRONT
PIRELLI 110/80ZR18 (58W) TL MTR 23
PIRELLI 110/80ZR18 (58W) TL MTR 23
PIRELLI 110/80ZR18 M/C (58W) ANGEL ST
PIRELLI 110/80ZR18 M/C (58W) DIABLO STRADA
METZELER 110/80ZR18 M/C (58W) ROADTEC Z6 FRONT
METZELER 110/80ZR18 M/C (58W) ROADTEC Z6 INTERACT
METZELER 110/80ZR18 M/C (58W) ROADTEC Z8 INTERACT FRONT
METZELER 130/80R17 65H MEZ2
PIRELLI 130/80R17 65H MT90 S/T
PIRELLI 130/80R17 65H MT90 S/T
PIRELLI 130/80R17 65H TL MT80 RS
PIRELLI 130/80R17 65H TL MT80 RS
PIRELLI 130/80R17 M/C 65H SCORPION TRAIL
METZELER 130/80R17 M/C 65H TOURANCE
METZELER 130/80R17 M/C 65H TOURANCE EXP
METZELER 140/75R17 M/C 67V ME 880 MARATHON FRONT
PIRELLI 140/75R17 M/C 67V NIGHT DRAGON FRONT
PIRELLI 140/80R17 69H MT90 S/T
PIRELLI 140/80R17 69H MT90 S/T
PIRELLI 140/80R17 M/C 69H SCORPION TRAIL
METZELER 140/80R17 M/C 69H TOURANCE
PIRELLI 140/80R17 M/C 69V SCORPION TRAIL
METZELER 140/80R17 M/C 69V TOURANCE
METZELER 140/80R17 M/C 69V TOURANCE EXP
METZELER 150/80R16 M/C 71H ME 880 MARATHON FRONT
METZELER 150/80R16 M/C 71V ME 880 MARATHON FRONT
METZELER 150/80R17 72H ME880 FRONT
METZELER 150/80R17 72H ME880 FRONT
METZELER 150/80R17 72V ME880 FRONT
METZELER 150/80ZR16 71W ME Z2

Registro nº 001343/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E1F2
Marca/Modelo: METZELER 140/80-18 M/C (70M) M+S MCE 6 DAYS EXTREME

Registro nº 001344/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E2F2
Marca/Modelo: PIRELLI 140/80-18 M/C MST 70R SCORPION RALLY
PIRELLI 140/80-18 M/C MST 70R SCORPION RALLY M

Registro nº 001345/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D2E2F1
Marca/Modelo: METZELER 130/80R17 M/C 65S TOURANCE

Registro nº 001346/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D1E2F2
Marca/Modelo: METZELER 120/70R19 M/C 60Q MCE KAROO2 M+S (T)
METZELER 130/70R16 M/C 61P M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 150/70R17 M/C 69R M+S MCE KAROO
METZELER 150/70R18 M/C 70R M+S MCE KAROO
METZELER 170/60R17 M/C 72Q MCE KAROO M+S (T)

Registro nº 001347/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C2D2E3F1
Marca/Modelo: METZELER 130/90B16 M/C REINF 73H ME880
METZELER 130/90B16 M/C REINF 73H NIGHT DRAGON
METZELER 140/90B16 M/C REINF 77H ME880
METZELER 140/90B16 REINF 77H ME880
METZELER 150/80B16 M/C 77H REINF NIGHT DRAGON
METZELER 150/80B16 M/C REINF 77H ME880 MARATHON
METZELER 150/90 B15 M/C REINF 80H ME880

Registro nº 001348/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D1E3F2
Marca/Modelo: METZELER 120/70R14 M/C 55H M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 120/70R15 M/C 56H M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 160/60R14 M/C 65H M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 160/60R15 M/C 67H M+S FEELFREE WINTEC

Registro nº 001349/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D1E2F1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marca/Modelo: METZELER 130/70R16 M/C 61S FEELFREE
PIRELLI 150/70R18 M/C 70S TL MT90 SCORPION A/T
Registro nº 001350/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D1E3F1
Marca/Modelo: METZELER 160/60R18 M/C REINF 76V ME880
METZELER 170/60R17 M/C REINF 78V ME880 MARATHON
METZELER 170/60R17 M/C REINF 78V NIGHT DRAGON
Registro nº 001351/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C1D1E3F1
Marca/Modelo: METZELER 120/70B17 M/C 58V ME880 FRONT
METZELER 130/70B18 M/C 63H ME880 MARATHON FRONT
METZELER 140/70VB18 (67V) ME 1
METZELER 150/70B17 M/C 69V LASERTEC
METZELER 150/70VB17 M/C (69V) LASERTEC
METZELER 160/70B17 M/C 73V LASERTEC
METZELER 160/70VB16 (71V) ME 1
METZELER 170/60VB18 (73V) V260 ME 1
METZELER 180/70B15 M/C 76H NIGHT DRAGON
Registro nº 001352/2012 - concessão
Validade: 09/04/2016
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C1D2E3F1
Marca/Modelo: METZELER 120/80VB16 M/C (60V) LASERTEC FRONT
METZELER 140/80B15 M/C 67H ME880 MARATHON
METZELER 140/80B17 M/C 69V LASERTEC
METZELER 140/80B17 M/C 69V ME880 MARATHON
METZELER 140/80VB16 (68V) ME 1
METZELER 140/80VB17 (69V) V250 ME 1
METZELER 140/80VB17 M/C (69V) LASERTEC
PIRELLI 140/80VB17 M/C (69V) SPORT DEMON
METZELER 150/80B16 M/C 71H ME880
METZELER 150/80VB16 M/C (71V) LASERTEC
METZELER 150/90VB15 M/C 74V ML2 MARATHON
METZELER 160/80B16 M/C 75H ME880
METZELER MT90B16 M/C 74H ME880 MARATHON
METZELER MT90B16 M/C 74H NIGHT DRAGON
METZELER MU85B16 M/C 77H ME880 MARATHON
METZELER MU85B16 M/C 77H NIGHT DRAGON
Registro nº 001353/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B3C1
Marca/Modelo: PIRELLI 6.50-16 (10) CT52
PIRELLI 6.50-16 (10) MT06
PIRELLI 6.50-16 108/107L CT52
PIRELLI 7.00-15 (10) CT52
PIRELLI 7.00-16 (10) CT52
PIRELLI 7.00-16 (10) RT59
PIRELLI 7.00-16 (8) CT52
PIRELLI 7.00-16 113/112L CT52
PIRELLI 7.00-16 113/112L RT59
PIRELLI 7.50-16 (8) CT52
PIRELLI 7.50-16 (8) MT06
PIRELLI 7.50-16 (8) MT85
Registro nº 001354/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E1F1
Marca/Modelo: METZELER 100/90-10 REINF 61J ME5
PIRELLI 110/80-14 M/C REINF 59J MT15
PIRELLI 110/80-14M/C REINF 59J MT15 MANDRAKE
PIRELLI 2.25-17 REINF 38L MT15
METZELER 2.50-17 REINF 43L M01
PIRELLI 2.50-17 REINF 43L MT15
METZELER 2.50-18 REINF 45L ME22
PIRELLI 2.50-18 REINF 45L MT15
METZELER 3.00-10 REINF 50J ME1
METZELER 3.00-10 REINF 50J ME5
PIRELLI 3.00-10 REINF 50J RIO
PIRELLI 3.00-10 REINF 50J SC28
PIRELLI 3.00-10 REINF 50J SL26
PIRELLI 3.50-10 REINF 59J SL26
METZELER 3.50-10 REINF 59J ME1
METZELER 3.50-10 REINF 59J ME5
PIRELLI 3.50-10 REINF 59J RIO
PIRELLI 3.50-10 REINF 59J SC28
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L ARMSTRONG
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L CT55
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L DURACITY
FORMULA 80/100-14 M/C REINF 49L FORMULA
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L MANDRAKARU
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L MANDRAKE DUE
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L MANDRAKE EVO
METZELER 80/100-14 M/C REINF 49L ME22
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L MT15
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L MT55
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L PENTA MANDRAKE
METZELER 80/100-14 M/C REINF 49L URBAN
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF 49L VANTAGE
PIRELLI 80/100-14 M/C REINF49L DURATRACTION
PIRELLI 80/100-14M/C REINF 49L COURIER
PIRELLI 80/80-14 REINF 43J ML12
PIRELLI 80/80-16 M/C REINF 45J MT15
PIRELLI 90/80-16 M/C REINF 51J MT15
PIRELLI 90/80-16 M/C REINF 51L MT15
Registro nº 001355/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E3F1
Marca/Modelo: METZELER 130/90-16 M/C REINF 73H ME880
METZELER 130/90-16 M/C REINF 73H ME880 WW
PIRELLI 130/90-16 M/C REINF 73H MT66
Registro nº 001356/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E1F1
Marca/Modelo: METZELER 100/80-10 53J ME1
PIRELLI 100/80-10 53J RIO
PIRELLI 100/80-10 53J SL26
METZELER 100/80-10 53L ME7 TEEN
PIRELLI 100/80-10 53L SL38
PIRELLI 100/90-10 56J RIO
PIRELLI 100/90-10 56J SC28
PIRELLI 100/90-10 56J SL26
PIRELLI 110/100-12 67J SL26
METZELER 110/100-12 67L ME7 TEEN FRONT
PIRELLI 110/80-10 58J RIO
PIRELLI 110/80-10 58J SL26
PIRELLI 110/80-10 58J SL38
METZELER 110/80-10 58L ME7 TEEN
METZELER 110/90-12 64L ME7 TEEN FRONT
PIRELLI 110/90-13 M/C 56L GTS23
PIRELLI 120/80-12 55J SL60
PIRELLI 120/90-10 57J SL60
PIRELLI 120/90-10 66J RIO
PIRELLI 120/90-10 66J SL26
METZELER 120/90-10 66L ME7 TEEN
PIRELLI 120/90-10 M/C 57L SL90 FRONT
PIRELLI 130/80-12 60J SL60
PIRELLI 130/90-10 61J RIO
PIRELLI 130/90-10 61J SL26
PIRELLI 130/90-10 61J SL60
METZELER 130/90-10 61L ME7 TEEN
PIRELLI 150/80-10 M/C 65L SL90
PIRELLI 2.50-18 40L MT76
PIRELLI 2.75-10 37J SC28
PIRELLI 3.00-10 42J SC28
PIRELLI 3.00-10 42J SC30
PIRELLI 3.00-10 42J SL6
PIRELLI 3.50-10 51J SC30
PIRELLI 60/100-17 33L MT15
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L ARMSTRONG FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L COURIER FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L CT55 FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L DURACITY FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L DURATRACTION FRONT
FORMULA 60/100-17 M/C 33L FORMULA FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L MANDRAKARU FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L MANDRAKE DUE FRONT
METZELER 60/100-17 M/C 33L ME22
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L MT55 FRONT
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L PENTA MANDRAKE FRONT
METZELER 60/100-17 M/C 33L URBAN
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L VANTAGE
PIRELLI 80/80-16 M/C 40J MT15
PIRELLI 80/90-10 44J SL6
METZELER 90/90-10 50J ME1
PIRELLI 90/90-10 50J RIO
PIRELLI 90/90-10 50J SL26
PIRELLI 90/90-12 44J TL SL26
PIRELLI 60/100-17 M/C 33L MANDRAKE EVO FRONT
Registro nº 001357/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E2F1
Marca/Modelo: PIRELLI 100/80-16 50T MT75 FRONT
PIRELLI 100/80-16 M/C 50P DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 100/80-16 M/C 50P FEELFREE FRONT
PIRELLI 100/80-16 M/C 50P ST66 FRONT
METZELER 100/80-16 M/C 50S ME1 FRONT
PIRELLI 100/80-17 52P MT75
PIRELLI 100/80-17 52P MT75 FRONT
PIRELLI 100/80-17 52S MT75 FRONT
METZELER 100/80-17 M/C 52S LASERTEC FRONT
METZELER 100/80-17 M/C 52S ME1 FRONT
PIRELLI 100/80-17 M/C 52S SPORT DEMON FRONT
PIRELLI 100/80-17 M/C 52S SPORT DRAGON FRONT
METZELER 100/80-17M/C 52S ME SPEED FRONT
PIRELLI 100/80-18 M/C 53P SPORT DEMON
PIRELLI 100/90-18 - M/C 56P DURASPIRIT
PIRELLI 100/90-18 56P MT65
PIRELLI 100/90-18 56S MT65
METZELER 100/90-18 M/C 56P ME SPEED
PIRELLI 100/90-18 M/C 56P SCORPION TRAIL FRONT
PIRELLI 100/90-18 M/C 56S CITY DEMON
METZELER 100/90-18 M/C 56S ME1
METZELER 100/90-19 M/C 57S ENDURO3
METZELER 100/90-19 M/C 57S ME880 FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57S ME880 FRONT WW
PIRELLI 100/90-19 M/C 57S MT66 FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57S MT90 FRONT S/T
PIRELLI 100/90-19 M/C 57S SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57S TOURANCE EXP
METZELER 100/90-19 M/C 57S TOURANCE FRONT
PIRELLI 110/80-10 58P ST66 FRONT
PIRELLI 110/80-16 55P ST66 FRONT
PIRELLI 110/80-16 55S ST66 FRONT
PIRELLI 110/80-17 57P MT75
PIRELLI 110/80-17 57S MT75
PIRELLI 110/80-17M/C 57P TL SPORT DEMON
PIRELLI 110/80-18 58S MT65
PIRELLI 110/80-18 M/C 58S DURATRACTION
METZELER 110/80-18 M/C 58S ENDURO 3
METZELER 110/80-18 M/C 58S ENDURO 4
PIRELLI 110/80-18 M/C 58S MT90 A/T
PIRELLI 110/90-12 64P DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 110/90-12 64P FEELFREE FRONT
PIRELLI 110/90-12 64P GTS23
PIRELLI 110/90-12 64P ST66 FRONT
PIRELLI 110/90-13 M/C 55P GTS 23
PIRELLI 110/90-13 M/C 56P DIABLO SCOOTER FRONT
PIRELLI 110/90-13 M/C 56P GTS23
PIRELLI 110/90-13 M/C 56P ST66 FRONT
METZELER 110/90-13M/C 56P FEELFREE FRONT
METZELER 110/90-16 M/C 59S ME77
METZELER 110/90-16 M/C 59S ME77 FRONT
PIRELLI 110/90-17 60P MT60
PIRELLI 110/90-17 M/C 60P DURATRACTION
METZELER 110/90-17 M/C 60P ENDURO 3
PIRELLI 110/90-17 M/C 60P MT90 A/T
METZELER 110/90-17M/C 60P TOURANCE
METZELER 110/90-18 M/C 61S ME77
PIRELLI 120/80-14 58S GTS23
PIRELLI 120/80-14 M/C 58S DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 120/80-14 M/C 58S FEELFREE FRONT
PIRELLI 120/80-16 60T MT75
PIRELLI 120/80-16 M/C 60P DIABLO SCOOTER
METZELER 120/80-16 M/C 60P FEELFREE
PIRELLI 120/80-16 M/C 60P ST66
METZELER 120/80-16 M/C 60S ME1
PIRELLI 120/80-16 M/C 60S SPORT DEMON
METZELER 120/80-17 M/C 61P TL ME SPEED
PIRELLI 120/80-17 M/C 61P TL SPORT DEMON
METZELER 120/80-18 62S ENDURO 3
METZELER 120/80-18 62S ME99A
PIRELLI 120/80-18 62S MT40
PIRELLI 120/80-18 62T MT60
PIRELLI 120/80-18 M/C 62S DURATRACTION
PIRELLI 120/80-18 M/C 62S MT90 A/T
METZELER 120/80-18M/C 62S TOURANCE
METZELER 120/90-16 63S ME77
PIRELLI 120/90-16 63S MT15
PIRELLI 120/90-16 63S MT65
PIRELLI 120/90-16 M/C 63S CITY DEMON
METZELER 120/90-17 64S ENDURO 4
PIRELLI 120/90-17 64S MT60
PIRELLI 120/90-17 64T MT60
PIRELLI 120/90-17 M/C 64S DURATRACTION
METZELER 120/90-17 M/C 64S ENDURO 3
METZELER 120/90-17 M/C 64S ME880 FRONT
PIRELLI 120/90-17 M/C 64S MT66 FRONT
PIRELLI 120/90-17 M/C 64S MT90 A/T
PIRELLI 120/90-17 M/C 64S MT90 S/T
PIRELLI 120/90-17 M/C 64S SCORPION TRAIL
METZELER 120/90-17 M/C 64S TOURANCE

VEDADA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTE EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

METZELER 120/90-17 M/C 64S TOURANCE EXP
PIRELLI 130/80-16 64P DIABLO SCOOTER
METZELER 130/80-16 M/C 64P FEELFREE
PIRELLI 130/80-16 M/C 64P ST66
PIRELLI 130/80-17 65R MT70
PIRELLI 130/80-17 M/C 65P SCORPION TRAIL
METZELER 130/80-17 M/C 65S ENDURO 3
PIRELLI 130/80-17 M/C 65S MT90 S/T
PIRELLI 130/80-17 M/C 65S SCORPION TRAIL
METZELER 130/80-17 M/C 65S TOURANCE
METZELER 130/80-17 M/C 65S TOURANCE EXP
METZELER 130/80-17 M/C 65T ENDURO 3
PIRELLI 130/80-18 66R MT70
PIRELLI 130/90-15 M/C 66S CITY DEMON
METZELER 130/90-15 M/C 66S LASERTEC
METZELER 130/90-15 M/C 66S ME77
PIRELLI 130/90-15 M/C 66S MT65
PIRELLI 130/90-15 M/C 66S MT66
METZELER 130/90-16 67S ME77
PIRELLI 130/90-16 67S MT65
PIRELLI 130/90-16 M/C 67S CITY DEMON
METZELER 140/80-18 M/C 70S ENDURO3
PIRELLI 140/80-18 M/C 70S MT90 A/T
METZELER 140/90-15 M/C 70S ME77
METZELER 160/80-15 M/C 74S ME880 MARATHON
METZELER 170/80-15 M/C 77S ME880 MARATHON
PIRELLI 170/80-15 M/C 77S MT66
PIRELLI 2.25-17 M/C 33P MANDRAKARU FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P ARMSTRONG FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P COURIER FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P DURACITY FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P DURATRACTION FRONT
FORMULA 2.50-17 M/C 38P FORMULA FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P MANDRAKARU FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P MANDRAKE DUE FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P MANDRAKE EVO FRONT
METZELER 2.50-17 M/C 38P ME STREET FRONT
METZELER 2.50-17 M/C 38P ME22 FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C 38P MT55 FRONT
METZELER 2.50-17 M/C 38P URBAN FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P CITY DEMON
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P CT55 FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P DURACITY FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P DURATRACTION FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P MANDRAKARU FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P MANDRAKE DUE FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P MANDRAKE EVO FRONT
METZELER 2.50-18 M/C 40P ME22 FRONT
PIRELLI 2.50-18 M/C 40P MT55 FRONT
METZELER 2.50-18 M/C 40P URBAN FRONT
PIRELLI 2.75-18 42P MT25
PIRELLI 2.75-18 42P MT39
PIRELLI 2.75-18 42P MT65
PIRELLI 2.75-18 42S MT65
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P ARMSTRONG FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P CITY DEMON 1° FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P CITY DEMON FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P COURIER FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P CT55
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P CT55 FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P DURACITY FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P DURASPIRIT FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P DURATRACTION FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P FORMULA FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P MANDRAKARU
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P MANDRAKE DUE FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P MANDRAKE EVO FRONT
METZELER 2.75-18 M/C 42P ME11 FRONT
METZELER 2.75-18 M/C 42P ME22
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P MT55
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P MT55 FRONT
PIRELLI 2.75-18 M/C 42P PENTA MANDRAKE
METZELER 2.75-18M/C 42P ME STREET FRONT
METZELER 2.75-18MC 42P TL ME STREET FRONT
METZELER 2.75-21 45P ENDURO 1
PIRELLI 2.75-21 45R MT40
PIRELLI 2.75-21 M/C 45R DURATRACTION FR.
PIRELLI 250-17 M/C 38P CITY DEMON FRONT
METZELER 275-18 M/C 42P URBAN
PIRELLI 275-18 M/C 42P VANTAGE FRONT
PIRELLI 275-21 M/C 45R MT90 A/T
PIRELLI 3.00-17 M/C 45P DURATRACTION
PIRELLI 3.00-17 M/C 45P MANDRAKE DUE
METZELER 3.00-17 M/C 45P ME22
PIRELLI 3.00-18 47S MT15
PIRELLI 3.00-18 47S MT65
PIRELLI 3.00-18 M/C 47P DURATRACTION
PIRELLI 3.00-18 M/C 47P MANDRAKE DUE
PIRELLI 3.00-18 M/C 47S CITY DEMON FRONT
METZELER 3.00-18 M/C 47S ME77 FRONT
PIRELLI 3.00-18 M/C 47S MT66 FRONT
METZELER 3.00-21 51R ENDURO 1
PIRELLI 3.00-21 51R MT40
PIRELLI 3.00-21 51S MT40
PIRELLI 3.00-21 M/C 51R MT90 A/T
PIRELLI 3.25-18 52S MT65
PIRELLI 3.25-18 52S MT65 FRONT
PIRELLI 3.25-18 M/C 52S CITY DEMON
METZELER 3.25-19 54S ME11 PERFECT
METZELER 3.50-18 56S ME77
METZELER 3.50-18 56S ME77 FRONT
PIRELLI 3.50-18 56S MT65
PIRELLI 3.50-18 M/C 56S CITY DEMON
METZELER 3.50-19 57S ME77 FRONT
METZELER 3.60-19 52S ME11 PERFECT
METZELER 4.00-18 64P ME77
METZELER 4.00-18 64R ENDURO 2
METZELER 4.00-18 64S ENDURO 3
METZELER 4.00-18 64S ME77
PIRELLI 4.00-18 64S MT65
PIRELLI 4.00-18 64T MT40
PIRELLI 4.00-18 M/C 64S CITY DEMON
METZELER 4.10-18 60P ENDURO 1
PIRELLI 4.10-18 60R MT40
METZELER 4.10-18 60S ME77
PIRELLI 4.10-18 60S MT15
PIRELLI 4.10-18 60S MT65
PIRELLI 4.10-18 M/C 60R DURATRACTION
PIRELLI 4.10-18 M/C 60R MT90 A/T
METZELER 4.60-16 59S ME77
METZELER 4.60-17 62Q ENDURO 1
PIRELLI 4.60-17 62R MT40
PIRELLI 4.60-17 M/C 62R MT90 A/T
METZELER 4.60-18 63R ENDURO 1
PIRELLI 5.10-17 67T MT40
PIRELLI 70/90-16 M/C 36P MT15
METZELER 70/90-17 38P ME SPEED FRONT
PIRELLI 70/90-21 43P MT40
PIRELLI 80/100 - 18M/C 47P CITY DRAGON FRONT
PIRELLI 80/100-17 M/C 46P MT75 FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P ARMSTRONG FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P CITY DEMON 1° FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P CITY DEMON FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P COURIER FRONT
FORMULA 80/100-18 M/C 47P FORMULA FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P MANDRAKE DUE FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P MANDRAKE EVO FRONT
PIRELLI 80/100-18 M/C 47P MT75 FRONT
METZELER 80/100-18M/C 47P ME SPEED FRONT
PIRELLI 80/90-16 M/C 43P MT15
METZELER 80/90-17 44P ME SPEED
PIRELLI 80/90-17 M/C TL 44S SPORT DRAGON FRONT
PIRELLI 90/100-18 54S MT65 FRONT
PIRELLI 90/100-18 M/C 54S CITY DEMON FRONT
METZELER 90/100-18 M/C 54S ME77 FRONT
PIRELLI 90/80-17 46P MT75 FRONT
PIRELLI 90/80-17 46S MT75 FRONT
PIRELLI 90/80-17M/C 46S TL SPORT DRAGON
PIRELLI 90/90-16 48P MT75 FRONT
METZELER 90/90-16 M/C 48S ME1
METZELER 90/90-16 M/C 48S ME1 FRONT
PIRELLI 90/90-17 M/C 49P SPORT DEMON FRONT
METZELER 90/90-17 M/C 49P TL ME SPEED FRONT
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P ARMSTRONG
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P COURIER
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P CT55
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P FORMULA
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P MANDRAKE DUE
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P MANDRAKE EVO
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P MT55
METZELER 90/90-18 M/C 51P URBAN
PIRELLI 90/90-18 M/C 51P VANTAGE HUMP
PIRELLI 90/90-18 M/C 51S CITY DEMON FRONT
PIRELLI 90/90-19 52S MT39
PIRELLI 90/90-19 52S MT65 FRONT
PIRELLI 90/90-19 M/C 52P DURATRACTION FRONT
METZELER 90/90-19 M/C 52P ENDURO 3 FRONT
PIRELLI 90/90-19 M/C 52P MT90 A/T
PIRELLI 90/90-19 M/C 52S CITY DEMON FRONT
METZELER 90/90-19 M/C 52S ENDURO 4
METZELER 90/90-19 M/C 52S ME11 FRONT
METZELER 90/90-19M/C 52P TOURANCE FRONT
PIRELLI 90/90-21 54R MT70
PIRELLI 90/90-21 M/C 54S DURATRACTION FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54S MT90 A/T
PIRELLI 90/90-21 M/C 54S MT90 FRONT S/T
PIRELLI 90/90-21 M/C 54S SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54S TOURANCE EXP
METZELER 90/90-21 M/C 54S TOURANCE FRONT
PIRELLI 90-14 M/C 46P TL DIABLO SCOOTER FR
Registro nº 001358/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E2F1
Marca/Modelo: METZELER 110/70-13 M/C 48P TL FEELFREE FR.
PIRELLI 110/70-16 M/C 52P DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 110/70-16 M/C 52P FEELFREE FRONT
PIRELLI 110/70-16 M/C 52P SPORT DEMON
PIRELLI 110/70-16 M/C 52S DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 110/70-16 M/C 52S FEELFREE
PIRELLI 110/70-16 M/C 52S GTS23
PIRELLI 110/70-16M/C 52P GTS23
METZELER 110/70-17 M/C 54S ME1 FRONT
METZELER 110/70-17 M/C 54S LASERTEC FRONT
PIRELLI 110/70-17 M/C 54S SPORT DEMON FRONT
PIRELLI 120/70-12 51P DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 120/70-12 51P FEELFREE FRONT
PIRELLI 120/70-12 51P GTS23
PIRELLI 120/70-12 51P SL26
PIRELLI 120/70-12 51P ST66 FRONT
PIRELLI 120/70-12 51S DIABLO SCOOTER FRONT
PIRELLI 120/70-12 51S GTS23
PIRELLI 120/70-13 53P GTS23
PIRELLI 120/70-13 M/C 53P ST66 FRONT
PIRELLI 120/70-14 55P GTS23
PIRELLI 120/70-14 55S GTS23
PIRELLI 120/70-14 M/C 55P EVO 21
PIRELLI 120/70-14 M/C 55P ST66
PIRELLI 120/70-14 M/C 55S DIABLO SCOOTER FRONT
METZELER 120/70-14 M/C 55S FEELFREE FRONT
PIRELLI 120/70-15 56P GTS23
METZELER 120/70-15 M/C 56P FEELFREE FRONT
METZELER 120/70-15 M/C 56S TL FEELFREE FRONT
PIRELLI 120/70-16 M/C 57P SPORT DEMON FRONT
PIRELLI 130/70-12 56P GTS23
PIRELLI 130/70-12 56P SL26
PIRELLI 130/70-12 56P ST66 FRONT
METZELER 130/70-16 M/C 61P FEELFREE
PIRELLI 130/70-16 M/C 61P SPORT DEMON
PIRELLI 130/70-17 62S MT75
PIRELLI METZELER 130/70-17 M/C 62S ME SPEED
PIRELLI METZELER 130/70-17 M/C 62S ME1
PIRELLI 130/70-17 M/C 62S SPORT DEMON
PIRELLI 130/70-17 M/C 62S SPORT DRAGON
PIRELLI 140/70-12 60P ST66
PIRELLI 140/70-16 65S ST66
PIRELLI 140/70-16 M/C 65P DIABLO SCOOTER
METZELER 140/70-16 M/C 65P FEELFREE
PIRELLI 140/70-16M/C 65P GTS24
METZELER 140/70-17 M/C 66S LASERTEC
METZELER 140/70-17 M/C 66S ME1
PIRELLI 150/70-13 64S GTS24
PIRELLI 150/70-13 M/C 64S DIABLO SCOOTER
METZELER 150/70-13 M/C 64S FEELFREE
PIRELLI 150/70-14 M/C 66S DIABLO SCOOTER
METZELER 150/70-14 M/C 66S FEELFREE
PIRELLI 150/70-14 M/C 66S GTS24
PIRELLI 150/70-16 M/C 68S SPORT DEMON
Registro nº 001359/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E3F1
Marca/Modelo: PIRELLI 110/70-17 54H MT75 FRONT
METZELER 110/70-17 M/C 54H LASERTEC FRONT
METZELER 110/70-17 M/C 54H ME SPEED Fr
METZELER 110/70-17 M/C 54H ME330
PIRELLI 110/70-17 M/C 54H SPORT DEMON
PIRELLI 110/70-17 M/C 54H SPORT DRAGON FR.
PIRELLI 120/70-17 M/C 58H SPORT DEMON FRONT
METZELER 120/70-17 M/C 58V LASERTEC FRONT
PIRELLI 120/70-17 M/C 58V SPORT DEMON FRONT
METZELER 120/70-21 M/C 62H ME880 MARATHON FRONT
METZELER 120/70-21 M/C 62V ME880 FRONT
PIRELLI 130/70-17 62H MT75
METZELER 130/70-17 M/C 62H LASERTEC
METZELER 130/70-17 M/C 62H ME550
PIRELLI 130/70-17 M/C 62H SPORT DEMON
PIRELLI 130/70-18 63H MT75
METZELER 130/70-18 M/C 63H LASERTEC
PIRELLI 130/70-18 M/C 63H SPORT DEMON
METZELER 130/70-24 M/C 69V MARATHON ME880 FRONT
PIRELLI 140/70-17 66H MT75
METZELER 140/70-17 M/C 66H ME SPEED
PIRELLI 140/70-17 M/C 66H SPORT DEMON
PIRELLI 140/70-17 M/C 66H SPORT DRAGON
METZELER 140/70-17M/C 66H LASERTEC
METZELER 140/70-18 M/C 67H ME550
METZELER 140/70-18 M/C 67H ME880 MARATHON
PIRELLI 140/70-18 M/C 67H SPORT DEMON
PIRELLI 140/70-18 M/C 67V SPORT DEMON
PIRELLI 150/70-17 69H MT75
METZELER 150/70-17 M/C 69H LASERTEC
METZELER 150/70-17 M/C 69H ME550
PIRELLI 150/70-17 M/C 69H SPORT DEMON
METZELER 150/70-17 M/C 69V ME550
PIRELLI 150/70-17 M/C 69V SPORT DEMON
METZELER 150/70-17M/C 69H ME SPEED
METZELER 160/70-17 M/C 73V TL NIGHT DRAGON
PIRELLI 180/70-15 M/C 76H MT66
Registro nº 001360/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E3F1
Marca/Modelo: PIRELLI 100/80-17 52H MT75 FRONT

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PIRELLI 100/80-17 M/C 52H SPORT DEMON FRONT
PIRELLI 100/90-16 54H MT69E
METZELER 100/90-16 M/C 54H LASERTEC FRONT
PIRELLI 100/90-16 M/C 54H SPORT DEMON FRONT
METZELER 100/90-18 56H ME77 FRONT
PIRELLI 100/90-18 56H MT59
PIRELLI 100/90-18 56H MT69E
METZELER 100/90-18 M/C 56H LASERTEC FRONT
METZELER 100/90-18 M/C 56H ME880 FRONT
PIRELLI 100/90-18 M/C 56H MT66 FRONT
PIRELLI 100/90-18 M/C 56H SPORT DEMON FRONT
METZELER 100/90-18 M/C 56V LASERTEC FRONT
PIRELLI 100/90-18 M/C 56V SPORT DEMON FRONT
METZELER 100/90-19 57H ME77 FRONT
PIRELLI 100/90-19 57H MT60
PIRELLI 100/90-19 57H MT69E
METZELER 100/90-19 M/C 57H LASERTEC FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57H ME880 FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57H MT66 FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57H MT80 FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57H MT90 S/T FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57H NIGHT DRAGON FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57H SCORPION TRAIL FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57H SPORT DEMON FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57H TOURANCE EXP
METZELER 100/90-19 M/C 57H TOURANCE FRONT
METZELER 100/90-19 M/C 57V LASERTEC FRONT
PIRELLI 100/90-19 M/C 57V SCORPION TRAIL
PIRELLI 100/90-19 M/C 57V SPORT DEMON FRONT
METZELER 100/90V18 M/C (56V) LASERTEC FRONT
PIRELLI 110/80-17 57H MT75 FRONT
METZELER 110/80-17 M/C 57H LASERTEC FRONT
METZELER 110/80-17 M/C 57H ME SPEED FRONT
METZELER 110/80-17 M/C 57H ME330
METZELER 110/80-17 M/C 57V LASERTEC FRONT
PIRELLI 110/80-17 M/C 57V SPORT DEMON FRONT
PIRELLI 110/80-17M/C 57H SPORT DEMON FRONT
METZELER 110/80-18 58H ME99A
PIRELLI 110/80-18 58H MT75
METZELER 110/80-18 M/C 58H LASERTEC FRONT
METZELER 110/80-18 M/C 58H ME33
METZELER 110/80-18 M/C 58H ME330
PIRELLI 110/80-18 M/C 58H SPORT DEMON
PIRELLI 110/80-18 M/C 58H SPORT DEMON FRONT
METZELER 110/80-18 M/C 58V LASERTEC FRONT
METZELER 110/80-18 M/C 58V ME33
PIRELLI 110/80-18 M/C 58V SPORT DEMON FRONT
METZELER 110/90-16 M/C (59V) V250 LASERTEC FRONT
METZELER 110/90-16 M/C 59V LASERTEC FRONT
PIRELLI 110/90-16 M/C 59V SPORT DEMON FRONT
METZELER 110/90-18 61H ME99A
PIRELLI 110/90-18 61H MT68E
METZELER 110/90-18 M/C 61H LASERTEC
METZELER 110/90-18 M/C 61H LASERTEC FRONT
METZELER 110/90-18 M/C 61H ME33
METZELER 110/90-18 M/C 61H ME880 FRONT
PIRELLI 110/90-18 M/C 61H MT66
PIRELLI 110/90-18 M/C 61H SPORT DEMON
METZELER 110/90-18 M/C 61V LASERTEC FRONT
METZELER 110/90-18 M/C 61V ME33
PIRELLI 110/90-18 M/C 61V SPORT DEMON FRONT
METZELER 110/90-19 M/C 62H LASERTEC FRONT
METZELER 110/90-19 M/C 62H ME880 FRONT
PIRELLI 110/90-19 M/C 62H MT66 FRONT
METZELER 110/90-19 M/C 62H TL NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 110/90-19 M/C 62V LASERTEC FRONT
PIRELLI 120/80-16 M/C 60V SPORT DEMON FRONT
METZELER 120/80-17 61V ME880 FRONT
METZELER 120/80-18 62H ME99A
PIRELLI 120/80-18 62H MT68E
METZELER 120/80-18 M/C 62H LASERTEC
PIRELLI 120/80-18 M/C 62H SPORT DEMON
METZELER 120/80V16 M/C (60V) V250 LASERTEC
METZELER 120/90-16 63H ME77
PIRELLI 120/90-16 63H MT68E
METZELER 120/90-17 64H ME99A
PIRELLI 120/90-17 M/C 64H SPORT DEMON
METZELER 120/90-18 65H ME77
PIRELLI 120/90-18 65H MT68E
METZELER 120/90-18 M/C 65H LASERTEC
PIRELLI 120/90-18 M/C 65H MT66
PIRELLI 120/90-18 M/C 65H MT66 FRONT
METZELER 120/90-18 M/C 65V LASERTEC
PIRELLI 120/90-18 M/C 65V SPORT DEMON
METZELER 130/80-17 65H ME55A
PIRELLI 130/80-17 65H MT75
METZELER 130/80-17 M/C 65H LASERTEC
METZELER 130/80-17 M/C 65H ME550
PIRELLI 130/80-17 M/C 65H SPORT DEMON
METZELER 130/80-17M/C 65H ME SPEED
PIRELLI 130/80-18 66H MT58
PIRELLI 130/80-18 66H MT68E
METZELER 130/80-18 M/C 66V LASERTEC
PIRELLI 130/80-18 M/C 66V SPORT DEMON
METZELER 130/90-16 67H MARATHON FRONT
METZELER 130/90-16 67H ME77
METZELER 130/90-16 M/C 67H LASERTEC
METZELER 130/90-16 M/C 67H ME880 FRONT
METZELER 130/90-16 M/C 67H ME880 FRONT WW
PIRELLI 130/90-16 M/C 67H MT66 FRONT
METZELER 130/90-16 M/C 67V LASERTEC
PIRELLI 130/90-17 68H MT68E
METZELER 130/90-17 M/C 68H LASERTEC
METZELER 130/90-17 M/C 68V LASERTEC
PIRELLI 130/90-17 M/C 68V SPORT DEMON
METZELER 140/80-17 69H ENDURO 3
PIRELLI 140/80-17 69H MT60
METZELER 140/80-17 M/C 69H ME880 FRONT
METZELER 140/80-17 M/C 69H TL NIGHT DRAGON FRONT
PIRELLI 140/80-17 M/C 69V TL SPORT DEMON
PIRELLI 140/80-18 M/C 70H ENDURO 3
METZELER 140/90-15 M/C 70H ME77
PIRELLI 140/90-15 M/C 70H MT66
METZELER 140/90-16 M/C 71H ME88 MARATHON
PIRELLI 140/90-16 M/C 71H MT66
METZELER 150/80-16 M/C 71H MARATHON FRONT
METZELER 150/80-16 M/C 71H ME88 MARATHON
METZELER 150/80-16 M/C 71H ME880 FRONT
PIRELLI 150/80-16 M/C 71H MT66
PIRELLI 150/80-16 M/C 71H MT66 FRONT
PIRELLI 150/80-16 M/C 71V SPORT DEMON
METZELER 150/80-17 M/C 72H ME880 MARATHON FRONT
PIRELLI 150/90-15 M/C 74H MT66
METZELER 170/80-15 M/C 77H ME880
METZELER 170/80-15 M/C 77H ME880 WW
PIRELLI 170/80-15 M/C 77H MT66
PIRELLI 3.00-19 M/C 49H MT66 FRONT
PIRELLI 3.25-19 54H MT69E
METZELER 3.25-19 M/C 54H LASERTEC FRONT
METZELER 3.25-19 M/C 54V LASERTEC FRONT
PIRELLI 3.50-18 M/C 56H CITY DEMON
PIRELLI 3.50-18 M/C 56H CITY DEMON FRONT
METZELER 3.50-19 M/C 57H LASERTEC FRONT
METZELER 3.50-19 M/C 57V LASERTEC FRONT
METZELER 4.00-18 64H ME77
PIRELLI 4.00-18 64H MT68E
METZELER 4.00-18 M/C 64V LASERTEC
METZELER 4.10-18 60H ME77
METZELER 80/90-21 48H ME33
METZELER 80/90-21 M/C 48H ME880 MARATHON
PIRELLI 80/90-21 M/C 48H MT66 FRONT
PIRELLI 90/90-18 51H MT69E
PIRELLI 90/90-18 51H MT75 FRONT
PIRELLI 90/90-18 M/C 51H CITY DEMON FRONT
METZELER 90/90-18 M/C 51H LASERTEC FRONT
METZELER 90/90-18 M/C 51H ME11
PIRELLI 90/90-19 52H MT69E
PIRELLI 90/90-19 M/C 52H MT66 FRONT
METZELER 90/90-21 54H ME33
PIRELLI 90/90-21 54H MT75 FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54H LASERTEC FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54H ME880 FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54H MT90 S/T FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54H NIGHT DRAGON FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54H SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54H TOURANCE FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54V MT90 A/T
PIRELLI 90/90-21 M/C 54V SCORPION TRAIL FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54V TOURANCE EXP
METZELER 90/90-21 M/C 54V TOURANCE FRONT
METZELER MH90-21 M/C 54H ME880 MARATHON FRONT
METZELER MH90-21 M/C 54H ME880 WW MARATHON FRONT
METZELER MH90-21 M/C 54H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 72H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 74H NIGHT DRAGON
METZELER MU85B16 M/C 77H NIGHT DRAGON
Registro nº 001361/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E1F2
Marca/Modelo: PIRELLI 110/100-18 M/C 64M M+S SCORPION XC H.D. MIDHARD
PIRELLI 110/100-18 M/C 64M MST SCORPION XC H.D. MIDHARD
PIRELLI 110/100-18 M/C 64M MT18 HEAVY DUTY M+S
PIRELLI 110/100-18 M/C 64M MT18 HEAVY DUTY MST
METZELER 110/80-18 M/C 58M M+S MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 120/100-18 M/C 68M M+S SCORPION XC H.D. MIDHARD
PIRELLI 120/100-18 M/C 68M MT18 HEAVY DUTY M+S
PIRELLI 120/100-18 M/C 68M MT18 HEAVY DUTY MST
METZELER 120/90-18 M/C 65M M+S MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 120/90-18 M/C 65M M+S MT83
PIRELLI 120/90-18 M/C 65M M+S SCORPION PRO
METZELER 120/90-18 M/C 65M M+S UNICROSS
METZELER 130/90-18 M/C 69M M+S MCE 6 DAYS EXTREME
METZELER 140/80-17 M/C 69M M+S UNICROSS
METZELER 140/80-18 M/C 70M M+S MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 140/80-18 M/C 70M M+S MT18 HEAVY DUTY
PIRELLI 140/80-18 M/C 70M M+S SCORPION XC H.D. MIDHARD
METZELER 140/80-18 M/C 70M MCE SIX DAYS 3 MST
PIRELLI 140/80-18 M/C 70M MST SCORPION PRO
PIRELLI 140/80-18 M/C 70M MT83 MST
METZELER 140/80-18M/C 70M M+S UNICROSS
PIRELLI 2.50-10 33J MT32A MST
PIRELLI 2.75-10 37J MT320 MST
PIRELLI 70/100-17 M/C 40M MT32A MST
PIRELLI 70/100-19 42M MT18 MST
PIRELLI 80/100-12 50M MT320 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51M MST SCORPION MX EXTRA X FRONT
PIRELLI 80/100-21 M/C 51M MST SCORPION MX HARD 486
PIRELLI 80/100-21 M/C 51M MST SCORPION MX MIDHARD 454
PIRELLI 80/100-21 M/C 51M MST SCORPION MX MIDSOFT 32
PIRELLI 80/100-21 M/C 51M MST SCORPION MX SOFT 410
METZELER 80/90-21 M/C 48M M+S MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 90/100-14 M/C 49M MT320 MST
PIRELLI 90/100-16 51M MT18 MST
PIRELLI 90/100-20 M/C 56M MST SCORPION MX MIDHARD 454
PIRELLI 90/100-20 M/C 56M MST SCORPION MX MIDSOFT 32
METZELER 90/100-21 M/C 57M MST MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 90/100-21 M/C 57M MST SCORPION MX HARD 486
PIRELLI 90/100-21 M/C 57M MST SCORPION MX MIDHARD 454
PIRELLI 90/100-21 M/C 57M MST SCORPION MX MIDSOFT32
METZELER 90/90-21 M/C 54M M+S MCE 6 DAYS EXTREME HARD FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54M M+S MCE SIX DAYS EXTREME
PIRELLI 90/90-21 M/C 54M M+S MT83 FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54M M+S SCORPION PRO FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54M M+S UNICROSS
Registro nº 001362/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B2C1D2E2F2
Marca/Modelo: PIRELLI 100/100-18 59P MT21 MST
PIRELLI 100/90-18 M/C 56P MT90 S/T DP
METZELER 100/90-19 M/C 57R M+S MCE KAROO FRONT
PIRELLI 110/80-18 58P MT21 MST
PIRELLI 110/80-18 58R MT70 DP
PIRELLI 110/80-18 58T MT60 DP
PIRELLI 110/80-18M/C 58S DURATRACTION DP
METZELER 110/80-19 M/C 59Q MCE KAROO 2 FRONT
PIRELLI 110/80-19 M/C M+S TL 59R SCORPION RALLY FRONT
PIRELLI 120/100-18 M/C 68R MST SCORPION RALLY
METZELER 120/80-14 M/C 58S M+S FEELFREE WINTEC
PIRELLI 120/80-18 62R MT21 MST
PIRELLI 120/80-18 62R MT70 DP
PIRELLI 120/80-19 63R MT21 MST
METZELER 120/90-10 57P TL M+S FEELFREE WINTEC FRONT
PIRELLI 120/90-17 64R MT21 MST
PIRELLI 120/90-18 65R MT21 MST
METZELER 130/80-17 65S ENDURO 2 DP
PIRELLI 130/80-17 65S MT60 DP
PIRELLI 130/80-17 M/C 65P MT90 S/T DP
METZELER 130/80-17 M/C 65R M+S MCE KAROO
METZELER 130/90-10 61P TL M+S FEELFREE WINTEC
PIRELLI 130/90-17 68P MT21 MST
PIRELLI 130/90-18 69R MT21 MST
METZELER 140/80-17 M/C 69Q M+S MCE KAROO
METZELER 140/80-17 M/C 69R M+S MCE KAROO
PIRELLI 140/80-18 70R MT21 MST
METZELER 140/80-18 M/C 70R ENDURO 3 DP
METZELER 140/80-18 M/C 70R M+S MCE KAROO
METZELER 140/80-18 M/C 70R M+S TL MCE KAROOT
PIRELLI 140/80-18 M/C 70R MST SCORPION RALLY M
METZELER 140/80-18M/C 70Q MCE KAROO
PIRELLI 140/80-18M/C 70R MST SCORPION RALLY
PIRELLI 2.75-21 45P MT43 DP
PIRELLI 2.75-21 45R MT70 DP
PIRELLI 2.75-21 M/C 45R DP DURATRACTION FRONT
METZELER 2.75-21M/C 45R DP TOURANCE FRONT
PIRELLI 3.00-21 51R MT16 MST
PIRELLI 4.00-18 64P MT43 DP
PIRELLI 4.10-18 60R MT70 DP
PIRELLI 4.10-18 M/C 60R DP DURATRACTION
METZELER 4.10-18 M/C 60R DP TOURANCE
METZELER 5.10-17 67R ENDURO 2 DP
PIRELLI 80/100-21 51P MT21 MST
PIRELLI 80/100-21 51R MT320 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R M+S SCORPION XC H.D. MIDHARD
METZELER 80/100-21 M/C 51R MC4 FRONT MST
METZELER 80/100-21 M/C 51R MC5 FRONT MST
METZELER 80/100-21 M/C 51R MC6 FRONT MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MST SCORPION XC MIDSOFT

EX OFFICIO DE ASSESSORIA NACIONAL

PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT16 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT18 HEAVY DUTY M+S
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT18 HEAVY DUTY MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT18 M+S
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT18 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT32A MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT410 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT44 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT450 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT480 MST
PIRELLI 80/100-21 M/C 51R MT480 SUPER CROSS MST
PIRELLI 80/90-21 48P MT21 MST
PIRELLI 80/90-21 48R MT70 DP
METZELER 80/90-21 48S ENDURO3 DP
PIRELLI 80/90-21 48T MT60 DP
PIRELLI 80/90-21 M/C 48S DP DURATRACTION FRONT
PIRELLI 80/90-21 M/C 48S MT90 A/T DP
METZELER 80/90-21M/C 48S DP TOURANCE FRONT
PIRELLI 90/100-20 M/C 56R M+S MT83
PIRELLI 90/100-20 M/C 56R MT32A MST
PIRELLI 90/100-20 M/C 56R MT450 MST
PIRELLI 90/90-19 52P MT60 DP
PIRELLI 90/90-19 52T MT60 DP
PIRELLI 90/90-21 54R MT21 MST
PIRELLI 90/90-21 54R MT71A MST
METZELER 90/90-21 54R UNICROSS MST
METZELER 90/90-21 54S ENDURO 1 DP
METZELER 90/90-21 54S ENDURO 3 DP
PIRELLI 90/90-21 54S MT60 DP
PIRELLI 90/90-21 54S MT60A DP
METZELER 90/90-21 54T ENDURO 3 DP
PIRELLI 90/90-21 54T MT60 DP
METZELER 90/90-21 M/C 54Q M+S MCE KAROO FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54R M+S MCE KAROO FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54R M+S MT83 FRONT
PIRELLI 90/90-21 M/C 54R M+S SCORPION PRO FRONT
METZELER 90/90-21 M/C 54R M+S TL MCE KAROO 2 FRONT T
PIRELLI 90/90-21 M/C 54R MST SCORPION RALLY
Registro nº 001363/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E3F1
Marca/Modelo: PIRELLI 130/80-17 65H MT60 DP
METZELER 90/90-21 54H ENDURO 3 DP
PIRELLI 90/90-21 54H MT60 DP
Registro nº 001364/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D1E1F1
Marca/Modelo: METZELER 120/70-10 REINF 54L ME7 TEEN
PIRELLI 120/70-10 REINF 54L RIO
PIRELLI 120/70-10 REINF 54L SL38
PIRELLI 130/60-13 M/C REINF 60L SL26
METZELER 130/70-10 REINF 59L ME7 TEEN
PIRELLI 130/70-10 REINF 59L RIO
PIRELLI 130/70-10 REINF 59L SL38 UNICO
METZELER 130/70-11 REINF 60L ME7 TEEN
PIRELLI 130/70-11 REINF 60L SL36
METZELER 130/70-12 REINF 62L ME7 TEEN
PIRELLI 140/60-12 REINF 62L SL36 DJ
PIRELLI 140/70-12 REINF 65L GTS24
Registro nº 001365/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D1E2F1
Marca/Modelo: PIRELLI 120/70-12 REINF 58P SL26
PIRELLI 130/60-13 M/C REINF 60P SL26
PIRELLI 130/70-12 REINF 62P DIABLO SCOOTER
METZELER 130/70-12 REINF 62P FEELFREE
PIRELLI 130/70-12 REINF 62P GTS24
PIRELLI 130/70-12 REINF 62P GTS24
PIRELLI 130/70-12 REINF 62P GTS24 E
PIRELLI 130/70-12 REINF 62P ST66
PIRELLI 130/70-13 M/C REINF 63P DIABLO SCOOTER
PIRELLI 130/70-13 M/C REINF 63P GTS24
METZELER 130/70-13M/C REINF 63P FEELFREE
PIRELLI 140/60-13 M/C REINF 63P DIABLO SCOOTER
PIRELLI 140/60-13 M/C REINF 63P EVO 22
PIRELLI 140/60-13 M/C REINF 63P GTS24
PIRELLI 140/60-14 M/C REINF 64P DIABLO SCOOTER
METZELER 140/60-14 M/C REINF 64P TL FEELFREE
PIRELLI 140/60-14 REINF 64P GTS24
PIRELLI 140/70-12 REINF 65P DIABLO SCOOTER
METZELER 140/70-12 REINF 65P FEELFREE
PIRELLI 140/70-12 REINF 65P GTS24
METZELER 140/70-14 M/C REINF 68P FEELFREE
PIRELLI 140/70-14 M/C REINF 68S DIABLO SCOOTER
PIRELLI 140/70-14 M/C REINF 68S GTS24
PIRELLI 140/70-14 REINF 68P GTS24
PIRELLI 140/70-15 M/C REINF 69P SPORT DEMON
Registro nº 001366/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E1F1
Marca/Modelo: PIRELLI 110/70-11 45L SL38
PIRELLI 110/70-12 47L TL EV021
METZELER 120/70-11 50L ME7 TEEN FRONT
PIRELLI 120/70-11 50L SL36
PIRELLI 120/70-12 51J SL26
PIRELLI 120/70-12 51L EVO 22
PIRELLI 120/70-12 51L EVO21
METZELER 120/70-12 51L ME7 TEEN
PIRELLI 120/70-12 51L RIO
PIRELLI 120/70-12 51L SL26
PIRELLI 120/70-12 51L SL36
PIRELLI 120/70-12 51L ST66 FRONT
PIRELLI 120/70-12 51L TL SL90 FR
PIRELLI 120/70-13 53L EVO 21
METZELER 120/70-13 M/C 53L ME7 TEEN
PIRELLI 120/70-13 M/C 53L SL36
PIRELLI 120/70-14 55L EVO 21
PIRELLI 120/70-15 M/C 56L GTS23
PIRELLI 130/60-13 53L EVO 21
PIRELLI 130/60-13 53L EVO 22
PIRELLI 130/60-13 53L RIO
PIRELLI 130/60-13 M/C 53J SL36
METZELER 130/60-13 M/C 53L ME7 TEEN
PIRELLI 130/60-13 M/C 53L SL26
PIRELLI 130/60-13 M/C 53L SL36
PIRELLI 130/70-12 56L EVO22
METZELER 130/70-12 56L ME7 TEEN
PIRELLI 130/70-12 56L RIO
PIRELLI 130/70-12 56L SL26
PIRELLI 130/70-12 56L SL36
PIRELLI 130/70-12 56L ST66
PIRELLI 130/70-12 56L TL SL90
PIRELLI 130/70-13 M/C 57L GTS24
PIRELLI 140/60-12 56L SL36
PIRELLI 140/60-13 57L EVO 22
METZELER 140/60-13 M/C 57L ME7 TEEN
PIRELLI 140/60-13 M/C 57L SL36
METZELER 140/70-12 60L ME7 TEEN
PIRELLI 140/70-12 60L RIO
PIRELLI 140/70-12 60L SL26
PIRELLI 140/70-12 60L SL36
PIRELLI 140/70-14 62L EVO 22
PIRELLI 140/70-14 M/C 62L GTS24
Registro nº 001367/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A2B1C1D2E1F1
Marca/Modelo: PIRELLI 2 3/4-16 36J ML14 TRIALETTE
PIRELLI 2.¼-17 28J ML20
PIRELLI 2.¼-18 30J ML12
PIRELLI 2.50-17 38J ML34
Registro nº 001368/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A2B1C2D2E1F1
Marca/Modelo: PIRELLI 2 1/2-16 REINF 42J ML75
PIRELLI 2 3/4-16 REINF 46J ML75
PIRELLI 2.¼-14 REINF 35J ML12
PIRELLI 2.¼-16 REINF 38J ML12
PIRELLI 2.¼-17 REINF 39J ML12
PIRELLI 2.½-14 REINF 40J ML12
PIRELLI 2.½-16 REINF 42J ML12
PIRELLI 2.¾-14 REINF 43J ML12
METZELER 2.1/2-16 REINF 42J M090
METZELER 2.1/2-16 REINF 42J M090
METZELER 2.1/4-16 REINF 38J M090
METZELER 2.1/4-16 REINF 38J M090
PIRELLI 2.25-17 REINF 38J ML75
METZELER 2.3/4-16 REINF 46J M01
METZELER 2.3/4-17 REINF 47J M01
PIRELLI 2.50-17 REINF 43J ML75
PIRELLI 2-17 REINF 31J ML12
Registro nº 001369/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C2D2E1F1
Marca/Modelo: METZELER 130/90B16 M/C REINF 73H ME880
METZELER 130/90B16 M/C REINF 73H TL NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 130/90B17 M/C REINF 74H ME88 MARATHON
METZELER 140/90B16 M/C REINF 77H ME880
METZELER 140/90B16 M/C REINF 77H ME880 WW
METZELER 150/80B16 M/C REINF 77H ME 880 MARATHON
METZELER 150/80B16 M/C REINF 77H NIGHT DRAGON
Registro nº 001370/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C1D1E3F1
Marca/Modelo: METZELER 120/70 B17 M/C 58V ME880 MARATHON
METZELER 130/70B18 M/C TL 63H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 150/70B17 M/C 69V TL LASERTEC
METZELER 150/70B18 M/C 70V ME880
METZELER 150/70VB17 M/C (69V) TL LASERTEC
METZELER 160/70B17 M/C 73H ME880 MARATHON
METZELER 160/70B17 M/C 73H TL NIGHT DRAGON
METZELER 160/70B17 M/C 73V TL LASERTEC
METZELER 180/70B15 M/C 76H ME880
METZELER 180/70B15 M/C 76H NIGHT DRAGON
METZELER 200/70B15 M/C 82H ME880
METZELER 200/70B15 M/C 82H NIGHT DRAGON
Registro nº 001371/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E2F2
Marca/Modelo: METZELER 110/70-13 M/C TL 48P FEELFREE WINTEC FRONT M+S
METZELER 110/70-16 M/C TL 52P M+S FEELFREE WINTEC FRONT
METZELER 120/70-12 51P TL M+S FEELFREE WINTEC FR
METZELER 120/70-15 M/C 56P M+S FEELFREE WINTEC FRONT
METZELER 130/60-13 M/C 53P TL M+S FEELFREE WINTEC FRONT
METZELER 150/70-13 M/C 64S M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 150/70-17 M/C 69Q M+S MCE KAROO
METZELER 150/70-17 M/C 69Q M+S MCE KAROO T
PIRELLI 150/70-17 M/C TL M+S 69R SCORPION RALLY
Registro nº 001372/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D1E3F1
Marca/Modelo: METZELER 140/70-18 73H REINF ME880 MARATHON
METZELER 140/70-21 M/C REINF 76V ME880 MARTHON FRONT
Registro nº 001373/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C1D2E1F1
Marca/Modelo: METZELER 120/90B18 M/C 65H ME880 FRONT
METZELER 130/80B17 M/C 65H TL ME880 MARATHON FRONT
METZELER 130/80B17 M/C 65H TL ME880 MARATHON FRONT
METZELER 130/80B17 M/C 65H TL NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 130/90B16 M/C 67H TL NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 140/80B17 M/C 69V TL LASERTEC
METZELER 140/80B17 M/C 69V TL ME880 MARATHON
METZELER 140/80VB17 M/C (69V) TL LASERTEC
PIRELLI 140/80VB17 M/C (69V) TL SPORT DEMON
METZELER 140/90 B 15 M/C 70H ME880
METZELER 150/80 B 15 M/C 70V ME880
METZELER 150/80B16 M/C 71H ME880
METZELER 150/80B16 M/C 71H ME880 WW
METZELER 150/80B16 M/C 71H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 150/80VB16 M/C (71V) TL LASERTEC
METZELER 160/80B16 M/C 75H TL ME880 MARATHON
METZELER 170/80B15 77H ME880
METZELER 170/80B15 M/C 77H NIGHT DRAGON

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

METZELER MT90B16 M/C 72H ME880 MARATHON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 72H ME880 NWS MARATHON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 72H ME880 WW MARATHON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 72H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER MT90B16 M/C 74H ME880 MARATHON
METZELER MT90B16 M/C 74H ME880 WW MARATHON
METZELER MT90B16 M/C 74H NIGHT DRAGON
METZELER MU85B16 M/C 77H ME880 MARATHON
METZELER MU85B16 M/C 77H ME880 NWS MARATHON
METZELER MU85B16 M/C 77H ME880 WW MARATHON
METZELER MU85B16 M/C 77H NIGHT DRAGON
Registro nº 001374/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: Pirelli Pneus Ltda
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: Pirelli Pneus Ltda
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B3C2D1E1F1
Marca/Modelo: METZELER 120/70B21 M/C REINF 68H TL NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 140/70B18 M/C REINF 73H ME880 FRONT
METZELER 140/70B18 M/C REINF 73H NIGHT DRAGON FRONT
METZELER 150/70B18 M/C REINF 76H ME880
METZELER 150/70B18 M/C REINF 76H NIGHT DRAGON
METZELER 160/70B17 M/C 79V TL REINF ME880 MARATHON
METZELER 180/60B17 M/C REINF 81H NIGHT DRAGON
METZELER 180/65B16 M/C REINF 81H ME880 MARATHON TL
METZELER 180/65B16 M/C REINF 81H TL NIGHT DRAGON
Registro nº 001375/2012 - concessão
Validade: 02/07/2015
Fornecedor: MERCUR SA
CNPJ.: 93.896.397/0002-03
Fabricante: WENZHOU TIANJIAO PEN INDUSTRIAL CO. LTD.
Objeto: Artigos escolares
Familia: LAPISEIRA
Marca/Modelo: LAPISEIRA MERCUR PRO LP-505 0.5MM CX. 12 PEÇAS - REF. B01010105004 - CODIGO DE BARRAS 7896342449323
LAPISEIRA MERCUR PRO LP-507 0.7MM CX. 12 PEÇAS - REF. B01010105005 - CODIGO DE BARRAS 7896342449033
LAPISEIRA MERCUR PRO LP-509 0.9MM CX. 12 PEÇAS - REF. B01010105008 - CODIGO DE BARRAS 7896342449385
LAPISEIRA MERCUR PRO LP-505 0.5MM BLISTER 1 PEÇA - REF. B01010305003 - CODIGO DE BARRAS 7896342447336
LAPISEIRA MERCUR PRO LP-507 0.7MM BLISTER 1 PEÇA - REF. B01010305002 - CODIGO DE BARRAS 7896342447329
LAPISEIRA MERCUR PRO LP-509 0.9MM BLISTER 1 PEÇA - REF. B01010305001 - CODIGO DE BARRAS 7896342447312
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-105 0.5MM BLISTER 12 PEÇAS - REF. B01010105033 - CODIGO DE BARRAS 7896342900794
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-107MM BLISTER. 12 PEÇAS - REF. B01010105012 - CODIGO DE BARRAS 7896342449897
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-109 0.9MM BLISTER. 12 PEÇAS EMBALAGEM DE PAPEL E PVC - REF. B01010205014 - CODIGO DE BARRAS 7896342904785
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-105 0.5MM BLISTER. 2 PEÇAS - REF. B01010205010 - CODIGO DE BARRAS 7896342903351
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-107 0.7MM BLISTER. 2 PEÇAS - REF. B01010305012 - CODIGO DE BARRAS 7896342900268
LAPISEIRA MERCUR FREE LF-109 0.9MM BLISTER. 2 PEÇAS - REF. B01010205015 - CODIGO DE BARRAS 7896342904792
Registro nº 001376/2012 - concessão
Validade: 02/07/2015
Fornecedor: MERCUR SA
CNPJ.: 93.896.397/0002-03
Fabricante: VIETNAM FIRST STATIONERY CO.LTD.
Objeto: Artigos escolares
Familia: LÁPIS DE COR
Marca/Modelo: LÁPIS DE COR BICOLOR MEERCUR 12 PEÇAS, 24 CORES LONGO PCT. 6 ESTOJOS - REF. B01010717013 - CODIGO DE BARRAS 7896342904822
LÁPIS DE COR MERCUR 12 CORES CURTO PCT. 10 ESTOJOS - REF. B01010717001
LÁPIS DE COR MERCUR 12 CORES LONGO PCT. 10 ESTOJOS - REF. B01010717002 - CODIGO DE BARRAS 7896342447176
LÁPIS DE COR MERCUR 24 CORES LONGO PCT. 6 ESTOJOS - REF. B01010717003 - CODIGO DE BARRAS 7896342447183
LÁPIS DE COR MERCUR 36 CORES LONGO PCT. 4 ESTOJOS - REF. B01010717004 - CODIGO DE BARRAS 7896342447190
LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL MERCUR 12 CORES LONGO PCT. 6 ESTOJOS - REF. B01010717011 - CODIGO DE BARRAS 7896342900756
Registro nº 001377/2012 - concessão
Validade: 03/07/2015
Fornecedor: Americanflex Indústrias Reunidas LTDA
CNPJ.: 49.967.961/0001-69
Fabricante: Americanflex Indústrias Reunidas LTDA
Objeto: Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano
Familia: Tipo de tecido -simples/Uso-geral/Tipo de espuma-convencional /Densidade-D23/Tipo de Revestimento-Composição textil 100%Poliéster
Marca/Modelo: Marca Americanflex -Modelo Bem Estar D23
Marca Americanflex-Modelo Cybertop 23
Registro nº 001378/2012 - concessão
Validade: 03/07/2015
Fornecedor: Americanflex Indústrias Reunidas LTDA
CNPJ.: 49.967.961/0001-69
Fabricante: Americanflex Indústrias Reunidas LTDA
Objeto: Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano
Familia: Tipo de tecido-Simples/Uso-Geral/Tipo de Espuma-Convencional/Densidade -D60/Tipo de Revestimento-Composição Textil 100% Poliéster
Marca/Modelo: Marca Americanflex-Modelo Extra Firme 60
Registro nº 001379/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D1E2F2
Marca/Modelo: METZELER 130/60-13 M/C REINF 60P TL M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 130/70-12 REINF 62P TL M+S FEELFREE WINTEC
METZELER 140/70-14 M/C REINF 68P M+S FEELFREE WINTEC
Registro nº 001380/2012 - concessão
Validade: 28/12/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E2F1
Marca/Modelo: PIRELLI 100/90-14 M/C REINF 57P TL DIABLO SCOOTER
PIRELLI 2.25-17 M/C REINF 38P CITY DEMON FRONT
PIRELLI 2.25-17 M/C REINF 38P CT55 FRONT
PIRELLI 2.25-17 M/C REINF 38P MT55 FRONT
PIRELLI 2.25-17 REINF 38P MT15
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P CITY DEMON
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P CITY DEMON FRONT
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P CT55
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P MANDRAKARU
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P MANDRAKE DUE
PIRELLI 2.50-17 M/C REINF 43P MT55
METZELER 2.50-17 REINF 43P ME22
PIRELLI 2.50-17 REINF 43P MT15
PIRELLI 2.50-17 REINF 43P MT65
PIRELLI 2.50-18 M/C REINF 45P DEMON FRONT
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P ARMSTRONG
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P CITY DEMON
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P CITY DEMON FRONT
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P COURIER
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P CT55
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P DURACITY
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P DURATRACTION
METZELER 2.75-17 M/C REINF 47P FORMULA
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P MANDRAKARU
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P MANDRAKE DUE
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P MANDRAKE EVO
METZELER 2.75-17 M/C REINF 47P ME STREET
PIRELLI 2.75-17 M/C REINF 47P MT55
METZELER 2.75-17 M/C REINF 47P URBAN
METZELER 2.75-17 REINF 47P ME22
PIRELLI 2.75-17 REINF 47P MT15
PIRELLI 2.75-17 REINF 47P MT65
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P CITY DEMON
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P DURACITY
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P DURATRACTION
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P MADRAKARU
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P MANDRAKE DUE
PIRELLI 2.75-18 M/C REINF 48P MANDRAKE EVO
METZELER 2.75-18 M/C REINF 48P URBAN
METZELER 2.75-18 REINF 48P ME22
PIRELLI 2.75-18 REINF 48P MT15
PIRELLI 2.75-18 REINF 48P MT65
PIRELLI 3.00-17 M/C 50P REINF CITY DEMON
PIRELLI 3.00-17 M/C 50P REINF CITY DEMON FRONT
PIRELLI 3.00-17 M/C REINF 50P MT55
METZELER 3.00-17 REINF 50P ME22
PIRELLI 3.00-17 REINF 50P MT15
PIRELLI 3.00-17 REINF 50P MT65
PIRELLI 3.00-18 M/C 52P REINF CITY DEMON
METZELER 3.00-18 M/C REINF 52P ME77
PIRELLI 3.00-18 M/C REINF 52P MT55
METZELER 3.00-18 REINF 52P ME22
PIRELLI 3.00-18 REINF 52P MT15
PIRELLI 3.00-18 REINF 52P MT65
PIRELLI 3.25-16 M/C 55P REINF CITY DEMON FRONT
PIRELLI 3.25-16 REINF 55P MT15
PIRELLI 3.25-16 REINF 55P MT65
METZELER 3.25-18 REINF 59P ME22
PIRELLI 3.50-16 M/C REINF 58P CITY DEMON
METZELER 3.50-16 REINF 58P BLOCK C
PIRELLI 3.50-18 M/C REINF 62P CITY DEMON
METZELER 3.50-18 REINF 62P ENDURO 1
METZELER 3.50-18 REINF 62P ME22
METZELER 3.50-18 REINF 62P ME77
PIRELLI 3.50-18 REINF 62P MT65
PIRELLI 90/90 - 18M/C REINF 57P CITY DRAGON
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P CITY DEMON
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P CITY DEMON 1°
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P DURACITY
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P DURASPIRIT
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P DURATRACTION
METZELER 90/90-18 M/C REINF 57P ME SPEED
METZELER 90/90-18 M/C REINF 57P ME77
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P PENTA MANDRAKE
METZELER 90/90-18 M/C REINF 57P URBAN
PIRELLI 90/90-18 M/C REINF 57P VANTAGE
PIRELLI 90/90-18 REINF 57P MANDRAKARU
METZELER 90/90-18 REINF 57P ME22
PIRELLI 90/90-18 REINF 57P MT15
PIRELLI 90/90-18 REINF 57P MT25
PIRELLI 90/90-18 REINF 57P MT40
PIRELLI 90/90-18 REINF 57P MT65
METZELER 90/90-18M/C REINF 57P ME STREET
METZELER 90/90-18M/C REINF 57P TL ME STREET
Registro nº 001381/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C3D3
Marca/Modelo: PIRELLI P185/75R14 89S P400
PIRELLI P185/75R14 89S P44
PIRELLI P195/75R14 92S P44
PIRELLI P195/75R14 92T P400 TOURING M+S
PIRELLI P205/75R14 95T P400 TOURING
PIRELLI P205/75R15 97T P400 TOURING
PIRELLI P215/75R15 100S P44
PIRELLI P215/75R15 100S SCORPION A/T
PIRELLI P215/75R15 100S SCORPION S/T
PIRELLI P215/75R15 100T SCORPION ATR M+S
PIRELLI P215/75R15 100T P400
PIRELLI P215/75R15 100T SCORPION ATR M+S
PIRELLI P225/75R15 102S P44
PIRELLI P225/75R15 102S SCORPION A/T
PIRELLI P225/75R16 104T SCORPION STR A
PIRELLI P245/75R16 109S SCORPION A/T
PIRELLI P245/75R16 109T SCORPION STR A
PIRELLI P255/75R17 113T SCORPION STR A
PIRELLI P265/75R16 114S SCORPION A/T
PIRELLI P265/75R16 114T SCORPION STRA
Registro nº 001382/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C7D5
Marca/Modelo: PIRELLI 195/45R16 80V P7000
PIRELLI 195/45ZR16 80W DRAGON
PIRELLI 195/50R15 82V DRAGON
PIRELLI 195/50R15 82V P6000
PIRELLI 195/50R15 82V P7
PIRELLI 195/50R15 82V P7000
PIRELLI 195/50R15 82V P700Z
PIRELLI 195/50R15 82V PHANTOM
PIRELLI 195/50R16 84V CINTURATO P7
PIRELLI 195/50R16 84V P7
PIRELLI 205/45R16 83V P7000
PIRELLI 205/45R16 83W PHANTOM
PIRELLI 205/45R17 84W PHANTOM
PIRELLI 205/45ZR16 83W DRAGON
PIRELLI 205/45ZR17 84W DRAGON
PIRELLI 205/50R15 86V DRAGON
PIRELLI 205/50R15 86V P7000
PIRELLI 205/50R15 86V P700Z
PIRELLI 215/40R17 83W PHANTOM
PIRELLI 215/45ZR17 87W DRAGON
PIRELLI 215/50R17 91V P6000
PIRELLI 215/50R17 91W CINTURATO P7
PIRELLI 215/50R17 91W PHANTOM
PIRELLI 225/45ZR17 91W DRAGON
PIRELLI 235/45R17 94W PHANTOM
PIRELLI P215/50R17 91V P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P225/50R17 94V P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P235/45R17 94V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P235/50ZR18 97W PZERO NERO
PIRELLI P245/45ZR19 98W PZERO NERO
PIRELLI P265/50R20 107V SCORPION STR M+S
PIRELLI P275/40ZR19 101W M+S NERO
PIRELLI P275/45 R20 106V SCORPION STR
Registro nº 001383/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D4
Marca/Modelo: ARMSTRONG 175/65R14 82H ARMSTRONG EUROMETRIC

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE

PIRELLI 175/65R14 82H P6
PIRELLI 175/65R14 82H P6000
ARMSTRONG 185/65R14 86H ARMSTRONG EUROMETRIC
PIRELLI 185/65R14 86H P6
PIRELLI185/65R15 88H P6000
PIRELLI 185/65R15 88H P7
PIRELLI 185/65R15 88H SCORPION ATR
PIRELLI 195/65R15 91H P6000
PIRELLI 195/65R15 91H P7
PIRELLI 205/65R15 94H P6000
PIRELLI 205/65R15 94H P7
PIRELLI 205/65R15 94H SCORPION AT-R
PIRELLI 215/65R16 98H SCORPION ATR
PIRELLI P175/65R14 81H P6000
PIRELLI P185/65R14 85H P6000
PIRELLI P185/65R14 86H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P185/65R14 86H P600
PIRELLI P185/65R15 88H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P195/65R14 88H P6
PIRELLI P195/65R15 89H P6
PIRELLI P195/65R15 89H P6000
PIRELLI P195/65R15 91H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/65R15 94H P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P225/65R17 102H SCORPION ATR M+S
PIRELLI P245/65R17 107H SCORPION STR A
PIRELLI P255/65R15 105H SCORPION ZERO
PIRELLI P275/65R18 116H SCORPION ATR M+S
PIRELLI P285/65R16 113H SCORPION ZERO
Registro nº 001384/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C4D3
Marca/Modelo: PIRELLI 165/70R13 REINF 83T CITYNET L6
PIRELLI 165/70R13 REINF 83T L6
PIRELLI 175/70R13 REINF 86S L6
PIRELLI 175/70R13 REINF 86T CITYNET L6
PIRELLI 175/70R13 REINF 86T L6
PIRELLI 175/70R14 88T EXTRA LOAD CHRONO
PIRELLI 175/70R14 REINF 88T CITYNET L6
PIRELLI P235/70R17 111T EXTRA LOAD M+S SCORPION ATR
PIRELLI P245/70R15 REINF 108S SCORPION A/S
PIRELLI P245/70R16 111T SCORPION ATR EXTRA LOAD
Registro nº 001385/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C3D3
Marca/Modelo: PIRELLI P205/75R15 99S XL P44 APT
PIRELLI P205/75R15 99S XL SCORPION S/T
PIRELLI P205/75R15 99T EXTRA LOAD SCORPION ATR M+S
PIRELLI P225/75R15 105S XL P44 APT
PIRELLI P225/75R15 105T SCORPION ATR M+S EXTRA LOAD
PIRELLI P225/75R15 REINF 105S SCORPION S/T
PIRELLI P225/75R15 REINF 106T SCORPION STR A
PIRELLI P235/75R15 108T EXTRA LOAD SCORPION ATR
PIRELLI P235/75R15 REINF 108T SCORPION STR A
CEAT P235/75R15 XL 108S CEAT TRU-TRAC
PIRELLI P235/75R15 XL 108S DESERT DOG
FORMULA P235/75R15 XL 108S FORMULA APT
PIRELLI P235/75R15 XL 108S P400
PIRELLI P235/75R15 XL 108S P44
PIRELLI P235/75R15 XL 108S P44 APT
PIRELLI P235/75R15 XL 108S SCORPION A/T
PIRELLI P235/75R15 XL 108S SCORPION S/T
PIRELLI P235/75R15 XL 108S TRAIL HANDLER APT
PIRELLI P235/75R15 XL 108S TRU-TRAC APT
Registro nº 001386/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B1C2D2
Marca/Modelo: PIRELLI 165-380 (4) TORNADO ALFA
CEAT 5.60-15 (4) CEAT ALFA
PIRELLI 5.60-15 (4) TORNADO ALFA
CEAT 5.90-14 (4) CEAT ALFA
PIRELLI 5.90-14 (4) TORNADO ALFA
PIRELLI 6.00-16 (4) SE58
PIRELLI 6.00-16 (6) MT06
PIRELLI 6.00-16 (6) SE58
PIRELLI 6.50-16 (6) AR26 / GARRA
PIRELLI 6.70-16 (6) RR62
PIRELLI 7.10-15 (6) SE58
Registro nº 001387/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D3
Marca/Modelo: PIRELLI 165/65R13 76T P2000
PIRELLI 165/65R13 77T CINTURATO P1
PIRELLI 165/65R13 77T CINTURATO P4
PIRELLI 175/65R14 82T CARREFOUR
CEAT 175/65R14 82T CEAT SPIDER
PIRELLI 175/65R14 82T CINTURATO P1
PIRELLI 175/65R14 82T CINTURATO P4
PIRELLI 175/65R14 82T CINTURATO P4 K1
PIRELLI 175/65R14 82T COURIER DRIVER
FORMULA 175/65R14 82T FORMULA GT1
FORMULA 175/65R14 82T FORMULA SPIDER
PIRELLI 175/65R14 82T P2000
PIRELLI 175/65R14 82T P3000
PIRELLI 175/65R14 82T P4 CINTURATO
PIRELLI 175/65R14 82T P400
PIRELLI 175/65R15 84T CINTURATO P4
PIRELLI 175/65R15 84T CINTURATO P4 K1
PIRELLI 175/65R15 84T P3000
PIRELLI 185/65R14 86T CARREFOUR
CEAT 185/65R14 86T CEAT SPIDER
PIRELLI 185/65R14 86T CINTURATO P1
PIRELLI 185/65R14 86T CINTURATO P4
PIRELLI 185/65R14 86T COURIER DRIVER
FORMULA 185/65R14 86T FORMULA GT1
PIRELLI 185/65R14 86T P2000
PIRELLI 185/65R14 86T P3000
PIRELLI 185/65R15 88T CINTURATO P4
PIRELLI 205/65R15 94T CINTURATO P1
PIRELLI 205/65R15 94T CINTURATO P1
PIRELLI 205/65R15 94T CINTURATO P4
PIRELLI 205/65R15 94T P4 CINTURATO
PIRELLI P175/65R14 81T P3000 M+S
PIRELLI P175/65R14 81T P400
PIRELLI P175/65R14 82T P400 M+S
PIRELLI P175/65R14 82T P400 TOURING M+S
PIRELLI P185/65R14 85T P3000 M+S
PIRELLI P185/65R14 85T P400
PIRELLI P185/65R15 86S P44
PIRELLI P185/65R15 86T P3000 M+S
PIRELLI P185/65R15 86T P400
PIRELLI P195/65R14 88T P3000 M+S
PIRELLI P195/65R14 88T P400 TOURING
PIRELLI P195/65R15 89S P44
PIRELLI P195/65R15 89T P3000 M+S
PIRELLI P195/65R15 89T P400
PIRELLI P205/65R15 92S P44
PIRELLI P205/65R15 92T P3000 M+S
PIRELLI P205/65R15 92T P400
PIRELLI P205/65R15 94T P3000 M+S
PIRELLI P215/65R15 95T P3000 M+S
PIRELLI P215/65R15 95T P400
PIRELLI P215/65R16 96T P3000 M+S
PIRELLI P215/65R16 98T P6 FOUR SEASONS M+S
PIRELLI P235/65R16 103T M+S P4 FOUR SEASONS
PIRELLI P235/65R18 104T M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P245/65R17 105S SCORPION A/T
PIRELLI P245/65R17 107T SCORPION AT-R
PIRELLI P245/65R17 107T SCORPION ATR M+S
PIRELLI P255/65R17 110T SCORPION ATR M+S
PIRELLI P265/65R17 112T SCORPION AT-R
PIRELLI P285/65R16 113T P5000 SUPER SPORT M+S
Registro nº 001388/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C3D4
Marca/Modelo: PIRELLI 195/75R14 XL 95H P400
Registro nº 001389/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B1C2
Marca/Modelo: PIRELLI 155R12C 83/81N CITYNET L4
PIRELLI 175/65R14C 90/88T CHRONO
PIRELLI 175/65R14C 90/88T CITYNET L6
Registro nº 001390/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C2D2
Marca/Modelo: PIRELLI 145R13 REINF 78R P4
PIRELLI 165/80R13 REINF 87R L6
PIRELLI 215/80R16 107R EXTRA LOAD M+S SCORPION MTR
PIRELLI 215/80R16 REINF 107Q FD44
CEAT 215/80R16 REINF 107R CEAT TRUC TRAC
PIRELLI 215/80R16 REINF 107R FD44
Registro nº 001391/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A1B1C2D2
Marca/Modelo: PIRELLI 155-13 (4) SL93 (6.15-13 (4) SL93)
PIRELLI 165-13 (4) TORNADO ALFA (6.45-13 (4) TORNADO ALFA)
PIRELLI 165-14 (4) TORNADO ALFA (6.45-14 (4) TORNADO ALFA)
PIRELLI 175-14 (4) TORNADO BETA (6.95-14 (4) TORNADO BETA)
PIRELLI 185-14 (4) TORNADO BETA (7.35-14 (4) TORNADO BETA)
PIRELLI 185-14 (6) SL93 (7.35-14 (6) SL93)
PIRELLI 185-14 (8) SL93 (7.35-14 (8) SL93)
Registro nº 001392/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B3C1
Marca/Modelo: PIRELLI 7.50R16C 112/110N DAKAR
PIRELLI 7.50R16TT 112/110N M+S SCORPION ATR
Registro nº 001393/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B6C1
Marca/Modelo: PIRELLI 10.00R20 147/143K TR85
PIRELLI 11.00R20 149/145K SM90
PIRELLI 11.00R20 150/146K AP05
PIRELLI 11.00R20 150/146K AT75
PIRELLI 11.00R20 150/146K FG85
PIRELLI 11.00R20 150/146K TG85
CEAT 11.00R20 150/146L CEAT DRIVER VG
PIRELLI 11.00R20 150/146L FH55
PIRELLI 11.00R20 150/146L FH75 TT
PIRELLI 11.00R20 150/146L FR11
PIRELLI 11.00R20 150/146L FR11 MAX
PIRELLI 11.00R20 150/146L FR25
PIRELLI 11.00R20 150/146L FR85
PIRELLI 11.00R20 150/146L FR85
PIRELLI 11.00R20 150/146L LS97
PIRELLI 11.00R20 150/146L LS97E
PIRELLI 11.00R20 150/146L TH25
PIRELLI 11.00R20 150/146L TR85 M+S
PIRELLI 11.00R22 150/146K AP05
PIRELLI 11.00R22 150/146K FG85
PIRELLI 11.00R22 150/146K SM90
PIRELLI 11.00R22 150/146K SUPER 89
PIRELLI 11.00R22 150/146K TG85
FORMULA 11.00R22 150/146L 16PR FORMULA DRIVER II
ARMSTRONG 11.00R22 150/146L ARMSTRONG R1
CEAT 11.00R22 150/146L CEAT
CEAT 11.00R22 150/146L CEAT DRIVER
PIRELLI 11.00R22 150/146L FH55
PIRELLI 11.00R22 150/146L FH55 ENERGY
PIRELLI 11.00R22 150/146L FR11
PIRELLI 11.00R22 150/146L FR11 MAX
PIRELLI 11.00R22 150/146L FR25
PIRELLI 11.00R22 150/146L LS97
PIRELLI 11.00R22 150/146L TH25
PIRELLI 11.00R22 150/146L TH65
PIRELLI 11.00R22 150/146L TH65 ENERGY

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PIRELLI 11.00R22 151/148K FG85
PIRELLI 11.00R22 151/148K TG85
PIRELLI 11.00R22 151/148K TG85
PIRELLI 11.00R22 151/148K TR85
Registro nº 001394/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B3C1
Marca/Modelo: PIRELLI 7.50-20 (12) CT65
PIRELLI 8.25-20 (12) AS22
PIRELLI 8.25-20 (12) CT65
PIRELLI 8.25-20 (12) LI99
PIRELLI 8.25-20 133/131J CT65 SUPER
Registro nº 001395/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B2C1
Marca/Modelo: PIRELLI 6.00-14 (8) CT52
PIRELLI 6.00-14 (8) LT84
PIRELLI 6.50-14 (8) CT52
PIRELLI 6.50-14 (8) LT84
CEAT 6.50-14(8) 102L CEAT VG10
PIRELLI 6.50-16 (6) AS22
PIRELLI 6.50-16 (6) CT52
PIRELLI 6.50-16 (6) MT06
PIRELLI 6.50-16 (8) CT52
PIRELLI 7.00-16 (6) CT52
Registro nº 001396/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B4C1
Marca/Modelo: CEAT 7.50-16 (10) 116/114L CEAT TC1
ARMSTRONG 7.50-16 (10) ARMSTRONG C11
PIRELLI 7.50-16 (10) AS22
CEAT 7.50-16 (10) CEAT VG10
PIRELLI 7.50-16 (10) CT52
PIRELLI 7.50-16 (10) HUNTER HD
PIRELLI 7.50-16 (10) LI99
PIRELLI 7.50-16 (10) RT59
PIRELLI 7.50-16 (10) VANTAGE VD
PIRELLI 7.50-16 (12) AS22
CEAT 7.50-16 (12) CEAT VG10
PIRELLI 7.50-16 (12) CT52
PIRELLI 7.50-16 116/114L RT59
PIRELLI 7.50-16 121/120J CT52
PIRELLI 7.50-17 121/116L CT52
Registro nº 001397/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B2C2
Marca/Modelo: PIRELLI 205/75R17.5 124/122M MC45
PIRELLI 215/75R17.5 (12) 126/124M M+S PLUS MC45
PIRELLI 215/75R17.5 126/124K M+S FG85
CEAT 215/75R17.5 126/124L CEAT DRIVER VG
PIRELLI 215/75R17.5 126/124M G138
PIRELLI 215/75R17.5 126/124M LS97
PIRELLI 215/75R17.5 126/124M MC45
PIRELLI 215/75R17.5 126/124M TH25
PIRELLI 225/70R19.5 125/123L MC45
PIRELLI 8.5R17.5 121/120M LS97
Registro nº 001398/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B7C1
Marca/Modelo: ARMSTRONG 12.00-20 (18) ARMSTRONG C11
PIRELLI 12.00-20 (18) AS22
CEAT 12.00-20 (18) CEAT VG10
PIRELLI 12.00-20 (18) CT65
PIRELLI 12.00-20 (18) HUNTER HD
PIRELLI 12.00-20 (18) LD35
PIRELLI 12.00-20 (18) LU78
PIRELLI 12.00-20 (18) ROADMASTER RD
PIRELLI 12.00-20 (18) RT59
PIRELLI 12.00-20 (18) TR20
PIRELLI 12.00-20 (18) VANGUARD VF
PIRELLI 12.00-20 (18) VANTAGE VD
ARMSTRONG 12.00-20 (18)J ARMSTRONG TA1
CEAT 12.00-20 (18)J CEAT TC1
PIRELLI 12.00-20 154/149J AS22
CEAT 12.00-20 154/149J CEAT VG10
PIRELLI 12.00-20 154/149J CT65
PIRELLI 12.00-20 154/149J CT65 SUPER
PIRELLI 12.00-20 154/149J LU78
PIRELLI 12.00-20 154/149J RG10
PIRELLI 12.00-24 (18) CT65
PIRELLI 12.00-24 (18) LU78
PIRELLI 12.00-24 (18) TR20
Registro nº 001399/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B6C1
Marca/Modelo: PIRELLI 11.00-20 (16) 149/145J CT65 CENTAURO SUPER
ARMSTRONG 11.00-20 (16) ARMSTRONG TA1
PIRELLI 11.00-20 (16) AS22
CEAT 11.00-20 (16) CEAT TC1
CEAT 11.00-20 (16) CEAT VG10
PIRELLI 11.00-20 (16) CT65
PIRELLI 11.00-20 (16) HUNTER HD
ARMSTRONG 11.00-20 (16) J ARMSTRONG C11
PIRELLI 11.00-20 (16) J CT75
PIRELLI 11.00-20 (16) LD35
PIRELLI 11.00-20 (16) LU78
PIRELLI 11.00-20 (16) RG10
PIRELLI 11.00-20 (16) ROADMASTER RD
PIRELLI 11.00-20 (16) RT59
PIRELLI 11.00-20 (16) TR20
PIRELLI 11.00-20 (16) VANGUARD RD
PIRELLI 11.00-20 (16) VANTAGE VD
PIRELLI 11.00-20 149/145J CT65 SUPER
PIRELLI 11.00-20(16) 149/145J CT65
PIRELLI 11.00-22 (14) ES82
PIRELLI 11.00-22 (16) 150/146J XAPURI LD35
ARMSTRONG 11.00-22 (16) ARMSTRONG C11
ARMSTRONG 11.00-22 (16) C1 ARMSTRONG
CEAT 11.00-22 (16) CEAT VG
CEAT 11.00-22 (16) CEAT VG10
PIRELLI 11.00-22 (16) CT65
PIRELLI 11.00-22 (16) CT75
PIRELLI 11.00-22 (16) HUNTER HD
PIRELLI 11.00-22 (16) LD35
PIRELLI 11.00-22 (16) LI99
PIRELLI 11.00-22 (16) ROAD MASTER RD
PIRELLI 11.00-22 (16) RT59
PIRELLI 11.00-22 (16) VANGUARD VF
PIRELLI 11.00-22 (16) VANTAGE VD
PIRELLI 11.00-22 (16) XAPURI RT59
PIRELLI 11.00-22 150/146J CT65 CENTAURO SUPER
PIRELLI 12.00-20 (16) 150/146J RG10
PIRELLI 12.00-20 (16) AS22
CEAT 12.00-20 (16) CEAT VG10
PIRELLI 12.00-20 (16) CT65
PIRELLI 12.00-20 (16) HUNTER HD
PIRELLI 12.00-20 (16) LD35
PIRELLI 12.00-20 (16) VANTAGE VD
PIRELLI 12.00-20 150/146J CT65 SUPER
ARMSTRONG 12.00-20(16) ARMSTRONG C11
PIRELLI 12.00-20(16) ROADMASTER RD
PIRELLI 12.00-20(16) VANGUARD VF
Registro nº 001400/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B5C1
Marca/Modelo: PIRELLI 10.00-20 (14) ES82
PIRELLI 10.00-20 (14) RG10
PIRELLI 10.00-20(16) 146/143J CT65 SUPER M+S
ARMSTRONG 10.00-20 (16) ARMSTRONG C1
ARMSTRONG 10.00-20 (16) ARMSTRONG C11
PIRELLI 10.00-20 (16) AS22
CEAT 10.00-20 (16) CEAT TC1
CEAT 10.00-20 (16) CEAT VG
10.00-20 (16) CEAT VG10
PIRELLI 10.00-20 (16) CT65
PIRELLI 10.00-20 (16) HUNTER HD
PIRELLI 10.00-20 (16) HUNTER HT
PIRELLI 10.00-20 (16) LD35
PIRELLI 10.00-20 (16) LI99
PIRELLI 10.00-20 (16) LU78
PIRELLI 10.00-20 (16) PD100
PIRELLI 10.00-20 (16) RG10
PIRELLI 10.00-20 (16) ROADMASTER RD
PIRELLI 10.00-20 (16) RT59
PIRELLI 10.00-20 (16) TR20
PIRELLI 10.00-20 (16) VANGUARD VF
PIRELLI 10.00-20 (16) VANTAGE VD
PIRELLI 10.00-20 (16) XAPURI LD35
PIRELLI 10.00-20 (16) XAPURI RT59
PIRELLI 10.00-20 (16) XAPURI TR20
PIRELLI 10.00-20 (16)J CT75
PIRELLI 10.00-20(16) 146/143J CT65 SUPER M+S
PIRELLI 11.00-20 (14) MT85
Registro nº 001401/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B4C1
Marca/Modelo: ARMSTRONG 9.00-20 (14) ARMSTRONG C1
PIRELLI 9.00-20 (14) AS22
CEAT 9.00-20 (14) CEAT TC1
CEAT 9.00-20 (14) CEAT VG
CEAT 9.00-20 (14) CEAT VG10
PIRELLI 9.00-20 (14) CT65
PIRELLI 9.00-20 (14) HUNTER HD
PIRELLI 9.00-20 (14) HUNTER HT
PIRELLI 9.00-20 (14) LD35
PIRELLI 9.00-20 (14) LI99
PIRELLI 9.00-20 (14) RG10
PIRELLI 9.00-20 (14) ROAD MASTER RD
PIRELLI 9.00-20 (14) RT59
PIRELLI 9.00-20 (14) TR20
PIRELLI 9.00-20 (14) VANGUARD VF
PIRELLI 9.00-20 (14) VANTAGE VD
PIRELLI 9.00-20 (14) XAPURI RT59
PIRELLI 9.00-20 (14) XAPURI-LD35
PIRELLI 9.00-20 (14)J CT75
PIRELLI 9.00-20 (14)J TR20
ARMSTRONG 9.00-20 140/137J ARMSTRONG C11
PIRELLI 9.00-20 140/137J CT65 CENTAURO SUPER
PIRELLI 9.00-20 140/137J CT65 SUPER
Registro nº 001402/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C4D4
Marca/Modelo: PIRELLI 165/70R13 79H P5000 VIZZOLA
PIRELLI 165/70R13 79H P6
PIRELLI 175/70R13 82H P5000 VIZZOLA
PIRELLI 185/70R13 86H P5000 VIZZOLA
PIRELLI 185/70R14 88H P600
PIRELLI 185/70R14 88H P6000
PIRELLI 195/70R14 91H P3000
PIRELLI 225/70R16 102H SCORPION S/T
PIRELLI P175/70R13 82H P400
PIRELLI P185/70R14 87H P400
PIRELLI P195/70R14 90H P400 TOURING M+S
PIRELLI P225/70R15 100H P3000 M+S
PIRELLI P225/70R16 102H SCORPION S/T
PIRELLI P225/70R16 102H SCORPION STR A
PIRELLI P225/70R16 103H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P235/70R16 105H SCORPION STR
PIRELLI P255/70R16 109H SCORPION STR
PIRELLI P255/70R18 112H SCORPION STRA
PIRELLI P265/70R15 112H SCORPION STR A
PIRELLI P265/70R16 112H SCORPION STR
PIRELLI P265/70R17 113H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P265/70R17 113H SCORPION STR A
PIRELLI P275/70R16 114H SCORPION STR
Registro nº 001403/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Au-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tomóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D4
Marca/Modelo: PIRELLI 175/60R14 79H P6000
ARMSTRONG 185/60R14 82H ARMSTRONG EUROMETRIC
CEAT 185/60R14 82H CEAT SPIDER
PIRELLI 185/60R14 82H COURIER MONZA
PIRELLI 185/60R14 82H DRAGON
FORMULA 185/60R14 82H FORMULA GT1 SPORT
FORMULA 185/60R14 82H FORMULA SPIDER
PIRELLI 185/60R14 82H P6
PIRELLI 185/60R14 82H P600
PIRELLI 185/60R14 82H P7000
PIRELLI 185/60R15 84H P6000
PIRELLI 195/55R15 84H P6000
PIRELLI 195/55R15 85H P6000
PIRELLI 195/55R15 85H P7
PIRELLI 195/60R14 85H P600
CEAT 195/60R14 86H CEAT TORNADO
PIRELLI 195/60R14 86H DRAGON
PIRELLI 195/60R14 86H P4000E
PIRELLI 195/60R14 86H P7000
PIRELLI 195/60R15 88H CINTURATO P1
PIRELLI 195/60R15 88H P6000
PIRELLI 195/60R15 88H P7
PIRELLI 205/60R15 91H M+S SCORPION ATR
PIRELLI 205/60R15 91H SCORPION ATR
PIRELLI 205/60R16 92H P7
PIRELLI 205/60R16 92H SCORPION ATR
PIRELLI 225/55R16 95H P6 FOUR SEASONS PLUS M+S
PIRELLI 235/60R16 100H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI 235/60R16 100H M+S SCORPION-STR
PIRELLI 235/60R16 100H SCORPION ATR M+S
PIRELLI 235/60R16 100H SCORPION STR
PIRELLI 235/60R17 102H SCORPION STR M+S
PIRELLI 265/60R18 TL 110H M+S SCORPION STR
PIRELLI P185/60R14 82H P6
PIRELLI P185/60R14 82H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P185/60R14 82H P600
PIRELLI P185/60R14 82H P6000
PIRELLI P195/60R13 83H P6
PIRELLI P195/60R13 83H P60
PIRELLI P195/60R14 85H P6
PIRELLI P195/60R14 85H P600
PIRELLI P195/60R14 85H P6000
PIRELLI P195/60R14 86H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P195/60R15 87H P6
PIRELLI P195/60R15 87H P600
PIRELLI P195/60R15 87H P6000
PIRELLI P195/60R15 88H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/55 R16 91H M+S P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/55R16 89H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/60R15 90H P600
PIRELLI P205/60R15 90H P6000
PIRELLI P205/60R15 91H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/60R16 92H P6 FOUR SEASONS PLUS M+S
PIRELLI P215/60R16 95H P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P225/55R18 97H P6 FOUR
PIRELLI P225/55R18 98H P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P225/60R18 99H P6 FOUR SEASONS PLUS M+S
PIRELLI P235/55R19 101H SCORPION STR
PIRELLI P245/60R18 104H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P255/55R20 107H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P265/60R18 110H SCORPION ATR M+S
PIRELLI P275/55R20 111H SCORPION STR
PIRELLI P275/60R20 115H SCORPION ATR
PIRELLI P275/60R20 115H SCORPION STR M+S
PIRELLI P285/60R18 TL 116H M+S SCORPION STR
Registro nº 001404/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C4D3
Marca/Modelo: CEAT 155/70R13 75T CEAT SPIDER
PIRELLI 155/70R13 75T P2000
PIRELLI 165/70R13 76S P4
ARMSTRONG 165/70R13 79T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 165/70R13 79T ARMSTRONG TR
PIRELLI 165/70R13 79T CARREFOUR
CEAT 165/70R13 79T CEAT SPIDER
CEAT 165/70R13 79T CEAT TOURING
PIRELLI 165/70R13 79T CINTURATO P1
PIRELLI 165/70R13 79T CINTURATO P4
PIRELLI 165/70R13 79T COURIER DRIVER
FORMULA 165/70R13 79T FORMULA GT
FORMULA 165/70R13 79T FORMULA GT1
FORMULA 165/70R13 79T FORMULA SPIDER
PIRELLI 165/70R13 79T P2000
PIRELLI 165/70R13 79T P3000
PIRELLI 165/70R13 79T VANTAGE
PIRELLI 165/70R13 79T VANTAGE2
PIRELLI 165/70R14 81T CINTURATO P4
PIRELLI 165/70R14 81T P3000
ARMSTRONG 175/70R13 82T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 175/70R13 82T ARMSTRONG TR
PIRELLI 175/70R13 82T CARREFOUR
CEAT 175/70R13 82T CEAT SPIDER
CEAT 175/70R13 82T CEAT TOURING
PIRELLI 175/70R13 82T CINTURATO P1
PIRELLI 175/70R13 82T CINTURATO P4
PIRELLI 175/70R13 82T COURIER DRIVER
FORMULA 175/70R13 82T FORMULA GT
FORMULA 175/70R13 82T FORMULA GT1
FORMULA 175/70R13 82T FORMULA SPIDER
PIRELLI 175/70R13 82T P2000
PIRELLI 175/70R13 82T P3000
PIRELLI 175/70R13 82T VANTAGE
PIRELLI 175/70R13 82T VANTAGE2
PIRELLI 175/70R14 84T CINTURATO P4
PIRELLI 175/70R14 84T M+S CINTURATO P1
PIRELLI 175/70R14 84T P3000
PIRELLI 175/70R14 84T P400
ARMSTRONG 185/70R13 86T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 185/70R13 86T ARMSTRONG TR
CEAT 185/70R13 86T CEAT SPIDER
CEAT 185/70R13 86T CEAT TOURING
PIRELLI 185/70R13 86T CINTURATO P4
PIRELLI 185/70R13 86T COURIER DRIVER
FORMULA 185/70R13 86T FORMULA GT
FORMULA 185/70R13 86T FORMULA GT1
FORMULA 185/70R13 86T FORMULA SPIDER
PIRELLI 185/70R13 86T P2000
PIRELLI 185/70R13 86T VANTAGE
PIRELLI 185/70R13 86T VANTAGE2
PIRELLI 185/70R13 86T VANTAGE2
CEAT 185/70R14 88T CEAT SPIDER
PIRELLI 185/70R14 88T CINTURATO P4
FORMULA 185/70R14 88T FORMULA GT
PIRELLI 185/70R14 88T VANTAGE
ARMSTRONG 195/70R14 91T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 195/70R14 91T ARMSTRONG TR
CEAT 195/70R14 91T CEAT TOURING
PIRELLI 195/70R14 91T CINTURATO P4
PIRELLI 195/70R14 91T COURIER DRIVER
FORMULA 195/70R14 91T FORMULA GT
FORMULA 195/70R14 91T FORMULA GT1
PIRELLI 195/70R14 91T P3000
PIRELLI 195/70R14 91T VANTAGE
PIRELLI 205/70R14 95T CINTURATO P4
PIRELLI 205/70R15 96T SCORPION AT-R
PIRELLI P165/70R13 78S P4
PIRELLI P165/70R13 78T P3000 M+S
PIRELLI P165/70R13 78T P400
PIRELLI P175/70R13 82S P44
PIRELLI P175/70R13 82T P2000
PIRELLI P175/70R13 82T P3000 M+S
PIRELLI P175/70R13 82T P400
PIRELLI P175/70R13 82T P400
PIRELLI P175/70R14 84T P3000 M+S
PIRELLI P175/70R14 84T P400
PIRELLI P185/70R13 85S P44
PIRELLI P185/70R13 85T P3000 M+S
PIRELLI P185/70R13 85T P400
PIRELLI P185/70R14 87S P44
PIRELLI P185/70R14 87T P3000 M+S
PIRELLI P185/70R14 87T P400 TOURING
PIRELLI P195/70R14 90S P44
PIRELLI P195/70R14 90T P3000 M+S
PIRELLI P195/70R14 90T P400
PIRELLI P195/70R14 90T P44
PIRELLI P205/70R14 93S P44
PIRELLI P205/70R14 93T P3000 M+S
PIRELLI P205/70R14 93T P400
PIRELLI P205/70R14 93T P400 TOURING
PIRELLI P205/70R15 95S P44
PIRELLI P205/70R15 95T P3000 M+S
PIRELLI P205/70R15 95T P400 TOURING
PIRELLI P215/70R14 96T P3000 M+S
PIRELLI P215/70R15 97S P44
PIRELLI P215/70R15 97T P3000 M+S
PIRELLI P215/70R15 97T P400
PIRELLI P225/70R15 100S P44
PIRELLI P225/70R15 100S SCORPION A/S
PIRELLI P225/70R15 100T SCORPION STR A
PIRELLI P225/70R16 101S SCORPION A/T
PIRELLI P225/70R16 102T SCORPION AT-R
PIRELLI P235/70R15 102S SCORPION A/S
PIRELLI P235/70R15 102T SCORPION STR A
PIRELLI P235/70R16 105T SCORPION AT-R
PIRELLI P235/70R16 105T SCORPION STR A
PIRELLI P245/70R16 106S SCORPION A/T
PIRELLI P245/70R16 107T M+S SCORPION ATR
PIRELLI P245/70R16 107T SCORPION AT-R
PIRELLI P245/70R16 107T SCORPION STR A
PIRELLI P245/70R17 108T SCORPION ATR
PIRELLI P245/70R17 110T SCORPION STR A
PIRELLI P255/70R15 108S SCORPION A/S
PIRELLI P255/70R15 108T SCORPION STR
PIRELLI P255/70R16 109S SCORPION A/T
PIRELLI P255/70R16 109T SCORPION AT-R
PIRELLI P255/70R16 109T SCORPION STR A
PIRELLI P255/70R18 112S SCORPION STRA
PIRELLI P255/70R18 113T M+S SCORPION ATR
PIRELLI P265/70R15 110S SCORPION S/T
PIRELLI P265/70R16 112S SCORPION A/T
PIRELLI P265/70R16 112T SCORPION AT-R
PIRELLI P265/70R16 112T SCORPION STR A
PIRELLI P265/70R17 113S SCORPION A/T
PIRELLI P265/70R17 113S SCORPION A/T M+S
PIRELLI P265/70R17 113T SCORPION AT-R
PIRELLI P265/70R18 116T M+S SCORPION ATR
PIRELLI P265/70R18 116T SCORPION STRA
PIRELLI P275/70R16 114S SCORPION A/T
PIRELLI P275/70R16 114T SCORPION AT-R
Registro nº 001405/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C2D3
Marca/Modelo: ARMSTRONG 145/80R13 75T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 145/80R13 75T ARMSTRONG TR
CEAT 145/80R13 75T CEAT SPIDER
CEAT 145/80R13 75T CEAT START
PIRELLI 145/80R13 75T CINTURATO P4
PIRELLI 145/80R13 75T CINTURATO P4
FORMULA 145/80R13 75T FORMULA GT
FORMULA 145/80R13 75T FORMULA GT1
PIRELLI 145/80R13 75T P1000
PIRELLI 145/80R13 75T P3000
PIRELLI 145R13 74S P4
PIRELLI 145R13 74T P4
ARMSTRONG 155/80R13 79T ARMSTRONG EUROMETRIC
ARMSTRONG 155/80R13 79T ARMSTRONG TR
CEAT 155/80R13 79T CEAT SPIDER
CEAT 155/80R13 79T CEAT START
PIRELLI 155/80R13 79T CINTURATO P4
PIRELLI 155/80R13 79T EUROMETRIC
FORMULA 155/80R13 79T FORMULA GT
FORMULA 155/80R13 79T FORMULA GT1
PIRELLI 155/80R13 79T P1000
PIRELLI 155/80R13 79T P3000
PIRELLI 155/80R13 79T VANTAGE
PIRELLI 155R13 78S P4
CEAT 165/80R13 83T CEAT SPIDER
PIRELLI 165/80R13 83T CINTURATO P4
FORMULA 165/80R13 83T FORMULA GT
FORMULA 165/80R13 83T FORMULA GT1
PIRELLI 165/80R13 83T P1000
PIRELLI 165/80R13 83T P3000
PIRELLI 165R13 82S P4
PIRELLI 165R15 86S CINTURATO
PIRELLI 175/80R14 88S P400 AQUAMILE
PIRELLI 175/80R14 88T CITYNET ALL WEATHER
PIRELLI 175/80R14 88T CITYNET L6
PIRELLI 175R13 86S P4
PIRELLI 185R14 90S P4
PIRELLI P145/80R13 75S P4
PIRELLI P145/80R13 75T P1000
PIRELLI P155/80R13 79S P4
PIRELLI P155/80R13 79T P1000
PIRELLI P165/80R13 83S P4
PIRELLI P165/80R13 83T P1000
Registro nº 001406/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B7C1
Marca/Modelo: PIRELLI 12.00R20 154/149J PS12
PIRELLI 12R22.5 152/148F TQ99
PIRELLI 12R22.5 152/148L TR85
CEAT 12R22.5 152/148L CEAT DRIVER VG
PIRELLI 12R22.5 152/148L FG85
PIRELLI 12R22.5 152/148L TG85
PIRELLI 12R22.5 152/148M FH55
PIRELLI 12R22.5 152/148M FH75
PIRELLI 12R22.5 152/148M FR11 MAX
PIRELLI 12R22.5 152/148M FR25
PIRELLI 12R22.5 152/148M FR25 SUPER
PIRELLI 12R22.5 152/148M FR85
PIRELLI 12R22.5 152/148M FR85 VANGUARD
PIRELLI 12R22.5 152/148M TH25
PIRELLI 13R22.5 156/150K FG85
PIRELLI 13R22.5 156/150K FG85 DIAM
PIRELLI 13 R22.5 156/150K M+S FG:01
PIRELLI 13 R22.5 156/150K M+S TG:01
PIRELLI 13R22.5 156/150K TG85 DIAM
PIRELLI 13R22.5 156/150K TG85 M+S
PIRELLI 295/80R22.5 152/148J CT40
PIRELLI 295/80R22.5 152/148J MC85
PIRELLI 295/80R22.5 152/148J MC95
PIRELLI 295/80R22.5 152/148L AP05
PIRELLI 295/80R22.5 152/148L FG85
PIRELLI 295/80R22.5 152/148L M+S G153
PIRELLI 295/80R22.5 152/148L M+S G154

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PIRELLI 295/80R22.5 152/148L TG85
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FR25
ARMSTRONG 295/80R22.5 152/148M ARMSTRONG R1
ARMSTRONG 295/80R22.5 152/148M ARMSTRONG R7
CEAT 295/80R22.5 152/148M CEAT DRIVER VG
CEAT 295/80R22.5 152/148M CEAT TRAC VG
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH15E
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH55
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH55 ENERGY
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH55-EX
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH65
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH75
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FH85 AMARANTO
FORMULA 295/80R22.5 152/148M FORMULA DRIVER II
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FR25 SUPER
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FR85
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M FR85 VANGUARD
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M G155
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M HUNTER DR
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M M+S STRADA R FTR
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M PRF4
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M RANDON STRADA-R
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M STRADA R FV
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M TH65
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M TH65 ENERGY
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M TH75
PIRELLI 295/80R22.5 152/148M TR85
PIRELLI 295/80R22.5 TL 152/148M FR25 SUPER
PIRELLI 305/75R24.5 152/148M FH55
PIRELLI 305/75R24.5 154/149L TH75
PIRELLI 305/75R24.5 154/149L TH75 M+S
PIRELLI 305/75R24.5 154/149M M+S FH75
PIRELLI 305/75R24.5 154/149M FH75
PIRELLI 305/75R24.5 154/149M FH75 M+S
PIRELLI 315/80R22.5 156/150L FH85 AMARANTO
PIRELLI 315/80R22.5 156/150L TH85 AMARANTO
Registro nº 001407/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B4C1
Marca/Modelo: PIRELLI 9.00R20 (14) 140/137L FR85 VANGUARD
PIRELLI 9.00R20 140/137G CT40
PIRELLI 9.00R20 140/137K AP05
PIRELLI 9.00R20 140/137K AT75
PIRELLI 9.00R20 140/137K FG85
PIRELLI 9.00R20 140/137K SM90
PIRELLI 9.00R20 140/137K SUPER 89
PIRELLI 9.00R20 140/137K TG85
ARMSTRONG 9.00R20 140/137L ARMSTRONG R1
CEAT 9.00R20 140/137L CEAT DRIVER
PIRELLI 9.00R20 140/137L FR11
PIRELLI 9.00R20 140/137L FR11 MAX
PIRELLI 9.00R20 140/137L FR25
PIRELLI 9.00R20 140/137L LS97
Registro nº 001408/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B7C1
Marca/Modelo: PIRELLI 11.00R22 152/149D G118
PIRELLI 11.00R22 152/149D TQ99
PIRELLI 11.00R22 152/149K FR85
PIRELLI 11.00R22 152/149K FR85 VANGUARD
PIRELLI 12.00R20 154/149K SM90
PIRELLI 12.00R20 154/149L FH55
PIRELLI 12.00R20 154/149L FR11
PIRELLI 12.00R20 154/149L LS97
PIRELLI 12.00R20 154/149L LS97E
PIRELLI 12.00R20 154/149L TH25
PIRELLI 12.00R20 154/150G TQ99
PIRELLI 12.00R20 154/150K (156/150G) AP05
PIRELLI 12.00R20 154/150K (156/150G) AT75
PIRELLI 12.00R20 154/150K (156/150G) FG85D
PIRELLI 12.00R20 154/150K (156/150G) TG85D
PIRELLI 12.00R20 154/150K FG85
PIRELLI 12.00R20 154/150K TG85
PIRELLI 12.00R20 154/150K TG85 M+S
PIRELLI 12.00R20 154/150L FH75
PIRELLI 12.00R20 154/150L FR11 MAX
PIRELLI 12.00R20 154/150L FR25
PIRELLI 12.00R20 154/150L FR85
PIRELLI 12.00R20 154/150L FR85 VANGUARD
PIRELLI 12.00R20 154/150L TH25
PIRELLI 12.00R20 154/150L TR85
CEAT 12.00R20 154/150L VG CEAT DRIVER
PIRELLI 12.00R24 156/153F AT75
PIRELLI 12.00R24 156/153K AP05
PIRELLI 12.00R24 156/153K SM90
Registro nº 001409/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B5C1
Marca/Modelo: PIRELLI 10.00R20 146/143G CT40
PIRELLI 10.00R20 146/143G MC85
PIRELLI 10.00R20 146/143K AP05
PIRELLI 10.00R20 146/143K AT75
PIRELLI 10.00R20 146/143K FG85
PIRELLI 10.00R20 146/143K SM90
PIRELLI 10.00R20 146/143K SUPER 89
PIRELLI 10.00R20 146/143K TG85
ARMSTRONG 10.00R20 146/143L ARMSTRONG R1
CEAT 10.00R20 146/143L CEAT DRIVER
PIRELLI 10.00R20 146/143L FH55
PIRELLI 10.00R20 146/143L FR11
PIRELLI 10.00R20 146/143L FR11 MAX
PIRELLI 10.00R20 146/143L FR25
PIRELLI 10.00R20 146/143L FR85
PIRELLI 10.00R20 146/143L FR85 VANGUARD
PIRELLI 10.00R20 146/143L LS97
PIRELLI 10.00R20 146/143L TH25
FORMULA 10.00R20TT 146/143L FORMULA DRIVER II
Registro nº 001410/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B6C2
Marca/Modelo: PIRELLI 11R22.5 148/144M LS97
PIRELLI 11R22.5 148/145G TQ99
PIRELLI 11R22.5 148/145J MC85 M+S
PIRELLI 11R22.5 148/145K FG85
PIRELLI 11R22.5 148/145K TG85
PIRELLI 11R22.5 148/145L AP05
PIRELLI 11R22.5 148/145L FG85
PIRELLI 11R22.5 148/145L FR11
PIRELLI 11R22.5 148/145L FR11 MAX
PIRELLI 11R22.5 148/145L FR25 SUPER
PIRELLI 11R22.5 148/145L FR85
PIRELLI 11R22.5 148/145L FR85 VANGUARD
PIRELLI 11R22.5 148/145L TG85
PIRELLI 11R22.5 148/145L TH75 M+S
PIRELLI 11R22.5 148/145L TQ99
PIRELLI 11R22.5 148/145L TR21
PIRELLI 11R22.5 148/145L TR85 M+S
CEAT 11R22.5 148/145L VG CEAT DRIVER
CEAT 11R22.5 148/145M CEAT DRIVER VG
PIRELLI 11R22.5 148/145M FH15E
PIRELLI 11R22.5 148/145M FH55
PIRELLI 11R22.5 148/145M FH75 M+S
PIRELLI 11R22.5 148/145M FR25
PIRELLI 11R22.5 148/145M FR25 SUPER
PIRELLI 11R22.5 148/145M TH25
PIRELLI 11R22.5 148/145M TH65
PIRELLI 11R24.5 149/145K TG85
PIRELLI 11R24.5 149/146 M TH75
PIRELLI 11R24.5 149/146K FG85
PIRELLI 11R24.5 149/146M FH55
PIRELLI 11R24.5 149/146M FH75
PIRELLI 11R24.5 149/146M FR85
PIRELLI 11R24.5 149/146M FR85
PIRELLI 11R24.5 149/146M TH75
PIRELLI 11R24.5 149/146M TR85
PIRELLI 11R24.5 149M FH55
PIRELLI 11R24.5 149M TH65
CEAT 12R22.5 150/146M CEAT DRIVER VG
PIRELLI 12R22.5 150/146M FH55
PIRELLI 12R22.5 150/146M FR11
PIRELLI 12R22.5 150/146M FR11 MAX
PIRELLI 12R22.5 150/146M LS97
PIRELLI 12R22.5 150/146M LS97E
PIRELLI 12R22.5 150/146M TH25
PIRELLI 14.5R20 149G PS12
PIRELLI 275/70R22.5 148/145J MC85
PIRELLI 275/70R22.5 148/145L FR85
PIRELLI 275/70R22.5TL 148/145J MC95
CEAT 275/80R22.5 149/146M CEAT DRIVER VG
PIRELLI 275/80R22.5 148/145M FH15E
PIRELLI 275/80R22.5 148/145M R1
PIRELLI 275/80R22.5 148/145M TH65
PIRELLI 275/80R22.5 149/146 M TR85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J (152/148E) CT40
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J G107
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J G107/1
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J G107/2
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J G108
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J M+S MC85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J M+S MC85 ALFA
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J MC85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J MC85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J MC85
PIRELLI 275/80R22.5 TL 149/146J MC85 M+S
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J MC95
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L FG85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L G158
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L M+S FG85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L M+S G156
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L M+S G157
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L TG85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146L TG85 M+S
CEAT 275/80R22.5 149/146M CEAT DRIVER
CEAT 275/80R22.5 149/146M CEAT DRIVER VG
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M FH75
FORMULA 275/80R22.5 149/146M FORMULA DRIVER II
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M FR25
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M FR25 SUPER
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M FR25 SUPER M+S
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M FR85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M M+S TR85
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M STRADA R
PIRELLI 275/80R22.5 149/146M TH65
PIRELLI 275/80R22.5 149/146J MC85 M+S
PIRELLI 275/80R22.5TL 149/146M FH85 AMARANTO
Registro nº 001411/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D5
Marca/Modelo: PIRELLI 185/55R15 82W PHANTOM
PIRELLI 195/55R15 84V P6000
PIRELLI 195/55R15 85V DRAGON
PIRELLI 195/55R15 85V CINTURATO P7
PIRELLI 195/55R15 85V P6000
PIRELLI 195/55R15 85V P7
PIRELLI 195/55R15 85W PHANTOM
PIRELLI 195/55R16 87V P7
PIRELLI 195/60R14 86V P4000E
PIRELLI 195/60R15 88V P6000
PIRELLI 195/60R15 88V P7
PIRELLI 195/60R15 88W P6000
PIRELLI 205/55R15 88V P7
PIRELLI 205/55R16 91V P6000
PIRELLI 205/55R16 91V P7
PIRELLI 205/55R16 91V P7000
PIRELLI 205/55R16 91W P6000
PIRELLI 205/55R16 91W P7 M+S
PIRELLI 205/55R16 91W PHANTOM
PIRELLI 205/55ZR16 91W DRAGON
PIRELLI 205/55ZR16 91W DRAGON
PIRELLI 205/60R15 91V P6000
PIRELLI 205/60R15 91V P7
PIRELLI 215/55R16 93V P7
PIRELLI 215/55R16 93V P6000
PIRELLI 215/60R15 94V P6000
PIRELLI 225/55R18 98V SCORPION STR
PIRELLI P195/60R14 85V P6000
PIRELLI P195/60R15 87V P6000
PIRELLI P195/60R15 87W P6000
PIRELLI P195/60R15 88V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/55R15 88V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/60R15 90V P6000
PIRELLI P205/60R15 91V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P205/60R15 M+S 91V P600
PIRELLI P215/55R17 94V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P215/55R17 94V PZERO NERO ALL SEASON
PIRELLI P215/60R16 95V P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P225/55ZR17 97W M+S PZERO NERO
PIRELLI P225/60R16 97V P6
PIRELLI P225/60R16 97V P6 FOUR SEASONS M+S
PIRELLI P225/60R17 98V P6
PIRELLI P225/60R18 99V M+S P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P235/55ZR17 98W M+S PZERO NERO ALL SEASON
Registro nº 001412/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D5
Marca/Modelo: PIRELLI 195/65R15 91V P600
PIRELLI 195/65R15 91V P6000
PIRELLI 195/65R15 91V P7
PIRELLI 235/65R17 104V SCORPION ZERO ASIMMÉTRICO
PIRELLI P195/65R15 89V P6000
Registro nº 001413/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C2D3
Marca/Modelo: PIRELLI 165/80R13 87T REINF CITYNET L6
PIRELLI 165/80R13 87T REINF L6

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PIRELLI 215/80R16 REINF 107S SCORPION S/T
PIRELLI P215/80R16 107S SCORPION A/T EXTRA LOAD
PIRELLI P215/80R16 107T EXTRALOAD SCORPION ATR
PIRELLI P215/80R16 107T EXTRA LOAD M+S SCORPION ATR
Registro nº 001414/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C5D3
Marca/Modelo: PIRELLI 175/65R14 86T REINF CITYNET L6
PIRELLI 175/65R14 86T REINF L6
PIRELLI 175/65R14 REINF 86S L6
PIRELLI P245/65R17 111T EXTRA LOAD SCORPION ATR
Registro nº 001415/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C2D3
Marca/Modelo: PIRELLI 175/80R14 88H P3000
Registro nº 001416/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B4C2
Marca/Modelo: PIRELLI 235/65R16C 115/113R CHRONO
PIRELLI 7.50R16(12) 121/120L FG85
PIRELLI 7.50R16(12) 121/120L FR85
PIRELLI LT 235/80R17 120/117R SCORPION AT-R
PIRELLI LT 235/80R17 120/117S SCORPION AT-R
ARMSTRONG LT 235/85R16 120/116Q ARMSTRONG DESERT DOG
CEAT LT 235/85R16 120/116Q CEAT TRU-TRAC
PIRELLI LT 235/85R16 120/116Q SCORPION A/T
PIRELLI LT 235/85R16 120/116Q TRAIL HANDLER APT
PIRELLI LT 235/85R16 120/116Q TRU-TRAC APT
PIRELLI LT 235/85R16 120/116R SCORPION AT-R
PIRELLI LT 235/85R16 120/116R SCORPION S/T
PIRELLI LT 235/85R16 120/116S SCORPION AT-R
FORMULA LT 235/85R16 120116Q FORMULA A/T
PIRELLI LT 245/75R16 114/111S SCORPION A/T
ARMSTRONG LT 245/75R16 120/116Q ARMSTRONG DESERT DOG
CEAT LT 245/75R16 120/116Q CEAT TRU-TRAC
FORMULA LT 245/75R16 120/116Q FORMULA A/T
PIRELLI LT 245/75R16 120/116Q TRAIL HANDLER APT
PIRELLI LT 245/75R16 120/116Q TRU-TRAC APT
PIRELLI LT 245/75R16 120Q SCORPION A/T
PIRELLI LT 245/75R16 120Q SCORPION S/T
PIRELLI LT 265/75R16 123/120Q SCORPION S/T
PIRELLI LT 265/75R16 123/120R SCORPION A/T
PIRELLI LT 265/75R16 123/120R SCORPION S/T
PIRELLI LT 265/75R16 123/120R SCORPION STR A
PIRELLI LT 265/75R16 123/120S SCORPION AT-R
PIRELLI LT 285/70R17 121/118R SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT 285/75R16 122/119R SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT 325/55R22 120/117S SCORPION AT-R
PIRELLI LT 325/60R20 121/118S SCORPION AT-R
PIRELLI LT245/70R17 119/116R SCORPION AT-R
PIRELLI LT245/70R17 119/116S SCORPION AT-R
PIRELLI LT245/75R16 120/116R SCORPION AT-R
PIRELLI LT265/70R17 121/118S SCORPION AT-R
PIRELLI LT265/70R17 121/118S SCORPION STR M+S
PIRELLI LT265/75R16 123/120R SCORPION STR
PIRELLI LT285/70R17 116/113R M+S SCORPION MTR
PIRELLI LT285/75R16 116/113Q M+S SCORPION MTR
PIRELLI LT285/75R16 122/119Q SCORPION MUD M+S
PIRELLI LT285/75R16 122/119R SCORPION AT-R
PIRELLI LT305/55R20 121/118S SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT325/45R24 120/117S SCORPION ATR
PIRELLI LT325/65R18 121/118S SCORPION ATR
Registro nº 001417/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B3C1
Marca/Modelo: PIRELLI 8.25-20 (14) CT65
PIRELLI 8.25-20 (14) LI99
PIRELLI 8.25-20 133/131J CT65 SUPER
Registro nº 001418/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B3C2
Marca/Modelo: PIRELL I195/70R15C 104/102R CHRONO
PIRELLI 195/75R14C 106/104R CHRONO
PIRELLI 195/75R14C 106R CITYNET L6
PIRELLI 195/75R16C 107/105R CHRONO
PIRELLI 195/75R16C 107/105R CITYNET L4
PIRELLI 205/70R15C 106/104R CHRONO
PIRELLI 205/70R15C 106/104R CITYNET L6
PIRELLI 205/75R14C 109/107S CHRONO
PIRELLI 205/75R16C 110/108R CHRONO
PIRELLI 205/75R16C 110/108R CHRONO MO
PIRELLI 205/75R16C 110/108R CITYNET L4
PIRELLI 205R16C 110/108T SCORPION ATR
PIRELLI 215/70R14C 106Q CITYNET L6
PIRELLI 215/75R15C 106/103Q CITYNET L4
PIRELLI 215/75R15C 106/103Q P44 APT
PIRELLI 225/70R15C 112/110P CITYNET L4
PIRELLI 225/70R15C 112/110P P44 APT
PIRELLI 225/70R15C 112/110R CHRONO
PIRELLI 225/70R15C 112/110R CITYNET L4
PIRELLI 225/70R15C 112/110S CHRONO
PIRELLI 30X9.50R15 105Q LT20
ARMSTRONG 31X10.50R15 LT 109Q ARMSTRONG DESERT DOG
CEAT 31X10.50R15 LT 109Q CEAT TRU-TRAC
FORMULA 31X10.50R15 LT 109Q FORMULA A/T
PIRELLI 31X10.50R15 LT 109Q SCORPION MUD
PIRELLI 31X10.50R15 LT 109Q TRAIL HANDLER APT
PIRELLI 31X10.50R15 LT 109Q TRU TRAC APT
PIRELLI 31X10.50R15 LT 109S SCORPION A/T
PIRELLI 31X10.50R15 LT 109S SCORPION ATR
PIRELLI 31X10.50R15LT 109S SCORPION AT-R
PIRELLI 32X11.50R15 LT 113Q SCORPION MUD
PIRELLI 32X11.50R15 LT 113S SCORPION A/T
PIRELLI 33x11.50R17LT 113Q TL M+S SCORPION MUD
PIRELLI 33X12.50R15 LT 108Q SCORPION MUD
PIRELLI 33X12.50R15LT 108S SCORPION A/T
PIRELLI LT 215/75R15 106/103S SCORPION S/T
PIRELLI LT 225/75R16 110S SCORPION A/T
PIRELLI LT 235/85R16 108/104Q SCORPION MUDATR
PIRELLI LT 245/70R16 113/110S SCORPION A/T
PIRELLI LT255/70R16 TL 108/104Q SCORPION MUD
CEAT LT 255/75R15 109/105Q CEAT TRU-TRAC
CEAT LT 255/75R15 109/105S CEAT TRU-TRAC
PIRELLI LT 255/75R15 109/105S SCORPION A/T
PIRELLI LT 255/75R15 109/105S SCORPION S/T
PIRELLI LT 265/75R16 112/109Q SCORPION MUD
PIRELLI LT 265/75R16 112/109S SCORPION A/T
PIRELLI LT 265/75R16 112/109S SCORPION S/T
PIRELLI LT215/75R15 106/103T SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT215/75R15 106/103T SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT225/75R16 110/107S SCORPION ATR
PIRELLI LT235/75R15 110/107S M+S SCORPION A/T
PIRELLI LT235/75R15 110S SCORPION AT-R
PIRELLI LT245/70R16 113/110T SCORPION ATR
PIRELLI LT255/70R15 113/110T SCORPION STRA
PIRELLI LT255/70R16 108/104S SCORPION A/T M+S
PIRELLI LT255/75R15 109/105S SCORPION AT-R
PIRELLI LT265/75R16 112/109Q M+S SCORPION MTR
PIRELLI LT265/75R16 112/109Q SCORPION A/T
Registro nº 001419/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B2C2
Marca/Modelo: PIRELLI 155R12C 83/81N P4
PIRELLI 175/70R14C 95/93T CHRONO
PIRELLI 185R14C 102/100R CHRONO
PIRELLI 185R14C 102/100R CITYNET L6
PIRELLI 185R14C 99/97N CITYNET L4
PIRELLI 185R14C 99/97N P33
PIRELLI 185R14C 99/97N P4
PIRELLI 185R14C 99/97R CITYNET L6
PIRELLI 185R15C 103/102P L6
PIRELLI 185R15C 103/102R CHRONO
PIRELLI 185R15C 103/102R CITYNET L6
PIRELLI 185R15C 103P CITYNET L6
PIRELLI 205/70R14C 102/100N CITYNET L4
PIRELLI 205/70R14C 102/100N P44 APT
PIRELLI 205/70R14C 102/100S CHRONO
PIRELLI 205/70R14C 102/100S CHRONO
PIRELLI 205/70R14C 102/100S CITYNET L4
ARMSTRONG 30X9.50R15 LT 104Q ARMSTRONG DESERT DOG
CEAT 30X9.50R15 LT 104Q CEAT TRU-TRAC
PIRELLI 30X9.50R15 LT 104Q DESERT DOG
FORMULA 30X9.50R15 LT 104Q FORMULA A/T
PIRELLI 30X9.50R15 LT 104Q SCORPION MUD
PIRELLI 30X9.50R15 LT 104Q TRAIL HANDLER APT
PIRELLI 30X9.50R15 LT 104Q TRU-TRAC APT
PIRELLI 30X9.50R15LT 104S SCORPION AT-R
PIRELLI LT 215/75R14 98Q SCORPION A/T
PIRELLI LT 215/75R14 98Q SCORPION S/T
PIRELLI LT 215/75R15 100/97S SCORPION A/T
PIRELLI LT 225/75R16 103/100S SCORPION S/T
ARMSTRONG LT 235/75R15 104/101Q ARMSTRONG DESERT DOG
CEAT LT 235/75R15 104/101Q CEAT TRU-TRAC
FORMULA LT 235/75R15 104/101Q FORMULA A/T
PIRELLI LT 235/75R15 104/101Q TRAIL HADLER APT
PIRELLI LT 235/75R15 104/101Q TRU-TRAC APT
PIRELLI LT 235/75R15 104/101S SCORPION A/T
PIRELLI LT 235/75R15 104/101S SCORPION S/T
PIRELLI LT215/75R15 100/97T SCORPION ATR M+S
PIRELLI LT225/70R16 102/99T SCORPION MTR
Registro nº 001420/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D3
Marca/Modelo: CEAT 185/60R14 82T CEAT SPIDER
PIRELLI 235/60R16 100T SCORPION ATR
PIRELLI P185/60R14 82T P3000 M+S
PIRELLI P195/60R13 83T M+S P5000 SS
PIRELLI P195/60R15 87T P3000 M+S
PIRELLI P195/60R15 87T P400
PIRELLI P205/55R16 89T P3000 M+S
PIRELLI P205/60R13 86T M+S P5000 SS
PIRELLI P205/60R15 90T P3000 M+S
PIRELLI P205/60R15 90T P400
PIRELLI P215/60R14 91T M+S P5000 SS
PIRELLI P215/60R14 91T P5000S M+S
PIRELLI P215/60R16 94T P3000 M+S
PIRELLI P215/60R16 94T P400
PIRELLI P225/55R18 97T P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P225/60R16 97T P3000 M+S
PIRELLI P225/60R16 97T P400
PIRELLI P225/60R17 98T CINTURATO P3000 M+S
PIRELLI P225/60R17 98T P3000 M+S
PIRELLI P225/60R18 99T P6 FOUR SEASONS
PIRELLI P235/60R14 96T M+S P5000 SS
PIRELLI P235/60R15 98T P5000S M+S
PIRELLI P235/60R16 100T P5000 M+S
PIRELLI P245/60R14 98T M+S P5000 SS
PIRELLI P255/60R15 102T M+S P5000 SS
PIRELLI P275/55R20 111S SCORPION AT-R
PIRELLI P275/55R20 111S SCORPION STR
PIRELLI P275/55R20 111T M+S SCORPION STR
PIRELLI P275/55R20 111T SCORPION STR
PIRELLI P275/60R15 107T M+S P5000 SS
PIRELLI P275/60R16 109T P5000S M+S
PIRELLI P275/60R17 110T SCORPION STR A
Registro nº 001421/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C3D4
Marca/Modelo: PIRELLI 195/75R14 REINF 95H P400 TOURING
Registro nº 001422/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C7D3
Marca/Modelo: PIRELLI P245/50R20 102T SCORPION STR
PIRELLI P295/50R15 105T M+S P5000 SS
Registro nº 001423/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B3C1
Marca/Modelo: PIRELLI 8.25-20 (14)J AS22
Registro nº 001424/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C6D3
Marca/Modelo: PIRELLI 185/60R15 88H CINTURATO P1 REFORÇADO
PIRELLI 185/60R15 88H REINF P6000
PIRELLI 185/60R15 EXTRA LOAD 88H P7
PIRELLI 255/55R19 111H SCORPION VERDE ALL SEASON EXTRA LOAD M+S
PIRELLI 255/60R18 112H SCORPION VERDE ALL SEASON EXTRA LOAD M+S

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PIRELLI P215/55R16 97H EXTRA LOAD M+S P6 FOUR SEASON PLUS
Registro nº 001425/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B4C2
Marca/Modelo: PIRELLI 265/70R19.5 140/138M FR25
Registro nº 001426/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D3
Marca/Modelo: PIRELLI 195/45R16 84H CINTURATO P7 ALL SEASON EXTRA LOAD
PIRELLI P205/50R17 90H P6 FOUR SEASONS M+S REINFORCED
PIRELLI P225/45R17 94H P6 FOUR SEASONS PLUS EXTRA LOAD
PIRELLI P285/50R20 116H SCORPION STR M+S REINFORCED
Registro nº 001427/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D5
Marca/Modelo: PIRELLI 195/45R16 84V EXTRA LOAD CINTURATO P7 ALL SEASON
PIRELLI 195/45R16 84W EXTRA LOAD PHANTOM
PIRELLI 205/40R17 84W PHANTOM EXTRA LOAD
PIRELLI 205/40ZR17 84W EXTRA LOAD DRAGON
PIRELLI 205/50R17 93W EXTRA LOAD PHANTOM
PIRELLI 215/35R18 84W PHANTOM EXTRA LOAD
PIRELLI 215/45R17 91V P7 EXTRA LOAD
PIRELLI 215/45R17 91V P7 REINFORCED
PIRELLI 215/45R17 91W EXTRA LOAD PHANTOM
PIRELLI 225/40R18 92W PHANTOM EXTRA LOAD
PIRELLI 225/45R17 94W EXTRA LOAD CINTURATO P7
PIRELLI 225/45R17 94W P7 EXTRA LOAD
PIRELLI 225/45R17 94W PHANTOM EXTRA LOAD
PIRELLI 225/50R17 98W EXTRA LOAD CINTURATO P7
PIRELLI 245/45ZR20 103Y PZERO EXTRA LOAD
PIRELLI 275/40ZR20 106Y PZERO EXTRA LOAD
PIRELLI P205/50R17 93V EXTRA LOAD M+S P6 FOUR SEASON PLUS
PIRELLI P205/50R17 93V P6 FOUR SEASONS EXTRA LOAD
PIRELLI P215/50R17 95V PZERO NERO ALL SEASON
PIRELLI P225/45R17 94V P6 FOUR SEASONS EXTRA LOAD
PIRELLI P245/50ZR19 104W PZERO NERO EXTRA LOAD
PIRELLI P265/50R20 111V SCORPION STR M+S EXTRA LOAD
205/40ZR17 84W EXTRA LOAD
Registro nº 001428/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B5C2
Marca/Modelo: PIRELLI 285/70R19.5 145/143L FR25
PIRELLI 285/70R19.5 145/143M FR25
PIRELLI 285/70R19.5 145/143M G126
Registro nº 001429/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C7D3
Marca/Modelo: PIRELLI 275/50R20 109H M+S SCORPION VERDE ALL SEASON
PIRELLI P205/50R16 87H P6 FOUR SEASONS M+S
PIRELLI P205/50R16 87H P6 FOUR SEASONS PLUS M+S
PIRELLI P235/45R17 94H P6 FOUR SEASONS PLUS
PIRELLI P245/50R20 102H M+S SCORPION STR A
PIRELLI P305/50R20 116H SCORPION STR
Registro nº 001430/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C6D5
Marca/Modelo: PIRELLI 195/55R16 91V EXTRA LOAD CINTURATO P7
PIRELLI 205/55R16 94W EXTRA LOAD CINTURATO P7
PIRELLI 205/55R16 94W EXTRA LOAD CINTURATO P7
PIRELLI P285/55R20 119V SCORPION STR REINFORCED
Registro nº 001431/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D3
Marca/Modelo: PIRELLI P275/45R22 112V EXTRA LOAD M+S SCORPION ZERO
PIRELLI P305/45R22 118T EXTRA LOAD SCORPION AT-R
Registro nº 001432/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C4D4
Marca/Modelo: PIRELLI 175/70R14 88H SCORPION AT-R EXTRA LOAD
Registro nº 001433/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B2C2
Marca/Modelo: PIRELLI 225/70R19.5 128/126L M+S MC45
Registro nº 001434/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C6D3
Marca/Modelo: PIRELLI 255/60R18 112T EXTRA LOAD M+S SCORPION ATR
Registro nº 001435/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C5D4
Marca/Modelo: PIRELLI 185/65R15 92H EXTRA LOAD CINTURATO P1
Registro nº 001436/2012 - concessão
Validade: 14/03/2015
Fornecedor: PIRELLI PNEUS LTDA
CNPJ.: 59.179.838/0001-37
Fabricante: PIRELLI PNEUS LTDA
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B3C2
Marca/Modelo: PIRELLI 235/75R17.5 132/130M FR85 AMARANTO
Registro nº 001437/2012 - concessão
Validade: 06/08/2016
Fornecedor: Springer Carrier Ltda
CNPJ.: 10.948.651/0001-61
Fabricante: Springer Carrier
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: Split High Wall Frio
Marca/Modelo: Admiral - 42RYCB009515LA / 38RYCB009515MA
Admiral - 42RYCB012515LA / 38RYCB012515MA
Admiral - 42RYCB018515LA / 38RYCB018515MA
Admiral - 42RYCB022515LA / 38RYCB022515MA
Carrier - 42LUCA007515LC / 38KCA007515MC
Carrier - 42LUCA009515LC / 38KCA009515MC
Carrier - 42LUCA012515LC / 38KCA012515MC
Carrier - 42LUCA018515LC / 38KCA018515MC
Carrier - 42LUCA022515LC / 38KCA022515MC
Carrier - 42LUCA030515LC / 38XCE030515MC
Carrier - 42LUCA030515LC / 38KCB030515MC
Carrier - 42LUCB030515LC / 38XCE030515MC
Carrier - 42LUCB030515LC / 38KCB030515MC
Comfee - 42MMCA07F5 / 38MMCA07F5
Comfee - 42MMCA07F5 / 38MMCA07F5
Comfee - 42MMCA09F5 / 38MMCA09F5
Comfee - 42MMCB09F5 / 38MMCB09F5
Comfee - 42MMCA12F5 / 38MMCA12F5
Comfee - 42MMCB12F5 / 38MMCB12F5
Comfee - 42MMCA18F5 / 38MMCA18F5
Comfee - 42MMCB18F5 / 38MMCB18F5
Comfee - 42MMCA24F5 / 38MMCA24F5
Comfee - 42MMCB24F5 / 38MMCB24F5
Midea - 42MLCA07M5 / 38MLCA07M5
Midea - 42MLCA09M5 / 38MLCA09M5
Midea - 42MLCA12M5 / 38MLCA12M5
Midea - 42MLCA18M5 / 38MLCA18M5
Midea - 42MLCA22M5 / 38MLCA22M5
Midea - 42MLCA30M5 / 38MLCA30M5
Midea - 42MTCA07M5 / 38MTCA07M5
Midea - 42MTCB07M5 / 38MTCB07M5
Midea - 42MTCA09M5 / 38MTCA09M5
Midea - 42MTCB09M5 / 38MTCB09M5
Midea - 42MTCA12M5 / 38MTCA12M5
Midea - 42MTCB12M5 / 38MTCB12M5
Midea - 42MTCA18M5 / 38MTCA18M5
Midea - 42MTCB18M5 / 38MTCB18M5
Midea - 42MTCA22M5 / 38MTCA22M5
Midea - 42MTCB22M5 / 38MTCB22M5
Midea - 42MTCA28M5 / 38MTCA28M5
Midea - 42MTCB28M5 / 38MTCB28M5
Midea - 42MVCA09M5 / 38MVCA09M5
Midea - 42MVCA12M5 / 38MVCA12M5
Midea - 42MVCA18M5 / 38MVCA18M5
Midea - 42MVCA22M5 / 38MVCA22M5
Midea - 42MWCA07M5 / 38MWCA07M5
Midea - 42MWCA09M5 / 38MWCA09M5
Springer - 42LUCE07S5 / 38KCE07S5
Springer - 42LUCE09S5 / 38KCE09S5
Springer - 42LUCE12S5 / 38KCE12S5
Springer - 42LUCE18S5 / 38KCE18S5
Springer - 42LUCE22S5 / 38KCE22S5
Springer - 42RWCA007515LS / 38KCB007515MS
Springer - 42RWCB007515LS / 38KCC007515MS
Springer - 42RWCA009515LS / 38KCB009515MS
Springer - 42RWCB009515LS / 38KCC009515MS
Springer - 42RWCA012515LS / 38KCB012515MS
Springer - 42RWCB012515LS / 38KCC012515MS
Springer - 42RWCA018515LS / 38KCB018515MS
Springer - 42RWCA022515LS / 38KCB022515MS
Midea - 42MLCB07M5 / 38MLCB07M5
Midea - 42MLCB09M5 / 38MLCB09M5
Midea - 42MLCB12M5 / 38MLCB12M5
Midea - 42MLCB18M5 / 38MLCB18M5
Midea - 42MLCB22M5 / 38MLCB22M5
Midea - 42MLCB30M5 / 38MLCB30M5
CARRIER-42LUCC07C5/38KCH07C5
CARRIER-42LUCC09C5/38KCH09C5
CARRIER-42LUCC12C5/38KCH12C5
CARRIER-42LUCC18C5/38KCH18C5
CARRIER-42LUCC22C5/38KCH22C5
CARRIER-42LUCC30C5/38KCH30C5
SPRINGER-42RNCA07S5/38KCF07S5
SPRINGER-42RNCA09S5/38KCF09S5
SPRINGER-42RNCA12S5/38KCF12S5
SPRINGER-42RNCA18S5/38KCF18S5
SPRINGER-42RNCA22S5/38KCF22S5
ADMIRAL-42RYCC07A5/38KCG07A5
ADMIRAL-42RYCC09A5/38KCG09A5
ADMIRAL-42RYCC12A5/38KCG12A5
Comfee-42MMCC07F5/38KCG07F5
Comfee-42MMCC09F5/38KCG09F5
Comfee-42MMCC12F5/38KCG12F5
Registro nº 001438/2012 - concessão
Validade: 06/08/2016
Fornecedor: Springer Carrier Ltda
CNPJ.: 10.948.651/0001-61
Fabricante: Springer Carrier
Objeto: Condicionadores de ar
Familia: Split High-Wall Reverso
Marca/Modelo: Admiral - 42RYQB009515LA / 38RYQB009515MA
Admiral - 42RYQB012515LA / 38RYQB012515MA
Admiral - 42RYQB018515LA / 38RYQB018515MA
Admiral - 42RYQB022515LA / 38RYQB022515MA
Carrier - 42LUQA007515LC / 38KQA007515MC
Carrier - 42LUQA009515LC / 38KQA009515MC
Carrier - 42LUQA012515LC / 38KQA012515MC
Carrier - 42LUQA018515LC / 38KQA018515MC
Carrier - 42LUQA022515LC / 38KQA022515MC
Carrier - 42LUQB030515LC / 38XQE030515MC
Carrier - 42LUQB030515LC / 38KQB030515MC
Comfee - 42MMQA07F5 / 38MMQA07F5
Comfee - 42MMQB07F5 / 38MMQB07F5
Comfee - 42MMQA09F5 / 38MMQA09F5
Comfee - 42MMQB09F5 / 38MMQB09F5
Comfee - 42MMQA12F5 / 38MMQA12F5
Comfee - 42MMQB12F5 / 38MMQB12F5
Comfee - 42MMQA18F5 / 38MMQA18F5
Comfee - 42MMQB18F5 / 38MMQB18F5
Comfee - 42MMQA24F5 / 38MMQA24F5
Comfee - 42MMQB24F5 / 38MMQB24F5
Midea - 42MLQA07M5 / 38MLQA07M5
Midea - 42MLQA09M5 / 38MLQA09M5
Midea - 42MLQA12M5 / 38MLQA12M5
Midea - 42MLQA18M5 / 38MLQA18M5
Midea - 42MLQA22M5 / 38MLQA22M5
Midea - 42MLQA30M5 / 38MLQA30M5
Midea - 42MTQA07M5 / 38MTQA07M5
Midea - 42MTQB07M5 / 38MTQB07M5
Midea - 42MTQA09M5 / 38MTQA09M5
Midea - 42MTQA12M5 / 38MTQA12M5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Midea - 42MTQB12M5 / 38MTQB12M5
Midea - 42MTQB09M5 / 38MTQB09M5
Midea - 42MTQA18M5 / 38MTQA18M5
Midea - 42MTQB18M5 / 38MTQB18M5
Midea - 42MTQA22M5 / 38MTQA22M5
Midea - 42MTQB22M5 / 38MTQB22M5
Midea - 42MTQA28M5 / 38MTQA28M5
Midea - 42MTQB28M5 / 38MTQB28M5
Midea - 42MVQA09M5 / 38MVQA09M5
Midea - 42MVQA12M5 / 38MVQA12M5
Midea - 42MVQA18M5 / 38MVQA18M5
Midea - 42MVQA22M5 / 38MVQA22M5
Midea - 42MWQA07M5 / 38MWQA07M5
Midea - 42MWQA09M5 / 38MWQA09M5
Carrier - 42LUQA030515LC / 38XQE030515MC
Carrier - 42LUQA030515LC / 38KQB030515MC
Springer - 42LUQE07S5 / 38KQE07S5
Springer - 42LUQE09S5 / 38KQE09S5
Springer - 42LUQE12S5 / 38KQE12S5
Springer - 42LUQE18S5 / 38KQE18S5
Springer - 42LUQE22S5 / 38KQE22S5
Springer - 42RWQA007515LS / 38KQB007515MS
Springer - 42RWQB007515LS / 38KQC007515MS
Springer - 42RWQA009515LS / 38KQB009515MS
Springer - 42RWQB009515LS / 38KQC009515MS
Springer - 42RWQA012515LS / 38KQB012515MS
Springer - 42RWQB012515LS / 38KQC012515MS
Springer - 42RWQA018515LS / 38KQB018515MS
Springer - 42RWQA022515LS / 38KQB022515MS
ADMIRAL-42RYQC07A5/38KQG07A5
ADMIRAL-42RYQC09A5/38KQG09A5
ADMIRAL-42RYQC12A5/38KQG12A5
Comfee-42MMQC07F5/38KQG07F5
Comfee-42MMQC09F5/38KQG09F5
Comfee-42MMQC12F5/38KQG12F5
CARRIER-42LUQC07C5/38KQH07C5
CARRIER-42LUQC09C5/38KQH09C5
CARRIER-42LUQC12C5/38KQH12C5
CARRIER-42LUQC18C5/38KQH18C5
CARRIER-42LUQC22C5/38KQH22C5
CARRIER-42LUQC30C5/38KQH30C5
SPRINGER-42RNQA07S5/38KQF07S5
SPRINGER-42RNQA09S5/38KQF09S5
SPRINGER-42RNQA12S5/38KQF12S5
SPRINGER-42RNQA18S5/38KQF18S5
SPRINGER-42RNQA22S5/38KQF22S5
Midea - 42MLQB07M5 / 38MLQB07M5
Midea - 42MLQB09M5 / 38MLQB09M5
Midea - 42MLQB12M5 / 38MLQB12M5
Midea - 42MLQB18M5 / 38MLQB18M5
Midea - 42MLQB22M5 / 38MLQB22M5
Midea - 42MLQB30M5 / 38MLQB30M5
Registro nº 001439/2012 - concessão
Validade: 11/05/2015
Fornecedor: LEONORA COMERCIO DE PAPEIS, IMP. E EXP. LTDA
CNPJ.: 03.064.692/0005-53
Fabricante: HANGZHOU AIHUA STATIONERY
Objeto: Artigos escolares
Familia: Régua
Marca/Modelo: 4327 - REGUA 30 CM - Marca Leo & Leo
4322 - REGUA 30 CM P.E.T - Marca Leo & Leo
4322 - REGUA 30 CM P.E.T - Marca Leo & Leo
4327 - REGUA 30 CM - Marca Leo & Leo
Registro nº 001440/2012 - concessão
Validade: 02/07/2015
Fornecedor: Rio Branco Comércio e Indústria de Papéis LTDA
CNPJ.: 50.596.790/0001-98
Fabricante: LUXOR INTERNATIONAL PVT. LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: MARCADOR DE TEXTO
Marca/Modelo: MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA AMARELO 7897975028206
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA LARANJA 7897975028213
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA VERDE 7897975028220
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA ROSA 7897975028237
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA AMARELO CAIXA COM 12 UNIDADES 7897975031015
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA LARANJA CAIXA COM 12 UNIDADES 7897975031022
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA VERDE CAIXA COM 12 UNIDADES 7897975031039
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA ROSA CAIXA COM 12 UNIDADES 7897975031046
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA MARCA-TEXTO 4,0MM PONTA CHANFRADA BLISTER AM, LJA, VDE E ROSA 7897975025250
Registro nº 001441/2012 - concessão
Validade: 06/08/2014
Fornecedor: HEITOR CARLOS KOHLER(EXTINTORES KOHLER)
CNPJ.: 08.587.496/0002-34
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA
EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO BC
EXTINTORES DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO ABC
EXTINTORES DE INCENDIO COM CARGA DE DIOXIDO DE CARBONO
Registro nº 001442/2012 - concessão
Validade: 07/08/2014
Fornecedor: RECANORTE RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA EPP
CNPJ.: 08.541.025/0001-04
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Marca/Modelo: A
Registro nº 001443/2012 - concessão
Validade: 28/03/2016
Fornecedor: ANGELS INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ.: 82.534.819/0001-01
Fabricante: XINGYUAN TIRE GROUP CO., LTD
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B7C1
Marca/Modelo: XBRI / 11.00R22 18PR 154/151M X-BRI
XBRI / 12.00R24 156/153K X-BRI
XBRI / 11.00R22 18PR 154/151L XB99
XBRI / 11.00R22 18PR 154/151L XB88
XBRI / 11.00R22 18PR 154/151L X-BRI
XBRI / 11.00R22 18PR 154/151L TB751
Registro nº 001444/2012 - concessão
Validade: 06/05/2016
Fornecedor: ANGELS INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ.: 82.534.819/0001-01
Fabricante: Feichi
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E2F1
Marca/Modelo: DURABLE / 90/90-19 52P TT FRONT D60
DURABLE /90/90-18 51P TT REAR D661
DURABLE / 80/100-14 43P TT REAR D655
DURABLE / 2.75-18 42P TT FRONT F412
DURABLE / 2.75-18 42P TT FRONT DURAPLUS
DURABLE / 110/90-17 60P TT REAR D60
Registro nº 001445/2012 - concessão
Validade: 23/05/2016
Fornecedor: ANGELS INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ.: 82.534.819/0001-01
Fabricante: FURLLUN TYRE TECH CORP. LTD
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D5
Marca/Modelo: CLEAR / 315/40VR26 120V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 305/50VR20 120V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 305/35VR24 112V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 305/30VR26 109V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/45VR20 114V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/40VR24 114V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/35VR24 110V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/30VR26 107V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/30VR24 105V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 295/25VR28 103V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 285/40VR24 112V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 275/35ZR20 102W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 275/30ZR24 101W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 275/25ZR28 100W EXTRA LOAD HP166 275/25ZR26 98W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 275/25ZR24 96W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 265/40VR22 106V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 265/35VR22 102V EXTRA LOAD HS277
CLEAR / 265/30ZR22 97W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 255/30ZR26 98W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 255/30ZR24 97W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 255/30ZR22 95W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 245/30ZR22 92W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 245/30ZR20 95W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 235/30ZR22 90W EXTRA LOAD HP166
CLEAR / 225/30ZR20 85W EXTRA LOAD HP166
Registro nº 001446/2012 - concessão
Validade: 06/05/2016
Fornecedor: ANGELS INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ.: 82.534.819/0001-01
Fabricante: JIANGSU FEICHI CO., LTD
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E1F1
Marca/Modelo: 130/70-17 TL 62S D553 DURABLE
Registro nº 001447/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 14x5.5mm / Fixação Máxima: 4x108 mm / Fixação mínima: 4x100 mm
Marca/Modelo: 14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11294 / Código Renault: 7700 829 132
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11331 / Código Ford: YS65-1007-AA
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11346 / Código Renault: 8200 044 295
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11347 / Código Honda: 42700-SAD-M910-M1
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11353 / Código Honda: 42700-SAD-M810-M1
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14297 / Código Honda: 42700-SAD-M610-M1
14x5.5 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14315 / Código Renault: 8200 332 564
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11252 / Código Ford: 97FB-1007-CB
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11319 / Código Ford: YS61-1007-CA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11332 / Código Ford: 1S55-1007-CA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11332 / Código Ford: 1S55-1007-AA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11335 / Código Ford: 2S65-1007-BB
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11335 / Código Ford: 2S65-1007-FA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11348 / Código Ford: 6S65-1007-AA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11348 / Código Ford: 6S65-1007-BA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11355 / Código Ford: 6S55-1007-AA
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14530 / Código Ford: BS65-1007-AB
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14530 / Código Ford: BS65-1007-BB
14x5.5 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14622 / Código Ford: CS55-1007-AA
Registro nº 001448/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x6.5 mm / Fixação Máxima: 5x114.3 mm / Fixação mínima: 4x100 mm
Marca/Modelo: 16x6.5 mm / 4x100 mm / Codigo Hayes: 14634 / Código Renault: 4030 029 49R
16x6.5 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14738 / Código Ford: C1BC-1007-CA
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14279 / Código Honda: 42700-SNJ-M910-M1
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14283 / Código Honda: 42700-SNJ-M810-M1
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14283 / Código Honda: 42700-SNJ-M812-M1
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14538 / Código Honda: 42700-SNJ-M710-M1
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14664 / Código Honda: 42700-TR8-M810-M1
16x6.5 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 14674 / Código Honda: 42700-TR8-M711-M1
Registro nº 001449/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 14x6 mm / Fixação Máxima: 4x100 mm / Fixação mínima: 4x100 mm
Marca/Modelo: 14x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11293 / Código Renault: 7700 847 238
14x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14578 / Código VW: 5U0.601.025.G
Registro nº 001450/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 15x6 mm / Fixação Máxima: 5x100 mm / Fixação mínima: 4x100 mm
Marca/Modelo: 15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11320 / Código Renault: 7702 309 044
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11329 / Código Honda: 42700-S5J-M320-M1
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11337 / Código Renault: 8200 068 952
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11342 / Código Toyota: 42611-02490
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11345 / Código Renault: 8200 293 756
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11351 / Código Toyota: 42611-02730
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11352 / Código Renault: 8200 417 302
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11680 / Código Honda: 42700-S6D-G010-M1
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 11700 / Código Renault: 8200 081 358

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14435 / Código Renault: 40300 3933R
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14435 / Código Renault: 8200 757 172
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14579 / Código VW: 5U0.601.025.H
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14580 / Código VW: 5U0.601.025.J
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14629 / Código VW: 5U7.601.025
15x6 mm / 4x100mm / Codigo Hayes: 14633 / Código Renault: 4030 004 42R
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11341 / Código Ford: 2N15-1007-CB
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11341 / Código Ford: 2N15-1007-JA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 11343 / Código Ford: 1S45-1007-AA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14256 / Código Renault: 8200 613 306
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14320 / Código Ford: 8N15-1007-AA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14320 / Código Ford: 8N15-1007-BA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14528 / Código Ford: AN15-1007-AA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14529 / Código Ford: AN15-1007-BA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14529 / Código Ford: AN15-1007-DA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14581 / Código VW: 5Z0.601.025.N
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14596 / Código VW: 5Z0.601.025.P
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14669 / Código Ford: CS55-1007-BA
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14707 / Código PSA: 96.778.734.77
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14712 / Código VW: 6QE.601.025.G
15x6 mm / 4x108mm / Codigo Hayes: 14757 / Código PSA: 96.782.071.77
15x6 mm / 5x100mm / Codigo Hayes: 14571 / Código VW: 6QE.601.025.F
Registro nº 001451/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 15x7 mm / Fixação Máxima: 5x114.3 mm / Fixação mínima: 5x114.3 mm
Marca/Modelo: 15x7 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 11310 / Código Ford: F87A-1007-BD
15x7 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 11310 / Código Ford: F87A-1007-KB
15x7 mm / 5x114.3 mm / Codigo Hayes: 11333 / Código Ford: YL54-1007-CA
Registro nº 001452/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x6 mm / Fixação Máxima: 6x139.7 mm / Fixação mínima: 4x100 mm
Marca/Modelo: 16x6 mm / 4x100 mm / Codigo Hayes: 14491 / Código Honda: 42700-TM6-M910-M1
16x6 mm / 4x100 mm / Codigo Hayes: 14748 / Código Honda: 42700-TM6X-M710-M1
16x6 mm / 4x100 mm / Codigo Hayes: 14844 / Código VW: 5U0.601.025.R
16x6 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14621 / Código Ford: CN15-1007-D1A
16x6 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14700 / Código Ford: CN15-1007-C1A
16x6 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14798 / Código PSA: 96.786.853.77
16x6 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14670 / Código Mitsubishi: CA310198
Registro nº 001453/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x7 mm / Fixação Máxima: 6x139.7 mm / Fixação mínima: 4x108 mm
Marca/Modelo: 16x7 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14508 / Código Mitsubishi: CA310084
16x7 mm / 4x108 mm / Codigo Hayes: 14706 / Código PSA: 96.773.122.80
16x7 mm / 6x114.3 mm / Codigo Hayes: 14456 / Código Nissan: 40300-EB91-B
16x7 mm / 6x114.3 mm / Codigo Hayes: 14456 / Código Nissan: 40300-EB92-B
16x7 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 11349 / Código Toyota: 42611-OK790-B
16x7 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14524 / Código Toyota: 42611-OK791
16x7 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14524 / Código Toyota: 42611-OK792
Registro nº 001454/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 17x7.5 mm / Fixação Máxima: 6x139.7 mm / Fixação mínima: 6x139.7 mm
Marca/Modelo: 17x7.5 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14644 / Código Mitsubishi: CA310185
17x7.5 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14673 / Código Mitsubishi: CA310197
Registro nº 001455/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 17x8 mm / Fixação Máxima: 6x139.7 mm / Fixação mínima: 6x139.7 mm
Marca/Modelo: 17x8 mm / 6x139.7 mm / Codigo Hayes: 14711 / Código Troller: 40.05.062.001.XA
Registro nº 001456/2012 - concessão
Validade: 14/05/2016
Fornecedor: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
CNPJ.: 02.234.234/0001-29
Fabricante: Hayes Lemmerz Industria de Rodas LTDA
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 17x7 mm / Fixação Máxima: 5x114,3 mm / Fixação mínima: 5x105 mm
Marca/Modelo: 17x7 mm / 5x114,3 mm / Codigo Hayes: 14552 / Código Mitsubishi: CA310130
17x7 mm / 5x114,3 mm / Codigo Hayes: 14552 / Código Mitsubishi: CA310242
17x7 mm / 5x114,3 mm / Codigo Hayes: 14355 / Código Honda: 42700-SNY-M910-M1
17x7 mm / 5x114,3 mm / Codigo Hayes: 14490 / Código Honda: 42700-SNY-M810-M1
17x7 mm / 5x114,3 mm / Codigo Hayes: 14837 / Código Honda: 42700-TR0Z-M910-M1
17x7 mm / 5x105 mm / Codigo Hayes: 14701 / Código GM: 95.048.189
17x7 mm / 5x105 mm / Codigo Hayes: 14701 / Código GM: 95.048.190
17x7 mm / 5x105 mm / Codigo Hayes: 14701 / Código GM: 95.185.093
Registro nº 001457/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: DEMIRSAN HADDECILIK SANAYI VE TICARET A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE FINA
Marca/Modelo: TR 50 DS/ CA 50 SERIE FINA (6,3MM E 8,0MM)
Registro nº 001458/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: KROMAN CELIK SAN. A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE MEDIA
Marca/Modelo: TR 50 KR / CA 50 SERIE MEDIA (10,0MM E 12,5MM)
Registro nº 001459/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: KROMAN CELIK SAN A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE FINA
Marca/Modelo: TR 50 KR / CA 50 SERIE FINA (6,3MM E 8,0MM)
Registro nº 001460/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: COLAKOGLU METALURJI A.S DILOVASI ORGANIZE
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE EXTRAGROSSA
Marca/Modelo: TR 50 CM / SERIE EXTRAGROSSA (22,0MM, 25,0MM, 32,0MM E 40,0MM)
Registro nº 001461/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: COLAKOGLU METALURJI A.S DILOVASI ORGANIZE
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE GROSSA
Marca/Modelo: TR 50 CM / CA 50 SERIE GROSSA(16,0MM E 20,0MM)
Registro nº 001462/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: COLAKOGLU METALURJI A.S DILOVASI ORGANIZE
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE MEDIA
Marca/Modelo: TR 50 CM/ CA 50 SERIE MEDIA (10,0MM E 12,5MM)
Registro nº 001463/2012 - concessão
Validade: 17/06/2015
Fornecedor: TROP COMERCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ.: 01.135.153/0001-09
Fabricante: KROMAN CELIK SAN A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SERIE GROSSA
Marca/Modelo: TR 50 KR / CA 50 SERIE GROSSA (16,00MM E 20,00MM)
Registro nº 001464/2012 - concessão
Validade: 02/07/2015
Fornecedor: MERCUR SA
CNPJ.: 93.896.397/0002-03
Fabricante: WENZHOU TIANJIAO PEN INDUSTRIAL CO. LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: BORRACHA
Marca/Modelo: CANETA BORRACHA MERCUR CX. 12 PEÇAS - REF. B01010101003 - CODIGO DE BARRAS 7896342903306
CANETA BORRACHA MERCUR BLISTER COM 1 PEÇA - REF. B01010201062 - CODIGO DE BARRAS 7896342905263
CANETA BORRACHA MERCUR BLOSSOM FLAT FLOR CX. 6 PEÇAS - REF. B01010101024 - CODIGO DE BARRAS 7896342905010
CANETA BORRACHA MERCUR BLOSSOM FLAT STREET CX. 6 PEÇAS - REF. B01010101025 - CODIGO DE BARRAS 7896342905027
CANETA BORRACHA MERCUR BLOSSOM FLAT FLOR BLISTER COM 1 PEÇA + 1 REFIL - REF, B01010201057 - CODIGO DE BARRAS 7896342903238
CANETA BORRACHA MERCUR BLOSSOM FLAT STREET BLISTER COM 1 PEÇA + 1 REFIL - REF. B01010201059 - CODIGO DE BARRAS 7896342903535
Registro nº 001465/2012 - concessão
Validade: 02/07/2015
Fornecedor: MERCUR SA
CNPJ.: 93.896.397/0002-03
Fabricante: VIETNAM FIRST STATIONERY CO.LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: LÁPIS PRETO
Marca/Modelo: LÁPIS PRETO MERCUR N. 2 HB BLISTER. 3 PEÇAS - REF. B01010217005 - CODIGO DE BARRAS 7896342904839
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 2H CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117007 - CODIGO DE BARRAS 7896342461325
LÁPIS PRETO MERCUR N.2 HB CX. 72 PEÇAS - REF. B01010117001 - CODIGO DE BARRAS 7896342461820
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK H CX. 12 PEÇAS - RE. B27010117008 - CODIGO DE BARRAS 7896342461332
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK F CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117009 - CODIGO DE BARRAS 7896342461349
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117010 - CODIGO DE BARRAS 7896342461356
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK HB CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117011 - CODIGO DE BARRAS 7896342461363
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 2B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117012 - CODIGO DE BARRAS 7896342461738
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 4B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117013 - CODIGO DE BARRAS 7896342461745
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 5B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117015 - CODIGO DE BARRAS 7896342461752
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 6B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117014 - CODIGO DE BARRAS 7896342461769
LÁPIS TÉCNICO MERCUR TECHNIK 9B CX. 12 PEÇAS - REF. B27010117016 - CODIGO DE BARRAS 7896342461776
Registro nº 001466/2012 - concessão
Validade: 23/07/2015
Fornecedor: PREMIERE TRADING COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ.: 09.267.588/0001-19
Fabricante: IÇDAS CELIK ENERJI TERSANE VE ULASIM SANAYI A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 SÉRIE MÉDIA
Marca/Modelo: MARCA IC ZOAB/ CA50 SÉRIE MÉDIA (10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 001467/2012 - concessão
Validade: 23/07/2015
Fornecedor: PREMIERE TRADING COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ.: 09.267.588/0001-19
Fabricante: IÇDAS CELIK ENERJI TERSANE VE ULASIM SANAYI A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 SÉRIE EXTRAGROSSA
Marca/Modelo: MARCA IC ZOAB/ CA50 SÉRIE EXTRAGROSSA (22,0 mm, 25,0 mm, 32,0 mm e 40,0 mm)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro nº 001468/2012 - concessão
Modelo de certificação 7 (lote)
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Fabricante: GAO JIN
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: ASTONE / ROAD
Registro nº 001469/2012 - concessão
Validade:26/06/2015
Fornecedor: Ecoflex Fábrica de Espumas e Colchões LTDA
CNPJ.: 79.905.436/0001-80
Fabricante: Ecoflex Fabrica de Espumas e Colchões LTDA
Objeto: Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano
Familia: Densidade 18; tipo: simples; de espuma convencional de polioretano; Ecoline revestimento com tecido matelassê; tecido tipo plano simples não repelente a água (uma face simples e uma face plático); uso infantil.
Marca/Modelo: Ecoflex / Ecoline D18
Registro nº 001470/2012 - concessão
Validade:30/10/2014
Fornecedor: NÉLIO MARCON - EPP
CNPJ.: 02.834.231/0001-26
Fabricante: NÉLIO MARCON-EPP
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 SÉRIE FINA
Marca/Modelo: NM NM 50 / CA 50 SÉRIE FINA (6,3MM e 8,0MM)
Registro nº 001471/2012 - concessão
Validade:02/07/2015
Fornecedor: Rio Branco Comércio e Indústria de Papéis LTDA
CNPJ.: 50.596.790/0001-98
Fabricante: LUXOR INTERNATIONAL PVT. LTD
Objeto: Artigos escolares
Familia: CANETA ESFEROGRÁFICA
Marca/Modelo: MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA FINE BALL AZUL 7,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051730
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA FINE BALL PRETA 0.7MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051754
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA FINE BALL VERMELHA 0.7MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051778
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL AZUL 1,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051679
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL PRETA 1,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051693
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL VERMELHA 1,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975051716
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL 1.0MM CX. COM 50 UNIDADES 7897975052843
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA 1,0MM CX. COM 50 UNIDADES 7897975052867
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA 1,0MM CX. COM 50 UNIDADES 7897975052881
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL 1,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975052928
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA 1.0MM PRETA CX. COM 12 UNIDADES 7897975052935
MARCA: MAXPRINT / MODELO: CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA 1,0MM CX. COM 12 UNIDADES 7897975052959
Registro nº 001472/2012 - concessão
Validade:08/08/2014
Fornecedor: Vila Nova Extintores Ltda - ME
CNPJ.: 47.103.643/0001-24
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTORES COM CARGA DE ÁGUA, EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCENDIO BC, EXTINTORES DE PO PARA EXTINÇÃO DE INCENDIO ABC, EXTINTORES COM CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO
Registro nº 001473/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: SIMONE FERNANDA SILVA ME
CNPJ.: 09.087.484/0001-22
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: Extintores com carga de água, com pressurização direta.
Extintores com carga de pó para extinção de incêndio BC, com pressurização direta.
Extintores com carga de dióxido de carbono (CO2)
Registro nº 001474/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: TREVO COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA ME
CNPJ.: 07.205.890/0002-06
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTORES COM CARGA DE ÁGUA / EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO (BC E ABC) / EXTINTORES COM CARGA DE ESPUMA MECÂNICA / EXTINTORES COM CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO^2)
Registro nº 001475/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: ANDRÉIA MORTARI
CNPJ.: 07.882.265/0002-90
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: Extintores de Co2
Extintores de Pó Quimico
Extitores de Agua
Registro nº 001476/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: EQUIPEX-SEMON TECNOLOGIA CONTRA INCÊNDIO S/A
CNPJ.: 18.214.387/0001-44
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA ? DIRETA
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA - INDIRETA
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ BC PRESSURIZADO ? DIRETO
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ BC PRESSURIZADO ? INDIRETO
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ ABC PRESSURIZADO ? DIRETO
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE PÓ ABC PRESSURIZADO ? INDIRETO
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE ESPUMA MECÂNICA ? DIRETA
EXTINTOR DE INCÊNDIO COM CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO_2)
Registro nº 001477/2012 - concessão
Validade: 05/07/2016
Fornecedor: TORTUGA PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
CNPJ.: 00.934.658/0001-70
Fabricante: TIANJIN KINGS GLORY TIRE CO.,LTD.
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C2D2E1F1
Marca/Modelo: IRA 80/100-14 REINF. 49L I-D 917
IRA 80/100-14 REINF. 49L I-D 17
IRA 2.75-18 REINF. 49L I-D 17
Registro nº 001478/2012 - concessão
Validade: 05/07/2016
Fornecedor: TORTUGA PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
CNPJ.: 00.934.658/0001-70
Fabricante: TIANJIN KINGS GLORY TIRE CO.,LTD.
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D1E2F1
Marca/Modelo: IRA 130/70-17 62S I-D 9872
Registro nº 001479/2012 - concessão
Validade: 05/07/2016
Fornecedor: TORTUGA PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
CNPJ.: 00.934.658/0001-70
Fabricante: TIANJIN KINGS GLORY TIRE CO.,LTD.
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 1A1B1C1D2E1F1
Marca/Modelo: IRA 60/100-17 TT 33L SOHO
IRA 60/100-17 TT 33L QUIS
Registro nº 001480/2012 - concessão
Validade: 29/05/2015
Fornecedor: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda
CNPJ.: 60.500.246/0016-30
Fabricante: GOODYEAR DO BRAISL
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A2B6C1
Marca/Modelo: GOODYEAR 10.00R20 147/143J G665 PLUS
GOODYEAR 10.00R20 148/145J (150/147E)
GOODYEAR 10.00R20 148/145J G365 UNISTEEL
GOODYEAR 11.00R20 150/146K G686 M+S
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G667
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G167
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G186
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G324
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G357
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G358
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G367
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G377
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G386
GOODYEAR 11.00R20 150/147K G658
GOODYEAR 11.00R20 150/147K KELLY ARMORSTEEL KS461
GOODYEAR 11.00R20 150/147K KELLY ARMORSTEEL KS48
GOODYEAR 11.00R20 G124 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G159 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G167 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G186 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G291 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G324 150/146K
GOODYEAR 11.00R20 G357 150/146K
GOODYEAR 11.00R20 G358 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G359 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G362 150/146K
GOODYEAR 11.00R20 G367 150/146K
GOODYEAR 11.00R20 G377 150/146K
GOODYEAR 11.00R20 G386 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R20 G386 150/146K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G124 CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G167 CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G177 CAP. H
GOODYEAR 11.00R22 G186 CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G188A CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G291 CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G324 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G357 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G359 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G377 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G386 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 G386 151/147K CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 RT430 CAP.H
GOODYEAR 11.00R22 RT431 CAP.H
Registro nº 001481/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: MACIL MATERIAL ASSISTENCIA CONTRA INCENDIO LTDA
CNPJ.: 89.271.373/0001-00
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: ESTINTORES COM CARGA DE ÁGUA(DIRETA E INDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO BC(DIRETA E INDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO ABC(DIRETA E INDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE ESPUMA MECÂNICA
EXTINTORES COM CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO
Registro nº 001482/2012 - concessão
Validade: 08/08/2014
Fornecedor: EXTINFLEX IND.COM.SERV.DE EXTINTORES LTDA.ME
CNPJ.: 03.452.768/0001-94
Objeto: Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio - Serviço
Marca/Modelo: EXTINTORES COM CARGA DE ÁGUA(DIRETA E IMDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO BC(DIRETA E INDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE PÓ PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO ABC(DIRETA E INDIRETA)
EXTINTORES COM CARGA DE ESPUMA MECÂNICA
EXTINTORES COM CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO
Registro nº 001483/2012 - concessão
Validade: 27/06/2015
Fornecedor: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
CNPJ.: 54.867.601/0001-25
Fabricante: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
Objeto: Copos plásticos descartáveis
Familia: 400 ML POLIESTIRENO
Marca/Modelo: DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO BRANCO 400 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO TRANSPARENTE 400 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS BRANCO 400 ML
DANUBIO-OPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS TRANSPARENTE 400 ML
Registro nº 001484/2012 - concessão
Validade: 27/06/2015
Fornecedor: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
CNPJ.: 54.867.601/0001-25
Fabricante: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
Objeto: Copos plásticos descartáveis
Familia: 300 ML POLIESTIRENO
Marca/Modelo: DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO BRANCO 300 M
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO TRANSPARENTE 300 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS BRANCO 300 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS TRANSPARENTE 300 ML
Registro nº 001485/2012 - concessão
Validade: 27/06/2015
Fornecedor: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
CNPJ.: 54.867.601/0001-25
Fabricante: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
Objeto: Copos plásticos descartáveis
Familia: 200 ML POLIESTIRENO
Marca/Modelo: DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO BRANCO 200 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO TRANSPARENTE 200 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS BRANCO 200 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS TRANSPARENTE 200 ML
Registro nº 001486/2012 - concessão
Validade: 27/06/2015
Fornecedor: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA
CNPJ.: 54.867.601/0001-25
Fabricante: PLASTICOS DANUBIO INDUSTRIA E COM. LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Objeto: Copos plásticos descartáveis
Familia: 180 ML POLIESTIRENOB
Marca/Modelo: DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL DANUBIO BRANCO 180 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DECARTAVEL DANUBIO TRANSPARENTE 180 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS BRANCO 180 ML
DANUBIO-COPO PLASTICO DESCARTAVEL COPOMAIS TRANSPARENTE 180 ML
Registro nº 001487/2012 - concessão
Validade: 15/06/2016
Fornecedor: Petrowax Indústria e Comércio de Lubrificantes Ltda
CNPJ.: 00.696.951/0002-28
Fabricante: Petroplus Sul Comércio Exterior S/A
Objeto: Líquidos para freios hidráulicos para veiculos automotores
Familia: DOT 4
Marca/Modelo: US FMVSS 116 DOT 4

PORTARIA Nº 443, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, alterada pela Lei n.º 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.° 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro.

Considerando a ausência de demanda do mercado para submeter ao controle legal os dispositivos e sistemas de medição de líquidos criogênicos;

Considerando que a manutenção da referida regulamentação vem onerar o Estado com ações sem eficácia comprovada e que não justificam o binômio custo/benefício, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Inmetro nº 58, de 21 de maio de 1997.

§ 1º Assegurar que ficarão convalidados os atos praticados com base na Portaria Inmetro nº 58/1997, anteriores à vigência do presente documento.

§ 2º Os instrumentos aprovados na vigência da Portaria Inmetro n° 58/1997 poderão ser submetidos às verificações, desde que atendam às exigências estabelecidas nas portarias específicas de aprovação de modelo.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 446, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea *f* do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a necessidade de atender ao que dispõe a Lei n.º 10.295, de 17 de outubro de 2001, que estabelece a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e o Decreto n.º 4.059, de 19 de dezembro de 2001, que a regulamenta;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 05, de 06 de maio de 2008, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de programa coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, publicado no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2008, seção 01, páginas 78 a 80;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2010, seção 01, página 161;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 361, de 06 de setembro de 2011, que aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produto - RGCP, publicada no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2011, seção 01, página 76;

Considerando o Regulamento Técnico da Qualidade para Fornos Elétricos Comerciais, aprovado em Portaria Inmetro vigente;

Considerando a importância de os Fornos Elétricos Comerciais comercializados no país, apresentarem requisitos mínimos de segurança e eficiência energética, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fornos Elétricos Comerciais, disponibilizados no sitio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública, que colheu contribuições da sociedade em geral para a elaboração dos Requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 06, de 11 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012, seção 01, página 53.

Art. 3º Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, a certificação compulsória para Fornos Elétricos Comerciais, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto - OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

§ 1º Esses Requisitos se aplicam aos fornos elétricos fechados, com potência nominal abaixo de 20kW, tensão elétrica de alimentação até 250 V para os monofásicos e 480 V para os trifásicos, com ou sem convecção forçada de ar são aplicáveis os requisitos de segurança, de acordo com o anexo desse documento.

§ 2º Esses Requisitos se aplicam aos fornos descritos no § 1º do Art. 3º e que adicionalmente destinam-se à indústria de panificação, de acordo com o estabelecido no anexo desse documento, são aplicáveis os requisitos de segurança e medição do consumo de energia elétrica.

§ 3º Excluem-se desses Requisitos qualquer forno acima de 20 kW, fornos alimentados exclusivamente a gás e os fornos elétricos que pertencem ao escopo das normas IEC 60335-2-6 e IEC 60335-2-9, que já são abrangidos pela Portaria n° 371, de 29 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2009, seção 01, página 76.

Art. 4º Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os Fornos Elétricos Comerciais deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo Único - A partir de 6 (seis) meses, contados do término do prazo estabelecido no caput, os Fornos Elétricos Comerciais deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Art. 5º Determinar que a partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os Fornos Elétricos Comerciais deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo Único - A determinação contida no caput não é aplicável aos fabricantes e importadores, que deverão observar os prazos fixados no artigo anterior.

Art. 6º Determinar que a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, em todo o território nacional, estará a cargo do Inmetro e das entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Parágrafo Único: A fiscalização observará os prazos estabelecidos nos artigos 4º e 5º desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 40, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52000.007320/2011-55 e considerando o requerimento das empresas Vicunha Têxtil S/A, Jofegê Fiação e Tecelagem Ltda. e Fiação Alpina Ltda., decide:

1. Encerrar, a pedido das peticionárias, nos termos do art. 40 do Decreto nº 1.602, de 1995, a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 44, de 9 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 12 de setembro de 2011, para averiguar a existência de dumping nas exportações da República Socialista do Vietnã e da República da Turquia para o Brasil de fios compostos por pelo menos 50% de fibras de viscose, classificados nos itens 5509.51.00, 5510.11.00, 5510.12.00, 5510.20.00, 5510.30.00, 5510.90.00 e 5511.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA LACERDA PRAZERES

CIRCULAR Nº 41, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52000.011676/2011-93 e considerando o requerimento das empresas Vicunha Têxtil S/A, Jofegê Fiação e Tecelagem Ltda. E Fiação Alpina Ltda., decide:

1. Encerrar, a pedido das peticionárias, nos termos do art. 50 do Decreto nº 1.751, de 1995, a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 45, de 9 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 12 de setembro de 2011, para averiguar a existência de subsídios nas exportações da República da Índia, do Reino da Tailândia e da República da Indonésia para o Brasil de fios compostos por pelo menos 50% de fibras de viscose, classificados nos itens 5509.51.00, 5510.11.00, 5510.12.00, 5510.20.00, 5510.30.00, 5510.90.00 e 5511.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA LACERDA PRAZERES

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2012, Seção 1, página 85, na CIRCULAR Nº 39, DE 23 DE AGOSTO DE 2012, onde se lê: "4. Na forma do que dispõe o art. 27 do Decreto no 1.602, de 1995, à exceção do governo do país exportador, serão remetidos questionários às partes interessadas identificadas, que disporão de quarenta dias para restituí-los, contados a partir da data de sua expedição. As respostas aos questionários da investigação, apresentadas no prazo original de 40 (quarenta) dias, serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto no art. 34 do citado diploma legal"; leia-se: "4. Na forma do que dispõe o art. 27 do Decreto nº 1.602, de 1995, à exceção do governo do país exportador, serão remetidos questionários às partes interessadas identificadas, que disporão de quarenta dias para restituí-los, contados a partir da data de sua expedição. Em virtude do grande número de produtores/exportadores estrangeiros identificados nas estatísticas de importação do Brasil, de acordo com o disposto na alínea "b" do § 1º do art. 13 do Decreto nº 1.602, de 1995, será selecionado, para o envio do questionário, o maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações para o Brasil. As respostas aos questionários da investigação, apresentadas no prazo original de 40 (quarenta) dias, serão consideradas para fins de determinação preliminar com vistas à decisão sobre a aplicação de direito provisório, conforme o disposto no art. 34 do citado diploma legal."

Na página 92, no item 8 do Anexo, onde se lê: "De forma a atender o disposto no § 1º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995, a análise pertinente à continuação ou retomada da prática de dumping abrangerá o período de março de 2011 a fevereiro de 2012 (...)"; leia-se: "De forma a atender o disposto no § 1º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995, a análise pertinente à continuação ou retomada da prática de dumping abrangerá o período de abril de 2011 a fevereiro de 2012 (...)".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 154, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 257ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2012, em Manaus/AM, aprovou a seguinte Resolução: Nº 154/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa PRISMALITE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE FILMES ÓPTICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 123/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FITA DE TECIDO NÃO BORDADO PARA IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA, EM ROLO E PELÍCULA AUTO-ADESIVA DE PLÁSTICO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º,7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 150, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL com o objetivo de pagamento de bolsa ao Coordenador Executivo da pesquisa "Diagnóstico Nacional do Esporte" e para pagamento de despesas administrativas, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Unidade Gestora: 153114 Gestão: 15235

Funcional Programática: 27.121.2123.2600.0001

Natureza da despesa:

339039- R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Fonte: 100

Valor: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Executiva exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 153, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTERIO DA DEFESA, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros ao MINISTERIO DA DEFESA, visando o apoio financeiro deste Ministério referente à realização de Competições Escolares, prevista para o período de 30/08 a 22/09/2012, nas Cidades de Resende/RJ, Campinas/SP e Rio de Janeiro/RJ, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna

Órgão Executor: MINISTERIO DA DEFESA

Unidade Gestora: 110404 Gestão: 00001

Funcional Programática: 27.812.2035.20JQ.0001

Realização e Apoio a Competições e Eventos de Esporte e Lazer

Natureza da despesa:

33.90.30 - R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

33.90.39 - R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Fonte: 118

Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 154, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para o MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, a fim de habilitar a Embaixada do Brasil em Londres a efetivar a complementação do pagamento de um veículo executivo e de uma van, que foram utilizados por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos 2012.

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna

Órgão Executor: MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Unidade Gestora: 240005 Gestão: 00001 (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)

Programa/Ação: 27. 122.2123.2000.0001 - Administração da Unidade.

Natureza da despesa:

33.9039 - R$ 17.471,40 (dezessete mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta centavos)

Fonte: 100

Valor: R$ R$ 17.471,40 (dezessete mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta centavos)

Art. 2º Caberá à Secretaria Executiva exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

PORTARIA Nº 156, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro ao MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros ao MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, a fim de habilitar a embaixada do Brasil em Londres. conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - Departamento de Gestão Interna

Órgão Executor: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Unidade Gestora: 240005 Gestão: 00001 (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)

Funcional Programática: 27.122.2123.2000.0001 - Administração da Unidade.

Natureza da despesa:

33.90.39 - R$ 33.061,55 (trinta e três mil, sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Fonte: 100

Valor: R$ 33.061,55 (trinta e três mil, sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Art. 2º Caberá à Secretaria Executiva exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIMÃO

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO Nº 313, DE 23 DE MAIO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.000912/2009-53, resolve:

Art. 1º Conceder a Ciclofarma Industria Química LTDA., CNPJ nº 05.854.999/0001-50, a Autorização nº 93/2012, para acesso a amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "Estudo do potencial antimicrobiano de extratos de Baccharis dracunculifolia DC (Asteraceae) para ser utilizado no desenvolvimento de produtos saneantes, cosméticos e/ou farmacêuticos", observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 e na Resolução nº 35, de 27 de abril de 2011, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios-CURB firmado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 56/2012;

II - contratante: Ciclofarma Industria Química LTDA e Universidade de São Paulo;

III - contratado: Sr. Antônio Carlos Meda;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.000912/2009-53, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 317, DE 23 DE MAIO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.000229/2010-50, resolve:

Art. 1º Conceder a Natura Inovação e Tecnologia de Produtos LTDA., CNPJ nº 60.883.329/0001-70, a Autorização nº 95/2012, para acesso ao conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "BIO 1036", observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 e na Resolução nº 35, de 27 de abril de 2011, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios-CURB firmado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 57/2012;

II - contratante: Natura Inovação e Tecnologia de produtos LTDA;

III - contratado: Associação localizada no Estado do Amapá.

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, neste ato, não aprecia a solicitação de autorização de Remessa ao Exterior, parte do objeto solicitado pela Interessada, que deverá ser deliberada em apartado após o cumprimento das exigências legais por parte da Solicitante.

Art. 4º As informações constantes do Processo nº 02000.00229/2010-50, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 319, DE 23 DE MAIO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.001483/2008-51, resolve:

Art. 1º Conceder a Natura Inovação e Tecnologia de Produtos LTDA., CNPJ 60.883.329/0001-70, a Autorização nº 97/2012, para acesso a amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "BIO 1028", observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e na Resolução nº 35 , de 27 de abril de 2011, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios-CURB e seu aditivo firmados no âmbito do processo em epígrafe, para que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 59/2012;

II - contratante: Natura Inovação e Tecnologia de Produtos LTDA;

III - contratado: Proprietários de área privada e Instituto situados no estado do Paraná;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, neste ato, não aprecia a solicitação de autorização de Remessa ao Exterior, parte do objeto solicitado pela Interessada, que deverá ser deliberada em apartado após o cumprimento das exigências legais por parte da Solicitante.

Art. 4º As informações constantes do Processo nº 02000.001483/2008-51, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 142, DE 10 DE JULHO DE 2012

Altera o prazo da Resolução CNRH nº 106, de 23 de março de 2010, que institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH, com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 de setembro de 2010, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e o que consta do Processo nº 02000.000579/2010-16, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido;

Considerando a necessidade de regulamentar a habilitação das organizações civis de recursos hídricos interessadas em participar do processo eleitoral do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando as diversas etapas que envolvem os processos administrativos no âmbito da administração pública federal, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CNRH nº 106, de 23 de março de 2010, no que tange ao prazo para a instituição do Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH.

§ 1º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deverá adotar medidas no prazo máximo de 2 (dois) anos para elaborar e implementar o Sistema do Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH no Sítio Eletrônico do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na Internet.

§ 2º A Comissão Permanente do COREH será instituída após a implementação do Sistema na Internet para inicio dos trabalhos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente do Conselho

PEDRO WILSON GUIMARÃES
Secretário Executivo

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 102, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 149, de 06 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2009, e considerando o constante do Contrato de Gestão em vigor, e a deliberação do Conselho Diretor, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Diretores do Serviço Florestal Brasileiro e seus substitutos legais para praticar atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos administrativos alocados na Unidade Gestora 440075, até o limite de R$ 300.000,00 , ordenar despesas e realizar os demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, dentre eles:

I - determinar a instrução dos procedimentos administrativos afetos aos contratos e demais ajustes, que tenham por objeto a execução de projetos apoiados pelos programas de suas atribuições;

II - empenhar, anular despesas e autorizar pagamentos;

III - monitorar as contas bancárias e emitir ordens bancárias;

IV - exercer atribuições de ordenador de despesas;

V - aprovar a elaboração dos termos de referência e dos critérios de seleção, publicação dos editais, homologação e adjudicação ao vencedor do certame, quanto às contratações administrativas ordinárias, incluindo apreciação de eventuais recursos; e

VI - reconhecer e declarar inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Parágrafo único. A delegação constante no caput aplica-se também ao pagamento de parcelas contratuais até o referido limite, ainda que o valor total do contrato o supere.

Art. 2º Delegar competência ao Diretor de Administração e Finanças do Serviço Florestal Brasileiro, para:

I - aplicar, em primeira instância, aos contratados, as sanções administrativas previstas em lei, quando não privativas do Ministro de Estado do Meio Ambiente;

II - rescindir os contratos em caso de inexecução total ou parcial do seu objeto; e

III - assinar os Atestados de Capacidade Técnica relativos aos contratos celebrados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 3º Revogar a Portaria n° 109, de 21 de novembro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 386, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

AS MINISTRAS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA CULTURA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5° da Lei n° 8.745, de 9 de dezembro de 1993, resolvem:

Art. 1° O Anexo à Portaria Interministerial MP/MinC nº 192, de 10 de maio de 2012, publicada no DOU de 11 de maio de 2012, seção 1, páginas 199/200, passa a vigorar conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA
Ministra de Estado da Cultura

ANEXO

Fundamento Legal: Lei nº 8.745/1993, art. 2º, inciso VI, alínea "i"

Nível	Classificação da Atividade	Área de Atuação	Formação/ Conhecimento	Vaga
Intermediário	Técnicas de Formação Específica (I)	- Apoio Técnico Administrativo da Célula de Trabalho, compreendendo dentre outras atividades: - catalogação de processos/documentos/produtos; - arquivamento; - recepção e expedição de processos/documentos/ produtos; - controle sobre atividades; e - emissão de Relatórios	Ensino Médio Completo, com domínio da língua portuguesa; noções de administração pública; de orçamento público; das leis de incentivo à cultura e da legislação de prestação de contas; e de informática.	18
Intermediário	Técnicas de Formação Específica (I)	- Verificação e instrução do processo; - Análise das exigências formais sobre os documentos e formulários preenchidos e assinados pelos Proponentes; - Elaboração do Relatório de diligências necessárias por processo quando for o caso; - Preparação da Notificação para o atendimento a eventual diligência para instrução do processo de Prestação de Contas; e - Encaminhamento do Processo instruído para a análise de Avaliação Técnica e Financeira.	Técnico em Contabilidade, com conhecimento básico da legislação de prestação de contas e das leis de incentivo à cultura; e noções de informática.	18
Superior	Técnicas de Suporte (III)	- Elaboração do Relatório de cumprimento do objeto considerando o Plano de Trabalho aprovado; - Emissão de parecer Conclusivo quanto a Avaliação Técnica.	Profissional de Cultura da área de ciências humanas e sociais, preferencialmente nas áreas de: produção cultural, artes cênicas, música, artes visuais, audiovisual, patrimônio cultural, museologia e biblioteconomia, com conhecimento na legislação que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura e suas regulamentações, da legislação que cria os mecanismos de fomento à atividade audiovisual; das competências do MinC e da legislação de prestação de contas; domínio da língua portuguesa; e noções de informática	18
Superior	Técnicas de Suporte (III)	- Análise do Relatório de Execução-Físico-Financeira do Processo; - Verificação da rescisão de procedimentos efetuados; - Análise da Conciliação Bancária; - Análise dos documentos fiscais apresentados comparativamente com o Plano de Trabalho; - Análise do extrato do demonstrativo dos rendimentos de operação financeira; - Constatação quando for o caso de comprovante de recolhimento do saldo dos recursos do MinC; e - Emissão do Relatório Financeiro sobre a aplicação dos recursos.	Bacharel em Ciências Contábeis, com conhecimento dos métodos e técnicas de contabilidade pública, domínio dos métodos e técnicas de contabilidade pública, de legislação de execução orçamentária e financeira e de prestação de contas, bem como das leis de incentivo no setor cultural do governo federal e da legislação tributária; domínio da língua portuguesa e noções de informática.	18
Superior	Técnicas de Suporte (III)	- Verificação dos despachos adjudicatários, análise das homologações, ou verificação dos processos e justificativas de dispensas e/ou inexigibilidades; - Análise dos contratos com fornecedores; - Análise das relações de bens adquiridos produzidos ou constituídos; e - Análise da comprovação do Registro em Cartório sobre a construção e a ampliação de imóveis, quando for o caso.	Qualquer nível superior, com conhecimento de administração pública, domínio da legislação do 3º setor e dos modelos institucionais de funcionamento do setor público, de administração financeira e orçamentária, bem como das leis de incentivo no setor cultural do governo federal e da prestação de contas; domínio da língua portuguesa e noções de informática.	18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Superior	Técnicas de Complexidade Intelectual (IV)	- Desenvolvimento de atividades relacionadas à analise técnico-administrativa preliminar e ao fornecimento de logística na instrução e tramitação de processos de passivo e prestação de contas; e - Desenvolvimento de ações administrativas relacionadas aos procedimentos de ressarcimento ao erário e de integração intragovernamental.	Qualquer nível superior, com experiência profissional superior a três anos ou qualificação diferenciada, como pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado, com conhecimento de direito administrativo, legislação tributária, leis de incentivo fiscal no setor cultural do governo federal e de prestação de contas; domínio da língua portuguesa; e noções de informática.	18
Superior	Técnicas de Complexidade Gerencial (V)	Gerenciar, planejar, coordenar, supervisionar, promover, controlar a execução das atividades das células de trabalho responsáveis pela análise técnica e financeira conclusiva de prestações de contas de projetos culturais segundo o Mecanismo de Financiamento da Lei n° 8.313/91 no âmbito do MinC; - Monitorar e avaliar a execução das atividades das células de trabalho; - Implementar estratégias e mecanismos de integração entre os profissionais que compõem as células; e - Coordenar a análise e definição de fluxos de trabalhos e respectivos conteúdos das células de trabalho.	Qualquer nível superior, com experiência profissional superior a cinco anos ou possuidor de título de mestre ou doutor, com conhecimento em gestão pública, principalmente nas áreas de execução orçamentária e financeira, patrimonial e tributária; domínio da língua portuguesa; e noções de informática.	6
TOTAL				114

PORTARIA Nº 387, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso I, § 2º do art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e considerando a necessidade de adequar as fontes de recursos aprovadas, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2012, de Companhia Docas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento para 2012, aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, em favor das empresas estatais Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA e Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Modificação de Fontes de Financiamento — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		25.141.815
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios		706.751
6.1.1.0.00.00	Geração Própria		706.751
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		24.435.064
6.2.1.0.00.00	Tesouro		24.435.064
6.2.1.1.00.00	Direto		23.640.952
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores		794.112
		TOTAL GERAL	25.141.815
		RECEITAS CORRENTES	706.751
		RECEITAS DE CAPITAL	24.435.064

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

ANEXO I — Modificação de Fontes de Financiamento

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		25.141.815
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios		706.751
6.1.1.0.00.00	Geração Própria		706.751
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		24.435.064
6.2.1.0.00.00	Tesouro		24.435.064
6.2.1.1.00.00	Direto		23.640.952
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores		794.112
		TOTAL GERAL	25.141.815
		RECEITAS CORRENTES	706.751
		RECEITAS DE CAPITAL	24.435.064

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO I — Modificação de Fontes de Financiamento

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		2.540.514
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		2.540.514
6.2.1.0.00.00	Tesouro		2.540.514
6.2.1.1.00.00	Direto		2.540.514
		TOTAL GERAL	2.540.514
		RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	2.540.514

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO I — Modificação de Fontes de Financiamento

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		11.366.280
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		11.366.280
6.2.1.0.00.00	Tesouro		11.366.280
6.2.1.1.00.00	Direto		11.366.280
		TOTAL GERAL	11.366.280
		RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	11.366.280

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO I — Modificação de Fontes de Financiamento

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		1.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		1.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro		1.000.000
6.2.1.1.00.00	Direto		1.000.000
		TOTAL GERAL	1.000.000
		RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO I		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	9.440.909
6.1.0.0.00.00	Recursos Próprios	706.751
6.1.1.0.00.00	Geração Própria	706.751
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	8.734.158
6.2.1.0.00.00	Tesouro	8.734.158
6.2.1.1.00.00	Direto	8.734.158
	TOTAL GERAL	9.440.909
	RECEITAS CORRENTES	706.751
	RECEITAS DE CAPITAL	8.734.158

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO I		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	794.112
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	794.112
6.2.1.0.00.00	Tesouro	794.112
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	794.112
	TOTAL GERAL	794.112
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	794.112

ANEXO II

		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	25.141.815
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	25.141.815
6.2.1.0.00.00	Tesouro	25.141.815
6.2.1.1.00.00	Direto	794.112
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	24.347.703
	TOTAL GERAL	25.141.815
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	25.141.815

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

ANEXO II		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	25.141.815
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	25.141.815
6.2.1.0.00.00	Tesouro	25.141.815
6.2.1.1.00.00	Direto	794.112
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	24.347.703
	TOTAL GERAL	25.141.815
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	25.141.815

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO II		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.540.514
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	2.540.514
6.2.1.0.00.00	Tesouro	2.540.514
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	2.540.514
	TOTAL GERAL	2.540.514
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	2.540.514

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO II		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	11.366.280
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	11.366.280
6.2.1.0.00.00	Tesouro	11.366.280
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	11.366.280
	TOTAL GERAL	11.366.280
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	11.366.280

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO II		Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
	QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.000.000
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000
6.2.1.0.00.00	Tesouro	1.000.000
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores	1.000.000
	TOTAL GERAL	1.000.000
	RECEITAS CORRENTES	0
	RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO II — Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		9.440.909
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		9.440.909
6.2.1.0.00.00	Tesouro		9.440.909
6.2.1.3.00.00	Saldos de Exercícios Anteriores		9.440.909
		TOTAL GERAL	9.440.909
		RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	9.440.909

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO II — Modificação de Fontes de Financiamento
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		794.112
6.2.0.0.00.00	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		794.112
6.2.1.0.00.00	Tesouro		794.112
6.2.1.1.00.00	Direto		794.112
		TOTAL GERAL	794.112
		RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	794.112

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 58, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, tendo em vista subdelegação de competência conferida pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010; e os elementos que integram o Processo nº 05047.000165/2002-39, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que fez o Município de Cataguases à União, com base na Lei Municipal nº 2.210, de 22 de setembro de 1993, do imóvel referente ao 2º pavimento do prédio do Colégio Municipal Antônio Amaro, situado à Avenida Humberto Mauri nº 515, centro, naquele Município, Estado de Minas Gerais, constituído de terreno com área de 601,00m² e benfeitorias com área de 601,00m², com as características e confrontações constantes da Matrícula nº 14.341, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cataguases.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para instalação da sede da Justiça do Trabalho naquele Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e ficando sem efeito a Portaria nº 298 de 31 de dezembro de 2003.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.390, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Institui o Grupo de Trabalho denominado GT Aferição.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 87, do parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 4º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Fica criado o grupo de trabalho denominado GT Aferição, com os seguintes objetivos:

a) realização de levantamento dos dados e a apuração dos percentuais de representatividade de cada central sindical para ano de 2013; e

b) sugestão de regras destinadas ao aperfeiçoamento do procedimento de coleta de dados necessários a futuras aferições, com a utilização do sistema de Certificação Digital.

Art. 2º O GT Aferição será composto por um representante titular e um suplente das seguintes entidades:

a) Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE,

b) Centrais Sindicais que atenderam aos requisitos de representatividade previsto no art. 2º da Lei nº. 11.648, de 2008, para o excercício 2013; e

c) Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que o coordenará.

Art. 3º Participará ainda do GT Aferição um representante, como observador, das Centrais Sindicais que atenderam ao requisito previsto no Artigo 2º , inciso III da Lei 11.648 de 31/03/2008, para o excercício 2012.

Art. 4º As entidades acima mencionadas deverão fazer a indicação de representantes até o dia 31 de agosto de 2012.

Art. 5º Os trabalhos do GT Aferição deverão iniciar-se imediatamente após a designação de seus componentes.

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho criado por esta portaria será considerada serviço público relavante, não ensejando, por si só, qualquer remuneração.

Art. 7º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 120 dias, podendo ser prorrogado mediante justificativa por mais 60 dias.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 27 de agosto de 2012

Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 43, de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008, resolve CONCEDER o registro sindical ao seguinte sindicato:.

Processo	46215.022512/2010-92
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Duque de Caxias - SINDITAC - Duque de Caxias
CNPJ	11.807.513/0001-25
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Duque de Caxias - RJ
Categoria	Econômica dos Transportadores Autônomos de Cargas
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 502 /2012/ CGRS/SRT/MTE

Em 28 de agosto de 2012

Concessão de Registro Sindical e Pré-anotação

"O Chefe de Gabinete do Ministério do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias Ministeriais nº 43/2009 e nº 186/2008 e na forma sugerida pela Nota Técnica nº 224/2012/AIP/SRT/MTE, resolve CONCEDER o registro sindical em favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Doces e Conservas Alimentícias do Estado do Rio Grande do Norte (entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 11.445.481/0001-65 - processo administrativo nº 46217.000135/2010-11) para representar a categoria profissional dos Trabalhadores na indústria de doces e conservas alimentícias, na base territorial do Estado do Rio Grande do Norte, bem como resolve, consequentemente, EXCLUIR da representação sindical do STIAM - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Mossoró - RN (entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 24.529.356/0001-85 - processo administrativo nº 24390.003040/90-37) a categoria dos trabalhadores na indústria de doces e conservas alimentícias, com fulcro no artigo 25 da Portaria Ministerial nº 186/2008, tudo na forma determinada nos autos do processo nº 0000826-27.2011.5.10.0005, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de Brasília/DF."

FERNANDO JOSÉ NOGUEIRA BRITO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, publicado no DOU de 26 de fevereiro de 2008, seção I, pg. 50, nº. 38 de interesse do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói/RJ - SINDIÓPTICA-CINEFOTO-RIO-NITERÓI, Processo: 46000.020953/2005-16 para que onde se lê: "Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico do Município do Rio de Janeiro-RJ" leia-se: "Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico dos Municípios do Rio de Janeiro e de Niterói/RJ - SINDIÓPTICA-CINEFOTO-RIO-NITERÓI".

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 332, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Divulga para Consulta Pública o Texto Técnico Básico de revisão da Norma Regulamentadora n.º 15 - Atividades e Operações Insalubres.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, incisos II e XIII, do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, em face do disposto no inciso I do art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Divulgar para consulta pública o texto técnico básico de revisão da Norma Regulamentadora n.º 15 - Atividades e Operações Insalubres, disponível no seguinte sítio: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas para o e-mail normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para o endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Coordenação-Geral de Normatização e Programas (Esplanada dos Ministérios - Bloco ″F″ - Anexo ″B″ - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 333, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Prorroga o prazo de atividade da Subcomissão de Postos Revendedores e Combustíveis.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, em face do disposto no inciso II do Art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e do inciso IV do Art. 3º, da Portaria SIT n.º 186, de 28 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 12 meses o prazo estabelecido no artigo 4º da Portaria SIT n.º 252, de 08 de agosto de 2011, publicada no DOU do dia 04 de agosto de 2011, Seção 1, página n.º 139.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

COORDENADORIA-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 28 de agosto de 2012

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu o recurso apenas em seu efeito devolutivo e negando-lhe provimento, para manter a interdição.

UF	PROCESSO	EMPRESA	UF
01	46238.001075/2012-77 e 46238.001002/2012-85	Romaset Gráfica Ltda.	MG

HÉLIDA ALVES GIRÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de agosto de 2012

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46000.009348/2003-14
Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Querência - MT
CNPJ	07.741.403/0001-30
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 568/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46010.000527/2005-39
Razão Social	Sindicato das Indústrias de Polpas, Sucos e Derivados não Alcoólicos de Frutas Tropicais do Estado do Rio Grande do Norte - SINDIFRUTAS-RN
CNPJ	08.278.618/0001-20
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 569/2012/CGRS/SRT/MTE

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 88, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 153, de 12/02/09, c/c o artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº 02, de 25/5/06, e, em conformidade com a documentação constante no processo nº 46205.001122/2012-60. Resolve:

Artigo 1º - Homologar o Plano de Cargos, Carreira e Salários da Administração Regional do Serviço Social do Comércio do Estado no Ceará.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

JULIO BRIZZI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 106, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Estado de Mato Grosso do Sul, usando da atribuição que lhe é conferida pela Portaria Ministerial nº 153, de 12 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2009. RESOLVE:

Art. 1º Declarar, para fins de atualização do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), a vinculação do município de Paraíso das Águas (criado pela Lei nº 2.679/2003 do Estado do Mato Grosso do Sul e cadastrado no SFIT sob o código 01196) à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Mato Grosso do Sul (Unidade Organizacional - UORG código 017000000).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

ANÍZIO PEREIRA TIAGO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.604, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza a celebração de contrato de uso temporário celebrado entre a ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ - APMc e EMPRESA ALAGOANA DE TERMINAIS LTDA.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.002732/2011-99, considerando o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 318ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração de contrato com caráter de temporalidade, com prazo de vigência até 24 de maio de 2013, entre a Administração do Porto de Maceió - APMc e Empresa Alagoana de Terminais Ltda, nos termos do §1º, do art. 35, da norma aprovada pela Resolução nº 2240-ANTAQ;

Art. 2º Determinar que a APMc encaminhe o respectivo instrumento contratual, visando sua apreciação por parte desta Agência, consoante disposto nº § 1º, do art.35, da Resolução nº 2240-ANTAQ;

Art. 3º Não prorrogar o Contrato de Arrendamento nº 21/94 (Terminal de Açúcar do Porto de Maceió) celebrado entre a Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN e a Empresa Alagoana de Terminais LTDA;

Art. 4º Pelo encerramento formal do Contrato de Arrendamento nº 21/94 pela APMc;

Art. 5º Determinar a APMc que apresente a esta Agência, no prazo máximo de 30 dias, o cronograma detalhado acerca das ações tendentes à conclusão do processo licitatório da área a ser arrendada, cujas ações deverão estar dentro do prazo avençado no Termo de Ajuste de Conduta - TAC nº 017/2011-SPO;

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÕES AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 1104 DATA:27/08/2012 HORA:15:46

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000932/2012-02
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.000931/2012-50
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000369/2012-64
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Manaus/AM
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000441/2012-53
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Belo Horizonte/MG
Relator : José Lázaro Alfredo Guimarães
Processo : 0.00.000.000930/2012-13
Origem : Goiânia/GO
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2012

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.000636/2012-01
REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR/BA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA e CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

(...)Além disso, a análise do tema nos presentes autos se dá de forma abstrata, sem que haja a indicação de qualquer caso concreto pela instituição requerente.

Ressalve-se, ainda, que o Membro do Ministério Público possui a garantia de independência funcional, o que, no exercício de sua atividade fim, lhe permite adotar o entendimento jurídico que entender cabível à espécie, não sendo obrigatória a adoção deste ou daquele posicionamento a cerca do tema.

Dessa maneira, diante do princípio da independência funcional, bem como da aprovação do Enunciado nº 01 (fl. 23) pela Comissão Nacional de Violência Doméstica - COPEVID e pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG, entendo pela inexistência de interesse processual no presente procedimento, razão pela qual, determino o seu arquivamento monocrático, com fulcro no art. 46, inciso X, "b" do RICNMP.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Quinta Sessão Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência da Doutora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidente do CNMP, em exercício, e Procuradora-Geral da República, em exercício. Presentes os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho, Maria Ester Henriques Tavares, Taís Schilling Ferraz, Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro, Mario Luiz Bonsaglia, Claudia Maria de Freitas Chagas, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas Assad, Tito Souza do Amaral e José Lázaro Alfredo Guimarães. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira Gomes Júnior, Fabiano Augusto Martins Silveira, e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Marcus Vinicius Furtado Coêlho. Presentes, também, a Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Secretária-Geral Adjunta do CNMP, e os Doutores Ivens J. T. Carvalho, Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina; Acir Alfredo Hack, Procurador do Trabalho do Estado de Santa Catarina; Marcelo Lima de Oliveira, Presidente da Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO; Alexandre Lacerda, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Vinicius Gahyva Martins, Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público - AMMP; Josemar Moreira, Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo; Flávio de Souza Santos, Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo; Eldete Silva Aguiar, Promotora de Justiça do Estado do Amapá; Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora de Justiça do Estado do Amapá e Carlos Eduardo de A. Lima, Presidente da Associação Nacional do Procuradores do Trabalho - ANPT. Iniciados os trabalhos, a Presidente cumprimentou a todos os presentes e anunciou, a pedido dos relatores, a retirada de pauta dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001440/2011-45, 0.00.000.000899/2010-41, 0.00.000.001541/2010-35 e 0.00.000.000550/2012-71. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia solicitou o adiamento para agosto do Processo CNMP nº 0.00.000.000488/2012-17, Proposta de Resolução que dispõe sobre a requisição de membros auxiliares e o convite a membros colaboradores do Conselho Nacional do Ministério Público. Na oportunidade, foi deliberado, à unanimidade, que fica prorrogada a requisição de membros até a votação da referida proposta. Após, o Conselheiro Mario Bonsaglia solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000172/2012-25, a pedido dos interessados. Da mesma forma, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior solicitou preferência do Processo CNMP nº 0.00.000.000321/2012-56. Em seguida, os Conselheiros Tito Amaral e Claudia Chagas solicitaram preferência dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000120/2012-59 e 0.00.000.001603/2011-90, respectivamente; e o Conselheiro Adilson Gurgel, dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000476/2012-92, 0.00.000.000486/2012-28 e 0.00.000.000235/2012-43. Após, o Conselheiro Jeferson Coelho também solicitou preferência no julgamento dos processos disciplinares e, por fim, as referidas solicitações de preferência foram acolhidas à unanimidade. Após, a Conselheira Claudia Chagas registrou que, juntamente com o Conselheiro Jarbas Soares Júnior, convidou o Doutor Flávio Caetano, Secretário Nacional da Reforma do Poder Judiciário, para uma reunião com os Conselheiros. Na ocasião, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior esclareceu que a Comissão de Acompanhamento Legislativo iniciará trabalho mais próximo do Congresso Nacional e, dessa forma, o Doutor Flávio Caetano virá ao CNMP para uma reunião apenas com os Conselheiros, no dia 23 de julho, às 17h30, para apresentar os principais pontos da reforma do sistema de justiça que será proposta ao Congresso Nacional, abrindo, assim, um canal com o CNMP. Na oportunidade, reiterou o convite aos Conselheiros para participarem da reunião. Após, passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.002017/2010-8, o Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se suspeito e o representante da OAB, Doutor Marcus Vinicius Furtado Coêlho, passou a compor a mesa. Após o julgamento desse feito, o Conselheiro Alessandro Tramujas solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000197/2012-29, o que foi deferido à unanimidade. Na ocasião, o Doutor Marcus Vinicius Furtado Coêlho, representante da OAB, ausentou-se justificadamente; e o Conselheiro Almino Afonso, ocasionalmente. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001603/2011-90, o Conselheiro Almino Afonso voltou a compor a mesa. Após o julgamento desse processo, o Conselheiro Jeferson Coelho comunicou que a Corregedoria Nacional realizará, no Estado do Rio de Janeiro, inspeções no Ministério Público Estadual, de 20 a 24 de agosto, e no Ministério Público Federal, de 10 a 14 de setembro. Em seguida, o Conselheiro Adilson Gurgel registrou que a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal aprovou o nome de Ariano Vilar Suassuna para representar o Brasil na disputa pelo prêmio Nobel de Literatura desse ano. Por ocasião do julgamento conjunto dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000476/2012-92, 0.00.000.000505/2012-16, 0.00.000.000547/2012-57, 0.00.000.000555/2012-01, 0.00.000.000566/2012-83, 0.00.000.000568/2012-72 e 0.00.000.000597/2012-34, o Conselheiro Tito Amaral declarou-se suspeito. O Conselheiro Tito Amaral declarou também sua suspeição na ocasião do julgamento conjunto dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000486/2012-28, 0.00.000.000502/2012-82, 0.00.000.000506/2012-61 e 0.00.000.000658/2012-63. Na oportunidade, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Doutor Alceu José Torres Marques. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000321/2012-56, Proposta de Emenda Regimental que visa criar a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, a Conselheira Claudia Chagas ressaltou a importância da referente proposta por estar alinhada ao Planejamento Estratégico, cujos projetos relativos à atividade fim seriam coordenados pelas demais Comissões. Em seguida, a Conselheira Taís Ferraz registrou que a criação dessa Comissão proporcionaria, ainda, uma reestruturação das atuais Comissões Temáticas no Conselho, transformando-as, possivelmente, em subcomissões. Após o julgamento desse processo, o Conselheiro Tito Amaral informou que concluiu o relatório do Processo CNMP nº 0.00.000.000485/2012-83, referente à nova redação do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e que fez neste a proposta de um substitutivo. Sugeriu, então, que, como já encaminhou o relatório a todos os Conselheiros e em face de sua grande extensão, que ele seja dado, nesta data, como lido e que seja dada vista coletiva ao plenário deste Conselho. O Conselheiro Tito Amaral propôs, também, que na próxima sessão de julho o substitutivo fosse submetido à votação e, aprovado o texto, o Presidente convocaria outra sessão extraordinária em agosto para serem apreciados apenas os destaques e emendas. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso se associou às preocupações do Conselheiro Tito Amaral no que se referia à urgência de se implementar a reforma do Regimento Interno, mas sugeriu que se marcasse uma sessão específica para esse fim. Após, o Conselheiro Mario Bonsaglia ponderou a necessidade de se estender o prazo para a leitura do relatório; e o Conselheiro Tito Amaral, então, solicitou que o prazo para a apresentação de destaques

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

seja peremptório em agosto e que todas as remissões sejam feitas em relação ao substitutivo enviado hoje. Na oportunidade, foi dada vista coletiva do referido substitutivo e ficou deliberada, à unanimidade, a primeira sessão de agosto para votação do texto, ressalvados os destaques. Em seguida, a Conselheira Taís Ferraz informou que, no dia 26 de julho, encerra seu mandato como Ouvidora e sugeriu que essa eleição seja colocada em pauta na próxima sessão. Na ocasião, a Conselheira Taís Ferraz indicou o Conselheiro Almino Afonso para assumir o mandato de Ouvidor, o qual se manifestou favoravelmente. A sessão foi suspensa às doze horas e trinta e seis minutos e reiniciada às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, sob a Presidência Doutora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidente do CNMP, em exercício, e Procuradora-Geral da República, em exercício. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso, Tito Amaral e Fabiano Silveira. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000235/2012-43, o Conselheiro Luiz Moreira informou que ontem solicitou ao Presidente, Doutor Roberto Monteiro Gurgel, preferência no julgamento dos Processos CNMP nºs 0.00.000.000899/2011-21, 0.00.000.001398/2011-62, 0.00.000.001611/2011-36, 0.00.000.001715/2011-41, 0.00.000.001734/2011-77 e 0.00.000.000111/2012-68, o que foi acolhido à unanimidade. Em seguida, informou a prorrogação de prazo, a contar do dia 20 de junho, para conclusão dos trabalhos da comissão processante do Processo CNMP nº 0.00.000.000098/2012-47, o que foi deferido à unanimidade. Após essa deliberação, o Conselheiro Tito Amaral passou a compor a mesa. Em seguida, o Conselheiro Adilson Gurgel informou que lhe foi distribuído o Processo CNMP nº 0.00.000.000681/2012-58, referente à Proposta Orçamentária do CNMP para o exercício de 2013, e que, como o trará a julgamento na próxima sessão, os autos estarão disponíveis em seu gabinete para exame por parte dos Conselheiros. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho retirou seu pedido de vista do Processo CNMP nº 0.00.000.000321/2012-56, tendo se retomado o julgamento desse feito para acolher, por unanimidade, a Proposta de Emenda Regimental que cria a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais. Na oportunidade, o Conselheiro Jeferson Coelho solicitou ao Conselheiro Tito Amaral a realização de uma análise da situação das Comissões, que serão objeto do novo texto do RICNMP, tendo em vista a Proposta de Emenda Regimental que fora aprovada, obtendo, após, a concordância do Conselheiro Tito Amaral. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso passou a compor a mesa. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000899/2011-21, a Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Secretária-Geral Adjunta do CNMP, ausentou-se justificadamente; e o Doutor José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do CNMP, passou a compor a mesa. Por ocasião do julgamento dos Processos CNMP nºs 0.00.000.001611/2011-36, 0.00.000.001772/2011-20, 0.00.000.001734/2011-77 e 0.00.000.000111/2012-68, declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001196/2011-11, a Conselheira Claudia Chagas ausentou-se justificadamente. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000468/2012-46, o Conselheiro Alessandro Tramujas registrou seu profundo apreço pelo Conselheiro Luiz Moreira. Da mesma forma, o Conselheiro Tito Amaral manifestou sua amizade e apreço pela qualidade do trabalho do Conselheiro Luiz Moreira e solicitou à Presidente que, se possível, agilize na Procuradoria Geral da República as informações solicitadas pelo Senado Federal para a recondução do Conselheiro. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior também registrou seu respeito ao Conselheiro Luiz Moreira, desejando-lhe sucesso. Na ocasião, os Conselheiros Lázaro Guimarães, Taís Ferraz, Adilson Gurgel, Almino Afonso e Jeferson Coelho se associaram às palavras proferidas em relação ao Conselheiro Luiz Moreira. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso ausentou-se justificadamente. Após, o Conselheiro Luiz Moreira esclareceu que lhe foi entregue no Senado Federal uma denúncia apócrifa e que ingressou com pedido de apuração administrativa, cível e penal dos feitos ali narrados contra sua pessoa. Relatou, ainda, que recebeu e-mail de membro do Ministério Público Federal acerca de uma campanha de reprovação de seu nome no Senado Federal. Após, a Presidente lamentou o episódio e deixou consignado que não há nenhum movimento institucional por parte do Ministério Público Federal em relação aos fatos narrados, tornando púbico o tom respeitoso e amistoso que o Conselheiro Luiz Moreira sempre teve com sua pessoa. Em seguida, o Conselheiro Mario Bonsaglia reiterou seu desconforto com a situação e registrou o caráter negativo de correspondências anônimas. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000815/2011-50, o Conselheiro Jeferson Coelho ausentou-se justificadamente. A sessão foi encerrada às dezoito horas e vinte e quatro minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pela Presidente.

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Presidente do Conselho
em Exercício

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 27/06/2012

1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.002017/2010-81 (Reclamação Disciplinar)

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares, Corregedora Nacional em substituição

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Halir Alfredo Halk - Procurador do Trabalho

DECISÃO: O Conselho, por maioria, decidiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Conselheiros Adilson Gurgel e Lázaro Guimarães que não concordavam com a abertura do referido procedimento. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira. Declarou-se suspeito o Conselheiro Jeferson Coelho.

2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001603/2011-90 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATORA: Cons. Taís Schilling Ferraz

REQUERENTE: Rafael Neubern Demarchi Costa

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Paraná

ASSUNTO: Requer a desconstituição de ato que homologou o resultado final do concurso para ingresso à carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, em razão do aparente extravio da gravação em áudio e vídeo da prova oral do candidato, impossibilitando a revisão de sua nota. Pedido de liminar.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou o presente feito improcedente, nos termos do voto divergente da Conselheira Claudia Chagas. Vencidos, em parte, a relatora e o Conselheiro Adilson Gurgel que julgavam o Procedimento parcialmente procedente para que o requerente fosse submetido a uma nova arguição oral. O Conselho deliberou ainda, por unanimidade, pela expedição de recomendação ao Ministério Público do Estado do Paraná para que nos próximos concursos se valha de duas gravações, nos termos propostos pelo Conselheiro Mario Bonsaglia. O Conselheiro Almino Afonso não votou em razão de não ter assistido à leitura do relatório. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000476/2012-92 (Procedimento de Controle Administrativo) (Julgamento Conjunto com os Processos CNMP nºs 0.00.000.000505/2012-16, 0.00.000.000547/2012-57, 0.00.000.000555/2012-01, 0.00.000.000566/2012-83, 0.00.000.000.000586/2012-72, 0.00.000.000597/2012-34)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Daniel Carvalho Brasil Nascimento

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás

ASSUNTO: Requer a suspensão do 56° concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Goiás em razão da anulação de 12 questões e alteração da resposta de 5 questões não previstas no edital, bem como a restituição dos pontos perdidos por conta da alteração do gabarito das questões de n° 05, 18, 25, 29 e 40 e a consequente continuação do candidato no certame. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, julgou os presentes Procedimentos parcialmente procedentes, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Jeferson Coelho, que os julgava totalmente procedentes. Declarou-se suspeito o Conselheiro Tito Amaral. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

4) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000486/2012-28 (Procedimento de Controle Administrativo) (Julgamento Conjunto com os Processos CNMP nºs 0.00.000.000502/2012-82, 0.00.000.000506/2012-61 e 0.00.000.000658/2012-63)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Jairo José de Alencar Santos

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás

ASSUNTO: Requer a suspensão do 56° concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Goiás e a anulação das questões n° 05, 18, 27, 46, 49 e 79, bem como a alteração das questões n° 56 e 57 por contrariarem as disposições do edital e do art. 17, § 1°, da Resolução CNMP n° 14/06. Pedido de Liminar.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, não conheceu do presente feito, nos termos do voto do relator. Declarou-se suspeito o Conselheiro Tito Amaral. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

5)PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000172/2012-25 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

REQUERENTES: Armando Aguiar dos Santos, Clarisse Ferreira da Silva Medeiros de La Cerda Vianna de Souza, Guilherme Henrique Lino da Silva, Joseleno Lamas Lopes, Luiza Felix de Souza Barçante, Rafael Mendes de Castro Alves, Rodrigo Oliveira Purceti e Tatiana Barcellos Figueiredo Valenca.

REQUERIDO: Ministério Público da União

ASSUNTO: Requer o controle de possíveis irregularidades em relação a nomeações de diversos não concursados para cargos em comissão em detrimento aos candidatos aprovados para o cargo de analista processual no VI concurso do Ministério Público da União, bem como quanto ao não preenchimento dos cargos de 1° provimento.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar improcedente o presente pedido, pediu vista o Conselheiro Alessandro Tramujas. Antecipou seu voto, acompanhando o relator, o Conselheiro Lázaro Guimarães. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

6) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000233/2012-54 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Odon Dantas Pinto

REQUERIDO: Ministério Público da União

ASSUNTO: Requer a prorrogação, por mais dois anos, do 6º Concurso Público destinado ao provimento de Analista e Técnico dos quadros do Ministério Público da União, bem como o impedimento de realização de novo certame para o preenchimento das referidas vagas. Pedido de liminar.

DECISÃO: Após o voto do Relator, no sentido de julgar improcedente o presente pedido, pediu vista o Conselheiro Alessandro Tramujas. Antecipou seu voto, acompanhando o relator, o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000485/2012-83 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

PROPONENTE: Cons. Tito Souza do Amaral

ASSUNTO: Proposta de Resolução que aprova nova redação para o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de apresentar o texto da Proposta de Resolução que dá nova redação ao Regimento Interno deste Conselho, foi dada vista coletiva ao plenário. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Luiz Moreira e Fabiano Silveira.

8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000235/2012-43 (Proposta de Resolução)

RELATOR: Cons. Adilson Gurgel de Castro

PROPONENTE: Cons. Adilson Gurgel de Castro

ASSUNTO: Proposta de alteração das Resoluções CNMP nº 29/2008 e nº 40/2009, que regulamentam o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso, Fabiano Silveira e Tito Amaral.

9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000098/2012-47 (Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da comissão processante, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso, Fabiano Silveira e Tito Amaral.

10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000321/2012-56 (Proposta de Emenda Regimental)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

PROPONENTE: Cons. Jarbas Soares Júnior

ASSUNTO: Proposta de Emenda Regimental que visa acrescentar o inciso VII ao artigo 33 do Regimento Interno deste Conselho Nacional para criar Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a presente Proposta de Emenda Regimental, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Almino Afonso e Fabiano Silveira.

11) PROCESSO CNMP 0.00.000.000899/2011-21 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

RECORRENTE: Lidiane Soares Saija

ADVOGADO: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS 79.818

RECORRIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade de Decisões do Conselho.

DECISÃO: Após o voto do relator no sentido de negar provimento ao presente Recurso Interno e após o voto divergente da Conselheira Taís Ferraz no sentido de dar provimento ao feito, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Anteciparam seus votos, acompanhando o relator, os Conselheiros Jarbas Soares Júnior e Alessandro Tramujas, e, acompanhando a divergência, a Conselheira Maria Ester. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

12) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001398/2011-62 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001378/2011-91)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

REQUERENTES: Procuradores Regionais do Trabalho: Andrea Ehlke, Egle Rezek, José Valdir Machado, Laura Martins Maia de Andrade, Marisa Marcondes Monteiro, Paulo Cesar de Moraes Gomes e Sandra Borges de Medeiros;

Procuradores do Trabalho: Daniel Augusto Gaiotto, Lídia Mendes Gonçalves e Maria Beatriz Almeida Brandt.

REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Requer sustação de ato da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, que visa a implementação de rodízio compulsório entre as Coordenadorias de 1º e 2º graus, com retirada compulsória dos procedimentos e ações judiciais distribuídos livremente aos Procuradores e ainda não finalizados.

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de julgar procedente o pedido, pediram vista os Conselheiros Alessandro Tramujas e Jeferson Coelho. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001611/2011-36 (Revisão do Processo Disciplinar)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Pedido de Revisão do Processo Disciplinar nº 004/2010 que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de julgar improcedente o presente pedido de revisão, pediram vista os Conselheiros Almino Afonso e Jarbas Soares Júnior. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira. Declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho.

14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001715/2011-41 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

RECORRENTE: Jaime José do Amaral Nepomuceno

RECORRIDO: Ministério Público Federal

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto o relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001772/2011-20 (Recurso Interno) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000252/2012-81)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

RECORRENTE: Joseli Damasceno Abib

RECORRIDO: Membro do Ministério Público Federal

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto o relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira. Declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho.

16) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001734/2011-77 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

RECORRENTE: Fabiano Afonso - Juiz de Direito

RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar para apuração de fatos no âmbito da Comarca de Ribeirão das Neves/MG.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira. Declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho.

17) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000111/2012-68 (Recurso Interno)

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

RECORRENTE: José Emanuel da Rocha

RECORRIDO: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira. Declarou-se impedido o Conselheiro Jeferson Coelho.

18) PROCESSO CNMP 0.00.000.001438/2009-51 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTES: Jorge Alves de Souza

Pedro Américo da Silveira

REQUERIDO: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

ASSUNTO: Alegação de inércia do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas nas representações PR/AM nº1.13.000.000511/2002-98 e 1.13.000.000.297/2001-99.

DECISÃO: Após o voto do relator no sentido de julgar procedente a presente Representação, determinando a instauração de investigação no âmbito da Corregedoria Nacional, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

19) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000375/2011-31 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Alagoas

ASSUNTO: Visa apurar a regularidade do recebimento de função gratificada de Chefe de Seção de Assentamento Funcional do Ministério Público do Estado de Alagoas por servidor que não a exerce de fato.(conforme fls. 153 do Relatório de Inspeção do Ministério Público do Estado de Alagoas)

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente Procedimento, nos termos do voto do relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

20) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000204/2010-21 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Visa averiguar a legalidade do processo licitatório nºs 87/2009, referente à contratação de arquiteto para elaboração de projeto do futuro prédio da Corregedoria Geral do Ministério Público, tendo em vista possíveis irregularidades que podem indicar vícios no ato administrativo praticado - ref. fl. 220 e 227 (pg. 218 e 225 do Relatório Conclusivo da Inspeção).

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, determinou a instauração, pelo Ministério Público do Estado do Piauí, de procedimento para apuração de possíveis danos ao erário e responsabilidade dos agentes causadores da contratação irregular, bem como averiguar a possível prática de atos de improbidade, nos termos do voto do relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

21) PROCESSO CNMP 0.00.000.000461/2011-43 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTE: Denes Ferreira Mendes - Juiz de Direito

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

ASSUNTO: Visa apurar denúncia de ausência sistemática de Promotores às audiências do Juizado Especial de Nepomuceno/MG, bem como ausência de membro do Parquet em expediente semanal naquela Comarca.

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de julgar procedente o pedido, pediu vista o Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Aguardam os demais. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

22) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001196/2011-11 (Reclamação Disciplinar)

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTES: Antônio Eduardo Barleta de Almeida - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará e outros

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

ASSUNTO: Reclamação Disciplinar instaurada para apurar responsabilidade disciplinar de Promotor de Justiça do Estado do Pará, por suposta inobservância dos deveres funcionais previstos no art. 154, incisos XIII, XVI, XIX e XX, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006.

DECISÃO: Após o voto-vista divergente da Conselheira Taís Ferraz, no sentido de determinar o arquivamento da presente Reclamação, acompanhando, todavia, o relator no sentido de determinar a instauração de Procedimento de Controle Administrativo para apuração de supostas irregularidades, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Anteciparam seus votos, acompanhando a divergência, os Conselheiros Lázaro Guimarães, Claudia Chagas e Mario Bonsaglia e, acompanhando o relator, no sentido de determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e Procedimento de Controle Administrativo para apuração de fatos, os Conselheiros Jarbas Soares Júnior e Tito Amaral. Alterou seu voto, nesta sessão, para também acompanhar a divergência, a Conselheira Maria Ester. Já haviam antecipado seus votos na 4ª Sessão Extraordinária, acompanhando o relator, os Conselheiros Luiz Moreira e Alessandro Tramujas. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Fabiano Silveira.

23) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000468/2012-46 (Arguição de Suspeição e Impedimento)

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTE: Ubirajara Indio do Brasil Ferreira de Araujo

REQUERIDO: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

ASSUNTO: Arguição de suspeição da Conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas para integrar o julgamento do Pedido de Providências nº 0.00.000.000043/2011-56.

DECISÃO: Após o voto do relator, no sentido de julgar improcedente o pedido, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Anteciparam seus votos, acompanhando o relator, os Conselheiros Luiz Moreira, Jarbas Soares Júnior e Taís Ferraz. Aguardam os demais. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fabiano Silveira e Claudia Chagas.

24) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000668/2011-18 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

ASSUNTO: Alegação de inércia da Promotoria de Justiça da Comarca de Afogados da Ingazeira/PE na apuração de atos de corrupção e nepotismo que envolvem a Prefeitura Municipal.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, determinou o arquivamento do feito, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fabiano Silveira, Claudia Chagas e Almino Afonso.

25) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000197/2012-29 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Alessandro Tramujas Assad

REQUERENTES: Andreia Lima de Cristo, Bianca Barcelos Rodrigues, Fernanda Talita Ferreira da Cruz, Francilene Sales Figueiredo, Giceli Martinelli, Josélia Santana, Maria da Penha Ferreira do Nascimento, Patrícia Gomes Maia, Patrícia Paiva Charpinel Fernandes e Schirley Cristina da Silva.

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

ASSUNTO: Requer controle de ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo que supostamente descumpriu a Lei n° 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, alterada pela Lei n° 12.317/10 que acrescenta dispositivo sobre a duração do trabalho do profissional de Serviço Social.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente feito, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fabiano Silveira, Claudia Chagas e Almino Afonso.

26) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000815/2011-50 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Patricia Helena Almeida Alves Caninde

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí

ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Piauí em relação a denúncia de corrupção no município de Oeiras/PI.

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente feito, nos termos do voto do relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fabiano Silveira, Claudia Chagas e Almino Afonso.

27) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000120/2012-59 (Procedimento de Controle Administrativo)

RELATOR: Cons. Tito Souza do Amaral

REQUERENTE: Lúcio José Cardoso Barreto Lima - Promotor de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Sergipe

ASSUNTO: Requer desconstituição de ato do Procurador-Geral de Justiça, que declarou atribuição para atuar no processo n° 201021800009 à Promotoria de Justiça da Comarca de Poço Verde, e não à Promotoria do Júri de Aracaju.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, não conheceu do presente feito, determinando, todavia, o encaminhamento dos autos à Corregedoria Nacional para apuração de possível falta funcional do requerente, nos termos do voto divergente da Conselheira Taís Ferraz. Vencidos o relator e o Conselheiro Luiz Moreira que julgavam o pedido procedente. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fabiano Silveira, Claudia Chagas, Almino Afonso e Jeferson Coelho.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, "b", e art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/1993;

c) Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) Considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 1.25.008.000036/2012-31, instaurado nesta Procuradoria da República a partir de representação formulada pelo estudante Thiago Soares Carlos, noticiando supostas irregularidades em relação ao funcionamento da nova sede da instituição de ensino Faculdades Integrada Dos Campos Gerais - CESCAGE;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF, converter o Procedimento Administrativo n°. 1.25.014.000036/2012-31 em Inquérito Civil Público, observando-se o seguinte:

1. Comunique-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - CCR/MPF a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do art. 4°, VI e 7°, §2°, I e II, da Resolução CNMP n° 23/2007;

2. Anote-se o dia 13/08/2013 como data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo para término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação a 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF;

3. Após os registros de praxe e considerando o informado na certidão retro, acautelem-se os autos em secretaria pelo período de 30 (trinta) dias. Recebida a resposta do ofício, ou decorrido o prazo, façam-se os autos conclusos.

OSVALDO SOWEK JÚNIOR

PORTARIA Nº 28, DE 1.º DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu órgão infra-assinado, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição (arts. 127 e 129) e a Lei Complementar 75/93 (arts. 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 38 e 39), na forma da Resolução 87/06 do CSMPF, e considerando a representação formulada por Emmanuelle Melina Barbosa de Sousa Marinho;

INSTAURA o INQUÉRITO CIVIL n.º 1.28.000.001277/2012-65 com o seguinte objeto: Educação. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A CEF estaria exigindo a fiança solidária quando a Lei 10.260/01 garante a alternativa da fiança simples ao estudante.

Registre-se. Autue-se. Comunique-se à 1.ª CCR/MPF. Publique-se no Diário Oficial da União, no sistema Único e no site da PR-RN.

JOSÉ SOARES
Procurador da República

PORTARIA N° 85, DE 31 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000198/2011-12, cujo objeto consiste em apurar representação formulada por ELEAQUIM SILVA DA COSTA e CLAUDIA COELHO DA SILVA, na qual afirmam que são assentados no lote 223 da Comunidade Oliveira Sena, no PA Moju I e II, morando na localidade há 7 anos. Ocorre que em razão do acometimento de doença por parte do primeiro representante, houve necessidade de realização de tratamento médico em Santarém e que, nesse tempo, o lote fora invadido por uma pessoa chamada Zilmo.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA N° 88, DE 1° DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000215/2011-11, cujo objeto consiste em apurar representação formulada por MARIA DAS DORES COLARES JOSEPH, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santarém em face de ato praticado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM - SEMSA, que teria promovido o fechamento do serviço público de saúde denominado - Unidade Básica de Saúde do SESI, e com tal medida impôs à população local dificuldades de acesso ao atendimento à saúde e, consequentemente, a sua exposição a riscos de agravamento do estado de adoecimento dos cidadãos.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 112, DE 27 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000350/2012-10, a partir do protocolo de atendimento TD 133/2012 (PRM-BNU-SC-00005196/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, as seguintes diligências iniciais:

1. Oficie-se à interessada, solicitando que efetue consulta com médico do SUS, ao qual deverá requerer as prescrições médicas e entregar questionário a respeito das mesmas.

Após os registros de praxe, afixe-se cópia desta portaria no mural acessível ao público, publique-se na página virtual da Procuradoria da República neste Estado, encaminhe-se para publicação no órgão oficial e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA N° 114, DE 1° DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, alíneas a, c e d, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando a responsabilidade tripartite prevista na Lei nº 8.080/90, inserindo-se o objeto do presente procedimento no rol de atribuições do Ministério Público Federal, uma vez que a questão envolve a conduta dos órgãos gestores municipal e estadual do Sistema Único de Saúde, que indeferiu o pedido dos medicamentos Levofloxavin, Azitronicina, Acetilcisteina afetando o interesse individual indisponível relacionado à assistência farmacêutica, um dos campos de atuação do SUS;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação, referidos no item c acima;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000363/2012-81, a partir da representação protocolizada sob o nº PRM/BNU-SC 00005339/2012, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 115, DE 1° DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, alíneas a, c e d, e no art. 7º, I, da Lei Complementar n. 75/93;

c) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 1.33.001.000365/2012-70, a partir do protocolo de atendimento TD 143/2012 (PRM-BNU-SC-00005338/2012), para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, afixe-se cópia desta portaria no mural acessível ao público, publique-se na página virtual da Procuradoria da República neste Estado, encaminhe-se para publicação no órgão oficial e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

PORTARIA Nº 142, DE 2 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República abaixo firmado, com fundamento no artigo 129, VI, da Constituição Federal e artigos nº 6º, VII, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e o artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar indícios de irregularidades da não emissão de Escritura de Compra e Venda de imóvel localizado no Município de Limoeiro do Norte, após liquidação de débito junto à COHAB, no Município de Limoeiro do Norte/CE, resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.15.001.000062/2012-75 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins do artigo 6º da resolução nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos artigos 4º, VI e 7º, § 2º, II da Resolução nº 23/07/CNMP.

LUIZ CARLOS OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 152, DE 2 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo firmado, com fundamento no artigo 129, VI, da Constituição Federal e artigos nº 6º, VII, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e o artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar denúncia de superlotação na carceragem da delegacia pública da Comarca de Russas/CE , resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.15.001.000088/2012-13 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins do artigo 6º da resolução nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos artigos 4º, VI e 7º, § 2º, II da Resolução nº 23/07/CNMP.

LUIZ CARLOS OLIVEIRA JUNIOR

ATA DA 234ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2012

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, a partir das 10h00min, na sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, sala 307 - Brasília/DF, a Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do M.P.F., reuniu-se, em sua 234ª Sessão Ordinária, com a presença do Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira (Coordenador) e Dr. Francisco Xavier Pinheiro Filho, Membros titulares deste Colegiado, e do Dr. Moacir Guimarães Morais Filho e Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, Membros suplentes. Justificadas as ausências dos demais Membros, Dra. Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre, titular, e Dr. José Adércio Leite Sampaio, suplente. O Coordenador declarou aberta a 234ª Sessão, dando início à apresentação do Projeto de Modernização da 1ª Câmara de Coordenação - PMPC-CR pelo Secretário Executivo desta Câmara. O principal objetivo do PMPCCR é a materialização das diretrizes a serem delineadas no Planejamento Temático da 1ª CCR. Foram objeto de deliberações: 1) APROVAÇÃO DO PMPCCR - Decisão: aprovado. 2) DATA DA PRIMEIRA OFICINA DO PLANEJAMENTO TEMÁTICO DA 1ª CCR, SUGERIDA NOS DIAS VINTE E UM E VINTE E DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DOZE - Decisão: aprovada a referida data. 3) ADAPTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA 1ª CCR À MODERNIZAÇÃO - Decisão: nomeação do Dr. Moacir Guimarães como relator da minuta de revisão do Regimento Interno, tendo o cuidado de o texto produzido não colidir com a Resolução nº 20 do CSMPF. 4) DATA DE REALIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL - Decisão: a previsão é realizá-lo em setembro. 5) PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE VOTOS - Decisão: as minutas dos votos deverão ser padronizadas para facilitar a inclusão no Sistema Único. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às 12h30min, da qual eu, Wagner Vinícius de Oliveira Miranda, Secretário designado para o ato, lavrei a presente ata.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA
Coordenador da Câmara

FRANCISCO XAVIER PINHEIRO FILHO
Titular

MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO
Suplente

FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO
Suplente

WAGNER VINICIUS DE OLIVEIRA MIRANDA
Secretario Executivo

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 119, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da CF/88;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, POR ADIEL DE CAMPOS FERREIRA, EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES/AP, DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL (FNAS). TOMADA DE CONTAS ESPECIAL N.º 018.655/2009-5. ACÓRDÃO N.º 2942/2010-TCU 1ª CÂMARA. OFÍCIO N.º 891/2011-TCU/SECEX-AP.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MIGUEL DE ALMEIDA LIMA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 1, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Expediente PRM-ILH-BA nº 2914/2012.
Instauração de Inquérito Civil.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o teor do Expediente nº PRM-ILH-BA nº 0002914/2012, que noticia a existência de processo administrativo disciplinar em trâmite para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos por servidores da CEPLAC, em razão de incompatibilidade de horários, o que acarretaria possíveis prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura responsabilidades administrativas e civis decorrentes de suposta acumulação ilegal de cargos públicos por servidores da CEPLAC (Ilhéus/BA), em razão de incompatibilidade de horários e possíveis prejuízos acarretados ao erário."

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) Considerando que o procedimento administrativo disciplinar ainda encontra-se em curso, acautelem-se os autos em cartório com o sobrestamento do feito pelo período de 60 (sessenta) dias, após o qual deverão os autos retornar conclusos.

d) O inteiro teor do procedimento administrativo disciplinar deverá ser autuado como ANEXO aos autos principais.

Nomeio o Técnico Administrativo Daniel Freitas Muniz Ferreira, matrícula nº 19.798-0, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 69, DE 4 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000100/2011-99

I) O presente procedimento versa sobre o não repasse das contribuições sociais descontadas da remuneração dos funcionários (e prestadores de serviço) do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Acaraú, durante o exercício de 2003.

II) A condução do mesmo seguia o disposto na Resolução CSMPF no 87/2006, em sua redação originária, a qual instituía prazo de 60 (sessenta) dias para sua tramitação, prorrogável sem limitação

III) Em 6/4/2010, foi editada a Resolução CSMPF no 106/2010, que dispõe o prazo de 90 (noventa) dias, para a prorrogação dos procedimentos administrativos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

IV) Assim, com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a CONVERSÃO do presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL.

V)Determino, ainda, seja oficiado o TCM, requisitando cópia, preferencialmente em meio eletrônico, da documentação que serviu de base para as conclusões constantes do item 7.1.1 da Informação da Inspetoria de Controle Externo: (Consignações Previdenciárias repassadas ao Órgão. (fl. 26 dos autos do processo 2003.ACR.PCS.09451/04).

VI)Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado.

VII) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VIII)Designo o chefe do setor processual para secretariar o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO
Procurador da República

PORTARIA Nº 70, DE 4 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000104/2011-77

I) O presente procedimento foi instaurado a partir de instaurado a partir de ofício enviado pela FUNAI informando conflito existente entre a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala e um senhor conhecido por José Xavier, relata a representação que tais conflitos ocorreram durante a entrega de material à Escola Tremembé da localidade Saquinho.

II) A condução do mesmo seguia o disposto na Resolução CSMPF no 87/2006, em sua redação originária, a qual instituía prazo de 60 (sessenta) dias para sua tramitação, prorrogável sem limitação

III) Em 6/4/2010, foi editada a Resolução CSMPF no 106/2010, que dispõe o prazo de 90 (noventa) dias, para a prorrogação dos procedimentos administrativos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

IV) Assim, com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a CONVERSÃO do presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL.

V)Determino, ainda, seja oficiado a FUNAI, requisitando informações atualizadas acerca dos fatos relatados na representação, devendo esclarecer ainda se já foi atendida a requisição da comunidade, notadamente no que se refere a reforma do prédio em que funciona a Escola Indígena.

VI)Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado.

VII) Encaminhe-se cópia da presente à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VIII)Designo o chefe do setor processual para secretariar o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO
Procurador da República

PORTARIA Nº 71, DE 4 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000106/2011-66

I) O presente procedimento noticia a realização de audiência pública no Município de Crateús referente ao Estudo de Impacto Ambiental e os respectivos Relatório de Impactos Ambientais - EIA/RIMA do Projeto de Construção da Barragem Fronteiras, processo nº 10075712-0, de interesse do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas.

II) A condução do mesmo seguia o disposto na Resolução CSMPF no 87/2006, em sua redação originária, a qual instituía prazo de 60 (sessenta) dias para sua tramitação, prorrogável sem limitação

III) Em 6/4/2010, foi editada a Resolução CSMPF no 106/2010, que dispõe o prazo de 90 (noventa) dias, para a prorrogação dos procedimentos administrativos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

IV) Assim, com base no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a CONVERSÃO do presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL.

V)Determino, ainda, seja oficiado a SEMACE, requisitando informações acerca do resultado da audiência supradita.

VI)Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado.

VII) Encaminhe-se cópia da presente à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VIII)Designo o chefe do setor processual para secretariar o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO
Procurador da República

PORTARIA Nº 74, DE 5 DE AGOSTO DE 2012

Ref. procedimento no 1.15.003.000136/2012-53

I) O presente procedimento versa sobre o não repasse das contribuições sociais descontadas da remuneração paga aos funcionários (e prestadores de serviço) do Fundo Municipal da Cultura de Cruz/CE, durante o ano de 2009.

II) Assim, considerando que tais fatos já foram constatados no âmbito de tomada de contas realizada pelo TCM-CE e levando em conta o disposto no artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal e artigos 1o e 2o, 5o a 7o, 38 e 41 da Lei complementar no 75/93, determino a INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos.

III)Determino, ainda, sejam oficiados:

i) o TCM, requisitando cópia, preferencialmente em meio eletrônico, da documentação que serviu de base para as conclusões constantes do item 5.0 da Informação Técnica Inicial nº 7.199/2011 - das receitas e despesas extraorçamentárias (Não repasse integral a quem de direito dos valores consignados no montante de R$4.822,14 referente ao INSS (fl. 05 do Acórdão nº 5702/2011, proferido nos autos do processo 2009.CRU.PCS.10344/10).

ii) a Prefeitura Municipal de Cruz, para que apresente documentação idônea comprovando o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 5702/2011.

IV)Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado.

V) Encaminhe-se cópia da presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial.

VI)Designo o chefe do setor processual para secretaria o presente feito.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA N° 201, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Resolução nº 13, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução nº 77, do Conselho Superior do Ministério Público Federal,

CONSIDERANDO que foi instaurado procedimento administrativo destinado a verificar a procedência de notícia apócrifa, segundo a qual a Secretaria de Saúde de Aparecida de Goiânia teria firmado contrato milionário, sem licitação, com a IDETC, para a qual estariam sendo direcionadas as verbas do SUS, em prejuízo dos médicos e prestadores de serviços, que estariam sem receber, dentre outras irregularidades;

CONSIDERANDO que por requisição do Ministério Público Federal o Departamento Nacional de Auditoria do SUS realizou a Auditória nº 12.101, a fim de verificar a procedência das possíveis irregularidades no contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia/GO e o Instituto de Desenvolvimento Técnico e Humano - IDTECH e encaminhou cópia do seu relatório de conclusão a esta Procuradoria da Republica.

CONSIDERANDO que são passíveis de apuração pelo Parquet Federal as seguintes constatações do relatório citado no paragrafo anterior: a) constatação nº192199 (A prefeitura contratou com a IDETCH sem aprovação do Conselho Municipal de Saúde); b) constatação nº 192895 (não foram apresentados relatórios de acompanhamento e avaliação do contrato de gestão com a IDETCH) e c) constatação nº 192912 (o serviço de tele consulta, que é caracterizado como serviço de atenção básica foi pago com recursos da Saúde destinados a serviços de média e alta complexidade, conforme contrato de gestão 18742/2009).

CONSIDERANDO que tais constatações podem caracterizar ato de improbidade, tipificado na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que o dano gerado ao fundo federal, de acordo com a constatação nº 192912, é de R$ 2.719.656,21 (dois milhões, setecentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos);

Resolve CONVERTER O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de dar continuidade às diligências necessárias a colher elementos indispensáveis para subsidiar a atuação do Ministério Público Federal, pelo que

DETERMINA, desde logo:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público, o qual deve ser vinculado, no Sistema Único, à área de atuação "tutela coletiva", fazendo as anotações pertinentes na capa dos autos e nos registros desta Procuradoria da República;

b) encaminhe-se ao Procuradoria Regional dos Direito do Cidadão - PRDC, cópia das constatações nº´s 192046, 192044, 192039, 191901, 191902 e 192100, contidas no relatório de conclusão da Auditoria nº 12.101 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, para que tome as providências pertinentes;

c) encaminhe-se ao Ministério Publico Estadual de Goiás cópia da constatação nº 192006 do relatório de conclusão da Auditoria nº 12.101 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, para que tome as providências pertinentes;

d) requisite-se ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS cópia digitalizada dos documentos que levaram as constatações nº`s 192199, 192895 e 192912, contidas no relatório de conclusão da Auditoria nº 12.101;

d) comunique-se, por e-mail, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da instauração do inquérito civil público;

e) publique-se na página do Núcleo de Combate à Corrupção na internet; e

HELIO TELHO CORRÊA FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 139, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei Complementar n.º 75 de 1993 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis nos termos do caput do artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88 e artigo 1º do Estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar n.º 75 de 1993 - LC 75/93);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil (artigo 6º, XIV, "f" da LC 75/93), mormente para a proteção do patrimônio público e social (artigo 129, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/1988);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades constatadas pela Controladoria-Geral da União - CGU relacionadas ao Contrato de Repasse n.º 0141029-94, firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, e o Município de Cáceres/MT, com o objetivo de pavimentação asfáltica de ruas da cidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e registro da presente portaria e das peças de informação que a acompanham;

II - seja remetido ofício à Procuradoria Regional da República na 1.ª Região solicitando informações acerca da existência de Ação Penal Pública Incondicionada promovida em desfavor do Prefeito Municipal de Cáceres/MT, Sr. Túlio Aurélio Campos Fontes, pela prática dos crimes previstos no art. 1.º, inciso III do Decreto-Lei n.º 201/1967 e art. 89 da Lei n.º 8.666/1993, em razão de irregularidades constatadas pela Controladoria-Geral da União - CGU relacionadas ao Contrato de Repasse n.º 0141029-94, firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, e o Município de Cáceres/MT, com o objetivo de pavimentação asfáltica de ruas da cidade. Caso a ação penal tenha sido proposta e já tenha havido instrução probatória, requesta-se o encaminhamento de cópias das provas produzidas para fins de propositura da Ação de Improbidade Administrativa correspondente, esclarecendo-se que os autos de IPL n.º 0097/2011 já estão acostados ao presente Inquérito Civil Público;

III - a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR - do Ministério Público Federal sobre a instauração do presente Inquérito Civil Público - ICP, conforme disposição do art. 6º da Resolução n.º 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

IV - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República pelo prazo de 10 (dez) dias;

V - a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial.

DENISE NUNES ROCHA MÜLLER SLHESSARENKO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 48, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando o disposto no inciso III do art. 1º, e no caput dos arts. 5º e 6º da Constituição Federal;

e) considerando o teor da representação protocolizada sob n. 2973/2012 e autuada como Peça de Informação n. 1.21.004.000049/2012-99, que informa a ocupação irregular de área pertencente à União por pessoas em situação de vulnerabilidade social, cuja realocação para novas unidades habitacionais foi prometida pela Secretaria de Estado de Habitação;

DETERMINO:

Converta-se a Peça de Informação n. 1.21.004.000049/2012-99 em Procedimento Administrativo, cujo objeto é "PFDC - Acompanhar realocação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ocupantes irregulares de área pertencente à União, para novas unidades habitacionais".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo o Analista Processual Jean Carlos Piloneto para atuar nesse procedimento administrativo como secretário, enquanto lotado neste ofício.

Junte-se aos autos o documento n. 4002/2012 - PRM-CRA-MS.

Para instruir este procedimento administrativo, determino que se oficie à Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, por seu secretário, Sr. Carlos Marun, encaminhando cópia do documento n. 4002/2012 - PRM-CRA-MS, para que se manifeste, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, sobre as informações de que o imóvel em que seria realocado o Sr. Francisco Ortiz e sua família não possui condições de moradia e se há outros imóveis na mesma situação, bem como informe as providências tomadas para a entrega dos imóveis em perfeitas condições de uso e o prazo necessário para tanto, instruindo a resposta ao ofício com registro fotográfico do local.

Com a resposta ou esgotado o prazo das solicitações, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 49, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista nos arts. 5º, I, V, "a" e 6º, VII, "d", da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando o disposto nos artigos 6º, "caput", 194, 196, 197, 198, 199 e 200, da Constituição Federal;

d) considerando ainda o disposto nos artigos 6º, I, "d", 19-M e 19-N, da Lei nº 8.080/90;

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito civil, cujo objeto é "Tutela da Saúde - PFDC - Apurar irregularidades e omissões no encaminhamento de cirurgias plásticas corretivas pós gastroplastia (cirurgia de redução de estômago), pela Secretaria de Estado de Saúde".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos no art. 4º, § 4º e art. 5º, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino:

1) a reiteração do ofício n. 747/2012/MPF/CRA/MRS (fl. 18);

2) seja expedido ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá e à Secretaria de Estado de Saúde, requisitando as seguintes informações, no prazo de 20 (vinte) dias: i) lista das pessoas que aguardam pela cirurgia plástica corretiva pós gastroplastia, com nome, endereço, telefone e tempo de espera; ii) o tempo médio de espera para realização da cirurgia; iii) lista das pessoas que realizaram o procedimento nos últimos 06 (seis) meses, especificando a data do pedido e a data da realização da cirurgia; iv) quais os procedimentos adotados para facilitar o acesso dos cidadãos de Corumbá/MS e Ladário/MS à referida cirurgia.

Após, com as respostas aos ofícios ou esgotado o prazo, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 50, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista nos arts. 5º, III, "d" e "e" e 6º, VII, "a", "c" e "d", da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando a lavratura do Auto de Infração n. 567771-D, pelo IBAMA em desfavor da ALL América Latina Logística Malha Oeste S.A;

d) considerando o Laudo de Constatação n. 001/2012, confeccionado pela Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário - FUNTERRA, identificando grande acúmulo de matagal ao longo do trecho, assim como lixo inorgânico - sacolas plásticas, garrafas plásticas e pneus - em baixa concentração espalhado nas margens da ferrovia, apresentando grande tempo de decomposição;

e) considerando o ofício n. 28/2012/E.R.CRBA/IBAMA/MS e a Carta nº 178/GEJUR/2012, esta subscrita pela empresa ALL América Latina Logística, acostados à representação n. 2069/2012;

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "PFDC - Verificar o cumprimento de medidas determinadas pelo IBAMA à empresa ALL América Latina Logística para evitar/reparar dano ambiental e riscos à saúde pública, decorrentes da ausência de limpeza da faixa de domínio público da linha férrea".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

A fim de instruir o inquérito, determino:

1. Expeça-se ofício ao IBAMA, encaminhando cópia do OF/GAB/FUNTERRA/Nº . 127/2012 e do Laudo de Constatação 001/2012, solicitando, no prazo de 20 (vinte) dias:

a) cópia do Auto de Infração n. 567771-D, para instruir o presente inquérito; e

b) informações sobre o integral cumprimento das notificações n. 550918-B e 550921-B, bem como das demais recomendações da autarquia federal, declarado pela empresa ALL (enviar cópia do documento)

Com a resposta ao ofício ou escoado o prazo para cumprimento, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 52, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil, a Ação Civil Pública e expedir recomendações para a proteção do Patrimônio Público e Social, do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal dos arts. 5º, I, "h", III, e V, "b", 6º, VII, "a" e "b", XIV, "g", e XX, da Lei Complementar nº 75/93);

b) que, de acordo com o art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;;

c) que, segundo o art. 37, II, da mesma Lei Complementar, o Ministério Público Federal exercerá as suas funções nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses das populações indígenas, do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional;

d) considerando o Ofício n. 993/12 - GAB/2ºPJCC, que encaminhou o Inquérito Civil n. 36/2011, instaurado pelo Ministério Público Estadual;

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "Tutela do Meio Ambiente - 4ª CCR - Apurar a ocorrência de dano ambiental causado pela construção da Pousada Southwild Acampamento da Onça Ltda, às margens do Rio Piquiri (interestadual), em área de preservação permanente, no Município de Corumbá/MS."

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino:

1) que seja expedido ofício à empresa Southwild, com cópia do Relatório Especial de Missão (fls. 56-59), solicitando informações, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre a localização e regularidade ambiental do acampamento "Southwild Pantanal", anunciado em sua página na internet (encaminhar cópia), bem para informar a regularidade do empreendimento objeto do Relatório referido, encaminhando cópia dos documentos pertinentes, especialmente licença ambiental, ou, em caso de se tratar de empreendimento irregular, informar as providências adotadas para reparar o dano ambiental causado pelo funcionamento irregular do denominado "Acampamento da Onça", na margem esquerda do Rio Piquiri, encaminhando cópia dos documentos respectivos;

2) expeça-se ofício também à Agropecuária Santana (Rua Antônio Maria, n. 414, Corumbá/MS), proprietária da Fazenda Santana, encaminhando cópia do Relatório Especial de Missão (fls. 56-59), solicitando informações sobre os fatos, especialmente se anuiu com a utilização da área, bem como as providências adotadas para reparar o dano ambiental causado pelo funcionamento irregular do denominado "Acampamento da Onça", explorado pela empresa Southwild, em Área de Preservação Permanente, uma vez que responsabilidade pela reparação do dano ambiental é "propter rem", podendo ser exigida do proprietário do imóvel;

3) Junte-se impressão da página da internet da empresa Southwild, com informações para contato e relação dos acampamentos administrados, obtidas em: "http://southwild.com/ourCamps.html" e "http://southwild.com/contactUs.html".

Após, com as respostas ou esgotado o prazo concedido, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 53, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista nos arts. 5º, III, "d" e 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando que a presente peça de representação foi autuada em 04 de maio de 2012, com fulcro no ofício n. 028/2012/E.R.CRBA/IBAMA/MS;

b) considerando insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI da Resolução n. 87/2010 do CSMPF;

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "Tutela do Meio Ambiente - 4ª CCR - Verificar o cumprimento de medidas determinadas pelo IBAMA para regularizar o transporte de produto mineral pela BR 262, de modo a evitar o lançamento de resíduos sólidos e poluição atmosférica".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino:

1. reiteração do ofício n. 847/2012/MPF/CRA/MS/MRS, com a advertência de que o descumprimento da requisição poderá ensejar a instauração de inquérito policial para apuração de eventual cometimento de crime previsto no art. 10 da Lei 7.347/85.

2. seja expedido ofício ao IBAMA solicitando informações sobre o integral cumprimento, pela empresas Vale, MMX e Votorantin, das medidas determinadas nas notificações n. 550915, 550920, 550916, 55017, 55019;

3. extraiam-se os documentos de fls. 03/10, 33 e 44/53, por tratarem de assunto diverso (danos à saúde decorrentes da ausência de limpeza da faixa de domínio da linha férrea), juntando-os ao Inquérito Civil n. 1.21.004.000075/2012-17, certificando-se nos presentes autos.

Com as respostas aos ofícios ou decorrido o prazo concedido, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 54, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil, a Ação Civil Pública e expedir recomendações para a proteção do Patrimônio Público e Social, do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal dos arts. 5º, I, "h", III, e V, "b", 6º, VII, "a" e "b", XIV, "g", e XX, da Lei Complementar nº 75/93);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) que, de acordo com o art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;;

c) que, segundo o art. 37, II, da mesma Lei Complementar, o Ministério Público Federal exercerá as suas funções nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses das populações indígenas, do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional;

d) considerando o Ofício n. 992/12 - GAB/2ºPJCC, que encaminhou o Inquérito Civil n. 27/2011, instaurado pelo Ministério Público Estadual;

DETERMINO:

Registre-se e autue-se esta Portaria como Inquérito Civil, cujo objeto é "Tutela do Meio Ambiente - 4ª CCR - Apurar irregularidade na construção de moradia a jusante do Porto Nova Vida, em área de preservação permanente, à margem esquerda do Rio Paraguai".

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos no art. 5º, art. 6º e art.16, § 1º, I, da Resolução CSMP nº 87/2010.

Designo para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor Jean Carlos Piloneto.

A fim de instruir o inquérito, determino que seja solicitada pesquisa à Assessoria de Pesquisa e Análise - ASSPA/PR/MS para que se obtenha o endereço atualizado do investigado.

Após, retornem os autos conclusos.

MÁRIO ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 153, DE 22 DE AGOSTO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a Peça Informativa autuada sob o nº 1.22.009.000301/2012-82 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: apurar possível irregularidade oriunda da relação entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Doce - CISDOCE e o Hospital Municipal Divino Espírito Santo no Município de Divino das Laranjeiras, MG.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007, observando o caráter sigiloso de sua tramitação.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LAENE PEVIDOR LANCA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 56, DE 14 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatário, Carolina Bonfadini de Sá, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a representação informando a existência de Ensino a Distância irregular ministrado pelos docentes da Fundação Hermínio Ometto UNIARARAS em Camanducaia/MG.

CONSIDERANDO que o representante aduz que se matriculou no referido curso e que, após consulta ao sítio eletrônico do MEC, teve ciência que não havia registro do curso no órgão competente;

CONSIDERANDO, ainda, a indissociável matéria em torno do tema, sobre preceito constitucional da Educação, o que enseja a apuração pelo Parquet;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

DeterminA a instauração de Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 2º, II, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público. Após os registros de praxe do Inquérito Civil Público no sistema ÚNICO desta PRM-Pouso Alegre/MG, determino as seguintes providências:

Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

Oficie-se ao representante, dando-lhe ciência do teor da defesa da fundação representada, facultando-se-lhe manifestar no prazo de 15 (trinta) dias.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

CAROLINA BONFADINI DE SÁ

PORTARIA Nº 57, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatário, Carolina Bonfadini de Sá, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a representação de Nilton Mattos Fragoso Filho, a qual noticia a possível prática de abuso do poder econômico por parte da empresa Alcoa Alumínio S.A..

CONSIDERANDO que o representante aduz que referida empresa pleiteai junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI patentear modelos de perfis de alumínio que há muito existem no mercado e por isso já configuram domínio público.

CONSIDERANDO o parecer emitido pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão que reconheceu esta Procuradoria como legítima a prosseguir na condução deste procedimento administrativo.

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

DeterminA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 2º, II, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público. Após os registros de praxe do Inquérito Civil Público no sistema ÚNICO desta PRM-Pouso Alegre/MG, determino as seguintes providências:

Remeta-se, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da presente portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

Oficie-se ao representado, facultando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas, bem como formular alegações e apresentar documentos, em analogia ao art. 3º da lei n.º 9.784/99, ou ainda manifestar vontade de ser ouvido pessoalmente nesta Procuradoria da República, para nesta oportunidade apresentar sua defesa;

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

CAROLINA BONFADINI DE SÁ

PORTARIA Nº 168, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão das Peças Informativas nº 1.22.003.000801/2010-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível tráfego de veículo de carga com excesso de peso em Rodovia Federal;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N° 23, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.23.001.000368/2011-79 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, apurar supostas irregularidades noticiadas por ex-alunos dos Cursos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Marabá/PA no que concerne à situação cadastral da mencionada Universidade junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACÊDO

PORTARIA N° 24, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o nº 1.23.001.000229/2010-64 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, averiguar, a partir de Relatório de Fiscalização da PRF, as condições de trafegabilidade da BR-153, especialmente no que toca ao estado de conservação e à realização de serviços revitalização.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, Ie II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

LUANA VARGAS MACÊDO

PORTARIA Nº 164, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nas Peças de Informação nº 1.23.002.000444/2012-17, autuadas a partir de notícia de possível comércio ilegal de madeira;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes das referidas Peças de Informação, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - Requisite-se fiscalização do IBAMA a notícia de fls. 03, destacando que a Lei Complementar 140/2011 não afastou a atribuição comum de fiscalização (art. 17, § 3º).

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 60, DE 8 DE AGOSTO DE 2012

Ref. o Procedimento Administrativo nº 1.24.000.001878/2011-36

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, o Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, tendo por objeto apurar possíveis irregularidades relacionadas aos procedimentos licitatórios de n.º 10/2007, 10/2009 e 12/2009, deflagradas pelo município de Massaranduba/PB.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

b) Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão , a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

c) Proceda-se à publicação do conteúdo da Portaria retro no link "www.prpb.mpf.mpf.gov.br/menu-superior/institucional/atos-mpf";

d) Proceda-se ao cumprimento da determinação contida no Despacho n.º 1305/2012/MPF/PRM-CG;

e) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 61, DE 8 DE AGOSTO DE 2012

Ref. o Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000002/2012-43

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, o Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, o qual tem por escopo apurar possíveis irregularidades relacionadas às licitações Carta Convite n.º 006/2004, Carta Convite nº 041/2004, Carta Convite nº 009/2005, Carta Convite nº 033/2005, Carta Convite nº 034/2005, Carta Convite nº 035/2005, Carta Convite nº 036/2005, Carta Convite nº 011/2006, Carta Convite nº 018/2006 e Carta Convite nº 007/2007 (fls. 78/80), deflagradas pelo município de Monteiro/PB, da qual teriam participado várias empresas investigadas na Operação Fachada e na Operação I-licitação, a saber: CM Construções Miranda Ltda, Somar Construtora, Status Construções Ltda, Diagonal Construções Ltda, Construtora Ipanema, e Construtora Mouriah Ltda.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

b) Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão , a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

c) Proceda-se à publicação do conteúdo da Portaria retro no link "www.prpb.mpf.mpf.gov.br/menu-superior/institucional/atos-mpf";

d) Proceda-se ao cumprimento da determinação contida no Despacho n.º 1307/2012/MPF/PRM-CG;

e) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 62, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

Ref. o Procedimento Administrativo nº 1.24.001.000249/2011-89

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Converter, com espeque no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e art. 4º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, o Procedimento Administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, tendo por objetivo apurar possíveis irregularidades relacionadas às licitações (carta-convite) n.ºs 009/2005, 001/2008, 002/2008 e 004/2008, deflagradas pelo município de Prata/PB, das quais teriam participado três empresas investigadas na Operação Fachada (Construtora Mouriah Ltda, Diagonal Construções Ltda. e C.M. Construções Miranda Ltda), bem como a empresa Construtora Planalto Ltda, investigada na Operação I-Licitação.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução n.º 87/2006 - CSMPF;

b) Proceda-se a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão , a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006;

c) Proceda-se à publicação do conteúdo da Portaria retro no link "www.prpb.mpf.mpf.gov.br/menu-superior/institucional/atos-mpf";

d) Proceda-se ao cumprimento da determinação contida no Despacho n.º 1328/2012 - MPF/PRM-CG;

e) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 763, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo aos membros da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea "b" e XIV, alínea "d", da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita no Ofício da Saúde da Tutela Coletiva o procedimento administrativo nº 1.30.001.000399/2012-76, instaurado a fim de apurar supostas irregularidades no atendimento médico prestado pelo INTO, com eventual dano ao direito constitucional à saúde decorrente da noticiada inadequação do serviço público de saúde;

CONSIDERANDO a existência de questões a serem dirimidas, com a imprescindibilidade da realização de novas diligências investigatórias ou a conclusão de diligências já determinadas;

Resolve, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, converter em INQUÉRITO CIVIL o procedimento administrativo nº 1.30.001.000399/2012-76, para o prosseguimento das investigações, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1.Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2.Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

3.Para fins de prosseguimento da regular instrução do presente feito:

3.1.Oficie-se ao CREMERJ com cópia integral do presente feito para que, no âmbito de suas atribuições, realize uma avaliação no atendimento prestado ao paciente, no âmbito do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO, notadamente com vistas a verificação da existência de eventuais irregularidades no atendimento médico prestado, bem como a verificação das condições/adequações dos serviços médicos disponibilizados.

4. Após, acautele-se na DITC pelo prazo máximo de 40 dias aguardando-se a vinda da resposta ora requisitada.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA

PORTARIA Nº 764, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se Inquérito Civil Público a partir das Peças de Informação autuadas sob o nº 1.30.001.004715/2012-89, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração de possíveis irregularidades nos processos de licitação na modalidade pregão eletrônico realizados pela UFRJ.

Determina que sejam comunicadas à 5ª CCR e à PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, IV, E 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina, ainda, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

MARCIA MORGADO MIRANDA
Procuradora da República

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 19, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei Complementar nº. 75/93 e da Resolução-CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPF nº. 106/2010, e

CONSIDERANDO que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte o procedimento administrativo autuado sob o nº. 1.28.000.000050/2012-01, cujo objeto consiste em apurar o problema da proliferação de gatos no campus central da UFRN;

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Por fim, publique-se a presente portaria no site da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR/MPF (ordem jurídica - matéria constitucional e infraconstitucional).

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PORTARIA Nº 21, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei Complementar nº. 75/93 e da Resolução-CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPF nº. 106/2010, e

CONSIDERANDO que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte o procedimento administrativo autuado sob o nº. 1.28.000.001192/2011-04, cujo objeto consiste em apurar suposta omissão do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES - HUOL na prestação efetiva dos serviços em alta complexidade cardiovascular;

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Por fim, publique-se a presente portaria no site da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR/MPF (ordem jurídica - matéria constitucional e infraconstitucional).

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PORTARIA N° 33, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Procedimento Administrativo nº 1.28.000.000294/2012-85. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput, e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1°, 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei Complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106/2010 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe apura denúncias de irregularidades na execução do Programa Mais Educação, vinculado ao FNDE/ME, pela gestão da Escola Estadual Sebastião Fernandes de Oliveira, da rede pública estadual do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que ainda há diligências que devem ser realizadas e cumpridas para a formação do convencimento deste órgão ministerial;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Como PROVIDÊNCIAS, determino a realização das seguintes diligências:

A - Oficie-se à Coordenação geral de contabilidade e acompanhamento de prestação de contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE solicitando que informe se as contas do Programa Mais Educação, apresentadas pela Escola Estadual Sebastião Fernandes de Oliveira, da rede pública estadual no Rio Grande do Norte, referentes aos exercícios de 2009 a 2011, foram aprovadas;

B - Oficie-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE enviando cópia da denúncia de fl. 04 e requisitando a realização de auditoria na Escola Estadual Sebastião Fernandes de Oliveira, da rede pública estadual no Rio Grande do Norte, localizada nesta Capital, para fins de verificação da regular aplicação dos recursos do Programa Mais Educação, relativos aos anos de 2009 a 2011.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 372, DE 15 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente Peça Informativa.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.29.000.001360/2012-05, tendo como objeto Manutenção, por parte de Rui Sérgio Ungaretti, de pássaros silvestres em cativeiro, em desacordo com licença obtida. AI 497189-D, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e a peça informativa que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ENRICO RODRIGUES DE FREITAS

PORTARIA Nº 374, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75, de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o Inquérito Civil Público nº 1.29.000.002121/2011-83, para promover ampla apuração dos fatos noticiados. Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que seja oficiado, conforme minutas, com cópia integral dos autos: a) ao DNPM; e b) à FEPAM.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

NILO MARCELO DE ALMEIDA CAMARGO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 10, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Interessado:Comunidades Indígenas da Terra Indígena Rio Branco e Guaporé. Assunto: Pedido de providências acerca de suposto atraso injustificável no andamento de pedido de ingresso em TIs, a fim de desenvolvimento de projeto de caráter etnomusical.

O Excelentíssimo Senhor Leandro Zedes Lares Fernandes, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigos 5o, III, "e" e 6ª VII, "c"da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO reunião realizada na sede deste Ofício, em 15 de agosto do corrente, na qual compareceram os indígenas Armando Jabuti, Raul Tupari e Agnaldo Macurap, acompanhados de Ricardo Pamfilio de Sousa, representante da Associação de Arte, Meio Ambiente, Educação e Idosos (AMEI), na qual foi relatado atraso na condução de procedimento, no âmbito da FUNAI, destinado à obtenção de autorização para desenvolvimento de trabalho de preservação da memória musical de povos indígenas da Terra Indígena Rio Branco e Guaporé (pedidos protocolados junto à FUNAI sob os nºs 086200321462012-71, 086200020222011-80 e 086200321462012-71);

CONSIDERANDO o interesse das comunidades na preservação de sua memória cultural, bem como o relatado risco de desaparecimento de conhecimentos tradicionais, pela morte dos anciãos das tribos;

CONSIDERANDO a necessidade de informações preliminares necessárias à melhor definição/dimensionamento da atuação deste membro;

Resolve

INSTAURAR Procedimento Administrativo para apurar os fatos, em ordem a viabilizar eventuais medidas judiciais e/ou extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registrem-se e autuem-se os documentos ora anexados, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria.

2. oficie-se à Presidência da FUNAI, em Brasília, requisitando-lhe informações/esclarecimentos sobre o caso, em especial a razão da alegada demora, além de cópia integral do procedimento no prazo de 20 dias;

DAR CIÊNCIA à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente.

LEANDRO ZEDES LARES FERNANDES

PORTARIA Nº 18, DE 9 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho (art. 4º, inciso II, "d", do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos de forma adequada (CF, artigo 175, inciso IV);

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.987/95 dispõe, em seu art. 6º, que "toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato", entendendo, nos termos do § 1º, que "serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas";

CONSIDERANDO que são serviços ou atividades essenciais à população, o tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis (artigo 10 da lei 7.783/89);

CONSIDERANDO as diligências requisitadas por este Órgão Ministerial, presentes na Peça de Informação, Único PR/RO - 00010383/2010.

Resolve

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com objetivo de apurar a suposta ausência de distribuição de energia elétrica por parte da empresa ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA para a Comunidade rural da Vila Agrícola Novo Ji-Paraná/RO.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. Aponha-se na capa o seguinte resumo: "Apurar a suposta ausência de distribuição de energia elétrica por parte da empresa ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA para a Comunidade rural da Vila Agrícola Novo Ji-Paraná/RO ".

2. Após, expeça-se ofício à ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, localizada na Av. Imigrantes, nº 4137, Bairro: Industrial, CEP: 76.82-063, Porto Velho/RO, acompanhado de cópias do Ofício CTA-PLPT-059/2011e Ofício n. 77/SEMURF/PMJP/12, nos seguintes termos:Senhor(a) Diretor(a) Presidente,

Em 23 de janeiro de 2012, este Órgão Ministerial requisitou a expedição de ofício à Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Ji-Paraná/RO, a fim de que a mencionada secretaria respondesse aos questionamentos contidos no Ofício CTA-PLPT-059/2011 e encaminhasse respostas a esta Procuradoria da República e à empresa ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA.

Em resposta às solicitações feitas por este Parquet, a Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Ji-Paraná/RO encaminhou, em 19/04/2012, para este Órgão Ministerial, as respostas relativas aos questionamentos presentes no Ofício CTA-PLPT-059/2011.

Face ao acima exposto, requer-se que a empresa de distribuição de energia elétrica, ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar do recebimento, responda ao seguinte questionamento: quais medidas foram adotadas para a implantação de energia elétrica na Vila Agrícola Novo Ji-Paraná/RO, após o recebimento das respostas contidas no Ofício n 77/SEMURFH/PMJP/12.

3. Expeça-se ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica, acompanhado de cópia do Ofício n. 0810/2011/PGE-ANEEL/PGF/AGU, nos seguintes termos:

Senhor(a) Presidente,

A Procuradoria Geral da ANEEL informou, em 14 de dezembro de 2011, por meio do Ofício n. 0810/2011/PGE-ANEEL/PGF/AGU, que após consultar a Secretaria de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), foi informado por esta instituição que não foi programada nenhuma fiscalização para o ano de 2011 com o objetivo de verificar o cumprimento das metas dos programas de universalização e luz para todos na concessionária CERON, todavia, tal fiscalização deverá ser programada para o ano de 2012, já que a revisão tarifária da empresa se dará em 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Face às alegações acima esposadas, requer-se que a referida Agência Nacional Reguladora, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento, responda se já foi realizada a fiscalização programada para o ano de 2012, a fim de verificar o cumprimento das metas dos programas de universalização e luz para todos na concessionária ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA.

Após a vinda das informações requisitadas ou decurso do prazo, venham os autos conclusos para análise e deliberação.

Comunique-se a presente medida à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 26, DE 16 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da CF/88;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho (art. 4º, inciso II, "d", do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a Lei Federal no 6.538/2005, de 22 de junho de 1978, assegura a todos o direito à prestação do serviço postal e do serviço de telegrama;

CONSIDERANDO o termo de declarações nº 006/2010 que noticiou demora na fila dos Correios em Itapuã do Oeste, tendo em vista a inexistência de sistema de atendimento por senha naquele estabelecimento e o fato de não serem entregues as correspondências comuns e outras cobranças além das contas de energia elétrica da Central Elétrica de Rondônia (CERON) nas respectivas residências.

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando apurar eventuais falhas na distribuição de correspondência domiciliária e no atendimento prestado pelos CORREIOS no município de Itapuã do Oeste/RO;

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente.

2. Apor na identificação do ICP o seguinte resumo: Inquérito Civil Público instaurado com o objetivo de apurar eventuais falhas no atendimento prestado pelos Correios no município de Itapuã do Oeste/RO, no que tange a inexistência de sistema de atendimento por senha e quanto a entrega apenas e tão somente de contas de energia elétrica da CERON nas residências.

3. Expeça-se ofício à Diretoria Regional da EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT) em Rondônia, requisitando-lhes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do recebimento (art. 8, § 5º da LC 75/93), informar a esta Procuradoria da República:

a) quais os regramentos normativos que regulamentam o serviço de distribuição domiciliar de correspondências (anexando-os);

b) encaminhar dados acerca do serviço de distribuição domiciliar de correspondências no município de Itapuã do Oeste/RO, se existentes (dados gerais);

c) o motivo da inexistência de sistema de atendimento por senhas nos Correios do município de Itapuã do Oeste/RO, tendo em vista que a ausência deste provoca grande demora no atendimento (anexe a legislação correspondente a implementação ou não do sistema de atendimento por senha nos Correios);

d) Caso não seja possível a implementação de sistema de senhas, de que outra forma os Correios se utilizam para agilizar o atendimento ao público e evitar transtornos e demora excessiva;

d) o motivo de os Correios de Itapuã do Oeste/RO não realizarem a entrega de correspondências comuns e outras cobranças em domicílio, mas apenas e tão somente das contas de energia elétrica da CERON;

e) Quanto à entrega de correspondência encaminhada via SEDEX, por qual razão estas não são entregues nas residências dos destinatários, sendo necessária a sua retirada na agência do Correio em Itapuã do Oeste/RO. De que forma o Correio informa ao destinatário a data da chegada da mercadoria na agência e momento para ir buscá-la?

Após a vinda das informações acima, voltem-me os autos conclusos.

Comunique-se esta instauração à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

WALQUÍRIA IMAMURA PICOLI

PORTARIA N° 83, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO . Converte em inquérito civil público o procedimento administrativo instaurado para apurar denúncias de não-prestação de serviço público de saúde às pessoas com deficiência por parte da Prefeitura de São Felipe D'Oeste/RO, bem como supostas irregularidades no transporte dos pacientes.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e;

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, inc. III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/93), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na carta magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando o fundamento da dignidade da pessoa humana, bem como os compromissos assumidos pelo constituinte originário consistentes na redução das desigualdades sociais e na promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, incs. III e IV, da CR/88);

Considerando ser incumbência do Ministério Público garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição da República, tomando as medidas que reputar necessárias para tanto (art. 2º da Lei Complementar n. 75/93);

Considerando que à Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cabe a obediência irrestrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos de aplicação inconteste na prestação de serviço público por seus servidores;

Considerando a existência de Procedimento Administrativo n. 1.31.000.000440/2012-87, autuado a partir da denúncia proferida pela Sra. Andreia Félix Barbosa, que relata o descaso na prestação de serviço público de saúde às pessoas com deficiência levado a efeito pelo Município de São Felipe D'Oeste/RO.

Resolve:

I - CONVERTER o presente procedimento administrativo em inquérito civil público, com o escopo de "apurar denúncias de não-prestação de serviço público de saúde às pessoas com deficiência pela Prefeitura de São Felipe D'Oeste/RO, bem como supostas irregularidades no transporte dos pacientes".

II - Após a conversão, OFICIE-SE à Prefeitura de São Felipe D'Oeste/RO, requisitando, com prazo de 10 (dez) dias úteis para a resposta, as informações e providências abaixo elencadas, e esclarecendo as consequências do não cumprimento da requisição:

a) a existência de meio de transporte adequado para o deslocamento dos pacientes que necessitam de tratamento em localidades fora do referido Município;

b) em caso negativo, as medidas que estão sendo adotadas pela Municipalidade para a solução da questão;

c) em caso positivo, o encaminhamento de cópia(s) do(s) registro(s) do(s) veículo(s) utilizado(s) no referido serviço;

d) os dados pessoais (nomes, endereços e telefones) atualizados dos beneficiários do transporte de pacientes que necessitam de tratamento em localidades fora do referido Município.

Com as respostas ou decurso dos prazos, VOLTEM-ME os autos conclusos para análise e posteriores providências.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PORTARIA N° 103, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

PEÇA DE INFORMAÇÃO N. 1.31.000.001369/2010-98. CONVERSÃO DE PEÇA DE INFORMAÇÃO. EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. Converte em inquérito civil público peça de informação autuada a partir de cópia do Processo n. 23118.002371/2009-61, da UNIR, tratando sobre possíveis ilegalidades cometidas no projeto "Proposta do Programa Tríplice Aliança UNIR/UAA/UNA de Ciências e Tecnologia".

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República ao final assinada, no uso de suas atribuições constitucionais e institucionais, e

Considerando as atribuições relativas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, inc. III, da CR/88);

Considerando ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

Considerando o fundamento da dignidade da pessoa humana, bem como os compromissos assumidos pelo constituinte originário consistentes na redução das desigualdades sociais e na garantia do desenvolvimento nacional (art. 3º, incs. II e III, da CR/88);

Considerando a existência de Peça de Informação n. 1.31.000.001369/2010-98, autuada a partir de cópia do Processo n. 23118.002371/2009-61, da UNIR, tratando sobre possíveis ilegalidades cometidas no projeto "Proposta do Programa Tríplice Aliança UNIR/UAA/UNA de Ciências e Tecnologia".

Considerando que, em sede de peça de informação, não se logrou realizar todas as diligências necessárias à apuração do fato trazido, estando o prazo para tanto vencido.

Resolve:

Converter em inquérito civil público peça de informação autuada a partir de cópia do Processo n. 23118.002371/2009-61, da UNIR, tratando sobre possíveis ilegalidades cometidas no projeto "Proposta do Programa Tríplice Aliança UNIR/UAA/UNA de Ciências e Tecnologia".

Após regularização da situação do procedimento, VOLTEM-ME os autos conclusos.

RENATA RIBEIRO BAPTISTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 10, DE 12 DE JUNHO DE 2012

PRM-MII-SP-00002374/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o mesmo artigo 6.º acima citado estabelece, em seu inciso XIV, competir ao Ministério Público da União: "XIV - promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: (...) c) à ordem social";

CONSIDERANDO o êxito e a eficácia social havidos com o Projeto intitulado Mutirão da Cidadania, realizado pela Procuradoria da República no Município de Marília;

CONSIDERANDO o sucesso dos 9 (nove) Mutirões da Cidadania do Ministério Público Federal no Município de Marília e região, os quais totalizaram mais de 5.000 (cinco mil) atendimentos prestados;

CONSIDERANDO que a região da Zona Sul de Marília, possui grande número de pessoas carentes, necessitando dos mais elementares serviços públicos;

CONSIDERANDO que a Procuradoria da República em Marília em parceria com a ONG Marília Transparente - MATRA promoverá no dia 24 de novembro de 2012, o 10º Mutirão da Cidadania em Marília, na Zona Sul, em Marília/SP.

CONSIDERANDO que as diversas reclamações, denúncias e consultas recebidas da população, em especial de pessoas necessitadas, acabam por exigir providências dos Poderes Públicos, razão pela qual faz-se necessária a completa documentação de todos os atos do Mutirão;

Resolve, com base no art. 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto acompanhar as atividades referentes ao 10º Mutirão da Cidadania do Ministério Público Federal no Município de Marília a ser realizado no dia 24 de novembro de 2012 na Zona Sul da cidade de Marília/SP.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) Autuação, registro e distribuição por prevenção, nos termos do art. 1º, inciso IV, da Resolução nº 104 do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Para tanto, sugere como ementa: "CIDADANIA. 10º MUTIRÃO DA CIDADANIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA. Acompanhamento das atividades referente ao 10º Mutirão da Cidadania em Marília a ser realizado na Zonal Sul. Parceria ONG Marília Transparente - MATRA.

b) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

d) a designação dos servidores André Luís T. S. de Castro, Josiane Aparecida Rodrigues, Técnicos Administrativos e Maurício M. Narazaki, Analista Administrativo, como Secretários, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP;

e) expedição de ofício à EMEF Prof.ª Nicácia Garcia Gil, solicitando autorização para uso da referida escola, no dia 24 de novembro de 2012, para realização do 10º Mutirão da Cidadania em Marília.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 26, DE 30 DE JULHO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público [nº 08123.080045/99-24]. [PRM-BAU-SP-000000 /2012]

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando a documentação encartada nos autos do Procedimento Preparatório nº 108123.080045/99-24, instaurado para apuração de irregularidade praticada no Hospital de Conchas, acerca de desvio de verbas federais e cobrança de procedimentos hospitalares de pacientes atendidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de diligência para complemento das informações, bem como o fato de ainda não terem sido apresentadas respostas aos ofícios encaminhados ao DENASUS, PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS e DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DRS-VI, na qual foram requisitadas informações sobre as irregularidades constatadas no Relatório de Auditoria nº 991 do DENASUS, em especial no parecer técnico de fls. 558/562, bem como sobre as medidas adotadas visando solucionar tais irregularidades;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto adotar as medidas extrajudiciais e/ou judiciais que se mostrarem necessárias ao ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao SUS, bem como a sanar as irregularidades constatadas pelo DENASUS, caso ainda existentes, e a imposição de responsabilidade civil, penal e administrativa, se cabíveis.

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria, inclusive a conversão do Procedimento Preparatório nº 08123.080045/99-24 em Inquérito Civil Público;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação do servidor Paulo Andretto, Técnico Administrativo, como secretário, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

d) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

FABRÍCIO CARRER

PORTARIA Nº 28, DE 3 DE AGOSTO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil Público [nº 1.34.003.000482/2007-19]. [PRM-BAU-SP-000000 /2012]

O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III - Lei Complementar nº 75/93, art. 5º, V, "a");

Considerando a documentação encartada nos autos das Peças de Informação nº 1.34.003.000482/2007-19, noticiando supostas irregularidades irregularidades praticadas pelas operadoras de telefonia celular, que não estariam obedecendo os limites de radiação das ERBs (antenas) situadas no município de Bauru.

CONSIDERANDO a existência de ERBs em outros municípios abrangidos na área de atribuição desta Procuradoria da República;

CONSIDERANDO a omissão da ANATEL na fiscalização das antenas e dos níveis de radiação, bem como a incapacidade de os municípios realizarem o controle "in loco", limitando-se a analisar a documentação encaminhada pelas operadoras;

CONSIDERANDO a necessidade de complemento das informações, bem como o fato de ainda não ter sido apresentada resposta ao ofício encaminhado à ANATEL, na qual foram requisitadas informações sobre as fiscalizações realizadas nas ERBs;

CONSIDERANDO reunião agendada com o requerente, Sr. Antônio Luiz da Silveira Aagard, usuário de implante coclear, cujo equipamento tem sofrido constantes interferências das antenas de telefonia celular

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto adotar as medidas que se mostrarem necessárias para obrigar a ANATEL a realizar as fiscalizações nas antenas de telefonia celular instaladas nos municípios afetos à Procuradoria da República no Município de Bauru, visando ainda a regularização das ERBs antenas que eventualmente não estiverem em conformidade com as normas legais.

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciados as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria, inclusive a conversão das Peças Informativas nº 1.34.003.000482/2007-19 em Inquérito Civil Público;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação do servidor Paulo Andretto, Técnico Administrativo, como secretário, para fins de auxiliar na instrução do presente Inquérito;

d) seja aberta imediata vista dos autos após a juntada de resposta ao ofício nº 902/2012, de 25.07.2012 (fl. 412)

e) seja certificado o cumprimento das diligências aqui determinadas.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

FABRÍCIO CARRER

PORTARIA Nº 29, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

PRM-SSP-SP-00003900/2012. Autos nº 1.34.015.000407/2008-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final identificado, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e iv) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 2º, §6º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e o art. 4º, §§1º e 2º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal estabelecem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7º da Resolução nº 23/07 e o §4º da Resolução nº 87/10, já mencionadas, a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo nº 1.34.015.000407/2008-08 tem por objeto apurar a prática de ato de improbidade administrativa na execução do Programa de Reformas, Melhorias e Ampliação de Unidades Habitacionais de Interesse Social, no Bairro João Paulo II, no Município de São José do Rio Preto/SP;

CONSIDERANDO a possibilidade de servidores públicos terem se apropriado ou desviado, em proveito próprio ou de terceiros, de recursos financeiros oriundos do Programa de Crédito Associativo da Caixa Econômica Federal e destinados ao programa supra citado;

CONSIDERANDO que no presente caso decorreu prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias mais diligências investigativas;

Resolve, com base no art. 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, e diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 5º e 19, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INSTAURAR, por meio da presente PORTARIA, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a prática de ato de improbidade administrativa na execução do Programa de Reformas, Melhorias e Ampliação de Unidades Habitacionais de Interesse Social, no Bairro João Paulo II, no Município de São José do Rio Preto/SP.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as devidas alterações na etiqueta de autuação e no Sistema Único quanto ao objeto do presente, feitas as anotações necessárias quanto aos autos registrado sob o nº 1.34.015.000407/2008-08, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2010, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação da servidora Ana Maria Estartere Assola de Carvalho, Técnica Administrativa, para fins de auxiliar na instrução do presente IC; e

d) seja aguardada a realização da perícia já solicitada na área de Engenharia Civil.

Publique-se, também, na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

ELEOVAN CESAR LIMA MASCARENHAS

PORTARIA Nº 30, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta do Procedimento Administrativo nº 1.34.014.000434/2011-88, DETERMINA a conversão deste procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventual formação de cartel regional no fornecimento de merenda escolar. Determina-se ainda o registro da presente Portaria e a comunicação da instauração do ICP à 3ª CCR, acompanhada de cópia desta Portaria para fins de publicação, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06.

RICARDO BALDANI OQUENDO

PORTARIA Nº 31, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta do Procedimento Administrativo nº 1.34.014.000012/2012-93, instaurado a partir de representação de vereador do município de Monteiro Lobato, DETERMINA a conversão do referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar a prestação de serviço público referente a entrega postal domiciliar na Avenida Visconde de Sabugosa, no município de Monteiro Lobato. Determina-se ainda o registro da presente Portaria e a comunicação da instauração do ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, acompanhada de cópia desta Portaria para fins de publicação, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06.

RICARDO BALDANI OQUENDO

PORTARIA Nº 54, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR DA REPÚBLICA infrafirmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

CONSIDERANDO os arts. 4º, caput, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e 1º e 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o teor da representação formulada por adquirentes de unidades habitacionais do Condomínio Residencial Guedes e Tonani, inicialmente, junto à Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto;

CONSIDERANDO que tal expediente, protocolado nesta procuradoria da República, deu origem às presentes peças informativas nº 1.34.010.000165/2011-90, distribuídas a este gabinete;

CONSIDERANDO não ser o caso, por ora, de ajuizamento de ação, de compromisso de ajustamento de conduta, de recomendação, de arquivamento ou de declínio de atribuição,

RESOLVE instaurar inquérito civil público com o fim de apurar irregularidades por parte da Caixa Econômica Federal no cumprimento de suas obrigações contraídas nos contratos de financiamento relativos ao Condomínio Residencial Guedes e Tonani;

Mantida a autuação e a numeração originais, ADOTEM-SE as seguintes providências:

(1) comunique-se a instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

(2) registre-se e publique-se esta portaria, nos termos do art. 4º, caput, VI, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se a afixação, por pelo menos 30 dias, de cópia da portaria no átrio desta procuradoria da República.

Após, venham novamente conclusos para determinação das diligências iniciais.

ANDRÉ MENEZES

PORTARIA Nº 57, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR DA REPÚBLICA infrafirmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

CONSIDERANDO os arts. 4º, caput, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e 1º e 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da representação formulada via de denúncia anônima;

CONSIDERANDO que tal expediente, protocolado nesta procuradoria da República, deu origem às presentes peças informativas nº 1.34.010.000810/2008-79, distribuídas a este gabinete;

CONSIDERANDO não ser o caso, por ora, de ajuizamento de ação, de compromisso de ajustamento de conduta, de recomendação, de arquivamento ou de declínio de atribuição,

RESOLVE instaurar inquérito civil público com o fim de apurar malversação de verba pública federal enviada à FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DA ALTA MOGIANA - FUNDAM, no município de Sertãozinho/SP, por parte de seu presidente PAULO SÉRGIO GAREFA.

Mantida a autuação e a numeração originais, ADOTEM-SE as seguintes providências:

(1) comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

(2) registre-se e publique-se esta portaria, nos termos do art. 4º, caput, VI, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se a afixação, por pelo menos 30 dias, de cópia da portaria no átrio desta procuradoria da República.

Após, venham novamente conclusos para determinação das diligências iniciais.

ANDRÉ MENEZES

PORTARIA Nº 59, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR DA REPÚBLICA infrafirmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

CONSIDERANDO os arts. 4º, caput, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e 1º e 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da representação formulada pela Controladoria-Geral da União (CGU);

CONSIDERANDO que tal expediente, protocolado nesta procuradoria da República, deu origem às presentes peças informativas nº 1.34.010.000815/2010-16, distribuídas a este gabinete;

CONSIDERANDO não ser o caso, por ora, de ajuizamento de ação, de compromisso de ajustamento de conduta, de recomendação, de arquivamento ou de declínio de atribuição,

RESOLVE instaurar inquérito civil público com o fim de apurar irregularidades na execução de programas vinculados ao Ministério da Educação no município de Batatais/SP.

Mantida a autuação e a numeração originais, ADOTEM-SE as seguintes providências:

(1) comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

(2) registre-se e publique-se esta portaria, nos termos do art. 4º, caput, VI, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se a afixação, por pelo menos 30 dias, de cópia da portaria no átrio desta procuradoria da República.

Após, venham novamente conclusos para determinação das diligências iniciais.

ANDRÉ MENEZES

PORTARIA Nº 81, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR DA REPÚBLICA infrafirmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

CONSIDERANDO os arts. 4º, caput, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e 1º e 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da representação encaminhada pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF;

CONSIDERANDO que tal expediente, protocolado nesta procuradoria da República, deu origem às presentes peças informativas nº 1.34.010.000992/2010-01, distribuídas a este gabinete;

CONSIDERANDO não ser o caso, por ora, de ajuizamento de ação, de compromisso de ajustamento de conduta, de recomendação, de arquivamento ou de declínio de atribuição,

RESOLVE instaurar inquérito civil público com o fim de apurar possível descumprimento de decreto expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel pela empresa Embratel.

Mantida a autuação e a numeração originais, ADOTEM-SE as seguintes providências:

(1) comunique-se a instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF;

(2) registre-se e publique-se esta portaria, nos termos do art. 4º, caput, VI, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se a afixação, por pelo menos 30 dias, de cópia da portaria no átrio desta procuradoria da República.

Após, venham novamente conclusos para determinação das diligências iniciais.

ANDRÉ MENEZES

PORTARIA Nº 93, DE 25 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR DA REPÚBLICA infrafirmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

CONSIDERANDO os arts. 4º, caput, II, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e 1º e 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da representação formulada pela Santa Casa de Misericórdia de Barretos-SP.

CONSIDERANDO que tal expediente, protocolado nesta procuradoria da República, deu origem às presentes peças informativas nº 1.34.010.000360/2012-09, distribuídas a este gabinete;

CONSIDERANDO não ser o caso, por ora, de ajuizamento de ação, de compromisso de ajustamento de conduta, de recomendação, de arquivamento ou de declínio de atribuição,

RESOLVE instaurar inquérito civil público com o fim de apurar pedido de ajuizamento de ação civil pública em face da União, visando compelir esta a arcar com as despesas necessárias ao atendimento da população de Barretos e região na área da saúde.

Mantida a autuação e a numeração originais, ADOTEM-SE as seguintes providências:

(1) retifique-se a autuação, fazendo constar vinculação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e não à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão;

(2) comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

(3) registre-se e publique-se esta portaria, nos termos do art. 4º, caput, VI, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se a afixação, por pelo menos 30 dias, de cópia da portaria no átrio desta procuradoria da República.

Após, venham novamente conclusos para determinação das diligências iniciais.

ANDRÉ MENEZES

PORTARIA Nº 297, DE 27 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Procurador da República José Leão Júnior enviou o Ofício nº PR/SP nº 54.892/2012, datado de 13 de agosto de 2012, ao Procurador da República Coordenador da Divisão de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, informando a possibilidade de se colher do Inquérito Policial nº 0006507-87.2010.403.6181 a potencial prática de atos de improbidade administrativa pelo agente de Polícia Federal Marcelo Teodoro Alves (fl. 03);

CONSIDERANDO que o Procurador da República José Leão Júnior, inclusive, ofereceu denúncia em desfavor de Marcelo Teodoro Alves, Wanderley Aranha e Fábio Augusto de Sales, cujos autos estão tramitando na 10ª Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO que a espécie pode identificar, em tese, a prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem nenhum prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que toda a hipótese deve ser devidamente esquadrinhada e que devem ser identificados todos os agentes públicos e/ou terceiros que concorreram para a(s) aventada(s) prática(s) ilícita(s), até para desvelar prejuízo ao patrimônio público (erário) e/ou a prática de ato(s) de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), viabilizando eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais;

CONSIDERANDO que a ação de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por agente público é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 5º da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças de Informação nº 1.34.001.005390/2012-11 (art. 5o, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. No mais, encaminhe-se requerimento de vista dos autos nº 0006507-87.2010.403.6181, que tramita em segredo de justiça, à 10ª Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, inclusive para a extração de cópia integral.

Com a juntada da cópia, retornem-me os autos conclusos para nova deliberação, inclusive para eventual decretação de sigilo dos autos.

RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 405, DE 24 DE AGOSTO DE 2012

Alterar parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe forma delegadas pela Portaria PGT nº 372, de 14 de setembro de 2007,

Considerando a necessidade de adequar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, definida pela Portaria nº 280, de 13/07/2005 - DOU, de 15/07/2005, Seção 1, alterada pela Portaria nº 348, de 29/09/2008 - DOU, de 30/09/2008, Seção 1, resolve:

Art. 1º - Alterar parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, na forma descriminada no anexo.

Art. 2º - Republicar a estrutura da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, na forma discriminada, em anexo.

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			NOVA SITUAÇÃO		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE			GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE	
1	Procurador-Chefe	S/REM	1	Procurador-Chefe	S/REM
1	Chefe de Gabinete	CC 03	1	Chefe de Gabinete	CC 03
	ASSESSORIA JURÍDICA			ASSESSORIA JURÍDICA	
1	Assessor Jurídico- Chefe	CC 04	1	Assessor Jurídico- Chefe	CC 04
1	Função de Confiança	FC 02	1	Assessor Jurídico	FC 02
				ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	
1	Função de Confiança	FC 02	1	Assessor Chefe	FC 02
				ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL	
1	Assessor	CC 01	1	Chefe	CC 01
1	Cargo em Comissão	CC 01			
	DIRETORIA-REGIONAL			DIRETORIA-REGIONAL	
1	Diretor-Regional	CC 04	1	Diretor-Regional	CC 04
1	Função de Confiança	FC 02	1	Assistente Nível II	FC 02
				SECRETARIA DE APOIO À DIRETORIA-REGIONAL	
			1	Chefe	CC 01
1	Função de Confiança	FC 02			
				SETOR DE ANÁLISE PERICIAL-ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
1	Cargo em Comissão	CC 02	1	Chefe	CC 02
1	Cargo em Comissão	CC 02	1	Cargo em Comissão	CC 02
				SETOR DE CÁLCULOS	
1	Função de Confiança	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	Programa de Saúde e Assistência Social - PLAN-ASSISTE			Programa de Saúde e Assistência Social - PLAN-ASSISTE	
1	Gerente	FC 02	1	Gerente	FC 02
	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO			DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	
1	Diretor de Divisão	CC 03	1	Diretor de Divisão	CC 03
	SETOR DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA			SETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	
1	Chefe de Setor	FC 03	1	Chefe de Setor	CC 01
	SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS			SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	CC 01
	SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO			SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SETOR DE TRANSPORTE			SETOR DE TRANSPORTE	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVO			SETOR DE PROTOCOLO	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO			DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO	
1	Diretor de Divisão	CC 02	1	Diretor de Divisão	CC 02
	SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS			SETOR DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE CUSTOS LEGIS				
1	Diretor de Secretaria	CC 02			
	SETOR DE PAUTAS				
1	Chefe de Setor	FC 02			
	SECRETARIA DA CODIN			SECRETARIA DA COORDENADORIA DE ATUAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU	
1	Diretor de Secretaria	CC 02	1	Diretor de Secretaria	CC 02
	SETOR DE APOIO AO SECRETÁRIO			SETOR DE APOIO AO SECRETÁRIO	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SETOR DE ASSESSORIA AO PROCURADOR			SETOR DE ASSESSORIA AO PROCURADOR	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SETOR DE EXECUÇÃO E TRAMITAÇÃO			SETOR DE EXECUÇÃO E TRAMITAÇÃO	
1	Chefe de Setor	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SETOR DE AUDIÊNCIAS			SETOR DE AUDIÊNCIAS	
1	Secretário de Audiências	FC 02	1	Secretário de Audiências	FC 01
1	Secretário de Audiências	FC 02	1	Secretário de Audiências	FC 01
1	Secretário de Audiências	FC 02	1	Secretário de Audiências	FC 01
			1	Secretário de Audiências	FC 01
				SECRETARIA DA COORDENADORIA DE ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU	
			1	Chefe	CC 02
				SETOR DE PAUTAS	
			1	Chefe de Setor	FC 02
				SETOR DE APOIO	
1	Função de Confiança	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
				SETOR DE ASSESSORAMENTO DE ÓRGÃO INTERVENIENTE	
1	Função de Confiança	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
				SETOR DE ASSESSORAMENTO DE ÓRGÃO AGENTE	
1	Função de Confiança	FC 02	1	Chefe de Setor	FC 02
	SECRETARIAS DE PTM			SECRETARIAS DE PTM	
2	Cargo em comissão	CC 01			
5	Diretor de Secretaria	FC 02	8	Diretor de Secretaria	FC 02

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.571, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 353 / 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 127 e artigo 129, inciso III e VI da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII, artigo 8º e artigo 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem por missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO foi concebido constitucionalmente como instituição indispensável para a garantia dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo da Representação nº 000418.2011.01.006/6 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora relacionadas a condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - CODEMAT e a Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET elegeram o setor da construção civil como meta de atuação integrada visando à redução e eliminação das doenças e acidentes profissionais e mortes no setor, bem como à tomada de medidas impeditivas da precarização das relações laborais;

CONSIDERANDO que tal eleição resultou na elaboração do Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Indústria da Construção Civil

CONSIDERANDO que referido Programa Nacional surgiu da necessidade de uma atuação preventiva e repressiva em face das empresas deste setor econômico devido ao aumento do número de acidentes laborais e ao crescimento de irregularidades nas relações de trabalho;

CONSIDERANDO que com relação ao Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, ressalta-se a importância de exigir não só sua elaboração, mas seu efetivo cumprimento e implantação;

CONSIDERANDO que o Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, embora tenha sido um avanço em termos de segurança e saúde do trabalho na indústria da construção, apresenta-se, na maioria das vezes, como uma série de papéis que não retratam a realidade da obra, os seus riscos e as medidas de proteção que devem ser adotadas em cada etapa ou fase da construção;

CONSIDERANDO que neste ponto cumpre destacar que o Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT é um programa de segurança que tem por objetivos: garantir, por ações preventivas, a integridade física e a saúde do trabalhador da construção, trabalhadores terceirizados, fornecedores e todas as pessoas que atuam direta ou indiretamente na realização de uma obra ou serviço e estabelecer um sistema de gestão em segurança do trabalho nos serviços relacionados à construção, por meio da definição de atribuições e responsabilidades à equipe que irá administrar a obra;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO objetiva no caso em tela o restabelecimento da ordem jurídica violada, mediante o cumprimento de normas mínimas revestidas de indisponibilidade absoluta, relacionadas à saúde e segurança no trabalho;

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que o artigo 21, inciso XXIV da Lei Fundamental da República estabelece que a União é competente para "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho";

CONSIDERANDO que o artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que "incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àqueles que exercem funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho";

CONSIDERANDO que, regularmente notificada, a procuradora da empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83, compareceu à Audiência Administrativa realizada no dia 05/05/2012, nesta Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, conforme Ata de fls. 35 e verso, oportunidade em que negou sua responsabilidade sobre a obra onde foram lavrados os autos de infração, recusando-se em firmar Termo de Ajustamento de Conduta nos moldes do artigo 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que em cumprimento à determinação contida no item I da Ata de Audiência de fls. 35 e verso, foi expedido "ofício requisitório à Gerencia Regional do Trabalho e Emprego em Niterói/RJ, a fim de que informe qual a empresa responsável pela obra inspecionada através do processo nº 46230.010228/2011-66, conforme item 18.2. e seu subitem da Norma Regulamentadora nº 18 - Industria da Construção do Ministério do Trabalho e Emprego, tudo para efeito de escorreita instrução do presente procedimento investigatório. A correspondência deverá ser encaminhada com copia da presente ata, do documento de fls. 19 e de fls. 24, sendo certo que a mesma deverá fazer menção à correspondência SEINT/GRTE/Niterói/OFICIO Nº 16", conforme se infere do documento de fls. 64;

CONSIDERANDO que a GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM NITERÓI encaminhou ao Parquet laboral o expediente de fls. 65/68, em atendimento à requisição ministerial consubstanciada no OFÍCIO PRT 1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/nº 83.503/2012 (fls. 64), oportunidade em que a autoridade fiscal competente informou que "a empresa que procedeu a comunicação prévia de acordo com a NR 18, item 18.2., fazendo-a em duas oportunidades foi a empresa IPP RESIDENCIAL ILE SAINT LOUIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA., CNPJ: 08.851.619/0001-11, conforme consta nos processo 46230.001054/2009-26 de 17/02/2009 e 46230.004322/2009-61 de 24/07/2009";

CONSIDERANDO que extrai-se do "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS" acostado às fls. 48/54 que a empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83 e a empresa IPP RESIDENCIAL ILE SAINT LOUIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrito na no CNPJ sob o número 08.851.619/0001-11 celebraram referido contrato, tendo por objeto "a prestação de serviços de construção civil, para suprir as necessidades da CONTRATANTE relativamente ao empreendimento "Residencial Ile Saint Louis", compreendendo a "execução de parte dos serviços de: Emboço, pintura, limpeza, administrativo e serviços de construção civil em geral", sendo certo que tais obras já foram concluídas;

CONSIDERANDO que resulta inequívoco dos autos que a obra denunciada às fls. 05 e inspecionada pelo Ministério do Trabalho e Emprego já foi concluída, conforme se infere do relatório de fiscalização de fls. 24 e da Ata de Audiência de fls. 35 e verso;

CONSIDERANDO que em cumprimento à determinação consubstanciada no Despacho de fls. 71 e verso, foi expedido novo ofício à Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói, solicitando o "encaminhamento de relação de todas as obras de construção civil em andamento e sob a responsabilidade da empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83 e da empresa IPP RESIDENCIAL ILE SAINT LOUIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrito na no CNPJ sob o número 08.851.619/0001-11, em consonância com o disposto no item 18.2. e seu subitem da Norma Regulamentadora nº 18 - Indústria da Construção Civil do Ministério do Trabalho e Emprego", conforme faz prova documento de fls. 72;

CONSIDERANDO que em resposta ao OFÍCIO/PRT1ª REGIÃO/PTM NITERÓI 602/nº 92.529/2012 de fls. 72, a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói encaminhou o Ofício SEINT/GRTE/Niterói Nº 166/2012 de fls. 74/140, oportunidade em que a autoridade fiscal competente informou que a empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83, comunicou no dia 20/01/2010 a "realização de uma obra iniciada em 01/11/2009 na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres nº 129 - Praia de Icaraí - Niterói - RJ, sob o CEI nº 51.205.41441/70 com a quantidade inicial de 12 (doze) funcionários, com data prevista para término em 30/12/2011", conforme faz prova documento de fls. 85;

CONSIDERANDO que a "COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE INÍCIO DE OBRA" de fls. 87 faz prova de que a empresa INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 01.925.030/0001-7, atualmente denominada JOÃO FORTES NITERÓI S/A (extratos em anexo), comunicou à Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói o início das obras do empreendimento imobiliário localizado na Rua Jornalista Alberto Francisco Torres nº 129, Icaraí, no município de Niterói/RJ, sendo certo que figura como "contratante" a empresa KLABIN SEGALL RIO DE JANEIRO 6 EMPREEENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 08.689.760/0001-60, atualmente denominada CONTEMPORANIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. (extrato em anexo e atos constitutivos de fls. 97/112), de acordo com o item 18.2. da Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, em 28/09/2009;

CONSIDERANDO que o expediente de fls. 88 faz prova de que a empresa INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 01.925.030/0001-7, , atualmente denominada JOÃO FORTES NITERÓI S/A (extratos em anexo), comunicou à Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói o início das obras do empreendimento imobiliário localizado na Rua Nóbrega nº 100, Jardim Icaraí, no município de Niterói/RJ, de acordo com o item 18.2. da Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, em 24/04/2012;

CONSIDERANDO que o expediente de fls. 89 faz prova de que a empresa INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 01.925.030/0001-7, , atualmente denominada JOÃO FORTES NITERÓI S/A (extratos em anexo), comunicou à Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Niterói o início das obras do empreendimento imobiliário localizado na Rua Domingues de Sá nº 325, Jardim Icaraí, no município de Niterói/RJ, de acordo com o item 18.2. da Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, em 24/04/2012;

CONSIDERANDO que o "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS" acostado às fls. 90/96 faz prova de vínculo jurídico estabelecido entre a empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83, a empresa CONTEMPORANIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 08.689.760/0001-60, e a empresa INCORPORADORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 01.925.030/0001-7, atualmente denominada JOÃO FORTES NITERÓI S/A (extratos em anexo), tendo por objeto "a prestação de serviços de construção civil, para suprir as necessidades da CONTRATANTE relativamente ao empreendimento "Contemporanium", localizado na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres nº 129, Icaraí, no município de Niterói/RJ;

CONSIDERANDO que analisando o SEINT/GRTE/Niterói/OFÍCIO Nº 166 de fls. 74, enviado pelo referido órgão federal responsável pela inspeção do trabalho, extrai-se que, efetivamente, foi empreendida ação fiscal no âmbito do canteiro de obras localizado na Rua Jornalista Alberto Francisco Torres nº 129, Icaraí, no município de Niterói/RJ, oportunidade em que foram lavrados 09 (nove) Autos de Infração pela autoridade fiscal, conforme se infere dos documentos de fls. 113/140;

CONSIDERANDO que o SEINT/GRTE/Niterói/OFÍCIO Nº 166 de fls. 74 não veio acompanhado de registros fotográficos correlatos ao Auto de Infração nº 020775482, ao Auto de Infração nº 020775490, ao Auto de Infração nº 020775504, ao Auto de Infração nº 020501609, ao Auto de Infração nº 020775474, ao Auto de Infração nº 020775466, ao Auto de Infração nº 020775440, ao Auto de Infração nº 020775431 e ao Auto de Infração nº 020775458, todos lavrados em desfavor da empresa investigada - CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que no caso tratado nos presentes autos há necessidade de continuação e aprofundamento das investigações pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO para apuração mais pormenorizada dos atos ilegítimos e irregulares denunciados por ofensa ao ordenamento jurídico pátrio;

RESOLVE, com espeque no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar nº 75/93 e no artigo 9º da Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000418.2011.01.006/6-602 em face da empresa CONSTRUTORA PINHEIRO PEREIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 29.004.934/0001-83, da empresa CONTEMPORANIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 08.689.760/0001-60, e da empresa JOÃO FORTES NITERÓI S/A, inscrita no CNPJ sob o número 01.925.030/0001-7, adotando-se para tanto as seguintes providências:A designação da servidora Susana da Silveira Mulin, ocupante do cargo de Analista Processual, lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretária do presente inquérito civil;

ÉRICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20ª REGIÃO

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000460.2012.20.000/0 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Emissão Irregular de atestados médicos de saúde ocupacional) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de A Profissional - Assessoria de Segurança, Psicológica e Medicina do Trabalho Ltda (CNPJ nº 08818.091/0001-89).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000524.2012.20.000/5 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios- Atraso ou não ocorrência do Pagamento) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de Viação Cidade de Aracaju Ltda (CNPJ nº 05.952.305/0001-17).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DO PROCURADOR-GERAL

PROTOCOLO 832/2012/DDJ/PGJM
NOTÍCIA-CRIME (PI)
EMENTA. SUPOSTA OCUPAÇÃO IRREGULAR DE PNR. SINDICÂNCIA INSTAURADA PELA OM. QUESTÕES ADMINISTRATIVAS. AUSÊNCIA DE CRIME MILITAR. HIPÓTESE DE ARQUIVAMENTO.

Notícia de supostas irregularidades na administração de imóveis funcionais pertencentes ao Hospital das Forças Armadas. Informação de favorecimento a "apadrinhados" e enriquecimento ilícito. A prática de crime militar foi afastada por Sindicância. Sugestão para elaboração de relatórios mensais de controle de pagamentos. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília- DF, 24 de agosto de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 60, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da 6ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.202514/12-36, que tem como interessados a Secretaria de Estado de Esporte e Força Olímpica, visando a apuração de possíveis danos ao erário em contratações visando a realização de eventos.

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 61, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da 6ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; Instaura Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.202513/12-73, que tem como interessados a Secretaria de Estado de Esporte e Federação Metropolitana de Judô - FEMEU, visando a apuração de possíveis danos ao erário em contratações visando a realização de eventos.

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 62, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da 6ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; Instaura Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.202515/12-07, que tem como interessados a Secretaria de Estado de Esporte e Federação de Tênis de Mesa do Distrito Federal, visando a apuração de possíveis danos ao erário em contratação visando a realização de evento.

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 192, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Promove ajustes na limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, incisos XXXIV e XXXIX do Regimento Interno/TCU, tendo em vista o disposto no art. 9º da LC nº 101, de 2000 (LRF), combinado com o art. 67 da Lei nº 12.465, de 2011 (LDO), e considerando as informações constantes do processo nº TC-002.139/2012-0, resolve:

Art. 1º Fica liberado para empenho e movimentação financeira o valor constante do Anexo I desta Portaria, havendo, em contrapartida, a indisponibilização de montante equivalente, nos termos apresentados no Anexo II deste ato, referente às ações consignadas ao Tribunal de Contas da União, na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 (LOA de 2012), publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER

ANEXO I

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
AMPLIAÇÃO DE LIMITE DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
Em Reais

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.032.0550.4018.0001 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	4.4.90.52	0100	4.325.600,00
Total			4.325.600,00

ANEXO II

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
Em Reais

Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
01.122.0550.13MD.0101 - Reforma do Edifício-Sede do Tribunal de Contas da União	4.4.90.51	0100	4.325.600,00
Total			4.325.600,00

PLENÁRIO

ATA Nº 31, DE 22 DE AGOSTO DE 2012
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às dezessete horas e sete minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausentes o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial, e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 30, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 15 de agosto corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A SESSÃO ORDINÁRIA

Foi transferido para a pauta da sessão ordinária realizada nesta data o processo nº TC-011.451/2008-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSO TRANSFERIDO DA SESSÃO ORDINÁRIA

Foi transferido da pauta da sessão ordinária realizada nesta data o processo nº TC-037.747/2011-8, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

No julgamento do processo nº TC-037.747/2011-8, nos termos do art. 168, § 6º, do Regimento Interno, foi autorizada a presença, na Sala das Sessões, do Dr. Guilherme Lopes Mair, procurador no referido processo.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2255, adotado no processo nº TC-011.415/2020-0, constante da Relação nº 31 do Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 2256, adotado no processo nº TC-021.640/2012-2, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 2257, adotado no processo nº TC-021.685/2012-6, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 2258, adotado no processo nº TC-002.901/2012-9, constante da Relação nº 32 do Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 2259, adotado no processo nº TC-015.449/2012-2, constante da Relação nº 42 do Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 2260, adotado no processo nº TC-006.952/2011-9, constante da Relação nº 40 do Ministro José Jorge;

Acórdão nº 2261, adotado no processo nº TC-029.384/2011-7, constante da Relação nº 40 do Ministro José Jorge;

Acórdão nº 2262, adotado no processo nº TC-019.674/2012-0, constante da Relação nº 42 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 2263, adotado no processo nº TC-019.527/2010-1, constante da Relação nº 35 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2264, adotado no processo nº TC-024.087/2007-5, constante da Relação nº 33 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2265, adotado no processo nº TC- 033.920/2011-7, constante da Relação nº 38 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

Acórdão nº 2266, adotado no processo nº TC-009.544/2012-7, constante da Relação nº 38 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

Acórdão nº 2267, adotado no processo nº TC-020.724/2012-8, constante da Relação nº 23 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2268, adotado no processo nº TC-013.913/2012-3, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo;

Acórdão nº 2269, adotado no processo nº TC-023.232/2012-9 , cujo relator é o Ministro Valmir Campelo;

Acórdão nº 2270, adotado no processo nº TC-023.704/2012-8 , cujo relator é o Ministro Valmir Campelo;

Acórdão nº 2271, adotado no processo nº TC-037.747/2011-8 , cujo relator é o Ministro Valmir Campelo; e

Acórdão nº 2272, adotado no processo nº TC-014.436/2011-6 , cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos processos nºs TC-011.415/2010-0 e TC-020.724/2012-8, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 2255 e 2267, a seguir transcritos.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo a esta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 31/2012 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2255/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI; 43, inciso I; e 53 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234, 235 e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência aos interessados.

1. Processo TC-011.415/2010-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei 8.443/1992)
1.3. Entidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda à adequação na distribuição de seus cargos DAS 1, 2 e 3, como forma de harmonizá-la aos ditames da Lei 8.460/1992, informando a este tribunal, por ocasião da apresentação do Relatório de Gestão 2012, o resultado das providências adotadas.
1.7.2. retirar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos.

RELAÇÃO Nº 23/2012 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2267/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos.
1. Processo TC-020.724/2012-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão: Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica - MD/CA.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 31/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Extraordinária de Caráter Reservado

ENCERRAMENTO

Às dezessete horas e vinte e sete minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário, em Substituição

Aprovada em 23 de agosto de 2012

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ATA Nº 33, DE 22 DE AGOSTO DE 2012
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausente o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 31, da sessão ordinária realizada em 15 de agosto corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Do Ministro Valmir Campelo

Participação, na condição de relator dos processos relacionados ao Mundial de Futebol de 2014, na última sexta-feira, em Porto Alegre, do Seminário "Obras de Mobilidade Urbana para a Copa do Mundo de 2014."

Do Ministro Augusto Nardes

Proposição, aprovada pelo Plenário, de fiscalização coordenada para a avaliação das ações de governança da Amazônia brasileira, a ser presidida pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, relator da Lista de Unidades Jurisdicionadas que abriga o Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos nºs:

TC-013.842/2012-9, pelo Ministro Raimundo Carreiro, para que a Coordenação-Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça suspenda o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 29/2011-SRP, no que se refere ao item3 (Solução de análise estatística e mineração de dados estruturados).

TC-022.991/2012-3, pelo Ministro Raimundo Carreiro, para que o Conselho Administrativo de Fesa Econômica (Cade), na qualidade de gerenciador da ata de registro de preços derivada do Pregão Eletrônico n.º 007/2012, abstenha-se de autorizar a adesão de quaisquer órgãos e entidades da administração pública na referida ata até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas neste processo de representação.

TC-015.980/2012-0, pelo Ministro José Jorge, para que a Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI suspenda imediatamente a Concorrência nº 14/2011 ou a execução financeira do contrato dela decorrente, caso este já tenha sido celebrado, até que o Tribunal delibere sobre o mérito das questões suscitadas naqueles autos.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 16 a 21 de agosto foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 014.322/2012-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 19 da Res. 175/2005
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 020.365/2012-8
Interessado: SIND SERV PODER LEG FED E TCU-SINDILEGIS/SIND SERV PODER LEG FED E TCU-SINDILEGIS
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 027.014/2012-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 003.028/2001-3
Interessado: Sergei Medeiros Araujo
Motivo do sorteio: Embargos de Declaração - Resolução 190/2006
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 006.328/2007-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 011.122/2003-6
Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Recurso: 005.324/2012-2/R001
Recorrente: SONIA MARIA SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 005.324/2012-2/R001
Recorrente: SATI INAFUKU NAGUMO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 005.324/2012-2/R001
Recorrente: ROSELY LATERZA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 007.252/2009-3/R001
Recorrente: JOAO MARCOLINO GOMES JUNIOR
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.030/2010-7/R002
Recorrente: JULIO ATILA BATISTA DE AZEVEDO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.030/2010-7/R003
Recorrente: EDUARDO ROBERTO DE SOUZA TRINDADE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.030/2010-7/R004
Recorrente: JOSÉ SIMÕES CHACON
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.030/2010-7/R005
Recorrente: CLEISSON AMORIM RODRIGUES
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.030/2010-7/R006
Recorrente: SIGMA DATASERV INFORMATICA S.A./SIGMA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 009.220/2009-9/R001
Recorrente: /VITOR & SOUZA COMÉRCIO LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 010.467/2004-8/R002
Recorrente: JAIR MIOTTO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 010.467/2004-8/R002
Recorrente: JAIR MIOTTO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Recurso: 010.540/2005-8/R001
Recorrente: JOSÉ AMÉRICO BUTI
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 011.033/2008-5/R002
Recorrente: JOÃO OTÁVIO DAGNONE DE MELO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Recurso: 011.354/2010-0/R001
Recorrente: MARIA ARAÚJO DE AQUINO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 011.610/2012-3/R001
Recorrente: GUSTAVO DE SOUZA FERREIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 011.743/2010-7/R002
Recorrente: MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Recurso: 011.743/2010-7/R002
Recorrente: GRACILIANA SELESTINO GOMES DA SILVA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recurso: 012.873/2005-4/R002
Recorrente: ANTONIO FERREIRA LIMA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 014.690/2008-8/R001
Recorrente: JOSSY SOARES SANTOS SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Recurso: 015.127/2009-0/R001
Recorrente: CLEBERSON CARNEIRO ZAVASKI
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 015.554/2008-0/R001
Recorrente: CAST INFORMÁTICA LTDA./CAST INFORMÁTICA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOAO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Recurso: 017.376/2011-4/R001
Recorrente: FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOAO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Recurso: 018.331/2011-4/R002
Recorrente: MANOEL FRANCISCO ALVES SILVA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Recurso: 019.173/2011-3/R001
Recorrente: ARTUR ALCIDES DE SOUSA BARROS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 019.603/2012-6/R001
Recorrente: ARMANDO SCHNEIDER FILHO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOAO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Recurso: 020.147/2008-5/R001
Recorrente: JORCI MENDES DE ALMEIDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Recurso: 020.147/2008-5/R001
Recorrente: JORCI MENDES DE ALMEIDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 020.147/2008-5/R002
Recorrente: JANDER GENER CESAR GUERREIRO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Recurso: 020.147/2008-5/R002
Recorrente: JANDER GENER CESAR GUERREIRO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: JOSE CARLOS VIEIRA DE OLIVEIRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: ANA DE ASSUNCAO LEONCIO MARCULINO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: LEILA LEAL LEITE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: LILINE MARIA SOARES MARTINS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MOURA COIMBRA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: MARIA SARAIVA DE MOURA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: SILVIA LETICIA ROSMANN
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: VILMA DE BRITO LIMA PENA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 020.652/2006-6/R001
Recorrente: SIDRONIA COELHO COSTA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 025.801/2009-5/R001
Recorrente: JORGE BRISENO TORRES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Recurso: 025.801/2009-5/R001
Recorrente: KATIA BORN RIBEIRO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Recurso: 027.941/2007-9/R001
Recorrente: GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS - TERESINA/PI - INSS/MPS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 029.043/2011-5/R001
Recorrente: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SANTA LUZIA/CENTRO HOSPITALAR DE MOSSORÓ S/A
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Recurso: 030.981/2011-5/R001
Recorrente: LUCAS ROCHA FURTADO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 031.534/2010-4/R001
Recorrente: JOSE RIBAMAR FONTES BELEZA
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Recurso: 032.272/2010-3/R001
Recorrente: JOÃO BOSCO FONSECA RODRIGUES
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Recurso: 032.272/2010-3/R001
Recorrente: ELISABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA SANTOS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-010.327/2009-8, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Jonas Cecílio produziu sustentação oral em nome da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.

Na apreciação do processo nº TC-012.133/2006-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, a Dra. Maria da Conceição Wanderley Lasmar produziu sustentação oral em nome do Município de Presidente Figueiredo - AM. Após a sustentação oral, a relatora retirou o processo da pauta.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-013.294/2011-3, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Waltan Alencar Rodrigues. Já votaram o relator, Ministro Ubiratan Aguiar, o 1º Revisor, Ministro José Jorge e o 2º revisor, Ministro Raimundo Carreiro, cujos relatórios, votos e minutas de Acórdãos constam do Anexo IV desta Ata.

Com base no artigo 112 § 3º do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC- 017.154/2007-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em função de novo pedido de vista formulado pelo Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSO TRANSFERIDO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Foi transferido da pauta da sessão extraordinária pública realizada nesta data o processo nº TC-011.451/2008-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Foi transferido para a pauta da sessão extraordinária de caráter reservado realizada nesta data o processo nº TC-037.747/2011-8, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:
TC-001.564/2010-2 e TC-027.911/2010-1, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
TC-003.334/2012-0 e TC-010.092/2005-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-000.831/2009-4, TC-010.594/2012-4 e TC-028.225/2011-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;
TC-013.742/2007-3, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e
TC-003.861/2009-7 e 012.133/2006-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2194 a 2214.

RELAÇÃO Nº 32/2012 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 2194/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir a medida cautelar requerida, por não conter os requisitos de admissibilidade necessários a sua concessão, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 4:

1. Processo TC-022.341/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Artel Serviços Técnicos Ltda. (68.568.021/0001-41)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2195/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir a medida cautelar requerida, por não conter os requisitos de admissibilidade necessários a sua concessão, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante e ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 5:

1. Processo TC-023.226/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1.Interessado: Casa e Bar Nordeste Comercio de Utilidades do Lar Ltda. (06.865.579/0001-31)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2012 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2196/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária de Plenário, e considerando o pedido de parcelamento de multa formulado pelos responsáveis Henrique Germano Zimmer, Danilo Roger Marçal Queiroz e Jussara Gonçalves Vieira, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa imposta aos responsáveis, por intermédio do Acórdão 1.016/2012 - TCU - Plenário, em 36 (trinta e seis) parcelas atualizadas monetariamente de acordo com a deliberação original, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando aos responsáveis que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-030.083/2007-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Companhia Docas do Espírito Santo (27.316.538/0001-66); Danilo Roger Marçal Queiroz (904.621.657-87); Eliane Fernandes da Silva (366.759.381-34); Henrique Germano Zimmer (009.677.936-53); Jussara Gonçalves Vieira (474.853.707-82); Nascon Logística Ltda (04.461.341/0001-15); Nelson Machado Fagundes (039.881.477-53); Raulino Gonçalves Filho (117.880.117-91); Roberto Hernandes (362.040.809-20); Roberto Oliveira Pinto de Almeida (436.916.927-53)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Interessado: Petromarte Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. (03.632.191/0001-00)
1.3. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2012 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2197/2012 - TCU - Plenário

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente.

Considerando que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações do Tribunal fundada, tão somente, na discordância e no descontentamento do recorrente com as conclusões obtidas por este Tribunal não se constitui em fato ensejador do conhecimento do presente Recurso de Revisão.

Considerando que as argumentações e os documentos ora apresentados não possuem o condão, sequer em tese, de modificar o julgado, não restando atendido, portanto, qualquer requisito disposto no art. 35 da Lei Orgânica do TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do presente recurso de revisão, e em enviar os autos à Secex-6 para que dê ciência às partes e aos órgãos e entidades interessados do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica (peça 63).

1. Processo TC-009.073/2003-2 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2002)
1.1. Responsáveis: Luis Carlos da Fonseca (238.298.937-87); Marco Antônio de Oliveira (029.185.951-87); Raimundo Ferreira de Miranda (184.086.801-53).
1.2. Recorrente: Marco Antônio de Oliveira (029.185.951-87).
1.3. Órgão/Entidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - ME.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
1.8. Advogado constituído nos autos: Júnia de Abreu Guimarães Souto (OAB/DF nº 10.778).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2198/2012 - TCU - Plenário

Considerando que o recorrente interpôs anteriormente recurso de revisão contra o Acórdão nº 411/2008-TCU-2ª Câmara, o qual foi conhecido, mas no mérito foi-lhe negado provimento pelo Acórdão 1.282/2011-TCU-Plenário.

Considerando que, neste momento, o recorrente interpõe novamente Recurso de Revisão sem, contudo, fundamentar em nenhum dos incisos do art. 35 da Lei 8.443/92.

Considerando que operou-se, portanto, a preclusão consumativa, a teor do disposto no art. 278, § 3º, do Regimento Interno do TCU.

Considerando, finalmente, o princípio da singularidade dos recursos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do presente recurso de revisão, e em enviar os autos à Secex/GO para que dê ciência às partes e aos órgãos e entidades interessados do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica (peça 39).

1. Processo TC-002.165/2006-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 010.736/2011-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.737/2011-1 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Antonio Gonçalves Ferreira (043.368.361-91); David Carlos Fagundes (042.021.711-87).
1.3. Recorrente: Antonio Gonçalves Ferreira (043.368.361-91).
1.4. Órgão/Entidade: Município de Petrolina de Goiás - GO.
1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.9. Advogado constituído nos autos: Davi Carlos Fagundes (OAB/GO 9.662) e Rafael Naves de Oliveira Santos (OAB/GO 23.021 - A).
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2199/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Raimundo Nonato Souza Silva, para, no mérito, dar-lhe provimento, e reformar o Acórdão 1.147/2011 - TCU - Segunda Câmara nos seguintes termos:
a) tornar insubsistente os subitens 9.2 a 9.7;
b) com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar regulares com ressalva as presentes contas, dando quitação ao responsável;
c) arquivar os presentes autos;
d) corrigir o erro material contido na ementa do julgado recorrido, haja vista a inexistência de responsabilidade solidária.

1. Processo TC-014.120/2008-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 021.426/2011-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.425/2011-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Antonio Evaldo Gomes Bastos (190.711.593-53); Raimundo Nonato Souza Silva (779.602.893-87).
1.3. Recorrente: Raimundo Nonato Souza Silva (779.602.893-87)
1.4. Órgão/Entidade: Município de Irauçuba - CE; Prefeituras Municipais do Estado do Ceará (184 Municípios).
1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.7. Relator da deliberacão recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
1.9. Advogado constituído nos autos: não há.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2200/2012 - TCU - Plenário

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1793/2011 - TCU - Plenário, fez recomendações ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/MP, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando que em 19/12/2011 o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, interpôs Pedido de Reexame (Peça 92) contra o item 9.5.1.8 do Acórdão 1793/2011 - TCU - Plenário (Peça 4, p. 55/62), que, através do Acórdão 610/2012 - TCU - Plenário (Peça 100) não foi recebido, por inexistência de interesse recursal;

Considerando que o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO compareceu novamente aos autos, por intermédio do recurso interposto na peça 117, irresignado com relação às "determinações" direcionadas ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/MP, assim como o não conhecimento de seu anterior recurso;

Considerando que a expedição de recomendações por parte do TCU não gera qualquer sucumbência aos seus jurisdicionados, ante seu caráter não impositivo, como já decidiu esta Corte de Contas (acórdãos 2.895/2009-Plenário, 2.112/2005-1ª Câmara e 1.103/2008-2ª Câmara);

Considerando, portanto, a ausência de legitimidade e interesse recursal e por se ter operado a preclusão consumativa, segundo análise da Serur em seu exame de admissibilidade (Peça 119);

Os Ministros do Tribunal de Contas ACORDAM, quanto ao processo a seguir relacionado, ACÒRDAM, unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. art. 48, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, IV, letra "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do pedido de reexame, por inexistência de legitimidade e interesse recursal e por se ter operado a preclusão consumativa, encaminhando-se os autos à Sefti para que dê ciência desta deliberação ao recorrente, às partes e aos órgãos/entidades interessados do teor desta deliberação, acompanhada de cópia do exame de admissibilidade (peça 119).

1. Processo TC-011.643/2010-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 031.992/2011-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Recorrente: Serpro - Regional Brasilia/DF - MF
1.3. Interessados: Sefti Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação; Serpro - Regional Brasilia/DF - MF
1.4. Órgão/Entidade: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - MP
1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Sec. de Fisc. de Tec. da Informação (Sefti).
1.9. Advogado constituído nos autos: não há.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2201/2012 - TCU - Plenário

Considerando que o recorrente ingressa com "pedido de reconsideração", espécie não prevista nos normativos desta Corte;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de reconsideração, pois essa espécie recursal somente é prevista para os processos de contas, a teor do que dispõe o artigo 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o único recurso ordinário previsto para o recorrente seria o pedido de reexame, conforme artigo 286 do Regimento Internodo TCU;

Considerando que o recorrente já interpôs anteriormente pedido de reexame contra a decisão recorrida (peças 38-45), o qual foi conhecido, mas no mérito foi-lhe negado provimento pelo Acórdão 327/2012 - TCU - Plenário (peça 8, p. 23), operando-se, portanto, a preclusão consumativa, a teor do disposto no art. 278, § 3º, do Regimento do TCU.

Considerando a proposta da unidade técnica pelo não-conhecimento do presente recurso.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado**,** ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 278 e 285, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não receber o **pedido de reconsideração**, em face da absoluta inadequação recursal, e em razão da preclusão consumativa, encaminhando-se os autos à Secex/RJ para que dê ciência às partes e aos órgãos e entidades interessados do teor da presente deliberação.

1. Processo TC-012.238/2005-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 019.895/2006-1 (SOLICITAÇÃO); 029.147/2011-5 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Celita Cortes Tavares (725.352.297-49); Jose Gomes Temporao (487.471.497-87); Luiz Alberto Ladezenski (741.904.407-44); Maria da Graça Oliveira Rangel (436.034.837-15); Nelson dos Santos (489.802.347-91); Pedro Paulo Vereza Henriques (260.507.307-68); Reinhar Braun (740.262.167-72); Santa Bárbara Engenharia S/A (17.290.057/0001-75); Valdemar da Silva Fagundes (222.083.561-87)
1.3. Recorrente: Pedro Paulo Vereza Henriques (260.507.307-68)
1.4. Interessado: Instituto Nacional do Câncer - MS (00.394.544/0171-50)
1.5. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS
1.6. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.7. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.8. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.10. Advogado constituído nos autos: não há.
1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2202/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1782/2012-TCU-Plenário, prolatado na sessão extraordinária de 11/7/2012, Ata 26/2012, de modo que, onde se lê: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação destinada a apurar possíveis irregularidades perpetradas pela empresa RLP Comércio e Assistência Técnica Ltda. em processos licitatórios, em que, na presente fase processual aprecia-se recurso de reexame interposto contra o Acórdão 3.411/2001-Plenário, que declarou a referida empresa inidônea para participar de licitações da administração pública federal pelo prazo de seis meses,", leia-se: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação destinada a apurar possíveis irregularidades perpetradas pela empresa RLP Comércio e Assistência Técnica Ltda. em processos licitatórios, em que, na presente fase processual aprecia-se recurso de reexame interposto contra o Acórdão 3.074/2011-TCU-Plenário, que declarou a referida empresa inidônea para participar de licitações da administração pública federal pelo prazo de seis meses,", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.545/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: RLP Comércio e Assistência Técnica Ltda. (00.539.911/0001-91)
1.2. Interessado: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - MP
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 30/2012 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2203/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 15, inciso I, alínea "o", 143, inciso, V, alínea "a", 264 e 265, todos do Regimento Interno, em não conhecer da consulta adiante relacionada, por versar sobre caso concreto, e dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução da peça 2 dos autos (instrução de mérito), ao Ministro da Pesca e Aquicultura.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-020.961/2012-0 (CONSULTA)
1.1. Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2204/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno; c/c o art. 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em:

1. Processo TC-034.259/2011-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Aldair da Rocha (008.814.778-93); Clidenor Cosme da Silva Júnior (812.516.104-04)
1.2. Entidade: Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - Sesed/RN.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. considerar saneadas ou atendidas as determinações constantes no Acórdão 461/2012 -TCU - Plenário, exceto quanto ao subitem 1.5.1.4;
1.6.1. autuar processo de monitoramento, com fulcro no art. 243 do RI/TCU e nos termos do art. 42 da Resolução 191/2006, visando a efetuar diligência à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed/RN) para que informe, no prazo de 15 (quinze) dias, quais as medidas/providências adotadas com vistas ao saneamento da falha apontada na determinação constante no subitem 1.5.1.4 do Acórdão 461/2012 - TCU - Plenário;
1.6.2. dar ciência à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - Sesed/RN de que, nos convênios atuais, no que couber, e nos vindouros, deve abster-se de considerar a participação de empresas declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, inclusive em estimativa de preços, quando contratar por meio da utilização de recursos públicos federais;
1.6.3. determinar o arquivamento dos presentes autos.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 41/2012 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2205/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento que objetiva verificar o cumprimento dos itens 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão 3012/2009-TCU-Plenário, proferido na Sessão Extraordinária de 9/12/2011, ao ser apreciado o TC 008.638/2009-0, oriundo de fiscalização realizada na Imetro/SC, entidade que sucedeu a extinta Superintendência do Inmetro no Estado de Santa Catarina, com vistas ao atendimento de solicitação procedente do Congresso Nacional, com fundamento no art. nos arts. 143, inciso III e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM considerar satisfatórias as ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro para cumprimento das determinações acima citadas, conforme instrução da Unidade Técnica.

1. Processo TC-037.688/2011-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: 9ª Secex
1.2. Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Inmetro que remeta o processo administrativo 018.758/2012-81 à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, no prazo de 60 (sessenta) dias, para pleno cumprimento da determinação contida no item 9.3.5 do Acórdão 3012/2009-TCU-Plenário; e
1.8. Apensar com base no *caput* do art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, definitivamente o presente processo ao TC 008.638/2009-0.

ACÓRDÃO Nº 2206/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do cumprimento das determinações exaradas nos Acórdãos 2.485/2008-TCU-Plenário e 2.928/2011-TCU-Plenário, proferidos em decorrência de auditoria realizada junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Rio de Janeiro (TRT/1ª Região/RJ); com fundamento no art. nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:
desarquivar este processo; com fundamento no art. 27 da Lei n.º 8.443, de 1992, expedir quitação da multa aplicada à Senhora Letícia Ferreira Carlos de Santis, por força do Acórdão n.º 2.928/2011, *in* Ata n.º 49, que reformou o Acórdão n.º 2.485/2008, *in* Ata n.º 46; e arquivar os presentes autos, conforme os pareceres emitidos.

1. Processo TC-003.187/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Alberto Fortes Gil (113.411.577-68); Carlos Alberto Araújo Drummond (033.236.097-00); Glória Regina Ferreira Mello (406.198.347-49); Ivan Dias Rodrigues Alves (024.809.487-49); Izidoro Soler Guelman (000.175.821-72); Jorge Luiz Fernandes da Silva (776.615.407-20); Jose Marcio da Silva Almeida (657.577.507-15); João Mário de Medeiros (030.633.307-44); Letícia Ferreira Carlos de Santis (182.360.141-34); Lydia Martins Barreto (672.958.197-20); Nelson Tomaz Braga (227.211.347-87); Nídia de Assunção Aguiar (090.039.087-53)
1.2. Interessado: Catia Cristina de Araújo Oren (023.075.897-59)
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região/RJ - JT
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto OAB/6.098, Guilherme Augusto F. Fregapani OAB/DF 34.406

ACÓRDÃO Nº 2207/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de Representação formulada pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, nos termos do artigo 62 da Resolução TCU 191/2006, encaminhada ao Tribunal por meio do Ofício 01163/2011(peça 1, p. 1/3), com vistas à apuração de denúncia apresentada por meio eletrônico, apontando indícios de irregularidades em licitações para aquisição de medicamentos destinados a hospitais da rede pública em São Paulo, caracterizada pela fixação de quantidade específica do produto de acordo com a embalagem, redundando em direcionamento da licitação para determinado fornecedor que atendesse a esse requisito, em detrimento de outros fornecedores existentes no mercado, que poderiam ofertar o produto por preço unitário inferior; com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da presente representação ante o não atendimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, parágrafo único, c/c art. 235, caput e parágrafo único, ambos do Regimento Interno do TCU, tendo em vista que a matéria tratada não é de competência deste Tribunal; encaminhar cópia destes autos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para que adote as medidas que julgar pertinentes em sua respectiva esfera de competência; dar ciência deste Acórdão ao Gabinete do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy enviando cópia da instrução; e arquivar os presentes autos, com fundamento no art.169, V, do RI/TCU, considerando que não há a utilização de recursos federais, conforme instrução da Unidade Técnica pareceres emitidos.

1. Processo TC-000.039/2012-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
1.2. Unidade: Ministério da Saúde - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: Jandira Ficher (OAB/SP 69.261)

ACÓRDÃO Nº 2208/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 17/2012, em que a Representante considera que os termos grifados em negrito no Edital contida no subitem 7.1.4.1, indicariam a obrigatoriedade de a licitante vencedora comprovar o fornecimento de solução *Search Appliance*, o que, segundo afirma, resultaria em restrição ao caráter competitivo da licitação, contrariando o disposto no art. 3º e § 1º da Lei 8.666/1993, afirma que foi impedida de participar do referido certame em razão da exigência contida no subitem 7.1.4.1 do Edital, com fundamento nos arts. 143, III, e 237,VII, do RI/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM em conhecer da representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la improcedente, dando ciência ao representante com o envio de cópia deste Acórdão e arquivando-a, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.432/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Empresa Individual Geraldo Iraci do Couto (37.982.238/0001-70)
1.2. Unidade: Ministério de Minas e Energia - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Geraldo Iraci do Couto, OAB/DF 24.147; Cláudia Aparecida Couto, OAB/DF 24.616
1.7. Indeferir o requerimento de medida cautelar, ***inaudita altera pars***, formulado por Via Appia Informática (Geraldo Iraci do Couto - Firma Individual), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;
1.8. Comunicar o presente Acórdão ao Ministério de Minas e Energia e à Representante; e
1.9. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235 e o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 34/2012 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2209/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 26 e 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso V, "b" e 217, do Regimento Interno, em parcelar a multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) de Adalberon Corrêa de Sena, imputada pelo acórdão 697/2010, com redação dada pelo acórdão .560/2012, ambos do Plenário, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, sobre as quais incidirão os acréscimos legais correspondentes, fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, para recolhimento da 1ª parcela, vencendo as demais em intervalos sucessivos de 30 (trinta) dias, na forma estabelecida no Regimento Interno; em alertar o responsável de que o não recolhimento de qualquer das parcelas importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; e encaminhar os autos à Secretaria de Recursos, para exame de novo recurso de reconsideração.

1. Processo TC-016.531/2003-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apenso: 009.226/2003-3 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.2. Classe de Assunto: V.
1.3. Responsável: Adalberon Corrêa de Sena (CPF 001.526.251-00).
1.4. Interessado: Congresso Nacional.
1.5. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.6. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.8. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (Secex-8).
1.9. Advogado: não há.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2210/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, conhecer desta representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, e considerá-la improcedente; em acatar as razões de justificativa apresentadas por José Rogério Moura de Almeida Filho; e em arquivar os autos, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Municipal de Saúde de Valença/RJ.

1. Processo TC-002.413/2012-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2.Responsáveis: Fundação Educacional Dom Andre Arcoverde (CPF 32.354.011/0001-66); José Rogério Moura de Almeida Filho (CPF 320.957.837-00).
1.3. Unidade: Município de Valença - RJ.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2211/2012 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer desta representação por estarem presentes os requisitos de admissibilidade dos arts. 235 e 237 do Regimento Interno; em considerá-la procedente; em arquivar os autos, sem prejuízo de comunicar ao Secretário Municipal de Integração, Segurança Pública e Defesa Civil da Prefeitura de Duque de Caxias-RJ que, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992, compete originariamente à autoridade administrativa do órgão concedente a instauração de tomada de contas especial; e em dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ e à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

1. Processo TC-016.771/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Unidade: Município de Duque de Caxias - RJ.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 32/2012 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2212/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, e 243, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, consoante exposto na instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-010.832/2010-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/BA
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cansanção - BA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2213/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, e 243, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, consoante exposto na instrução da unidade técnica, dando ciência desta deliberação à Academia Brasileira de Ciências.

1. Processo TC-018.127/2012-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 029.228/2011-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Responsáveis: Jacob Palis Junior (044.718.307-91); Lindolpho de Carvalho Dias (003.017.287-04); Luiz Antônio Rodrigues Elias (549.900.767-53).
1.3. Unidades: Academia Brasileira de Ciências (ABC); Coord. de Gestão Orçamentária e Financeira do CNPq; Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Secretaria Executiva - MCT
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 37/2012 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2214/2012 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea **o**, 264 e 265 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente consulta, por ter sido formulada por autoridade não especificada nos incisos I a VII do art. 264 do RI/TCU, bem como determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação e da instrução produzida pela unidade técnica ao interessado, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-019.639/2012-0 (CONSULTA)
1.1. Interessado: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 6ª Região - Crefito-6 (23.498.256/0001-76).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 6ª Região - Crefito-6 (23.498.256/0001-76).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex/CE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 33/2012 - Plenário
Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2215 a 2254, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2215/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.327/2009-8.
1.1. Apenso: 010.332/2009-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Relatório de levantamentos)
3. Interessados: Enger Engenharia S/A (51.167.500/0001-53) e Sondotécnica Engenharia de Solos S/A (33.386.210/0001-19)
4. Entidade: Secretaria de Infra-estrutura Hídrica.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: Alexandre Frayze David (OAB/SP 160.614), Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos por Enger Engenharia S/A e Sondotécnica Engenharia de Solos S/A, contra o Acórdão 446/2011, Plenário, que apreciou auditoria nos contratos de "supervisão, acompanhamento técnico e controle tecnológico das obras civis, do projeto executivo, do fornecimento em montagem de equipamentos mecânicos e elétricos" do *Projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional (PISF)*.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame, para, no mérito, dar-lhes provimento;
9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1.1.3, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.16 do Acórdão 446/2011, Plenário;
9.3. encaminhar cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, às recorrentes e ao Ministério da Integração Nacional.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2215-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2216/2012 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-008.982/2012-0.
2. Grupo II - Classe I - Agravo.
3. Agravante: EC Eletrônica Ltda. (CNPJ 00.255.722/0001-97).
4. Entidade: Banco do Brasil (Centro de Serviços de Logística de São Paulo - CSL/SP).
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há
8.1. Procuradores: Sidney Luiz de Melo Leandro, RG nº 32.512.961-7 - SSP/DF e CPF nº 488.209.201-82, pela empresa EC Eletrônica Ltda. (peça nº 26), e Evelaine Lima Galvão, RG nº 2.484.222 - SSP/DF e CPF nº 011.730.521-94, por Anamaria Prates Barroso, OAB/DF 11.218 (peça nº 36).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de agravo interposto pela empresa EC Eletrônica Ltda. (CNPJ 00.255.722/0001-97), contra o despacho do relator, mediante o qual foi: a) deferida medida cautelar, com fundamento no art. 276, **caput**, do Regimento Interno/TCU, determinando-se ao Banco do Brasil que se abstivesse de adotar quaisquer atos decorrentes do pregão eletrônico 2011/15199 (7421) e da ata de registro de preços 201274210226, obstando também que outras entidades a utilizassem para compra do produto objeto da licitação, até que este Tribunal deliberasse, no mérito, a respeito da regularidade dos procedimentos em causa; b) determinada, com base no art. 276, § 3º, do Regimento Interno/TCU, a oitiva do Centro de Serviços de Logística de São Paulo do Banco do Brasil, na pessoa da pregoeira Aline Alvarez Carneiro (CPF 305.868.628-54), para que, no prazo de 15 dias, se pronunciasse sobre os fatos apontados na representação; e c) determinada, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da empresa EC Eletrônica Ltda. (CNPJ 00.255.722/0001-97), para que, no prazo de 15 dias, querendo, se manifestasse sobre as ocorrências noticiadas no documento objeto destes autos, dado que elas poderiam resultar em decisão contrária aos seus interesses.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 146, §1º, 183, 282 e 289, todos do Regimento Interno/TCU, combinados com o art. 2º, §2º, da Resolução-TCU nº 36/1995, em:
9.1. não conhecer do agravo interposto pela empresa EC Eletrônica Ltda. (CNPJ 00.255.722/0001-97), porquanto não satisfeitos os pressupostos de admissibilidade aplicáveis à espécie, mantendo, em consequência, a medida cautelar adotada em 3/4/2012, pelo relator, em documento que compõe a peça nº 7 dos autos, bem como as demais providências determinadas naquele despacho;
9.2. determinar o retorno dos autos à 2ª Secex, para as comunicações processuais de praxe, e ainda para nova tramitação ao Ministério Público, em face do pedido de pronunciamento objeto do despacho que constitui a peça nº 33 deste feito, relativamente à última instrução da unidade técnica (peça nº 30), na qual foi examinado o mérito da representação formulada aqui pela empresa Microsol Tecnologia S/A, frente às oitivas promovidas;
9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à entidade representada (Banco do Brasil - Centro de Serviços de Logística de São Paulo - CSL/SP), à empresa representante (Microsol Tecnologia S/A) e à empresa agravante (EC Eletrônica Ltda).

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2216-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2217/2012 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-016.207/2012-2.
2. Grupo II - Classe I - Agravo.
3. Agravante: Kaba do Brasil Ltda. (CNPJ 00.526.207/0001-02).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados: Antonio Carlos Ferreira de Araujo (OAB/SP 166.004), Carlos Vitor Paulo (OAB/SP 246.642), Oziel Estevão (OAB/SP 115.318) e outros - peça 2.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de agravo interposto pela empresa Kaba do Brasil Ltda. (CNPJ 00.526.207/0001-02), contra o despacho do relator, que compõe a peça nº 13 dos autos, datado de 21/6/2012, mediante o qual foi indeferido o pedido de medida cautelar então formulado pela empresa agravante, bem assim determinada a restituição dos autos à unidade técnica, para que desse continuidade ao exame da matéria, relativamente ao seu mérito, fazendo-se as comunicações de praxe.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 146, §1º, 183, 282 e 289, todos do Regimento Interno/TCU, combinados com o art. 2º, §2º, da Resolução-TCU nº 36/1995, em:
9.1. não conhecer do agravo interposto pela empresa Kaba do Brasil Ltda. (CNPJ 00.526.207/0001-02), porquanto não satisfeitos os pressupostos de admissibilidade aplicáveis à espécie, mantendo, em consequência, em seus exatos termos, o despacho agravado, que constitui a peça nº 13 dos autos;
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à entidade representada (Caixa Econômica Federal) e à empresa agravante (Kaba do Brasil Ltda.).

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2217-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2218/2012 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-019.169/2012-4.
2. Grupo I- Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em face da Proposta de Fiscalização e Controle - PFC nº 17/2011, formulada pelo Senhor Deputado Federal Alexandre Santos (Ofício nº 306/2012/CFFC-P, de 4/7/2012).
4. Entidade: Banco Central do Brasil.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (2ª Secex).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, em que, mediante o Ofício nº 306/2012/CFFC-P, de 4/7/2012, o Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, eminente Deputado Federal Edmar Arruda, submete à apreciação do TCU a Proposta de Fiscalização e Controle - PFC nº 17/2011, aprovada por aquele órgão do Legislativo, visando à "realização de ato de fiscalização sobre a atuação do Banco Central do Brasil no cumprimento de sua missão institucional quanto à averiguação da regularidade dos atos praticados no âmbito da operação de aquisição do Banco Schahin pelo Banco

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BMG, mediante utilização de recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGV), e quanto à consequente aprovação da operação por aquela autarquia."

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, c/c o art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e ainda com os arts. 231 e 232, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU nº 215/2008, em:

9.1. conhecer da presente solicitação do Congresso Nacional;

9.2. determinar à 2ª Secex a imediata realização de inspeção no Banco Central do Brasil, nos termos do art. 244, § 2º, do Regimento Interno/TCU, com o objetivo de examinar a atuação da entidade no cumprimento de sua missão institucional, relativamente à averiguação da regularidade dos atos praticados no âmbito da operação de aquisição do Banco Schahin pelo Banco BMG, mediante a utilização de recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), bem assim quanto à consequente aprovação da referida operação por aquela autarquia;

9.3. fixar o prazo de até 90 (noventa) dias, contados desde a autuação deste processo (6/7/2012), para o atendimento da solicitação em causa, tendo em vista o disposto nos arts. 14, inciso I, e 15, inciso II, da Resolução-TCU nº 215/2008;

9.4. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, e ainda ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil;

9.5. restituir os autos à 2ª Secex, para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2218-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2219/2012 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-037.751/2011-5.
2. Grupo I, Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.
3. Entidade: Caixa Econômica Federal.
4. Recorrente: In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica Ltda. (CNPJ 01.097.636/0001-66).
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB-DF 10.441) e outros, pela In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica Ltda. (peça 27); Adam Luiz Alves Barra (OAB-DF 19.786) e outros, pela Caixa Econômica Federal (peça 45); Renata Antony Souza Lima Nina (OAB-DF 23.600) e outros, pela Informe Comunicação Integrada S/S Ltda. (peça 11, p. 2).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica Ltda. (CNPJ 01.097.636/0001-66) ao Acórdão nº 1.542/2012-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal, ao examinar representação formulada pela embargante, em face de supostas irregularidades verificadas na concorrência nº 5.548/7066-2011, do tipo técnica e preço, lançada pela Caixa Econômica Federal, tendo por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria de imprensa, resolveu "9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, revogando, em consequência, a medida cautelar adotada em 29/12/2011 (peça nº 7) e revista parcialmente em 12/4/2012 (peça nº 50), de forma a permitir que a Caixa Econômica Federal dê continuidade à Concorrência nº 5.548/7066-2011, uma vez afastados todos os questionamentos suscitados neste processo pela empresa In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica Ltda. (CNPJ 01.097.636/0001-66)".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, **caput** e § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, porquanto não satisfeitos os pressupostos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à entidade representada (Caixa Econômica Federal) e às empresas interessadas (In Press Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica Ltda. e Informe Comunicação Integrada S/S Ltda).

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2219-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2220/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.017/2010-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Distrito Federal.
4. Órgão: Senado Federal (vinculador).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada Procuradoria da República no Distrito Federal, tendo por objeto o plano de assistência à saúde dos senadores, ex-senadores e seus dependentes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/1993, e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados que instaure procedimento para apurar os fatos e reaver os valores indevidamente pagos ao Deputado Carlos Gomes Bezerra, a título de ressarcimento de assistência à saúde, obedecidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

9.3. determinar à 3ª Secex que acompanhe, na próxima prestação de contas, o cumprimento das recomendações exaradas pelo Ministério Público Federal ao Senado Federal, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.16.000.001019/2009-02;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Senado Federal e à Procuradoria da República no Distrito Federal;

9.5. arquivar os autos

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2220-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2221/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.756/2011-5.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento.
3. Responsáveis: Alberto Beltrame (308.910.510-15); Cloer Vescia Alves (390.161.960-72); Emival Gonçalves de Sousa (409.916.601-53).
4. Órgãos: Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS); Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).
8. Advogado constituído nos autos: Daniela Bozetto Alves (OAB/RS 27.464); Fernão Leal Mohn (OAB/RS 25.167).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento sobre o componente "motolâncias", motocicletas equipadas com aparelhos de primeiros socorros destinadas a atendimentos rápidos, na rede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), programa do Ministério da Saúde que tem como finalidade prestar socorro em casos de urgência e emergência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Alberto Beltrame, Cloer Vescia Alves e Emival Gonçalves de Sousa, e aplicar-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), notificando-os para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem e comprovarem perante o Tribunal o pagamento da dívida;

9.2. caso não atendida a notificação, determinar o desconto da dívida nos vencimentos, subsídio, salário ou proventos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, ou, alternativamente, autorizar a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, incisos I e II, da Lei 8.443/92;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde que:

9.3.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação contendo medidas a serem tomadas junto às secretarias locais de saúde e suas respectivas coordenações do Samu, para aumentar a efetiva utilização das motolâncias, incluindo estimativas de prazos para cumprimento;

9.3.2. execute o disposto nas cláusulas segunda, terceira e quarta dos Termos de Doação com Encargos das motolâncias, para que os municípios que não intencionam utilizar o recurso recebido restituam a motocicleta para redistribuição a municípios que tenham capacidade operacional para colocá-las em funcionamento;

9.3.3. execute o disposto nas cláusulas quinta e sexta dos Termos de Doação com Encargos das motolâncias, de forma que seja realizada a adequada fiscalização das obrigações e determinadas as providências a serem adotadas pelos donatários para adequação contratual, quando for o caso;

9.3.4. execute o disposto no item "A" do Anexo à Portaria GM/MS 1.864/2003 e no item 14 do Programa Mínimo para Implantação das Motolâncias na Rede Samu 192, para que seja realizado o devido acompanhamento e avaliação das ações previstas na Portaria GM/MS 2.971/2008 e nos Termos de Doação com Encargos;

9.4. com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Subsecretaria de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que:

9.4.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação, contendo as medidas necessárias a dar plena utilização a todas as 21 motolâncias doadas pelo Ministério da Saúde, incluindo as respectivas estimativas de prazos para cumprimento;

9.4.2. restitua ao Ministério da Saúde as motolâncias que o Samu/DF entender sem capacidade operacional ou interesse em habilitar, conforme exigido pelo Termo de Doação com Encargos, respeitada a reserva técnica;

9.5. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde que defina prazo para que os municípios que receberam motolâncias deem cumprimento às obrigações previstas nos Termos de Doação com Encargos, destinando o equipamento doado para ações de atendimento de emergência da coordenação do Samu donatária;

9.6. com fulcro nos arts. 169, § 1º, e 216 do Regimento Interno do TCU, dar ciência do inteiro teor da presente deliberação aos responsáveis, à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

9.7. com fulcro no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar, desde logo, o encerramento do presente processo, após efetuadas as comunicações determinadas e expirados os prazos dos recursos cabíveis dotados de efeito suspensivo.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2221-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2222/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.574/2012-6.
2. Grupo I - Classe: VII - Desestatização.
3. Responsável: João Batista de Rezende (CPF 472.648.709-44) - Presidente.
4. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação 2 (Sefid-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento de licitação para outorga de serviços públicos, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 7, inciso I, da Instrução Normativa TCU nº 27/98; 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92; 250, inciso II, e 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. aprovar, com ressalvas, o primeiro estágio do processo de desestatização referente ao Edital de Licitação 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL;

9.2. determinar à Anatel que, nas próximas licitações, utilize o custo médio ponderado do capital atualizado conforme item 2.6 da metodologia de estimativa aprovada pela Resolução-Anatel nº 535/2009;

9.3. recomendar à Anatel que aprimore a metodologia de estimativa do custo médio ponderado de capital, aprovada pela Resolução-Anatel nº 535/2009;

9.4. enviar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Anatel;

9.5. restituir os autos à Sefid-2 para acompanhamento dos demais estágios deste processo de desestatização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2222-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2223/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.086/2011-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso ao Plenário em processo administrativo.
3. Interessado: Onesild Jose da Silva (024.720.667-91).
4. Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso ao Plenário contra decisão adotada pelo Presidente sobre matéria administrativa, que, pela quarta vez, denegou pedido de alteração no método de cálculo dos proventos de aposentadoria do interessado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 15, inciso IV, do Regimento Interno, em conhecer do recurso, para, no mérito, considerá-lo improcedente.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2223-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2224/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.467/2011-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais.
4. Órgãos/Entidades: Superintendência Estadual da Funasa Em Minas Gerais; Prefeitura Municipal de Boa Esperança-MG; Prefeitura Municipal de Candeias-MG; Prefeitura Municipal de Guanhães- MG; Prefeitura Municipal de Jaboticatubas-MG; Prefeitura Municipal de Jacinto-MG; Prefeitura Municipal de Lassance-MG; Prefeitura Municipal de Lima Duarte-MG; Prefeitura Municipal de Martinho Campos-MG; Prefeitura Municipal de Moema-MG; Prefeitura Municipal de Pintópolis-MG; Prefeitura Municipal de Prudente de Morais-MG; Prefeitura Municipal de Salto da Divisa- MG; Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí-MG; Prefeitura Municipal de Santo Hipólito-MG; Prefeitura Municipal de São Romão-MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam relatório final da Fiscalização de Orientação Centralizada Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Minas Gerais - Suest/MG e em 16 municípios do Estado;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 33 da Resolução-TCU 191/2006, em:
9.1. apensar estes autos ao TC 006.993/2011-7;
9.2. determinar à equipe responsável pela auditoria objeto do TC 006.993/2011-7, que promova o cotejamento dos achados de auditoria levantados nestes autos e verifique a conveniência de incorporar as determinações sugeridas pela Secex/MG à proposta final daquela fiscalização, observada a necessidade de prévia oitiva dos gestores;
9.3. autorizar o arquivamento dos processos que versam sobre proposta de auditoria na Funasa com objeto semelhante ao da fiscalização tratada nestes autos, a serem realizadas pelas secretarias estaduais.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2224-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2225/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.328/2009-0.
1.1. Apensos: 029.792/2010-0; 029.791/2010-3.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de revisão.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: João Ricardo Alves de Oliveira (048.201.422-91).
3.2. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - FNS (00.530.493/0001-71).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Acará/PA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - PA (SECEX-PA).
8. Advogado constituído nos autos: Luiz Otávio Valente da Silva (OAB/PA 5.185).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão, interposto pelo Sr. João Ricardo Alves de Oliveira contra o Acórdão 5.015/2010 - TCU - 2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente Recurso de Revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistente o Acórdão 5.015/2010 - TCU - 2ª Câmara;
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. João Ricardo Alves de Oliveira, dando-lhe quitação;
9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado do Pará;
9.5. apensar estes autos ao TC 024.864/2007-4.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2225-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2226/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.656/2010-6.
1.1. Apenso: 018.388/2012-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional.
3.2. Responsáveis: Darcy Alves de Lacerda (039.985.764-87), ex-prefeito; Construtora Concreto Ltda. (01.993.197/0001-70); Construtora Esplanada Ltda. (00.818.123/0001-34); José Valter Pereira da Silva (105.397.708-50); Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04); Raimunda Santos Lima (049.099.934-44); Raimundo Lima de Santana (589.729.355-49).
4. Órgão: Município de Aguiar - PB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (Secex-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio 439/2001 (Siafi 445689), cujo objeto era a reconstrução de quinze habitações de famílias carentes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis Darcy Alves de Lacerda, José Valter Pereira da Silva, Raimundo Lima de Santana, Raimunda Santos Lima e Marcos Tadeu Silva e as empresas Construtora Concreto Ltda. e Construtora Esplanada Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas e condenar em débito, solidariamente, Darcy Alves de Lacerda, José Valter Pereira da Silva, Raimundo Lima de Santana, Raimunda Santos Lima e Marcos Tadeu Silva e as empresas Construtora Concreto Ltda. e Construtora Esplanada Ltda. ao pagamento das quantias de R$ 55.938,80 (cinqüenta e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) e R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir de 6/8/2002 e 26/9/2002, respectivamente, até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da ciência, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU;
9.3. aplicar a Darcy Alves de Lacerda, José Valter Pereira da Silva, Raimundo Lima de Santana, Raimunda Santos Lima e Marcos Tadeu Silva e às empresas Construtora Concreto Ltda. e Construtora Esplanada Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor individual de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das multas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar o pagamento das dívidas em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, caso requerido, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir, sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;
9.6. declarar inidôneas as empresas Construtora Concreto Ltda. e Construtora Esplanada Ltda. para participarem de licitações que envolvam recursos da Administração Pública Federal, mesmo os descentralizados mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres federais, pelo prazo de cinco anos, com base no art. 46 da Lei n.º 8.443/92;
9.7. inabilitar Darcy Alves de Lacerda, José Valter Pereira da Silva, Raimundo Lima de Santana, Raimunda Santos Lima e Marcos Tadeu Silva para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de cinco anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;
9.8. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2226-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2227/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.936/2012-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras (SECOB-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com o objetivo de fiscalizar o processo de licitação das obras de revitalização - Crema 2ª Etapa - da BR 163/MS - lote 3 - km 732,1 ao km 847,2.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, ACORDAM em:
9.1. dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de que o orçamento de referência da licitação 508/2011-19 considera a aquisição dos insumos betuminosos em localização que não resulta no menor custo decorrente da combinação dos custos de aquisição, de disponibilidade e de transporte, contrariando ao estabelecido no art. 3º da Lei de Licitações e ao princípio da economicidade expresso no art. 70 da Constituição Federal de 1988, podendo representar prejuízo estimado de R$ 1.440.332,21 (jul/2011);
9.2. com base no art. 45 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 251 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que, precedentemente à retomada do Edital nº 508/2011-19:
9.2.1. em cumprimento ao item 9.1.3 do Acórdão 3.260/2011-Plenário-TCU, inclua no ato convocatório e na respectiva minuta de contrato de condição/cláusula segundo a qual resulte esclarecido que o Dnit realizará ensaios, cálculos e laudos conclusivos acerca da viabilidade técnico-econômica da utilização de pedreiras,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

areais e cascalheiras circunvizinhas aos trechos de realização das obras e que não possuam licenciamento ou lavra concedida, identificadas no site do DNPM, mas que possam ser objeto de prévio bloqueio dessas jazidas, junto ao DNPM, ou que possuam menor distância de transporte, e que tais medidas serão adotadas no prazo de até 90 (noventa) dias após a emissão das ordens de serviço e, se for a hipótese, serão adotadas as providências necessárias para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos eventualmente celebrados, modificando-se as fontes de aquisição dos insumos previstas originalmente no projeto, bem como se alterando os respectivos preços dos serviços envolvidos;

9.2.2. efetue as seguintes correções na composição de preço unitário de Concreto Betuminoso Usinado a Quente-AB-08 - capa de rolamento - execução (5 S 02 540 51):

9.2.2.1. adote a quantidade para o transporte do aditivo melhorador de adesividade (dope), de forma que a quantidade a ser transportada corresponda ao quantitativo previsto para a respectiva aquisição do insumo;

9.2.2.2. adote os valores corretos para os custos de transporte comercial da areia comercial do areal até a usina de asfalto em rodovia pavimentada (1 A 00 002 91) e em rodovia não pavimentada (1 A 00 001 91);

9.2.3. efetue as seguintes correções na composição de preço unitário de Concreto Betuminoso Usinado a Quente-binder - execução (5 S 02 540 52):

9.2.3.1. utilize o valor de 0,00006 t como coeficiente de consumo de aditivo melhorador de adesividade, em conformidade aos critérios previstos no projeto executivo de engenharia do Edital 508/2011-19 (dope);

9.2.3.2. adote a quantidade para o transporte do aditivo melhorador de adesividade (dope), de forma que a quantidade a ser transportada corresponda ao quantitativo previsto para a respectiva aquisição do insumo;

9.2.3.3. adote os valores corretos para os custos de transporte comercial da areia comercial do areal até a usina de asfalto em rodovia pavimentada (1 A 00 002 91) e em rodovia não pavimentada (1 A 00 001 91);

9.2.4. apresente as cotações de preços realizadas para o insumo aditivo melhorador de adesividade (dope), conforme o estabelecido na IS 15/2006-DNIT, que justifiquem o preço adotado no orçamento de referência do Edital 508/2011-19;

9.2.5. em face do princípio da legalidade, adote, no orçamento do Edital 508/2011-19, os novos percentuais de BDI estipulados pelas Portarias-Direx/Dnit 42/2012 e 319/2012;

9.3. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2227-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2228/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.012/2006-8.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração (Relatório de Levantamentos)
3. Responsáveis: José Orlando Melo de Azevedo (123.807.255-00); Paulo Cesar Cardoso Cavaco (191.596.097-53).
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (Secex/9).
8. Advogado constituído nos autos: Bruno Henrique de Oliveira Ferreira - OAB/DF 15.345 e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra o Acórdão 1.765/2012-Plenário, de 11/7/2012, que tratou de auditoria realizada para verificar regularidade das ações de manutenção e recuperação dos sistemas de produção de óleo e gás natural na região Sudeste.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992:

9.1. conhecer dos embargos;

9.2. dar-lhes provimento parcial tornando insubsistente o item 9.2.1 do Acórdão recorrido, mantendo nos exatos termos os demais itens;

9.3 dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2228-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2229/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.363/2011-9
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento de Auditoria - Fiscobras 2011.
3. Responsáveis/Interessados:
3.1. Responsáveis: Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor Geral do Dnit (CPF 306.174.567-04); Denise Gomes Simões, substituta do Superintendente Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo (CPF 466.098.656-04), José Renato do Rosário Oliveira, presidente da comissão de licitação, (CPF 968.047.187-04), Reginaldo Lírio Morelato, membro da comissão de licitação e fiscal dos Contratos (CPF 576.010.207-97), Wilson Boone de Souza (CPF 652.213.977-49); Élio Bahia Souza (CPF 189.776.697-15).Contractor Engenharia Ltda. (CNPJ 01.980.404/0001-51), ECR Engenharia (CNPJ 42.161.372/0001-40) e Delta Construções (CNPJ 10.788.628/0001-57).
3.2. Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
4. Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - Dnit/MT
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
Trata-se de levantamento de auditoria, realizado na Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Espírito Santo (Dnit/MT), nas obras de adequação do contorno rodoviário de Vitória - BR 101 - Estado do Espírito Santo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV e art. 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência da Srª Denise Gomes Simões, na condição de substituta do Superintendente Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pela ratificação da Dispensa de Licitação 46/2009, realizada em desacordo com os arts. 24, inciso V, art. 26, **caput** e 38, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/1993 e com o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal;

9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV e art. 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Jorge Luiz de Almeida, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade:

9.2.1. na condição de membro da comissão de licitação da Concorrência 0596/2009-17 e da Dispensa de Licitação 46/2009, ter realizado procedimento de contratação direta sem que este estivesse devidamente justificado, declarado, ratificado e publicado, infringindo o disposto nos art. 24, inciso V, art. 26, **caput** e 38, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal;

9.2.2. na condição de fiscal do Contrato TT 011/2008, referente à execução das obras de restauração do Lote 01 da BR-101/ES - Contorno de Vitória, entre 16/6/2008 e 1/4/2009, conforme Portaria 34/2008/SR-ES:

9.2.2.1. aprovação das medições dos serviços de Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Meio Fio de Concreto do Lote 01 executados com qualidade deficiente, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso III, do Regimento Interno do Dnit;

9.2.2.2. aprovação das medições dos serviços do Lote 01, mencionadas no Parecer Técnico de 3/1/2012, elaborado pela comissão de recebimento das obras e encaminhado a este Tribunal de Contas por meio do Ofício 45/2012 - GAB.SR[ES], que dizem respeito a obras de terraplenagem, de drenagem, de obras de arte corrente, de sinalização, de obras de arte especiais e de pavimentação, alguns dos quais se concluiu, no referido Parecer Técnico, sem nunca terem sido executados, embora medidos, atestados e pagos, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso VI, do Regimento Interno do Dnit;

9.2.2.3. aprovação das medições dos serviços de aquisição e transporte de CAP-20, em quantitativos superiores aos obtidos pela aplicação do critério de medição estipulado na especificação de serviço Dnit 031/2006 - ES, resultando num indício de superfaturamento de R$ 1.772.758,60 (um milhão setecentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) (mai/2007), conforme evidenciado na planilha "Taxa de Ligante - Contrato TT 011/2008";

9.3. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV e 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. José Renato do Rosário Oliveira, na condição de presidente da comissão de licitação da Concorrência 0596/2009-17 e da Dispensa de Licitação 46/2009, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pela realização de procedimento de contratação direta sem que este estivesse devidamente justificado, declarado, ratificado e publicado, infringindo o disposto nos art. 24, inciso V, art. 26, **caput** e 38, do parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal;

9.4. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV e art. 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Reginaldo Lírio Morelato, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pelos seguintes indícios de irregularidade:

9.4.1. na condição de membro da comissão de licitação da Concorrência 0596/2009-17 e da Dispensa de Licitação 46/2009, ter realizado procedimento de contratação direta sem que este estivesse devidamente justificado, declarado, ratificado e publicado, infringindo o disposto nos art. 24, inciso V, art. 26, **caput** e 38, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal;

9.4.2. na condição de fiscal dos Contratos TT 011/2008 a partir de 2/4/2009, nomeado pela Portaria 21/2009/SR-ES, e TT 231/2010, nomeado pela Portaria 33/2010/SR-ES, referentes à execução das obras de restauração dos Lotes 01 e 02 da BR-101/ES - Contorno de Vitória, respectivamente:

9.4.2.1. aprovação das medições dos serviços de Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Meio Fio de Concreto do Lote 01 executados com qualidade deficiente, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso III, do Regimento Interno do Dnit;

9.4.2.2. aprovação das medições dos serviços do Lote 01 mencionados no Parecer Técnico de 3/1/2012 elaborado pela comissão de recebimento das obras e encaminhado ao TCU por meio do Ofício 45/2012 - GAB.SR[ES], que dizem respeito a obras de terraplenagem, de drenagem, de obras de arte corrente, de sinalização, de obras de arte especiais e de pavimentação, alguns dos quais se concluiu, no referido Parecer Técnico, não terem sido executados, embora tenham sido medidos, atestados e pagos, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso VI, do Regimento Interno do Dnit;

9.4.2.3. aprovação das medições dos serviços de aquisição e transporte de CAP-20 em quantitativos superiores aos obtidos pela aplicação do critério de medição estipulado na especificação de serviço Dnit 031/2006 - ES, resultando num indício de superfaturamento de R$ 1.772.758,60 (um milhão setecentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) (mai/2007) referentes ao Lote 01;

9.4.2.4. aprovação das medições do serviço de CBUQ do Lote 01 como sendo todo o quantitativo de CBUQ "faixa C" quando foi efetivamente executado CBUQ "faixa C" e CBUQ "faixa B", resultando num indício de superfaturamento no valor de R$ 18.650,34 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) (mai/2009) até julho de 2011;

9.5. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV e art. 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Wilson Boone de Souza, na condição de Procurador Federal responsável pelos pareceres da Procuradoria Federal Especializada junto à SR/Dnit-ES, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pela elaboração do Parecer 185/2009 PFE/SR/Dnit/ES dando o aval a procedimento de contratação por dispensa de licitação (Dispensa de Licitação 46/2009 oriunda da Concorrência 0596/2009-17), sem exigir a demonstração do prejuízo que seria gerado para a administração caso a licitação fosse repetida, infringindo o disposto no art. 24, inciso V, da Lei 8.666/1993, e sem exigir que fossem cumpridas as etapas determinadas nos art. 26 e 38 da mesma Lei;

9.6. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV e art. 183, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Élio Bahia Souza, na condição de Superintendente Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo à época da ocorrência dos indícios de irregularidade, para, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação de audiência, apresentar razões de justificativa pela homologação e adjudicação de contratação feita por meio da Dispensa de Licitação 46/2009, realizada em desacordo com as exigências dos art. 24, inciso V, art. 26, **caput** e 38, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666/1993 e do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal;

9.7. realizar, com fundamento no art. 250, inciso V do Regimento Interno do TCU e em atendimento ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, a oitiva da empresa Delta Construções, responsável pela execução do Contrato TT 011/2008, na pessoa de seu representante legal, para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os seguintes indícios de irregularidade:

9.7.1. execução deficiente dos serviços de Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Meio Fio de Concreto, bem como daqueles constantes dos Pareceres Técnicos de 1/12/2011 e de 3/1/2012 elaborados pela comissão de recebimento das obras, contrariando os arts. 66, 69 e 70 da Lei 8.666/1993;

9.7.2. liquidação irregular de despesa dos serviços de aquisição e transporte de CAP-20 medidos em quantitativos superiores aos executados, irregularidade caracterizada pela incompatibilidade entre os valores medidos e aqueles verificados pela aplicação dos percentuais de CAP obtidos dos ensaios de acompanhamento da execução dos serviços de CBUQ - binder e CBUQ - capa sobre os quantitativos medidos desses mesmos serviços, resultando num indício de superfaturamento de R$ 1.772.758,60 (um milhão setecentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) (mai/2007);

9.8. realizar, com fundamento no art. 250, inciso V do Regimento Interno do TCU e em atendimento ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, a oitiva da empresa ECR Engenharia, responsável pela supervisão da execução das obras de restauração do Lote 01 da BR-101/ES - Contorno de Vitória, na pessoa de seu representante legal, para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os indícios de supervisão deficiente configurados pela:

9.8.1. aprovação dos serviços de Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Meio Fio de Concreto executados com qualidade deficiente, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso III, do Regimento Interno do Dnit;

9.8.2. atestação dos serviços mencionados no Parecer Técnico de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3/1/2012 elaborado pela comissão de recebimento das obras e encaminhado ao TCU por meio do Ofício 45/2012 - GAB.SR[ES], que dizem respeito a obras de terraplenagem, de drenagem, de obras de arte corrente, de sinalização, de obras de arte especiais e de pavimentação, alguns dos quais se concluiu, no referido Parecer Técnico, não terem sido executados, embora tenham sido medidos, atestados e pagos, contrariando o art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, os arts. 62, 63, § 1ª, inciso I e § 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 e o art. 111, inciso IV, e art. 122, inciso VI, do Regimento Interno do Dnit;

9.9. realizar, com fundamento no art. 250, inciso V do Regimento Interno do TCU e em atendimento ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, a oitiva da empresa Contractor Engenharia Ltda., responsável pela execução do Contrato TT 231/2010, na pessoa de seu representante legal, para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os indícios de liquidação irregular de despesa do serviço de CBUQ do Lote 02 como sendo todo o quantitativo de CBUQ "faixa C" quando foi efetivamente executado CBUQ "faixa C" e CBUQ "faixa B", resultando num indício de superfaturamento no valor de R$ 18.650,34 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) (mai/2009) até julho de 2011;

9.10. realizar, com fundamento no art. 250, inciso V do Regimento Interno do TCU e em atendimento ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, a oitiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), na pessoa de seu Diretor-Geral, para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os indícios de liquidação irregular de despesa dos seguintes serviços:

9.10.1. aquisição e transporte de CAP-20 medidos em quantitativos superiores aos executados no Lote 01, irregularidade caracterizada pela incompatibilidade entre os valores medidos e aqueles verificados pela aplicação dos percentuais de CAP obtidos dos ensaios de acompanhamento da execução dos serviços de CBUQ - binder e CBUQ - capa sobre os quantitativos medidos desses mesmos serviços, resultando num indício de superfaturamento de R$ 1.772.758,60 (um milhão setecentos e setenta e dois mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) (mai/2007);

9.10.2. CBUQ do Lote 02 como sendo todo o quantitativo de CBUQ "faixa C" quando foi efetivamente executado CBUQ "faixa C" e CBUQ "faixa B", resultando num indício de superfaturamento no valor de R$ 18.650,34 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) (mai/2009) até julho de 2011. (3.3)

9.11. recomendar à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, que se abstenha de receber definitivamente, nos termos art. 73, inciso I, alínea **b** da Lei 8.666/1993, as obras objeto do Contrato TT 011/2008, antes da conclusão da perícia a ser realizada sobre a execução dos serviços de Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Meio Fio de Concreto;

9.12. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com fundamento nos arts. 70 e 74, incisos II e IV da Constituição Federal, c/c o art. 49, incisos II e IV da Lei 8.443/1992 (LOTCU) e o art. 27, incisos VI e XVII do Regimento Interno do Dnit, que, tendo em vista o resultado dos ensaios realizados pela auditoria, realize uma perícia sobre a execução do Contrato TT 011/2008, especificamente sobre os seguintes serviços:

9.12.1. Concreto Betuminoso Usinado a Quente Binder AC/BC, CBUQ - Capa de Rolamento, CBUQ - Faixa **b** e CBUQ Faixa **c**, de modo a se verificar:

9.12.1.1. se as espessuras executadas estão de acordo com aquelas definidas em projeto para a pista de rolamento, acostamentos, tapers e acessos, considerando as tolerâncias admitidas nas normas pertinentes;

9.12.1.2. se os quantitativos medidos dos serviços estão de acordo com aquelas executadas;

9.12.1.3. meio fio concreto intransponível, meio-fio tipo MFC 01, meio-fio tipo MFC 05, meio-fio de concreto - MFC 02, meio-fio tipo MFC 05 e meio fio de concreto MFC 01 AC/BC, de modo a se verificar se a resistência do concreto dos blocos pré-moldados utilizados dos meios-fios atende às especificações do serviço;

9.13. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com fulcro no **caput** do art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 251, **caput,** do Regimento Interno do TCU:

9.13.1. em relação ao Contrato 17 00231/2010, corrija o preço contratado para o serviço "corpo de bueiro BSTC D=0,80 m" de modo que o custo da atividade auxiliar "1 A 01 512 60 - concreto ciclópico fck=15MPa AC/BC/PC" seja considerado sem o BDI;

9.13.2. ainda em relação ao mesmo contrato, nos futuros aditivos contratuais que alterem os quantitativos contratados ou que criem novos serviços de corpo de bueiro tubular de concreto, leve em conta o detalhamento dos tipos de tubos já utilizados e a serem usados para a definição dos novos preços;

9.13.3. inclua no Sicro 2 composições de custo unitário para os serviços de corpo de bueiro tubular de concreto utilizando os tubos CA-1, CA-2 e CA-3;

9.14. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que, tão logo sejam realizadas as correções decorrentes dos resultados apresentados nos Pareceres Técnicos de 1/12/2011 e de 3/1/2012, elaborados pela comissão de recebimento das obras e encaminhados ao TCU por meio do Ofício 45/2012 - GAB.SR[ES], ou, caso haja negativa da empresa executora em realizá-los e tão logo sejam tomadas providências a respeito, dê conhecimento dos fatos ao Tribunal de Contas da União, juntamente com a informação acerca das providências tomadas em relação à empresa supervisora.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2229-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2230/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.644/2012-4.
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Responsáveis: Marcos Frizzera Dias (084.442.497-85); Valcir Moreira Págio (005.344.357-85); Wilson Berger Costa (674.760.907-72).
4. Unidade: Prefeitura de Afonso Cláudio - ES.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex/ES).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES, em razão de irregularidades observadas no edital do **Pregão Presencial 49/2012,** da Prefeitura de Afonso Cláudio/ES, para aquisição de máquina pá carregadeira, financiada com recursos do Contrato de Repasse 0348111-97/2010/MAPA/Caixa (Siconv 105855/2010).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU;

9.2. convalidar as medidas processuais adotadas pelo Relator, por meio do despacho, peça 20;

9.3 assinar prazo de 15 (quinze dias), a contar da ciência desta deliberação, com fulcro no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, para que a Prefeitura de Afonso Cláudio/ES, na pessoa do seu representante legal, adote as medidas necessárias com vista a anular qualquer ato ou contrato decorrente do referido certame do Pregão Presencial 49/2012, com fundamento no art. 3º, §1º, inciso I, e no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993; e

9.4. realizar a audiência do Pregoeiro, Marcos Frizzera Dias (CPF 084.442.497-85), do Prefeito de Afonso Cláudio/ES, Wilson Berger Costa (CPF 674.760.907-72), e ainda do Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Valcir Moreira Págio (CPF 005.344.357-85), com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, para que se manifestem acerca da introdução no Pregão Presencial 49/2012 para aquisição de pá carregadeira, de cláusulas que afrontam o disposto no art. 3º, §1º, inciso I, e no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993:

9.4.1. introdução, no Anexo I do Edital do Pregão Presencial 49/2012, de novas especificações técnicas mínimas, mais amplas e pormenorizadas, se comparadas às que constataram dos certames que lhe procederam, 97/2011 e 133/2011, e do Plano de Trabalho, e que parecem restringir o caráter competitivo do processo licitatório, em descumprimento do disposto no art. 3º, §1º, inciso I, e no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993;e

9.4.2. exigência de que a empresa interessada prestasse, em caráter exclusivo, assistência técnica no Estado do Espírito Santo durante o período de garantia da máquina, a despeito de já ter sido a cláusula considerada restritiva ao caráter competitivo;

9.5 dar ciência deste acórdão à Prefeitura de Afonso Cláudio/ES e à empresa PME Máquinas e Equipamentos Ltda., bem como do Relatório e Voto que a fundamentam;

9.6. encaminhar o presente processo à Secex/ES, para dar prosseguimento do feito.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2230-33/12-P.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2231/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.838/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidades: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Eletrobras Distribuição Piauí S.A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria (Fiscobras 2012) realizada na Eletrobras Distribuição Piauí S.A. - EDP (antiga Companhia Energética do Piauí S.A.- CEPISA) - Eletrobras - MME, tendo por objeto o Contrato 110/2009, que diz respeito à Temática "Luz para Todos".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 - com fulcro nos artigos 71, inciso IX, da Constituição Federal e 45, da Lei 8.443/1992, determinar à Eletrobras Distribuição Piauí S.A. - EDP que:

9.1.1 - elabore estudo com a finalidade de identificar as causas das falhas nos dispositivos de proteção, apontadas neste relatório, pautado em laudos técnicos colhidos a partir de amostras de chaves fusíveis e para-raios danificados retirados das redes instaladas nas cidades de Valença do Piauí e Elesbão Veloso, tudo em conformidade com as Normas da ABNT aplicáveis e as demais constantes no Caderno de Especificações Técnicas para Rede de Distribuição Rural do Programa Luz para Todos e, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, os laudos, as conclusões e o plano de ação proposto para minimizar as falhas evidenciadas;

9.1.2 - implemente o plano de inspeção previsto na Cláusula Décima do Contrato 110/2009 com vistas a avaliar a resistência mecânica de postes e cruzetas confeccionados pela Contratada, em conformidade com as Normas da ABNT aplicáveis e as demais constantes no Caderno de Especificações Técnicas para Rede de Distribuição Rural do Programa Luz para Todos, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os laudos e as conclusões dos trabalhos realizados, bem como o planejamento das atividades de controle de qualidade desses serviços até o término do contrato;

9.1.3 - informe, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas com vistas a cumprir os objetivos e metas estabelecidos no Programa Luz para Todos, especialmente quanto aos trabalhos relacionados ao Contrato 110/2009;

9.1.4 - formalize termo aditivo ao Contrato 110/2009 de forma a que sejam retratadas as alterações procedidas às condições inicialmente pactuadas, quanto ao número de ligações domiciliares que foram de fato executadas nos municípios cujas obras foram concluídas, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos pactuados;

9.2 - com fulcro no artigo 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, promover a oitiva da Eletrobras Distribuição Piauí S.A. - EDP para, no prazo de quinze dias, manifestar-se acerca da omissão na aplicação do plano de inspeção técnica dos materiais e serviços adquiridos por meio do Contrato 110/2009, em desacordo com a Cláusula Décima do mesmo ajuste, considerando a possibilidade de terem sido aceitos materiais e serviços de baixa qualidade, conforme impropriedades indicadas no relatório de fiscalização;

9.3 - com fulcro no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno, dar ciência à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf de que a ausência de cláusula de aceitabilidade de preços unitários com valores iguais ou inferiores aos referenciais oficiais (Sinapi) e a possibilidade de preço global acima do orçamento base, constatadas no Edital de Concorrência Nacional CN - 1.92.2007.4130, que deu origem ao Contrato 110/2009, firmado entre a Eletrobras Distribuição Piauí S.A. e empresa Energy Instalações Elétricas Ltda, mostram-se em desconformidade com o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (art. 115 da Lei 11.439/2006 - LDO 2007 - referência para as licitações em apreço);

9.4 - encaminhar cópia do relatório de auditoria e da presente deliberação às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2231-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2232/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.933/2005-9
1.1. Apensos: 000.675/2007-1; 025.472/2008-7; 027.639/2006-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessado: Promotoria de Justiça de Fazenda Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
4. Entidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/RJ
8. Advogados constituídos nos autos: José de Assis Medeiros Neto (OAB/RJ 85104) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação que, nesta fase processual, tratam do monitoramento dos Acórdãos nº 1.181/2008-Plenário e 2.306/2008-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendidas as determinações contidas nos itens 9.6.2, 9.6.4 e 9.7 do Acórdão nº 1.181/2008-Plenário;

9.2. considerar atendidas as determinações contidas nos itens 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3 e 9.5 do Acórdão nº 2.306/2008-Plenário.

9.3. considerar parcialmente atendida a determinação contida no item 9.6.1 do Acórdão nº 1.181/2008-Plenário;

9.4. determinar à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero que:

9.4.1. com relação aos Contratos nº 02.1997.065.0024, 02.1997.065.0023 e 02.1997.065.0038, caso opte pela sua renovação, nos termos previstos nos respectivos contratos, registre nos autos que a solução adotada é vantajosa economicamente, com base em estudos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pormenorizados, efetuados pela concedente, que reflitam a situação do mercado local. Caso opte pela realização de novo procedimento licitatório, notifique tempestivamente o concessionário acerca do desinteresse na prorrogação do referido contrato, cientificando-o do prazo para a desocupação da área;

9.4.2. com relação ao Contrato nº 02.1998.065.0020, caso seja de seu interesse, adote tempestivamente as medidas necessárias para realização de procedimento licitatório destinado a conceder a referida área, notificando o concessionário acerca da impossibilidade de prorrogação do contrato em questão e cientificando-o do prazo para a desocupação da área;

9.4.3. com relação ao Contrato nº 02.1995.065.0036, caso seja de seu interesse, adote as medidas legais cabíveis para regularizar a concessão de uso da área objeto da avença, quando prolatada sentença com trânsito em julgado nos Processos nº 2009.51.01.028368-8 e 2010.51.01.005439-2, em trâmite na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro;

9.4.4. acompanhe atentamente o desenrolar das ações judiciais envolvendo contratos de concessão de uso de áreas do Aeroporto de Jacarepaguá, listadas à fl. 1337 - anexo 9, informando a este Tribunal sobre o desfecho de cada uma delas e sobre as providências adotadas pela entidade para o ressarcimento dos valores que deixaram de ser recolhidos à Infraero em razão dessas ações;

9.5. determinar à Secex/RJ que realize auditoria nos contratos comerciais de concessão de área de uso do Aeroporto de Jacarepaguá, com o objetivo de verificar, além dos aspectos legais, a compatibilidade dos valores contratados com aqueles praticados pelo mercado;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, relatório e voto:

9.6.1. ao Exmo. Sr. Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro Edson Abdon Peixoto Filho, tendo em vista a Ação Civil Pública nº 2009.51.01.012335-1, em trâmite na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro;

9.6.2. aos Exmos. Srs. Juízes Titulares das Varas Federais do Rio de Janeiro onde tramita cada um dos 22 (vinte e dois) processos relacionados à fl. 1337 - anexo 9, bem como ao Conselho Nacional de Justiça;

9.6.3. ao interessado;

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2232-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2233/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.171/2012-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto V: Relatório de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Arysson Siqueira Silva (678.235.057-20); Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00); Marcelo Cotrim Borges (866.943.407-53); Rodrigo Antônio Ribeiro Costa (747.267.907-06); Wanderson Lopes da Silva (452.014.556-20).
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (SECOB-2).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2012, nas obras de duplicação e recuperação da BR 101/RJ, no subtrecho compreendido entre Santa Cruz (km 385,8) e Itacurussá (km 411,96), e do acesso ao Porto de Itaguaí (no Km 403,5 da BR 101/RJ), conduzidas pela Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Rio de Janeiro - Dnit/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura Rodoviária - DNIT, especialmente à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio de Janeiro, que os projetos básicos e executivos desatualizados são ineptos para fundamentar eventual processo licitatório para execução do remanescente das obras da BR-101/RJ no trecho entre Mangaratiba e Itacurussá e do acesso ao Porto de Itaguaí, pois não atendem aos requisitos estabelecidos no art. 7º, incisos I e II, c/c art. 6º, incisos IX e X, todos da Lei n. 8.666/1993;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que:

9.2.1. consoante apurado em fiscalização deste Tribunal (item 3.1.1 do relatório da equipe de auditoria), o indício de irregularidade grave do tipo IG-R constatado em auditoria realizada em 2009, que se enquadra no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), apontado no Contrato TT 267/2009 relativo aos serviços de Instalação/manutenção de canteiro e mobilização/desmobilização de restauração e demais serviços remanescentes da BR-101/RJ no trecho localizado entre Santa Cruz e Itacurussá e acesso ao porto de Itaguaí, subsiste e que seu saneamento depende da apresentação de documentação que comprove a efetiva glosa dos serviços mencionados em atendimento ao item 9.12.1 do Acórdão 1054/2011-TCU-Plenário;

9.2.2. consoante apurado em fiscalização deste Tribunal (item 3.1.2 do relatório da equipe de auditoria), em face da conclusão dos serviços do Contrato TT 227/2006, conforme Termo de Verificação e Aceitação definitivo assinado em 31/5/2010, o indício de irregularidade grave do tipo IG-R constatado no referido ajuste no âmbito do Fiscobras 2009, referente aos serviços de duplicação da BR-101/RJ no trecho localizado entre Santa Cruz e Itacurussá e acesso ao porto de Itaguaí, não mais se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do § 1º do art. 91 da mesma Lei).

9.3. determinar à Secob-1 que proceda, no sistema Fiscalis, a reclassificação do achado de auditorias anteriores do presente relatório (item 3.1.2), alusivo ao indício de Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado apontado no Contrato TT 227/2006 referente às obras de duplicação e obras de arte especiais na rodovia BR-101/RJ, trecho localizado entre Santa Cruz e Itacurussá e acesso ao porto de Itaguaí, de irregularidade grave com recomendação de retenção (IG-R) para irregularidade grave com indicação de continuidade (IG-C);

9.4. determinar à Secob-2 que promova o apensamento dos presentes autos ao TC 011.341/2009-1, em razão da conexão dos assuntos tratados (indício de sobrepreço apontado no Contrato TT 267/2009), remetendo a análise das constatações efetivadas pela Secob-2 deste Tribunal para o âmbito daquele processo.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2233-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2234/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.715/2010-0.
1.1. Apenso: 014.173/2008-0
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Castellar Engenharia Ltda. (02.955.426/0001-24)
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR).
8. Advogados constituídos nos autos: Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011); David Salim Santos Hosni (OAB/MG 130.777); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela empresa Castellar Engenharia Ltda. contra o Acórdão 1.387/2011-Plenário, que julgou suas contas irregulares, condenou-a em débito, solidariamente a outro responsável, e aplicou-lhe multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pela empresa Castellar Engenharia Ltda, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, à recorrente e à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Paraná.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2234-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2235/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.723/2012-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e Município de Altamira/PA
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, integrante do Fiscobras 2012, realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e no Município de Altamira/PA, tendo por escopo verificar a regularidade da aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE no âmbito do programa de construção de quadras poliesportivas nas escolas públicas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. cientificar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE acerca da necessidade da adoção de medidas tendentes a garantir que a obra da quadra esportiva coberta da Escola Municipal Saint Clair Passarinho, no Município de Altamira/PA, seja executada com base nas versões atualizadas dos projetos, haja vista a utilização de projeto desatualizado, em desacordo ao Termo de Compromisso firmado com o referido município;

9.2. cientificar o Município de Altamira/PA e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE sobre as seguintes impropriedades verificadas no contrato 218/2011, resultante da Tomada de Preços 02009-11:

9.2.1 celebração do contrato com valor acima do valor limite ajustado, em dissonância com o art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993, sendo necessário que sejam implementadas medidas para adequar o preço global do contrato ou que seja elaborado relatório técnico circunstanciado justificando a extrapolação do valor de referência, conforme preconiza o art. 125, § 5º da Lei 12.465/2011;

9.2.2. celebração do contrato com base em uma planilha orçamentária que não contempla o item 10.6 da planilha padrão do FNDE e apresenta um quantitativo superior para o item 7.3, em ofensa ao Manual das Quadras Esportivas Cobertas - Orientações gerais para preenchimento dos dados no SIMEC, para que essas entidades adotem as medidas necessárias para adequar o Contrato 226/2011 às premissas estabelecidas pelo FNDE para a construção das quadras esportivas escolares;

9.2.3. ausência das composições dos custos unitários da planilha orçamentária, do detalhamento do BDI e dos encargos sociais relativos ao contrato, bem como de exigência editalícia no sentido de as licitantes apresentarem proposta com tais elementos, em dissonância com os ditames estabelecidos no art. 6º, inciso IX, alínea f; art. 7º, § 2°, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93;

9.3. recomendar ao Município de Altamira/PA que faça constar de suas vindouras leis orçamentárias os recursos suficientes a realização das manutenções preventivas na edificação ora em apreço;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e ao Município de Altamira/PA;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2235-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2236/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.305/2012-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e Município de Aquiraz/CE
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, integrante do Fiscobras 2012, realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e no Município de Aquiraz/CE, tendo por escopo verificar a regularidade da aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE no âmbito do programa de construção de quadras poliesportivas nas escolas públicas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. cientificar o Município de Aquiraz/CE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE acerca da impropriedade observada no contrato decorrente da concorrência 2011.09.01.001, no que se refere à escola João Pires Cardoso, no que diz respeito à ausência de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários acompanhada das composições de seus custos unitários, do BDI e dos encargos sociais utilizados, bem como a falta de exigência editalícia no sentido de as licitantes apresentarem proposta com tais elementos, em dissonância com os ditames estabelecidos no art. 6º, inciso IX, alínea f; art. 7º, § 2°, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93;

9.2. recomendar ao Município de Aquiraz/CE que faça constar de suas vindouras leis orçamentárias os recursos suficientes a realização das manutenções preventivas na edificação ora em apreço;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e ao Município de Alta Floresta/MT;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2236-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2237/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.337/2012-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Município de Campo Formoso/BA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, integrante do Fiscobras 2012, realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e no Município de Campo Formoso/BA, com vistas a avaliar as obras de construção de quadra esportiva coberta com palco da Escola Davino Carneiro, localizada no povoado de São Tomé do referido município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Campo Formoso/BA e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE sobre as seguintes ocorrências detectadas no Lote 2 do Contrato 880/2011, resultante da Concorrência Pública n.º 002/2011 e referente à construção da quadra esportiva da Escola Davino Carneiro, para a adoção das providências cabíveis:

9.1.1. celebração de contrato acima do valor de referência admitido por este Tribunal para obras similares no âmbito do programa em análise, em dissonância com o art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993, sendo necessário que sejam implementadas medidas para adequar o preço global do contrato ou que seja elaborado relatório técnico circunstanciado justificando a extrapolação do valor de referência, conforme preconiza o art. 125, § 5º, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012);

9.1.2. ausência das composições dos custos unitários da planilha orçamentária, do detalhamento do BDI e dos encargos sociais relativos ao contrato, bem como de exigência editalícia no sentido de as licitantes apresentarem proposta com tais elementos, em dissonância com os ditames estabelecidos no art. 6º, inciso IX, alínea f; art. 7º, § 2°, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93.

9.2. recomendar ao Município de Campo Formoso/BA que faça constar de suas vindouras leis orçamentárias os recursos suficientes a realização das manutenções preventivas nas edificações ora em apreço;

9.3 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, à Prefeitura Municipal de Campo Formoso/BA, ao Ministério da Educação e à 6ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2237-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2238/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.338/2012-5.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Município de Campo Formoso/BA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade, integrante do Fiscobras 2012, realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e no Município de Campo Formoso/BA, com vistas a avaliar as obras de construção de quadra esportiva coberta com palco da Escola Rosalvo Luiz Celestino, localizada no povoado de Lajes dos Negros do referido município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Campo Formoso/BA e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE sobre as seguintes ocorrências detectadas no Lote 1 do Contrato 880/2011, resultante da Concorrência Pública n.º 002/2011 e referente à construção da quadra esportiva da Escola Rosalvo Luiz Celestino, para a adoção das providências cabíveis:

9.1.1. celebração de contrato acima do valor de referência admitido por este Tribunal para obras similares no âmbito do programa em análise, em dissonância com o art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993, sendo necessário que sejam implementadas medidas para adequar o preço global do contrato ou que seja elaborado relatório técnico circunstanciado justificando a extrapolação do valor de referência, conforme preconiza o art. 125, § 5º, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012);

9.1.2. ausência das composições dos custos unitários da planilha orçamentária, do detalhamento do BDI e dos encargos sociais relativos ao contrato, bem como de exigência editalícia no sentido de as licitantes apresentarem proposta com tais elementos, em dissonância com os ditames estabelecidos no art. 6º, inciso IX, alínea f; art. 7º, § 2°, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93. (3.2);

9.2. recomendar ao Município de Campo Formoso/BA que faça constar de suas vindouras leis orçamentárias os recursos suficientes a realização das manutenções preventivas nas edificações ora em apreço;

9.3 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, à Prefeitura Municipal de Campo Formoso/BA, ao Ministério da Educação e à 6ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2238-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2239/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.357/2012-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Natureza: Representação
3. Interessados: Progetto Arquitetura, Engenharia e Construções Ltda..
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
8. Advogado constituído nos autos: Karina Bronzon de Castilho, OAB/DF 20.971.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Progetto Arquitetura, Engenharia e Construções Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 175/2012, deflagrada pela Fundação Universidade de Brasília/Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (FUB/Ceplan).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/1992 e o art. 251 do Regimento Interno, assinar o prazo de 15 (quinze) dias para que o FUB/Ceplan adote as medidas necessárias à anulação da Concorrência 175/2012;

9.3. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília/Centro de Planejamento Oscar Niemeyer que, na condução da Concorrência 175/2012, promovida pela entidade, foram identificadas as seguintes irregularidades:

9.3.1. acumulação das exigências de capital mínimo (R$ 290.000,00) e garantia de 1% do valor estimado do objeto da contratação (subitens 6.5.6.5 e 6.5.6.6 do edital), respectivamente, em desconformidade com o §2º, art. 31, da Lei 8.666/1993;

9.3.2. exigência de visto no Crea/DF, para efeitos de habilitação, para empresas registradas no Conselho de outra região (subitem 6.5.5.1 do edital), contrariando a jurisprudência do Tribunal;

9.3.3. exigência de comprovação de elaboração de projetos com pelo menos 25.000 m^2 de área construída, no que se refere ao complexo "Praça Maior" (subitem 6.5.5.4 do edital), o que supera 50% da área da maior das edificações que compõem o conjunto, sem que conste do processo justificativas técnicas fundamentadas e circunstanciadas para a necessidade de se considerar como parâmetro, para fins de comprovação de capacidade técnica, a área total do complexo;

9.3.4. exigência de comprovação de capacidade técnica por meio de apenas um único atestado (subitem 6.5.5.4 do edital), sem que conste do processo justificativas técnicas fundamentadas e circunstanciadas;

9.4. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à FUB/Ceplan e à representante;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2239-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2240/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-002.623/2007-4
2. Grupo I, Classe I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
3. Recorrente: Wagner Ribeiro de Barros, (ex-prefeito, CPF 523.327.306-30)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Secex/MG e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de revisão interposto por Wagner Ribeiro de Barros contra ao Acórdão nº 1.974/2008-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com base no art. 35 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1 não conhecer do recurso de revisão;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2240-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2241/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-007.497/2012-1
2. Grupo I, Classe VII - Representação
3. Representante: Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ nº 00.308.141/0001-76)
4. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 8ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, interposta pela empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico por Registro de Preço nº 02/2012, para contratação de empresa especializada para implementação de processos de governança de TI (tecnologia da informação) e gerenciamento de serviços de TI, para o ambiente da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 237, inciso VII, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em:

9.1 - conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 - determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:

9.2.1 - se abstenha de autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico por Registro de Preço 02/2012;

9.2.2 - se abstenha de exigir, como condição de qualificação técnica na fase de habilitação, que os licitantes possuam em seu quadro permanente os profissionais com as certificações requeridas;

9.2.3 - ao lançar processo licitatório, atente para as condições expressas no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, de forma a não utilizar sistema de registro de preços quando as peculiaridades do objeto a ser executado, sua localização e ambiente de implementação indiquem que só será possível uma única contratação;

9.3 - dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à representante, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à empresa Alive Technologies Consultoria e Assessoria em Informática Ltda.;

9.4 - arquivar o processo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2241-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2242/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.915/2006-7
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão (em processo de Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Antônio Primo de Queiroz, ex-prefeito (CPF 070.872.413-20).)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Moreilândia/PE
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secex/PE e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Ignácio Raphael de Souto Júnior (OAB/PE 19.536) e Wilson Filho Miranda Lucena (OAB/PE 7.742-E)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em fase de recurso de revisão interposto ao Acórdão 4.533/2010 - TCU - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, 23, inciso II, 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão 4.533/2010 - TCU - 1ª Câmara;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Antônio Primo de Queiroz, dando-lhe quitação;
9.3. notificar o recorrente do teor desta deliberação;
9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e ao FNDE, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2242-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2243/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.010/2011-4
1.1. Apensos: TC-034.460/2011-0 e TC-033.728/2011-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria de Obra
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-1
8. Advogados constituídos nos autos: Fernando Couto Garcia (OAB/MG 94.049) e Nilson Rogério Pinto Leão (OAB/MG 50.515)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, realizada no âmbito do Fiscobras 2012, nas obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, com recursos provenientes dos programas de trabalho orçamentários - PTs 12.302.1073.6379.0001/2010 e 12.302.1073.14IM.0031/2012.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 91, §9º, e 96 da Lei 12.465/2011 (LDO 2012), em:
9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P) no Edital da Concorrência 1/2011 da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), relativo aos serviços de ampliação do Hospital Universitário, e que seu saneamento depende da adoção das medidas previstas no Acórdão-TCU 1.999/2012 - Plenário, que determinou à Universidade: (i) renegociar os preços com a primeira colocada do certame, de modo a se ajustarem aos patamares de mercado ou, alternativamente, (ii) anular a licitação;
9.2. retornar os autos à Secob-1 para que dê prosseguimento à instrução do feito.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2243-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2244/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-037.249/2011-8
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: 1ª Secex, 8ª Secex e Sefid-1
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, na qual se requer que o TCU realize auditoria acerca das medidas tomadas pelo governo federal para o escoamento da produção agropecuária.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 38 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 4º, inciso I, alínea "b", 14, inciso IV e 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, em:
9.1 - conhecer da presente solicitação, considerando-a integralmente atendida;
9.2 - enviar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, aos seguintes órgãos e entidades:
9.2.1 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados;
9.2.2 - Conselho Nacional de Integração e Políticas de Transporte;
9.2.3 - Ministério dos Transportes;
9.2.4 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
9.2.5 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
9.2.6 - Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
9.2.7 - Secretaria de Portos da Presidência da República;
9.2.8 - Agência Nacional de Transportes Terrestres;
9.2.9 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
9.2.10 - Casa Civil da Presidência da República;
9.2.11 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
9.2.12 - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo;
9.3 - arquivar o processo.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2244-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2245/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.391/2012-5.
2. Grupo II - Classe V- Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-2.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-2 no lote 3 das obras de construção da BR-158, em trecho localizado entre as cidades de Campo Mourão e Palmital, no estado do Paraná.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 169; 179, § 6º e 276, § 5º do Regimento Interno, em:
9.1. revogar, por perda de objeto, a medida cautelar adotada nestes autos (peça 58);
9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não mais subsistem motivos para enquadramento do Contrato 060/2012-00 (relativo as obras de construção de trecho rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR, vinculadas ao PT 26.782.2075.128W.004) no inciso IV, § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), vez que a licitação originária foi anulada pelo Dnit;
9.3. nos termos do art. 242, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Dnit que, tão-logo concluídas as correções do projeto básico que deverá nortear a licitação substitutiva da Concorrência Pública 478/2010-09 (anulada conforme DOU de 20/7/2012, seção 3, p. 119), encaminhe a este Tribunal as cópias das respectivas peças, bem como do correspondente edital, para fins de acompanhamento;
9.4. determinar à Secob-2, com base nos arts. 241 e 242 do RI/TCU, que realize o acompanhamento do comando constante do item 9.3, representando a este Tribunal caso persistam as irregularidades apontadas neste processo ou sejam apuradas novas falhas;
9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2245-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2246/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.175/2012-4.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-3.
8. Advogados: Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110), Juliana Cavalcante Aguiar Cruz da Silva (OAB/RJ 149.564) e outros.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no período de 19/3 a 4/5/2012, com o objetivo de fiscalizar a implantação da Usina Termelétrica (UTE) Baixada Fluminense, no município de Seropédica/RJ, obra integrante do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:
9.1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 42, § 1º, da Lei 8.443/1992 e no art. 245, § 1º, do Regimento Interno/TCU, assinar prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, para que a Petróleo Brasileiro S.A. entregue ao Tribunal toda a documentação acerca dos estudos de viabilidade técnica e econômica do empreendimento UTE Baixada Fluminense, compreendendo:
9.1.1. estudos das alternativas de implantação do empreendimento;
9.1.2. estudos técnicos das fases I, II e III do empreendimento;
9.1.3. estudos de viabilidade econômica do empreendimento;
9.1.4. atos de aprovação dos referidos estudos;
9.1.5. relatórios, pareceres técnicos e jurídicos sobre os estudos;
9.1.6. nome completo, cargo e CPF dos responsáveis pela entrega dos documentos indicados nos subitens anteriores.
9.2. determinar à Secob-3 que autue processo de acompanhamento com vistas a avaliar eventuais aditivos firmados no âmbito do contrato 0802.0071016.11.2, referente às obras de implantação da UTE Baixada Fluminense, ficando a unidade técnica autorizada, desde já, a promover eventuais diligências e inspeções porventura necessárias para sanear o feito;
9.3. juntar cópias do relatório de auditoria e das evidências "Estimativa de Custos da Petrobras", "Demonstrativo de Formação de Preços - DFP" e "Carta Convite" ao TC 006.810/2011-0, a fim de subsidiar seu exame; e
9.4. encaminhar à Petrobras e ao Ministério de Minas e Energia cópia do inteiro teor do relatório de auditoria e desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2246-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2247/2012 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 007.518/2005-5.
1.1. Apenso: TC 008.962/2010-3
2. Grupo II - Classe VII - Representação.
3. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MPTCU.
3.1. Responsáveis: Aláudio de Oliveira Mello Junior (CPF 004.306.502-30); Anivaldo Juvenil Vale (CPF 078.591.476-53); Flora Valladares Coelho (CPF 012.369.897-91); Hélio Francisco dos Santos Graça (CPF 005.459.962-87); Humberto Conde (CPF 003.931.005-10); Jorge Luiz Soares Santos (CPF 033.031.522-68); Jorge Nemetala José Filho (CPF 005.790.092-20); José Artur Guedes Tourinho (CPF 008.645.602-49); José Benevenuto Ferreira Virgolino (CPF 000.192.242-49); José Maria Gomes Trindade (CPF 019.654.092-53); José das Neves Capela (CPF 000.249.372-15); João Augusto Barbosa Monteiro (CPF 001.062.242-04); Luiz Benedito Varela (CPF 001.301.922-87); Mário Jorge de Macedo Bringel (CPF 001.048.252-00); Silvestre de Castro Filho (CPF 003.349.954-34).
4. Unidade: Banco da Amazônia S.A. - Basa.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Lucas Rocha Furtado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo Estado de Roraima - Secex/RR.

8. Advogada: Ceres Yara Negreiros da Silva Sampaio (OAB 1227/RJ).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de irregularidades em operação de renegociação de dívidas e de concessão de crédito para capital de giro realizada entre a empresa Frangonorte Indústria e Comércio Ltda. e o Banco da Amazônia S.A. - Basa, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. considerar revel o Sr. Jorge Luiz Soares Santos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José das Neves Capela;

9.3. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Luiz Benedito Varela, Aláudio de Oliveira Mello Junior, Hélio Francisco dos Santos Graça, José Artur Guedes Tourinho, Mário Jorge de Macedo Bringel, João Augusto Barbosa Monteiro, Flora Valladares Coelho, José Benevenuto Ferreira Virgolino, Jorge Nemetala José Filho, José Maria Gomes Trindade, Humberto Conde, Silvestre de Castro Filho, Anivaldo Juvenil Vale, conforme explicitado no relatório e no voto que fundamentam o presente acórdão;

9.4. em razão do caráter formal das ocorrências e das demais peculiaridades do caso concreto, deixar de aplicar sanção aos Srs. Silvestre de Castro Filho, Anivaldo Juvenil Vale e Humberto Conde;

9.5. com fundamento no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 268, incisos II e III, do Regimento Interno, aplicar, individualmente, multa aos responsáveis, nos valores a seguir indicados, a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

9.5.1. Luiz Benedito Varela: R$ 20.000,00;
9.5.2. Aláudio de Oliveira Mello Junior: R$ 20.000,00;
9.5.3. Hélio Francisco dos Santos Graça: R$ 20.000,00;
9.5.4. José Artur Guedes Tourinho: R$ 30.000,00;
9.5.5. Mário Jorge de Macedo Bringel: R$ 20.000,00;
9.5.6. João Augusto Barbosa Monteiro: R$ 10.000,00;
9.5.7. Flora Valladares Coelho: R$ 30.000,00;
9.5.8. José Benevenuto Ferreira Virgolino: R$ 30.000,00;
9.5.9. Jorge Nemetala José Filho: R$ 30.000,00;
9.5.10. José Maria Gomes Trindade: R$ 16.000,00;
9.5.11. Jorge Luiz Soares Santos R$ 16.000,00;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.8. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada uma;

9.10. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. determinar ao Banco da Amazônia S.A. - Basa que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, todas as ações judiciais por ele promovidas (e o estágio atual de cada uma delas) com o intuito de recuperar os créditos inadimplidos pela empresa Frangonorte, à conta do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO;

9.12. determinar à Secex/RR que monitore, em processo apartado, o andamento das ações de execução a serem informadas pelo Basa nos termos do subitem 9.11.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2247-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2248/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.792/2008-7.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Alexandre Braga Pegado (CPF 586.650.644-00).
4. Unidade: Município de Conceição/PB.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: José Marcílio Batista (OAB/PB 8.535).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Sr. Alexandre Braga Pegado contra o acórdão 2.264/2011 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2248-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2249/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.240/2012-2.
2. Grupo I - Classe V - Levantamento de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro - TRE/RJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-1.
8. Advogado: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-1 no edital de concorrência 1/2012 - TRE/RJ, lançado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para contratação da execução das obras de construção do edifício-sede daquele órgão,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 169 do Regimento Interno, em:

9.1. dar ciência ao TRE/RJ das irregularidades identificadas na concorrência 1/2012, enviando-lhe cópia do relatório de auditoria à peça 22 dos autos, bem como desta deliberação, acompanhada do voto e relatório que a sustentam;

9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2249-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2250/2012 - TCU - Plenário

1. Processo TC-004.794/2012-5
2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Bento Moreira Lima Neto (000.571.693-49); Celso Itajuba Ferreira Borgneth (001.859.733-53); Elpídio Gomes da Silva Filho (035.292.152-87); Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00); Lusivaldo Moraes dos Santos (278.745.243-49); Sílvio Romano Benjamin Júnior (233.990.902-34); Washington de Oliveira Viegas (001.379.603-87), Eram - Estaleiro Rio Amazonas Ltda.
4. Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Companhia Docas do Maranhão - Codomar.
5. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secob-4.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria realizada pela Secob-4, objetivando verificar a execução das obras de Construção de Terminal Fluvial no Município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas - PT nº 26.784.2073.127G.0217/2012, objeto do Convênio 269/2005-DAQ-Dnit celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Companhia Docas do Maranhão - Codomar,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, e 250, inciso V, do Regimento Interno, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. realizar oitiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para que apresente, no prazo de quinze dias, manifestação a respeito do indício de superfaturamento e das deficiências dos projetos básico e executivo das obras de construção do terminal hidroviário de Benjamin Constant/AM;

9.2. realizar oitiva da Companhia Docas do Maranhão (Codomar), para que apresente, no prazo de quinze dias, manifestação a respeito: do indício de superfaturamento; do adiantamento de pagamentos no Contrato 24/2006 - Codomar; das deficiências dos projetos básico e executivo; das irregularidades observadas quanto aos acréscimos ao Contrato 24/2006-Codomar em percentual superior ao legalmente permitido; e do indício de deficiências na fiscalização das obras de construção do terminal hidroviário de Benjamin Constant/AM;

9.3. realizar oitiva do Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (Eram), para que apresente, no prazo de quinze dias, manifestação a respeito do indício de superfaturamento e do indício de adiantamento de pagamentos no Contrato 24/2006 - Codomar, referente à obra de construção do terminal hidroviário de Benjamin Constant/AM;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Secretaria de Controle Externo do Estado do Amazonas (Secex/AM) e à 1ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (1ª Secex);

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Dnit, à Codomar e à empresa Eram - Estaleiro Rio Amazonas Ltda.;

9.6. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que as irregularidades observadas na execução das obras relativas à Construção de Terminal Fluvial do Município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas - PT nº 26.784.2073.127G.0217/2012 não se enquadram no art. 91, § 1º, inciso IV, da Lei 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012), e

9.7. restituir os autos à Secob-4 para continuidade da instrução.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.
11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2250-33/12-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2251/2012 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-005.313/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo - 5ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da auditoria realizada na Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego no período compreendido entre 2/8 e 23/9/2011, em cumprimento ao Acórdão n. 421/2011 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, determinar a audiência:

9.1.1. dos responsáveis abaixo listados, por terem aprovado projetos de qualificação, por meio das Notas Técnicas e Pareceres Técnicos referenciados, com quantitativo de pessoas a serem qualificadas não fundamentado em critérios técnicos e objetivos para definição do número de trabalhadores a serem treinados, sem levar em consideração aspectos como a real demanda pelos treinamentos, a definição precisa do público alvo, os locais para realização dos cursos e a garantia de inserção dos profissionais qualificados no mercado de trabalho, sem se basear em documentos técnicos, metodologias ou bancos de dados, sem consultar os sistemas e registros administrativos como PNAD, PED, RAIS, CAGED, mapas ocupacionais, estudos de prospecção de emprego formal e estudos do nível de escolaridade e qualificação da força de trabalho, o que demonstrou falta de planejamento na definição de vagas dos cursos e o descumprimento da Resolução Codefat n. 575/2008 quando da análise da definição do número de pessoas que demandariam os cursos de qualificação, contrariando o item 3 (Efetividade Social PNQ) do termo de referência aprovado pela Resolução n. 575/2008 - Codefat e o art. 4º do mesmo normativo:

9.1.1.1. da Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 - Convênio n. 749.543, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 654/2010 - Convênio n. 748.578, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010 - Convênio n. 748.691, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 706/2010 - Convênio n. 749.266 e Nota Técnica COPLAP/CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010 - CPP n. 19/2009;

9.1.1.2. do Sr. Anderson Alexandre dos Santos, CPF n. 042.793.597-09, na qualidade de Coordenador-Geral de Qualificação, desde 17/3/2009: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 - Convênio n. 749.543, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 654/2010 - Convênio n. 748.578, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010 - Convênio n. 748.691, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 706/2010 - Convênio n. 749.266 e Nota Técnica COPLAP/CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010 - CPP n. 19/2009;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1.1.3. da Sra. Anete Alves Fernandes Fidelis, CPF n. 146.269.501-91, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação-Substituta, em 11/9/2009, 12/11/2009, 16/6/2009 e 9/10/2009: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.231/2009 - CPP 26/2009, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009 - CPP n. 5/2010, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008 - CPP n. 11/2009 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009 - CPP n. 15/2009;

9.1.1.4. do Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 12/2/2009 a 7/4/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010 - Convênio n. 723.126, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008 - CPP n. 11/2009 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009 - CPP n. 15/2009;

9.1.1.5. do Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego, desde 13/4/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 - Convênio n. 749.543, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 654/2010 - Convênio n. 748.578, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010 - Convênio n. 748.691 e Nota Técnica COPLAP/CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010 - CPP n. 19/2009;

9.1.1.6. do Sr. Ezequiel Souza do Nascimento, CPF n. 339.653.821-87, na qualidade Secretário de Políticas Públicas de Emprego, de 8/2/2008 a 13/4/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010 - Convênio n. 723.126, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.231/2009 - CPP n. 26/2009, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009 - CPP n. 5/2010, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008 - CPP n. 11/2009, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008 - CPP n. 12/2009, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008 - CPP n. 8/2008 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009 - CPP n. 15/2009;

9.1.1.7. da Sra. Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos, CPF n. 355.517.711-72, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação, de 28/2/2008 a 9/3/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010 - Convênio n. 723.126, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008 - CPP n. 12/2009 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008 - CPP n. 8/2008;

9.1.1.8. do Sr. José Geraldo Machado Junior, CPF n. 736.227.887-04, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação-Substituto, em exercício em 11/11/2009 e 16/11/2009: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.231/2009 - CPP n. 26/2009 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009 - CPP n. 5/2010;

9.1.1.9. do Sr. Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira, CPF n. 334.477.481-68, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego-Substituto, em exercício em 20/8/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 706/2010 - Convênio n. 749.266;

9.1.1.10. do Sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá, CPF n. 301.571.291-87, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 22/2/2008 a 3/2/2009: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008 - CPP n. 12/2009 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008 - CPP n. 8/2008;

9.1.2. dos responsáveis abaixo indicados, por terem aprovado projeto de Planseq, mediante as Notas Técnicas e Pareceres Técnicos referenciados, sem análise da adequação dos respectivos custos aos valores de mercado, autorizando-o com base no valor máximo do custo médio aluno-hora admitido pelo Codefat, com risco de ofensa ao princípio da economicidade exposto no art. 11 do Decreto n. 6.170/2007, agindo, ainda, em desconformidade com o disposto no art. 10 da Resolução Codefat n. 575/2008, c/c o item 9 do Termo de Referência que a acompanha, e em descumprimento à determinação consignada no item 9.11.1 do Acórdão n. 2.261/2005 - Plenário:

9.1.2.1. Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010;

9.1.2.2. Sr. José Geraldo Machado Júnior, CPF n. 301.571.291-87, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação-Substituto, em 11/11/2009 e 16/11/2009: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009;

9.1.2.3. Sra. Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos, CPF n. 355.517.711-72, na qualidade de Coordenadora Geral de Qualificação, de 28/2/2008 a 9/3/2010: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010;

9.1.2.4. Sra. Anete Fernandes Alves Fidelis, CPF n. 146.269.501-91, na qualidade de Coordenadora Geral de Qualificação Substituta, em 11/11/2009, 12/11/2009, 16/6/2009 e 9/10/2009: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009;

9.1.2.5. Sr. Anderson Alexandre dos Santos, CPF n. 042.793.597-09, na qualidade de Coordenador Geral de Qualificação, desde 17/3/2009: Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010;

9.1.2.6. Sr. Ezequiel Souza do Nascimento, CPF n. 339.653.821-87, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego, de 8/2/2008 a 13/4/2010: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 863/2009 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010;

9.1.2.7. Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 12/2/2009 a 7/4/2010 e Secretário de Políticas Públicas de Emprego, desde 13/4/2010: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 096/2008, Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 929/2009 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2010, e na condição de Secretário, mediante Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010, Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010 e Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 564/2010;

9.1.2.8. Sr. Marcelo Aguiar, CPF n. 301.571.291-87, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 22/2/2008 a 3/2/2009: Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 519/2008 e Parecer Técnico CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 523/2008;

9.1.3. dos responsáveis abaixo indicados, pela aprovação dos editais referenciados, sem estabelecer critérios técnicos e objetivos para selecionar as entidades convenentes, na medida em que não definiram a forma como seria graduada a pontuação aos participantes do chamamento público, acarretando o desconhecimento de como foi atribuída a pontuação para cada participante da chamada pública, o possível favorecimento de entidades concorrentes e comprometendo o atendimento aos princípios constitucionais da isonomia e impessoalidade e, ainda, descumprindo o art. 40, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993 e o art. 5º, inciso II, da então vigente Portaria Interministerial n. 127/2008:

9.1.3.1. Sra. Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos, CPF n. 355.517.711-72, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação - Substituta, em exercício em 25/11/2009: editais das CPPs ns. 5/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE 1060/2009) e 8/2008 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.107/2008);

9.1.3.2. Sr. Manoel Eugenio Guimarães de Oliveira, CPF n. 334.477.481-68, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego - Substituto, em exercício em 25/11/2008: edital da CPP n. 12/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.001/2008);

9.1.3.3. Sra. Aline Ferreira dos Santos, CPF n. 805.268.455-20, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação - Substituta, em exercício em 16/7/2010: edital da CPP n. 19/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 874/2010);

9.1.3.4. Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010: edital da CPP n. 19/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 874/2010);

9.1.3.5. Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Secretário da SPPE, desde 13/4/2010: edital da CPP n. 19/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 874/2010);

9.1.3.6. Sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá, CPF n. 301.571.291-87, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 22/2/2008 até 3/2/2009: edital da CPP n. 8/2008 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.107/2008);

9.1.3.7. Sr. José Geraldo Machado Júnior, CPF n. 736.227.887-04, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação - Substituto, em exercício em 20/11/2009, em 13/11/2009, em 11/11/2009 e em 5/11/2009: editais das CPP ns. 11/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.168/2009), 26/2010 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.284/2009), 5/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.060/2009) e 15/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.202/2009);

9.1.3.8. Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento, CPF n. 339.653.821-87, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas e Emprego do MTE, de 8/2/2008 até 13/4/2010: editais das CPP ns. 11/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.168/2009), 26/2010 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.284/2009), 5/2010 (Nota Informativa CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.060/2009), 8/2008 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.107/2008) e 15/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.202/2009);

9.1.3.9. Sra. Anete Alves Fernandes Fidelis, CPF n. 146.269.501-91, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação Substituta, em exercício em 13/11/2009, em 11/11/2009 e em 4/11/2009: editais das CPP ns. 11/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.168/2009), 26/2010 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.284/2009) e 15/2009 (Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.202/2009);

9.1.4. dos responsáveis abaixo indicados, por terem celebrado os convênios referenciados, com entidade que não reunia condições técnicas e operacionais para executar o objeto pactuado, aceitando firmar parceria com instituição sem atestados de capacidade técnica e operacional, em afronta ao art. 1º, § 2º, art. 5º, § 2º, art. 22, todos da então vigente Portaria Interministerial n. 127/2008, ao art. 5º, Decreto n. 6.170/2007 e ao item 9.11.2 do Acórdão n. 2.261/2005 - Plenário, assumindo o risco de que os cursos de qualificação fossem subcontratados ou não realizados, o que comprometeria, portanto, a efetividade das ações:

9.1.4.1. Srs. Ezequiel Sousa do Nascimento, CPF n. 339.653.821-87, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego, de 8/2/2008 até 13/4/2010, Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Diretor do Departamento de Qualificação, de 12/2/2009 até 7/4/2010, e Sra. Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos, CPF n. 355.517.711-72, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação, de 28/2/2008 até 9/3/2010: Convênio n. 726.123, aprovado pela Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.216/2009;

9.1.4.2. Sr. Manoel Eugenio Guimarães de Oliveira, CPF n. 334.477.481-68, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego - Substituto, em exercício em 20/8/2010, Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010, e Sr. Anderson Alexandre dos Santos, CPF n. 042.793.597-09, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação, desde 17/3/2009: Convênio n. 749.266, aprovado pela Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 706/2010;

9.1.4.3. Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010, Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego, desde 13/4/2010, e Sr. Anderson Alexandre dos Santos, CPF n. 042.793.597-09, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação, desde 17/3/2009: Convênios ns. 748.691, aprovado pela Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 655/2010 e 748.578, aprovado pela Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 654/2010;

9.1.4.4. Sra. Ana Paula da Silva, CPF n. 763.588.959-15, na qualidade de Diretora do Departamento de Qualificação, desde 6/5/2010, Sr. Carlo Roberto Simi, CPF n. 330.130.557-15, na qualidade de Secretário de Políticas Públicas de Emprego, desde 13/4/2010, e Sr. Anderson Alexandre dos Santos, CPF n. 042.793.597-09, na qualidade de Coordenadora-Geral de Qualificação, desde 17/3/2009: Convênio n. 749.543, aprovado pela Nota Técnica CGQUA/DEQ/SPPE/MTE n. 1.089/2010;

9.1.5. do Sr. Adair Antônio de Freitas Meira, CPF n. 280.486.011-68, na qualidade de Presidente da Fundação Pró-Cerrado, desde 28/4/2000, pela prática das seguintes irregularidades na execução do Convênio MTE/SPPE/Codefat n. 064/2009 (Siconv n. 726.100):

9.1.5.1. subestabelecimento, à Renapsi, do objeto dos Convênios ns. 726.100, 726071, 726.075, 728.980 e 743.309, em violação à alínea **qq** do inciso II da cláusula terceira do termo de convênio, com o agravante de o responsável ser dirigente das duas entidades, como constatado após consulta a sistemas públicos de dados, nos quais se verificou que o Sr. Adair Antônio de Freitas Meira, Presidente da Fundação Pró-Cerrado e signatário do Convênio Siconv n. 726.100, consta como Presidente da Renapsi desde 6/4/2010, e que o Sr. Gilberto Aristeu Beltrame, tesoureiro da Pró-Cerrado desde 28/4/2000, aparece como Presidente da Renapsi no período de 20/4/2009 a 6/4/2010;

9.1.5.2. fraude à cotação prévia de preços que resultaram na contratação da Renapsi no Convênio n. 726.100, Processo FPC n. 174/2010, relativo à contratação de equipe técnica, no qual as propostas dos demais participantes, o Centro de Capacitação e Desenvolvimento Crescimento e a Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda., foram determinadas por meio de aplicação de índices sobre a proposta da Renapsi (1,023 e 1,0255, respectivamente), consoante demonstra o quadro a seguir, configurando violação do § 3° do art. 46 da então vigente Portaria Interministerial n. 127/2008, da alínea **g** do inciso II da cláusula terceira do Convênio n. 726.100, e dos princípios da impessoalidade e da moralidade:

Quadro 9

Convênio n. 064/2009 (Planseq Afrodescendentes)

Item da proposta	Renapsi Valor (12 meses)	Crescimento Valor (12 meses)	Iniciativa Valor (12 meses)	Índice Crescimento/Renapsi	Índice Iniciativa/Renapsi
Coordenador geral	R$ 54.000,00	R$ 55.242,00	R$ 55.377,00	1,02300	1,02550
Coordenador pedagógico	R$ 40.800,00	R$ 41.738,40	R$ 41.840,40	1,02300	1,02550
Supervisores de monitoramento e inserção	R$ 67.200,00	R$ 68.745,60	R$ 68.913,60	1,02300	1,02550
Assitentes	R$ 36.000,00	R$ 36.828,00	R$ 36.918,00	1,02300	1,02550
Profissionais de limpeza e manutenção	R$ 5.100,00	R$ 5.217,30	R$ 5.230,05	1,02300	1,02550
Educadores e instrutores	R$ 374.256,00	R$ 382.863,89	R$ 383.799,53	1,02300	1,02550
Encargos sociais	R$ 115.527,24	R$ 118.184,37	R$ 118.473,18	1,02300	1,02550
Total	R$ 692.883,24	R$ 708.819,56	R$ 710.551,76	1,02300	1,02550

9.1.5.3. contratação da Renapsi, no âmbito do Convênio n. 726.100, sem que a entidade comprovasse capacidade técnica e operacional e sem autorização estatutária para prestação dos serviços de fornecimento de lanches, transporte de educandos, manutenção e reparo de máquinas, equipamentos e instalações prediais;

9.2. determinar, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - Renapsi, CNPJ n. 37.381.902/0001-25, do Centro de Capacitação e Desenvolvimento - Crescimento, CNPJ n. 06.338.499/0001-28 e da Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda., CNPJ n. 07.626.372/0001-77, para fins de aplicação da declaração de inidoneidade prevista no art. 46 da Lei n. 8.443/1992, em razão da fraude na cotação prévia de preços, objeto do Processo FPC n. 174/2010, relativo à contratação de equipe técnica, no âmbito do Convênio n. 726.100, haja vista que as propostas do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Crescimento e da Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda. foram determinadas por meio da aplicação de índices (1,023 e 1,0255, respectivamente) sobre a proposta da Renapsi;

9.3. determinar à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego que, em atendimento ao disposto no item 9.9.2 do Acórdão n. 2.261/2005 - Plenário, apure o valor não comprovado na execução financeira das despesas nos Convênios ns. 726.100, 726.071, 726.075, 728.980 e 743.309, uma vez que os recibos fornecidos pela Renapsi não são documentos aceitos para comprovação da regular aplicação dos recursos, procedendo à cobrança desses valores ou à instauração de Tomada de Contas Especial, conforme o caso, considerando, para tanto, somente os documentos fiscais que estejam relacionados aos elementos de despesa constantes do plano de trabalho, dentro do prazo de vigência dos respectivos convênios, e que atendam ao disposto na legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou mesmo as normas relativas aos convênios, informando ao TCU, em 90 dias a contar da ciência deste Acórdão, as medidas adotadas e os resultados alcançados;

9.4. determinar ao Departamento de Qualificação Profissional que, quando da análise das prestações de contas dos convênios abaixo referenciados, proceda à verificação minuciosa das listas de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

frequência, listas de distribuição de materiais didáticos, vale-transporte, alimentação e certificados de conclusão dos cursos, a fim de comprovar o alcance total da meta pactuada, em especial quanto à qualificação do número de participantes indicados, não comprovada ao Tribunal, o que representa os valores listados, sob pena de devolução dos recursos ao erário e, em caso de insucesso, instauração de TCE, informando ao Tribunal, no prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão, após o exame das prestações de contas, as medidas adotadas:

Convênio	Participantes	Valor
724.582	302	R$ 238.580,00
724.593	5.467	R$ 4.318.930,00
724.593	2.400	R$ 1.896.000,00
726.138	865	R$ 683.350,00

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2251-33/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2252/2012 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 011.451/2008-5.

2. Grupo I; Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Responsável: José Edmundo Seixas Dócio, CPF 075.898.835-49.

4. Entidade: Município de Igrapiúna/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Denúncia, em fase de monitoramento das disposições constantes do Acórdão n. 2.526/2010 - Plenário, por meio do qual foi apreciado o mérito da matéria trazida ao conhecimento do Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei n. 8.443/1992, aplicar ao Sr. José Edmundo Seixas Dócio, Prefeito do Município de Igrapiúna/BA, a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que o atual Prefeito do Município de Igrapiúna/BA comprove a implementação das determinações contidas nos subitens 1.5.1.1 e 1.5.1.3 do Acórdão n. 2.526/2010 - Plenário, alertando ao gestor que o não atendimento desta determinação caracterizará reincidência no descumprimento de decisão deste Tribunal e poderá ensejar a aplicação de sanção pecuniária, a teor do art. 58, inciso VII, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VIII, do RI/TCU;

9.4. nos termos do Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU n. 145, corrigir a inexatidão material constante do subitem 1.5.1.2 do Acórdão n. 2.526/2010 - Plenário, o qual passará a ter a seguinte redação:

"1.5.1.2. doravante, quando do recebimento de recursos federais, promova a notificação dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no município, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos, nos termos do art. 2º da Lei n. 9.452/1997;"

9.5. enviar cópia deste Acórdão, do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Municipal de Igrapiúna/BA, à Promotoria de Justiça de Igrapiúna/BA, à Prefeitura Municipal de Igrapiúna/BA e ao Sr. José Edmundo Seixas Dócio;

9.6. determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento deste Acórdão.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2252-33/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2253/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.310/2012-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (CN).

3.2. Responsáveis: Carlos Edilmar Luna Bacurau (035.677.344-23); Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Telma Rosilene Barbosa Medrado (103.991.605-82).

4. Entidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec) - MT.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 4 (Secob-4).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos que tratam de levantamento realizado nos atos e procedimentos relacionados às obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 4: Trecho Rio de Contas - Riacho da Barroca - no estado da Bahia, no âmbito do Fiscobras 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. classificar o achado 3.1 do relatório de fiscalização 139/2012 como grave que não prejudique a continuidade (IG-C) das obras referentes ao trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 4: Trecho Rio de Contas - Riacho da Barroca - no estado da Bahia;

9.2. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal:

9.2.1. relatório e documentação comprobatória da execução de prospecção de sondagens indiretas, por meio de método geofísico por eletro-resistividade, em todo corte em que não foi executada sondagem durante a elaboração do projeto executivo, conforme informado na Nota Técnica Valec 37/2012;

9.2.2. documentação comprobatória de revisão dos quantitativos de material a escavar e da adequação da distribuição dos volumes a serem compensados no projeto de terraplenagem, de acordo com as três categorias de material, conforme informado na Nota Técnica Valec 37/2012;

9.2.3. documentação comprobatória de realização de sondagens complementares em todas as obras de arte especiais em quantidade e localização compatíveis com a extensão e número de apoios de cada ponte ou viaduto, conforme informado na Nota Técnica Valec 37/2012;

9.2.4. documentação comprobatória de avaliação da necessidade de alteração da inclinação dos taludes em cortes nos quais se verifica a ocorrência de material de 3ª categoria, notadamente, na transição entre materiais desta categoria e os de 2ª categoria, conforme informado na Nota Técnica Valec 37/2012;

9.2.5. estudo conclusivo sobre as interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia, conforme informado na Nota Técnica Valec 37/2012;

9.2.6. cópias dos projetos executivos das obras de arte especiais elaborados com base nos resultados das sondagens complementares e nas avaliações técnica, econômica e ambiental das soluções adotadas;

9.2.7. ajuste nos quantitativos dos transportes de materiais (brita para lastro e sublastro) e nos preços contratados para execução de serviços nos quais são utilizados os insumos areia e brita, com o objetivo de adequar as distâncias de transporte pactuadas às extensões reais de transporte;

9.2.8. ajuste nos preços contratados para produção de concretos, com o objetivo de adequar seus custos de produção à execução por meio de método construtivo mais econômico e usualmente adotado em obras de médio e grande porte;

9.2.9. exclusão na planilha de quantitativos e preços da previsão dos serviços por administração;

9.2.10. elaboração de novo orçamento da obra, demonstrando os acréscimos e supressões em relação ao contrato 55/2010;

9.3. promover a oitiva da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre:

9.3.1. alteração dos critérios de medição e pagamento dos bueiros pré-fabricados previstos na Norma 80-ES-028A-19-8008-Valec, por meio do Memorando-Circular 183/2011-Diren, que passaram a ser efetuados no canteiro industrial e não mais no momento de sua aplicação nas obras (achado 3.3);

9.3.2. alteração dos critérios de medição e pagamento do fornecimento de brita para lastro previstos na Norma 80-EM-033A-58-8006-Valec, por meio do Memorando 268/2011-Diren (achado 3.3);

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao interessado.

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2253-33/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2254/2012 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.773/2012-3.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2012)

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (CN)

3.2. Responsáveis: Fernando de Castro Lobo Junior (327.860.344-34); Kelly Magalhães Pegado de Araújo (527.754.533-68) e Paulo Roberto Sales Lages (231.315.434-34).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional e Companhia Pernambucana de Saneamento

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 4 (Secob-4).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos que tratam de Levantamento de Auditoria realizado nos atos e procedimentos relacionados às obras de construção do sistema Adutor do Agreste Pernambucano (Adutora do Agreste), no âmbito do Fiscobras 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência ao diretor-presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento sobre as seguintes impropriedades:

9.1.1. realização de licitação, por meio do pregão eletrônico 37/2012 CPL-Compesa, cujo objeto, aquisição de tubos em aço carbono, não está previsto no projeto básico em fase de aprovação pelo Ministério da Integração Nacional, em desacordo com o disposto no art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993;

9.1.2. abertura de procedimento licitatório, no âmbito da execução do termo de compromisso 239/2011 (Siafi 668655), sem a autuação de processo administrativo, em desacordo com o disposto no art. 38 da Lei 8.666/1993;

9.2. dar ciência ao Ministro da Integração Nacional e ao secretário de infraestrutura hídrica do Ministério de Integração Nacional sobre a realização de licitação, por meio do pregão eletrônico 37/2012 CPL-Compesa, cujo objeto não está previsto no projeto básico em fase de aprovação nesse Ministério, em desacordo com o disposto no art. 7º, I, § 2º, I, e § 4º da Lei 8.666/1993;

9.3. determinar à Companhia Pernambucana de Saneamento que envie a este Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação do aviso, o edital da licitação das obras da Adutora do Agreste, objeto do termo de compromisso 239/2011 (Siafi 668655);

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados, responsáveis e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

9.5. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 33/2012 - Plenário.

11. Data da Sessão: 22/8/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2254-33/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às dezessete horas e três minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária do Plenário, em Substituição

Aprovada em 23 de agosto de 2012.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.405, DE 25 DE AGOSTO DE 2012

Aprova o CTA 15 - Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais de Entidades Supervisionadas pela SUSEP, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, em decorrência da edição da Circular SUSEP n.º 446/12.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, resolve:

Art. 1º Aprovar o Comunicado Técnico CTA 15 - Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais de Entidades Supervisionadas pela SUSEP, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, em decorrência da edição da Circular SUSEP n.º 446/12, que tem por base o Comunicado Técnico IBRACON n.º 06/12.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

ANEXO

Ata CFC n.º 968

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

CTA 15 - EMISSÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS PELA SUSEP, REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

Objetivo

1.Este Comunicado Técnico tem por objetivo orientar os auditores independentes para a emissão de seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais de sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

Antecedentes

2.As práticas contábeis adotadas no Brasil, em vigor, aplicáveis às sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, doravante referidos coletivamente como "entidades supervisionadas pela SUSEP", foram estabelecidas pela Resolução n.º 86/02 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e alterações posteriores.

3.A Circular SUSEP n.º 430, de 5 de março de 2012, mantém a obrigatoriedade da elaboração e auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais, referentes a 30 de junho, pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4.Em relação à necessidade de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, de acordo com o § 5º, Art. 19, Anexo I, da Circular SUSEP n.º 430/12, deve ser observado o seguinte: As sociedades supervisionadas estão dispensadas da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas intermediárias.

5.Em 21 de janeiro de 2011, o CFC emitiu o Comunicado Técnico CTA 04, cujos itens 19 e 20 são reproduzidos a seguir:

19.Conforme mencionado nos itens 4, 5, 6 e 7 deste CT, as normas contábeis estabelecidas pela SUSEP, que devem ser utilizadas pelas entidades para elaboração das demonstrações contábeis individuais (e para aquelas que elaborarem demonstrações contábeis consolidadas de acordo com essas normas contábeis) ainda não incorporam todas as normas, as interpretações e os comunicados técnicos emitidos pelo CFC; portanto, as práticas contábeis adotadas por essas entidades apresentam diferenças em relação às práticas contábeis adotadas pelas demais entidades que, por determinação de outro órgão regulador ou do próprio CFC, foram requeridas a adotar aqueles normativos.

20.Dessa forma, a conclusão dos relatórios de auditoria a serem emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de entidades supervisionadas pela SUSEP, elaboradas de acordo com as normas da SUSEP, devem usar, temporariamente, a expressão específica: "... práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)", em substituição à expressão: "práticas contábeis adotadas no Brasil", que é utilizada nas conclusões de relatórios sobre demonstrações contábeis de entidades que adotam integralmente as normas, as interpretações e os comunicados técnicos do CFC.

6.Em 4 de julho de 2012, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP n.º 446, que suspendeu os efeitos, na apuração das demonstrações contábeis intermediárias individuais referentes ao exercício de 2012, da Circular SUSEP n.º 410, de 22 de dezembro de 2010. A Circular SUSEP n.º 410/10 instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações contábeis das entidades supervisionadas pela SUSEP e definiu regras e procedimentos para sua realização.

7.A realização de teste de adequação de passivos, destinado à verificação de que o passivo por contratos de seguro está adequado, é requerida pela NBC TG 11 cujo item 15 é reproduzido a seguir:

15.A seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato de seguro (menos as despesas de comercialização diferidas relacionadas e ativos intangíveis relacionados, como os discutidos nos itens 31 e 32) está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

8.O Anexo IV da Circular SUSEP n.º 430/12, ao dispor sobre as normas contábeis a serem observadas pelas entidades supervisionadas pela SUSEP, estabeleceu no Art. 15 o seguinte:

Art. 15. No que não contrariem esta Circular, aplicam-se integralmente as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 11, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, obedecidos, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo, os preceitos estabelecidos na norma específica.

Entendimento e orientação

9.A dispensa de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias citada no item 4 deste Comunicado não caracteriza descumprimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP; portanto, não sendo aplicável para esta situação específica o CTA12 - Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de Grupo Econômico que não elabora demonstrações contábeis consolidadas e a controladora não se enquadrar nos requerimentos previstos no item 10 da NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas.

10.A Circular SUSEP n.º 446/12, ao suspender temporariamente os efeitos do requerido pela Circular SUSEP n.º 410/10, modifica um requerimento, para as demonstrações contábeis intermediárias de 2012, que faz parte do conjunto de critérios contábeis que serve de base às entidades supervisionadas pela SUSEP para a elaboração de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais.

11.A suspensão desse requerimento não desobriga as entidades supervisionadas pela SUSEP nem reduz a responsabilidade de seus administradores pela adequada apresentação da posição financeira e dos resultados das suas operações, incluindo a adequada apresentação dos seus passivos. Para tanto, o conjunto de critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP já prevê outros mecanismos de revisão dos passivos relacionados a contratos de seguros além do teste de adequação de passivos, como a avaliação da necessidade de constituição de provisão para insuficiência de prêmios e de contribuições e a realização anual de avaliação atuarial.

12.A suspensão temporária, para as demonstrações contábeis intermediárias de 2012, do requerimento previsto na Circular SUSEP n.º 410/10 não impede que as entidades que o desejarem elaborem o teste de adequação, seja utilizando os mesmos preceitos, parâmetros e regras estabelecidos pela mencionada Circular, seja utilizando outros que considerem mais adequados. Portanto, se a entidade não fizer uso da referida suspensão temporária, tal informação deve ser claramente divulgada em suas demonstrações contábeis intermediárias e, naturalmente, o disposto nos itens 13 a 16 deste Comunicado não é aplicável.

13.Não obstante, a suspensão temporária do requerimento para a realização do teste de adequação de passivos é uma informação relevante para o entendimento adequado das demonstrações contábeis intermediárias individuais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012 e, portanto, deve ser levada em consideração pelos seus usuários, sendo que, em virtude disso, é necessário o auditor da entidade chamar a atenção dos usuários para esse assunto em seu relatório de auditoria.

14.Dessa forma, ao emitir o seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais de entidades supervisionadas pela SUSEP relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012, os auditores independentes devem continuar a emitir o relatório conforme orientação que consta do item 20 do CTA 04, reproduzido no item 5 e incluir um parágrafo de ênfase sobre o assunto descrito no item 13.

15.A NBC TA 706, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.233/09, fornece orientação ao auditor independente sobre esse assunto.

Exemplo

16.Para que se consiga, a partir da emissão deste Comunicado, uma desejada consistência na emissão dos relatórios por parte dos auditores independentes, para as demonstrações contábeis intermediárias, referentes a 30 de junho de 2012, das entidades supervisionadas pela SUSEP, incluiu-se a seguir um exemplo de parágrafo de ênfase em relação à Circular SUSEP n.º 446/12:

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º X às demonstrações contábeis intermediárias, que informa sobre a suspensão, pela Circular SUSEP n.º 446/12, do requerimento instituído pela Circular SUSEP n.º 410/10, para a execução do teste de adequação de passivos para as demonstrações contábeis intermediárias referentes ao exercício de 2012 segundo regras e procedimentos que especifica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACORDÃO Nº 20, DE 23 DE AGOSTO DE 2012

PARECER DE RELATOR Nº. 014/2012
PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 025/2011
PROCESSO ÉTICO COREN/RJ Nº 010/2009
CONSELHEIRA RELATORA: Ivete Santos Barreto
DENUCIANTE: Enfº Manoel Carlos Neri da Silva
DENUNCIADO: Enfº Sergio Luiz Soares de Oliveira

Trata-se de processo ético oriundo do COREN-RJ com a indicação da sanção de cassação do exercício profissional do denunciado Enfº Sergio Luiz Soares de Oliveira, em razão de infração a postulados éticos da profissão por ter sido o autor do conteúdo e divulgação do documento intitulado "Carta Aberta aos Presidentes e Conselheiros Regionais" imputando ao denunciante supostas irregularidades no exercício da Presidência do Conselho Federal, e, enquanto dirigente do COREN-RJ, por ter cometido atos de improbidade administrativa, constatados nos autos a partir de documentos do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União.

Os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 418ª Reunião Ordinária de Plenário realizada no dia 23 de agosto de 2012, por unanimidade de votos, ACORDAM por aprovar o Parecer da relatora Nº 014/2012, que, em razão de tudo o que foi discutido e que consta dos autos, bem como da gravidade das infrações cometidas, concluiu pela aplicação da cassação ao exercício profissional do Enfº Sergio Luiz Soares de Oliveira, pelo período de 5 (cinco) anos, por comprovadas infrações aos artigos 8º, 9º, 58, 79, 106 e 108 do Código de Ética aprovado pela Resolução COFEN N° 311/07.

MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

IVETE SANTOS BARRETO
Conselheira Federal

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a implantação do Programa de Recuperação de Crédito Tributário no âmbito do CREFITO-3.

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO - CREFITO-3, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e;

CONSIDERANDO as atribuições e competências institucionais do CREFITO-3, determinadas pela Lei Federal n.º 6.316/1975 e pelo seu Regimento Interno disposto na Resolução COFFITO nº 182/1997:

CONSIDERANDO a situação econômica e as condições sociais dos profissionais Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a necessidade de redução da inadimplência das pessoas físicas e jurídicas inscritas no CREFITO-3;

CONSIDERANDO os termos da Resolução COFFITO nº: 388 de 08 de junho de 2011;

CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria do CREFITO-3 exarada na 1599ª Reunião Ordinária realizada em 12 de julho de 2012: resolve:

Art. 1º Fica implantado no âmbito do CREFITO-3 o Programa de Recuperação de Crédito Tributário.

Art. 2º Para a concessão de parcelamentos a profissionais inadimplentes deverão ser observados os prazos e condições fixados no artigo 2º da Resolução COFFITO nº: 388 de 08 de junho de 2011.

Art. 3º Será cancelado de imediato o parcelamento, sem prejuízo de adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis, ao devedor que incorrer na Inadimplência de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, objeto do Programa de Recuperação de Créditos Tributários;

Art. 4º Ocorrido o cancelamento do parcelamento, será apurado o valor original do crédito tributário devido, incidindo os acréscimos legais e deduzidos o valor das parcelas pagas, até a data do respectivo cancelamento.

Parágrafo Único - O cancelamento do parcelamento implica na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais referentes à multa de mora, juros moratórios e demais encargos.

Art. 5º A adesão no Programa de Recuperação de Créditos Tributários sujeita ao devedor:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos havidos para com o CREFITO-3;

II - Pagamento regular das parcelas do crédito apurado e consolidado perante o CREFITO-3.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

OSMARI VIRGÍNIA DE MENDONÇA ANDRADE
Diretora-Secretária

REGINALDO ANTOLIN BONATTI
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 63.002.141.0001/63

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO em milhares de reais

ATIVO	2.011	2.010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.011	2.010
ATIVO CIRCULANTE	**19.636**	**9.773**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.423**	**4.843**
DISPONIVEL	**11.899**	**4.752**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**400**	**358**
Bancos Conta Movimento	118	175	Encaros Sociais a Pagar	400	358
Bancos Conta Arrecadação	376	245	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**1.462**	**2.551**
Bancos Aplicação Financeira	4.944	4.318	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	51	76
Disponivel para Aplicação Vinculada	6.461	14	Depositos Consignáveis	393	335
CREDITOS DE CURTO PRAZO	**7.212**	**4.362**	Fornecedores	1.019	2.140
Créditos do Exercício	5.748	2.818	**CONTAS A PAGAR**	**11**	-
Créditos de Exercícios Anteriores	4	-	Contas a Pagar	11	-
Parcelamento de Curto Prazo	1.460	1.543	**TRANSFERENCIAS LEGAIS**	**7**	**7**
ADIANT. CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	**299**	**420**	Transferencias Legais	7	7
Adiantamentos a Peaasoal	190	265	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**82**	**62**
Tributos e Contribuições a Recuperar	55	17	Outras Obrigações	82	62
Créditos por Danos ao Patrimônio	8	100	**PROVISÕES TRABALHISTAS**	**2.060**	**1.865**
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	17	-	Provisões Trabalhistas	2.060	1.865
Créditos por Alienação	14	39	**PROVISÃO P/RISCOS TRABALHISTAS**	**3.400**	-
Outros Creditos e Vls. de Curto Prazo	14	-	Provisão p/Riscos Trabalhistas	3.400	-
ALMOXARIFADO	**226**	**239**			
Almoxarifado	226	239			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**59.965**	**75.782**			
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**18.091**	**35.465**			
Parcelamento de Débitos	19	18			
Créditos de Exercícios Anteriores não Executados	7.039	4.763			
Dívida Ativa Executada	11.033	30.685			
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	**132**	**269**			
Depositos Realizáveis a Longo Prazo	132	269			
IMOBILIZADO	**41.742**	**40.048**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**72.178**	**80.712**
Bens Móveis	7.730	6.288	Patrimônio Social	80.712	70.420
Bens Imóveis	34.012	33.760	Resultado do Exercício	(8.830)	10.292
			Ajuste de Exercícios Anteriores	296	-
TOTAL DO ATIVO	**79.601**	**85.555**	**TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**79.601**	**85.555**

ATIVO FINANCEIRO	12.198	5.172	**PASSIVO FINANCEIRO**	7.423	4.842
ATIVO PERMANENTE	67.403	80.383	**PASSIVO PERMANENTE**	72.178	80.712
SALDO PATRIMONIAL	**79.601**	**85.555**	**SALDO PATRIMONIAL**	**79.601**	**85.555**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITAS	2.011	2.010	DESPESAS	2.011	2.010
Receitas Correntes	56.511	44.595	Despesas Correntes	47.290	37.908
Receitas de Capital	31	63	Despesas de Capital	1.717	10.173
TOTAL	**56.541**	**44.658**	**TOTAL**	**49.007**	**48.081**
Superávit/Déficit Orçamentário do Exercício		**3.423**		**7.534**	

O Déficit orçamentário ocorrido no exercício de 2010 se refere às despesas com a reforma e adaptação do imóvel Rosa e Silva 104 que foram pagas com recursos do Fundo de Adaptação e Ampliação da Sede, uma receita extra-orçamentária.

BALANÇO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITA	2.011	2.010
ORÇAMENTÁRIA	**56.541**	**44.658**
Receitas Correntes	56.511	44.595
Receitas de Capital	31	63
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**56.928**	**62.239**
Saldo do Exercício Anterior	4.752	6.371
TOTAL	**118.221**	**113.268**
DESPESA		
ORÇAMENTÁRIA	**49.007**	**48.081**
Despesas Correntes	47.290	37.908
Despesas de Capital	1.717	10.173
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**57.315**	**60.435**
Saldo para o Exercício Seguinte	11.899	4.752
TOTAL	**118.221**	**113.268**

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

SALDO PATRIMONIAL DO	**2.010**
EXERCÍCIO ANTERIOR	**70.420**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	44.595
Receitas de Capital	63
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
Variações Patrimoniais Ativas	78.338
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	(37.908)
Despesas de Capital	(10.173)
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
Variações Patrimoniais Passivas	(64.623)
SALDO PATRIMONIAL	**80.712**
EM CONSONANCIA COM A NBC T SP 16	**2.011**
SALDO PATRIMONIAL DO	
EXERCÍCIO ANTERIOR	**80.712**
AJUSTE DE EXERCÍCIOA ANTERIORES	296
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	95.895
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(104.725)
SALDO PATRIMONIAL	**72.178**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

DESCRIÇAO	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	**113.437**	**102.235**
RECEITAS	**113.437**	**102.235**
Receita de Contribuições	47.910	32.067
Exploração de Bens e Serviços	1.551	1.309
Receitas Financeiras	6.126	1.024
Outras Receitas	924	10.195
Recebimentos Extra-Orçamentários	**56.926**	**57.640**
DESEMBOLSOS	**104.603**	**93.744**
DESPESAS	**104.603**	**93.744**
Pessoal	45.000	39.372
Uso de Bens e Serviços	35.544	35.813
Despesas Financeiras	383	333
Despesas Tributárias e Contributivas	22.585	17.925
Outras Despesas Correntes	115	26
Pagamentos Extra-Orçamentários	**976**	**275**
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**8.834**	**8.491**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**31**	**63**
Alienação de Bens	31	63
DESEMBOLSOS	**1.717**	**10.173**
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.717	10.173
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.686)**	**(10.111)**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**7.148**	**(1.620)**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**4.752**	**6.372**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**11.899**	**4.752**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM CONSONANCIA COM A NBC T SP 16	2011
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**95.895**
Contribuições	53.094
Exploração de Bens e Serviços	1.559
Financeiras	40.751
Valorização e Ganhos com Ativos	9
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	483
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**104.725**
Pessoal e Encargos	25.499
Benefícios Assistenciais	131
Uso de Bens e Serviços	13.403
Financeiras	4.058
Tributarias e Contributivas	11.173
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	50.462
Resultado Patrimonial do Exercício	**(8.830)**

O déficit Patrimonial ocorreu devido a constituição da Provisão para Perdas de Créditos de R$ 49.640.827,55, a fim de atender à NBC T SP 16.10 item 8

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**1.717**
Obras e Instalações	958
Equipamentos e Materiais Permanentes	760
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**31**
Alienação de Bens	31

	2010
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**44.658**
Receitas Correntes	**44.595**
Receita de Contribuição	32.067
Receita Patrimonial	1024
Receita de Serviços	1309
Outras Receitas Correntes	10.195
Receitas de Capital	**63**
Alienação de Bens Móveis	63
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	**48.081**
Despesas Correntes	**37.908**
Despesas de Custeio	29.098
Transferências Correntes	8.810
Despesas de Capital	**10.173**
Investimentos	10.173
VARIAÇÕES ATIVAS	**78.338**
Dependente da Execução Orçamentária	10.560
Independente da Execução Orçamentária	67.778
VARIAÇÕES PASSIVAS	**64.623**
Dependente da Execução Orçamentária	41.853
Independente da Execução Orçamentária	22.770
Superávit do Exercício	**10.292**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto - Lei nº. 9295, de 27 de Maio de 1946 e a Lei 12249/10, é uma entidade dotada de personalidade jurídica e forma federativa, que atua com a finalidade de registro público dos profissionais legalmente habilitados (formação escolar) e da fiscalização técnica e ética do exercício da profissão segundo os princípios fundamentais que regem a atividade especializada dos profissionais, obrigatoriamente condicionados ao registro. Tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 960/2003, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC SP nº 892 de 26 de setembro de 2005.

Parcelamento de Débitos em Curto Prazo	**2011**	**2010**
Anuidades	1.239	1.385
Multas por Ausência as Eleições	-	115
Multas de Infrações	9	43
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	212	-
Total	**1.460**	**1.543**

Almoxarifado

O almoxarifado corresponde a materiais de consumo em estoque registrados ao custo de aquisição.

b) Ativo não Circulante

Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Parcelamento de Débitos	**2011**	**2010**
Anuidades	15	8

c) Passivo Circulante

Encargos Sociais a Pagar	**2011**	**2010**
INSS - Instituto Nacional Seg. Social	249	222,14
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	130	117,12
PASEP/PIS – Caixa Econômica Federal	21	19,06
Total	**400**	**358,33**

Obrigações Fiscais de Curto Prazo	**2011**	**2010**
IRRF a recolher	-	-
ISS a recolher	7	23
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	20	13
INSS a recolher	24	40
Total	**51**	**76**

Depósitos Consignáveis	**2011**	**2010**

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4320/64 e a Resolução CFC nº 967/03, que institui normas orçamentárias para os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade e seus Princípios Fundamentais, a partir de 2011 as Demonstrações seguiram o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado conforme a Resolução CFC nº 1161/09, quanto a NBC T SP 16 foi aplicada parcialmente a partir do exercício de 2011 com a implantação do novo plano de contas, novos modelos de demonstrações contábeis, reconhecimento de multa e juros sobre os créditos a receber, e a criação da provisão para perdas de créditos a receber. A Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração da Evolução do Saldo Patrimonial tiveram suas comparabilidades comprometidas com relação ao exercício de 2010, devido a mudança na estrutura do Plano de Contas, isso será atendido no encerramento do exercício de 2012, quanto aos demais procedimentos e demonstrações serão implantados conforme calendário estabelecido pela STN e a Resolução CFC nº 1381/2012.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante é demonstrado ao valor de realização:

- Cadernetas de poupança, junto à Caixa Econômica Federal, demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de aniversário de cada conta;

- Certificados de Depósitos Bancários - CDB Flex, na Caixa Econômica Federal, demonstrados pelos valores aplicados e acrescidos de rendimentos incorridos até a data do Balanço;

- Em 2011 foi criado um fundo de investimento para finalização da reforma e ocupação do prédio agregado ao da sede com recursos do superávit orçamentário do exercício e o fundo para contingências trabalhistas a fim de atender aos processos com provável perda, que será acrescido de aportes a cada exercício e da atualização monetária conforme a aplicação durante cinco anos.

Créditos de Curto Prazo

Os Créditos se referem a valores de anuidades, multas de infrações e eleições que se encontram em aberto até o exercício de 2011 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

Créditos do Exercício	**2011**	**2010**
Anuidades do Exercício	4.838	2432
Multas por Ausência as Eleições	-	347
Multas de Infrações	85	39
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	825	-
Total	**5.748**	**2818**

Créditos de Exercícios Anteriores	**2011**	**2010**
Anuidades do Exercício	2	-
Multas de Infrações	1	-
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	1	-
Total	**4**	**-**
Multas por Ausência as Eleições	-	2
Multas de Infrações	1	8
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	3	-
Total	**19**	**18**

Créditos de Exercícios Anteriores não Executados	**2011**	**2010**
Anuidades	4.116	3.936
Multas por Ausência as Eleições	425	415
Multas de Infrações	195	93
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	2.303	319
Total	**7.039**	**4.763**

Dívida Ativa Executada	**2011**	**2010**
Anuidades	18.610	19.065
Multas por Ausência as Eleições	2.144	2.145
Multas de Infrações	1.413	1.442
Juros de Mora Atualização Monetária e Multas	38.507	8.033
Provisão para Perdas de Créditos	(49.641)	-
Total	**11.033**	**30.685**

Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo de aquisição, sem a aplicação da correção monetária e a depreciação, o laudo para aplicar a reavaliação e a depreciação, exigidos conforme a NBC T 16.09 e 10, estão em fase de finalização e será aplicado em 2012 conforme Resolução CFC 1381/2012.

Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio, em quantia considerada suficiente no caso de eventual sinistro.

Bens Móveis	**2011**	**2010**
Móveis e Utensílios de Escritório	1.297	1.297
Máquinas e Aparelhos	2.393	1.554
Instalações	905	905
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10
Equipamentos de Processamento de Dados	2.945	2.348
Sistemas de Processamento de Dados	13	13
Biblioteca	144	137
Obras de Arte	-	-
Outros Bens Patrimoniais	23	24
Total	**7.730**	**6.288**

Bens Imóveis	**2011**	**2010**
Sede	34.012	33.760
Total	**34.012**	**33.760**

Imóvel Sede

Durante o exercício de 2011 foi dado andamento às obras de reforma e adaptação no imóvel incorporando-se as despesas ao patrimônio.

INSS	68	67
IRRF	255	215
Empréstimo Consignado	67	50
Outros	3	3
Total	**393**	**335**

Fornecedores	**2011**	**2010**
Produtos e Serviços	1.019	2.140
Total	**1.019**	**2.140**

Depósitos de Diversas Origens	**2011**	**2010**
Bradesco S/A	8	-
Caixa Econômica Federal	-	16
CEF - Execuções Fiscais	42	15
Banco do Brasil	30	17
Santander	2	-
Cartão de Afinidade Bradesco	-	14
Total	**82**	**62**

Provisões Trabalhistas	**2011**	**2010**
Férias	1.561	1.417
Encargos sobre Férias (INSS/FGTS/PIS)	499	448
Total	**2.060**	**1.865**

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	**2011**	**2010**
Processos Trabalhistas	3.400	-
Total	**3.400**	**-**

Segundo informações fornecidas pela assessoria trabalhista, as contingências trabalhistas apresentam uma previsão de realização para cinco anos, sendo assim foi criado o fundo para provisões trabalhistas com parte do superávit orçamentário do exercício, esse fundo que receberá aportes e atualizações monetárias durante esse período.

d) Patrimônio Liquido

O Patrimônio Liquido está constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

e) Registro Contábil - Patrimonial

Atendendo à NBC T SP 16.5 e a Resolução CFC nº 1.111/2007 item 16.1, as receitas e despesas foram registradas pelo regime de competência.

f) Registro Contábil - Orçamentário

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), emolumentos recebidos com inscrições, expedição de carteiras e certidões, e publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas financeiras), multa de eleições e por infrações (outras receitas).

São Paulo 31 de dezembro de 2011

DOMINGOS ORESTES CHIOMENTO
Presidente

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade e Patrimônio
CT CRC 1SP153.400/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo.Sr.
Presidente do
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP

Examinamos os balanços patrimonial, orçamentário e financeiro do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC SP, levantados em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC SP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades do setor público e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis como base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC SP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC SP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC SP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações as variações patrimoniais e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades do setor público.

Parágrafo de ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis do exercício de 2011, foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4320/64 e a resolução nº 967/03, que institui normas orçamentárias para os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade e seus Princípios Fundamentais. A partir de 2011, as Demonstrações seguiram o Manual da Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado conforme a Resolução CFC nº 1161/09. Quanto a NBC T SP foi aplicada parcialmente a partir de 2011 com a implantação do novo plano de contas, novos modelos de demonstrações contábeis, reconhecimento de multa e juros sobre os créditos a receber, e a criação da provisão para perdas de créditos a receber. O balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa dos fluxos de caixa do exercício de 2010, não foram apresentados para fins de comparação, devido a mudança na estrutura do novo Plano de Contas não oferecer comparabilidade, isso será atendido quando do encerramento do exercício de 2012, quanto aos demais procedimentos e demonstrações serão implantados conforme calendário estabelecido pela STN e a Resolução CFC nº 1381/2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

São Paulo, 16 de março de 2012

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP

PAULO FERNANDO MOREIRA
CRC 1 RS 12085 T SP - CNAI Nº 1008
Diretor Superintendente

DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC 1 RS 68603 S SP - CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico

DELIBERAÇÃO Nº 046/2012

PROCESSO CFC/CCI Nº.: 2012/000065
INTERESSADO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011
DELIBERA: Aprovar a Prestação de Contas do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, concluindo pela regularidade da gestão do exercício de 2011, consubstanciada no Relatório de Auditoria Externa nº. 18/12
RELATORA: CT Maria do Rosário de Oliveira
ATA CCI Nº.: 235 - Brasilia-DF, 21 de junho de 2012
Contadora Lucilene Florencio Viana - Vice Presidente de Controle Interno
HOMOLOGAÇÃO: Descisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC.
ATA Nº.: 966 - Brasilia-DF, 22 de junho de 2012
Contador Juarez Domingues Carneiro
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Encontrar a Informação oficial que você precisa está mais fácil

A Imprensa Nacional lançou um novo sistema de pesquisa e seleção de matérias em seus jornais oficiais na internet. É o ***IN Busca Total***. Com ele, você pesquisa todo o conteúdo publicado nos Jornais Oficiais da Imprensa Nacional, desde o ano de 2002, a partir de critérios escolhidos pelo usuário no momento da pesquisa, na ferramenta **Consulta Global**, com comandos rápidos e simples. Além disso, há um **Aviso de Publicação** emitido diariamente por meio de correio eletrônico com as indicações dos assuntos selecionados por você e publicados nos Diários Oficiais do dia. Nesse novo sistema, você encontra um universo de informação mais amplo e que permite localizar leis, decretos, portarias e todos os atos de seu interesse com muito mais rapidez.



IN Busca Total

IMPRENSA NACIONAL 1808

Acesse agora mesmo http://inbuscatotal.in.gov.br, conheça os detalhes do novo serviço e cadastre-se no ***IN Busca Total***. Ou se preferir, entre em contato com a central de atendimento pelo telefone 0800 7256787 e receba as orientações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012082900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.